JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Apiacás 4
Camara Municipal de Cáceres 4
Camara Municipal de Canarana 5
Camara Municipal de Cláudia 5
Camara Municipal de Colíder 5
Camara Municipal de Cotriguaçu 6
Camara Municipal de Rosário Oeste 6
Camara Municipal de Várzea Grande 6
Consórcio Intermunicipal Alto do Rio Paraguai 6
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 7
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Médio Norte Matogrossense 8
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 9
Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso 9
Prefeitura Municipal de Acorizal 9
Prefeitura Municipal de Água Boa 10
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 11
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 13
Prefeitura Municipal de Araguaiana 14
Prefeitura Municipal de Araputanga 14
Prefeitura Municipal de Arenápolis 15
Prefeitura Municipal de Aripuanã 15
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 24
Prefeitura Municipal de Cáceres 29
Prefeitura Municipal de Campinápolis 38
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 41
Prefeitura Municipal de Campo Verde 42
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 42
Prefeitura Municipal de Canarana 44
Prefeitura Municipal de Carlinda 45
Prefeitura Municipal de Castanheira 62
Prefeitura Municipal de Cocalinho 66
Prefeitura Municipal de Colíder 66
Prefeitura Municipal de Colniza 70
Prefeitura Municipal de Comodoro 70
Prefeitura Municipal de Confresa 73
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 78
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 79
Prefeitura Municipal de Cuiabá 87
Prefeitura Municipal de Denise 87
Prefeitura Municipal de Diamantino 88
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 91
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 91
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 92
Prefeitura Municipal de General Carneiro 93
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 95
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 97
Prefeitura Municipal de Itanhangá 97
Prefeitura Municipal de Itiquira 99
Prefeitura Municipal de Jaciara 102
Prefeitura Municipal de Jangada 104
Prefeitura Municipal de Jauru 104
Prefeitura Municipal de Juara 104

Prefeitura Municipal de Juscimeira 106
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 108
Prefeitura Municipal de Marcelândia 109
Prefeitura Municipal de Matupá 127
Prefeitura Municipal de Nobres 135
Prefeitura Municipal de Nortelândia 135
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 139
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 141
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 144
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 144
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 145
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 147
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 151
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 152
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 155
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 232
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 233
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 233
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 235
Prefeitura Municipal de Paranatinga 237
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 240
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 241
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 243
Prefeitura Municipal de Poconé 244
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 244
Prefeitura Municipal de Poxoréu 248
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 250
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 253
Prefeitura Municipal de Rio Branco 253
Prefeitura Municipal de Rondolândia 258
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 276
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 277
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 277
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 279
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 279
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 279
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 281
Prefeitura Municipal de São José do Povo 282
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 282
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 330
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 330
Prefeitura Municipal de Tabaporã 331
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 332
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 351
Prefeitura Municipal de Tesouro 352
Prefeitura Municipal de Torixoréu 354
Prefeitura Municipal de União do Sul 354
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 354
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 368
Prefeitura Municipal de Vila Rica 368

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Mauro Rosa da Silva - Água Boa

Segundo Vice-Presidente: Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

Terceiro Vice-Presidente: Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

Quarto Vice-Presidente: Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

Quinto Vice-Presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

Secretário Geral: Adalto José Zago - Apiacás

Primeiro Secretário: Altir Antônio Peruzzo - Juína

Segundo Secretário: Atail Marques do Amaral - Poconé

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Silvio José de Morais Filho - Araguainha

Segundo Tesoureiro: Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo atendimento
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE APIACÁS

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
PORTARIA Nº 037/2018

PORTARIA Nº 037/2018

SUMULA:"Dispõe sobre a homologação do resultado final do processo seletivo para contratação do jovem aprendiz da câmara municipal de apiacás, e da outras providências".

Regina Pizoli da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Apiacás Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - **Homologar** o resultado final do certame do processo seletivo para contratação do Jovem Aprendiz da Câmara Municipal de Apiacás/MT, conforme edital complementar 004/2018, publicado pela comissão examinadora avaliadora.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Apiacás, MT, 27de julho de 2018.

Regina Pizoli da Silva

Presidente

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
PORTARIA Nº 036/2018

PORTARIA Nº 036/2018

SUMULA: "Dispõe sobre a homologação do Edital Complementar nº 003, que apresenta o Resultado Prévio do Processo Seletivo Programa Jovem Aprendiz nº. 001/2018, da Câmara Municipal de Apiacás, e dá outras providências".

A Senhora **Regina Pizoli da Silva**, Presidente da Câmara Municipal de Apiacás Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Homologar o Edital Complementar nº 003 que apresenta no Anexo I o Resultado Prévio discriminado por candidatos e escolaridade, número de acertos, bem como situação preliminar de cada candidato concorrente ao cargo no Programa Jovem Aprendiz.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Câmara Municipal de Apiacás/MT, 18 de Julho de 2018.

REGINA PIZOLLI DA SILVA

Vereadora – Presidente

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001-2018

Edital de convocação 001-2018 - candidato aprovado no processo seletivo do programa jovem aprendiz nível fundamental

SUMULA: "Dispõe sobre A convocação da candidata **Laiza kailayne da silva**, para protocolar todos os documentos necessários para elaboração do contrato de aprendizagem do programa jovem aprendiz, e dá outras providências**".**

A Senhora **Regina Pizoli da Silva**, Presidente da Câmara Municipal de Apiacás Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Convocar a candidata **Laisa Kailayne da Silva** para que providencie os seguintes documentos para elaboração do contrato de aprendizagem com a Câmara Municipal de Apiacás/MT:

a) RG, CPF e Certidão de Nascimento **do(a) candidato**;

b) 01 (uma) fotos 3X4;

b) Declaração original que comprove estar matriculado e freqüentando instituição pública de ensino de nível fundamental, emitida dentro de um prazo máximo de trinta dias;

c) Comprovante de residência;

d) Documentos pessoais (RG e CPF) **do(a) representante legal do candidato**.

Art. 2º - Os documentos deverão ser protocolados junto ao departamento administrativo da Câmara Municipal até o dia 01/08/2018.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Apiacás/MT, 31 de julho de 2018.

REGINA PIZOLLI DA SILVA

Vereadora – Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 108/2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,*

CONSIDERANDO *o Art. 69, §§1º e 2º e o Art. 73, §1º, ambos da Lei Complementar nº 25 de 27 de novembro de 1997, que "Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Cáceres. ";*

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder ao servidor **GILBERTO BORGES LIMA**, matrícula nº 113, ocupante do cargo de Vigia, **30 (trinta) dias de gozo de férias,** relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a partir do dia 01 de agosto de 2018, devendo retornar as suas atividades normais no dia 31 de agosto de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 31 de julho de 2018.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

Wagner Sales do Couto

2º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 109/2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,*

CONSIDERANDO *o Art. 69, §§1º e 2º e o Art. 73, §1º, ambos da Lei Complementar nº 25 de 27 de novembro de 1997, que "Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Cáceres. ";*

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder ao servidor **MARIO CÉSAR VIEGAS MUNIZ**, matrícula nº 151, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, **30 (trinta) dias de gozo de férias,** relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a partir do dia 01 de agosto de 2018, devendo retornar as suas atividades normais no dia 31 de agosto de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 31 de julho de 2018.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

Wagner Sales do Couto

2º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE CANARANA

CÂMARA
PORTARIA N° 18/2018

DE 30 DE JULHO DE 2018

"Dispõe sobre a concessão de licença prêmio a servidora e dá outras providências".

O presidente da Câmara Municipal de Canarana/MT, senhor Ederson Porsch, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhes são conferidas;

RESOLVE:

***Art. 1º** - Fica concedida licença prêmio, conforme disposto no art. 19º da Resolução 207/2017 de 20 de junho de 2017, a servidora **ELISA LAURENT TIGRE BIANCHESSI**, brasileira, casada, matricula nº **075**, referente ao período aquisitivo compreendido de **01/02/2013 a 31/01/2018**, que serão gozadas de **01/08/2018 a 31/10/2018**.*

***Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

Sala da Presidência, 30 de julho de 2018.

EDERSON PORSCH

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2018, DE 30/07/2018

CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2018, de 30/07/2018

De conformidade com o disposto no art. 2°, da Lei Municipal n° 679/2017, justifica-se e ratifica-se a dispensa de licitação para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE COBERTURAS, ENTREVISTAS, COMUNICADOS, ANÚNCIOS, VIA EMISSORA DE RÁDIO (FM), DE ASSUNTOS DE INTERESSE E LIGADOS DIRETAMENTE À CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA – MT,** visando economicidade e atendimento a necessidade da Câmara Municipal de Cláudia - MT. **VALOR GLOBAL:** R$ 3.950,00 (três mil e novecentos e cinquenta reais). **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 2°, da Lei Municipal n° 679/2017. CONTRATADO: **SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICAÇÃO LTDA** CNPJ: 04.367.057/0001-84 Cuiabá - MT, 30 de Julho de 2018. **MARCIEL PEREIRA RICARTE –** Presidente.

CAMARA MUNICIPAL DE COLÍDER

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 010/2018

ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE COLÍDER

PORTARIA Nº 010/2018

O Vereador JOSÉ ÉLCIO DE MATOS, Presidente da Câmara Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º -Nomear, o servidor Robison Volpato, matricula nº. 31, fiscal do Contrato 002/2018 que consiste no fornecimento de Mesa de Som Digital, conforme descrição contida no processo de Dispensa de Licitação nº 002/2018, que representará a Câmara Municipal perante a CONTRATADA e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Recusar os materiais e equipamentos entregues em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

e) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

f) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

g) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

h) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

i) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

Artigo 2º:Na ausência do servidor supra designado, fica designada como suplente o servidor Helton Geraldo Romeiro, Matrícula nº 117.

Colíder-MT, EM 30 de julho 2018.

Vereador JOSÉ ELCIO DE MATOS

Presidente

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS

ROBISON VOLPATO e HELTON GERALDO ROMEIRO declaram estar ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

_____

_____

ELIZABETH PAVÃO HELTON GERALDO ROMEIR

TITULAR SUPLENTE

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 009/2018

ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE COLÍDER

PORTARIA Nº 009/2018

O VereadorJosé Élcio de Matos**,** Presidente da Câmara Municipal de Colider, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE,

EXONERAR, Sérgio Edison Oberthir**, do cargo de Assessor de Comunicação, Cerimonial e Eventos, desta Câmara Municipal de Colíder-MT. , a partir desta data.**

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Colíder-MT., 27 de julho de 2018.

Vereador José Elcio de Matos - Presidente

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO 002/2018

CÂMARA MUNICIPAL DE COLIDER ESTADO DE MATO GROSSO

EXTRATO DO CONTRATO 002/2018

OBJETO: Fornecimento de Mesa de Som Digital para Câmara Municipal de Colider/MT.

CONTRATADA: ALEXANDRE RUBENS DA SILVA - ME

VIGENCIA: 30/07/2018 a 30/09/2018

VALOR: R$ 5.993,00 (Cinco mil novecentos e noventa e três reais).

Colider-MT., 30 de julho de 2018.

CAMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 026/2018

EMENTA: CONCEDE FÉRIAS À FUNCIONÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU e DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente da Câmara Municipal de Cotriguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares de 03(três) dias, computados a partir do dia 30 de julho de 2.018, à servidora abaixo nominada lotada na Câmara Municipal de Cotriguaçu, relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	DIAS	PERÍODO AQUISITIVO
VANDERLEIA DELLA JUSTINA	03	16/01/2016 a 15/01/2017

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria obedecerão à classificação própria do Orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cotriguaçu, 30 de julho de 2.018.

LEANI FRIEDRICH RICHTER

Presidente da Câmara Municipal

Registra-se, Publique-se

Marineide Krieser Vieira

Agente Administrativo

CAMARA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N. 014/2018

PORTARIA Nº. 014/2018

INSTITUI MEMBROS DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Presidente da Câmara Municipal de Rosário Oeste-Mato Grosso, **Vereador Benvindo Pereira de Almeida**, usando das atribuições que lhe conferem o Regimento Interno desta Casa Legislativa, e

Considerando a necessidade de preenchimento de vagas para Cargo Público;

Considerando o princípio constitucional do Concurso Público-Art. 37, II da Constituição Federal;

RESOLVE:

I-Constituir Comissão Municipal Organizadora do Concurso Público nº. 001/2018 da Câmara Municipal de Rosário Oeste-MT;

II-A Comissão de que trata o item anterior desta Portaria fica assim constituída:

Presidente: NEUZA PEREIRA DE PINHO

Secretário: VALDEMIR ALBINO DE OLIVEIRA

Membro: ENIZINA PAIXÃO BONFIM

III- Em sendo contratada empresa especializada para a elaboração, aplicação e correção das provas, caberá à Comissão Organizadora a coordenação, a fiscalização das provas, bem como a decisão final sobre casos omissos não previstos no Edital de Concurso Público.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Rosário Oeste, 25 de julho de 2.018.

VER. BENVINDO PEREIRA DE ALMEIDA

=PRESIDENTE=

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 62/2018

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder ao servidor Gabriel Flores de Barros, Assistente de Gabinete, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, a que tem direito, no período de 01/08/18 a 30/08/18, referente ao exercício de 2017/2018, conforme disposições expressas no Artigo 85 da Lei 1.164/91.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 26 de julho de 2018.

BENEDITO FRANCISCO CURVO

Presidente

JOÃO TERTULIANO DE BARROS FILHO

1º Secretário

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ALTO DO RIO PARAGUAI

EXTRATO DO CONTRATO 004/2018

EXTRATO DO CONTRATO 004/2018

OBJETO: Contratação de Empresa para fornecimento de Materiais de Expediente e Escritório, para atender as necessidades do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Alto do Rio Paraguai.

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Alto do Rio Paraguai.

CONTRATADA: MURILO GOLIN DOS SANTOS-ME, CNPJ nº 06.329. 574/0001-94

VALOR GLOBAL: R$ 11.845,10 (onze mil oitocentos e quarenta e cinco reais e dez centavos).

VIGÊNCIA: 31/07/2018 a 31/12/2018.

Nortelândia – MT, 31 de Julho de 2018.

JOSSIMAR JOSE FERNANDES

PRESIDENTE CIDES-ARP

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº. 05/CIDESAT/2018

TERMO DE CESSÃO DE USO DE EQUIPAMENTOS, A TÍTULO GRATUÍTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL E O MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA.

O presente Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel, tem por partes o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa situada á Rua Marechal Dutra, nº 248, Bairro Jardim Zeferino I, São José dos Quatro Marcos - MT, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 08.979.143/0001-07, neste ato representado pelo seu Presidente **Sr WEMERSON ADÃO PRATA** portador da Cédula de Identidade RG nº 1070619-4 SJ - MT e CPF nº 809.673.611-68, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado na Rua Carlos Laet S/N, Bairro Cachoeira, na cidade de Salto do Céu – MT, doravante denominada **CEDENTE**, em favor do **Município de ARAPUTANGA,** Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.023.914/0001-45, com sede administrativa situada á Rua Antenor Mamedes, 911, na cidade de Araputanga - MT, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. JOEL MARINS DE CARVALHO,** brasileiro, casado, técnico em agropecuária, residente na Rua Arthur Francisco Xavier, nº 290 na cidade de Araputanga-MT, portador da Cédula de Identidade nº 320.719 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 284.666.321-15, doravante denominada **CESSIONÁRIA**, em observância ao disposto na Lei Federal 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal 9.648/1998 com suas modificações posteriores e o Decreto Estadual 4.568/2002, e ainda o Termo de Cessão de Uso de Equipamentos Nº 022/2016/SINFRA celebrado entre a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA/MT e o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, ambos responsáveis pela fiscalização do uso do bem móvel neste termo descriminado sob a responsabilidade patrimonial da **CEDENTE**, sujeitando-se **CEDENTE**, **CESSIONÁRIA** às normas disciplinares, civis e criminais previstas no ordenamento jurídico vigente, e, às estipulações, que se seguem e a intenção do presente instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo é a Cessão de Uso por tempo determinado, a título gratuito, pela CEDENTE ao CESSIONÀRIO, dos equipamentos rodoviários abaixo identificados cedidos pela SINFRA ao Consórcio CEDENTE:

ESPECIFICAÇÃO	PLACA	MARCA	MODELO	CHASSI/RENAVAM	ANO	PREFIXO
Caminhão Lubrificante	NJE-2014	FORD	CARGO 1717E	963286560	2008	CL-11
Motoniveladora	-	Komatsu	GD555	B15107	2007	MN-05
Motoniveladora	-	Komatsu	GD555	B15108	2007	MN-036

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE

2.1. A cessão de uso ajustada por este instrumento tem por finalidade a utilização dos equipamentos na recuperação e manutenção das Rodovias Estaduais não pavimentadas no âmbito do Município de ARAPUTANGA-MT.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CEDENTE

3.1. Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste Termo de Cessão a CEDENTE obriga-se a:

a) disponibilizar ao CESSIONÁRIO os equipamentos constantes da cláusula primeira em perfeitas condições de uso;

b) fornecer mão-de-obra especializada, motoristas e operadores treinados para execução dos serviços, inclusive a sua alimentação;

c) realizar a manutenção dos equipamentos, tendo-os sempre em bom estado de funcionamento e conservação;

d) responsabilizar-se pelas Notificações de Auto de Infração de Trânsito e as despesas com a renovação de Licenciamento dos equipamentos junto ao DETRAN;

e) acompanhar a boa e regular utilização dos bens cedidos; e

f) publicar o extrato do Termo de Cessão de Uso no Jornal Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO

4.1. Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste Termo de Cessão, o CESSIONÁRIO obriga-se a:

a) realizar o abastecimento com combustível diesel;

b) controlar o consumo de combustível;

c) não ceder o uso dos equipamentos a terceiros estranhos a este ajuste;

d) em sendo necessário, utilizar operadores e motoristas qualificados e treinados;

e) utilizar os equipamentos objeto desta cessão nas atividades previstas no item 2.1;

f) assumira a responsabilidade, ressalvadas as hipótese de caso fortuito ou força maior, por quaisquer danos ou prejuízos causados aos equipamentos cedidos, decorrentes de mau uso, bem como pelo descumprimento de obrigações previstas neste Termo ou na legislação pertinente;

g) restituir, quando do término do presente termo, os equipamentos constantes da Cláusula Primeira, em perfeito estado de conservação e funcionamento.

Parágrafo Único: CEDENTE e CESSIONÁRIO poderão prover meios e realizar gestão junto ao Governo de Mato Grosso para garantir o abastecimento dos equipamentos.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O presente TERMO DE CESSÃO entra em vigor na data de sua assinatura, pelo período compreendido entre os dias **03/08/2018 e 06/09/2018**, podendo ser prorrogado desde que devidamente justificado.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

6.1. O controle e fiscalização dos equipamentos cedidos ficarão a cargo do CESSIONÁRIO em conjunto com a CEDENTE, reservada à SINFRA/MT a faculdade de efetuar vistorias para verificação das condições de operacionalidade e de cumprimento de obrigações.

6.2. O controle e fiscalização a cargo do CESSIONÁRIO e CEDENTE consistem na manutenção diária e abastecimento dos equipamentos, cujas ocorrências deverão ser lançadas no Diário de Bordo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO DO TERMO

7.1. O presente **TERMO** poderá ser alterado nos casos previstos no ordenamento jurídico vigente, desde que haja interesse da **CEDENTE**, e do **CESSIONÁRIO.**

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. A rescisão do presente **TERMO** se dará, sem exclusão de outros casos previstos em lei:

a) Determinadas por ato unilateral da **CEDENTE**, nos casos enumerados nos incisos I e XII, do art. 78, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

b) Por desinteresse do **CESSIONÁRIO** em permanecer com o bem, devendo comunicar imediatamente a **CEDENTE** da sua restituição;

c) Pelo decurso regular do prazo estabelecido para a vigência do presente **TERMO**, ou na superveniência de termos aditivos que o prorrogue, pelo decurso destes sem que haja manifestação de interesse por sua renovação.

d) Por uso irregular desvio de finalidade, não observância das cláusulas deste TERMO e**,** principalmente, pela remoção dos Sinais Identificadores do Patrimônio Público, o que acarretará a rescisão e devolução imediata do bem móvel;

e) se, em qualquer época a CEDENTE necessitar dos bens para seu uso próprio;

CLÁUSULA NONA – OUTRAS DISPOSIÇÕES

9.1. Caso a CEDENTE, durante o período de vigência deste Termo, necessite de parte dos equipamentos, esta poderá fazer uso, ficando responsável pelo seu abastecimento.

9.2. É parte integrante deste TERMO o Termo de Cessão de Uso de Equipamentos Nº 022/2016/SINFRA celebrado entre a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA/MT e o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1 As questões decorrentes da execução deste instrumento, ou questões que gerem dúvidas ou controvérsias, e que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas no foro da Comarca de São José dos Quatro Marcos para dirimir quaisquer dúvidas a este Termo de Cessão, com renuncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavra-se o presente ***TERMO DE CESSÃO DE USO DE EQUIPAMENTOS*** *em 02 (duas) vias de igual teor e forma, pelo que são devidamente assinadas pela* ***CEDENTE e CESSIONÁRIO,*** *juntamente com 02 (duas) testemunhas.*

São José dos Quatro Marcos-MT, 01 de Agosto de 2018.

CEDENTE

CONSÓRCIO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

WEMERSON ADÃO PRATA - Presidente

CESSIONÁRIO

MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA

JOEL MARINS DE CARVALHO – Prefeito

TESTEMUNHAS:

DARIU ANTONIO CARNIEL - EDINEI BASEGGIO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE

EDITAL 001/2018 DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÃO PARA DIRETOR E VICE-DIRETOR CLÍNICO DO HOSPITAL DE BARRA DO BUGRES

EDITAL 001/2018 DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÃO PARA DIRETOR E VICE-DIRETOR CLÍNICO DO HOSPITAL DE BARRA DO BUGRES

O diretor Técnico do Hospital Regional Roosevelth Figueiredo Lira, em atenção aos dispositivos das Resoluções, nº 2.147/2016, do Conselho Federal de Medicina – CFM convoca os médicos do Hospital Regional Roosevelth Figueiredo Lira – HRRFL, para comparecerem no dia **14/08/2018, ás 19hs00min,** conforme cronograma detalhado contido no Corpo deste Edital e em seu anexo I, na sala da Direção administrativa do Hospital Regional Roosevelth Figueiredo Lira, a fim de realizar a votação para eleição

da Diretoria Clínica deste, notadamente para os cargos de Diretor e Vice-Diretor Clínico.

O mandato do Diretor e Vice-Diretor Clínico será de dois (dois) anos.

Poderão participar da eleição, na condição de candidatos, somente os médicos contratados para trabalhar no Hospital Regional Roosevelth Figueiredo Lira por meio de contrato de trabalho.

Informamos que os candidatos interessados, a se candidatarem ao cargo de Diretor e Vice- Diretor Clínico na referida eleição deverão providenciar sua inscrição junto a Direção Administrativa do Hospital Regional Roosevelth Figueiredo Lira, Endereço: Avenida Presidente Castelo Branco, 470 – Bairro Centro, entre os dias dia 02 de Agosto de 2018 a 13 de Agosto de 2018, das **13h30min ás 16h30min** por meio da Declaração de Aquiescência, cujo formulário será fornecido no momento da inscrição, conforme modelo do Anexo II deste Edital.

Será eleito para o cargo de Diretor Clínico do HRRFL o candidato que obtiver a maioria simples de votos, sendo que o segundo candidato mais votado será eleito para o cargo de Vice-Diretor Clínico do HRRFL.

Paulo Ricardo Roteias de Souza

Diretor Técnico HRRFL

CRM /MT 8184

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

EXTRATO DE CONTRATO RH

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 043/2018

CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: **DAGUIMAR CRUZ DOS SANTOS**

OBJETO: contratação de prestação de serviços por tempo indeterminado na função de Técnica em Patologia Clínica.

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003-3190.04.00.00 – Código Reduzido: “024”

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 014/2018

CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: **ANA PAULA FERREIRA SANTANA**

OBJETO: contratação de prestação de serviços em caráter excepcional temporário na função de Auxiliar de Serviços Gerais.

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003-3190.04.00.00 – Código Reduzido: “024”

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 144/2016

CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: **VALDILEIA FRANCISCA DA COSTA**

OBJETO: contratação de prestação de serviços por tempo indeterminado na função de Auxiliar de Serviços Gerais.

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003-3190.04.00.00 – Código Reduzido: “024”

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 027/2017

CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: **MARIA ELISIA DE MEDEIROS**

OBJETO: contratação de prestação de serviços em caráter excepcional temporário na função de Técnica em Enfermagem.

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003-3190.04.00.00 – Código Reduzido: “024”

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 017/2017

CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: **ANTONIA BEZERRA DA SILVA MENDES**

OBJETO: contratação de prestação de serviços em caráter excepcional temporário na função de Técnica em Enfermagem.

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003-3190.04.00.00 – Código Reduzido: “024”

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 026/2017

CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: **MARIA DOMINGAS MARQUES DA SILVA**

OBJETO: contratação de prestação de serviços em caráter excepcional temporário na função de Técnica em Enfermagem.

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003-3190.04.00.00 – Código Reduzido: “024”

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 030/2017

CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: **MARILENE VIANA COSTA SANTOS**

OBJETO: contratação de prestação de serviços em caráter excepcional temporário na função de Técnica em Enfermagem.

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003-3190.04.00.00 – Código Reduzido: “024”

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE 01/2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - INEXIGIBILIDADE nº. 001/2018

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso (CISOMT), por intermédio da comissão de licitação (CPL), comunica aos interessados o Resultado do processo de CREDENCIAMENTO na Licitação na Modalidade Inexigibilidade Nº 001/2018. Que trata do Objeto - Contratação de empresas que tenham interesse de prestar serviços especializados na área de saúde, para realização de consultas em NEUROPEDIATRIA para atendimento da demanda dos municípios integrantes do consórcio de saúde do oeste de mato grosso, de forma complementar da cobertura dos serviços prestados pelas redes municipais de saúde/sistema único de saúde, conforme Projeto Básico do Edital, pelo período de 12 meses, credenciou a seguinte empresa: M. R S DE ABREL, inscrito no CNPJ Nº. 08.691.932/0001-30. São José dos Quatro Marcos - MT, 31 de julho de 2018. Eledir Santiago Alcunha – Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2018

EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2018-PROCESSO ADMINISTRATIVO 022/2018 ADESÃO N.º 012/2018PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL -MT, POR MEIO PREFEITO MUNICIPAL SENHOR CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA, TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO**CONTRATO N° 020/2018** PARA O SEGUINTE OBJETO: AQUISIÇÃO VEICULOS TIPO AMBULANCIA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE

SAÚDE**DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL-MT dotação orçamentaria :** 02 – PODER EXECUTIVO02.05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE02.05.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS02.05.02.10 –Saúde02.05.02.10. 302– Assistência Hospitalar e Ambulatorial02.05.02.10. 302.0009. – FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE - SUS02.05.02.10. 302.0009.1027. – Aquisição de Ambulância02.05.02.10. 302.0009.1027.4.4.90.52 – Equipamento e Material Permanente)(191)Fonte 00102 Receita e Imposto e de Transferência do SUS. VALOR UNITARIO: R$ 88.900,00 (oitenta e oito mil e novecentos reais) , VALOR TOTAL: R$ 177.800,00 (cento e setenta e sete mil e oitocentos reais) Empresa/Contratada: NEVES VEICULOS EIRELI-ME, inscrita no CNPJ:24.710.993/0001-53.Data de assinatura:27/072018.Data de vigência : 12(doze) meses após sua assinatura. ACORIZAL-MT, 27 de Julho de 2018.CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2018

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2018-PROCESSO ADMINISTRATIVO 021/2018 ADESÃO N.º 011/2018PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL -MT, POR MEIO PREFEITO MUNICIPAL SENHOR CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA, TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO **CONTRATO N° 019/2018** PARA O SEGUINTE OBJETO: **AQUISIÇÃO DE VEICULOS TIPO VAN COM CAPACIDADE DE MÍNIMO DE 15 PASSAGEIROS +01 MOTORISTA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL-MT,** 02 – PODER EXECUTIVO02.05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE02.05.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS02.05.02.10 –Saúde02.05.02.10. 302– Assistência Hospitalar e Ambulatorial02.05.02.10. 302.0009. FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE - SUS02.05.02.10. 302.0009. 1024. – Aquisição de Veículos para apoio aos PSFs 02.05.02.10. 302. 0009.1024..4.4.90.52 – Equipamento e Material Permanente)(189)Fonte 00102 Receita e Imposto e de Transferência do SUS.VALOR UNITARIO: R$ 154.474,84 (cento e cinquenta e quatro mil e quatrocentos e setenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos). Empresa/Contratada: TATIANA CAPITANIO VEICULOS -ME, inscrita no CNPJ:09.103.941/0001-25.Data de assinatura:27/07/2018.Data de vigência : 12(doze) meses após sua assinatura. ACORIZAL-MT, 27 de Julho de 2018.CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PLANEJAMENTO E FINANCAS
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 065/2018.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N º. 065/2018

A Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, comunica aos interessados que está aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial, que será regida pela n°. Lei 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº. 065/2018.

OBJETO: Futura e Eventual Contratação de empresa para manutenção mecânica em ônibus da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, da Prefeitura de Água Boa-MT.

REALIZAÇÃO: 14/08/2018.

INICIO RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES: 08h00min, horário local.

INICIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES: 08h30min, horário local.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br e no e-mail pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 31 de julho de 2018.

Marcos da Silva Pregoeiro

ATA Nº 012/2017/CMAS- DATA: 12/09/2017

Aos dia doze de setembro de dois mil e dezessete, às nove horas , reuniram-se os membros das seguintes representações do governo e sociedade civil : Representante dos Assistentes Sociais e Psicólogos: Rosena Fernandes; Representante da Pastoral da Criança: Maria Marlene Zandoná Galle; Representante da Secretaria de Assistente Social; Titular: Lilian Rodrigues da Costa, Representante da Secretaria de Saúde-Titular: Carlos Alberto Strzelecki e os representantes do **Comitê Gestor do Pro-Família** a Técnica da Secretaria de Assistência Social **Valquíria Soares Dantas e a técnica Nubia Silva Alencar**; Helaine Cristina Santos Barbosa, Fernanda Gomes Rodrigues, lembrando que os conselheiros também são membros do Comitê, na sala de reuniões dos conselhos municipais. Deliberação: Pauta: **Pró-Família**. Iniciou com os cumprimentos da presidente Rosena aos presentes, em seguida passou a palavra para as técnicas do Programa Valquíria e Nubia para apresentarem os cadastros para apreciação do comitê e conselho para deliberação do colegiado e classificação de prioridades conforme o histórico de familiar e percapita, pois infelizmente tem pessoas que informam dados falsos para conseguir benefícios, e nesta reunião com várias representações é possível identificar os casos suspeitos e solicitar novas visitas, sendo os seguintes nomes:

Numero	*MATRICULA**	*NOME COMPLETO**	*CPF**
1.	23652469697	ADEVANIA SILVA MOURA	705.094.011.98
2.	16032917348	ALAIDE ALVES DE AMORIM DUVAL	004.342.661-16
3.	23769934942	CAMILA MONIQUE MACIEL DOS SANTOS	071.300.291-37
4.	23622649751	CLEUDES MOURA PEREIRA DA SILVA	033.660.001-12
5.	20402308071	CORACI MARTINS DOS SANTOS	047589991-12
6.	21266334094	DALVA CARDOSO RUAS	135707888-90
7.	13101474601	DAMIANA MARIA DO NASCIMENTO	360712261-04
8.	21267184444	ELISVANE CONCEIÇÃO COSTA	021204221-17
9.	21252437716	EUNICE FRANCISCA LEMES	012943551-12
10.	23737515650	FABIOLA MIRTES WIERCINSKI	237375156-50
11.	16283721223	GEYSLANE FERREIRA DE SOUSA	051775191-71
12.	21256114199	HELENA PRADO DE LIMA	652170391-91
13.	20371585265	GLEICIANE DA SILVA CUNHA	91975174291
14.	22003904998	HILDA DO EGITO RIBEIRO	43110185172
15.	16313768982	IARA CUSTODIO	06100822997
16.	12900703400	ILMAR STEFFENON	344484461-15
17.	20989972806	JANDELICE MARIA PEREIRA	709521911-72
18.	12740694409	JOANA CAMARGO	545684711-68
19.	22814640479	KELEN CINTIA SANTOS BATISTA	046420531-07
20.	16473534114	LAINE SOARES DA SILVA	550243001-49
21.	13650927313	LANARRARA PEREIRA DA SILVA	030076491-02
22.	20637656428	ELIDA CIPRIANO DANTAS	392471368-57
23.	20363711230	LINDALVA ALVES COUTINHO	027366671-50
24.	12805017384	LINDOMAR OLIVEIRA DOS SANTOS	550280981-15
25.	16585074387	LUCIANE FERREIRA COSTA	033923713-94
26.	16007404731	ERICA CRISTINA DANTAS	387346438-18
27.	23706241869	ANDRIELLY SILVA SANTOS	047901241-50
28.	21277160459	ARLINDA FELIZARDA DA SILVA	024770221-80
29.	23663018861	FRANCISCA LIMA DOS SANTOS	258129043-91
30.	16157612739	ELCIENE MARTINS FABIANO	020621241-04
31.	16463475417	MARCIA CLARINDA GOMES	018991011-95
32.	12696231402	MARIA APARECIDA ALVES CABRAL	03139854137
33.	22803759224	MARIA ELIZABETE VILA NOVA VIEIRA	05285487196
34.	16548669860	MARIA APARECIDA COSTA DA SILVA	503003341-68
35.	16392660039	MARIA DO CARMO DA SILVA	.08913500477
36.	20700018314	MARIA IRANY BARBOSA DA SILVA	485319011-20
37.	16378035149	MARIA LUCIA BARBOSA	.00388442140

38.	16494268936	MARIA MARGARIDA DOS SANTOS FLORES	557522761-87
39.	16367603957	MARIA PORTELA DA SILVA	238884741-91
40.	20975458463	MARIA VALQUIRIA ALMEIDA DE SOUZA	010104531-06
41.	15650904972	MARIALVA PEREIRA	846195701-68
42.	16465022193	MARILZA ANANIAS DA SILVA	.01156216109
43.	23767759671	MARLENI POZZEBON DE OLIVEIRA	929126480-68
44.	16410496886	MIRIAN CELIA DA SILVA	.003015535137
45.	16636873893	ONICE FERNANDES DE ARAUJO	.00254418171
46.	16631990247	ORLEIDE BARBOSA AMORIM	616941931-87
47.	16632016937	RAIANE CARDOSO DOS SANTOS	.06196264109
48.	21057873669	RAISA RAYANE GALDIOLI	.05669106164
49.	23720094193	RENATA BORGES DOS SANTOS	.07371834119
50.	20706112649	ROSA SOBRINHO DE SOUZA	622197231-00
51.	16632913599	ROSELY MARÇAL DE ARAUJO MELO	.02002995141
52.	16595183898	SABRINA NATALY RODRIGUES DE CASTRO	.04826161131
53.	16553427241	SALETE BORGES DE MORAES	.03784429106
54.	16632072845	SUERLANE ALMEIDA FERREIRA	718830611-72
55.	20704382991	TANIA RODRIGUES DA SILVA	020287201-74
56.	20334714030	VALDIRA DA SILVA MARACAIPE	604166021-34
57.	20653789224	VALDIVINA FRANCISCA DIAS	502918581-04
58.	16591774255	VANESSA DA SILVA CAMPOS	.05923985101
59.	16631589178	VANESSA DOS SANTOS RODRIGUES	698962402-72
60.	16684634607	VILMA PEREIRA DOS SANTOS	.00147445116
61.	21078568954	ZULEIDE RODRIGUES DE ARAUJO	.00463143183
62.	16156233602	DEUSELINA RODRIGUES DOS SANTOS	545686251-49
63.	23669709807	GEANES CLEIA VIEIRA DA SILVA	.01299685102
64.	16632007490	RAPHAELA CRISTINA RIBEIRO	.06611544160
65.	23611994487	ORLINDA BORGES DE OLIVEIRA	.01564768198
66.	12808443317	LUCIANA GOMES DE FREITAS	.067315569120
67.	16297353043	ILCILEIA FERREIRA DE SOUSA	.01598789341
68.	16283818952	GRACIELI REGINA CAETANO SANTOS	.05640100141
69.	16553368822	PATRICIA JOSIANE ASSIS SOUZA	.03916957112
70.	21021695787	IRAILDES OLIVEIRA DA SILVA	.01121646174
71.	16203636666	IVONE DA SILVA FERNANDES ARAUJO	864599961-72
72.	16424341561	LAURENI GOUVEIA DE SOUZA	977244321-04
73.	17059373924	MARIA LUZ ROCHA	502913861-72
74.	20334694374	LUZIA SOARES DA SILVA	967789971-68
75.	21203099950	ANA PAULA DOS REIS MELO	.01009741128
76.	21058694385	ALEXIA APARECIDA MOREIRA DE MOURA	.04209686107
77.	16646974986	RAIMUNDA PEREIRA PINTO	.01613779309
78.	20401200102	FABIANA MACIEL DE OLIVEIRA	.03517842176
79.	20402302383	MARIA DIVINA RODRIGUES DA SILVA	941671501-82
80.	12673807405	ROSA MARIA DOS SANTOS SILVA	883496671-68
81.	16242262135	JOAQUIM RODRIGUES BATISTA	291916021-49
82.	13302104404	REGINA ARAUJO DE SOUZA	033379911-90
83.	16088001160	ALZENI ANA DE JESUS	709170511-49
84.	21078388220	MARIA APARECIDA CAETANO VIEIRA	593691081-49
85.	16623534897	TAYONARA SILVA GOMES DIAS	026747242-00
86.	20706111960	FABIANA MARIANA DE OLIVEIRA	021037471-35
87.	20497322700	DEDIA KELLEN GOMES DA SILVA	024338521-88
88.	12202160142	LAURITA RODRIGUES DE SOUSA	514265281-91
89.	20958149598	NEUSIRENE ARAUJO DA SILVA	555236761-87
90.	21047784760	MARIA APARECIDA PEREIRA DA SILVA	790324519-87
91.	16285985716	IZEQUIAS SOARES LACERDA	060176261-40
92.	16594606019	WINCLEIA BORGES DE LIMA	070.348.501-60
93.	23682548161	FABIANA DOS SANTOS	013841491-20
94.	23794166937	LAIRA ROSA NETO DE OLIVEIRA	067642851-79
95.	12740689405	ELIANE ALVES CARDOSO	968523211-34

Pois conforme preceitua a *"Lei Estadual Nº 10.523, DE 17 DE MARÇO DE 2017; o comitê e o colegiado deliberou por esta relação de famílias.* E alguns nomes foram encaminhados para novas visitas, a próxima reunião irá para tratar desta pauta. As 16 horas encerrou-se a reunião e eu Neusa Mourão Secretária Executiva do conselho lavrei a presente ata que segue assinada por todos presentes.

Valquíria Soares Dantas Ferreira

Nubia Silva Alencar

Rosena Fernandes de Sena-Presidente

Helaine Cristina Santos Barbosa

Fernanda Gomes Rodrigues

Lilian Rodrigues da Costa

Carlos Alberto Strzelecki

Maria Marlene Zandoná Galle

Neusa de Almeida Mourão Santos-secretária

PLANEJAMENTO E FINANCAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 058/2018

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 058/2018

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto 3.161/2018; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 31/07/2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 058/2018, que teve como vencedora a empresa: JONATHAN SILVA LUZ 01322186154, CNPJ: 30.709.546/0001-87.

Água Boa - MT, 31 de julho de 2018.

Marcos da Silva

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PORTARIA 215/2018

PORTARIA 215/2018

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES,** no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º - **Art. 1º. – Conceder 02 (dois) anos** de **Afastamento Para Tratar de Assuntos de Interesse Particular, sem ônus para o Município**, a Servidora publica municipal a Sra. **MARIA ELIZABETH DELGADO GOMES,** portadora do **RG N° 101.342.39 SSP/MT** e do **CPF N° 522.499.721. 68, Titular do Cargo Efetivo de ASSISTENTE - AGENTE ADMINISTRATIVO,** conforme preceitua o Art. 125 da Lei Municipal 11/90 de 19/11/1990**.**

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia do dia 25/07/2018 revogada a disposições em contrário**.**

Publique-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai - MT, 26 de Julho de 2018.

DIANE VIERIA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA 219/2018

PORTARIA 219/2018

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder 03 (três) meses de Licença Especial ao Servidor ALEXIVALDO LEITE ARAUJO – Titular do Cargo Efetivo de SERVIÇO DE APOIO I – 40 HRS SEMANAIS, junto a Secretaria Municipal de Saúde, por ter completado 05 (Cinco) anos de serviço público municipal, referente ao qüinqüênio, compreendendo no período de 2004/2009, para gozar a partir de 23/07/2018 a 21/10/2018.

Art. 2º. – Conceder 03 (três) meses de Licença Especial a Servidora ELLIS DE ALMEIDA SILVA – Titular do Cargo Efetivo de ENFERMEIRO – TEC DE NIVEL SUPERIOR DA SAÚDE, junto a Secretaria Municipal de Saúde, por ter completado 05 (Cinco) anos de serviço público municipal, referente ao quinquênio, compreendendo no período de 2012/2017, para gozar a partir de 05/07/2018 a 03/10/2018.

Art. 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai–MT. 31 de Julho de 2018.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGAO PRESENCIAL N. 014/2018

O Município de Alto Paraguai - MT, por meio do Pregoeiro Oficial nomeado pela **Portaria n. 160/2018**, torna público, para conhecimento dos interessados, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO** na forma **PRESENCIAL**, **do tipo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO, tendo como critério de julgamento o MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE,** cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E PEÇAS ELÉTRICAS GENUINAS E/OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, PARA VEICULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS E MOTOCICLETAS DA FROTA MUNICIPAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.**A abertura dos envelopes se dará em sessão pública do **dia 17 de Agosto de 2018, às 09h00min** (fuso horário local). O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Alto Paraguai – Setor de Licitação, nos dias úteis das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, sito à Rua Presidente Médici, 470, Bairro Planalto, Alto Paraguai - MT, e também no site: www.altoparaguai.mt.gov.br.

Alto Paraguai - MT, 31 de Julho de 2018.

YHURI RAYAN ARRUDA DE ALMEIDA

Pregoeiro Oficial

PORTARIA 203/2018

PORTARIA 203/2018

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES,** no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Sra. **ALESSANDRA DOS SANTOS PEREIRA**, portadora do **RG N° 1588399-0 - SSP/MT** e do **CPF N° 006.828.201.05**, titular do cargo de Contratada de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS- LIMPEZA URBANA** contrato Nº 027/2018**,** junto aSecretaria Municipal de Infra Estrutura e Saneamento.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia do dia 03/07/2018, revogada a disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Mun. De Alto Paraguai – MT, 03 de Julho de 2018

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

Prefeita Municipal

PORTARIA 201/2018

PORTARIA 201/2018

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES,** no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o Sr. **ANTONIO DANTAS CAMPOS**, portador do **RG N° 13939106 SSP/MT** e do **CPF N° 891.852.931.72**, titular do cargo de Contratado de **OPERADOR DE MAQUINAS PESADA** contrato Nº 070/2018**,** junto aSecretaria Municipal de Infra Estrutura e Saneamento.

Art. 4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia do dia 01/07/2018, revogada a disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Mun. De Alto Paraguai – MT, 01 de Julho de 2018

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

Prefeita Municipal

PORTARIA 221/2018

PORTARIA 221/2018

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

Considerando a necessidade de organizar, estruturar, economizar, dinamizar e estabelecer as Normas sobre o regime Jurídico estabelecido pelas Leis Municipais 11 de 19/11/1990, 264 de 02/08/2010 e 265 de 02/08/2010 que Dispõem sobre o Estatuto e os Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais de Alto Paraguai – MT.

Considerando os princípios constitucionais e a necessidade de cumprimento do limite de gastos com pessoal em conformidade ao art. 19, da Lei 101 de 04/05/2000 – LRF;

RESOLVE:

Art. 1º - Transpor as Servidoras Públicas Municipal, conforme lotação descrita abaixo.

Ø **DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – Depto de Farmácia Central da Atenção Básica.**

JACIRA DA CONCEIÇÃO TABAJARA BISPO – Auxiliar de Serviços Gerais

Ø **PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO – Depto de Aviação e Obras Publicas**

JACIRA DA CONCEIÇÃO TABAJARA BISPO – Auxiliar de Serviços Gerais

Ø **DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SANEAMENTO – Depto de Aviação e Obras Publicas**

MARIA AVELINA DE FRANÇA- Serviço de Apoio I- Auxiliar de Serviços Gerais

Ø PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – Depto de ESF II - Estratégia de Saúde da Família "Helio Corrêa da Costa".

MARIA AVELINA DE FRANÇA- Serviço de Apoio I- Auxiliar de Serviços Gerais

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se;

Registra-se;

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, 01 de Agosto de 2018.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 015/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 015/2018

A Prefeita do Município de Paraguai-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em especial o art. 37, item IX da constituição Federal e o disposto no Edital do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2018.

C O N V O C A

Os abaixo relacionados aprovados no Processo Seletivo Simplificado, homologado pelo Decreto Municipal nº 086/2018, que deverão comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, na Prefeitura Municipal de Alto Paraguai - MT, no horário das 7h00 às 11h00 ou 13h00 as 17h00, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei, apresentando as seguintes documentações:

a) Cópia autenticada em cartório da Carteira de Identidade;

b) Cópia autenticada em cartório do Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição, se à época já possuía 18 (dezoito);

c) Cópia autenticada em cartório do CPF;

d) Cópia autenticada em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

e) Cópia autenticada em cartório da Certidão de nascimento

f) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);

g) Comprovante de Endereço;

h) Uma fotografia, tamanho 3x4 recente, colorida;

i) Fotocópia autenticada em cartório dos documentos que comprovem escolaridade exigida para o cargo / categoria profissional /especialidade, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no conselho de classe;

j) Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital;

k) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo para demonstração de compatibilidade com o horário disponível interesse do Órgão Público;

l) Declaração de antecedentes criminais;

m) declaração de não acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas publicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88;

n) Atestado médico, firmado por profissional da área de medicina trabalho ou da rede pública de saúde, de capacidade física e mental;

o) Comprovante de Conta Corrente ou / Salário;

p) Cópia da Certidão de Nascimento dos Filhos (menores de 18 anos);

q) declaração de Escolaridade dos Filhos (menores de 18 anos);

r) Cópia do Cartão de Vacina dos Filhos (menores de 18 anos);

s) Cópia do CPF de Dependente maior de 18 anos;

t) Cópia CPF do Pai e da Mãe;

u) Cópia CPF do Cônjuge (se casado);

v) Cópia da carteira de Trabalho;

w) Demais documentos, se necessários, solicitados pelo Município.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta data, e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA,** quanto ao Preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservados e á Administração o direito de convocar outro candidato.

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

Inscrição Nº 2830– WILLIAM DA SILVA CORDEIRO – Classificação-----06°

Inscrição Nº 2530– EDISLAN CLEYTON ALVES DA COSTA – Classificação-----07°

CARGO: PEDREIRO

Inscrição Nº 70– LUIZ CARLOS PEDROSO PADILHA – Classificação-----03°

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (LIMPEZA URBANA)

Inscrição Nº 760– ANTONIA DARK RIBEIRO DA SILVA – Classificação-----07°

CARGO: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR (MÉDICO VETERINÁRIO)

Inscrição Nº 3900– WILLIAM BARELLA DA ROCHA – Classificação-----01°

Gabinete da Prefeita 31 de Julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 117/2018

DECRETO Nº 117/2018

"Dispõe sobre Exoneração da servidora que menciona."

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Fabio Mauri Garbugio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerada, **a pedido**, do Cargo de **Merendeira**, a Senhora **Klauciane da Silva**, inscrita devidamente no CPF/MF sob o n° 007.536. 121-35.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 31 de julho de 2018.

Fabio Mauri Garbugio

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 116/2018

DECRETO Nº 116/2018

"Dispõe sobre Exoneração da servidora que menciona."

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Fabio Mauri Garbugio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerada, **a pedido**, do Cargo de **Auxiliar de Desenvolvimento**, a Senhora **Maria Alves de Andrade**, inscrita devidamente no CPF/MF sob o n° 045.680.934-14.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 31 de julho de 2018.

Fabio Mauri Garbugio

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 96/2018 DE 25 DE JULHO DE 2018

PORTARIA Nº 96/2018

De 25 de julho de 2018

REVOGA PORTARIA

O Sr. GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e conforme preceitua a Lei Orgânica do Município de Araguaiana – MT.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogada a Portaria nº 01/2017 de 02/01/2017, que nomeia o Sr. **NARCISO CORREA LIMA,** portador da CI RG **nº 916013** – SSP/MT e inscrito no CPF sob o **nº 593.662.811-68**, no cargo de **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.**

Art. 2 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 25 de julho de 2018.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 98/2018 DE 26 DE JULHO DE 2018

PORTARIA Nº 98/2018

De 26 de julho de 2018

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor **JOSE MARQUES DA SILVA**, portador da CI RG **nº 482769-4 SSP-MT** e inscrito no CPF sob o nº **329.257.861-20**, no cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** enquadrando-o no Quadro Geral de Provimento em Comissão conforme Lei Municipal nº 713/17 de 24/02/2017.

Art. 2º - As despesas da presente portaria correm por conta da seguinte dotação:

03– Secretaria Municipal de Administração e planejamento

03.01 – Gabinete do Secretario

2006 – Manutenção e encargos com Secretaria Municipal de Administração e planejamento

3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 26 de julho de 2018.

Getúlio Dutra Vieira Neto

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 230/2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO NOS TERMOS DO ARTIGO 102º DA LEI 135/92 (RJU) A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença prêmio nos termos do art. 102º da Lei Municipal nº 135/92 (RJU- Regime Jurídico Único) ao servidor **JOÃO CARLOS DE FRANÇA**, matrícula nº 1669, ocupante do cargo efetivo de Braçal, **por um período de 30 (trinta) dias, com efeitos a partir de 01/08/2018.**

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos trinta e um (31) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 231/2018

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO NOS TERMOS DO ARTIGO 102º DA LEI 135/92 (RJU) A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença prêmio nos termos do art. 102º da Lei Municipal nº 135/92 (RJU- Regime Jurídico Único) ao servidor **SEBASTIÃO SERPA MOTA**, Matrícula nº 878, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, **por um período de 30 (trinta) dias.**

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23/07/2018, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos trinta e um (31) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

AVISO DE RESULTADO DO PREGAO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS 041/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS/MT.

Data da realização: 26/07/2018.

Empresas vencedoras:**C. A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES- EIRELI,** inscrita no **CNPJ: 26.457.348/0001-04, NO VALOR TOTAL DOS ITENS DE R$ 82.867,40 (OITENTA E DOIS MIL OITOCENTOS E SESSENTA E SETE REAIS)**

L.P COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVICOS LTDA EPP, NO VALOR TOTAL DOS ITENS DE R$ 73.099,90 (SETENTA E TRES MIL NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA CENTAVOS).

ARENÁPOLIS - MT, 26 de julho de 2018.

REGINA LUCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

AVISO DE RESULTADO DO PREGAO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS 042/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, MATERIAL DE LIMPEZA E GÊNEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT.

Data da realização: 31/07/2018.

Empresas vencedoras:**ARENA MIX COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI,** inscrita no CNPJ sob **Nº. 15.337.202/0001-09,** no valor total dos itens de **R$ 19.233,39 (dezenove mil duzentos e trinta e três reais e trinta e nove centavos)**, a empresa **FLOR DE MAIO COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI,** inscrita no CNPJ sob **Nº. 26.511.522/0001-41,** no valor total dos itens de **R$ 87.775,21 (oitenta e sete mil setecentos e setenta e cinco reais e vinte e um centavos)**, a empresa **GISLAINE GUSMÃO SAMPAIO–ME,** inscrita no CNPJ sob **Nº. 02.608.200.0001-57**, no valor total dos itens de **R$ 94.322,01 (noventa e quatro mil trezentos e vinte e dois reais e um centavos)**, a empresa **MERCADÃO DA LIMPEZA COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME** inscrita no CNPJ sob **Nº. 14.689.405/0001-93,** no valor total dos itens de **R$ 26.863,68 (vinte e seis mil oitocentos e sessenta e três reais e sessenta e oito centavos)**, a empresa **SETE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP,** inscrita no CNPJ sob **Nº. 04.578.067/0001-69,** no valor total dos itens de **R$ 29.722,41 (vinte e nove mil setecentos e vinte e dois reais e quarenta e um centavos)** e a empresa **S V X COMERCIO DE MATERIAIS PEDAGOGICOS E INFORMATICA EIRELI,** inscrita no CNPJ sob **Nº. 29.424.059/0001-99,** valor total dos itens de **R$ 3.238,35 (três mil duzentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos).**

ARENÁPOLIS - MT, 31 de julho de 2018.

REGINA LUCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PREFEITURA DE ARIPUANÃ/MT – GESTÃO 2017/2020 PROJETOS DE CONVÊNIOS EM ANDAMENTO – EXERCÍCIO 2018

CONVENIO Nº/ C/CORRENTE/ EMPENHO Nº	EMPRESA	VIGÊNCIA	OBJETO	VALOR CONV.	VALOR RECEBIDO	VALOR À RECEBER	ORIGEM	ORGÃO CONCEDENTE	EMPENH. LIQUID. PAGO
CR 030696097/2009 C/C 6.416-9 EMP.: 7667/2010	Nativa Engenharia **RESCINDIDO**	31/12/2018	Construção Praça Jardim Planalto	162.500,00	81.951,39	80.034,94	Estadual	SEDTUR **OBRA PARALISADA** **Executado pela União e Estado**	Emp.: 161.986,33 Liq: 81.951,39 Pago: 81.951,39 **S. Anulado: 80.034,94**
Convênio 597/2008 C/C 22.703-X EMP.: 7784/2011	Manto Construção e Saneamento	11/10/2018	Sistema de Esgotamento Sanitário	2.300.000,00 CP 121.052,63	2.300.000,00 CP 121.052,71	-	Federal	FUNASA	Emp: 2.413.165,30 Liq: 2.131.909,16 Pago: 2.131.909,16 A pagar: 281.256,14
TC/PAC1168/2009 C/C 23.099-5 EMP.: 687/2012	Base Dupla Serviços e Construções **RESCINDIDO**	27/06/2018	Sistema de Abastecimento de Água	3.605.000,00 CP 180.250,00	2.397.325,00 CP 126.175,00	1.027.425,00 CP 54.075,00	Federal	FUNASA **CONV. IMPRORROGÁVEL CONF. OF. FUNASA**	Emp.: 3.602.500,00 Liq: 2.504.450,04 Pago: 2.504.450,04 **S. Anulado: 1.098.049,96**
TC 200179/2011 C/C 23.311-0 EMP.: 4470/2017 4471/2017 4472/2017	Poli Engenharia	28/10/2018	Construção de Centro pro - infância – Centro Planalto	1.307.560,09	1.307.560,09	-	Federal	FNDE	Emp.: 622.711,52 Liq: 562.371,65 Pago: 562.371,65 A Pagar: 60.339,87
TC 201503/2011 C/C 23.800-7 EMP.: 9680/2016	Viva Projetos & Construções	08/08/2018	Construção de Centro pro - infância – Vila Operária	1.307.560,25	1.307.560,25	-	Federal	FNDE	Emp.: 415.135,20 Liq: 369.705,11 Pago: 369.705,11 A pagar: 45.430,09

CR 30383371/2009 C/C 647.254-0 EMP.: 3761/2011	Dardanelos Construtora Ltda	31/07/2018	Pavimentação nas ruas 31 de março, Dep. Moreno, Maria P. Passarinho, São Francisco, Dr. Sebastião, 7 de Setembro, Avenida Tancredo Neves – Emenda Jaime Campos	493.100,00 CP 18.340,17	493.100,00 CP 16.661,48	-1.678,69	Federal	M. CIDADES **OBRA CONCLUÍDA** **EM FASE P.C. FINAL**	Emp.: 464.627,78 Liq: 464.617,16 Pago: 464.617,16 **S. a anular: 10,62**
CR 30383371/2009 EMP.: 7891/2013	Dardanelos Construtora Ltda **T. Aditivo**	30/06/2017	Pavimentação nas ruas 31 de março, Dep. Moreno, Maria P. Passarinho, São Francisco, Dr. Sebastião, 7 de Setembro, Avenida Tancredo Neves – Emenda Jaime Campos -	116.023,28	116.023,28	-	Próprio	PMA	Emp.: 116.023,28 Liq: 116.023,28 Pago: 116.023,28
13868636000111002 C/C 23.965-8 EMP.: 5476/2012	Poli Engenharia	15/05/2018	Construção de Academia de Saúde	100.000,00	80.000,00	20.000,00	Federal	FNS	Emp.: 100.000,00 Liq: 90.543,37 Pago: 80.000,00 A pagar: 20.000,00
TC/PAC 031/2012 C/C 24.623-9 EMP.: 1442/2017 1443/2017	WJC Construtora	26/08/2018	Sistema de Esgotamento Sanitário	2.836.414,16	1.985.389,91	851.024,25	Federal	FUNASA	Emp.: 2.835.433,26 Liq: 1.895,361,04 Pago: 1.895,361,04 A pagar: 940.072,22
Conv. 785573/2013 C/C 647.013-3 EMP.: 9111/2016 EMP.: 9112/2016	PK Construções Civis Ltda **RESCINDIDO**	30/09/2019	Pavimentação Asfáltica em vias urbanas no município de Aripuanã-MT	394.200,00 CP 8.044,90	197.100,00 8.044,90	-	Federal	MCIDADES **OBRA PARALISADA** **REPROG. APROVADA**	Emp: 316.761,62 Liq: 38.173,92 Pago: 38.173,92 **S. ANULADO: 278.587,70**
808625/2014 C/C 647.025-7 EMP.: 4683/2015 EMP.: 4684/2015	PK Construções Civis Ltda	31/07/2018	Reforma e Ampliação da Feira do Produtor Rural	243.750,00 CP 52.938,69	243.750,00 CP 52.938,69	-	Federal	MAPA **CONV. IMPRORROGÁVEL CONF. INF. CAIXA**	Emp: 296.688,69 Liq: 285.514,81 Pago: 275.213,02 A pagar: 21.475,67
TC PAC2 09596/2014 C/C 27.798-3 EMP.: 9481/2014	Poli Engenharia	08/09/2018	Construção de Cobertura de Quadra Escolar Grande E.M. José Ary da Costa	244.990,35	227.841,03	17.149,32	Federal	FNDE/MEC	Emp: 244.990,35 Liq: 228.117,03 Pago: 228.117,03 A pagar: 16.873,32
TC PAC2 09475/2014 C/C 27.790-8 EMP.: 6010/2015	PK Construções Civis Ltda **C. RESCINDIDO**	30/03/2019	Construção de Quadra Escolar Coberta c/ Vestiário E.M. Jari E. Zambiazi	509.937,60	122.385,02	387.552,58	Federal	FNDE/MEC **OBRA EM ANDAMENTO C/ NOVA EMPRESA**	Emp: 504.860,14 Liq: 101.826,15 Pago: 101.826,15 **S. ANULADO: 403.033,99**
TC PAC2 09475/2014 C/C 27.790-8 EMP.: 9014/9015 e 9016/2017	Leanvert Engenharia Ltda	30/03/2019	Construção de Quadra Escolar Coberta c/ Vestiário E.M. Jari E. Zambiazi	408.111,45 CP 159.740,28	20.558,87 CP 152.532,26	387.552,58 CP 7.208,02	Federal	FNDE/MEC	Emp: 567.851,73 Liq: 152.532,26 Pago: 152.532,26 A pagar: 415.319,47
TC PAR 29747/2014 C/C 27.827-0 EMP.: 2975/2015	PK Construções Civis Ltda **C. RESCINDIDO**	17/11/2018	Escola 06 Sala – Projeto FNDE E.M. José Ary da Costa	1.021.221,35	311.472,51	709.748,84	Federal	FNDE/MEC **OBRA PARALISADA** **AGUARD. LICITATÓRIO**	Emp: 969.942,43 Liq: 296.172,17 Pago: 296.172,17 **S. ANULADO: 673.770,26**
C/C 27.827-0 EMP.: 5831/2015	PK Construções Civis Ltda	17/11/2018	Escola 06 Sala – Projeto FNDE E.M. José Ary da Costa – **1º ADITIVO**	-	9.140,03	-	Recurso Próprio	PMA	Emp: 9.140,03 Liq: 9.140,03 Pago: 9.140,03
Convênio 073/2015 C/C 29.071-8 EMP.: 4853 e 4854/2016	Mato Grosso Com. De Asfalto Ltda-ME	03/08/2018	Recuperação Asfáltica – Lama Asfáltica em Vias Públicas no município de Aripuanã-MT.	200.000,00 CP 4.000,79	66.666,66 CP 4.000,79	133.333,34	Estadual	SECID **OBRA FINALIZADA** **PEND. RECURSO FINANC. ESTADO**	Emp: 203.269,95 Liq: 203.264,38 Pago: 58.944,67 A pagar: 144.325,28
Conv. 816317/2015 C/C 647.030-3	MC Terraplanagem Transp.	31/10/2018	Implantação de pavimentação em vias urbanas no município	987.600,00	20.739,60	966.860,40	Federal	MCIDADES	Emp: 1.053.319,95

EMP.: 1448/2017 EMP: 1449/2017	E Serviços Ltda ME		de Aripuanã- B. Jardim Planalto.	CP 65.719,95	CP 65.719,95				Liq: 22.150,59 Pago: 22.150,59 A pagar: 1.031.169,36
Conv. 816327/2015 C/C 647.031-1 EMP.: 1450/2017 A 1469/2017	MC Terraplanagem Transp. E Serviços Ltda ME	31/10/2018	Adequação de Estradas Vicinais.	975.000,00 CP 1.225,76	2.535,00 CP 1.225,76	972.465,00	Federal	MAPA	Emp: 962.900,59 Liq: 2.533,31 Pago: 2.533,31 A pagar: 960.367,28
Conv. 822424/2015 C/C 647.033-8 EMP.: 4468 e 4469/2017	Leanvert Engenharia Ltda	10/10/2018	Construção da 1º Etapa do Terminal Rodoviário no município de Aripuanã-MT	487.500,00 CP 2.363,72	243.750,00 CP 2.363,72	243.750,00	Federal	MTUR	Emp: 463.288,37 Liq: 128.196,58 Pago: 128.196,58 A pagar: 335.091,79
PROPOSTA FNS 13868.636000/1150-01 C/C 29.450-0 EMP.:	**Não Licitado**	31/03/2019	Aquisição de equipamento e material permanente para as Unidades Básicas de Saúde(C. Alta/Conselvan/J.Planalto/Centro) Emenda Eliene Lima.	149.865,00	149.865,00	-	Federal	MS/FNS	Emp: Liq: Pago: A pagar:
Conv. 0803/2016 C/C 29.350-4 EMP.:	**Não Licitado**	05/02/2019	Construção de Muro na Escola Municipal José Ary da Costa	100.000,00 CP 3.602,94	CP 3.602,94	100.000,00	Estadual	SEDUC **ESTADO Ñ LIBEROU RECURSO**	Emp: Liq: Pago: A pagar:
Conv. 0917/2016 C/C 29.432-2 EMP.:7225/7226/7227/7228/7229/7230-2016 7356/7357-2016 7924/2016 9178/2016 5090 à 5095/2017	Ailton Klitzke Arnelei Sergio Kalk Charlene Kalk M.P. Firme Com. De Prod. Agrop. Ltda Posto Irmãos Krupinski Ltda Vauvernag Alves Lima MEI	23/08/2018	Adequação do Viveiro de mudas de café clonal existente no Distrito de Conselvan e produção de 250.000 mudas no prazo de 01(um) ano para a cadeia produtiva do café no município de Aripuanã e região.	224.998,77 CP 10.000,00	224.998,77 10.000,00	-	Estadual	SEAF **SALDO À LICITAR**	Emp: 206.510,22 Liq: 201.813,10 Pago: 201.813,10 **Saldo Anulado: 4.697,12**
Conv. 0917/2016 C/C 29.432-2 EMP.: 5090/2017 à 5095/2017	Charlene Kalk Marciel K. Klitzke Claudeir Kester Valtair Kester José Pedro R. S. Neto Gilmar Lima	23/08/2018	Adequação do Viveiro de mudas de café clonal existente no Distrito de Conselvan e produção de 250.000 mudas no prazo de 01(um) ano para a cadeia produtiva do café no município de Aripuanã e região.	224.998,77 CP 10.000,00	-	-	Estadual	SEAF	Emp: 18.500,00 Liq: 18.500,00 Pago: 18.500,00
PROPOSTA FNS 13868.636000/1160-01 C/C 29.754-2 EMP.: 4779/2017 a 4782/2017 e 4760/17 a 4761/2017	J.C. Auto Motors Giga Com. De Prod. Hosp. Alim. E Sup. Ltda Indrel Ind. De Ref. Londrinense	31/03/2019	Aquisição de equipamento e material permanente para a Unidade Básica de Saúde de Conselvan – Emenda Adilton Sachetti.	149.990,00	149.990,00	-	Federal	MS/FNS	Emp: 142.020,00 Liq: 142.020,00 Pago: 142.020,00
PROPOSTA FNS 13868.636000/1160-01 C/C 29.754-2 EMP.: 10324/2017	Dihol Dist. Hospitalar Ltda	31/03/2019	Aquisição de equipamento e material permanente para a Unidade Básica de Saúde de Conselvan – Emenda Adilton Sachetti.	-	-	-	Federal	MS/FNS	Emp: 3.150,00 Liq: Pago: **EMP. ANULADO**
PROPOSTA FNS 13868.636000/1160-01 C/C 29.754-2 EMP.:	**Saldo a Licitar**	31/03/2019	Aquisição de equipamento e material permanente para a Unidade Básica de Saúde de Conselvan – Emenda Adilton Sachetti.	7.970,00	7.970,00	-	Federal	MS/FNS **À LICITAR**	Emp: Liq: Pago: A pagar:
PROPOSTA FNS 13868.636000/1160-02 C/C 29.755-0 EMP.:	**Não Licitado**	31/03/2019	Aquisição de equipamento e material permanente para as Unidades Básicas de Saúde (C. Alta e J. Planalto) Emenda Blairo Maggi.	149.955,00	149.955,00	-	Federal	MS/FNS	Emp: Liq: Pago: A pagar:
PROPOSTA FNS 13868.636000/1160-04 C/C 30.048-9 EMP.:	**Não Licitado**	31/12/2018	Aquisição de equipamento e material permanente para uso na Unidade Básica de Saúde (Cidade Alta) – Emenda Blairo Maggi.	49.980,00	49.980,00	-	Federal	MS/FNS	Emp: Liq: Pago: A pagar:
TC PAR Nº 98230/2017 C/C 29.817-4 EMP.:	**Não Licitado**	08/05/2019	Ampliação do CEI Albertina Felício dos Santos. Em. Vitório Galli	300.000,00 CP 654,93	-	300.000,00 CP 654,93	Federal	FNDE/MEC	Emp: Liq: Pago: A pagar:
Conv. 846675/2017 C/C 30.471-9 EMP.:	**Não Licitado**	05/12/2018	Aquisição de máquinas pesadas (02 retroescavadeiras). Em. Sem. Wellington Fagundes	400.768,00 CP 59.232,00	- CP 59.232,00	400.768,00	Federal	SUDAM/MI	Emp: Liq: Pago: A pagar:
Conv. 853531/2017 C/C 647.051-6 EMP.:	**Não Licitado**	30/09/2019	Aquisição de Patrulha Agrícola	243.750,00 CP 7.150,00	- CP 7.150,00	243.750,00	Federal	MAPA	Emp: Liq: Pago: A pagar:
Conv. 851224/2017 C/C 30.523-5	**Não Licitado**	11/01/2019	Aquisição de Máquinas Pesadas – Trator Esteira	250.000,00	-	250.000,00	Federal	SUDAM/MI	Emp: Liq:

EMP.:				CP 250.000,00	CP 250.000,00	-			Pago: A pagar:
Conv. 855960/2017 C/C 30.531-6 EMP.:	**Não Licitado C/ Claus. Susp.**	30/09/2018	Recuperação de Estradas Vicinais, no PA Medalha Milagrosa, localizado n município de Aripuanã.	1.000.000,00 CP 2.000,00	-	1.000.000,00 CP 2.000,00	Federal	INCRA	Emp: Liq: Pago: A pagar:
T. de Compromisso nº 047/2017 C/C 30.275-9 EMP.:	**Não Licitado**	22/02/2019	Aquisição de veículo para Transporte de Pacientes, sendo 01(uma) Ambulância, para uso na Comunidade Cidade Morena. Em. Dep. Romualdo Junior.	100.000,00	100.000,00	-	Estadual	SES	Emp: Liq: Pago: A pagar:
T. de Compromisso nº 100/2017 C/C 30.276-7 EMP.:	**Não Licitado**	22/02/2019	Aquisição de equipamentos para Laboratório de Análises Clínicas, para uso na Comunidade de Conselvan. Em. Dep. Leonardo Albuquerque.	50.000,00	50.000,00	-	Estadual	SES	Emp: Liq: Pago: A pagar:
PROPOSTA FNS 13868.636000/1170-02 C/C 30.557-X EMP.:	**Não Licitado**	31/12/2018	Aquisição de 01(uma) Unidade Móvel de Saúde(PSF Cidade Alta). Em. Dep. Fed. Ságuas de Moraes	190.000,00	190.000,00	-	Federal	MS/FNS	Emp: Liq: Pago: A pagar:
PROPOSTA FNS 13868.636000/1170-03 C/C 30.557-X EMP.:	**Não Licitado**	31/12/2018	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes (PSF's Centro, Cidade Alta, J. Planalto e Conselvan). Em. Senador José Medeiros.	89.450,00	89.450,00	-	Federal	MS/FNS	Emp: Liq: Pago: A pagar:
PROPOSTA FNS 13868.636000/1170-04 C/C 30.557-X EMP.:	**Não Licitado**	31/12/2018	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes (PSF's Centro, Cidade Alta, J. Planalto e Conselvan). Em. Senador José Medeiros.	99.940,00	99.940,00	-	Federal	MS/FNS	Emp: Liq: Pago: A pagar:
PROPOSTA FNS 13868.636000/1170-06 C/C 30.557-X EMP.:	**Não Licitado**	31/12/2018	Aquisição de equipamento e material permanente para Unidade de Atenção Especializada. Em. Dep. Fed. Nilson Leitão.	149.940,00	149.940,00	-	Federal	MS/FNS	Emp: Liq: Pago: A pagar:
PROPOSTA FNS 13868.636000/1170-07 C/C 30.557-X EMP.:	**Não Licitado**	31/12/2018	Aquisição de equipamentos e material permanente (PSF Conselvan). Em. Dep. Fed. Ságuas de Moraes.	9.960,00	9.960,00	-	Federal	MS/FNS	Emp: Liq: Pago: A pagar:
TC 5101401712220957347/2017 C/C 30.557-X EMP.:	**Não Licitado**	14/05/2019	Aquisição de 01(uma) ambulância Tipo "A", sendo destinado ao transporte por condição de caráter temporário ou permanente. Em. Dep. Fed. Xuxu Dal Molin.	80.000,00	80.000,00	-	Federal	MS/FNS	Emp: Liq: Pago: A pagar:
TC 021/2018/SES C/C 30.660-6 EMP.:	**Não Licitado**	10/05/2019	Aquisição de 01(uma) Ambulância para USF de Conselvan, município de Aripuanã. Em. Dep. Est. Oscar Bezerra.	100.000,00	-	100.000,00	Estadual	FES **AGUARD. EMPENHO DO ESTADO**	Emp: Liq: Pago: A pagar:
TC PAR 201802440-8/2018 C/C EMP.:	**Não Licitado**	30/06/2019	Aquisição de materiais escolares – Kit Ensino Fund. Anos Iniciais e Kit Ensino Médio, EJA Fund. e EJA Médio. Em. Dep. Federal Vitório Galli. E.P. nº 25930010/2018.	7.475,61	-	7.475,61	Federal	FNDE	Emp: Liq: Pago: A pagar:
TC PAR 201802441-8/2018 C/C EMP.:	**Não Licitado**	30/06/2019	Aquisição de materiais escolares – Kit Educação Infantil. Em. Dep. Federal Vitório Galli. E.P. nº 25930010/2018.	16.453,14	-	16.453,14	Federal	FNDE	Emp: Liq: Pago: A pagar:
TC PAR 201802442-8/2018 C/C EMP.:	**Não Licitado**	30/06/2019	Aquisição de materiais escolares – Kit Educação Infantil. Em. Dep. Federal Vitório Galli. E.P. nº 25930010/2018.	28.776,99	-	28.776,99	Federal	FNDE	Emp: Liq: Pago: A pagar:
CONV. 0546/2018 C/C 30.102-7 EMP.:	**Não Licitado**	11/04/2019	Aquisição de 01(um) caminhão cabine dupla com carroceria de madeira, para transporte de produtos provenientes da Agricultura Familiar do município de Aripuanã. Em. Dep. Estadual Pedro Satélite.	170.000,00 23.800,00	-	170.000,00 23.800,00	Estadual	SEAF	Emp: Liq: Pago: A pagar:
CONV. 0577/2018 C/C 30.731-9 EMP.:	**Não Licitado**	13/04/2019	Aquisição de Implementos Agrícolas para atendimento da Associação dos Moradores Agroextrativistas da Resex Guariba Roosevelt/ Rio Guariba – AMORARR. Em. Dep. Estadual Valdir Barranco.	40.000,00 CP 14.580,00	-	40.000,00 CP 14.580,00	Estadual	SEAF	Emp: Liq: Pago: A pagar:

ARIPUANÃ-MT, 31 DE JULHO DE 2018.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2018

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria 9.859/2018, torna público que estará realizando licitação na Modalidade **Pregão Presencial** regido pela Lei Federal nº. 10. 520/2002, os Decretos Federais nº 7.892/2013, n° 8.250/2014 e nº. 8.538/2015, os Decretos Municipais nº 1.392/08 e nº. 3.259/2018 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. **Objeto: aquisição de veiculo tipo camionete zero km, e capota em fibra de vidro para transformação do veiculo em ambulancia em atendimento basico de saúde na localidade morena deste município,** Início da Sessão: **Dia 10/08/2018, às 08h00min (oito),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido no site **http://www.prefeituradearipuana.com.br** e pelo endereço eletrônico licitacao@aripuana.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 31 de julho de 2018.

Daniel Botoni

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 190/2018

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: COGESAN – COMPANHIA GERENCIADORA DE SANEAMENTO EIRELI - ME; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMA DE GERENCIAMENTO, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR, LEITURA DE HIDRÔMETROS E ENTREGA DE FATURAS DE ÁGUA, CORTE E RELIGAÇÃO NO CAVALETE EM ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DESTE MUNICÍPIO; PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2018; VALOR GLOBAL R$ 149.505,00; VIGÊNCIA: 1º/08/2018 A 31/07/2019.

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL COMPLEMENTAR DE CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2018

CONVOCAÇÃO PARA OPÇÃO DE POSSE DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS PARA O CARGO DE MOTORISTA DE ÔNIBUS – PCCS EDUCAÇÃO – **NO CONCURSO ABERTO PELO EDITAL N. 00**1/2015, EM LOCALIDADES DIVERSAS PARA A QUAL CONCORRERAM.

A Prefeitura Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Edital de Concurso Público nº 001/2015 e do Regulamento do Concurso, aprovado pelo Decreto municipal nº 2543/2015,

Considerando que surgiram vagas para o cargo de Motorista de Ônibus – PCCS Educação – em localidades do Município não abrangidas no concurso público;

Considerando o prazo de validade do concurso público prorrogado pelo Decreto n.º 3.111/2017;

RESOLVE determinar, por meio do presente edital, a reabertura das inscrições para opção de posse em localidades diversas, pelos candidatos classificados para o cargo de Motorista de Ônibus – PCCS Educação, nos termos do Edital Complementar n. 015/2015, mediante condições estabelecidas neste Edital.

1. DAS INSCRIÇÕES E SUAS CONDIÇÕES

1.1. A inscrição do candidato interessado implicará a concordância e aceitação das normas e condições descritas neste Edital.

1.2. São pressupostos para inscrição:

a) ser candidato classificado no Concurso Público n.º 001/2015, conforme Edital Complementar n. 015/2015;

b) não ter sido nomeado até o último dia da inscrição para a localidade para a qual se inscreveu.

1.3. As inscrições deverão ser realizadas no período de **1°/08 a 10/08/2018**, mediante requerimento a ser encaminhado para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, segundo modelo constante no **Anexo I** deste Edital, considerando-se extemporânea e sem nenhuma validade a inscrição feita fora desse período.

1.4. Os candidatos poderão se inscrever para as localidades relacionadas no **Anexo II** do presente Edital, indicando a ordem de preferência de lotação.

2. DAS VAGAS

2.1. Serão ofertadas vagas de acordo com o constante no **Anexo II** deste Edital.

2.2. As vagas consignadas no **Anexo II** pertencem às localidades onde não existem candidatos classificados aguardando nomeação.

3. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. Se o número de candidatos inscritos para determinada localidade for maior que o de vagas ofertadas (Anexo II), a preferência de posse obedecerá à ordem de classificação do Concurso Público (Anexo III).

3.2. O candidato que não apresentar inscrição nos termos deste Edital terá mantida sua classificação no concurso.

3.3. O candidato, ao ser nomeado para um dos cargos previstos no Anexo II do presente Edital, automaticamente perderá sua colocação na classificação do concurso.

3.4. O candidato nomeado que por qualquer motivo não tomar posse dentro do prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de nomeação terá sua nomeação tornada sem efeito e será considerado desistente de assumir a vaga no concurso.

3.5. O candidato deverá tomar posse e entrar em exercício na localidade para a qual foi nomeado, ficando **expressamente vedado** qualquer tipo de movimentação interna e remoção no período do estágio probatório.

Aripuanã, 31/07/2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

ANEXO I

TERMO DE OPÇÃO DE POSSE

_____, portador(a) do documento de identificação nº _____, órgão emissor _____, candidato(a) habilitado(a) no Concurso Público aberto pelo Edital n.º 001/2015, promovido pela Prefeitura Municipal de Aripuanã, no cargo de Motorista de Ônibus – PCCS Educação, pelo presente termo vem manifestar **INTERESSE DE POSSE** no referido cargo, com preferência de ordem nas seguintes localidades:

1ª _____; 2ª _____.

(OBS: O candidato deverá relacionar as localidades de interesse de acordo com a sua preferência)

Exemplo:

1ª Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Conselvan.

2ª Motorista de Ônibus - PCCS Educação: Milagrosa.

Aripuanã-MT, ____ de _____ de 2018.

Assinatura de candidato

ANEXO II

QUADRO DE VAGAS

LOCALIDADE	VAGA
Conselvan	01
Milagrosa	01

ANEXO III

Inscrição	Candidato
1553	ADARLEI GARCIA LUIZ
1092	JOVENIRO MASSIMO DOS SANTOS
0042	CARLOS EDUARDO MARTINS
1591	ROBER MARCOS BRAGA DE OLIVEIRA
0089	SIVALTO FERREIRA SANTOS
0671	JOÃO VENANCIO DA SILVA
1054	PEDRO APARECIDO DE QUADROS
0244	MAURI LINO DE SOUZA JUNIOR
1261	MIGUEL ARCANJO FILHO
0733	CLODOALDO CARLOS VIEIRA

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 189/2018

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: DARILEI SALVATERRA; REFERENTE À LOCAÇÃO DE UM IMOVEL COMERCIAL NA LOCALIDADE AR2, PARA ATENDER AS NECESSIDADES

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICIPIO, COM BASE NO ART. 24, INCISO X DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, COM AMPARO NO ART. 37, INCISO XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 010/2018; VALOR GLOBAL R$ 6.000,00; VIGÊNCIA: 1º/08/2018 A 31/07/2019.

GABINETE DO PREFEITO
OBRAS EM ANDAMENTO COM RECURSO PRÓPRIO - EXERCÍCIO DE 2018

EMPENHO CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO OBRA	VALOR OBRA/ ORÇADO	A PAGAR	ORIGEM FONTE	EMPENHADO LIQUIDADO PAGO
5143/2016 Contrato n° 132/2016	JV de Oliveira Silva ME	14/10/2018	Em andamento	Construção de Quadra Poliesportiva na Escola Municipal Deoclides de Macedo na Comunidade Milagrosa	68.788,30	12.780,54	Próprio 101	Emp: 68.788,30 Liq:56.007,76 Pago: 56.007,76 A pagar: 12.780,54
8119/2016 Contrato n° 132/2016 ***1º Termo Aditivon°119/2016***	*JV de Oliveira Silva ME*	*14/10/2018*	***Concluído***	*Construção de Quadra Poliesportiva na Escola Municipal Deoclides de Macedo na Comunidade Milagrosa*	*17.190,37*	-	*Próprio 101*	*Emp: 17.190,37 Liq: 17.190,37 Pago: 17.190,37 A pagar: -*
5556/2016 Contrato n° 146/2016	JV de Oliveira Silva ME	21/09/2018	Em andamento	Construção de Agroindústria de Farinha com 147,73 m³ de área no município de Aripuanã	149.673,56	79.900,37	Próprio 300	Emp: 149.673,56 Liq: 69.773,19 Pago: 69.773,19 A pagar: 79.900,37
5557/2016 Contrato n° 147/2016	JV de Oliveira Silva ME	20/10/2018	Termo de Recebimento Provisório 14/11/2017 ***Notificada – Aguardando reparos na Obra *****	Construção de Piso e Arquibancada de Quadra Poliesportiva na Escola Municipal José Ary da Costa na comunidade de Conselvan	86.295,73	-	Próprio 101	Emp: 86.295,73 Liq: 86.295,73 Pago: 86.295,73 A pagar: -
*	*A Licitar*	*	Aguardando Licitação	Construção de um muro com extensão de 200,95 metros, uma fossa séptica e um sumidouro em alvenaria, rampas de acessibilidade e escada em concreto armado *in loco*, no Espaço Educacional Infantil localizado na Vila Operaria	200.017,77	*	Próprio 119	Orçado: 200.017,77 Emp: - Liq: - Pago: - A pagar: - 200.017,77
*	*A Licitar*	*	Aguardando Licitação	Construção de um muro com extensão de 200,95 metros, uma fossa séptica e um sumidouro em alvenaria, rampas de acessibilidade e escada em concreto armado *in loco*, no Espaço Educacional Infantil localizado no Jardim Planalto	200.017,77	*	Próprio 119	Orçado: 200.017,77 Emp: - Liq: - Pago: - A pagar: 200.017,77

*** Observação:*

*Referente ao **Contrato n° 147/2016** encontra-se provisoriamente recebido, o engenheiro Fiscal Sr. Jeverson Rodrigues Cardoso está aguardando a empresa efetuar os reparos necessários, conforme parecer técnico – anexo, para que possa emitir o termo de recebimento definitivo.*

Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevemo-nos.

Aripuanã/MT, 31 de Julho de 2018.

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 041/2018

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial que trata o Edital nº. 041/2018, levado a efeito às **08h00min** do dia **27/07/2018** sagrou-se vencedora de todos os itens a empresa: **COGESAN - COMPANHIA GERENCIADORA DE SANEAMENTO EIRELI – CNPJ Nº 22.580.606/0001-86 no valor total de R$ 149.505,00.** Maiores informações poderão ser adquiridas pelo site http://www.aripuana.mt.gov.br, pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br, ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 31 de julho de 2018.

Daniel Botoni

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 188/2018

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: CLINICA MEDICA ARIPUANA LTDA- ME; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO DE 40 HORAS SEMANAIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA VILA OPERARIA, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2018; VALOR GLOBAL R$ 44.660,46; VIGÊNCIA: 1º/08/2018 A 31/01/2019.

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARIPUANÃ - APAE

Unidade Requisitante: Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Termo de Fomento: 001/2018

Processo Original: Inexigibilidade de Chamamento Público n. 001/2018

Objeto: Colaboração institucional, com a finalidade de promover ações de interesse público e recíproco em regime de mútua cooperação, entre a CONCEDENTE e a PROPONENTE, mediante transferência de recursos financeiros, com vistas à manutenção do atendimento educacional às pessoas portadoras de necessidades especiais do Município de Aripuanã, compreendendo o fornecimento de material humano especializado, transporte, alimentação, lazer, educação, saúde e serviço pedagógico específico, objetivando a garantia da cidadania e dos direitos fundamentais desses educandos, conforme Plano de Trabalho anexo, constituindo parte integrante do presente Termo, como se nele estivesse transcrito.

Valor Total: R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

Razão Social: APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Aripuanã

CNPJ: 05.944.126/001-38

Vigência: 12 meses

Início da Vigência: 01/08/2018

Término da Vigência: 31/07/2019

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

DECRETO Nº 3.378/2018.

SÚMULA:

"DELEGA O ATO DE PROCEDER A CONSULTAS E RETIRADAS DE EXTRATOS ATRAVÉS DO AUTO-ATENDIMENTO, MOVIMENTAR CONTAS FINANCEIRAS JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no inciso V do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal de Aripuanã que atribui competência ao Prefeito Municipal para delegar suas funções administrativas para outras autoridades do Poder Executivo;

Considerando que para dar celeridade ao tratar da coisa pública, não cessando a relação de continuidade das questões administrativas pautado sempre na boa execução destas funções;

DECRETA:

Artigo 1º Fica o Secretario Adjunto de Finanças, **Marcio Bogo**, devidamente nomeado por meio da Portaria nº 9.154/2017, o Secretario Municipal de Finanças, Sr **Deneval Rodrigues da Silva,** nomeado por meio da Portaria nº 9.186/2017 e a Secretaria Municipal de Administração, Srª **Andreia Cristina Medeiros,** nomeada por meio da Portaria nº 9.804/2018,em nome do Prefeito Municipal, autorizados a proceder à prestação do serviço-meio através de retirada de extratos bancários e acesso ao auto-atendimento com senha específica necessária, nas contas bancárias do Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação para gestão da movimentação dos recursos do FUNDEB, CNPJ 30.831.698/0001-58;

I. promover a movimentação financeira das contas do Município junto às Instituições Financeiras competentes;

II. coordenar a programação financeira da Conta;

III. proceder à supervisão, através de retirada de extratos e acompanhamento da movimentação financeira; auto-atendimento e outros meios necessários para a movimentação das contas bancárias;

IV. proceder à prestação do serviço-meio necessário ao funcionamento das Contas, através de senhas específicas necessárias;

V. Abrir contas de deposito;

VI. Autorizar Cobrança;

VII. Receber, passar recibo e dar quitação;

VIII. Retirar cheques devolvidos;

IX. Endossar cheques;

X. Sustar/ Contra-ordenar cheques;

XI. Cancelar cheques;

XII. Baixar cheques;

XIII. Efetuar resgates / aplicações financeiras;

XIV. Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;

XV. Consultar contas/aplic. Programas repasse;

XVI. Solicitar saldos/extratos de investimentos;

XVII. Encerrar contas de depósitos;

XVIII. Cartão transporte – autorizar deb/transf;

XIX. Supervisionar as atividades referentes a pagamento, recebimento, controle, movimentação e disponibilidade financeira;

XX. Utilizar o crédito aberto na forma e condições estipulados no contrato;

XXI. Solicitar saldos, extratos e comprovantes;

XXII. Solicitar talonários de cheque;

XXIII. Efetuar transferência e pagamentos por qualquer meio;

XXIV. Autorizar débito em conta relativos às operações;

XXV. Efetuar pagamentos por meio eletrônico;

XXVI. Efetuar transferência por meio eletrônico;

XXVII. Efetuar movimentação financeira no RPG;

XXVIII. Liberar arquivos de pagamentos no Gerfin/AASP;

XXIX. Solicitar saldos/extratos de operações de credito;

XXX. Emitir comprovantes;

XXXI. Efetuar transferências para mesma titularidade – meio eletrônico;

XXXII. Efetuar transferência eletrônica para alivio de numerário;

XXXIII. Consultar obrigações do DDA;

XXXIV. Desempenhar outras atividades correlatas à sua função.

Artigo 2º Os cheques e demais autorizações para movimentação, inclusive eletrônica, das contas do Município, conterão duas assinaturas conjuntas ou senhas eletrônicas dentre as seguintes: a do Prefeito Municipal, do Secretário de Finanças, do Secretário de Administração ou do Secretario Adjunto de Finanças (Tesoureiro Municipal).

Paragrafo Único: Nas demais movimentações eletrônicas, das contas do Município, também poderão ser movimentadas com duas assinaturas conjuntas ou senhas eletrônicas, da seguinte forma: a do Prefeito Municipal ou Secretário de Finanças ou do Secretário de Administração ou do Secretario Adjunto de Finanças (Tesoureiro Municipal).

Artigo 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 25 dias do mês de julho de 2018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2018

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial que trata o Edital nº. 029/2018, levado a efeito às **08h00min** do dia **19/07/2018** sagrou-se vencedora a empresa: **CLINICA MEDICA ARIPUANÃ LTDA-ME – CNPJ Nº 10.615. 291/0001-86 no valor total de R$ 44.660,46.** Maiores informações pode-

rão ser adquiridas pelo site *http://www.aripuana.mt.gov.br*, pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br, ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 31 de julho de 2018.

Daniel Botoni

Pregoeiro

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 010/2018

Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº. 010/2018

Objeto: Locação de um imóvel comercial medindo aproximadamente 60m² para abrigar as instalações da Unidade Básica de Saúde da Família na localidade AR-2 para atendimento da população usuária do SUS, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde deste município.

Contratante: Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT

Contratado: DARILEI SALVATERRA - **CPF nº 020.361.441-01**

Valor Global: R$ 6.000,00 (seis mil reais)

Data: 31 de julho de 2018.

Base Legal: com base no art. 24, inciso X da Lei nº 8.666/1993 e alterações, e com amparo no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal.

Daniel Botoni

Presidente da CPL

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 3.372/2018

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULACAO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 312.880,00 (TREZENTOS E DOZE MIL OITOCENTOS E OITENTA REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1550 de 20 de dezembro de 2017 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto créditos adicionais suplementar no valor de R$ 312.880,00 (trezentos e doze mil oitocentos e oitenta reais) as funções programáticas e dotações orçamentárias correspondentes:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
04.001.04.122.0002.2007 – Gestão da Semad			
4490.5200 – Equipamentos e Material Permanente	*01.00*	R$	1.000,00
08.003.26.782.0014.2049 – Conservação de Estradas Vicinais, Pontes e Bueiros			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica.	*01.00*	R$	500,00
08.004.17.512.0015.2050 – Gestão do Departamento de Água e Esgoto			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica.	*01.00*	R$	42.000,00
09.002.10.302.0018.2060 – Manutenção das ações do Atenc. Hosp. Amb. Emerg			
3390.3400 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes Contrato de	*01.14*	R$	135.000,00
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica.	*01.02*	R$	7.800,00
11.001.23.695.0024.2077 – Incentivo ao Turístico			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica.	*01.00*	R$	50.000,00
4490.5100 – Obras e Instalações	*01.00*	R$	76.580,00
TOTAL		**R$**	***312.880,00***

ARTIGO 2º Para cobertura dos créditos adicionais suplementar aberto no artigo anterior será anulado saldos orçamentários da seguinte dotação orçamentária:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
02.001.04.122.0002.2002 – Gestão do Gabinete do Prefeito			
3390.3500 – Serviços de Consultoria	*01.00*	R$	20.000,00
04.001.04.122.0002.2007 – Gestão da SEMAD			
3390.1400 - Diárias	*01.00*	R$	1.000,00
08.001.122.0002.2044 – Gestão da Sec. de Infraestrutura			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica.	*01.00*	R$	500,00
08.004.17.512.0015.2050 – Gestão de Dep. de Àgua e Esgoto			
3390.3000 – Material de Consumo.	*01.00*	R$	40.000,00
09.002.10.302.0018.2060 – Manutenção das ações do Atenc. Hosp. Amb. Emerg			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica.	*01.14*	R$	135.000,00
09.002.10.302.0018.2063 – Coleta e Realização de Exames			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica.	*01.02*	R$	7.800,00
11.001.04.128.0025.2074 – Formação e Capacitação de Recursos Humanos			
3390.1400 - Diárias	*01.00*	R$	2.000,00
3390.3000 – Material de Consumo.	*01.00*	R$	2.000,00
3390.3600 – Outros Serviços de Terceiros – P. Física	*01.00*	R$	2.000,00
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica.	*01.00*	R$	5.000,00
11.001.23.691.0023.2073 – Apoio Empresarial			
3390.3000 – Material de Consumo.	*01.00*	R$	5.000,00
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica.	*01.00*	R$	15.000,00
11.001.23.695.0024.2075 – Gestão das Ações de Desenvolvimento Turístico			
3390.3300 – Passagens e Despesas com Locomoção	*01.00*	R$	1.500,00
11.001.23.695.0024.2076 – Manutenção dos Espaços Turísticos			
3390.3000 – Material de Consumo.	*01.00*	R$	6.000,00
11.002.18.541.0025.2078 – Gestão Ambiental			
3350.4100 - Contribuições	*01.00*	R$	10.000,00
3390.1400 - Diárias	*01.00*	R$	2.010,00
3390.3600 – Outros Serviços de Terceiros – P. Física	*01.00*	R$	10.000,00
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica.	*01.00*	R$	16.070,00
11.002.18.541.0025.2079 – Ações de Preser. Conserv.			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica.	*01.00*	R$	22.000,00
11.002.18.541.0025.2080 – Implementação da Coleta Seletiva			
3390.3200 – Material de Distribuição Gratuita	*01.00*	R$	10.000,00
TOTAL		**R$**	***312.880,00***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 04 dias do mês de julho de 2018

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

DENEVAL RODRIGUES DA SILVA

Secretário Municipal de Finanças

MAT

FAPEMA-FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE ARIPUANÃ/MT

PORTARIA N.º 091/2018

"Dispõe sobre a concessão dos benefícios de Auxílio-Doença, Salário-Família e Salário- Maternidade."

A Secretária Municipal de Administração de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 15, 20 e 26, da Lei Municipal nº 637/2006, de 13 de outubro de 2006, que rege a previdência municipal;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Auxílio-Doença, Salário-Família e Salário-Maternidade, aos servidores abaixo relacionados, com os direitos a eles inerentes, conforme Atestado e Laudo Médico Pericial:

Portaria	Processo/ Benefício	Nome	Lotação	Período
73/ 2018	2018.05. 00031R11 Auxilio-Doença	Alice Gularte	Sec. Mun. de Educação e Cultura	29.06. 2018 A 18.12. 2018
74/ 2018	2018.05. 00046P Auxilio-Doença	Alexandro Rodrigues dos Santos	Sec. Mun. de Educação e Cultura	03.07. 2018 A 17.07. 2018
75/ 2018	2018.05. 00047P Auxilio-Doença	Minalda Manasses Fernandes	Sec. Mun. de Saúde	13.07. 2018 A 22.12. 2018
76/ 2018	2018.05. 00048P Auxilio-Doença	Eldis Quirino da Silva	Sec. Mun. de Educação e Cultura	21.07. 2018 A 09.01. 2019
77/ 2018	2018.05. 00026P Auxilio-Doença	Leniza Ribeiro da Silva	Sec. Mun. de Saúde	24.06. 2018 A 21.08. 2018
78/ 2018	2018.05. 00004R3 Auxilio-Doença	Ademir Rodrigues Gatto	Sec. Mun. de Saúde	02.07. 2018 A 28.12. 2018
79/ 2018	2018.08. 00045P Salário-Maternidade	Indiani Coradini Moscon de Souza	Sec. Mun. de Saúde	27.06. 2018 A 24.10. 2018
80/ 2018	2018.09. 00050P Salario Família	Sirlei Saldanha de Jesus	Sec. Mun. de Educação e Cultura	11.07. 2018 A 08. 04.2032
81/ 2018	2018.05. 00029P Auxilio-Doença	Carmem Regia Ribeiro de Oliveira	Sec. Mun. de Finanças	01.07. 2018 A 30.08. 2018
82/ 2018	2018.08. 00049P Salário-Maternidade	Raquiela Mazurek	Sec. Mun. de Infraestrutura	02.07. 2018 A 29.10. 2018
83/ 2018	2018.05. 00031R1 Auxilio-Doença	Ivani Marques da Silva Alves	Sec. Mun. de Saúde	06.07. 2018 A 03.08. 2018
84/ 2018	2018.05. 00019R1 Auxilio-Doença	Imar da Silva Queiroz	Sec. Mun. de Educação e Cultura	08.07. 2018 A 05.08. 2018,
85/ 2018	2018.05. 00023R7 Auxilio-Doença	Elaine Soares dos Santos	Sec. Mun. de Saúde	28.06. 2018 A 24.08. 2018
86/ 2018	2018.05. 00002P Auxilio-Doença	Regina Lucia Hubner	Sec. Mun. de Educação e Cultura	24.07. 2018 A 19.01. 2019
87/ 2018	2018.05. 00052R3	Telmira Mascarenhas Barbosa	Sec. Mun. de Educação e Cultura	12.07. 2018 A
	Auxilio-Doença			06.10. 2018
88/ 2018	2018.05. 00051P Auxilio-Doença	Nelso Bigaton	Sec. Mun. de Desenvolvimento	11.07. 2018 A 08.09. 2018
89/ 2018	2018.05. 00052P Auxilio-Doença	Valtair da Silva Rocha	Sec. Mun. de Infraestrutura	30.07. 2018 A 27.09. 2018
90/ 2018	2018.05. 00053P Auxilio-Doença	Jordao Osowski	Sec. Mun. de Desenvolvimento	18.07. 2018 A 16.08. 2018

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Aripuanã-MT, aos 31 dias de julho de 2018.

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL Nº 00005, 31 DE JULHO DE 2018.

Intima o (s) sujeito (s) passivo (s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº. 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o (s) sujeito (s) passivo (s) abaixo relacionado (s), a comparecer (em), em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do (s) Termo (s) de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado (s).

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito (s) Passivo (s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
ECO CIDADELA LTDA	02.450.771/ 0001-06	9027/00089/2018
ECO CIDADELA LTDA	02.450.771/ 0001-06	9027/00091/2018
ANGELA MARIA SILVA	798.820. 999-04	9027/00094/2018
FERNANDO AUGUSTO DE MELO ALVES	340.449. 221-87	9027/00095/2018
ORLANDO LOURENCO DA SILVA	016.185. 809-06	9027/00098/2018
JOSE LUIZ DE MORAES CREVELARO	270.390. 508-46	9027/00104/2018
WANCLEY ANTUNES GONCALVES	384.319. 201-49	9027/00110/2018
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: DENEVAL RODRIGUES DA SILVA Matrícula: 00003997		
Cargo/Portaria de Nomeação nº: SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANCAS Assinatura: Data de afixação : 31/07/2018 Data de desafixação : 15/08/2018		

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2018
RATIFICAÇÃO

Considerando que a Comissão de Seleção, durante visita *in loco*, verificou que as instalações físicas da proponente são suficientes para garantir o desenvolvimento das metas previstas no plano de trabalho, bem como que a mesma apresenta capacidade técnica e operacional para executar o objeto da parceria (fls. 200/201);

Considerando que a Comissão de Seleção relatou que os documentos exigidos no artigo 22 do Decreto nº. 3.202/2017 foram todos apresentados pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Aripuanã (fls. 202/203);

Considerando que o Parecer Jurídico nº. 362/2018 não apontou nenhum impedimento para a celebração da parceria (fls. 213/215);

Considerando que foi publicado no Diário Ofícial Eletrônico dos Municípios, bem como no sítio da Prefeitura Municipal de Aripuanã, extrato da justificativa para a ausência de realização do chamamento público, consignando o prazo de 05 (cinco) dias para impugnação (fls.187/192).

Considerando que a certificação da Comissão de Seleção que não foi apresentada impugnação à justificativa referente a inexigibilidade de chamamento público para parceria com organização da Sociedade Civil nº. 001/2018, cujo extrato foi devidamente publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso nº. 3.021 do dia 16/07/2018 (fls 196);

RATIFICO a decisão de fls. 184/185 que considerou inexigível a realização de chamamento público para fins de celebração de termo de fomento com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Aripuanã.

Aripuanã, 31 de julho de 2018.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL Nº 00004, 31 DE JULHO DE 2018.

Intima o (s) sujeito (s) passivo (s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº. 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o (s) sujeito (s) passivo (s) abaixo relacionado (s), a comparecer (em), em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do (s) Termo (s) de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado (s).

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito (s) Passivo (s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
MOACIR HIPOLITO	161.495.729-00	9027/00016/2018
EBERTO SILVA FILHO	384.405.208-91	9027/00034/2018
ORLANDO LOURENCO DA SILVA	016.185.809-06	9027/00061/2018
EDITE MARIA VIANA FERREIRA	582.658.722-91	9027/00064/2018
JOSE JOEL FERREIRA DOS SANTOS	327.609.301-49	9027/00071/2018
GILBERTO ANTONIO LUVISA	602.979.649-68	9027/00072/2018
LUIZ APARECIDO FELIX DE OLIVEIRA	206.310.308-91	9027/00077/2018
EDVALDO CHARLES FRANCA DOS SANTOS	590.339.912-68	9027/00084/2018
AVELINO CAPITANI	382.781.970-91	9027/00086/2018
RODAMERE LEITE	594.817.811-00	9027/00088/2018
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: DENEVAL RODRIGUES DA SILVA Matrícula: 00003997		
Cargo/Portaria de Nomeação nº: SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANÇAS Assinatura: Data de afixação : 31/07/2018 Data de desafixação : 15/08/2018		

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

EDITAL CHAMADA DE ESTUDOS – PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

EDITAL CHAMADA DE ESTUDOS – PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

(PMI) Nº 001/2018

Chamada Pública para a realização de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômico-Financeira e Jurídica visando a apresentação de estudos de viabilidade técnica, ambiental, econômico- financeira e jurídica, bem como projetos que contenham nível de detalhamento suficiente para a composição do edital de contratação de parceria público-privada ou outro modelo de concessão que seja economicamente viável para modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública no Município de BARRA DO GARÇAS/MT.

1. PREÂMBULO

O Município de BARRA DO GARÇAS/MT torna público este Edital para solicitação de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), regido de acordo com o disposto na legislação abaixo indicada e suas alterações posteriores.

2. LEGISLAÇÃO PERTINENTE 2.1. Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004; 2.2. Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; 2.3. Lei Federal nº 9.074, de 07 de julho de 1995; 2.4. Decreto Municipal nº 4.007 de 08 de junho de 2018 3. CONTEXTO A Prefeitura do Município de Barra do Garças- MT, com a finalidade de promover a prestação dos serviços públicos de forma mais eficiente, sustentável e economicamente possível, promove este chamamento a iniciativa privada com a finalidade de buscar respostas para a eficiente manutenção, expansão e operação de Iluminação Pública. Os estudos apresentados serão posteriormente analisados pelas Secretarias de Administração e transporte e Serviços Públicos, juntamente com uma comissão designada, para a aprovação de um modelo que atenda as necessidades municipais, dentro das premissas aqui descritas. 4. OBJETO Este PMI convida os interessados para contribuir com estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica, contendo os suficientes levantamentos, investigações, dados, informações técnicas, projetos e pareceres (“Estudos”) com o objetivo de subsidiar a modelagem de contratação para os investimentos em infraestruturas e a prestação de serviços de iluminação pública no Município, com a consequente valorização do espaço urbano municipal. O propósito, ou seja, o objeto deste edital, é colher propostas de soluções de engenharia, luminotécnica e de tecnologia da informação, aplicadas em projetos específicos para o aumento da eficiência da iluminação pública, através da:

(I) reconstrução total ou parcial de sua infraestrutura, com investimento do parceiro privado, podendo haver aportes do Poder Público;

(II) execução, atualização e manutenção do seu cadastro técnico;

(III) expansão da infraestrutura de rede;

(IV) operação e manutenção de seus ativos, envolvendo todos os possíveis serviços agregados, incluído, sem limitação:

(a) Centro de Controle Operacional (CCO) (b) Monitoramento e controle bidirecional dos ativos; (c) Atendimento à população; (d) Consultoria especializada e elaboração de projetos executivos; (e) Manutenção rotineira e periódica dos ativos; (f) Remodelação; (g) Eficientização; O foco do novo modelo de prestação de serviços de Iluminação Pública no Município de Barra do Garças/MT deve ser a qualidade do serviço prestado aos munícipes. Nesse sentido, busca-se a construção de mecanismos que possibilitem a aferição de determinadas variáveis que consignam qualificar e quantificar o desempenho do concessionário. Assim, o Município pretende adotar, sempre que possível, as métricas de gestão por serviços para a operacionalização deste projeto. Deverão ser estudados e propostos índices adequados de nível de serviço, disponibilidade e outros fatores

que possam delinear adequadamente essa prestação. 5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO Poderão participar deste PMI quaisquer pessoa, físicas ou jurídicas, individualmente ou em grupo, neste último caso, sem necessidade de vínculo formal entres os participantes. A participação neste Procedimento, bem como o fornecimento de estudos, levantamentos, instigações, dados, informações técnicas, projetos ou pareceres pelos interessados não impedirá a sua participação e eventual futura licitação promovida pelo município com este objeto, em aplicação ao disposto no artigo 21 da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 de artigo 31 da Lei Federal nº 9.074, de 07 de julho de 1995. O(s) interessado(s) que for(em) autorizado(s) não gozará(ão) de qualquer espécie de favorecimento, vantagem ou privilégio em procedimentos licitatórios relativos à realização do projeto pela apresentação dos Estudos que eventualmente sejam utilizados para a sua consolidação. Os interessados em participar deste PMI deverão requerer a autorização para a elaboração dos estudos por meio do encaminhamento de solicitação formal à Secretaria de Administração, na forma do modelo constante do "Anexo" deste Edital, que deverá conter, obrigatoriamente: nome ou razão social da solicitante, seu endereço completo, área de atuação, e na hipótese de pessoa de pessoa jurídica, o nome do representante, comprovando-se os devidos poderes para manifestar em nome da interessada, dados para contato, devendo, em todos os casos, responsabilizar-se pela veracidade das declarações que fizer. O pedido deverá ser acompanhado da demonstração de experiência do interessado na realização de projetos, estudos, levantamentos e investigações similares ao objeto da PMI. O pedido de autorização deverá ser encaminhado à Secretaria Municipal de Administração em até 20 (vinte) dias da publicação do Aviso de PMI veiculado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso e Diário Oficial de Contas TCE/MT. Os estudos produzidos sem a devida autorização não serão aceitos ou considerados pelo Município. O pedido de autorização será avaliado pela Secretaria Municipal de Administração, tendo como critério mínimo a demonstração de o interessado, diretamente ou por meio de terceiros nominados no pedido, deter habilitação técnica e jurídica para executar os produtos solicitados em atenção das limitações impostas pela natureza das atividades profissionais exigidas.

6. PRODUTOS A SEREM ENTREGUES PELO INTERESSADO

Os Estudos a serem apresentados pelos autorizados deverão comtemplar, no mínimo, o conteúdo abaixo descrito: 6.1. Parâmetros para a Prestação do Serviço de Iluminação Pública:

6.1.1. Os Estudos deverão adotar como premissa a assunção pelo concessionária da gestão de toda a infraestrutura da Rede de Iluminação Pública do Município desde o início do prazo da concessão, podendo haver a previsão de prazo de migração da prestação dos serviços para a gestão do concessionário.

6.1.2. Como produto a ser entregue nesta prestação de serviços, a luz deverá ser medida e monitorada. Sem prejuízo, alguns critérios derivados como consumo, disponibilidade, registros de incidentes e problemas, tempo de reparo e informações acerca dos eventos relacionados à prestação do serviço de iluminação pública deverão ser abordados pelos Estudos.

6.1.3 A luz deverá ser medida conforme luminância, na unidade de medida correspondente (Lux).

6.1.4 Outros critérios de medição poderão ser propostos, entre eles, os níveis de sombra e zebramento, diferenças entre iluminação na via de tráfego e nas calçadas, correções para luminárias obstruídas por árvores e outros obstáculos, entre outros.

6.1.5 Quando às tecnologias referentes à iluminação, poderão ser propostas todas as existentes no mercado, exceto aquelas de tecnologia incandescente e de vapor de mercúrio, por estarem em desacordo com a legislação ambiental hodierna.

6.1.6 Os Estudos deverão conter análise das alternativas tecnológicas disponíveis, apresentando justificativa para a solução técnica adotada.

6.1.7 Não existe preferência por tecnologia, pois os critérios determinantes serão aqueles relacionados com o nível de serviço a ser entregue, entre eles o consumo de energia e eficiência do sistema de iluminação proposto.

6.2 Gestão da Rede de Iluminação Pública

Quanto ao gerenciamento da infraestrutura da Rede de Iluminação Pública, os Estudos deverão apresentar soluções que possibilitem:

(I)atuar de forma individual em cada ponto de iluminação;

(II) monitorar o estado (ligado ou desligado) em tempo real;

(III) promover a alteração do estado (ligando ou desligando);

(IV) mensurar e armazenar informações sobre o consumo real de energia e a luminância entregue;

(V) atuar de forma programada, individualmente ou em conjunto, nos componentes da infraestrutura;

(VI) registrar alterações de comportamento dos componentes, centralizando-as em tempo real em um Centro de Controle Operacional (CCO);

(VII) possibilitar o acionamento automático de equipes de campo, para correção de incidentes e problemas, atualizando o CCO sobre o status do atendimento;

(VIII) registrar o momento exato do retorno ao funcionamento, controlando todos os índices de atendimento e eficiência do serviço;

(IX) implantar, corrigir e atualizar automaticamente o castro técnico, a cada evento ou intervenção necessária, com o uso de equipamentos com georreferenciamento;

(X) prover sistema inteligente de controle e tomada de decisões, com base nos dados dos eventos de serviço e com capacidade para geração de relatórios dinâmicos, temáticos e georreferenciados.

O desafio maior de operação da Rede de Iluminação Pública do Município é obter o controle sobre seu funcionamento através de sua medição em tempo real, bem como criar condições de intervir em sua operação de forma remota, ambos a partir de um CCO.

6.2.1. Esse CCO deverá concentrar também a central de atendimento telefônico a população, e, também, os sistemas e demais aparatos necessários para a medição e o controle de todo funcionamento da Infraestrutura de Rede de Iluminação Pública. Deverá operar sob metodologia de gerenciamento de serviços, guiados pelas melhores práticas e metodologias de mercado.

6.2.2. A solução de Gestão e Operação será composta de hardwares, softwares, firmwares e demais componentes necessários à sua perfeita operação e será constituída por componentes de uso externo (restritos ao perímetro do Município) e internos, situados na Secretaria de Transporte e Serviços Públicos.

6.2.3 Deverá ser prevista a instalação de um CCO e de um serviço de atendimento a população na sede da Secretaria de Transporte e Serviços Públicos, que possibilitem a fiscalização das ações do concessionário, inclusive permitindo acesso do poder público aos dados primários e informações operacionais da Rede de Iluminação Pública remotamente e em tempo real.

6.2.4 No projeto a ser elaborado, deverão estar escritas também as potencialidades da rede proposta, bem como suas interfaces de integração e outras soluções e também os protocolos de comunicação e integração a serem adotadas e propostas seguindo as melhores práticas de mercado, alinhado o Município aos princípios de sustentabilidade e estruturação de cidades inteligentes.

6.3. Atribuições Relativas à Operação e Controle da Rede de Iluminação Pública

6.3.1. As frentes de serviço poderão ser oferecidas de forma distinta, em grupos denominados Gestão e Operação.

6.3.2. Deverão ser demonstrados os detalhamentos técnicos de cada etapa das soluções propostas, sua composição, compatibilidades, interoperabilidades, integralidade, escalabilidade e demais critérios aplicáveis e desejáveis à análise técnica.

6.3.3 As soluções propostas devem ser aderentes às tendências de mercado e estar baseadas em tecnologias não proprietárias ou com condições garantidas de interoperabilidade.

6.4 Objetivos

Os Estudos deverão ser orientados pelos seguintes objetivos:

(I) promover a melhoria do índice ou grau de iluminância implantado (aumentar a eficiência da Rede de Iluminação Pública) para níveis adequados ao tipo de via;

(II) promover a uniformidade da iluminação nas vias e nas calçadas;

(III) promover a redução do consumo de energia elétrica, como o uso de tecnologias mais eficientes (eficientização);

(IV) propor soluções de mitigação em relação à poluição visual na Iluminação Pública;

(V) criar/instalar Centro de Controle Operacional – CCO eficiente;

(VII) controlar/medir a eficiência da prestação do serviço pela luminosidade entregue;

(VIII) promover a melhoria do nível de serviço de Iluminação Pública, especialmente na correção de incidentes e problemas correlatos;

(IX) permitir a detecção de incidentes na Rede Pública em tempo real;

(X) promover a redução dos incidentes e problemas na Rede de Iluminação Pública;

(XI) possibilitar ação imediata do concessionário, independente de chamamento do cidadão;

(XII) oferecer resposta ativa ao cidadão, quando este fizer contato;

(XIII) ampliar a disponibilidade e a capacidade da Rede de Iluminação Pública;

(XIV) garantir a implantação e atualização constante, a integridade e a confiabilidade dos dados de cadastro técnico/inventário da Rede de Iluminação Pública;

(XV) estruturar modelo de negócio e solução tecnológica que possibilitem a fiscalização das ações do concessionário, sem que necessário para garantia do fiel cumprimento do contrato de concessão, inclusive permitindo acesso do poder público aos dados primários e informações operacionais da Rede de Iluminação Pública remotamente e em tempo real;

(XVI) promover o controle eletrônico e a automação como meios para garantir a transparência da informação e da gestão, bem como evitar interferência e manipulação de dados Rede de Iluminação Pública;

(XVII) promover iniciativas de uso compartilhado da estrutura da Rede de Iluminação Pública, alinhando o Município às iniciativas de sustentabilidade e de cidades inteligentes;

(XVIII) adequar os custos iniciais decorrentes do projeto aos valores recebidos pelo Município com a arrecadação da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CIP), com tendência de redução ao longo do tempo do contrato de concessão.

6.5 Aspectos Técnicos

6.5.1. Infraestrutura atual:

A Infraestrutura da Rede de Iluminação Pública do Município é composta pelos bens descritos na tabela a seguir:

TIPO DE LÂMPADA	Potência (W)	QUANTIDADE
Vapor de Sódio	150	10.500
Vapor de Sódio	250	1.250
Vapor de Sódio	400	750
TOTAL		12.500

Compõem a infraestrutura da rede de Iluminação Pública do Município, e deverão ser contemplados dos Estudos, todos os logradouros públicos, incluindo, sem limitação:

(I)vias públicas em geral;

(II) largos, praças, parques, jardins e semelhantes;

(III) equipamentos públicos inseridos em parques e praças e centros esportivos;

(IV) faixas de pedestres;

(V) pontos de ônibus;

(VI) iluminação de destaque em monumentos históricos e parques públicos, dentre outros.

O detalhamento do inventário da infraestrutura da Rede de Iluminação Pública será fornecido aos proponentes autorizados, para uso exclusivo na elaboração dos Estudos.

6.6 Modelagem jurídica do projeto

A modalidade de PPP inicialmente considerada para o projeto é a Concessão Administrativa (art. 2º, § 2º, da Lei Federal 11.079, de 30 de dezembro de 2004). O contrato de concessão será celebrado entre o comissionado e o Poder Concedente, representado pelo chefe do poder Executivo, por um período a ser definido com base nos Estudos apresentados.

Caso os interessados entendam ser mais vantajosa a adoção de outro formato jurídico para o projeto, ou seja, outra modalidade de contratação que não a Concessão Administrativa acima indicada, a proposta do novo formato jurídico deve vir claramente detalhada e justificada nos Estudos a serem entregues.

7. ESTUDOS E PROJETOS TÉCNICOS A SEREM APRESENTADOS Os Estudos deverão apresentar a lista de profissionais envolvidos na sua elaboração, com indicação da empresa de origem, área de especialidade e cargo. Caso seja necessário, a Secretaria Municipal de Administração poderá solicitar esclarecimentos acerca das propostas apresentadas, sendo permitida a correção de vícios formais, vedada, nessa ocasião, qualquer mudança que caracterize inovação da proposta original apresentada. Os Estudos deverão ser resumidos em um sumário executivo que, de forma ampla, contenha as ideias gerais dos itens abaixo citados. 7.1. Projeto de Engenharia Em relação aos projetos de engenharia que eventualmente sejam aplicados ao projeto, estes deverão seguir as recomendações das Normas Brasileiras aplicáveis a cada área de projeto, bem como estarem adequadas à legislação vigente. Para efeito deste Estudo, serão considerados como atendidas todas as determinações legais e normas técnicas, e caso não estejam, será de responsabilidade da proponente sua adequação. O projeto de engenharia pode ser compreendido como o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras objeto da concessão, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilitem a avaliação do custo da obra e a definição do prazo de execução, devendo em seu conjunto, esclarecer os seguintes pontos:

(I) desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global do projeto e identificar todos os elementos constitutivos com clareza;

(II) soluções técnicas globais e localizadas, em detalhamento suficiente para não comprometer a capacidade do concessionário em inovações e melhoramentos durante a elaboração do projeto executivo;

(III) elementos para montagem do plano de licitação e a programação das intervenções necessárias ao longo de todo o prazo de concessão, de modo a subsidiar a elaboração dos anexos técnicos ao edital de licitação;

(IV) orçamento dos investimentos necessários à implantação do projeto, com os itens de custo desagregados em elementos de maior representatividade sobre o valor do investimento, a ser resumido em cronograma físico-financeiro pelo prazo da concessão.

7.1.2. Nos elementos de projeto deverão ser apresentadas as premissas norteadoras que deverão ser adotadas na elaboração dos projetos executivos pelo futuro concessionário vencedor do processo de licitação.

7.1.3. Na elaboração do projeto de engenharia, deverá ser obrigatoriamente considerada a integração de soluções de acessibilidade e ambientais e, preferencialmente, soluções que incluam fontes alternativas de energia, logística reversa dos equipamentos a serem substituídos e descartados e destinação adequada de resíduos.

7.1.4. Como produtos dos estudos de engenharia, deverão ser apresentados:

(I)anteprojetos e plantas esquemáticas;

(II) descrição técnica das soluções de engenharia e tecnologia adotadas na proposta apresentada;

(III) plano de implantação, dimensionamento e caracterização dos empreendimentos previstos;

(IV) estimativa dos investimentos e despesas de implantação exigidas, descriminados em seus principais itens (materiais, equipamentos, obras civis, despesas ambientais, aprovações e licenciamentos, dentre outros);

(V) cronograma físico-financeiro.

7.2. Modelagem Operacional

A prestação de serviço deve ser adequada ao pleno atendimento dos usuários, considerando que “serviço adequado” é aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, cortesia na sua prestação e modalidade de preços.

A atualidade compreende a modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações e a sua conservação. Deverá ser apresentado plano para a manutenção da atualidade dos equipamentos.

7.2.1. A modelagem operacional deverá apresentar forma e o dimensionamento da administração do projeto, como serão prestados os serviços e como isto beneficiará a população.

7.2.2. Deverão ser apresentados o plano de operação e manutenção dos ativos e a política de gestão de pessoal, com o detalhamento de custos e despesas. A estrutura física e de pessoal necessária para a adequada administração dos serviços precisará ser descrita e justificada, incluindo os recursos para os sistemas de informação.

7.2.3. Como resultado da modelagem operacional, deverão ser detalhados, para todo o período da concessão:

(I)custos operacionais;

(II) custos administrativos;

(III) custos de manutenção;

(IV) outras despesas.

7.3 Viabilidade do Projeto

7.3.1 Análise e Projeção de Receita

Os Estudos deverão contemplar:

(I)modelo de remuneração do futuro concessionário, incluindo cenários com a possibilidade de aporte de recursos na fase de investimentos, nos termos do artigo 6º da Lei Federal nº 11.079/2004, alterado pela Lei Federal nº 12.766/2012;

(II) metodologia de cálculo da contraprestação pública, incluindo fórmulas, índices e mecanismos para reajuste do contraprestação, considerando o cálculo do percentual da contraprestação vinculado aos indicadores de desempenho, bem como a eventual remuneração pelos investimentos em expansão da rede;

(III) descrição e dimensionamento das fontes de receitas acessórias, alternativas ou complementares, caso haja, capazes de reduzir o montante de contraprestação necessária para a viabilidade do projeto;

(IV) proposta de indicadores de desempenho, incluindo metas, padrões de qualidade, forma de aferição e periodicidade para revisão destes indicadores.

A contraprestação pública será composta por 2 (duas) parcelas, sendo uma fixa referente ao investimento – e outra variável – relativa aos serviços prestados. Frise-se que, com o advento da Lei Federal nº 12.766/2012, é possível a previsão de aportes nos modelos de PPP, sendo que esse cenário também deverá ser analisado nos Estudos.

Os Estudos deverão ainda explicitar as premissas adotadas para a projeção das receitas ao longo do prazo da concessão.

7.3.2. Análise de viabilidade econômico-financeira

Os Estudos deverão conter a análise econômica da modalidade de contratação do empreendimento mais vantajosa para o Poder Concedente, considerando os aspectos de custo-benefício, custos de oportunidade, “Value for Money”, dentre outros.

O estudo de viabilidade financeira deverá incluir projeções na forma de um modelo financeiro detalhado. Uma cópia eletrônica em formato MS Excel do modelo deverá ser disponibilizada incluindo sua formulação matemática, vínculos e macros de forma aberta, passível de verificação.

Os Estudos deverão seguir práticas contábeis e fiscais vigentes à época da preparação do modelo.

O modelo financeiro deverá claramente mostrar as premissas que embasaram os Estudos, incluindo, sem limitação:

(I)premissas macroeconômicas e financeiras;

(II) avaliação e justificativa para a taxa interna de retorno (TIR) adotada;

(III) premissas fiscais e tributárias;

(IV) descrições da estrutura de capital (próprio e de terceiros);

(V) descrição do tipo de dívida e dos instrumentos financeiros utilizados (ponte e/ou longo prazo, sênior e/ou subordinada, empréstimos bancários, utilização de valores mobiliários, melhorias de créditos, hedge etc.), montante, prazo e condições;

(VI) cronograma físico-financeiro detalhado dos investimentos, por etapa e por fase de implantação, caso haja, incluindo os prazos para obtenção das licenças de instalação e operação, se aplicável;

(VII) todas as fontes de receita;

(VIII) premissas para projeção de capital de giro;

(IX) custos e despesas;

(X) premissas para a recuperação do investimento por parte dos acionistas ao longo do prazo da concessão (distribuição de dividendos, redução de capital etc);

(XI) indicadores de desempenho e percentual vinculado à contraprestação.

Os principais resultados do modelo financeiro deverão incluir:

(I)contraprestação pública (destacando-se eventual “Aporte”, nos termos do artigo 6º da Lei Federal nº 11. 079/2004, alterado pela Lei Federal nº 12.766/2012);

(II) Taxa Interna de Retorno do projeto e do Equity (TIR);

(III) alavancagem financeira máxima;

(IV) produção de indicadores a exemplo de exposição máxima, custo médio ponderado de capital (WACC), payback etc.;

(V) Índice de Cobertura dos Serviços de Dívida (ICSD) anual e médio;

(VI) avaliação e justificativa para o prazo de concessão adotado;

(VII) ano do primeiro retorno de Equity;

(VIII) primeiro e último ano de pagamento das dívidas;

(IX) outras que se julgas necessárias.

O modelo financeiro deverá incluir as seguintes planilhas:

(I)painel de controle (sumário);

(II) premissas;

(III) demonstração de fluxo de caixa;

(IV) demonstração de resultados de exercício;

(V) balanço patrimonial;

(VI) termos e condições de financiamento;

(VII) investimentos e manutenções periódicas;

(VIII) custos de operação e manutenção;

(IX) análises de sensibilidade;

(X) quadro de usos e fontes de recursos, ano a ano;

(XI) outras que se julgar necessárias.

Os Estudos deverão expressar todos os valores em reais (R$) constantes, além de considerar a Norma Contábil e o Regime Fiscal Vigente no País.

7.4 Avaliação de impacto e risco

Como parte dos Estudos, deverá ser apresentada matriz de riscos e respectivos mecanismos de mitigação e penalizações. Deverá também ser sugerida estrutura de garantias a serem providas pelos parceiros público e privado. Ainda como parte da estratégia de mitigação de riscos, deverá ser proposta Plano de Seguros a ser adotado pelo futuro concessionário.

7.5 Análise da fundamentação legal

Os interessados deverão sugerir alternativas de modelagem jurídica e formas de contratação, considerando o modelo sugerido no presente Edital. A sugestão da modalidade de contratação deverá estar embasada em avaliação jurídica da viabilidade de modelos institucionais alternativos ou complementares para o financiamento e a implantação do projeto, identificando suas implicações para o modelo de PPP.

A modelagem jurídica deverá detalhar as responsabilidades do parceiro público e futuro concessionário, deixando claro quais riscos serão assumidos por cada uma das partes.

Os Estudos deverão ainda apresentar análise dos aspectos tributários do modelo de contratação escolhido, bem como abordar diretrizes regulatórias (municipais e federais), ambientais, de zoneamento e outros aspectos da natureza jurídico-regulatória aplicáveis ao projeto.

Por fim, deverão ser detalhadas as diretrizes para elaboração das minutas de edital e contrato.

Os interessados deverão obrigatoriamente comtemplar a totalidade dos produtos exigidos neste PMI, bem como no termo autorizativo para o início dos estudos, sendo expressamente vedada a apresentação de apenas parte dos estudos. Na hipótese de a CGPPP considerar que os Estudos entregues (i) estão incompletos; ou (ii) foram entregues parcialmente; será concedido prazo adicional improrrogável de 30 (trinta) dias para a reapresentação dos itens identificados. Mantida a incompletude, o autorizado será desclassificado e os estudos desconsiderados, não fazendo jus ao recebimento de quaisquer quantias a título de ressarcimento, nos termos do presente edital e da legislação aplicável.

8. SELEÇÃO DOS ESTUDOS

Os Estudos apresentados serão avaliados por grupo técnico definido pela Administração Municipal considerando os critérios relativos à consistência das informações que subsidiaram sua realização, à compatibilidade com técnicas previstas em normas e procedimentos pertinentes, bem como sua adequação à legislação aplicável, ao Termo de Autorização e aos benefícios de interesse público esperados, além das inovações, das melhorias e das alternativas propostas.

Os Estudos a serem eventualmente selecionados poderão ser objeto de aproveitamento total ou parcial de seu conteúdo, hipótese em que o ressarcimento será proporcional às informações efetivamente utilizadas.

Frisa-se que os Estudos são feitos por conta e risco do interessado, não cabendo qualquer tipo de ressarcimento ou questionamento na hipótese de não utilização dos Estudos apresentados.

9.CUSTOS PREVISTOS PARA OS ESTUDOS E VALOR MÁXIMO DE REEMBOLSO

Os interessados serão responsáveis pelos custos financeiros e demais ônus decorrentes de sua participação no PMI, não fazendo jus a qualquer espécie de ressarcimento, indenizações ou reembolsos por despesa incorrida, nem a qualquer remuneração pelo órgão ou entidade solicitante.

Os estudos que venham a ser selecionados, no todo ou em parte, como subsídios para a definição e estruturação do projeto final terão seus custos, desde que devidamente comprovados por meio da apresentação nas notas fiscais de pagamento, reembolsados pelo licitante vencedor do eventual certame, nos termos de previsão expressa do edital da respectiva licitação, no termos do art. 21, da Lei Federal nº 8.987/95. Os valores de reembolso limitar-se-ão aos valores comprovados pelo interessado e avaliado pela Secretaria Municipal de Administração.

O valor máximo global dos estudos não poderá ultrapassar R$ 600. 000,00(seiscentos mil reais).

O valor proposto deve ser a somatória dos produtos especificados no item 7, devendo esse valor ser discriminado por produto na apresentação da proposta.

10. DIREITOS AUTORAIS

Os estudos, levantamentos, investigações, dados, informações técnicas, projetos ou pareceres de que trata este PMI a critério exclusivo do órgão ou entidade solicitante, poderão ser utilizados, total ou parcialmente, na elaboração de editais, contratos e demais documentos referentes ao projeto objeto do PMI.

A submissão dos Estudos pelos interessados no âmbito do presente PMI implica na cessão total e irrestrita dos direitos autorais relativos aos Estudos apresentados, não tendo direito a qualquer ressarcimento pela sua não utilização, cabendo o eventual ressarcimento apenas nos termos previstos no item 9 do presente edital.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

A participação neste PMI pressupõe conhecimento das condições de execução dos serviços.

O protocolo do pedido de autorização e a referida autorização confirmam a concordância integral do interessado aos termos do presente edital.

Todos os documentos apresentados pelos interessados deverão ser rubricados previamente por seus representantes ou procuradores especialmente constituídos.

Os documentos que comporão os produtos da PMI deverão ser apresentados em versão impressa, encadernadas, e em versão digital (CD-ROM) editável, no prazo e segundo os demais termos fixados neste edital.

Não serão aceitos arquivos em qualquer programa que não permita acesso integral ao conteúdo.

O prazo de entrega dos estudos solicitados será de **45 (quarenta e cinco) dias** corridos contados a partir da autorização para realização dos estudos

a ser publicada no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso e Diário Oficial de Contas TCE/MT, podendo ser prorrogado mediante justificativa técnica, a pedido e conforme decisão da Secretaria de Administração.

Poderá ser prevista a entrega faseada dos produtos que compõem os Estudos, conforme as orientações que constarão no Termo de Autorização dos Estudos.

Os documentos que comporão o pedido de autorização deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração, no endereço Rua Carajás, 522, Centro, Barra do Garças, Mato Grosso, CEP 78600-000, de segunda a sexta-feira, das 13h às 17h.

Juntamente com os documentos que comporão as Manifestações de Interesse deverá ser entregue o Formulário para qualificação do Interessado, conforme modelo constante do Anexo, devidamente preenchido e assinado.

Dúvidas ou solicitações poderão ser realizadas por meio de contrato através dos e-mails secadm@barradogarças.mt.gov.br e pelo telefone 66-3041-2000, (Ramal – 2058).

A autorização para realização dos Estudos não implica, em hipótese alguma, corresponsabilidade do Município de BARRA DO GARÇAS/MT perante terceiros pelos atos praticados pelos autorizados.

A realização deste procedimento:

a) Não implica na instauração futura do procedimento licitatório para a realização do projeto;

b) Não condiciona à utilização dos Estudos, ou das propostas, estudos ou levantamentos oferecidos pelo(s) autorizado(s).

Na hipótese de o Município optar pela realização do Projeto, ou parte dele, através de obra pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, todos os estudos de viabilidade apresentados serão desconsiderados, de forma a não gerar qualquer forma de impedimento para a eventual participação no certame dos autorizados.

O(s) autorizado(s) poderá(ão) desistir a qualquer tempo de apresentar ou concluir os Estudos, mediante comunicação, por escrito, ao Município Barra do Garças/MT.

Este PMI poderá ser revogado, em razão de conveniência do Município de Barra do Garças/MT, ou anulada, sem que gere qualquer tipo de indenização ao interessado.

Integra o presente edital o seguinte anexo:

Anexo único - Modelo de Formulário para qualificação do Interessado.

Barra do Garças/MT., 26 de julho de 2018.

_____

Patrícia Parreira Saraiva

Secretária Munic. de Administração

Portaria n.º 13.053, de 21/09/2017

ANEXO ÚNICO - MODELO DE FORMULÁRIO PARA QUALIFICAÇÃO DO INTERESSADO

QUALIFICAÇÃO DO INTERESSADO

(em papel timbrado da empresa qualificada)

(local e data)

A

Secretaria Municipal de Administração

Referente ao PMI Nº 001/2018 – realização de estudos de viabilidade técnica, ambiental, econômico-financeira e jurídica, bem como projetos que contenham nível de detalhamento suficiente para a composição do edital de contratação de parceria público-privada ou outro modelo de concessão que seja economicamente viável para modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública no Município de BARRA DO GARÇAS/MT.

Prezados Senhores,

[Denominação social da INTERESSADA], [CNPJ/CPF], [área de atuação], [identificação do preposto (cargo e profissão)], [endereço físico completo e eletrônico], [números de telefone e faz]. [ramo de atividade, com identificação de seu preposto (cargo e profissão)], DECLARA:

a) Renunciar integralmente aos direitos autorais decorrentes dos estudos apresentados;

b) Cumprir eventuais solicitações feitas pelo Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas – CGPPP, sob pena de desclassificação da proposta.

c) No caso de participação em consórcio, a documentação e informações devem ser prestadas por todos consorciados;

d) Apresentar a comprovação de experiência na realização de projetos, estudos, levantamentos e investigações similares.

e) A detenção de habilitação jurídica compatível com o objeto proposto.

Assinatura(s) do(s) representante(s) legal(s) da INTERESSADA, ou pessoa

Credenciada ou procurador com poderes específicos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CÁCERES – MT - RESOLUÇÃO

Resolução Nº 011 de 04 de Junho de 2018.

Dispõe sobre a aprovação da Proposta sem numero para compra de Equipamento Odontológico.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde do Município de Cáceres- MT, em sua décima Reunião Ordinária, realizada no dia 04 de junho de 2018, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal Nº 2.006 DE 09 DE JUNHO DE 2006.

1- Considerando que, é função do Conselho Municipal de Saúde de Cáceres- MT, estimular a articulação e o intercâmbio entre o Conselho Municipal de Saúde e entidades governamentais, não governamentais, privadas e movimentos sociais, visando à promoção da saúde; 2- Considerando que, compete ao Conselho Municipal de Saúde de Cáceres- MT, deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, de acordo com critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos, na área da saúde; 3- Considerando que, o desempenho administrativo com legalidade exigindo resultados positivos para o Serviço Público Sistema Único de Saúde (SUS) e realizar serviços satisfatórios em atendimento as necessidades dos membros de sua comunidade que também se faz com a aquisição de equipamentos e materiais; 4- Considerando que, a lei N°2006 de 09 de junho de 2006 no seu Artigo 2° Parágrafo I – Propor o equacionamento de questões de interesse Municipal na área de Saúde, definindo as prioridades da mesma, neste caso através da aquisição de equipamentos e materiais;

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade a Proposta sem numero de compra de Equipamento Odontológico no valor de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Cáceres MT, 04 de Junho de 2018.

Marcos Antonio Pegaiani

Presidente do Conselho Municipal de Saúde Cáceres - MT

Homologada:

Francis Maris Cruz

Prefeito Municipal de Cáceres - MT

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CÁCERES – MT - RESOLUÇÃO

Resolução Nº 006 de 04 de Junho de 2018.

Dispõe sobre a aprovação da Proposta Nº 11394.626000/1180-06 de Aquisição de Unidade Móvel para Centro de Controle de Zoonoses Recurso de Programa/Ação.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde do Município de Cáceres, em sua décima Reunião Ordinária, realizada no dia 04 de junho de 2018, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal Nº 2.006 DE 09 DE JUNHO DE 2006.

1- Considerando que, é função do Conselho Municipal de Saúde de Cáceres-MT, estimular a articulação e o intercâmbio entre o Conselho de Saúde e as entidades governamentais, não governamentais, privadas e movimentos sociais, visando à promoção da saúde; 2- Considerando que, compete ao Conselho Municipal de Saúde de Cáceres-MT, deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, de acordo com critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos, na área da saúde; 3- Considerando que, a aquisição da unidade para castração de animais de pequeno porte será uma proposta nova para viabilizar uma demanda que vem crescendo ano a ano no Município é de necessidade pública e social.

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade a Proposta Nº 11394.626000/1180-06 Aquisição de Unidade para Castração de Animais de Pequeno Porte no valor de R$150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais) repasse no Banco do Brasil Agencia 00184-8, Recurso de Programa/Ação para Centro de Apoio Psicossocial CAPS Cáceres,

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Cáceres MT, 04 de Junho de 2018.

Marcos Antonio Pegaiani

Presidente do Conselho Municipal de Saúde Cáceres- MT

Homologada:

Francis Maris Cruz

Prefeito Municipal de Cáceres - MT

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CÁCERES – MT - RESOLUÇÃO

Resolução Nº 007 de 04 de Junho de 2018.

Dispõe sobre a aprovação da Proposta Nº 11394.626000/1170-05 de Aquisição de Equipamentos e Material Permanente com Recursos de Emenda Parlamentar do Deputado Cidinho Santos.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde do Município de Cáceres- MT, em sua décima Reunião Ordinária, realizada no dia 04 de junho de 2018, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal Nº 2.006 DE 09 DE JUNHO DE 2006.

1- Considerando que, é função do Conselho Municipal de Saúde de Cáceres- MT, estimular a articulação e o intercâmbio entre o Conselho de Saúde e entidades governamentais, não governamentais, privadas e movimentos sociais, visando à promoção da saúde, também por intermédio da aquisição de equipamentos e materiais; 2- Considerando que, compete ao Conselho Municipal de Saúde de Cáceres-MT, deliberar sobre os Programas de Saúde e Aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, de acordo com critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos, na área da saúde; 3- Considerando que, vários equipamentos e materiais permanentes constante na Secretaria Municipal de Saúde de Cáceres-MT são antigos e muitos estão em estado precário, necessitando da aquisição de novos equipamentos modernos para a realização dos Atendimentos dos Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS); 4- Considerando que, o desempenho administrativo com legalidade exigindo resultados positivos para o Serviço Público Sistema Único de Saúde (SUS) e realizar serviços satisfatórios em atendimento das necessidades dos membros de sua comunidade também se faz com a aquisição de equipamentos e materiais; 5- Considerando que, a Lei N°2006 de 09 de junho de 2006 no seu Artigo 2° Parágrafo I – Propor o equacionamento de questões de interesse Municipal na área de Saúde, definindo as prioridades da mesma, neste caso através da aquisição de equipamentos e materiais;

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade a Proposta Nº 11394.626000/1170-05 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente no valor de R$ 79. 970,00 (Setenta e nove mil e novecentos e setenta reais) repasse na Caixa Econômica Federal Agência 008702, Recurso de Emenda Parlamentar do Deputado Cidinho Santos para o Centro de Reabilitação Dom Aquino Correa de Cáceres - CER II.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Cáceres MT, 04 de Junho de 2018.

Marcos Antonio Pegaiani

Presidente do Conselho Municipal de Saúde Cáceres- MT

Homologada:

Francis Maris Cruz

Prefeito Municipal de Cáceres - MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 464 DE 31 DE JULHO DE 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Protocolo Geral nº. 32126, de 26 de julho de 2018,

RESOLVE:

Art. 1° Ficam definidos os seguintes valores da **Terra Nua** (VTN), por hectare do imóvel rural, para fins de declaração e fiscalização do Imposto Territorial Rural-ITR, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, para o ano de 2018, a partir desta data.

Ano	Lavoura Aptidão Boa	Lavoura Aptidão Regular	Lavoura Aptidão Restrita	Pastagem Plantada	Silvicultura ou Pastagem Natural	Preservação da Fauna e Flora
2018	5.789,78	5.753,07	4.813,09	3.230,05	1.545,63	420,13

Parágrafo Único Os Valores constantes na tabela referida, serão remetidos à Receita Federal do Brasil para armazenamento e cruzamento de informações.

Art.2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 31 de julho de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 31.07.18

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 43/2018

A Secretaria Municipal de Educação de Cáceres-MT, visando atender aos Princípios Constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, e:

Considerando o que consta no Processo nº 7651 de 19 de fevereiro de 2018;

Considerando as atribuições da Comissão Paritária, responsável pela condução do Processo Seletivo Simplificado, instituída pela Portaria nº 080 de 22 de fevereiro de 2018;

Resolve:

I – CONVOCAR os candidatos Aprovados e Classificados no Processo Simplificado nº 001/2018, **Escolas Urbanas e do Campo,** para comparecerem na Secretaria Municipal de Educação, situada na Avenida Getúlio Vargas – S/Nº, bairro Santa Isabel, ao lado da Secretaria Municipal de saúde, no dia **31/07/2018 (Terça-feira),** às 13:30 horas para compor o quadro de vagas apresentadas por esta secretária, conforme **Anexo I** deste edital;

II – INFORMAR que para ser contratado, no dia da lotação o candidato deverá apresentar cópias de documentos pessoais e afins, conforme Anexo **II.**

Cáceres, 30 de julho de 2018.

Antônia Eliene Liberato

Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

CONVOCAÇÃO PARA LOTAÇÃO/ATRIBUIÇÃO

ESCOLAS URBANAS – AMPLA CONCORRÊNCIA

CARGO: PROFESSOR PEDAGOGIA

CL.	NOME	PONTUACAO	CD (*)	DATA DE NASC.	SITUACAO
126	THAIZ FRANCIANE FERREIRA	7,00	MI	18/12/1986	CLASSIFICADO
127	MONICA CRISTINA DE MATOS	700	MI	04/01/1987	CLASSIFICADO
128	JOICE DE FATIMA CARDOSO XIMENES	7,00	MI	13/05/1987	CLASSIFICADO
129	ELISANGELA DA SILVA	7,00	MI	12/06/1987	CLASSIFICADO
130	ELAINE APARECIDA DOS SANTOS DA FONSECA	7,00	MI	27/06/1987	CLASSIFICADO

ESCOLAS URBANAS – AMPLA CONCORRÊNCIA

CARGO: GEOGRAFIA

CL.	NOME	PONTUACAO	CD (*)	DATA DE NASC.	SITUACAO
03	VALDEIR IESENCO	7,00	MI	09/04/1966	CLASSIFICADO

ESCOLAS URBANAS – AMPLA CONCORRÊNCIA

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

CL.	NOME	PONTUACAO	CD (*)	DATA DE NASC.	SITUACAO
22	LASLEY ALMEIDA FARIAS	5,00	MI	26/09/1995	CLASSIFICADO

ESCOLAS DO CAMPO – AMPLA CONCORRÊNCIA

NÚCLEO SAPIQUÁ

CARGO: PEDAGOGO

CL.	NOME	PONTUACAO	CD (*)	DATA DE NASC.	SITUACAO
05	APARECIDA SOARES DE MENEZES	5,95	MI	24/07/1992	CLASSIFICADO

ANEXO II

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO

Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos; Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF); Certidão de Casamento ou Nascimento; Título de Eleitor; Documentos que comprovem estar quites com as obrigações eleitorais; Certidão de Reservista (quando do sexo masculino); Carteira de Trabalho (páginas onde constam, foto, número e série da Carteira de Trabalho, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho); Cadastro do PIS/PASEP Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente re-

gistrado pelo MEC (AUTENTICADO); Número do CPF do Pai, Mãe, Cônjuge, Filhos e/ou dependentes; Certidão de Nascimento dos filhos; Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso); Comprovante de Residência à data da Contratação; Declaração negativa de acúmulo de cargo e emprego público, assinado pelo servidor, com firma reconhecida em cartório; Atestado Médico Admissional; Certidão Negativa dos últimos 5 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais. Declaração de Bens com firma reconhecida em cartório; Certidão Negativa de Débitos junto ao município; Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função, com firma reconhecida em cartório; Telefone e e-mail

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 461 DE 30 DE JULHO DE 2018.

"Dispõe sobre a Nomeação dos candidatos aprovados no Concurso Público de Provas e Títulos da Prefeitura Municipal de Cáceres, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 31588, de 23 de julho de 2018, 31199 de 20 de julho de 2018.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear os senhores abaixo relacionados**,** aprovado no Concurso Público de Provas e Títulos da Prefeitura Municipal de Cáceres, homologado pelo Decreto nº 392/2017, de 28 de julho de 2017, para exercer sua função na Prefeitura Municipal de Cáceres**,** no Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO: 40 HORAS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
89º(classificado)	ALLAN WELBER DE MORAES GOMES JARDIM
90º(classificado)	OSMAR DNIELL SILVA MIRANDA

MOTORISTA: 40 HORAS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
46º(classificado)	FRANCINEI DO ESPIRITO SANTO SOARES
47º(classificado)	BIANK MARCONDES PEREIRA
48º(classificado)	ANTONIO CARDOSO VIEIRA

Art. 2º Os documentos exigidos contidos no anexo I, devem ser apresentados na Coordenação de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Ato de Nomeação.

Art. 3º O candidato nomeado que não apresentar os documentos necessários à posse ou deixar de apresentar no prazo pré-estabelecido será considerado desistente, implicando automaticamente na sua desclassificação, com perda dos direitos decorrentes.

Art. 4º O candidato investido no cargo público municipal, submeter-se-á ao regime jurídico vinculado ao Estatuto do Servidor Público Municipal – Lei Complementar nº 25, de 27.11.97 e ao Regime de Seguridade Social do Município através do PREVI-CÁCERES - Lei Complementar nº 62, de 12 de dezembro de 2005.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 30 de julho de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 30.07.18

ANEXO I

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS

1	Cópia dos Documentos: RG e CPF
2	Cópia da Certidão de Casamento ou Nascimento
3	Cópia do Título de Eleitor
4	Documentos que comprovem estar quites com obrigações eleitorais
5	Cópia de Certificado de Reservista (masculino)
6	Cópia da Carteira de Trabalho (páginas onde constam, número e série da CTPS, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho: último registro de contrato e a próxima página em branco)
7	Cópia CNH (Em caso de cargo especifico verificar a categoria exigida)
8	Cópia de Cadastro no PIS/PASEP
9	Cópia do Diploma / Comprovante de Escolaridade
10	Cópia da Carteira do Conselho de Classe MT, quando se tratar de profissão regulamentada incluindo comprovante de quitação de anuidade
11	Número CPF Pai, Mãe, Cônjuge, Filhos e/ou Dependentes
12	Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos
13	Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de cinco
14	Cartão Vacina Adulto (especifico para trabalhos na área de saúde)
15	Comprovante de Residência à data da contração em nome do admitido (admite-se a contratação temporária para ACS até decisão final da ADI 2135, em tramitação no STF, conforme Resolução de Consulta nº 20/2008 TCE/MT)
16	Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público, assinado pelo servidor, com firma reconhecida.
17	Atestados Médicos Admissional, indicando se o candidato está apto ou não para o exercício das atribuições próprias do cargo
18	Certidão negativa dos últimos 5 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais
19	Declaração de Bens/ Imposto de Renda, com firma reconhecida.
20	Certidão Negativa de Débitos Junto ao Município de Cáceres (Original)
21	Telefone e E-mail.

ITEM	DOCUMENTOS PESSOAIS

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CÁCERES – MT - RESOLUÇÃO

Resolução Nº 013 de 04 de Junho de 2018.

Dispõe sobre a aprovação da Proposta Nº 36000.1653352/01-700 para Incremento MAC.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde do Município de Cáceres- MT, em sua décima Reunião Ordinária, realizada no dia 04 de junho de 2018, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal Nº 2.006 DE 09 DE JUNHO DE 2006.

1- Considerando que, é função do Conselho Municipal de Saúde de Cáceres- MT, estimular a articulação e o intercâmbio entre o Conselho Municipal de Saúde e entidades governamentais, não governamentais, privadas e movimentos sociais, visando à promoção da saúde; 2- Considerando que, compete ao Conselho Municipal de Saúde de Cáceres- MT, deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, de acordo com critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos, na área da saúde; 3- Considerando que, o desempenho administrativo com legalidade exigindo resultados positivos para o Serviço Público Sistema Único de Saúde (SUS) e realizar serviços satisfatórios em atendimento das necessidades dos membros de sua comunidade também se faz com a aquisição de equipamentos e materiais; 4- Considerando que, a lei N°2006 de 09 de junho de 2006 no seu Artigo 2° Parágrafo I – Propor o equacionamento de questões de interesse Municipal na área de Saúde, definindo as prioridades da mesma, neste caso através da aquisição de equipamentos e materiais;

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade a Proposta Nº 36000.1653352/01-700 para compra de Incremento MAC no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Cáceres MT, 04 de Junho de 2018.

Marcos Antonio Pegaiani

Presidente do Conselho Municipal de Saúde Cáceres- MT

Homologada:

Francis Maris Cruz

Prefeito Municipal de Cáceres - MT

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CÁCERES – MT - RESOLUÇÃO

Resolução Nº 012 de 04 de Junho de 2018.

Dispõe sobre a aprovação da Proposta sem numero para compra de Ambulância.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde do Município de Cáceres - MT, em sua décima Reunião Ordinária, realizada no dia 04 de junho de 2018, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal Nº 2.006 DE 09 DE JUNHO DE 2006.

1- Considerando que, é função do Conselho Municipal de Saúde de Cáceres - MT, estimular a articulação e o intercâmbio entre o Conselho Municipal de Saúde e entidades governamentais, não governamentais, privadas e movimentos sociais, visando à promoção da saúde; 2- Considerando que, compete ao Conselho Municipal de Saúde de Cáceres- MT, deliberar sobre os Programas de Saúde e Aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, de acordo com critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos, na área da saúde; 3- Considerando que, A Aquisição de mais um Veículo para Transporte de Pacientes com tecnologia e adaptações modernas para o conforto necessário que vão melhorar a demanda dos atendimentos dos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS); 4- Considerando que, o desempenho administrativo com legalidade exigindo resultados positivos para o Serviço Público Sistema Único de Saúde (SUS) e realizar serviços satisfatórios em atendimento das necessidades dos membros de sua comunidade também se faz com a aquisição de Veículo, equipamentos e materiais; 5- Considerando que, a lei N°2006 de 09 de junho de 2006 no seu Artigo 2° Parágrafo I – Propor o equacionamento de questões de interesse Municipal na área de Saúde, definindo as prioridades da mesma, neste caso através da aquisição de Veículo, equipamentos e materiais;

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade a Proposta sem numero de compra de Ambulância no valor de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Cáceres MT, 04 de Junho de 2018.

Marcos Antonio Pegaiani

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologada:

Francis Maris Cruz

Prefeito Municipal de Cáceres - MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 366 DE 30 DE JULHO DE 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral nº 32313 de 30 de julho de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**.

Servidor	Quinquênio	Período de Gozo
Antônio Aparecido do Amparo	2006/2011	01.08.18 a 31.10.18
Raquel Gomes de Moraes	2010/2015	01.08.18 a 31.10.18

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 30 de julho de 2018.

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Secretário Municipal Interino de Saúde

Afixado em: 30.07.18

ERRATA - PROCESSO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA 029/2013

PROCESSO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA 029/2013 – PROTOCOLO 14.947, DE 28/05/2013 e 19.888 DE 25/07/2013, PORTARIA Nº413 DE 26/07/2013

A Comissão Permanente de Sindicânica Administrativa torna público a Errata referente ao Processo abaixo relacionado:

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Errata de Publicação realizada no dia 31/07/2018 no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso (pagina 81), – Extrato, Processo de Sindicância Administrativa nº 029/2013 - Onde se lê: Fernanda de Almeida Rodrigues Oliveira – Presidente da CPSA, - Leia-se: Fernanda de Almeida Gonçalves Oliveira – Presidente da CPSA. Cáceres (MT), 31 de julho de 2018.

Fernanda de Almeida Gonçalves Oliveira

Presidente da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa

TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO PROCESSO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA 040/2016

TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO PROCESSO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA 040/2016 – PROTOCOLO 31840 DE 24/08/2016, PORTARIA 385 DE 12/09/2016

A Presidente da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa da Prefeitura do Município de Cáceres, no uso de suas atribuições legais, torna público que decidiu tornar SEM EFEITO a Publicação do Extrato do Processo de Sindicância n.º 040/2016, veiculado em 31 de julho de 2018, ano XIII, edição 3032, pag. 77, do Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso. Cáceres-MT, 31 de julho de 2018. Fernanda de Almeida Gonçalves Oliveira – Presidente da Comissão.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº 465 DE 31 DE JULHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e:

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 185, de 19 de abril de 1994 e suas alterações pelo Decreto Municipal nº 598 de 22 de novembro de 2017;

CONSIDERANDO o que consta no processo submetido ao Protocolo Geral sob o nº 31916 de 25 de julho de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os integrantes da Comissão Especial de Preservação e Tombamento – CEPT, representantes das instituições que compõe a CEPT nos termos do Art. 1º do Decreto Municipal nº 598 de 22 de novembro de 2017, conforme segue:

a) -REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA Claudionor Duarte Correa;

b) -REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Valdeci Laurentino Silva;

c) -REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Michela Márcia Camargo da Silva;

d) -REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

Maria Solange Sá Leite;

e) -REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - SEC/MT

Robinson de Carvalho Araújo;

f) –REPRESENTANTE DA ASSESSORIA PEDAGÓGICA DE CÁCERES

Welligton de Almeida;

g) -REPRESENTANTE DO DEPARTAMENTO DO CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT CAMPUS DE CÁCERES

Acir Fonseca Montecchi;

h) -REPRESENTANTE DO DEPARTAMENTO DO CURSO DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT CAMPUS DE CÁCERES

Alfredo Zenen Dominguez Gonzalez;

i) -REPRESENTANTE DA COORDENAÇÃO DO CURSO DE ARQUITETURA DA FACULDADE DO PANTANAL – FAPAN

Rayelle Lais Nery de Souza;

j) -REPRESENTANTE DA COORDENAÇÃO DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL DA FACULDADE DO PANTANAL – FAPAN

Wesley de Sousa Lopes;

k) –REPRESENTANTE DO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA INSPETORIA DE CÁCERES – CREA

Adilson Domingos dos Reis;

l) -REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO – COMTUR

Claudio Palmas;

m) -REPRESENTANTE INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN SUPERINTENDÊNCIA DE MATO GROSSO

Adriano Orivaldo de Barros;

n) -REPRESENTANTE DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE CÁCERES Neuza Benedita Zattar;

o) -REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE CÁCERES – ACEC

Takao Nakamoto;

p) -REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO XARAIÉS

Manuela Areias Costa;

q) -REPRESENTANTE DO SINDICATO RURAL DE CÁCERES

Fernanda de Arruda Machado.

Art. 2º - O mandato dos membros da CEPT será por tempo indeterminado e poderão, seus integrantes, serem substituídos a qualquer momento, a critério da entidade a qual representam nos termos do Art. 1º do Decreto Municipal nº 598 de 22 de novembro de 2017.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 31 de julho de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 31.07.18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 355 DE 25 DE JULHO DE 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 31611 de 23 de julho de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **WAGNER BRENTANI GOMES,** em substituição ao servidor **LAURO LUIZ DE ALCÂNTARA SILVA,** lotado na Secretaria Agricultura e Desenvolvimento Econômico, como responsável pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo.

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
026/18	PAULO SERGIO DIAS POSTO-EPP	Contratação de empresa especializada em fornecimento de combustíveis (Etanol, Gasolina comum, Óleo Diesel comum, Óleo Diesel S10) para veículos, máquinas e equipamentos que compõe a frota do poder executivo municipal, visando atender a secretaria de Agricultura e Desenvolvimento.	16/02/2018	12 meses

§ 1º O servidor acima designado deve acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria Agricultura e Desenvolvimento Econômico e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 25 de julho de 2018.

ALVASIR FERREIRA DE ALENCAR

Secretário Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico

Afixado em: 25.07.18.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 369 DE 30 DE JULHO DE 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24

de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 32209, de 27 de julho de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **ROBERTO CARLOS PEREIRA DOS SANTOS,** em substituição ao servidor **ELIZEU PEREIRA DA SILVA,** lotado na Secretaria Administração, como responsável pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo, com efeitos desde 19 de julho de 2018.

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
091/18	PAULO SERGIO DIAS POSTO - EPP	Contratação de empresa especializada em fornecimento de combustíveis (etanol, gasolina comum, óleo diesel comum, óleo diesel S10) para os veículos, máquinas e equipamentos que compõe a frota do poder executivo municipal, visando atender a secretaria de Administração.	17/05/18	12 meses

§ 1º O servidor acima designado deverá acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Administração e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsáveis pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 30 de julho de 2018.

LUIZ FERNANDO BERTAGLIA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

Afixado em: 30.07.18.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 360 DE 25 DE JULHO DE 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 31611, de 23 de julho de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **RONALDO DAMACENA,** lotado na Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, como responsável para fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo.

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
093/2018 Termo Aditivo 001/2018	PAULO SÉRGIO DIAS POSTO - EPP	Contratação de empresa especializada em fornecimento de Combustíveis para Veículos, Máquinas e Equipamentos que compõe a frota do Poder Executivo Municipal, visando atender a Secretaria de Agricultura e desenvolvimento Econômico de Cáceres-MT.	22/05/2018	12 meses

§ 1º O servidor acima designado deverá acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pela fiscalização, deverá ser repassado ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 25 de julho de 2018.

ALVASIR FERREIRA DE ALENCAR

Secretário Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico

Afixado em: 25.07.18.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 367 DE 30 DE JULHO DE 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral nº 32313 de 30 de julho de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Infraestrutura e logística, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**.

Servidor	Quinquênio	Período de Gozo
Elias Domingos Soares	2006/2011	01.08.18 a 31.10.18
Edson Olimpio Dalto	2006/2011	01.08.18 a 31.10.18
José Constantino Mendes	2012/2017	01.08.18 a 31.10.18

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 30 de julho de 2018.

VALDECI RODRIGUES DA COSTA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística

Afixado em: 30.07.18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 207 DE 06 DE ABRIL DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral nº 15307 de 05 de abril de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º- Exonerar a servidora **HELLEN DE SOUZA FERNANDES DOS SANTOS**, do Decreto nº 059 de 02 de fevereiro de 2018 do cargo em comissão de Gerência do Centro de Referência Especializado Assistência

Social, da Secretaria de Assistência Social, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 05 de abril de 2018.

Art. 2º-Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 06 de abril de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ELIANE BATISTA

Secretária Municipal de Assistência Social

Afixado em:06.04.18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 370 DE 29 DE JUNHO DE 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 32367, de 30 de julho de 2018;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o servidor **HELBER RENATO DE FIGUEIREDO FIALHO**, para responder pela Gerência de Unidades Esportivas e Lazer da Secretaria de Esporte e Lazer, em substituição a titular **Ester Ferreira Campos** que se encontra em gozo de férias, no período de 01 de agosto a 30 de agosto de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 31 de julho de 2018

MARCOS ANTÔNIO DO NASCIMENTO

Secretário Municipal de Esporte e Lazer

Afixado em: 31.07.18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 460 DE 30 DE JULHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 31949 de 25 de julho de 2018,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o senhor **MAURI QUEIROZ DE MENEZES JUNIOR**, Coordenador de Meio Ambiente e Saneamento, para responder pelas Secretarias de Turismo e Cultura e Meio Ambiente e Saneamento em substituição ao titular Junior Cezar Dias Trindade, pelo período de 15 de agosto de 2018 a 13 de setembro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 30 de julho de 2018.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 30.07.2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 364 DE 30 DE JULHO DE 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral nº 24515 de 30 de julho de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Conceder a servidora **ANA MARIA DA SILVA MIRANDA**, lotada na Secretaria Municipal de Administração, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**, referente ao quinquênio 2012/2017, no período de 08 de agosto de 2018 a 05 de novembro de 2018.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 30 de julho de 2018.

LUIZ FERNANDO BERTAGLIA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

Afixado em: 30.07.18

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CÁCERES – MT - RESOLUÇÃO

Resolução Nº 010 de 04 de Junho de 2017.

Dispõe sobre a aprovação da Proposta de Incremento Nº 36000. 1624442/01-700 de Incremento MAC.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde do Município de Cáceres- MT, em sua décima Reunião Ordinária, realizada no dia 04 de junho de 2018, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal Nº 2.006 DE 09 DE JUNHO DE 2006.

1- Considerando que, é função do Conselho Municipal de Saúde de Cáceres- MT, estimular a articulação e o intercâmbio entre o Conselho Municipal de Saúde e entidades governamentais, não governamentais, privadas e movimentos sociais, visando à promoção da saúde; 2- Considerando que, compete ao Conselho Municipal de Saúde de Cáceres- MT, deliberar sobre os Programas de Saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, de acordo com critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos, na área da saúde; 3- Considerando que, o desempenho administrativo com legalidade exigindo resultados positivos para o Serviço Público Sistema Único de Saúde (SUS) e realizar serviços satisfatórios em atendimento das necessidades dos membros de sua comunidade também se faz com a aquisição de equipamentos e materiais; 4- Considerando que, a lei N°2006 de 09 de junho de 2006 no seu Artigo 2° Parágrafo I – Propor o equacionamento de questões de interesse Municipal na Área de Saúde, definindo as prioridades da mesma, neste caso através da aquisição de equipamentos e materiais;

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade a Proposta Nº 36000.1624442/01-700, Incremento MAC no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Cáceres MT, 04 de Junho de 2018.

Marcos Antonio Pegaiani

Presidente do Conselho Municipal de Saúde Cáceres- MT

Homologada:

Francis Maris Cruz

Prefeito Municipal de Cáceres - MT

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CÁCERES – MT - RESOLUÇÃO

Resolução Nº 014 de 04 de Junho de 2018.

Dispõe sobre a aprovação da Proposta Nº 11394.6260001/17-006 para Construção da UPA 24 horas.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde do Município de Cáceres - MT, em sua décima Reunião Ordinária, realizada no dia 04 de junho de 2018, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal Nº 2.006 DE 09 DE JUNHO DE 2006.

1- Considerando que, é função do Conselho Municipal de Saúde de Cáceres- MT, estimular a articulação e o intercâmbio entre o Conselho Municipal de Saúde e entidades governamentais, não governamentais, privadas e movimentos sociais, visando à promoção da saúde; 2- Considerando que, compete ao Conselho Municipal de Saúde de Cáceres, deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, de acordo com critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos, na área da saúde; 3- Considerando que, a Construção da UPA 24 horas com sua tecnologia e adaptações modernas vão ajudar a melhorar à demanda dos atendimentos dos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde(SUS); 4- Considerando que, o desempenho administrativo com legalidade exigindo resultados positivos para o Serviço Público Sistema Único de Saúde (SUS) e realizar serviços satisfatórios em atendimento às necessidades dos membros de sua comunidade também se faz com construção e aquisição de equipamentos e materiais; 5- Considerando que, a Lei N°2006 de 09 de junho de 2006 no seu Artigo 2° Parágrafo I – Propor o equacionamento de questões de interesse Municipal na área de Saúde, definindo as prioridades da mesma; neste caso através da construção e aquisição de equipamentos e materiais;

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade a Proposta Nº 11394.6260001/17-006 para construção da UPA 24 h no valor de R$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Cáceres MT, 04 de Junho de 2018.

Marcos Antonio Pegaiani

Presidente do Conselho Municipal de Saúde Cáceres- MT

Homologada:

Francis Maris Cruz

Prefeito Municipal de Cáceres - MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº. 358 DE 25 DE JULHO DE 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 31611, de 23 de julho de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **RONALDO DAMACENA,** lotado na Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, como responsável para fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo.

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
103/2018	TECNOESTE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	Aquisição de Patrulha Mecanizada (Escavadeira Hidráulica sobre Esteira) para realizar as aberturas dos tanques que serão utilizados na prática da piscicultura nas pequenas e médias propriedades agrícolas no munícipio de Cáceres/MT.	24/05/2018	12 meses

§ 1º O servidor acima designado deverá acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pela fiscalização, deverá ser repassado ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 25 de julho de 2018.

ALVASIR FERREIRA DE ALENCAR

Secretário Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico

Afixado em: 25.07.18.

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO-HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO N° 01/2018-TIPO MENOR PREÇO POR ITEM PROTOCOLO 50/2018.

Interessada: Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal.

Objeto: Pregão Presencial tendo por objeto a contratação de empresa especializada para aquisição de areia, cimento, brita, pó de brita e emulsão RL-1C, para o serviço de troca de rede de amianto no centro da cidade de Cáceres/MT, atendendo a necessidade do setor operacional do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, conforme especificações contidas no Termo de Referência, parte integrante do Edital norteador.

EMPRESA VENCEDORA:

EMPRESA: PALÁCIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA ME

CNPJ: **09.134.038/0001-21**

ITEM: 05

VALOR R$ 29.800,00 (Vinte e nove mil reais)

Cáceres-MT, 31 de julho de 2018.

MARCOS DE BARROS PACHECO

Diretor Executivo em Substituição–SSAAP

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2018

PARA ATENDIMENTO DAS CONDIÇÕES PREVISTAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, E AS CONSTANTES DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, SUJEITANDO-SE AS PARTES ÀS NORMAS CONSTANTES DA LEI Nº. 10.520/2002; E SUBSIDIARIAMENTE PELA LEI Nº 8.666/93 E AL-

TERAÇÕES POSTERIORES O SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL TORNA PÚBLICO OS PREÇOS REGISTRADOS NA ATA ABAIXO DISCRIMINADA, BEM COMO A RESPECTIVA EMPRESA DETENTORA, CONFORME SEGUE:

ÓRGÃO GERENCIADOR: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL DE CÁCERES-MT.

OBJETO: Pregão Presencial tendo por objeto Registro de Preços visando futura e eventual contratação de empresa especializada para a aquisição de **AREIA, CIMENTO, BRITA, PÓ DE BRITA E EMULSAO RL-1C,** para o serviço de troca de rede de amianto no centro da cidade de Cáceres/MT, atendendo as necessidades do setor operacional do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal**,** conforme as especificações contidas no Termo de Referência, parte integrante do Edital norteador.

AS DESPESAS DECORRENTES DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CORRERÃO À CONTA DE RECURSOS PRÓPRIOS E VINCULADOS DO ORÇAMENTO VIGENTE, ALOCADO SOB A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL:

ÓRGÃO/UNIDADE	FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS
04.18.01	17.512.1007.2211	33.90.30.00	100

RESOLVE REGISTRAR O PREÇO DA EMPRESA: PALACIO DAS TINTAS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA ME, INSCRITA NO CNPJ/MF Nº 09.134.038/0001-21, COM SEDE RUA GENERAL OSÓRIO, 1340, CENTRO, CÁCERES/MT, CEP: 78.200-000, REPRESENTADA NESTE ATO PELO SEU PROCURADOR Sr.º. VALDIR RODRIGUES DE FREITAS, RG N.º 0717210-9 SSP/MT, CPF/MF N.º 907.616.691-91, PARA O ITEM ABAIXO RELACIONADO:

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	Valor Unitário	Valor Total
05	1000	SC	CIMENTO PORTLAND CP II 32 SC COM 50KG	R$ 29,80	R$ 29.800,00

PERFAZENDO UM VALOR TOTAL DE R$ 29.800,00 (Vinte e nove mil e oitocentos reais).

MARCOS DE BARROS PACHECO

DIRETOR EXECUTIVO EM SUBSTITUIÇÃO-SSAAP

Cáceres-MT, 31 de julho de 2.018.

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CÁCERES – MT - RESOLUÇÃO

Resolução Nº 009 de 04 de Junho de 2018.

Dispõe sobre a aprovação da Proposta Nº 11394.626000/1180-01 de Aquisição de Veiculo Adaptado para Transporte de Pacientes com Recurso de Emenda Parlamentar do Deputado Nilson Leitão.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde do Município de Cáceres-MT, em sua décima Reunião Ordinária, realizada no dia 04 de junho de 2018, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal Nº 2.006 DE 09 DE JUNHO DE 2006.

1- Considerando que, é função do Conselho Municipal de Saúde de Cáceres, estimular a articulação e o intercâmbio entre o Conselho Municipal de Saúde e entidades governamentais, não governamentais, privadas e movimentos sociais, visando à promoção da saúde; 2- Considerando que, compete ao Conselho Municipal de Saúde de Cáceres- MT, deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, de acordo com critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos, na área da saúde; 3- Considerando que, A Aquisição de um Veiculo Adaptado para Transporte de Pacientes com Deficiência com tecnologia e adaptações modernas vão ajudar a melhorar a demanda dos atendimentos dos usuários dos Sistema Único de Saúde (SUS); 4- Considerando que, o desempenho administrativo com legalidade exigindo resultados positivos para o Serviço Público Sistema Único de Saúde (SUS) e realizar serviços satisfatórios em atendimento das necessidades dos membros de sua comunidade também se faz com a aquisição de Veículo, equipamentos e materiais; 5- Considerando que, a lei N°2006 de 09 de junho de 2006 no seu Artigo 2° Parágrafo I – Propor o equacionamento de questões de interesse Municipal na área de Saúde, definindo as prioridades da mesma, neste caso através da aquisição de Veículo, equipamentos e materiais;

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade a Proposta Nº 11394.626000/1180-01 Aquisição de Veiculo Adaptado para Transporte de Pacientes com Deficiência no valor de R$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), repasse no Banco Caixa Econômica Federal- CEF Agência 008702, Recurso de Emenda Parlamentar do Deputado Nilson Leitão para Centro de Reabilitação Dom Aquino Correa Cáceres - CER II.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Cáceres MT, 04 de Junho de 2018.

Marcos Antonio Pegaiani

Presidente do Conselho Municipal de Saúde Cáceres- MT

Homologada:

Francis Maris Cruz

Prefeito Municipal de Cáceres - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 AO EDITAL DE ABERTURA HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES - PSS N° 003/2018

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO -PSS N° 003/2018

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 AO EDITAL DE ABERTURA

A Comissão nomeada para conduzir o Processo Seletivo Simplificado nº 003/2018, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.154/2016 e Decreto nº 2.924/2018.

Considerando o encerramento do período de inscrições para o Processo Seletivo Simplificado nº 003/2018.

RESOLVE:

HOMOLOGAR as inscrições para o **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS nº 003/2018**:

1. A relação de inscritos consta do anexo I, parte indissociável a este Edital:

Campinápolis - MT, 31 de julho de 2018.

RENATO REGIO GONÇALVES DOS SANTOS

Presidente da Comissão

Decreto nº 2.924/2018

ANEXO I

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2018

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003 AO EDITAL DE ABERTURA

INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

Ord.	NOME DO CANDIDATO	Nº DA INSCRIÇÃO	DATA DE NASCIMENTO
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE/ACS			
01	ADELAIDE SANTOS SILVA NOBREGA	084	06/06/1975
02	ADNILSON ALVES DANTAS	029	31/03/1982
03	AMANDA MARIA SOUZA	018	06/03/1997
04	AMANDA SANTANA DE MORAIS	038	29/05/1999
05	ANA CRISTINA ALMEIDA FERREIRA	075	08/01/1990
06	ANA PAULA OLIVEIRA SANTOS	095	20/07/1984
07	ANDREIA FRANCISCA DORADO	078	05/10/1987
08	BRENDA DE ASSIS NASCIMENTO	010	24/04/1997
09	BRUNA KAROLINE BORGES DE ALMEIDA	067	06/01/1994
10	CARULINE MONIQUE DE SOUZA	053	13/06/1994
11	CÍCERO DE PAULA CAMARGOS	074	14/07/1989
12	CLEIDIA APARECIDA DE SOUZA	064	30/04/1985
13	CRISTIANE COELHO GONÇALVES	061	26/06/1981
14	DARLIANE NUNES SANTOS	002	01/09/1995
15	DEUSMIRA MOREIRA DA SILVA	039	20/03/1970
16	ELAINE RODRIGUES DA MATA	037	18/09/1980
17	ELIANE APARECIDA FERNANDES ZORZATO	024	06/05/1995
18	FABIANA MORAES SILVA	088	22/03/1986
19	FERNANDA MICAELA DA SILCA	107	01/10/1993
20	FRANCILEIDE FERNANDES ALVES	080	20/12/1978
21	GESSICA FARIAS VALADÃO DE OLIVEIRA	057	30/03/1990
22	GILVANI MARQUES DORNELIO	101	03/11/1988
23	HEBER LINO DOS SANTOS ARRUDA	005	13/03/1985
24	IGOR LUCAS DE JESUS	105	20/01/1996
25	JERCILENE ALVES NETO	052	05/10/1973
26	JESSICA GOMES DA SILVA	081	04/05/1995
27	JESSICA SAMIRA NAVES	017	02/08/1991
28	JOÃO LUCAS GOMES DE MELO	001	26/02/1998
29	JOYCE DELATORE CANDIDO	073	12/12/1983
30	JULIANA MARIA PEREIRA BARBOSA	082	19/06/1983
31	KAIO SANTANA SILVA	048	03/10/1995
32	KELLEN CRISTINA GOMES SANTOS	072	13/11/1992
33	KENIA ALMEIDA DA SILVA MOURA	012	04/05/1986
34	KESLEY INACIO DA COSTA	085	19/11/1990
35	LAZARO HENRIQUE BARBOSA DE OLIVEIRA	041	27/01/1999
36	LEANDRO RIBEIRO PADILHA	055	12/02/1993
37	LILIAN MARTINS BATISTA	026	07/06/1986
38	LINNARA MORGANA GRANCIANO	051	25/07/1994
39	LUARA LOPES PEREIRA	003	18/04/1985
41	LUCAS MOREIRA NASCIMENTO SIMÕES	060	02/02/1997
42	LUIS GUSTAVO GUINANCIO SOARES	097	15/08/1990
43	LUZIA FERREIRA DE FREITAS	087	05/07/1986
44	MARA RENATA GONÇALVES SILVA	098	23/06/1992
45	MARCIA DOS SANTOS BENTO	104	07/12/1977
46	MARIA DO CARMO ALVES	069	15/04/1973
47	MARIA JOSÉ DIVINA DE SOUZA	089	22/04/1970
48	MARIA UMBELINA DE REZENDE	046	13/09/1982
49	MARLI OLIVEIRA DOS SANTOS	004	02/01/1993
50	MATHEUS GOMES DE MELO	044	03/08/1995
51	MEIREKELLY SENE DE ALMEIDA	068	16/05/1999
52	MICHELLY PEREIRA ALMEIDA	079	22/07/1989
53	MIRELA MARIANO DE PAIVA	043	15/02/1995
54	MIRIELLE MARTINS BARROSO	006	26/09/1997
55	NATALYA DE SOUSA OLIVEIRA DOS ANJOS	027	18/12/1996
56	NEIDA INACIO DA SILVA	076	19/11/1976
57	NILMA OLIVEIRA DOS SANTOS	028	01/07/1998

58	PAMELA DA SILVA TEIXEIRA	036	20/01/1993
59	RAFAEL GOMES VIEIRA	096	11/11/1999
60	RAFAEL VICENTE DA SILVA	022	10/03/1991
61	RAIZA CHAVES DE QUEIROZ	020	23/11/1994
62	RAQUEL GASPARINA NUNES DUTRA	058	01/02/2000
63	RAYLLE LIMA DE OLIVEIRA	099	03/11/1985
64	RERBERTI JERFFERSON FLORENTINO DE OLIVEIRA	047	04/07/1994
65	ROMARIO CESAR SOUZA SILVA	108	12/09/1994
66	ROSÂNGELA COELHO GUIMARÃES	093	22/04/1985
67	ROSANGILA VIEIRA DE SOUSA	065	08/01/1983
68	SILVANI RODRIGUES BARBOSA	066	16/10/1979
69	SILVIA CANDIDA DE ARAUJO	070	15/12/1981
70	SIRLENE GOMES LELES	011	16/04/1974
71	TAIS LINO DA CONCEIÇAO	042	28/09/1999
72	TATIANE MENDES LOURENÇO DA SILVA	045	25/05/1994
73	THALITA KAMILA LIMIRO DOS REIS CASTRO	040	19/07/1996
74	THAUANE MARQUES SILVA	102	23/01/1992
75	VALDIRENE ALVES DA FONSECA	100	30/06/1977
76	WILHAN DOUGLAS SERAFIN	083	21/10/1987
77	WILSON CARLOS DE SOUZA JÚNIOR	086	10/07/1998
ODONTOLÓGO/SEDE DO MUNICÍPIO			
01	BETHÂNIA MOREIRA FERNANDES	106	21/10/1995
02	KELLY MÁMELA GOMES ALMEIDA	019	20/12/1995
03	LUANA TAVARES SCARPATT	023	07/10/1996
PROFESSOR HISTÓRIA/SEDE DO MUNICÍPIO			
01	ANALICE LUCIANO NUNES ROSA	016	31/10/1979
02	FERNANDO COLLOR DA SILVA	025	12/09/1987
03	NÚBIA APARECIDA FERREIRA DE SOUSA	092	15/05/1983
04	PATRICIA GOMES DA SILVA	034	23/01/1987
05	PATRICIA GOMES LAROCA	008	01/08/1978
06	THANIA KELLEN DE SOUZA SILVA	050	16/01/1996
07	VALDIR FIRMINO DE SOUZA	103	13/04/1974
PROFESSOR/ LÍNGUA INGLESA/SEDE DO MUNICÍPIO			
01	ADAO PEREIRA DA SILVA BARBOZA	033	14/09/1987
02	LOANA ARAUJO SILVA SOUZA	032	03/01/1994
03	NARÔAH CAROLINE GONZAGA MOREIRA	090	03/08/1992
04	RHELMITON LINS	035	22/10/1992
PSICOLÓGO/SEDE DO MUNICÍPIO			
01	AMANDA LIMA SILVESTRE	056	31/08/1992
02	MANUELLA NÁPOLIS MONTEIRO	009	31/07/1994
03	OLACIR BRITO DE AMORIM	007	15/04/1993
04	TAMARA ALVES DOS SANTOS	015	10/05/1992
05	VALÉRIA CRISTINA MENEGHETTI	030	30/01/1994
TECNICO EM ENFERMAGEM			
01	CLAUDIA MARIA DE SOUZA OLIVEIRA	062	14/06/1980
02	LEYDIANNE RODRIGUES MATOS	013	09/01/1983
03	MAELY CARVALHO NUNES	021	11/10/1989
04	SIMONE APARECIDA COSTA MARINA SANTOS	071	11/07/1980
05	SONIA RODRIGUES BORGES DE SOUZA	054	26/06/1970
06	VALDIRENI TORQUATO DA SILVA	049	02/09/1985
07	VALQUIRIA PIRES CARDOSO	077	03/10/1986

PROFESSOR/EMI

Ord.	Nome do Candidato	Aldeia	Escola	DATA DE NASCIMENTO
01	Agenor Wahunrawe	Sucuri	São Carme Tsababa	01/06/1993
02	Gilson Tsinhiriwe Teronhi Eiwe	São Mateus	Imaculada Conceição S. A. São Mateus	10/11/1983

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 7750 DE 30 DE JULHO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DA SERVIDORA ***DEVANER JESUS FERREIRA*** *AE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

Considerando as disposições contidas no Art. 77 da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade do serviço Público;

Considerando a necessidade de acompanhamento da condicionalidade do Programa Bolsa Família;

Considerando a necessidade do alcance do índice de Gestão descentralizada do Programa Bolsa Família;

Considerando o vultoso número de alunos indígenas.

RESOLVE: Art 1º– Designar a servidora *DEVANER JESUS FERREIRA*, para desempenhar atividades relacionadas a Educação Escolar Indígena concernentes ao acompanhamento do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família. Art 2º– Á servidora referenciada no artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e prerrogativas contidas nas Leis Complementares Municipal nº 001/1993 e nº 027/2011.

Art 3º– Notifique a servidora, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a Chefia de Recursos Humanos, publique –s e, cumpra –se .

Art 4º– Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 5º– Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 30 de Julho de 2018.

JEOVAN FARIA Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE EDITAL DA TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2018.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT, POR MEIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, TORNA PÚBLICO QUE FARÁ, NO DIA **20/08/2018**, **ÀS 13H00MIN-HORÁRIO DE BRASÍLIA**, LICITAÇÃO, NA MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇOS, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM, TENDO POR OBJETO A **EXECUÇÃO DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS ATRAVÉS DE BUEIROS CELULARES CONFORME PROJETO BÁSICO.** EDITAL COMPLETO NO SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS (WWW.CAMPINAPOLIS.MT.GOV.BR). MAIORES INFORMAÇÕES PELO FONE (66)-3437-1992.

CAMPINÁPOLIS-MT 31 DE JULHO DE 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2018

PREGÃO PRESENCIAL: N° 76/2018– REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: AMAURI ROBERTO DE ARAUJO-ME

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de suprimentos de informática para atender as necessidades das secretarias municipais.

VALOR TOTAL: R$ 9.146,34

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO

ANEXOS LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A **Câmara Municipal de Campo Novo do Parecis**, Estado de Mato Grosso, pessoa de direito público, inscrita no CNPJ Nº 37.499.332/0001-72 neste ato representada por seu Presidente o Senhor**Vanderlei Marcos Pulga Baioto**, brasileiro, casado, portador do CPF nº805.366.541-15, residente e domiciliado na cidade de Campo Novo do Parecis/MT, conforme dispõe a Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 torna público os **Relatórios de Gestão Fiscal – RGF** relativo ao **1º Semestre de 2018**, que estão afixados no mural do saguão da Câmara Municipal, no site www.camaracamponovodoparecis.mt.gov.brno quadro “Gestão Fiscal” e no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

Campo Novo do Parecis-MT, 30 de julho de 2018.

Daniela VolpatoTolardo Vanderlei Marcos Pulga Baioto

Contadora Presidente

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº02 ao Contrato de Prestação de Serviço nº 41/2018

Partes: Município de Campo Novo do Parecis X R.O. DA SILVA & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.563.240/0001-58.

Objeto: Fica aditado em 24,94% (vinte e quatro e noventa e quatro centésimo cento) a quantidade de diárias braçais, correspondente a 108,5 (cento e oito e meia) diárias,

§1º Fica acrescido o valor de R$ 13.817,47 (treze mil oitocentos e dezessete reais e quarenta e sete centavos) no total do Contrato.

Valor: 13.817,47

Data: 31/07/2018

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial nº 102/2017, Ata de Registro de Preço nº 194/2017 e Processo Administrativo 50767.2017.

Secretaria: Infraestrutura

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2018

PREGÃO PRESENCIAL: N° 76/2018– REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: OLMI INFORMATICA LTDA - EPP

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de suprimentos de informática para atender as necessidades das secretarias municipais.

VALOR TOTAL: R$ 5.649,58

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2018

PREGÃO PRESENCIAL: N° 76/2018– REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: ALEXANDRE VENSO BONFIM - ME

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de suprimentos de informática para atender as necessidades das secretarias municipais.

VALOR TOTAL: R$ 87.677,75

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2018

PREGÃO PRESENCIAL: N° 76/2018– REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: MARCOS S BIUDES-ME

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de suprimentos de informática para atender as necessidades das secretarias municipais.

VALOR TOTAL: R$ 5.033,87

TERMO DE APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO Nº 197, 198,199,200,201 e 202 de 2017 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2017.

Contratante: ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS,*** pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratadas: RG DA PAZ EIRELI – EPP, JC BATISTA, SETE COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA, M. DE L. P. ALMEIDA – PROD. DE LIMPEZA E HIGIENE-ME, GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI-EPP E MERCADÃO DA LIMPEZA COM. E IMP. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a alteração voltada ao Agente fiscalizador das presentes Atas de Registro de Preço, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, atribuindo o acompanhamento e a fiscalização do presente Contrato para o servidor **João dos**

Santos Brito, alteração essa apenas para Secretaria Municipal de Administração.

Campo Novo do Parecis-MT, 30 de julho de 2018.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO ANEXOS LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

MUNICÍPIO DE Campo Novo do ParecisESTADO DO MATO GROSSORELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOALORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JULHO 2.017 A JUNHO 2.018

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA												
	Últimos 12 meses												
	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	TOTAL (a)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	*275.193,82*	*283.584,21*	*277.739,23*	*306.976,64*	*263.811,39*	*264.734,72*	*256.367,13*	*294.637,42*	*285.913,41*	*330.407,60*	*285.630,21*	*273.014,86*	*3.398.010,64*
Pessoal Ativo	275.193,82	283.584,21	277.739,23	306.976,64	263.811,39	264.734,72	256.367,13	294.637,42	285.913,41	330.407,60	285.630,21	273.014,86	3.398.010,64
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	230.978,04	237.637,62	232.388,94	220.138,59	220.224,63	221.770,54	256.367,13	248.607,57	238.022,88	238.006,40	244.503,09	222.938,34	2.811.583,77
Obrigações Patronais	44.215,78	45.946,59	45.350,29	86.838,05	43.586,76	42.964,18	0,00	46.029,85	47.890,53	92.401,20	41.127,12	50.076,52	586.426,87
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização(art. 18, § 1º da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) II	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	275.193,82	283.584,21	277.739,23	306.976,64	263.811,39	264.734,72	256.367,13	294.637,42	285.913,41	330.407,60	285.630,21	273.014,86	3.398.010,64

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	124.803.108,14	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	-	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	124.803.108,14	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	3.398.010,64	2,72%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	7.488.186,49	6,00%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 LRF) <%>	7.113.777,16	5,70%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	6.739.367,84	5,40%

** Excluído das despesas totais com pessoal e da Receita Corrente Líquida o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, incidente sobre a folha de pagamento de pessoal, nos termos da RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 29/2016 – TP do TCE/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO Nº 080/2018

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do PREGÃO nº 080/2018 – *Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de reserva, emissão, marcação, remarcação e fornecimento de passagens aéreas nacionais,* do tipo maior desconto: a empresa AGÊNCIA DE VIAGENS UNIVERSAL LTDA – EPP, CNPJ nº 02.981.173/0001-63, sagrou-se vencedora com o percentual de 50% (cinquenta por cento) de desconto. Campo Verde, 31 de julho de 2018. Ana Carolina S. Braga Blume – Pregoeira.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 228/2018

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: AGÊNCIA DE VIAGENS UNIVERSAL LTDA – EPP, CNPJ 02.981.173/0001-63

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO E FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS - PREGÃO Nº 080/2018.

VIGÊNCIA: 31/07/2018 À 31/07/2019

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Percentual de Desconto (%)
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO E FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS, por meio de atendimento remoto (e-mail e telefone), aos membros da Prefeitura Municipal de Campo Verde, acompanhados das respectivas bagagens, atendendo às normas da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, MEDIANTE PAGAMENTO DO VALOR DE AGENCIAMENTO.	50% (cinquenta por cento)

Estima-se um gasto total de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) com a presente contratação, compreendendo o serviço de agenciamento, valor da passagem aérea e taxa de embarque.

A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: WWW.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR

CAMPO VERDE, 31 DE JULHO DE 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 25 DE JULHO DE 2018.

Deliberações da Elaboração do Cronograma e Ações de Atividades a ser Desenvolvidas pelo Programa Pró-Família

CONSIDERANDO a reunião ordinária do Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família, realizada em 24 de julho de 2018, conforme Ata nº. 004/2018;

Considerando suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 10. 523/2017, de 17 de março de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º. Define prazo de 01 a 15/08/2018, para entrega da elaboração das atividades a serem desenvolvidas no Pacto Pró Família.

Campos de Júlio, 25 de julho de 2018.

Nelsa Gonçalves Cardoso

Presidente do Comitê

PORTARIA Nº. 152, DE 31 DE JULHO DE 2018.

ATRIBUI FUNÇÃO GRATIFICADA DE SECRETÁRIO ESCOLAR À SERVIDOR EFETIVO QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir à servidora **JÉSSICA AMANN FROEHLICH,** admitida na forma do artigo 37, inciso II da Constituição Federal e nomeado em caráter efetivo para ocargo efetivo de Agente Administrativo, através da Portaria nº 136, de 22 de abril de 2014, a Função Gratificada de Secretário Escolar, prevista no artigo 3º, § 3º da Lei nº. 512, de 8 de março de 2012, com direito a percepção do adicional da função em seu vencimento, equivalente ao Padrão FG-7, constante do anexo I da Lei nº. 625, de 15 de abril de 2014, calculado sobre o salário base, que serão pagos independentemente de quaisquer outros benefícios anteriormente adquiridos conforme preceitua o artigo 6º, VI da Lei nº. 148, de 19 de abril de 2001.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 18 de junho de 2018.

Registre-se e publique-se

Campos de Júlio, 31 de julho de 2018.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO PRESENCIAL "SRP" Nº 36/2018

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 006/2018, vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, que a sessão de julgamento do Pregão Presencial "SRP" nº 36/2018, do tipo menor preço por item, objetivando Registro de preços para aquisições futuras de livros e fantoches para modernização do acervo da Biblioteca Municipal Cecília Meireles, com abertura no dia 30/07/2018, às 09h00, restou DESERTA, por não comparecerem interessados à sessão de julgamento.

Campos de Júlio – MT, 31 de julho de 2018.

Marcelo José Batista dos Santos Lino

Pregoeiro Oficial

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 040, DE 30 DE JULHO DE 2018.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 58, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal (LOM*) e;*

***CONSIDERANDO** a classificação do (s) candidato (s) mencionado(s) no artigo primeiro desse edital no* Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018, para contratação para o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, para suprimento das vagas aos cargos autorizados pela Lei Municipal nº. 878, de 20 de fevereiro de 2018 e no edital do respectivo certame;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica (m) convocado(s) o(s) candidato(s) aprovado/classificado(s) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2018, regido pelo edital nº 001/2018, abaixo nominado (s), para comparecer (em) ao Departamento de Recursos Humanos dessa municipalidade, a fim de apresentar os documentos exigidos conforme Edital do certame para a efetiva contratação temporária ao(s) seguinte(s) cargo(s):

CARGO	NOME	INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL-ADI	VIVIANE BATISTA DOS SANTOS DE OLIVEIRA	306225	8º

Art. 2º. Para serem contratados o (s) candidato(s) deverá (ão) apresentar documentação no original ou fotocópia autenticada em cartório prevista no item 17.9 do edita nº. 001/2018, a seguir elencados:

I- Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

II- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88);

III-Certidão de casamento ou nascimento;

IV-Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

V- Carteira de Vacinação dos filhos menores de cinco anos (se for o caso);

VI- Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF/MF);

VII-Cartão do PIS/PASEP e Carteira de Trabalho (CTPS);

VIII- Comprovante de votação das duas últimas eleições que antecederem à contratação (se for o caso);

IX-Título de Eleitor;

X-Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

XI- Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

XII-Duas fotos 3x4, colorida e recente;

XIII-Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

XIV- Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

XV-Comprovante de Escolaridade, devendo os diplomas de conclusão de cursos serem expedidos por instituição oficial reconhecida, admitindo-se certidão de conclusão de curso, desde que acompanhado do histórico escolar, referente ao cargo que concorre;

XVI- Declaração contendo o endereço residencial;

XVII-Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

XVIII- Declaração de bens;

XIX-Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária de seu cargo a qual exercerá sua função;

XX- Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido pela Junta Médica Oficial do Município ou médico credenciado;

XXI- Não ter infringido as leis que fundamentaram esse edital.

Art. 3º. O candidato que por qualquer motivo não se apresentar para a contratação no prazo fixado nesse edital perderá o direito à vaga, sendo convocado outro candidato aprovado, respeitado a ordem de classificação, conforme disposto no edital do Processo Seletivo Simplificado.

Art. 4º O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018 é de um ano, conforme artigo 1º, §2º da Lei Municipal nº.878, de 20 de fevereiro de 2018, contado da data de publicação do presente Decreto de Homologação, com possibilidade de prorrogação por sucessivos períodos, podendo, entretanto, ser interrompida a qualquer tempo por interesse da administração pela cessação da situação excepcional que a autorizou, e/ou efetivação de aprovados em Concurso Público para os cargos previstos no presente processo seletivo simplificado.

Art. 5º A publicação do presente edital de convocação será tornada pública por meio de pórtico da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio/MT, no endereço eletrônico www.camposdejulio.mt.gov.br e no Jornal Oficial do Município, disponível no endereço eletrônico: www.amm.org.br, sendo

de responsabilidade do(s) candidato(s) o acompanhamento de tais publicações, na forma do item 16.1 do edital nº 001/2018.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 30 de julho de 2018.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2018

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, que a sessão de julgamento da TOMADA DE PREÇOS nº 05/2018, tendo como objeto a contratação de **empresa especializada em obras e instalações e adequações de equipamentos e materiais para prevenção e combate a incêndio no prédio do Centro Cultural, incluindo o fornecimento de matérias e mão de obra necessários aos serviços**, com abertura em 31/07/2018, às 08h00 (oito horas) do horário local, restou "DESERTA", por não comparecerem interessados à sessão de julgamento.

Campos de Júlio - MT, 31 de julho de 2018

Rosinéia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da CPL

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018.

Deliberações do Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família

CONSIDERANDO a reunião ordinária do Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família, realizada em 16 de fevereiro de 2018, conforme Ata nº.003/2018;

Considerando suas atribuições que lhe confere a Lei Estadual nº. 10.523/2017, de 17 de março de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a apresentação das 100(cem) crianças que serão atendidas pelo Programa Criança Feliz, com base no cadastro bolsa família.

Art. 2º. Aprovar apresentação da equipe técnica composta pela supervisora Srª Eldimar Rosa dos Santos e 03(três) visitadoras, sendo: Elizangela Oliveira Camargo da Cruz, Danielle do Rosário e Fabiana Fin.

Campos de Júlio, 16 de fevereiro de 2018.

Nelsa Gonçalves Cardoso

Presidente do Comitê

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

GABINETE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02- ABANDONO DE CARGO

Chamamento – Art. 240, Lei 028/2002.

Ao Sr.

IVANDERLEI VIEIRA DA COSTA

Na condição de Presidente da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar designado pelo Prefeito Municipal, por meio da Portaria nº 718/2017 de 16 de novembro de 2017, como determina o Art. 240, parágrafo único do Estatuto dos Servidores Municipais, **SOLICITO O COMPARECIMENTO DE VOSSA SENHORIA**, junto a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, no endereço Rua Miraguaí, n 228, Centro, para tratar de assuntos de seu interesse, e ainda **para que sejam prestados esclarecimentos sobre os fatos indicados no Ofício de n. 023/GAB/ SMS/CANARANA/2018, e possível aplicação de penalidades cabíveis conforme Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.**

Ficando, Vossa Senhoria, ciente dos fatos e intimado a comparecer no Prédio da Prefeitura Municipal de Canarana-MT, e procurar um dos Membro da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, cito a Rua Miraguaí nº 228, Centro, no prazo de 10 dias a contar desta data e querendo poderá comparecer acompanhado de seu representante legal.

Canarana-MT, 31 de julho de 2018.

.....

Odailton Resende Santeiro

GABINETE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

A Prefeitura Municipal de Canarana CNPJ 15.023.922/0001-91 torna público que requereu junto a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) a outorga de direito de uso dos recursos hídricos para captação superficial de 15 l/s no Córrego do Meio localizado na coordenadas Lat. 13º33'7.90" Long. 52º14'51.31", para os serviços de molhar vias não asfaltadas e canteiros centrais, limpeza de espaços públicos e socorro a incêndios no município de Canarana/MT.

GABINETE
CONCURSO PUBLICO 001/2016

Edital de Convocação N° 043/2018

Fábio Marcos Pereira de Faria,Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Concurso Público homologado pelo decreto n°2734 de 01/12/2016. RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO

O presente Edital que estabelece a convocação, para fins de suprimento de cargos em caráter definitivo no quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde como segue:

CANDIDATO	CARGO	CONCURSO PÚBLICO
VERONICA OLIVEIRA SANTOS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Edital 001/2016

O candidato convocado terá 30 (trinta) dias uteis contados a partir da publicação do presente edital, para se apresentar e manifestar sobre a aceitação ou não do cargo no departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana,em 31 de julho de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
EDITAL Nº 12/2018

DE 30 JULHO DE 2018.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 165 E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL ART. 67 §3º, LRF ART. 52.

T O R N A P Ú B L I C O

A Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, representada pelo seu Prefeito, Sr. Fábio Marcos Pereira de Faria, TORNA PÚBLICO a Prestação de Contas do RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO, referente ao 3º BIMESTRE, do exercício financeiro de

2018, inclusive com a publicação no mural da Prefeitura e através do site www.diariomunicipal.com.br/amm-mt, e www.canarana.mt.gov.br.

A Prestação de Contas ficará a disposição de qualquer contribuinte do Município de Canarana – MT., para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade nos termos da Lei. Após o prazo previsto em Lei, a mesma será encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, para fiscalização contábil, financeiras, orçamentárias, operacionais e patrimoniais.

Publique-se,

_____

FÁBIO MARCOS PEREIRA FARIA

Prefeito Municipal

Gestão 2017/2020

GABINETE
PROCESSO SELETIVO 004/2017

Edital de Convocação N° 044/2018

Fábio Marcos Pereira de Faria,Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado 004/2017 homologado pelo decreto n°2777 de 08/03/2017.

RESOLVE TORNAR PÚBLICO

O presente Edital que estabelece a convocação, para fins de suprimento de cargos em caráter temporário no quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde como segue:

CANDIDATO	CARGO	PROCESSO SELETIVO
Bruna Rafaela Castioni Ceccon Qualio	Enfermeiro	004/2017

A candidata convocada terá 05 (cinco) dias uteis contados a partir da publicação do presente edital, para se apresentar e manifestar sobre a aceitação ou não do cargo no departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana,em 31 de julho de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
EDITAL Nº 11/2018

EDITAL Nº 11/2018

DE 30 DE JULHO DE 2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 162 E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL ART. 13 INCISO IV.

T O R N A P Ú B L I C O

A Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, representada pelo seu Prefeito, Sr. Fábio Marcos Pereira de Faria, TORNA PÚBLICO a Prestação de Contas dos Balancetes Orçamentários, Financeiros E Patrimonial referente aos meses MAIO E JUNHO DE 2018, inclusive com a publicação na Internet através do site do município, www.diariomunicipal.com.br/amm-mt E www.canarana.mt.gov.br.

A Prestação de Contas ficará a disposição de qualquer contribuinte do Município de Canarana – MT, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade nos termos da Lei. Após o prazo previsto em Lei, a mesma será encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, para fiscalização contábil, financeiras, orçamentárias, operacionais e patrimoniais.

Publique-se,

_____

FÁBIO MARCOS PEREIRA FARIA

Prefeito Municipal

Gestão 2017/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; torna público que realizará a **LICITAÇÃO** a seguir caracterizada:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2018

OBJETO DA LICITAÇÃO:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA E DE EXTREMA POBREZA, ATENDIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARLINDA – MT.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 13/08/2018

HORÁRIO: 08:00 HORAS.

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA.

ENDEREÇO:AV. TANCREDO NEVES S/Nº - CENTRO – CARLINDA /MT.

As informações complementares para a retirada da pasta contendo o Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos na Prefeitura, situada na Av. Tancredo de Almeida Neves S/Nº. Cx postal 45, Centro, CEP:78.587-000 CARLINDA MT, das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00, maiores informações pelo telefone (66) 3525-2000.

Carlinda/MT, 31 de Agosto de 2018.

DEISE DIONE MUTSCHALL

PREGOEIRA OFICIAL

Publique-se

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2018

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, com sede na Av. Tancredo Neves, s/nº. , na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Prefeita Municipal **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1165982-3 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 854.225.171-72, residente e domiciliada na Estrada F, Comunidade São Francisco, zona rural, Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa

RANCHO E HOSPEDAGEM FUTURO FELIZ sob CNPJ nº 27.386.159/0001-42, com sede na Rua Hollywood, nº 475, bairro Jardim Califórnia, município de Cuiabá/MT CEP:78.070-345, neste ato representada pela Sr.ª Ana Maria Leandro da Silva, portadora do RG n.º 15390110 SSP/MT e CPF n.º 286.464.522-04 doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 030/2018**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EXECUTADOS POR CASA DE APOIO PARA ACOMPANHAMENTO DE PACIENTES DO MUNICÍPIO EM TRATAMENTO DE SAÚDE EM CUIABÁ/MT, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência em anexo, e detalhado no quadro abaixo:

TEM	COD	DESCRIÇÃO	QTDA/ DIARIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	43960	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EXECUTADOS POR CASA DE APOIO PARA ACOMPANHAMENTO DE PACIENTES DO MUNICÍPIO EM TRATAMENTO DE SAÚDE EM CUIABÁ, Hospedagem, Alimentação e Transporte.	4.500	R$ 45,00	R$ 202. 500,00

1.2.Os itens registrados serão eventualmente adquiridos, de acordo com a necessidade do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (dose) meses, a partir da data de **11/07/2018 até 11/07/2019**.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 030/2018**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1-Os pagamentos serão efetuados no prazo mínimo de 15 (quinze) e máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da prestação dos serviços solicitados juntamente com o relatório das diarias e emissão da referida Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal responsável.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 Os Serviços deverão ser prestados em até 24 (vinte e quatro) horas, contados da data da Solicitação.

4.2 O prazo para início da execução do fornecimento não poderá exceder a um dia útil, contado da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

4.3 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

4.4 Os serviços licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva realização do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Executar a prestação dos serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados;

5.2.3- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.4- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

5.2.5- Contratação Hospedagem com alimentação compreendida (café da manhã, almoço, café da tarde e jantar) para paciente e acompanhante quando houver indicação, translado do paciente e acompanhante para hospitais de Cuiabá.

5.2.6- A empresa deverá fornecer disponibilizar quartos limpos e organizados, com cama com colchão de qualidade, lençóis, travesseiros, cobertas ou edredom;

5.2.7- Atendimento 24 (vinte e quatro horas);

5.2.8- Apartamentos individuais com duas camas e banheiro privativo;

5.2.9- Veículos para transporte de passageiros:

5.2.10- Alimentação compreende café da manhã, almoço, café da tarde e jantar para paciente e acompanhante quando houver indicação, transporte ida e volta do paciente e acompanhante para hospitais e clínicas de Cuiabá e intermediações, compreendendo:

-Café da Manhã: Leite, Café, Chá, Pão, Bolacha, Manteiga, Geléias típicas (ou outros) ;

-Almoço: Arroz, Feijão, Carne (variadas), Saladas (comidas alternadas diariamente).

- Café da Tarde: Chá, Café, Bolacha, Bolo, Pão e Manteiga;

-Jantar: Arroz, Feijão, Carne brancas, Saladas, Canjas e Sopas (dias alternados ou prescrito).

- Pacientes em estado de pós operatório servir comidas leves, para não prejudicar na recuperação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a prestação deles estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega dos produtos/materiais após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa no valor da requisição de compra, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

b) 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.2- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) advertência;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na prestação de serviços;

c) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

d) 10% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Carlinda - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.4 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 **- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.**

8.6 **- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.**

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 **- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.**

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “PROMITENTE FORNECEDORA”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO

ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2018**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 030/2018** a proposta da empresa **RANCHO E HOSPEDAGEM FUTURO FELIZ sob CNPJ nº 27.386.159/0001-42**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda – MT, 11 de Julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RANCHO E HOSPEDAGEM FUTURO FELIZ

CNPJ nº 27.386.159/0001-42

EMPRESA

PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

NOME: DEISE DIONE MUTSCHALL

CPF: 041.380.781-93

_____

NOME: FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA

CPF: 057.481.681-03

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2018

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, com sede na Av. Tancredo Neves, s/nº., na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Prefeita Municipal **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1165982-3 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 854.225.171-72, residente e domiciliada na Estrada F, Comunidade São Francisco, zona rural, Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **YPÊ VIAGEM E TURISMO LTDA - ME, CNPJ nº 13.919.755/0001-36**, com sede na Avenida Ariosto da Riva, nº 2875, sala B, Centro, na cidade de Alta Floresta/MT, CEP: 78.580-000, sendo representada pelo Sr. Allan Coutinho Simões portador do RG nº 0.974.683-8 SJ/MT e CPF nº 840.452.211-15, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 031/2018**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS COM RESPECTIVO CÓDIGO LOCALIZADOR, A SEREM UTILIZADAS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E GABINETE DA PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência em anexo, e detalhado no quadro abaixo:

PASSAGENS AÉREAS		**PERCENTUAL DE DESCONTO**
SECRETARIA/GABINETE	**VALOR TOTAL**	
GABINETE DA PREFEITA	R$ 20.000,00	**5,00%**
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	R$ 10.000,00	**5,00%**
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R$ 5.000,00	**5,00%**
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	R$ 5.000,00	**5,00%**
SECRETARIA DE SAÚDE	R$ 10.000,00	**5,00%**
SECRETARIA DE OBRAS	R$ 5.000,00	**5,00%**

1.2.Os itens registrados serão eventualmente adquiridos, de acordo com a necessidade do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (dose) meses, a partir da data de **04/07/2018 até 04/07/2019.**

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 031/2018**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1-Os pagamentos serão efetuados no prazo mínimo de 15 (quinze) e máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da prestação dos serviços solicitados e emissão da referida Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal responsável.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 Os Serviços deverão ser prestados em até 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da Solicitação.

4.1.1 Em caso de emergência a prestação dos serviços deverá ocorrer em 24 (vinte e quatro) horas, contados da data da Solicitação.

4.2 O prazo para início da execução do fornecimento não poderá exceder a um dia útil, contado da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

4.3 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

4.4 Os serviços licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva realização do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Executar a prestação dos serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados;

5.2.3- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.4- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a prestação deles estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- O atraso injustificado na prestação dos serviços após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

b) 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.2- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) advertência;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na prestação de serviços;

c) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

d) 10% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Carlinda - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.4 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8. 666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 **- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro Maior desconto registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.**

8.6 **- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.**

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 **- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.**

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro Maior desconto e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “PROMITENTE FORNECEDORA”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO

ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2018**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 031/2018** a proposta da empresa **YPÊ VIAGEM E TURISMO LTDA - ME, CNPJ nº 13.919.755/0001-36**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda – MT, 04 de Julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

YPÊ VIAGEM E TURISMO LTDA – ME

CNPJ nº 13.919.755/0001-36

EMPRESA

PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

NOME: DEISE DIONE MUTSCHALL

CPF: 041.380.781-93

_____

NOME: FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA

CPF: 057.481.681-03

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 024/2018

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT**

CONTRATADO: **EDSON APARECIDO DA SILVEIRA COMÉRCIO E SERVIÇOS– EPP sob CNPJ/MF Nº 26.560.349/0001-71**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS, PARA A CONCLUSÃO DA OBRA DA ACADEMIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE CARLINDA/MT.**

ACRESCIMO: R$25.545,30 (vinte e cinco mil quinhentos e quarenta e cinco reais e trinta centavos).

SUPRESSÃO: **R$ 18.636,00** (dezoito mil seiscentos e trinta e seis reais).

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE PUBLICAÇÃO – EXTRATOS PUBLICAÇÃO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 035/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT

CONTRATADA: CONSTRUTORA GLOBAL E ENGENHARIA LTDA sob CNPJ: 11.056.755/0001-24

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS PADRÃO ALIMENTADORAS, NO PROJETO DE ASSENTAMENTO SÃO PAULO LOCALIZADO NO MUNICIPIO DE CARLINDA, ESTADO DO MATO GROSSO.

VIGENCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO: 27 de Janeiro de 2019.

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2018

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, com sede na Av. Tancredo Neves, s/nº. , na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Prefeita Municipal **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1165982-3 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 854.225.171-72, residente e domiciliada na Estrada F, Comunidade São Francisco, zona rural, Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **ASC OBRAS DE TERRAPLANAGEM LTDA CNPJ: 22.114.957/0001-60** com sede na Av. Jaime Verissimo de Campos Junior, n° 660, setor Leste, bairro Setor Industrial, no município de Colíder/MT CEP: 78.500-000, sendo representada pelo Sr. Antonio Augusto dos Santos Cerezoli portador RG: 23283688 SSP/MT e CPF: 046.550.081-13 doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 029/2018**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA e CAMINHÃO MUNCK, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência em anexo, e detalhado no quadro abaixo:

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	47480	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA COM TANQUE COM CAPACIDADE MÍNIMA 12.000 (DOZE MIL) LITROS, ACOPLADO COM BOMBA CENTRIFUGA DE CAPACIDADE MÍNIMA DE 4 POLEGADAS, AUTO CARREGÁVEL COM RABO DE PAVÃO, MOTOR DIESEL, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 145 CAVALOS. EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO- COM OPERADOR E TODAS AS DESPESAS COM COMBUSTIVEL, LUBRIFICANTES, MATERIAIS DE DESGASTE E MANUTENÇÕES POR CONTA DA CONTRATADA. (as locações poderão ocorrer de segunda a domingo e feriados, durante aproximadamente 10 (dez) horas/dia).	MÊS	12	R$ 9.020,00	R$ 108.240,00
VALOR TOTAL						**R$ 108.240,00**

1.2.Os itens registrados serão eventualmente adquiridos, de acordo com a necessidade do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (dose) meses, a partir da data de **11/07/2018 até 11/07/2019**.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 029/2018**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1-Os pagamentos serão efetuados no prazo mínimo de 15 (quinze) e máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da locação do Caminhão Pipa solicitado, relatório de dias locados e emissão de Recibo de pagamento, devidamente atestado pelo fiscal responsável.

3.1.1 O valor de cada pagamento será apurado com base na apresentação da Planilha de bordo diária constando mínimo de 10 (dez) horas/dia trabalhadas do caminhão pipa com assinatura do motorista responsável.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 Os serviços deverão ser executados de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria solicitante.

4.1.1 A empresa vencedora deverá prestar os serviços na quantidade, especificação e local indicado na solicitação pela Secretaria competente.

4.1.2 Todas as despesas relativas aos serviços prestados dos caminhões (pipa e munck), tais como todas as despesas com lubrificantes, materiais de desgaste e manutenções, correrão às custas exclusivamente da licitante vencedora, exceto o combustível e motorista que sera por conta da Contratante.

4.1.3 É de responsabilidade da contratada a mobilização e desmobilização dos caminhões.

4.1.4**A**Contratada deverá prestar o serviço licitado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados **a partir da emissão da solicitação**.

4.1.5 Em caso de emergência o serviço deverá ser prestado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da emissão da solicitação.

4.1.6 Os serviços deverão ser executados dentro dos padrões estabelecidos pelas Normas Técnicas e Legislações Ambientais vigentes nos âmbitos Municipal, Estadual e Federal.

4.2 A Prefeitura Municipal não se responsabilizará por prejuízos de qualquer natureza, proveniente de ação dos prepostos da contratada, e será de inteira responsabilidade da contratada, qualquer dano causado pela atuação da contratada a serviço deste órgão, bem como prejuízos causados a terceiros

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

4.4 Os serviços licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva realização do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Executar os serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços fornecidos;

5.2.3- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.4- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- O atraso injustificado na prestação dos serviços após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

b) 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.2- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) advertência;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso no fornecimento dos serviços;

c) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

d) 10% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Carlinda - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.4 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos serviços de locação, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 **- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.**

8.6 **- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.**

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 **- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.**

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “PROMITENTE FORNECEDORA”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO

ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2018**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 029/2018** a proposta da empresa **ASC OBRAS DE TERRAPLANAGEM LTDA CNPJ: 22.114.957/0001-60**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda – MT, 11 de Julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

ASC OBRAS DE TERRAPLANAGEM LTDA

CNPJ: 22.114.957/0001-60

PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

NOME: DEISE DIONE MUTSCHALL

CPF: 041.380.781-93

_____

NOME: FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA

CPF: 057.481.681-03

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - CONTRATOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATO N°: **038/2018**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CONTRATADA: **P. O ZIOBER EIRELLI EPP inscrita no CNPJ nº CNPJ: 11.152.901/0001-15**

O objeto do presente é a **Aquisição De Equipamentos De Academias Para Terceira Idade-"ATI", a fim de atender às necessidades da população.**

VALOR TOTAL: **R$ R$27.455,16 (vinte sete mil quatrocentos e cinta e cinco reais e dezesseis centavos).**

05 de Julho de 2018 até o dia 31 de Dezembro de 2018.

-

_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATO N°: **040/2018**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CONTRATADA: **NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA sob CNPJ: 07.797.967/0001-95**

O objeto do presente é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE BANCO DE PREÇO QUE SERÃO UTILIZADOS PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISAS DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS EM GERAL, NESTE MUNICÍPIO.**

VALOR TOTAL: **R$ 5.990,00 (cinco mil novecentos e noventa reais).**

25 de Julho de 2018 até o dia 25 de Julho de 2019.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2018

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, com sede na Av. Tancredo Neves, s/ nº., na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Prefeita Municipal **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1165982-3 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 854.225.171-72, residente e domiciliada na Estrada F, Comunidade São Francisco, zona rural, Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **GR TARIGA ME, CNPJ: 12.253.419/0001-34** com sede na Avenida Estados Unidos, n° 16, Distrito Industrial, Município de Alta Floresta/MT CEP: 78.580-000, sendo representada pelo Sr. Gines Roberto Tariga portador do RG: 140557 SSP/MT e CPF: 177.203.11-91, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 029/2018**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA e CAMINHÃO MUNCK, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência em anexo, e detalhado no quadro abaixo:

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
2	51580	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO MUNCK COM CESTO, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, COM OPERADOR E TODAS AS DESPESAS COM COMBUSTIVEL, LUBRIFICANTES, MATERIAIS DE DESGASTE E MANUTENÇÕES POR CONTA DA CONTRATADA.	HORA	50	R$ 179,98	R$ 8. 999,00
VALOR TOTAL						**R$ 8. 999,00**

1.2.Os itens registrados serão eventualmente adquiridos, de acordo com a necessidade do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (dose) meses, a partir da data de **11/07/2018 até 11/07/2019**.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 029/2018**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1-Os pagamentos serão efetuados no prazo mínimo de 15 (quinze) e máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da prestação dos serviços solicitados, relatório dos serviços e emissão da referida Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal responsável.

3.1.1 O valor de cada pagamento será apurado com base na apresentação da Planilha de bordo diária constando mínimo de 10 (dez) horas/dia trabalhadas do caminhão pipa com assinatura do motorista responsável.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 Os serviços deverão ser executados de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria solicitante.

4.1.1 A empresa vencedora deverá prestar os serviços na quantidade, especificação e local indicado na solicitação pela Secretaria competente.

4.1.2 Todas as despesas relativas aos serviços prestados dos caminhões (pipa e munck), tais como todas as despesas com lubrificantes, materiais de desgaste e manutenções, correrão às custas exclusivamente da licitante vencedora, exceto o combustível e motorista que será por conta da Contratante.

4.1.3 É de responsabilidade da contratada a mobilização e desmobilização dos caminhões.

4.1.4**A**Contratada deverá prestar o serviço licitado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados **a partir da emissão da solicitação**.

4.1.5 Em caso de emergência o serviço deverá ser prestado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da emissão da solicitação.

4.1.6 Os serviços deverão ser executados dentro dos padrões estabelecidos pelas Normas Técnicas e Legislações Ambientais vigentes nos âmbitos Municipal, Estadual e Federal.

4.2 A Prefeitura Municipal não se responsabilizará por prejuízos de qualquer natureza, proveniente de ação dos prepostos da contratada, e será de inteira responsabilidade da contratada, qualquer dano causado pela atuação da contratada a serviço deste órgão, bem como prejuízos causados a terceiros

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

4.4 Os serviços licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva realização do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Executar os serviços nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços fornecidos;

5.2.3- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.4- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- O atraso injustificado na prestação dos serviços após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

b) 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.2- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) advertência;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso no fornecimento dos serviços;

c) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

d) 10% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Carlinda - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.4 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos serviços de locação, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 **- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.**

8.6 **- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.**

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 **- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.**

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "PROMITENTE FORNECEDORA", sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO

ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2018**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 029/2018** a proposta da empresa **GR TARIGA ME, CNPJ: 12.253.419/0001-34**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda – MT, 11 de Julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GR TARIGA ME

CNPJ: 12.253.419/0001-34

PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

NOME: DEISE DIONE MUTSCHALL

CPF: 041.380.781-93

_____

NOME: FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA

CPF: 057.481.681-03

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO PROCEDIMENTO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 038/2018.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO: Pregão Presencial n.º 038/2018;

OBJETO: Registro de Preços para Eventual Aquisição de Peças e Acessórios Originais e Genuínas, para manutenção de Veículos Oficiais pertencentes à Frota do Município de Castanheira – MT, assim como aqueles Veículos que vierem a ser incorporados ao Patrimônio no Período de Vigência desta Contratação;

ASSUNTO: Recurso Administrativo;

RECORRENTES: Tnove Comércio de Peças – EIRELI e Cecília Pinto da Silva – EIRELI - ME.

DECISÃO DO PREGOEIRO

Vistos etc...

Trata-se de Recurso Administrativo interposto, tempestivamente, pelas Licitantes **Tnove Comércio de Peças – EIRELI,** CNPJ/MF nº 30.369.251/0001-09 e **Cecília Pinto da Silva – EIRELI – ME,** CNPJ/MF nº 15.593.959/0001-55, no âmbito do Pregão Presencial nº 038/2018 que visa Registro de Preços para eventual aquisição de peças e acessórios originais e genuínas, para manutenção de veículos oficiais pertencentes à frota do Município de Castanheira – MT, assim como aqueles veículos que vierem a ser incorporados ao patrimônio no período de vigência desta contratação.

A empresa **Cecília Pinto da Silva – EIRELI – ME,** CNPJ/MF nº 15.593.959/0001-55 insurge-se contra o credenciamento do representante da Empresa Comercial de Peças 1313 LTDA – ME, CNPJ/MF nº 01.728.039/0001-92 e a inexequibilidade das propostas declaradas vencedoras no certame, inclusive a proposta da própria Recorrente. Nas palavras da Recorrente “todos os lances do pregão se tornaram inexequíveis, tendo em vista que os valores de desconto ofertados inviabilizam a contratação, tornando o contrato demasiadamente oneroso para as empresas participantes” e afirmou que “qualquer desconto ofertado acima de 71% se torna inexequível”. A Recorrente pediu a anulação do certame e, na hipótese de indeferimento do recurso, manifestou pela desistência da proposta, consignando que não tem interesse na contração tendo em vista a inexequibilidade de seu lance, devendo o mesmo ter sido desclassificado ao tempo do pregão.

A empresa **Tnove Comércio de Peças – EIRELI** recorre da decisão do pregoeiro que aceitou e declarou vencedoras as propostas de preços das empresas Comercial de Peças 1313 LTDA – ME e Cecília Pinto da Silva – EIRELI – ME, alegando inexequibilidade dos preços ofertados. Juntou orçamentos para demonstrar que o preço declarado vencedor nos itens 04 e 15, registrado com desconto de 90.1% e 92% respectivamente, é exageradamente inferior ao preço de mercado obtido na rede de concessionárias e distribuidoras de peças, objeto do certame. Requereu demonstração dos custos por parte das licitantes declaradas vencedoras e desclassificação das propostas.

Intimadas todas as licitantes acerca das razões recursais manifestou-se a empresa **Comercial de Peças 1313 LTDA – ME**, refutando os argumentos contra o credenciamento do representante da empresa Recorrida, com base na decisão da Prefeita Municipal que decidiu a matéria, pugnou pela mantença do credenciamento. Acerca da alegação de inexequibilidade de sua proposta, a Recorrida afirmou que os preços por ela ofertados nos itens 15, 17 e 23 alcançam “margem de lucro mínima” e que “os descontos com porcentagem alta podem causar prejuízos ao funcionamento da empresa e o distrato do contrato realizado com a Administração Pública Municipal”. Afirmou, ainda, que “o preço ofertado a alguns lotes se torna oneroso a empresa privada, impossibilitando as mesmas de contratar com a Administração Pública Municipal. Ao final pleiteou a anulação da sessão realizada no dia 29/06/2018 e reprocessamento da fase de abertura das propostas.

Em Despacho publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, em 18/07/2018, o Pregoeiro, nos termos do artigo 43, §3º da Lei 8.666/93, converteu o julgamento em diligência concedendo prazo de 5 (cinco) dias úteis para que as empresas Cecília Pinto da Silva – EIRELI – ME e Comercial de Peças 1313 LTDA – ME se manifestassem respondendo as questões dirigidas distintamente à cada uma das licitantes, constantes dos Anexos I e II do Despacho do Pregoeiro, destinadas a apurar a viabilidade da execução da proposta.

Conforme o Anexo I do Despacho a empresa Cecília Pinto da Silva – EIRELI – ME foi chamada a esclarecer se considerava inexequível o preço de todos os itens em que foi declarada vencedora ou apenas o preço dos itens em que ofereceu descontos acima de 71%, bem como, na hipótese de considerar exequível o preço de algum ou de todos os itens em que foi declarada vencedora, para demonstrar/comprovar documentalmente a exequibilidade destes, sob pena do pregoeiro declarar a inexequibilidade da proposta.

Nos termos do Anexo II à empresa Comercial de Peças 1313 LTDA – ME foi dado a esclarecer se considerava exequível ou inexequível sua proposta de preço para os itens 15, 17 e 23, se o preço dos demais itens em que foi declarada vencedora é exequível ou inexequível e, na hipótese de considerar exequível o preço de algum ou de todos os itens em que foi declarada vencedora, para demonstrar/comprovar documentalmente a exequibilidade destes, sob pena do pregoeiro declarar a inexequibilidade da proposta.

Ao final do prazo para manifestação, eis que as empresas diligenciadas quedaram-se inertes.

É o relatório, passo a decidir, após análise das razões e contrarrazões em confronto com a legislação e entendimentos doutrinário e jurisprudencial pertinentes.

I – DO CREDENCIAMENTO DA EMPRESA COMERCIAL DE PEÇAS 1313 LTDA – ME

No tocante ao credenciamento da empresa Comercial de Peças 1313 LTDA – ME, eis que se trata de matéria já superada, pois, devidamente apreciada e decidida em ultima instância, conforme decisão da Prefeita Municipal publicada em 19/06/2018, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Ano XIII, nº 3.002, páginas 61/66. Insta salientar que a decisão proferida acerca da matéria foi processada em sede de recurso próprio, observando os ditames da legislação pertinente e o princípio da ampla manifestação das partes e do contraditório.

Com efeito não se pode admitir matéria recursal já decidida administrativamente em ultima instancia. Assim a matéria está superada e, por tanto, totalmente incabível no âmbito administrativo, razão pela qual deixo de conhecer esse ponto do recurso interposto pela empresa Cecília Pinto da Silva – EIRELI – ME.

II – DA INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS

Primeiramente cumpre trazer as disposições legais e o entendimento doutrinário e jurisprudencial acerca de proposta inexequível nas licitações públicas.

A Lei de Licitações, em seu art. 48, incisos II, prevê a desclassificação de propostas contendo preços inexequíveis, senão vejamos:

Art. 48. Serão desclassificadas:

(...)

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexeqüiveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

A conceituação de preço inexequível é dada pelo próprio dispositivo legal. Tal previsão legislativa destina-se, a um só tempo, a minimizar riscos de uma futura inexecução contratual já que o particular, ao apresentar proposta com preços muito baixos, pode estar assumindo obrigação que não poderá cumprir e tutelar valor juridicamente relevante, qual seja, o de que as atividades econômicas sejam lucrativas, promovendo a circulação de riquezas no país.

Interpretando o dispositivo mencionado, MENDES preleciona que são considerados preços inexequíveis aqueles que:

não se revelam capazes de possibilitar a alguém uma retribuição financeira mínima (ou compatível) em relação aos encargos que terá de assumir contratualmente. (MENDES, Renato Geraldo. *O processo de contratação pública – Fases, etapas e atos*. Curitiba: Zênite, 2012, p. 313).

Segundo o professor Jesse Torres preço inexequível ou inviável é:

(...) aquele que sequer cobre o custo do produto, da obre ou do serviço. Inaceitável que empresa privada (que almeja sempre o lucro) possa cotar preço abaixo do custo, o que a levaria a arcar com prejuízo se saísse vencedora do certame, adjudicando-lhe o respectivo objeto. (PEREIRA JUNIOR, 2007, p. 557-558)

Convém trazer à tona a norma decorrente do § 3º, do art. 44 da Lei 8.666/93, a qual consigna que a comissão de licitação não poderá admitir proposta cujos preços sejam irrisórios, desprezíveis diante da realidade de execução dos serviços que se pretende contratar:

Art. 44

(...)

3º **Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos**, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração. (negrito nosso)

A Administração deve assegurar ao licitante oportunidade para demonstrar/comprovar documentalmente a exequibilidade da mesma, considerando o preço praticado no mercado. Com efeito, é a decisão do STJ:

RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA INEXEQUÍVEL. ART. 48, I E II, § 1º, DA LEI 8.666/93. PRESUNÇÃO RELATIVA. POSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO PELO LICITANTE DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA. RECURSO DESPROVIDO. 1. A questão controver-

tida consiste em saber se o não atendimento dos critérios objetivos previstos no art. 48, I e II, § 1º, a e b, da Lei 8.666/93 para fins de análise do caráter exequível/inexequível da proposta apresentada em procedimento licitatório gera presunção absoluta ou relativa de inexequibilidade. 2. A licitação visa a selecionar a proposta mais vantajosa à Administração Pública, de maneira que a inexequibilidade prevista no mencionado art. 48 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos não pode ser avaliada de forma absoluta e rígida. Ao contrário, deve ser examinada em cada caso, averiguando-se se a proposta apresentada, embora enquadrada em alguma das hipóteses de inexequibilidade, pode ser, concretamente, executada pelo proponente. **Destarte, a presunção de inexequibilidade deve ser considerada relativa, podendo ser afastada, por meio da demonstração, pelo licitante que apresenta a proposta, de que esta é de valor reduzido, mas exequível.** 3. Nesse contexto, a proposta inferior a 70% do valor orçado pela Administração Pública (art. 48, § 1º, b, da Lei 8.666/93) pode ser considerada exequível, se houver comprovação de que o proponente pode realizar o objeto da licitação. [...] a vencedora do certame "demonstrou que seu preço não é deficitário (o preço ofertado cobre o seu custo), tendo inclusive comprovado uma margem de lucratividade". [...] (STJ - REsp: 965839 SP 2007/0152265-0, Relator: Ministra DENISE ARRUDA, Data de Julgamento: 15/12/2009, T1 – PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/02/2010). (negrito nosso)

No mesmo sentido a posição do Tribunal de Contas da União, como se verifica, por exemplo:

O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, **devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta**. (Acórdão 587/2012 - Plenário, Rel. Min. Ana Arraes). (negrito nosso)

A proposta de licitante com margem de lucro mínima ou sem margem de lucro não conduz, necessariamente, à inexequibilidade, pois tal fato depende da estratégia comercial da empresa. A desclassificação por inexequibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados, após dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta. (Acórdão 3092/2014-Plenário, TC 020.363/2014-1, relator Ministro Bruno Dantas, 12.11.2014).

Corrobora deste entendimento o renomado doutrinador Marçal Justen Filho:

Como é vedada licitação de preço-base, não pode admitir-se que 70% do preço orçado seja o limite absoluto de validade das propostas. Tem de reputar-se, também por isso, que o licitante cuja proposta for inferior ao limite do § 1º disporá da faculdade de provar à Administração que dispõe de condições materiais para executar sua proposta. **Haverá uma inversão do ônus da prova, no sentido de que se presume inexequível a proposta de valor inferior, cabendo ao licitante o encargo de provar o oposto** (JUSTEN FILHO, 2010, p. 609). (negrito nosso)

Com efeito, o preço apresentado pelo licitante deve ser compatível com os de mercado, logo, impõe-se a desclassificação da proposta com preço inexequível. Por força da lei, não pode a Administração se abster de verificar a exeqüibilidade das ofertas apresentadas nos certames licitatórios, já que preço excessivamente baixo, ao contrário do que possa parecer em primeira análise, não é uma vantagem àquele que contrata, mas certamente um enorme problema na fase de execução da avença, já que, por certo, o contratado não logrará êxito em bem adimplir sua prestação, ocasionando, não raro, prejuízos de monta ao cumprimento do objeto colimado.

No caso concreto sob análise, verifica-se que as licitantes Cecília Pinto da Silva – EIRELI – ME e Comercial de Peças 1313 LTDA – ME, que tiveram suas propostas declaradas vencedoras no Pregão Presencial nº 038/2018, ofereceram descontos altíssimos nos preços referenciados pela Administração com base na tabela Audatex e a arguição de inexequibilidade de suas propostas, suscitada pela Recorrente Tnove Comércio de Peças – EIRELI, não recebeu, nem de longe, qualquer refutação por parte das Recorridas, ao contrário.

Veja-se que a Recorrente juntou orçamentos e demonstrou, cabalmente, que o preço das Recorridas, registrados com desconto de 90.1% e 92% para os itens 04 e 15, respectivamente, é exageradamente inferior ao preço praticado no mercado de concessionárias e distribuidoras de peças, objeto do presente certame. Intimadas, as Recorridas não apenas deixaram de contestar, mas sim, mesmo que confusa e/ou controvertidamente, discorreram considerações confirmativas às razões recursais. Aliás, a empresa Cecília Pinto da Silva – EIRELI – ME não ocupa-se em contra razoar, mas de recorrer sustentando a inexequibilidade da proposta de preços declaradas vencedoras, inclusive daquela apresentada por ela própria e consignando a desistência da intenção de contratar com a Municipalidade o objeto do certame.

Semelhantemente, no tocante à inexequibilidade da proposta, é a manifestação da Recorrida Comercial de Peças 1313 LTDA – ME, conforme se depreende dos trechos transcritos a seguir:

"Noutro passo, a empresa contra razoada COMERCIAL DE PEÇAS 1313 LTDA, vislumbrando sua margem de lucro mínima nos lances ofertados nos itens 17 com desconto de 87% (oitenta e sete por cento), o item 23 com desconto de 89% (oitenta e nove por cento), e o item 15 com desconto de 92% (noventa e dois por cento), como consta em Ata, **desta feita a empresa contra razoada verifica que os descontos com porcentagem alta podem causar prejuízos ao funcionamento da empresa e o distrato do contrato realizado a Administração Pública Municipal** (...).

(...) é nítido que a Administração Pública busca o menos preço na contratação da proposta menos onerosa, satisfazendo o interesse público no processo licitatório, entretanto, **conforme conjeturado nas razões de recursos e contra razões, o preço ofertado há alguns lotes se torna oneroso a empresa privada, impossibilitando as mesmas de contratar com a Administração Publica Municipal**." (negrito nosso)

Ademais, inobstante o teor, até certo ponto confirmativo das razões recursais, verificado nas manifestações das licitantes Cecília Pinto da Silva – EIRELI – ME e Comercial de Peças 1313 LTDA – ME, restou ao Pregoeiro algumas dúvidas que, para fins de total esclarecimento, diligenciou assegurando às Recorridas oportunidade para demonstrar/comprovar a exequibilidade de sua proposta em todos ou em alguns dos itens licitados, sob pena de ser declarada inexequível pelo Pregoeiro, todavia as licitantes permaneceram silentes.

Inertes as Recorridas deixaram de demonstrar a viabilidade de suas propostas, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto a ser contratado, conforme determina o inciso II do art. 48 da Lei 8.666/93.

A ausência de comprovação da exequibilidade da proposta impõe desclassificação da proposta conforme já decidiu o Tribunal de Contas da União – TCU:

EMENTA: REPRESENTAÇÃO. CONCORRÊNCIA PROMOVIDA PELO ARSENAL DA MARINHA NO RIO DE JANEIRO. SUPOSTA IRREGULARIDADE NA DESCLASSIFICAÇÃO DE LICITANTE. CONHECIMENTO DA REPRESENTAÇÃO. **PROPOSTA INEXEQUÍVEL**. IMPROCEDÊNCIA. FALHAS FORMAIS. CIÊNCIA. ARQUIVAMENTO. **A apresentação de proposta irrisória, que não teve sua exequibilidade comprovada, autoriza a desclassificação em processo licitatório.** Falhas formais detectadas em licitação ensejam a notificação da unidade responsável pelo certame (TCU 00770120136, Relator: Ana Arraes, data da publicação 23/04/2013) (negrito nosso)

Acerca da proposta de preços o Edital do presente certame dispõe, no tópico 8.1.1, que "no percentual de desconto deverá estar inclusa todas as despesas incidentes sobre o produto a ser adquirido (impostos, contribuições, seguros, frete, embalagens, etc)". As licitantes diligenciadas se omitiram de demonstrar documentalmente que o seu preço contempla todas as despesas incidentes sobre o produto, condição necessária para a exequibilidade da proposta.

A Lei 8.666/93, consoante seu art. 48, inciso I contempla a hipótese de desclassificação de proposta apresentada em desacordo às regras contidas no Edital de licitação. Nem poderia ser diferente, a par do princípio da vinculação ao ato convocatório, previsto no art. 3º da Lei 8.666/93, que determina à Administração o dever de observar as exigências da peça editalícia, no curso de todo o procedimento. Vide jurisprudência do TRF-5:

Ementa: ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DO CEFET/CE. PROPOSTA INEXEQÜÍVEL. NÃO APRESENTAÇÃO DE PROJETO BÁSICO. INOBSERVÂNCIA DO EDITAL. DESCLASSIFICAÇÃO DEVIDA. 1. O impetrante não conseguiu comprovar a exeqüibilidade de sua proposta para contratação de serviços de limpeza e conservação do CEFET/CE, pois o valor dos uniformes se encontra aquém do valor médio apresentado pelas demais empresas participantes da licitação (art. 48 , II , Lei nº 8.666 /93), além da discordância entre percentuais de tributos e resultados apresentados. 2. Não observância da proposta do impetrante ao item 4.8.3.7 do edital que determina a apresentação de projeto básico. 3. Considera-se legal o ato da Administração que desclassificou a proposta do licitante que não observou diversos itens estabelecidos no edital do pregão eletrônico nº 38/2005. 4. Apelação improvida. (TRF-5 - Apelação em Mandado de Segurança AMS 94407 CE 0021264-71.2005.4.05.8100, data da publicação: 11/11/2008)

Logo, por força da lei, a proposta de preço das licitantes Cecília Pinto da Silva – EIRELI – ME e Comercial de Peças 1313 LTDA – ME devem ser desclassificadas, uma vez que encontra-se inexequível, por apresentar preço excessivamente baixo, o que, ao contrário do que possa parecer em primeira análise, não é uma vantagem àquele que contrata, mas certamente um enorme problema na fase de execução da avença, já que, por certo, o contratado não logrará êxito em bem adimplir sua prestação, ocasionando, não raro, prejuízos de monta ao cumprimento do objeto colimado, conforme admitiu as próprias licitantes, uma ao desistir expressamente da proposta e a outra em confirmar a possibilidade de risco de distrato futuro, razão pela qual a Administração deve cercar-se das cautelas de estilo e agir para evitar transtornos e dano à Administração Municipal.

ANTE O EXPOSTO, com fundamento no art. 48, incisos I e II, c/c o § 3º do art. 44 da Lei 8.666/93, no entendimento doutrinário e jurisprudencial colacionados e no item 8.1.1 do Edital nº 038/2018, acolho e dou **PROVIMENTO** ao Recurso Administrativo interposto pela empresa Tnove Comércio de Peças – EIRELI e **PROVIMENTO PARCIAL** ao Recurso demandado pela empresa Cecília Pinto da Silva – EIRELI – ME, para RECONSIDERAR a decisão inicial acerca das propostas vencedoras e DESCLASSIFICAR a proposta das empresas Cecília Pinto da Silva – EIRELI – ME e Comercial de Peças 1313 LTDA – ME, por estas incorrerem em preço inexequível, bem como DECLARAR VENCEDORAS AS PROPOSTAS DE PREÇOS registradas no Anexo Único da presente decisão, e que desta passa a fazer parte integrante.

Registre-se.

Publique-se.

Notifique-se.

Castanheira-MT, **31** de **julho** de **2018**.

WILSON VIEIRA

Pregoeiro

Poder Executivo – Castanheira/MT

ANEXO ÚNICO

(da Decisão do Pregoeiro em sede de Recurso Administrativo)

REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2018

Item	Descrição	Valor Total Limite do Item	Desc. Mínimo Proposto	1º Maior Desc. Registrado/ Fornecedor	2º Maior Desc. Registrado/ Fornecedor	3º Maior Desc. Registrado/ Fornecedor
1	Peças e acessórios **ORIGINAIS** para veículos leves e utilitários da marca **VOLKSWAGEN**	**R$ 40.000,00**	**15%**	**OLAPER COM 55%**	TNOVE COM 48%	MARINGA COM 35%
2	Peças e acessórios **GENUÍNOS** para veículos leves e utilitários da marca **VOLKSWAGEN**	**R$ 30.000,00**	**5%**	**OLAPER COM 55%**	MARINGA COM 35%	TNOVE COM 10%
3	Peças e acessórios **ORIGINAIS** para veículos pesados (ônibus e Caminhão) da marca **VOLKSWAGEN**	**R$ 60.000,00**	**15%**	**TNOVE COM 61%**	OLAPER COM 55%	MARINGA COM 35%
4	Peças e acessórios **GENUÍNOS** para veículos pesados (ônibus e Caminhão) da marca **VOLKSWAGEN**	**R$ 40.000,00**	**5%**	**OLAPER COM 55%**	MARINGA COM 35%	TNOVE COM 10%
5	Peças e acessórios **ORIGINAIS** para veículos leves e utilitários da marca **FIAT**	**R$ 40.00000**	**15%**	**OLAPER COM 55%**	TNOVE COM 48%	MARINGA 35%
6	Peças e acessórios **GENUÍNOS** para veículos leves e utilitários da marca **FIAT**	**R$ 40.00000**	**5%**	**OLAPER COM 55%**	MARINGA COM 35%	TNOVE COM 10%
7	Peças e acessórios **ORIGINAIS** para veículos pesados da marca **CHEVROLET**	**R$ 60.000,00**	**15%**	**OLAPER COM 55%**	TNOVE COM 48%	MARINGA COM 35%
8	Peças e acessórios **GENUÍNOS** para veículos pesados da marca **CHEVROLET**	**R$ 60.000,00**	**5%**	**OLAPER COM 55%**	MARINGA COM 35%	TNOVE COM 5%

9	Peças e acessórios **ORIGINAIS** para veículos leves, utilitários e Pick-up da marca **CHEVROLET.**	**R$ 60.000,00**	**15%**	**OLAPER COM 55%**	TNOVE COM 48%	MARINGA COM 35%
10	Peças e acessórios **GENUÍNOS** para veículos leves, utilitários e Pick-up da marca **CHEVROLET.**	**R$ 60.000,00**	**5%**	**OLAPER COM 55%**	MARINGA COM 35%	TNOVE COM 10%
11	Peças e acessórios **ORIGINAIS** para veículos pesados (ônibus e Caminhão) da marca **VOLVO**	**R$ 60.000,00**	**15%**	**TNOVE COM 53%**	MARINGA COM 35%	OLPAPER COM 15%
12	Peças e acessórios **GENUINOS** para veículos pesados (ônibus e Caminhão)da marca **VOLVO**	**R$ 40.000,00**	**5%**	**MARINGA COM 35%**	TNOVE COM 10%	OLAPER COM 5%
13	Peças e acessórios **ORIGINAIS** para veículos pesados (ônibus e Caminhão) da marca **IVECO**	**R$ 60.000,00**	**15%**	**TNOVE COM 57%**	MARINGA COM 35%	OLAPER COM 15%
14	Peças e acessórios **GENUÍNOS** para veículos pesados (ônibus e Caminhão) da marca **IVECO**	**R$ 50.000,00**	**5%**	**MARINGA COM 35%**	TNOVE COM 10%	OLAPER COM 5%
15	Peças e acessórios **ORIGINAIS** para veículos leves e pesados, ônibus e Caminhão e Sprinter da marca **MERCEDES-BENZ**	**R$ 80.000,00**	**15%**	**TNOVE COM 61%**	OLAPER COM 55%	MARINGA COM 35%
16	Peças e acessórios **GENUÍNOS** para veículos leves e pesados, ônibus e Caminhão e Sprinter da marca **MERCEDES-BENZ**	**R$ 50.000,00**	**5%**	**OLAPER COM 55%**	MARINGA COM 35%	TNOVE COM 10%
17	Peças e acessórios **ORIGINAIS** para veículos pesados, ônibus e Caminhão e Sprinter da marca **FORD**	**R$ 40.000,00**	**15%**	**TNOVE COM 53%**	MARINGA COM 35%	OLAPER COM 15%
18	Peças e acessórios **GENUÍNOS** para veículos pesados (ônibus e Caminhão)da marca **FORD**	**R$ 60.000,00**	**5%**	**MARINGA COM 35%**	TNOVE COM 15%	OLAPER COM 5%
19	Peças e acessórios **ORIGINAIS** para veículos leves, pick-up, utilitários da marca **MITSUBISHI**	**R$ 60.000,00**	**15%**	**OLAPER COM 55%**	MARINGA COM 35%	TNOVE COM 15%
20	Peças e acessórios **GENUÍNOS** para veículos leves, pick-up, utilitários da marca **MITSUBISHI**	**R$ 40.000,00**	**5%**	**OLAPER COM 55%**	MARINGA COM 35%	TNOVE COM 5%
21	Peças e acessórios **ORIGINAIS** para veículos pesados (ônibus e caminhão)da marca **VOLARE**	**R$ 80.000,00**	**15%**	**TNOVE COM 61%**	MARINGA COM 35%	OLAPER COM 15%
22	Peças e acessórios **GENUÍNAS** para veículos pesados (ônibus e caminhão)da marca **VOLARE**	**R$ 60.000,00**	**5%**	**MARINGA COM 35%**	TNOVE COM 20%	OLAPER COM 5%
23	Peças e acessórios **ORIGINAIS** para veículo leves da Marca RENAULT	**R$ 20.000,00**	**15%**	**OLAPER COM 55%**	MARINGA 35%	TNOVE COM 30%
24	Peças e acessórios **ORIGINAIS** para veículos pesados (retroescavadeira) da Marca KOMATSU	**R$ 40.000,00**	**15%**	**MARINGA COM 35%**	TNOVE COM 15%	OLAPER COM 15%

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

A Prefeitura municipal de Cocalinho, torna público que houve um erro de digitação na publicação de resultado de licitação referente ao pregão presencial nº 005/2018 para **Aquisição de armários planejados para a secretaria municipal de saúde**, onde se lia 26 de Junho, lê-se 26 de Julho de 2018.

Eldes Ribeiro

Pregoeiro

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Cocalinho, torna publico aos interessados, que realizou Licitação 006/2018 na modalidade Pregão Presencial - para **Futura e eventual aquisição de CONDICIONADORES DE AR para atender a prefeitura e suas unidades**. E sagrou-se vencedoras as empresas: **N V FRANCO COMERCIO E SERVIÇO DE INFORMATICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI; SIGA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP; WANDA COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.**

Cocalinho - 30 de Julho de 2018.

Eldes Ribeiro de Souza

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

LICITAÇÃO
EXTRATO – CONTRATO Nº 073/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder – MT

Contratada: ALEXANDRE VENSO BONFIM - ME

Objeto: aquisição de equipamentos para serem utilizados na Unidade de Saúde da Família Central do município de Colider/MT,

Valor do contrato: R$ 23.605,91 (vinte e três mil seiscentos e cinco reais e noventa e um centavos)

Data de assinatura:25/07/2018

Prazo de Vigência:20/12/2018

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2018 - SRP

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO do valor total adjudicado a empresa ASC OBRAS DE TERRAPLENAGEM LTDA – EPP que foi publicado incorretamente no Diário Oficial do Estado do dia 27/07/2018, no Diário Oficial da União do dia 30/07/2018 e no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso do dia 30/07/2018. Retifica-se nos termos que seguem: **ONDE SE LÊ**: Valor Total: R$ 1.373.187,00; **LEIA-SE:** Valor Total: R$ 1.137.950,00. Ficam mantidas todas as demais informações publicadas anteriormente, que não conflitem com a presente retificação.

Colider/MT, 31 de Julho de 2018.

DEVANIL OLIVEIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 757/2018

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR o senhor **ADALBERTO CESAR PEREIRA MARTINS JUNIOR,** portador do CPF nº. 228.830.818-40, para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, lotado no Gabinete do Prefeito, Departamento da Assessoria Jurídica, esta Prefeitura Municipal de Colíder-MT, a partir de 01 de agosto de 2018.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de agosto de 2018.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 01 de agosto de 2018.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO – CONTRATO Nº 074/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder – MT

Contratada: S. A. LIMA CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP

Objeto: Execução de Obra de Restauração de Pavimentação Asfáltica com Aplicação de Lama Asfáltica em Diversas Ruas e Avenidas no Município de Colider/MT

Valor do contrato: R$ 594.145,94 (Quinhentos e Noventa e Quatro Mil Cento e Quarenta e Cinco Reais e Noventa e Quatro Centavos).

Data de assinatura:30/07/2018

Prazo de Vigência:31/12/2018

LICITAÇÃO
EXTRATO – TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 084/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder – MT

Contratada: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS SÃO JOSÉ EIRELI – ME

Objeto: Aquisição de exames laboratoriais para atender a demanda dos pacientes atendidos na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico de Colider/MT.

Alteração do valor: Fica acrescentado a Cláusula Segunda do Contrato original o valor de R$ 62.560,00(sessenta e dois mil quinhentos e sessenta reais), recurso do Fundo Nacional de Saúde.

Vigência: 31/12/2018

Data de Assinatura: 25**/07/2018**

LICITAÇÃO
EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 033/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder – MT

Contratada: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para farmácia básica e materiais de consumo laboratorial para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico de Colider/MT.

Realinhamento de preço: Ficam realinhados os preços do item de nº 65, descrito na Cláusula Quarta da Ata de Registro de Preços

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	UNIDADE	NOVO PREÇO UNITÁRIO A SER PRATICADO
65	206054	Loratadina 01mg/ml (concentração/dosagem) - Forma farmacêutica do tipo xarope, forma de apresentação frasco, via oral	Prati	UNIDADE	2,420

Vigência: 21/11/2018

Data de Assinatura: 25/07/2018

LICITAÇÃO
EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 028/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder – MT

Contratada: DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico de Colider/MT

.**Realinhamento de preço:** Ficam realinhados os preços dos itens de nº 152, 153 e 215, descritos na Cláusula Quarta da Ata de Registro de Preços

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	UNIDADE	NOVO PREÇO UNITÁRIO A SER PRATICADO
152	206029	Ibuprofeno 50mg/ml (concentração/dosagem) - Forma farmacêutica em frasco gotas com 30ml, forma de apresentação solução oral, via oral	NATULAB	UNIDADE	1,130
153	206028	Ibuprofeno 600mg (concentração/dosagem) - Forma farmacêutica em comprimido revestido, forma de apresentação em comprimido revestido, via oral	PRATI	UNIDADE	0,110
215	206093	Paracetamol 200mg/ml - Forma farmacêutica em solução oral, forma de apresentação em frasco com conta-gotas 10ml, via oral	NATULAB	UNIDADE	0,620

Vigência: 11/10/2018

Data de Assinatura: 25/07/2018

LICITAÇÃO
EXTRATO – SEGUNDO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 028/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder – MT

Contratada: PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico de Colider/MT.

.**Realinhamento de preço:** Fica realinhado o preço do item de nº 59, descrito na Cláusula Quarta da Ata de Registro de Preços

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	UNIDADE	NOVO PREÇO UNITÁRIO A SER PRATICADO

59	18168	Ceftriaxona 01g (concentração/dosagem) - Forma farmacêutica pó para solução injetável, forma de apresentação em frasco-ampola, via intravenosa	TRIAXTON	UNIDADE	6,330

Vigência: 11/10/2018

Data de Assinatura: 25/07/2018

LICITAÇÃO
EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 006/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder – MT

Contratada: J. ASSIS & CIA LTDA - ME

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, carnes e hortifrutigranjeiros para serem servidos na merenda dos alunos das escolas municipais de Colider – MT

Realinhamento de preço: Fica realinhado os preços dos itens de nº 07,31,55 descrito na Cláusula Quarta da Ata de Registro de Preços.

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	UNIDADE	NOVO PREÇO UNITÁRIO A SER PRATICADO
07	199965	Alho - Branco ou roxo, na Perola	Pérola	Kg	19,80
31	199973	Cebola - 1ª qualidade, in natura, tamanho e coloração uniforme, polpa firme, livres de sujidades, parasitas, larvas, resíduo de fertilizante.	Nacional	Kg	5,68
55	200327	Leite Integral – UHT - Leite integral, estabilizantes citrato de sódio. Não contém glúten. Teor de sódio entre 80 a 165mg.	Nenê	Lt	5,00

Vigência: 21/02/2019

Data de Assinatura: 27/07/2018

LICITAÇÃO
EXTRATO – SEGUNDO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 033/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder – MT

Contratada: DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para farmácia básica e materiais de consumo laboratorial para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico de Colider/MT..

Realinhamento de preço: Ficam realinhados os preços dos itens de nº 17 e 26, descritos na Cláusula Quarta da Ata de Registro de Preços

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	UNIDADE	NOVO PREÇO UNITÁRIO A SER PRATICADO
17	205905	Azitromicina 200 mg/5ml (concentração/dosagem) - Forma farmacêutica em suspensão oral, forma de apresentação em frasco contendo pó para reconstituição com 600mg, via oral	Prati	UNIDADE	7,020
26	205930	Carbamazepina 400mg (concentração/dosagem) - Forma farmacêutica em comprimido, forma de apresentação em comprimido, via oral	Cristalia	UNIDADE	0,440

Vigência: 21/11/2018

Data de Assinatura: 25/07/2018

LICITAÇÃO
PORTARIA/SMPFA Nº 096/2018

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE CONTRATO

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município Colíder-MT, Senhor **Vanderlei Aparecido Borges da Silva**, no uso de suas atribuições resolve NOMEAR, a Servidora **ANDREA MACIEL MARTINS**,(titular), e a servidora **FERNANDA DA CRUZ SEHNEM** (suplente), fiscal de Contrato nº **073/2018**, Que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos na Portaria.

CONTRATADA: ALEXANDRE VENSO BONFIM - ME

VALOR: R$ 23.605,91 (vinte e três mil seiscentos e cinco reais e noventa e um centavos).

DATA DA ASSINATURA: 25/07/2018

VIGENCIA: 20/12/2018

LICITAÇÃO
PORTARIA/SMPFA Nº 097/2018

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O secretário municipal de planejamento, fazenda e administração do município colíder-mt, senhor **Vanderlei aparecido borges da silva**, no uso de suas atribuições resolve nomear, a servidora **SUELLEN CORDASSO CLEMENTE**, (titular), e a servidora **ANDREA MACIEL MARTINS** (suplente), fiscal de Ata de Registro de Preço nº 023/2018, que representará a administração municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos na portaria.

CONTRATADA: NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA – ME
VALOR : R$ 172.565,00 (cento e setenta e dois mil quinhentos e sessenta e cinco reais)
CONTRATADA: NUTRILIFE PRODUTOS NUTRICIONAIS EIRELI – ME
VALOR : R$ 8.565,00 (oito mil quinhentos e sessenta e cinco reais)
CONTRATADA: DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS RIO BRANCO LTDA - EPP
VALOR: R$ 24.955,00 (vinte e quatro mil novecentos e cinquenta e cinco reais)

CONTRATADA: COMPATIVEL COMERCIO MATERIAIS PARA ESCRITORIO E INFORMATICA EIRELI - ME
VALOR: R$ 48.722,00 (quarenta e oito mil setecentos e vinte e dois reais)
CONTRATADA: BELAFORTE COMERCIAL LTDA - ME
VALOR: R$ 4.692,00 (quatro mil seiscentos e noventa e dois reais)
DATA DA ASSINATURA: 25/07/2018
VIGENCIA:25/07/2019

LICITAÇÃO
PORTARIA/SMPFA Nº 098/2018

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE CONTRATO

O Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município Colíder-MT, Senhor **Vanderlei Aparecido Borges da Silva**, no uso de suas atribuições resolve NOMEAR, o Servidor **CLAUDIOMIRO PEREIRA DOS SANTOS**,(titular), e a servidora **CLEMENCILVA PEREIRA DOS SANTOS MADEIRA** (suplente), fiscal de Contrato nº **074/2018**, Que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos na Portaria.

CONTRATADA: S. A. LIMA CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP

VALOR: R$ 594.145,94 (Quinhentos e Noventa e Quatro Mil Cento e Quarenta e Cinco Reais e Noventa e Quatro Centavos).

DATA DA ASSINATURA: 30/07/2018

VIGENCIA: 31/12/2018

LICITAÇÃO
PORTARIA/SMPFA Nº 099/2018

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O secretário municipal de planejamento, fazenda e administração do município Colíder-MT, senhor **Vanderlei aparecido borges da silva**, no uso de suas atribuições resolve nomear, a servidora **EDRIANE CASSIA CARBONERA**, (titular), e a servidora **FERNANDA DA CRUZ SHEHNEN** (suplente), fiscal de Ata de Registro de Preço nº 024/2018, que representará a administração municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos na portaria.

CONTRATADA: MAXIMA AMBIENTAL SERV. GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA
VALOR: 35.550,00 (trinta e cinco mil quinhentos e cinquenta reais)
CONTRATADA: WM SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA – EPP
VALOR: 13.000,00 (treze mil reais)
DATA DA ASSINATURA: 30/07/2018
VIGENCIA:30/07/2019

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 124/2018

"Dispõe sobre a Prorrogação do Benefício de Auxilio Doença em razão da Determinação Judicial em favor da servidora "SÔNIA APARECIDA DE OLIVEIRA ".

A Diretora Executiva do PREVI-LIDER - Fundo Municipal de Previdência Social de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15, da Lei Municipal nº. 2.361 de 08 de julho de 2010.

Resolve,

Art. 1º Prorrogar o Benefício de Auxilio Doença em favor da servidora Sra. **SÔNIA APARECIDA DE OLIVEIRA**, efetiva no cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração, com remuneração integral, segundo determinação do Processo Judicial da Segunda Vara Comarca de Colíder referente aos Autos nº: 2107-85.2015.811.0009, Código do Apolo: 94052, conforme processo do PREVI-LIDER nº 052/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

COLÍDER-MT, 31 de julho de 2018.

Mariza Bernardes da Silva

Diretora Executiva – Previ-lider

Fundo Municipal de Previdência Social

Portaria Municipal nº 03/2017 - Colíder/MT

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2018

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Eletrônico nº 044/2018, cujo objeto é o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Produtos Médicos Hospitalares para Manutenção Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico de Colider/MT. Sagraram-se vencedoras as seguintes empresas:

EMPRESA	ITEM	VLR. TOTAL (R$)
Agnus Comércio de Máquinas e Equipamentos Eireli - EPP	**14, 15 e 18**	**17.771,28**
Cientifica Medica Hospitalar LTDA	24, 40, 41, 42, 49, 51, 52 e 59	189.821,25
Coloplast do Brasil LTDA	20, 21, 22, 23, 36, 43, 44 e 50	366.036,00
Comércio de Materiais Médicos Hospitalares Macrosul LTDA	35	9.000,00
Disnorma Com Atac de Med e Mat Médico Hosp LTDA – EPP	01, 31, 38, 48, 53, 54 e 60	31.964,40
Open Farma Comércio de Produtos Hospitalares LTDA - EPP	05, 19, 27, 28, 55, 57 e 58	42.941,00
Paragon Farma LTDA – ME	10, 11, 12, 13 e 25	10.998,00
Rosangela Soares Sardinha Cornetta – ME	02, 17, 32 e 39	15.285,65

Colider/MT, 27 de Julho de 2018.

DEVANIL OLIVEIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

LICITAÇÃO
EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 005/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder – MT

Contratada: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de medicamentos e materiais de consumo para utilização no Pronto Atendimento (PA) do município de Colider/MT.

Realinhamento de preço: Fica realinhado o preço do item de nº 18, descritos na Cláusula Quarta da Ata de Registro de Preços.

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	UNIDADE	NOVO PREÇO UNITÁRIO A SER PRATICADO
18	505884	**Ceftriaxona 1g (concentração/dosagem) -** Forma farmacêutica pó para solução injetável, forma de apresentação em frasco-ampola, via endovenosa.	Triaxon	Frasco	5,03

Vigência: 15/02/2019

Data de Assinatura: 25/07/2018

LICITAÇÃO
EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 032/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder – MT

Contratada: CIRÚRGICA BIOMÉDICA LTDA

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais de consumo odontológicos para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico de Colider/MT.

.**Realinhamento de preço:** Fica realinhado os preços dos itens de nº 217 e 218, descrito na Cláusula Quarta da Ata de Registro de Preços.

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	UNIDADE	NOVO PREÇO UNITÁRIO A SER PRATICADO
217	175046	Luva de latex p/ procedimento, compostas de látex 100% natural; Não estéril; Ambidestras; Lubrificadas com pó bioabsorvível - Tamanho P - Caixa c/ 100 Unidades	Nugard	Caixa	16,680
218	189634	Luva de latex p/ procedimento, compostas de látex 100% natural; Não estéril; Ambidestras; Lubrificadas com pó bioabsorvível - Tamanho PP - Caixa c/ 100 Unidades	Nugard	Caixa	16,680

Vigência: 13/11/2018

Data de Assinatura: 25/07/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 25.039/2018

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT faz saber aos interessados que se fará LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS. A presente licitação tem por objetoo **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRAFICOS (IMPRESSOS, BLOCOS, CARTILHAS, FOLDERS, CARIMBOS, ADESIVOS, CAPAS DE PROCESSO, BANNERS, CÓPIAS, PANFLETOS E ETC...), POR UM PERIODO DE 12 (DOZE) MESES, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE COLNIZA/MT.** Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal nº. 160/2009, 142/2015 subsidiariamente, a Lei nº. 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **16 de Agosto de 2018, às 08h00min (oito) horas,** no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza – MT no endereço Av. Tarumã 116 Centro, Colniza - MT. É necessário que, seja informado ao Departamento de Licitação **via e-mail: licitação@colniza.org** a retirada do mesmo, para que possamos comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias. Este setor de licitação não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone **(066) 3571- 1000.**

Colniza – MT, 31 de Julho de 2018.

Mauricio R. V. de Jesus

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 24.706/2018

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT faz saber aos interessados que se fará LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS. A presente licitação tem por objetoo **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGA DE EXTINTORES DE INCÊNDIO, POR UM PERIODO DE 12 (DOZE) MESES, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE COLNIZA/MT.** Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal nº. 160/2009, 142/2015 subsidiariamente, a Lei nº. 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **15 de Agosto de 2018, às 08h00min (oito) horas,** no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza – MT no endereço Av. Tarumã 116 Centro, Colniza - MT. É necessário que, seja informado ao Departamento de Licitação **via e-mail: licitação@colniza.org** a retirada do mesmo, para que possamos comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias. Este setor de licitação não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone **(066) 3571-1000.**

Colniza – MT, 31 de Julho de 2018.

Mauricio R. V. de Jesus

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 039/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 039/2018

PREGÃO: N° 60/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Espírito Santo nº 199E, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 01.367.853/0001-29, representado neste ato pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal Sr. Jeferson Ferreira Gomes, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado à Rua das Acácias nº 112, Centro, nesta cidade de Comodoro – MT, portador da Cédula de Identidade RG n.º 1195680-1SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 839.891.371-15, doravante denominada CONTRATANTE, e as empresas, FERREIRA DA SILVA & CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.318.473/0001-55, instalada Av. Mato Grosso, nº 228 N, Bairro Centro, na cidade de Comodoro – MT, Certidão Positiva com Efeitos de

Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União nº. D32D.C2B7.41BD.C998 de 18/07/2018 até 14/01/2018, representada neste ato pela seu procurador Sr. Endrew Gildo Zequi de Aguiar, brasileiro, portador do RG nº 1115644 SESDEC/RO e CPF nº 027.444.352-01, residente e domiciliado no Município de Comodoro – MT, ADRIANO DOS REIS EIRELI EPP, inscrita no CNPJ nº 26.766.947/0001-00, instalada Av. Mato Grosso nº 228 N, bairro Centro, na cidade de Comodoro – MT, Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União nº. 9B83.04DA.918B.9DAC de 11/07/2018 até 20/08/2018, representada neste ato pelo sócio proprietário Sr. Adriano dos Reis, brasileiro, comerciante, portador do RG nº1343145-5 SSP/MT e CPF nº 906.665.771-53 residente e domiciliado na Rua Espírito Santo nº. 3538, Centro, no Município de Comodoro – MT, LUCIANO ZUFFO 02016932910, inscrita no CNPJ 17.738.539/0001-45, instalada na Rua dos Araças, nº 615 N, Bairro Cristo Rei, na cidade de Comodoro - MT, Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União nº. 2279.C724.9FA5.167D emitida em 22/05/2018 e válida até 18/11/2018 representada neste ato pelo seu sócio Proprietário o Sr. Luciano Zuffo, portador do CPF nº 020.169.329-10 e do RG nº 11C3427202 SSP/SC, residente e domiciliado Município de Comodoro-MT, GARCIA DE ALMEIDA & ALMEIDA LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.642.902/0001-04, instalada Av. Mato Grosso, nº 425-E, Bairro Centro, na cidade de Comodoro – MT, Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União nº. A920.AF9F.F698.F61F de 01/03/2018 até 28/08/2018, representada neste ato pelo seu procurador Sr. Fernando Pereira da Silva, portador do RG nº 21618992 SSP/MT e CPF nº 047.783.391-85, residente e domiciliada na cidade de Comodoro – MT, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato nos termos do processo licitatório na modalidade Pregão Presencial n.º 060/2018 e Processo Administrativo n.º 092/2018, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas: A presente ata tem por objeto o registro de preço para futura e eventual contratação de prestação de serviços de Funilaria para veículos leves e pesados atendendo a diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Comodoro, sendo vencedora as empresas: ADRIANO DOS REIS EIRELI EPP, no valor de R$ 114.322,00 (Cento e quatorze mil trezentos e vinte e dois reais). FERREIRA DA SILVA & CIA LTDA, no valor de R$ 38.899,00 (Trinta e oito mil oitocentos e noventa e nove reais). GARCIA DE ALMEIDA & ALMEIDA LTDA, no valor de R$ 100.304,00 (Cem mil trezentos e quatro reais). LUCIANO ZUFFO 02016932910, no valor de R$ 255.409,00 (Duzentos e cinqüenta e cinco mil quatrocentos e nove reais)

O valor total da presente ata é de R$ 508.934,00 (Quinhentos e oito mil novecentos e trinta e quatro reais).

A presente Ata terá validade pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura,

vigorando de 31/07/2018 à 31/07/2019.

Comodoro, 31 de Julho 2018.

Original com texto completo devidamente assinado, consta dos autos do processo do Pregão Presencial com Registro de Preço n.º 060/2018.

EXTRATO AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 062/2018

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 062/2018

A Prefeitura Municipal de Comodoro - MT torna público aos interessados que a licitação realizada no dia 31/07/2018 às 08:00 horas, na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço EDITAL n° 062/2018, tendo como objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - CÓPIA DE CHAVE, SERVIÇOS GERAL DE CHAVES, FECHADURA, REFRIGERAÇÃO BÁSICA SENDO RETIRADA, LIMPEZA E REINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO, REFRIGERAÇÃO AVANÇADA SENDO SERVIÇO COM PEÇAS INCLUSAS,** consagrou-se vencedora a empresa licitante**: REFRIPLEX REFRIGERAÇÃO LTDA - ME**

Comodoro – MT, 31 de Julho de 2018.

Aryadne Guilherme da Silva

PREGOEIRA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 036/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 036/2018

PREGÃO: N° 057/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Espírito Santo nº 199 E, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ /MF sob o nº 01.367.853/0001-29, representado neste ato pelo seu Prefeito Sr. Jeferson Ferreira Gomes, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado à Rua das Acácias nº 112, Centro, nesta cidade de Comodoro – MT, portador da Cédula de Identidade RG n.º 1195680-1 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 839.891.371-15, doravante denominada GERENCIADORA, resolve registrar os preços da empresa PANIFICADORA E MERCADO CHALÉ DO PÃO LTDA, inscrita no CNPJ 07.427.308/0001-67, instalada na Rua Ceará, nº 207-N, Bairro Tertúlia, na cidade de Comodoro/MT, Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União nº DDBE.0EA5.18D3.01F5 de 19/03/2018 à 15/09/2018, representada neste ato pelo seu sócio administrador Sr. Nilson Correa, empresário, portador do CPF nº 730.824.499-72 e do RG nº 5.669.357-2 SSP/PR, residente e domiciliado na Rua Goiás, n º2675, Bairro Tertúlia, Município de Comodoro–MT, doravante denominada FORNECEDORA, acordam proceder, nos termos do Edital de Pregão nº 057/2018 – Processo Administrativo nº. 089/2018, ao **REGISTRO DE PREÇOS,** com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir. A presente ATA tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AOS PROGRAMAS DA MERENDA ESCOLAR PNAE, PNAI, PNAC, PNAPE, PNAEJA e MAIS EDUCAÇÃO, sendo registrados os preços da empresa PANIFICADORA E MERCADO CHALE DO PÃO LTDA, no valor de R$ 288.990,58 (Duzentos e oitenta e oito mil novecentos e noventa reais e cinqüenta e oito centavos).

O valor total da presente ata é de R$ 288.990,58 (Duzentos e oitenta e oito mil novecentos e noventa reais e cinqüenta e oito centavos).

A presente Ata terá validade pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

Comodoro-MT, 27 de Julho 2018.

Original com texto completo devidamente assinado, consta dos autos do processo do Pregão Presencial com Registro de Preço n.º 057/2018.

EXTRATO CONTRATO Nº: 106/2018

CONTRATO Nº: 106/2018

DATA: 30 DE JULHO de 2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.

CONTRATADO: BUIU AUTO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BOMBA INJETORA PARA VEÍCULOS LEVES E PESADOS ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS

DOTAÇÃO: 09.03.2.130.3.3.90.39 (579) – 07.06.2.275.3.3.90.39 (837) – 06.07.2.027.3.3.90.39 (270) – 03.04.2.102.3.3.90.39 (113)

EXTRATO CONTRATO Nº: 108/2018

CONTRATO Nº: 108/2018

DATA: 30DE JULHO de 2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.

CONTRATADO: IMPACTO BOMBAS INJETORAS EIRELI ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BOMBAS INJETORAS PARA VEÍCULOS LEVES E PESADOS ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS

DOTAÇÃO: 09.03.2.130.3.3.90.39 (579) – 06.07.2.027.3.3.90.39 (270)

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 037/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 037/2018

PREGÃO: N° 058/2018 – **REGISTRO DE PREÇOS**

Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Espírito Santo nº 199 E, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 01.367.853/0001-29, representada neste ato pelo seu Prefeito Municipal Sr. Jeferson Ferreira Gomes, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado à Rua das Acácias nº 112, Centro, nesta cidade de Comodoro – MT, portador da Cédula de Identidade RG n.º 1195680-1 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 839.891.371-15, doravante denominado de GERENCIADOR, e as empresas ADRIANO DOS REIS EIRELI EPP, inscrita no CNPJ nº 26.766.947/0001-00, instalada Av. Mato Grosso nº 228 N, bairro Centro, na cidade de Comodoro – MT, Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União nº. 9B83.04DA.918B.9DAC de 11/07/2018 até 20/08/2018, representada neste ato pelo sócio proprietário Sr. Adriano dos Reis, brasileiro, comerciante, portador do RG nº1343145-5 SSP/MT e CPF nº 906.665.771-53 residente e domiciliado na Rua Espírito Santo nº. 3538, Centro, no Município de Comodoro – MT, GARCIA DE ALMEIDA & ALMEIDA LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.642.902/0001-04, instalada Av. Mato Grosso, nº 425-E, Bairro Centro, na cidade de Comodoro – MT, Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União nº. A920.AF9F.F698.F61F de 01/03/2018 até 28/08/2018, representada neste ato pela sua sócia administradora Sra. Andrea Mendes de Almeida, brasileira, empresária, portadora do RG nº 0995691-3 SESP/MT e CPF nº 819.509.931-91, residente e domiciliada na cidade de Comodoro – MT, BUIU AUTO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ 10.173.758/0001-85, instalada na Av. Mato Grosso nº 411-E, Bairro Nossa Senhora de Fátima, na cidade de Comodoro - MT, Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União nº. A858.B047.CFD0.D813 emitida em 04/04/2018 e válida até 01/10/2018 representada neste ato pelo seu sócio Proprietário o Sr. Lourival Lopes dos Reis, portador do CPF nº 586.146.722-68 e do RG nº 556.049 SSP/RO, residente e domiciliado Município de Comodoro-MT, FERREIRA DA SILVA & CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.318.473/0001-55, instalada Av. Mato Grosso, nº 228 N, Bairro Centro, na cidade de Comodoro – MT, Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União nº. D32D.C2B7.41BD.C998 de 18/07/2018 até 14/01/2018, representada neste ato pela seu procurador Sr. Endrew Gildo Zequi de Aguiar, brasileiro, portador do RG nº 1115644 SESDEC/RO e CPF nº 027.444.352-01, residente e domiciliado no Município de Comodoro – MT, doravante denominada FORNECEDORAS, acordam proceder, nos termos do Edital de Pregão nº 058/2018, Processo Administrativo nº. 090/2018 ao REGISTRO DE PREÇOS, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Leis n. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir. A presente ata tem por objeto o registro de preço para futura e eventual contratação de prestação de serviços de alinhamento e balanceamento para veículos leves e pesados da frota Municipal, sendo vencedora as empresas: ADRIANO DOS REIS EIRELI EPP, no valor de R$ 34.350,00 (Trinta e quatro mil trezentos e cinqüenta reais). GARCIA DE ALMEIDA & ALMEIDA LTDA, no valor de R$ 3.000,00 (Três mil reais). BUIU AUTO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA – ME, no valor de R$ 28.590,00 (Vinte e oito mil quinhentos e noventa reais). FERREIRA DA SILVA & CIA LTDA, no valor de R$ 7.470,00 (Sete mil quatrocentos e setenta reais)

O valor total da presente ata é de R$ 73.140,00 (Setenta e três mil cento e quarenta reais)

A presente Ata terá validade pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura,

vigorando de 30/07/2018 à 30/07/2019

Comodoro, 30 de Julho 2018.

Original com texto completo devidamente assinado, consta dos autos do processo do Pregão Presencial com Registro de Preço n.º 058/2018.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 038/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 038/2018

PREGÃO: N° 059/2018 – **REGISTRO DE PREÇOS**

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Espírito Santo nº 199 E, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ /MF sob o nº 01.367.853/0001-29, pelo Excelentíssimo Prefeito Senhor Jeferson Ferreira Gomes, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado à Rua das Acácias nº 112, Centro, nesta cidade de Comodoro – MT, portador da Cédula de Identidade RG n.º 1195680-1SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 839.891.371-15, doravante denominado de GERENCIADORA, resolve registrar os preços da empresa ANTONIO MACHADO DA VEIGA - ME, inscrita no CNPJ 03.220.723/0001-94, instalada na Travessa Ricieri Masutti, nº 75-E, Centro, na cidade de Comodoro/MT, Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União nº AAC2.40D2.9226.9D9F de 11/06/2018 à 08/12/2018, representada neste ato pela sua procuradora Sra. Cleonice Ferreira dos Santos da Veiga, portadora do CPF nº 580.894.381-72 e do RG nº 960.430 SSP/MT, residente e domiciliada no Bairro, Município de Comodoro – MT, doravante denominada FORNECEDORA, acordam proceder, nos termos do Edital de Pregão nº 059/2018 – Processo Administrativo nº. 091/2018, ao **REGISTRO DE PREÇOS,** com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações,e em conformidade com as disposições a seguir. - A presente ATA tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual de contratação de prestação de serviços de fornecimento de refeições, conforme especificação dos itens e preços unitários, no relatório em anexo, sendo registrados os preços da empresa: ANTONIO MACHADO DA VEIGA – ME, no valor de R$ 108.145,00 (Cento e oito mil cento e quarenta e cinco reais).

O valor total da presente ata é de R$108.145,00 (Cento e oito mil cento e quarenta e cinco reais)

A presente Ata terá validade pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura

Comodoro, 30 Julho de 2018.

Original com texto completo devidamente assinado, consta dos autos do processo do Pregão Presencial com Registro de Preço n.º 059/2018.

EXTRATO CONTRATO Nº: 107 /2018

CONTRATO Nº: 107/2018

DATA: 30 DE JULHO de 2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.

CONTRATADO: ADRIANO DOS REIS EIRELLI - EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BOMBA INJETORA PARA VEÍCULOS LEVES E PESADOS ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS

DOTAÇÃO: 09.03.2.130.3.3.90.39 (579) – 07.06.2.275.3.3.90.39 (837) – 06.07.2.027.3.3.90.39 (270) – 06.02.2.019.3.3.90.39 (229)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO DE RESCISÃO DO CONTRATO N° 027/2018

Prezado Sr. Antonio Marcos Pedro da Silva,

A Prefeitura Municipal de Confresa - MT, na pessoa de seu Prefeito, Sr. Rônio Condão Barros Milhomem, vem através deste ofício, informá-lo do interesse em rescindir o contrato de locação de imóvel n° 027/2018, motivadamente, baseado nos artigos 78, inciso XII e 79, inciso I da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Confresa - MT, 30 de julho de 2018

Rônio Condão Barros Milhomem

Prefeito do Município de Confresa

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
TERMO DE REVOGAÇÃO DO DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 038/2014 PUBLICADO EM 26/03/2018 NO JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Rônio Condão Barros Milhomem, Prefeito Municipal do Município de Confresa - MT, no uso de suas atribuições legais, principalmente aquela elencada no artigo 49 da Lei 8.666/93, **REVOGA** o Décimo Termo Aditivo ao Contrato 038/2014, publicado em 26/03/2018 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

Tal providência se justifica pelo fato de já existir outro Décimo Termo Aditivo do referido contrato, publicado em 15/01/2018, o que consequentemente implica no interesse público pela presente REVOGAÇÃO.

Foi realizado em 13 de Janeiro de 2018 e publicado em 15 de Janeiro de 2018 o Décimo Termo Aditivo ao Contrato 038/2014, entre a empresa Almir Romualdo da Silva - ME, CNPJ 18.608.391/0001-97 e a Prefeitura de Confresa, CNPJ 34.464.716/0001-50, sendo um Aditivo de Prorrogação de Prazo de Execução da Obra por mais 120 dias, conforme a justificativa da solicitação do referido Termo Aditivo.

Porém, devido a um erro do setor de licitações e contratos da Prefeitura Municipal de Confresa, em 26 de Março de 2018 foi publicado outro Décimo Termo Aditivo referente ao contrato 038/2014, prorrogando seu prazo de execução por mais 240 dias. Dessa forma, tendo em vista a duplicidade configurada, autorizo a **Revogação do Décimo Termo Aditivo ao Contrato 038/2014 publicado em 26/03/2018.**

Sem mais, salvo melhor entendimento.

Confresa – MT, 27 de Julho de 2018.

Rônio Condão Barros Milhomem

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
TERMO DE REVOGAÇÃO DO DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 038/2014 PUBLICADO EM 26/03/2018 NO JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Rônio Condão Barros Milhomem, Prefeito Municipal do Município de Confresa - MT, no uso de suas atribuições legais, principalmente aquela elencada no artigo 49 da Lei 8.666/93, **REVOGA** o Décimo Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 038/2014, publicado em 26/03/2018 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

Tal providência se justifica pelo fato de já existir outro Décimo Primeiro Termo Aditivo do referido contrato, publicado em 15/01/2018, o que consequentemente implica no interesse público pela presente REVOGAÇÃO.

Foi realizado em 13 de Janeiro de 2018 e publicado em 15 de Janeiro de 2018 o Décimo Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 038/2014, entre a empresa Almir Romualdo da Silva-ME, CNPJ 18.608.391/0001-97 e a Prefeitura de Confresa, CNPJ 34.464.716/0001-50, sendo um Aditivo de Prorrogação de Prazo de Vigência da Obra por mais 120 dias, conforme a justificativa da solicitação do referido Termo Aditivo.

Porém, devido a um erro do setor de licitações e contratos da Prefeitura Municipal de Confresa, em 26 de Março de 2018 foi publicado outro Décimo Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato 038/2014, prorrogando seu prazo de vigência por mais 270 dias. Dessa forma, tendo em vista a duplicidade configurada, autorizo a **Revogação do Décimo Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 038/2014 publicado em 26/03/2018.**

Sem mais, salvo melhor entendimento.

Confresa – MT, 27 de Julho de 2018.

Rônio Condão Barros Milhomem

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO DE RESCISÃO DO CONTRATO N° 032/2018

Prezado Sr. OTONIEL GOMES DA SILVA,

A Prefeitura Municipal de Confresa - MT, na pessoa de seu Prefeito, Sr. Rônio Condão Barros Milhomem, vem através deste ofício, informá-lo do interesse em rescindir o contrato de prestação de serviços de horas de voo n° 032/2018, motivadamente, baseado nos artigos 78, inciso XII e 79, inciso I da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Confresa - MT, 30 de julho de 2018

Rônio Condão Barros Milhomem

Prefeito do Município de Confresa

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 43/2018 ADM DE 31 DE JULHO 2018.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal **ADRIANA ABADIA DA SILVA**, como **FISCAL DE CONTRATO** do Contrato abaixo descriminado..

CONTRATO	37/2018	CPF	VALOR TOTAL
LOCADORA	CICERA BRASILINA SILVA ROSSETTI	129.255. 898-98	25.950,00
OBJETO	LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, LOCALIZADO Á RUA MATO GROSSO, N° 95, BAIRRO CENTRO, MUNICÍPIO DE CONFRESA – MT. PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.		
VIGENCIA	06 MESES – 23/07/2018 A 23/01/2019		

Art. 2º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 3º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 4º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 31 de Julho de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 41/2018 ADM DE 31 DE JULHO 2018.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal **ELAINE MARIA A. A. BASTO - SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL (SCFV)**, como **FISCAL DE CONTRATO** do Contrato abaixo descriminado..

CONTRATO	38/2018	CNPJ	VALOR TOTAL
EMPRESA	J JUNIOR MAGALHÃES EIRELI	23.183.754/ 0001-20	176.132,06
OBJETO	AQUISIÇÃO DE PÃES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.		
VIGENCIA	06 MESES – 25/07/2018 A 25/01/2019		

Art. 2º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 3º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 4º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 31 de Julho de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 42/2018 ADM DE 31 DE JULHO 2018.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal **JOSENILTON DE JESUS OLIVEIRA - SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL (PAEFI)**, como **FISCAL DE CONTRATO** do Contrato abaixo descriminado..

CONTRATO	38/2018	CNPJ	VALOR TOTAL
EMPRESA	J JUNIOR MAGALHÃES EIRELI	23.183.754/ 0001-20	176.132,06
OBJETO	AQUISIÇÃO DE PÃES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.		
VIGENCIA	06 MESES – 25/07/2018 A 25/01/2019		

Art. 2º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto

básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 3º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 4º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 31 de Julho de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 38/2018 ADM DE 31 DE JULHO 2018.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal **MARIA CELIA R. R. ABREU (SEC. DE EDUCAÇÃO)**, como **FISCAL DE CONTRATO** do Contrato abaixo descriminado..

CONTRATO	38/2018	CNPJ	VALOR TOTAL
EMPRESA	J JUNIOR MAGALHÃES EIRELI	23.183.754/ 0001-20	176.132,06
OBJETO	AQUISIÇÃO DE PÃES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.		
VIGENCIA	06 MESES – 25/07/2018 A 25/01/2019		

Art. 2º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 3º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 4º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 31 de Julho de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 40/2018 ADM DE 31 DE JULHO 2018.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal **WALTER RAMOS TELES (SEC. DE OBRAS)**, como **FISCAL DE CONTRATO** do Contrato abaixo descriminado..

CONTRATO	38/2018	CNPJ	VALOR TOTAL
EMPRESA	J JUNIOR MAGALHÃES EIRELI	23.183.754/ 0001-20	176.132,06
OBJETO	AQUISIÇÃO DE PÃES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.		
VIGENCIA	06 MESES – 25/07/2018 A 25/01/2019		

Art. 2º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 3º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 4º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 31 de Julho de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 031/2018

DECRETO N.031/2018 30 DE JULHO DE 2018

DISPÕE SOBRE LANÇAMENTO DOS PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA DO IPTU/2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º -O IPTU- Imposto Predial e Territorial Urbano referente ao exercício de 2018 terá seus procedimentos de cobrança e recebimento feitos na forma deste Decreto.

Art. 2º - O IPTU/2018 poderá ser pago pelos contribuintes com 25% (vinte e cinco por cento) de desconto para pagamento à vista ou poderá ser dividido em 4 (quatro) parcelas, com o valor integral.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Confresa, em 31 de Julho de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 030/2018

DECRETO Nº030/2018 30 DE JULHO DE 2018

REGULAMENTA A LEI 799/2017 - TAXA DE CULTURA E TURISMO NA REDE HOTELEIRA

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa -MT, no uso de suas atribuições legais

DECRETA:

Art. 1º. A Taxa de Cultura e Turismo instituída pela Lei nº 799/2017, tendo como fato gerador, a utilização efetiva ou potencial, por parte dos visitantes, da infraestrutura física implantada e do Município de Confresa.

§1º - O sujeito passivo da Taxa de Turismo sustentável é o visitante usuário da rede hoteleira, com residência e domicílio fora do território do Município.

§2º - O estabelecimento da rede hoteleira deverá afixar um exemplar de placa ou cartaz idêntico em conteúdo, a ser confeccionado pela Prefeitura de Confresa, em local visível e de fácil constatação, com o objetivo de informar de forma clara, precisa e ostensiva aos seus consumidores a cobrança obrigatória da Taxa de Cultura e Turismo instituída pela Lei nº 799/2017.

§3º - O turista que escusar-se do pagamento será inscrito no cadastro de dívida ativa do Município, devendo o estabelecimento hoteleiro informar a quantidade de diárias e hospedes do responsável financeiro no campo da NFS-e.

Art. 2º. O valor da Taxa de Turismo Sustentável será de **0,1084 UPFM,** que corresponde a R$ 5,00 (cinco reais) na data da aprovação da Lei, para a hotelaria enquadrada no ***nível I*** e de **0,0650 UPFM,** que corresponde a R$ 3,00 (Três reais) para o ***nível II***, na data da aprovação da Lei, por diária hoteleira.

§1º- A conceituação por dois níveis dos estabelecimentos hoteleiros para efeito da cobrança da taxa de cultura e turismo, não tem por objetivo afixar uma diferença na qualidade dos serviços oferecidos por cada rede hoteleira aos visitantes, mas respeitar a faixa de preço praticado por cada estabelecimento, de forma a não haver prejuízo a cada um dos estabelecimentos.

§2º-Para efeito de regulamentação, considera a rede hoteleira do Município enquadrada no ***nível I*** e no ***nível II***, conforme tabela abaixo:

NIVEL I	DIÁRIAS SOLTEIRO	DIÁRIAS CASAL
	≥ 75,00	≥ 100,00

NIVEL II	DIÁRIAS SOLTEIRO	DIÁRIAS CASAL
	< 75,00	< 100,00

§ 3º A relação dos estabelecimentos da rede hoteleira, a reclassificação por nível, a inclusões de novos estabelecimentos, bem como a revisão dos valores da taxa cultura e turismo na Rede Hoteleira de Confresa será alterada por Decreto.

Art. 3º. O recolhimento da Taxa de Cultura e Turismo será efetuado através de guia própria, emitida junto a Secretaria de Finanças do Município - Setor de Tributos do Município de Confresa, devendo ser paga em agência bancária credenciada ou local autorizado;

§1º - Se o dia do recolhimento cair em sábado, domingo ou feriado, o pagamento será prorrogado para o primeiro dia útil posterior.

§2º - O não recolhimento aos Cofres Municipais da Taxa de Turismo Sustentável, implicará na multa de 50 (cinquenta) UPFM prevista no art. 313, II da Lei Complementar nº 84/2012.

Parágrafo Único: Além da multa prevista no caput desse artigo, independentemente da ação penal cabível por apropriação indébita.

Art. 4º Fica determina que seja segregada dos demais itens e ou bases de cálculo a Taxa de cultura e turismo, nos documentos fiscais eletrônicos ou não, de forma que possa ser identificada a quantidade, o valor unitário da taxa e o valor total da taxa que deve ser o resultado da multiplicação da quantidade de diárias de hospedagem pelo seu valor.

Art. 5º Até que ocorra nova orientação a taxa de cultura e turismo será declarada no mesmo item de serviço e ou atividade, que são declaradas as diárias dos meios de hospedagem.

Art. 6º A Taxa de cultura e turismo não integra a base de cálculo da receita de serviços para fins de apuração dos impostos municipais, estaduais e ou federais.

Art. 7º A Taxa de cultura e turismo será deduzida da base de cálculo do ISSQN, no documento fiscal e ou no livro eletrônico.

Art. 8º A taxa será recolhida até o dia 20 do mês seguinte ao fato gerador, sendo postergado em caso de dia não útil, sendo a guia gerada no sistema cidadão web pelo próprio prestador de serviço.

Art. 9º O livro eletrônico e a nota fiscal eletrônica serão adaptadas para futuramente emitirem a guia.

Parágrafo único. Enquanto não ocorrer esta adaptação no sistema, a emissão da guia será por outra via de acesso, o cidadão web.

Art. 10 Será no livro eletrônico o registro das taxas de turismo sustentável, devendo sempre constar do documento fiscal, emitido pelo prestador de serviço, seja ele eletrônico ou não.

Art. 11 Em caso de falta de registro ou de pagamento da Taxa de cultura e turismo, o arbitramento será realizado através do resultado da seguinte fórmula: (unidades habitacionais existentes x taxa de ocupação) x dias do mês x valor da taxa.

Parágrafo único. Diária é o nome dado pelo fracionamento de tempo determinando pelo prestador do serviço, podendo variar entre horas de um dia a um dia, com início e fim estabelecido pelo mesmo.

Art.12. Quando os hóspedes de uma unidade habitacional exigirem notas fiscais separadas, a taxa de cultura e turismo, será rateada entre os documentos fiscais, sendo obrigatório constar da mesma todo e qualquer elemento que identifique tal situação, como nº quarto, nome do evento, período.

Art.13. O início da vigência da Taxa de cultura e turismo será no dia 01/09/2018.

Art.14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Confresa-MT, 30 de Julho de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal**.**

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 37/2018 ADM DE 31 DE JULHO 2018.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal **LUCIA HELENA O. GONSALVES**, como **FISCAL DE CONTRATO** do Contrato abaixo descriminado.

CONTRATO	36/2018	CNPJ	VALOR TOTAL
EMPRESA	**RICARDO MURILO DE ARRUDA ALVES – ME**	13.243.387/0001-59	34.200,00
OBJETO	REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE VEICULOS AUTOMOTORES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA.		
VIGENCIA	12 MESES – 23/07/2018 á 23/07/2019		

Art. 2º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 3º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 4º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 31 de Julho de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 39/2018 ADM DE 31 DE JULHO 2018.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal **ELPIDILUNDES C. DA COSTA (SEC. DE SAÚDE – HOSPITAL)**, como **FISCAL DE CONTRATO** do Contrato abaixo descriminado..

CONTRATO	38/2018	CNPJ	VALOR TOTAL
EMPRESA	J JUNIOR MAGALHÃES EIRELI	23.183.754/0001-20	176.132,06
OBJETO	AQUISIÇÃO DE PÃES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.		
VIGENCIA	06 MESES – 25/07/2018 A 25/01/2019		

Art. 2º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 3º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 4º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 31 de Julho de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

CONTRATO
2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 056/2018

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE CONTRATO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE E A EMPRESA**ALFA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA – ME. (Retificação do Contrato)**

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, neste ato representado pela Prefeita Municipal, **MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO**, brasileira, divorciada, portadora de cédula de identidade nº 000844464 expedida pela SSP/MS e CPF 607.752.031-49, residente e domiciliada na Rua dos Cajueiros, s/nº, Centro, Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, como **CONTRATADA**, a empresa **ALFA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA – ME,** com sede na Av. da FEB, nº 2233, Bairro Ponte Nova, Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 13. 731.784/0001-70, doravante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada pelo(a) Sr.(a) VALMIR GONÇALVES DE AMORIM, , portador(a) da Carteira de Identidade nº 9.707.600 expedida pelo(a) SSP/SP, e CPF nº 018.650.748-88, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 2476/2018** e em observância às disposições e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e demais normas aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente Termo de Aditivo de Contrato, decorrente do **Pregão Presencial nº016/2018 e do 1º Termo Aditivo** , nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Em conformidade com o Artigo 57, incisos II, da Lei n.º 8.666/93, e nos termos permissivos da cláusula 5.1 do contrato inaugural, que possibilita o aditamento contratual os serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, resolvem as partes alterar seu prazo de vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO 2.1 Os prazos estabelecidos nas clausulas 2.1 do Termo inaugural fica prorrogado, com vencimento em **31 de dezembro de 2018;**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato primitivo, com ratificação de todas elas.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, o presente Termo foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

Conquista D'Oeste/MT, 29 junho de 2018.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO Representante Legal-CONTRATANTE	**ALFA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA – ME**Representante LegalCONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Nome:	**Nome:**
CPF:	**CPF:**

***Republica – se por ter saído incorreto a data do vencimento do contrato**

CONTRATO
CONTRATO Nº 098/2018

Termo de contrato de prestação de serviços, entre o **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D' OESTE** e a empresa **E. M. PAINS MARTINS.**

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE**, Estado de Mato Grosso, estabelecida na Avenida dos Oitis, n.º 1.200, Centro, inscrita no CNPJ n. º 04.219.688/0001-56, representada neste ato pela Prefeita Municipal, MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752. 031-49,doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,**e de outro lado, a empresa **E. M. PAINS MARTINS,** com sede na Rua Goiás, nº 177, Bairro: Jardim Santa Rosa, na Cidade de São José dos Quatro Marcos, Estado do Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº 11.422.526/0001-86, neste ato representada por **Elisangela Marcelino Pains Martins**, portador da cédula de identidade RG nº 1292972-7 expedida pela SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 932.002.001-97, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA,** resolvem, de comum acordo, celebrar o presente contrato de prestação de serviços, fundamentado no Processo Administrativo **2979/ 2018** e no Processo de Inexigibilidade nº. **004/2018** e nos termos permissivos do Artigo 25, III, da Lei 8666/93, que será regido pelas seguintes cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

1.1 O objeto do presente contrato consiste na contratação de show artístico com as Duplas ADSON e ANTHONY, ZE MELO & AGNALDO e NETO E ANDRE para A CAVALGADA LEGAL**, que acontecerá no dia 29/07/ 2018 no Município de Conquista D'Oeste,** conforme Convenio nº **1016/ 2018**, especificações contidas no Processo Administrativo nº 2979/2018 e proposta de preços apresentada pela Contratada. **1.2** Os shows mencionados no item anterior será apresentado no dia **29 de julho de 2018**, na Comunidade Santa Clara no Município de Conquista D'Oeste/MT.

2. CLÁUSULA SEGUNDA– DO VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

2.1. O**CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pelas apresentações artísticas o montante de **R$14.610,00 (quatorze mil seiscentos e dez reais), distribuído da seguinte forma:** Adson e Anthony valor de R$ 4. 870,00 (quatro mil oitocentos e setenta reais); ZÉ Melo & Agnaldo valor de R$ 4.870,00 (quatro mil oitocentos e setenta reais); Neto & André valor de R$ 4.870,00 (quatro mil oitocentos e setenta reais), efetuado através de depósito em conta bancária indicada pela CONTRATADA, conforme Proposta nº **1016/2018/SEC** -Secretaria de Estado de Cultura e emissão de Nota Fiscal em nome da empresa contratada.

2.2. o valor concedente da Secretaria de Estado de Cultura é de R$ 9. 610,00(Nove mil seiscentos e dez reais) que serão pagos conforme liberação dos recursos oriundos do Convenio nº 1016/2018/SEC e a contrapartida do Município será de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme execução do objeto.

2.2. O valor decorrente do presente contrato será pago com a seguinte dotação orçamentária:

05.002.13.392.0020.2035.3390.39.00.00.00 **(242)PJ - Promover e Apoiar a Real. de Eventos Culturais**

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

3.1.O presente contrato tem origem no Processo Administrativo nº 2979/ 2018, Inexigibilidade de Licitação nº 004/2018, solicitada através do pedido 1807/2018, ratificado em 26/07/2018, que ficam vinculados ao presente instrumento, e Lei 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO E VIGÊNCIA

4.1. Considerar-se-á cumprido o presente contrato, única e exclusivamente com as apresentações Artísticas .

4.2.O Presente Contrato terá sua vigência até dia **31 de dezembro de 2018**.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1. Qualquer das partes que der razão à rescisão do presente contrato, impossibilitando as apresentaçõesou o não cumprimento das cláusulas, deverá pagar à outra parte uma multa contratual no valor integral do preço avençado na Cláusula Segunda do presente contrato.

5.2. Fica dispensado o pagamento da multa estipulada se a não realização da apresentação decorrer de caso de decretação de calamidade pública, ou doença nos Artistas, devidamente comprovada por junta médica.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO LICENCIAMENTO DO EVENTO

6.1.E de inteira responsabilidade do **CONTRATANTE** a obtenção de alvarás, licenças, autorizações das autoridades públicas do juízo de menores, com pagamento das respectivas taxas e outras providências necessárias ao evento.

7. CLÁUSULA SETIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1.É de inteira responsabilidade da**CONTRATADA** as despesas decorrentes de locomoção, hospedagem e alimentação.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1.É de inteira responsabilidade do **CONTRATANTE** a não permanência de pessoas no palco durante a apresentação do Artista exceção feita aos profissionais envolvidos no espetáculo. É ainda vedado ao **CONTRATANTE** qualquer ingerência no repertório a ser apresentado pelos Artistas.

9. CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1.A fiscalização do presente instrumento será exercida por um representante do **CONTRATANTE**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93).

9.2.A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, que venha a ocorrer.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA VALIDADE E EFICÁCIA

10.1 Incumbirá ao **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais aditivos no "Diário Oficial", que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– CASOS OMISSOS

11.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, estado de Mato Grosso, para dirimir e julgar qualquer dúvida ou litígio originado do presente contrato com renúncia de qualquer outro, sendo que à parte considerada responsável pelos eventuais prejuízos causados, deverá ser condenada também ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios.

E assim, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente contrato em 2 (duas) vias, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste, 27 de julho de 2018.

Maria Lucia de Oliveira Porto Prefeita Municipal	**E. M. PAINS MARTINS** Representante Legal da Contratada
Representante Legal da Contratante	

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:

RG: RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N°246/2018

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER Férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados, em conformidade com legislação vigente

Funcionário	Matrícula	Período Aquisitivo	Início	Fim
Adenilson de Lima	3151	2016/2017	25/07/2018	23/08/2018
Carina Gomes da Silva	3060	2017/2018	16/07/2018	30/07/2018
Carlos Alberto Bonavigo	1378	2016/2017	19/07/2018	17/08/2018
Carlos Alberto Coelho	3295	2017/2018	12/07/2018	10/08/2018
Delia Amancio da Silva	2036	2017/2018	23/07/2018	27/07/2018
Ednildo L. da Fonseca	373	2017/2018	15/07/2018	13/08/2018
Elaine Coutinho Weber	1382	2016/2017	03/08/2018	17/08/2018
Elizete Lubke	1371	2016/2017	16/07/2018	14/08/2018
Eloi Brissow	2160	2016/2017	02/07/2018	31/07/2018
Galvane Ribeiro Macedo	2641	2016/2017	06/08/2018	04/09/2018
José A. A. da Siqueira	3097	2017/2018	02/07/2018	31/07/2018
Luana P. C. da Rocha	2745	2017/2018	26/06/2018	25/07/2018
Maria das G. de Andrade	1485	2016/2017	26/07/2018	24/08/2018
Marisete T. Percoski	2529	2016/2017	12/07/2018	26/07/2018
Marliene Porcher	1418	2017/2018	10/07/2018	08/08/2018
Nay Lucio Machado	2536	2016/2017	04/07/2018	02/08/2018
Rosa Helena Dias	1823	2017/2018	13/08/2018	11/09/2018
Roseli L. S. dos Santos	2526	2017/2018	02/07/2018	31/07/2018
Rosiane F. A. Frohlich	2552	2017/2018	02/07/2018	06/07/2018
Rui Carlos Tomazetto	2180	2011/2012	02/07/2018	31/07/2018
Sheila Ap. M. da Silva	3066	2017/2018	16/07/2018	30/07/2018
Wilson Storki	383	2014/2015	19/07/2018	17/08/2018

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 25 de Julho de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 222/2018

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE COORDENADORA HOSPITALAR

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR a partir de 02/07/2018 a Sra. **ROZANA ALVES DE ARAÚJO,** portadora do CPF n.º 015.891.061-30, Efetiva no Cargo de Auxiliar Administrativo, para a função de **Coordenadora Hospitalar,** Lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 02 de Julho de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 238/2018

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR a partir de 16/07/2018 o Sr. **MARCOS ENEAS CORREIA DA ROCHA,** portador do CPF n.º 014.017.634-99, do cargo de Diretor do Departamento de Esportes, nomeado pela Portaria 067/2018, Lotado na Secretaria Municipal da Cidade.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 16 de Julho de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 041/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 041/2017 – OBJETO "AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DO TIPO SERVICO DE IMPLANTACAO - TIPO PLATAFORMA ONLINE, DESENVOLVIMENTO DE SITE, SUPORTE, TREINAMENTO E HOSPEDAGEM COM SUPORTE MENSAL PODENDO SER REQUISITADO MANUTENÇÃO E MODIFICAÇÃO DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO, O SITE DEVERÁ CONTER TODOS AS OPÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO QUE JA SÃO PRATICADAS NO MOMENTO, DEVERÁ OU PODERÁ CONTER NOVAS PLATAFORMAS SE ASSIM FOR NECESSÁRIO DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA GESTÃO. Altera a Cláusula decima segunda (PRAZO E VALOR), referente ao Contrato nº 041/2017.CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO – DE PRAZO E VALOR - As partes contratantes mediante transação, resolvem aditar à Cláusula Décima segunda do Contrato 041/2017 reajustando o valor da mensalidade atual de R$: 847,50 (oitocentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos) para R$: 896,11 (oitocentos e noventa e seis reais e onze centavos) no valor Global, totalizando um acréscimo de 7.168,88 (sete mil e cento e sessenta e oito reais e oitenta e oito centavos) no valor global e prorrogando o contrato a partir de 01 de agosto a 01 de abril de 2019 , permitido na clausula decima quarta do Contrato 041/2017 de 23 de novembro de 2017.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 237/2018

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE PROFESSOR

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR a partir de 10/07/2018 a Sra. **JOSICLÉIA DA SILVA DOS REIS,** portador do CPF n.º 840.881.092-87, do cargo de Professor, vinculada ao Contrato de Prestação de Serviços 095/2018, Lotada na Secretaria Municipal da Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 10 de Julho de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 236/2018

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR a partir de 10/07/2018 a Sra. **CELINA FERREIRA DE ALMEIDA,** portadora do CPF n.º 820.394.612-72, do cargo de Apoio Administrativo Educacional, vinculada ao Contrato de Prestação de Serviços 109/2018, Lotada na Secretaria Municipal da Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 10 de Julho de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 235/2018

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE RETORNO A SERVIDOR AFASTADO

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER retorno ao cargo efetivo a partir de 09/07/2018 ao Sr. **ADEMIR GONÇALVES DA SILVA,** portador do CPF n.º 928.244.631-04, que esteve em gozo de Licença para Trato de Interesses Particulares, em conformidade com o Artigo 121, § 1ª da Lei Complementar nº 019/2005.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 09 de Julho de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 226/2018

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE CHEFE DE DIVISÃO

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR a partir de 01/06/2018 a Sra. **FRANCISCA PEREIRA DA SILVA NASCIMENTO,** portadora do CPF n.º 453.709.401-00, Efetiva no Cargo de Auxiliar Administrativo, para a função de **Chefe de Divisão,** Lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo efeitos retroativos a 01/06/2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 02 de Julho de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 227/2018

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CULTURA

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. NOMEAR a partir de 26/06/2018 o Sr. **JHONE GONZAGA DA SILVEIRA,** portador do CPF n.º 055.801.861-00, para exercer o cargo em Comissão de **Diretor do Departamento de Cultura**, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Tendo efeitos retroativos a 26/06/2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 02 de Julho de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº 094/2018 PROCESSO 139/2018

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a prorrogação da licitação devido a inclusão do item 17(dezessete), a abertura da LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 094/2018 forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para: REGISTRO DE PREÇO PARA **"FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TABLET E MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO",** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **14 (três) de Agosto de 2018, às 14:00 (quatorze horas)**, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira pelo e-mail licitacao@cotriguacu.mt.gov.br ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência). Cotriguaçu-MT, 31 de julho de 2018. **EDILSON VARGAS CHARNESKI Pregoeiro da Comissão Especial de Licitação.**

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 228/2018

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CHEFE DE DIVISÃO DE LICITAÇÃO

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. NOMEAR a partir de 02/07/2018 o Sr. **JULIANO MATEUS DE ALMEIDA,** portador do CPF n.º 050.326.061-46, para exercer o cargo em Comissão de **Chefe de Divisão de Licitação**, lotado na Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 3º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 02 de Julho de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 229/2018

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2017

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR temporariamente os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 003/2017:

Candidato	Cargo	Admissão
Ariádine da Silva Nunes	Auxiliar Administrativo	**11/07/2018**
Neuza da Silva Pereira	Agente de Serv. Em Saúde	**02/07/2018**
Wesley Dias de Oliveira	Apoio Adm. Educacional	**05/07/2018**
Williann Ramos Maciel	Office Boy	**24/07/2018**

Art. 2º - As demais informações pertinentes à posse estarão descritas no Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.4º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 02 de Julho de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 234/2018

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE PROFESSOR

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR a partir de 06/07/2018 a Sra. **ISNERIA GERALDA DA SILVA,** portador do CPF n.º 276.847.922-53, do cargo de Professor, vinculada ao Contrato de Prestação de Serviços 106/2018, Lotada na Secretaria Municipal da Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 06 de Julho de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 231/2018

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSES PARTICULARES

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER por até 02 anos Licença para Trato de Interesses Particulares a Sra. **ELIANE COSTA CARDOSO DA SILVA,** portadora do CPF n.º 976.484.711-49, ocupante do cargo Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 01/07/2018; de acordo com a Lei Complementar 019/2005, Cap. V, Sessão I e Sub-sessão VIII.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 02 de Julho de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

SEC. GOVERNO
LEI Nº 1.050/2018

"SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO FIRMAR TERMO DE FOMENTO COM O CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE COTRIGUAÇU - CONSEG - MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Fomento para consecução de finalidades de interesse público, por meio de transferência de recursos financeiros no valor de R$13.000,00 (treze mil reais), em 07 parcelas, sendo a primeira parcela no valor de R$ 4. 000,00 (quatro Mil), a ser repassado no ato da assinatura do convênio e 6 parcelas iguais de R$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais), de julho a dezembro de 2018, sendo repassadas até o dia 10 do mês subsequente, em favor do Conselho Comunitário de Segurança Pública de Cotriguaçu - CONSEG CNPJ: 23.588.505/0001-14 CONSEG do Município de Cotriguaçu objetivando a cooperação mútua, em conformidade com Plano de Trabalho especifico.

§1º. Será considerado inexigível o chamamento público para a celebração do Termo de Fomento, autorizado pelo caput do presente artigo, em razão da manifesta inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, decorrente da natureza singular do objeto do plano de trabalho e da inexistência de pluralidade de ofertante, bem como em razão do previsto no art. 31, II da Lei 13.019/2014.

§2º. Os recursos terão por objeto a cooperação mútua, visando agilizar e melhorar a qualidade da prestação do serviço pertinente ao CONSEG junto com a Delegacia de Polícia Civil, Polícia Militar de Cotriguaçu e de Nova União, que ora foi criado e tem por objetivo o trabalho de parceria juntamente com órgãos de Segurança Pública, visando colaborar com auxílio financeiro para custear despesas administrativas, oferecendo um trabalho mais eficiente e com atendimento mais rápido a quem precisa utilizar do serviço de segurança pública de nosso Município;

§3º. O CONSEG do Município de Cotriguaçu deverá apresentar um plano de trabalho.

§4º. - Incumbe ao Conselho Comunitário de Segurança Pública de Cotriguaçu - CONSEG CNPJ: 23.588.505/0001-14 CONSEG do Município de Cotriguaçu realizar a prestação de contas do valor repassado, perante a Secretaria Municipal de Finanças, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, sob pena de ser obrigada a ressarcir o erário público.

Art. 2º. Para celebração das parcerias previstas na Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações posteriores, regulamentada neste decreto, o Conselho Comunitário de Segurança Pública de Cotriguaçu - CONSEG CNPJ: 23.588.505/0001-14 CONSEG do Município de Cotriguaçu deverá apresentar:

I) Certidões negativas de débito para prova de regularidade fiscal: Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT; Certificado de Regularidade do FGTS; Certidão Negativa de Débitos Tributários e Dívida Ativa Municipal;

II) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, emitida do site da Secretaria da Receita Federal do Brasil

III) Cópia da última ata de eleição que conste a direção atual da organização da sociedade civil, que comprove a regularidade jurídica;

IV) Plano de trabalho e de aplicação;

Art. 3º - Autoriza-se a abertura no orçamento anual da Prefeitura Municipal de Cotriguaçu de, no exercício financeiro de 2018, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 13.000,00 (Treze mil reais), destinado a atender aos repasses ao Conselho Comunitário de Segurança Pública de Cotriguaçu - CONSEG CNPJ: 23.588.505/0001-14 CONSEG. As despesas decorrentes do presente Termo de Fomento correrão a conta da seguinte dotação:

Órgão 02 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 2084 – Gestão e Manutenção do Gabinete Municipal.

Elemento: 3.3.50.41.00.00.00.00 1000 – Contribuições

Dotação: 282

Art. 4º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados os recursos definidos pelo Art.43§1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 5º. - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 31 de julho de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 233/2018

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AUXILIO DOENÇA

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. LICENCIAR os servidores abaixo relacionados para Tratamento de Saúde, previsto no artigo 109 da Lei Complementar 019/2005.

Funcionário	Matrícula	Início	Fim
Angelita Riedel Behling	3301	02/07/2018	31/07/2018

Cleiton Moreira Peixoto	3499	02/07/2018	12/08/2018
Debora Ferreira de Lacerda	3451	14/07/2018	30/09/2018
Elisabete de Souza	3386	20/06/2018	04/07/2018

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 02 de Julho de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

SEC. GOVERNO
DECRETO Nº 1.197/2018

DISPÕE SOBRE NOVA COMPOSIÇÃO DO FISCAL DO PREVI-COTRI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições:

DECRETA:

Art. 1º - Os Membros do Conselho Fiscal do Previ-Cotri, do Município de Cotriguaçu, será composto pelos seguintes membros, com validade de 02 anos:

Conselho Fiscal

Titulares:

GISLAINE SOUZA SILVESTRE – Portadora do RG nº 1924243-3 SSP MT e do CPF nº 058.863.287-26;

ALDENICE MATIAS DA SILVA – portadora do RG nº 0616801-9 SSP MT e do CPF nº 429.683.301- 44;

AGOSTINHO CASTANHA – portador do RG nº 1581635- SSP PR e do CPF nº 332.758.589-04;

Suplentes:

JELSI ADELIS SCHAEDLER – portadora do RG nº 12R/2.233.797 SC e do CPF nº 567.540.861-49;

IVANA MARIA BOERER SOUZA – portadora do RG nº 1060949-0 SSP MT e do CPF nº 782.247.991-15;

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 31 de Julho de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 232/2018

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER Licença Maternidade, prevista no artigo 115 da Lei Complementar 019/2005, pelo prazo de 120 dias, às servidoras abaixo relacionadas:

Funcionário	Matrícula	Início	Fim
Gleiciane Orben da Silva	3178	27/06/2018	24/10/2018
Raquel Silvas dos Santos	3193	27/06/2018	24/10/2018
Taiane Giliolli Geller	3192	20/06/2018	17/10/2018

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 02 de Junho de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

RESULTADO DO PREGÃO 101/2018 PROCESSO 150/2018

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial - SRP nº 101/2018 obteve os seguintes resultados:

A empresa **AMAURI ROBERTO DE ARAUJO - ME,** CNPJ 13.234.712/0001-17, foi vencedora dos itens **2, 5, 21, 22, 26, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 45,49, 50, 55, 58, 73, 81, 85, 92, 95, 96, 97, 102, 104,114, 118, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129,**com valor global de **R$ 68.391,79 (SECENTA E OITO MIL TREZENTOS E NOVENTA E UM REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS).**

A empresa **JISLAINE FARIAS DOS ANJOS BONINI - ME,** CNPJ 14.314.499/0001-16, foi vencedora dos itens **9, 10, 17, 18, 19, 20, 23, 44, 56, 57, 76, 78, 88, 99,109, 113, 116, 121,**com valor global de**R$ 9.401,50 (NOVE MIL QUATROCENTOS E UM REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**

A empresa **MAIS SUPERMERCADO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME,** CNPJ 15.210.584/0001-05, foi vencedora dos itens **16, 48, 82, 131,** com valor global de**R$ 51.162,40(CINQUENTA E UM MIL CENTO E SECENTA E DOIS REAIS E QUATENTA CENTAVOS).**

A empresa **R. G. DA PAZ EIRELI,** CNPJ 21.058.617/0001-38, foi vencedora dos itens **1, 3, 4, 12, 13, 14, 15, 24, 25, 27, 28, 40, 41, 42, 43,46, 47, 51, 52, 53, 54, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66,67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 77, 80, 93, 94, 98,100, 101, 103, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 115,**com valor global de **R$ 106.885,58 (CENTO E SEIS MIL OITOCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS ECINQUENTA E OITO CENTAVOS).**

A empresa **RODRIGO JESUINO PADILHA 97337528191,** CNPJ 16.698.725/0001-35, foi vencedora dos itens **6, 7, 8, 11, 33, 38, 39, 79, 83, 84, 86, 87, 90, 91, 112, 120, 130,**com valor global de**R$ 18.593,70 (DEZOITO MIL QUINHENTOS E NOVENTA E TRES REAIS E SETENTA CENTAVOS).**

O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, neste município de Cotriguaçu/MT, 31 de Julho de 2018.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 150/2018 - PREGÃO PRESENCIAL 101/2018

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 150/2018

b) Licitação Nr.: 101/2018-PR

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data Homologação: 30/07/2018

e) Objeto da Licitação: **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU"**

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

012574 – AMAURI ROBERTO DE ARAUJI - ME (36 ITENS) totalizando (36) itens no valor global de R$ 68.391,79 (SECENTA E OITO MIL TREZENTOS E NOVENTA E UM REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS).

011415– JISLAINE FARIAS DOS ANJOS BONINI - ME (18 ITENS) totalizando (18) itens no valor global de R$ 9.401,50 (NOVE MIL QUATROCENTOS E UM REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

011480 – MAIS SUPERMERCADO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (4 ITENS) totalizando (4) itens no valor global de R$ 51. 162,40(CINQUENTA E UM MIL CENTO E SECENTA E DOIS REAIS E QUATENTA CENTAVOS).

012583– R G DA PAZ EIRELI (55 ITENS) totalizando (55) itens no valor global de R$ 106.885,58 (CENTO E SEIS MIL OITOCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS ECINQUENTA E OITO CENTAVOS).

011844 – RODRIGO JESUINO PADILHA 97337528191 (17 ITENS) totalizando (17) itens no valor global de R$ 18.593,70 (DEZOITO MIL QUINHENTOS E NOVENTA E TRES REAIS E SETENTA CENTAVOS).

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº 103/2018
PROCESSO 154/2018 ERRATA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU MT, torna público a ERRATA do PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2018 PROCESSO Nº 154/2018, tendo em vista que o número do Pregão em questão não estava correto, a correção se dá na seguinte data:

OBJETO: "FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE ESPECIAL E SUPLEMENTOS ALIMENTARES DE ENTREGA CONTÍNUA E ORDEM JUDICIAL DA ATENÇÃO BÁSICA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU"

ONDE LÊ-SE: Torna público a abertura da LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 104/2018.

LEIA - SÊ: Torna público a abertura da LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 103/2018.

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 259/2018

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE INCENTIVO À PRODUTIVIDADE

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER aos servidores abaixo relacionados o pagamento de gratificação à Título de Incentivo à Produtividade de acordo com o Art. 35 da Lei Complementar 049/2014, no período de 01/08 a 30/09/2018, pela atuação no cumprimento de metas da campanha de vacinação anti-rábica 2018:

Funcionário	Matrícula	Cargo	Valor
Diana Debastiani	3203	Diretora de Departamento	300,00
Genis Felismina Custódio	3387	Agente de Comb. A Endemias	300,00
Laisa Braz de L. Soares	3440	Agente de Comb. A Endemias	300,00
Márcia Vieira da Silva	3047	Agente de Comb. A Endemias	300,00
Osvaldo Alves da Silva	3152	Agente Operacional	300,00
Sadi Moraes de Freitas	1958	Técnico em V. San e Ambiental	300,00

Art. 2º - O não cumprimento das metas poderá acarretar na devolução de valores pelos servidores citados.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 4º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 01 de Agosto de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 230/2018

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSES PARTICULARES

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER por até 02 anos Licença para Trato de Interesses Particulares a Sra. **ELIANDRA SOUSA DA CONCEIÇÃO QUEIROZ,** portadora do CPF n.º 721.879.302-97, ocupante do cargo Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 02/07/2018; de acordo com a Lei Complementar 019/2005, Cap. V, Sessão I e Sub-sessão VIII.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 02 de Julho de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 253/2018

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR a partir de 02/07/2018 a Sra. **MARIZETE KRIESER,** portadora do CPF n.º 018.754.961-30, Efetiva no Cargo de Agente Administrativo, para a função de **Chefe de Divisão de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde,** Lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 27 de Julho de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 252/2018

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR a partir de 01/07/2018 o Sr. **VALDEIR MANOEL RODRIGUES,** portador do CPF n.º 790.330.671-53, do cargo de Agente de Manutenção e Conservação**,** vinculado ao Termo de Posse 019/2016 Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Tendo efeitos retroativos a 01/07/2018.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 27 de Julho de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 251/2018

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE CHEFE DE DIVISÃO

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR a partir de 02/07/2018 a Sra. **FRANCISCA PEREIRA DA SILVA NASCIMENTO,** portadora do CPF n.º 453.709.401-00, do cargo em Comissão de **Chefe de Divisão**, nomeada pela Portaria 226/2018, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo efeitos retroativos a 02/07/2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 27 de Julho de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 250/2018

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR a partir de 31/07/2018 a Sra. **MARISTELA GILIOLI,** portadora do CPF n.º 627.672.321-53, do cargo de Agente Administrativo**,** vinculada ao Contrato de Prestação de Serviços 079/2018 Lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 27 de Julho de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 249/2018

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE CHEFE DE DIVISÃO DE CONVÊNIOS

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR a partir de 27/07/2018 a Sra. **SIMONE DANIELA CZYCZA,** portadora do CPF n.º 986.610.271-87, Efetiva no Cargo de Auxiliar Administrativo, para a função de **Chefe de Divisão de Convênios,** Lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 27 de Julho de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 248/2018

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE CHEFE DE DIVISÃO

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR a partir de 27/07/2018 a Sra. **SIMONE DANIELA CZYCZA,** portadora do CPF n.º 986.610.271-87, do cargo em Comissão de **Chefe de Divisão de Frotas**, nomeada pela Portaria 213/2018, Lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 27 de Julho de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N°247/2018

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER Licença Prêmio por Assiduidade aos servidores abaixo relacionados, em conformidade com legislação vigente

Funcionário	Matrícula	Período Aquisitivo	Início	Fim
Geovane E. Rockenbach	1911	2008/2013	16/07/2018	30/07/2018
Ivonete Slongo	2	2008/2013	30/07/2018	27/10/2018
Maria Aparecida Granza	5	2003/2008	30/07/2018	27/10/2018
Maria Aparecida Granza	5	2008/2013	28/10/2018	26/12/2018
Luci Maria Alves	397	2007/2012	09/07/2018	06/10/2018
Silmara da S. Apolinário	628	2013/2018	01/07/2018	28/09/2018
Vilmar V. de Oliveira	1763	2007/2016	10/07/2018	07/10/2018

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 25 de Julho de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 223/2018

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR a Sra. **ROZANA ALVES DE ARAÚJO,** portadora do CPF n.º 015.891.061-30, como responsável pela operacionalização do Sistema de Nascidos Vivos – SINASC, pela operacionalização Sistema de Mortalidade – SIM e pela investigação de óbitos do Sistema de Mortalidade, sem ônus do exercício das funções para a municipalidade.

Parágrafo Único. DESIGNAR, a Sra. **REGIANE DIAS BATISTA,** portadora do CPF n.º 037.647.731-89, como responsável pela operacionalização do Sistema de Nascidos Vivos – SINASC, pela operacionalização Sistema de Mortalidade – SIM e pela investigação de óbitos do Sistema de Mortalidade, sem ônus do exercício das funções para a municipalidade.

Art. 2º - Fica Revogada a Portaria 079/2017.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.4º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 02 de Julho de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 245/2018

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER os servidores abaixo relacionados a continuidade do pagamento de gratificação à Título de Incentivo à Qualificação Profissional para o semestre 2018/02:

Funcionário	Matrícula	Curso	Semestre Matriculado
Elizete Skura	1386	Ciências Contábeis	2º Semestre
Gislaine de Souza S. Krieser	2163	Adm. de Empresas	2º Semestre
Italo José Scolari Cararo	2528	Ciências Contábeis	6º Semestre
Rosiane F. dos A. Frohlich	2552	Adm. de Empresas	7º Semestre
Rozana Alves de Araújo	1390	Ciências Contábeis	2º Semestre
Valdete V. França da Silva	1374	Adm. de Empresas	2º Semestre

Art. 2º - Os servidores acima citados, devem ao fim do semestre 2018/02, apresentar ao Departamento de Recursos Humanos documento fornecido pela instituição onde cursa que aponte sua frequência e resultado disciplinar.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 4º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 25 de Julho de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 244/2018

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE APOIO OPERACIONAL

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR a partir de 13/07/2018 o Sr. **MARCIO MANOEL RODRIGUES,** portador do CPF n.º 742.055.792-68, do cargo de Apoio Operacional, vinculado ao Contrato de Prestação de Serviços 097/2018, Lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 25 de Julho de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 243/2018

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE APOIO OPERACIONAL

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR a partir de 13/07/2018 o Sr. **JAIRO RAMOS DE OLIVEIRA,** portador do CPF n.º 367.653.091-87, do cargo de Apoio Operacional, vinculado ao Contrato de Prestação de Serviços 099/2018, Lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 25 de Julho de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 242/2018

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR a partir de 20/07/2018 a Sra. **JANIELE DE SOUZA BATISTA,** portadora do CPF n.º 054.570.211-90, do cargo de Apoio Administrativo Educacional, vinculada ao Contrato de Prestação de Serviços 057/2018, Lotada na Secretaria Municipal da Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 25 de Julho de 2018.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 064/2018

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 61.174/2018)

Órgão Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO - SMASDH

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Gêneros alimentícios (carne de frango, carne vermelha e embutidos), sob demanda, para atender as atividades junto à rede de Proteção social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano, conforme especificações e condições descritas no Edital, Termo de Referência e demais anexos.

Data/Horário: 20/08/2018 às 10h00min (dez horas) – Fuso Horário de Brasília.

Informações/Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2018

Magda Rossi

Pregoeira

Visto:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos - Interino

Cuiabá/MT, 31 de julho de 2018.

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 052/2018

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25.219/2018)

Órgão Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de transportes de gêneros alimentício para as unidades escolares da rede municipal de Cuiabá.

Data/Horário: 20/08/2018 às 15:30hmin (quinze horas e trinta minutos) – Fuso Horário de Brasília.

Informações: A prorrogaçãose dá, em cumprimento ao Art. 3º da Lei 10. 520/2002.

Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2018

Priscila R.N.M.Berber

Pregoeira

Cuiabá/MT, 30 de julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 05/2018/CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 05/2018/CMAS

Dispõe sobre o Plano de Ação Co-Financiamento do Governo Estadual 2018, ao Município de Denise – MT.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE DENISE – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Nº 580 de 20 de outubro de 2010, esteve reunido em Assembleia Ordinária realizada no dia de 05 de junho de 2018, para aprovação do plano de ação - co-financiamento do Governo Estadual 2018;

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o Plano de Ação do co-financiamento do governo estadual 2018.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada. Publicada. Cumpra-se.

Denise-MT, 30 de julho de 2018.

Edinoam Rios do Carmo Matos

Presidente do CMAS

AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 04/2018/CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 04/2018/CMAS

Dispõe sobre o Plano de Ação para Co-financiamento Físico e Financeiro do Governo Federal para o Município de Denise - MT, exercício de 2018.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE DENISE – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Nº 580 de 20 de outubro de 2010, esteve reunido em Assembléia Ordinária realizada no dia de 05 de junho de 2018, para deliberar o Plano de Ação para o exercício de 2018, conforme a Portaria nº. 459 de 09/09/05, do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS;

RESOLVE:

Art.1º Aprovar do Plano de Ação para o Co-financiamento Físico e Financeiro do Governo Federal ao Sistema Único da Assistência Social de Denise - MT para o exercício de 2018.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada. Publicada. Cumpra-se.

Denise-MT, 30 de julho de 2017.

Edinoam Rios do Carmo Matos

Presidente do CMAS

AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 03/2018/CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 03/2018/CMAS

Dispõe sobre a retificação do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico- Financeiro dos Serviços/ Programas do co- financiamento do governo federal para o Sistema Único de Assistência Social – SUAS/ 2016, do Município de Denise – MT.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE DENISE – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Nº 580 de 20 de outubro de 2010, esteve reunido em Assembléia Ordinária realizada no dia de 05 de junho de 2018, para análise da Retificação do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico- Financeiro do Programa Acessuas Trabalho do Co-financiamento do Governo Federal do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/ 2016, conforme Processo nº. 71000.070901/ 2017-63 do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS;

RESOLVE:

Art.1º Aprovar a **Retificação** do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico- Financeiro do Programa Acessuas Trabalho do Co-

financiamento do Governo Federal do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/ 2016;

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada. Publicada. Cumpra-se.

Denise-MT, 30 de junho de 2017.

Edinoam Rios do Carmo Matos

Presidente do CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2018/ SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESIDUOS SOLIDOS DOS SERVIÇOS DE SAUDE, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILANCIA SANITARIA DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Pregoeiro e Equipe Apoio, HOMOLOGO o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

O certame tem como vencedor a empresa:

PAZ AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ nº: 10.331.865.0001-94, que sagrou-se vencedora do Lote Único com o valor total de R$ 240. 000,00 (duzentos e quarenta mil reais).

Diamantino – MT, 31 de Julho de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 118/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO-MT.

PRAZO: PRORROGA-SE O PRAZO POR 60 (SESSENTA) DIAS

CONTRATADO: LVAS ANJOS GEOLOGIA-ME

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 29 DE JULHO DE 2018.

GABINETE
PORTARIA Nº 111/2018

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Senhora **ROSINETE SOARES DA SILVA** brasileira, casada,portadora do RG N. º 0484459-9 SSP/MT e CPF N.º 346.732. 881-49 como Fiscal do Contrato nº **069/2018**, cujo OBJETO é: Credenciamento de Pessoas Jurídicas Especializadas na Prestação de Serviços Médicos nas Especialidades de Ginecologia/Obstetrícia, Pediatria, de forma Complementar aos Serviços oferecidos no Município de Diamantino/MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 31 de julho de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
ERRATA: NA PUBLICAÇÃO FEITA NO DIA 31 DE JULHO DE 2018, EDIÇÃO Nº 3.032, PÁGINA 185, REFERENTE AO AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2018

ONDE SE LÊ: A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público que ás 08:00 horas do dia de 10 Agosto de 2018, estará abrindo o pregão presencial, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA INDUSTRIA COMERCIO E MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT, CONFORME PROPOSTA Nº 08426/2017.** O Edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

LEIA-SE: A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público que ás 08:00 horas do dia de 13 Agosto de 2018, estará abrindo o pregão presencial, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA INDUSTRIA COMERCIO E MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT, CONFORME PROPOSTA Nº 08426/2017.** O Edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino/MT, 31 de Julho de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro Oficial

GABINETE
PROCESSO ADMINISTRATIVO PODER EXECUTIVO - DECISÃO RECURSAL

PROC. PROCON 038/2018

AUTO DE INFRAÇÃO: 002/2018

Breve Relatório:

Trata-se de recurso interposto às fls. 26-49 do referido processo administrativo contra multa aplicada no dia 09 de julho de 2018 pela Coordenadoria de Defesa do Consumidor – PROCON – deste município, no valor de R$10.000,00, (dez milreais), em razão de descumprimento às determinações e convocações deste órgão integrante do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC) , PROCON.

Segundo consta dos autos, às fls. 09-10 a empresa recorrente foi notificada para apresentar, no prazo de cinco dias úteis, apresentasse um relatório de consumo referente ao objeto da demanda e laudo pericial para análise do órgão de defesa do consumidor.

A empresa Águas de Diamantino, protocolou“relatório de informações”,às fls. 11 a 19, onde alega ter juntado, 1) as 12 faturas solicitadas 2) relatório técnico de vistoria.

Em sede recursal, a empresa, pugna pela anulabilidade da multa, notificação ou redução da mesma.

É a suma do necessário. Passo a decidir.

Em análise ao feito, verifica-se que até o momento, estão ausentes os relatórios de consumo solicitados pelo PROCON, tampouco as 12 faturas que a Concessionária alega ter protocolado.

Diante disso, deu ensejo a aplicação de sansão, em forma de multa, aplicada pelo PROCON deste Município registrado às fls. 24-25 do processo administrativo.

O **Decreto nº 2.181, de 20 de Março de 1997,** que dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC, estabelece as normas gerais de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, estipula, em seu artigo dispõe:

"Art. 33. As práticas infrativas às normas de proteção e defesa do consumidor serão apuradas em processo administrativo, que terá início mediante:

I- ato, por escrito, da autoridade competente;

II- lavratura de auto de infração;

III- reclamação.

§ 1º Antecedendo à instauração do processo administrativo, poderá a autoridade competente abrir investigação preliminar, cabendo, para tanto, requisitar dos fornecedores informações sobre as questões investigados, resguardado o segredo industrial, na forma do disposto no § 4º do art. 55 da Lei nº 8.078, de 1990.

§ 2º A recusa à prestação das informações ou o desrespeito às determinações e convocações dos órgãos do SNDC caracterizam desobediência, na forma do art. 330 do Código Penal, ficando a autoridade administrativa com poderes para determinar a imediata cessação da prática, além da imposição das sanções administrativas e civis cabíveis."

Não atendida a notificação no prazo e forma legal, incidiu a recorrente no parágrafo segundo acima citado, sendo imperiosa a aplicação da penalidade cabível.

Cumpre destacar que o PROCON é um órgão integrante do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, criado pelo Decreto nº 2.181/97, possuindo competência para lavrar Autos de Infração, Aplicação de Sansões diversas, visando à proteção dos interesses dos consumidores. Com efeito, o referido Decreto nº 2.181/97 estabelece, no inciso X do art. 3º c/c inciso III do art. 4 º, que caberá ao PROCON, estadual ou municipal, no âmbito de sua competência, fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas na Lei nº 8.078/90.

Quanto às alegações da Empresa, que consta as fl. 12 do feito, a referida NÃO CUMPRIU, com o solicitado, nem tampouco acostou ao processo, os documentos mencionados, (as 12 (doze) faturas solicitadas),na medida em que a empresa recorrente não apresentou nenhuma prova acerca desse fato até a data da interposição do recurso, inviabilizando totalmente a reforma da decisão em contrário.

A empresa recorrente, alega em sua apelação que a multa não se justifica pelos motivos de que a empresa não tem culpa quanto aos possíveis problemas identificados no imóvel, nem no hidrômetro, alegando que a conduta da Concessionária Aguas de Diamantino – MT, não enseja nenhum tipo de multa, afirmando inexistência de fato para aplicação da multa pois diz não ser a causadora dos problemas de consumo do qual se refere o processo administrativo.

No entanto, a Concessionária Águas de Diamantino deve ficar ciente de que multa refere-se ao **DESCUMPRIMENTO DE PEDIDO** do PROCONàs fls. 09 do processo administrativo, fundamentas no art. 33, §2º da Decreto 2.181/97.A sansão aplicada ainda **NÃO REFERE-SE AO MÉRITO DO FEITO.**

Desde modo, entendo que a multa fora aplicada em montante excessivo, de modo que sua redução se mostra razoável, tendo em vista que o descumprimento foi unicamente relativo ao prazo, tendo ainda a possibilidade de cumprimento pela Concessionária Águas de Diamantino, conforme o Código de Defesa do Consumidor, *in verbis;*

Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor –

Art. 57. **A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração**, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor, será aplicada mediante procedimento administrativo, revertendo para o Fundo de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, os valores cabíveis à União, ou para os Fundos estaduais ou municipais de proteção ao consumidor nos demais casos.

Parágrafo único. **A multa será em montante não inferior a duzentas e não superior a três milhões de vezes o valor da Unidade Fiscal de Referência** (Ufir), ou índice equivalente que venha a substituí-lo. (grifo nosso)

Neste sentido da validade da multa como sansão, tem julgado nosso Tribunal Estadual de Mato Grosso;

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO APELAÇÃO Nº 30040/2015 - CLASSE CNJ - 198

COMARCA DE ALTA FLORESTA

RELATORA: DESA. ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES APELANTE: OI S. A. APELADO: MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA

Número do Protocolo: 30040/2015 Data de Julgamento: 26-06-2018

E M E N T A APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO ANULATÓRIA – MULTA APLICADA PELO PROCON – VÍCIO INEXISTENTE – VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DO CONSUMIDOR – MULTA APLICADA EM OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE – DECISÃO ADMINISTRATIVA – GARANTIDOS O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA – SENTENÇA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA – RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. Os atos administrativos, quando editados, trazem em si a presunção de legitimidade, ou seja, a presunção de que nasceram em conformidade com as devidas normas legais, de forma que a atuação do Judiciário sobre as decisões administrativas se limita à sua legalidade ou não.

Se o processo administrativo que culminou com a aplicação da multa à empresa obedeceu aos princípios da publicidade, do contraditório e da ampla defesa, não se justifica a pretendida anulação da multa aplicada em consonância com a legislação de consumo.

A sanção aplicada deve ser suficiente para coibir a conduta lesiva por parte da prestadora do serviço, **além de sua natureza sancionatória, a multa deve desestimular a repetição da prática tida por ilegal.**

Sendo assim, a multa deve ter coercitividade perante aquele que não atende o que lhe é solicitado pelo órgão de defesa do consumidor, pois este goza desta prerrogativa na aplicações de sansões quando descumprido qualquer solicitação. Cabe lembrar que a aplicação da multa atual, não obsta novas sansões pela reincidência.

Ex positis, considerando os dispositivos legais apresentados; considerando a autonomia dos órgão integrante do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor; considerando que a empresa recorrente até a data não apresentou o que lhe fora solicitado, dou provimento parcial ao recurso, **mantendo a condenação** pelo não cumprimento da solicitação do PROCON, **mas a reformo**o valor da multa, para aplicar penalidade de 20 unidades padrão fiscal, correspondente a R$ 2.684,80 (dois mil e seiscentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos). Levando em consideração que A Unidade de Referência Fiscal - UFIR foi extinta em decorrência do § 3º do art. 29 da Medida Provisória 2095-76, aplica-se a Unidade Fiscal Padrão de Mato Grosso.

Cientifique-se a Concessionária Águas de Diamantinoque a presente multa é referente tão somente ao não cumprimento das solicitações realizadas, e não ao mérito do processo administrativo.

Notifique-se a Concessionária Águas de Diamantino, para que no **prazo de 05 dias** apresente os relatórios de consumo solicitado pelo Procon deste Município, sob pena de nova sansão administrativa, majorada pela reincidência ao não cumprimento.

Intime-se.

Publique-se.

Diamantino – MT, 30 de julho de 2018

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal de Diamantino – MT

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CENTRO NORTE MT/ HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2018 - CISCN

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO CENTRO NORTE DE MATO GROSSO – CISCN – EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2018

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Centro Norte de Mato Grosso, Prefeito de Diamantino - MT, Sr. Eduardo Capistrano de Oliveira*, no uso de suas atribuições legais, vem dar publicidade ao seguinte Contrato: CONTRATADO:* **W. A. DA SILVA CLÍNICA ME – CLIMED**, CNPJ 01.097.830/0001-52. OBJETO E VALORES: R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).Consulta ginecológica (exame ginecológico, colposcopia, cauterização, coleta de preventivo, drenagens, curativo e retirada e ponto) – R$ 200,00; *Eletrocardiograma – R$ 40,00; Mapa – R$ 160,00; Holter – R$ 200,00. Teste ergométrico – R$ 150,00; Eletrocauterização de pele – R$ 180,00; Bopsia de pele – R$ 200,00; Retirada de verruga e cisto – R$ 180,00; Exame estudo urodinâmico – R$ 1.000,00; Cirurgia cisto de epidídimo – R$ 4.500,00; Cirurgia postectomia adulto – R$ 2.500,00; Cirurgia postectomia infantil – R$ 2.500,00; Cirurgia vasectomia – R$ 2.200,00; Cirurgia orquidopexia bilateral – R$ 4.500,00; Cirurgia hidrocele – R$ 4.500,00; Tratamento cirúrgico de torção de testículo – R$ 5.500,00; Cirurgia orquidopexia unilateral – R$ 3.500,00; Cirurgia orquiectomia bilateral – R$ 4.000,00; Endoscopia digestiva alta – R$ 280,00; CAF ou conização – R$ 1.500,00;* Ultrassonografia de Mamas com Doppler – R$ 180,00; Ultrassonografia de partes Moles e Órgãos Superficiais com Doppler – R$ 180,00; Ultrassonografia de Abdome Total com Doppler – R$ 180,00; Ultrassonografia de Abdome Superior com Doppler – R$ 180,00; Ultrassonografia Pélvica Ginecológica com Doppler – R$ 180,00; Ultrassonografia Gestacional com Doppler – R$ 180,00; Ultrassonografia Transvaginal com Doppler – R$ 180,00; Ultrassonografia de Bolsa Escrotal com Doppler – R$ 180,00; Ultrassonografia de Translucência Nucal com Doppler – R$ 180,00; Ultrassonografia Vias Urinárias com Doppler – R$ 180,00; Ultrassonografia Parede Abdominal com Doppler – R$ 180,00; Ultrassonografia Tiróide com Doppler – R$ 180,00; Ultrassonografia Hérnia com Doppler – R$ 180,00; Ultrassonografia de partes Moles e Órgãos Superficiais – R$ 170,00; Ultrassonografia de Abdome Superior – R$ 170,00; Ultrassonografia de Mamas – R$ 170,00; Ultrassonografia de Abdome Total – R$ 190,00; Ultrassonografia Pélvica Ginecológica – R$ 170,00; Ultrassonografia Transvaginal – R$ 170,00; Ultrassonografia Morfológica – R$ 190,00; Ultrassonografia Morfológica Gemelar – R$ 190,00; Ultrassonografia Gestacional – R$ 170,00; Ultrassonografia Gestacional Gemelar – R$ 170,00; Ultrassonografia Vias Urinárias – R$ 170,00; Ultrassonografia de Bolsa Escrotal – R$ 170,00; Ultrassonografia de Hérnia – R$ 170,00; Ultrassonografia Parede Abdominal – R$ 170,00; Ultrassonografia Tireóide – R$ 170,00; Ultrassonografia de Carótidas e Vértebras – R$ 190,00; Ultrassonografial Próstata Transretal – R$ 170,00; Ultrassonografia Próstata Abdominal – R$ 170,00. *PRAZO: 20/05/2018 a 31/12/2018.*

Diamantino – MT, 20 de maio de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Presidente do CISCN

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2018

Considerando as informações prestadas pela Comissão Permanente de Licitação, bem como pelo contido no presente Processo de Dispensa de Licitação, com todos seus documentos, juntamente com o parecer da Assessoria Jurídica, **RATIFICO** todos os atos do presente Processo de Dispensa nº 028/2018, e autorizo a contratação direta da empresa **P. E. C. GIRALDELI ASSESSORIA - EPP,** inscrito no **CNPJ n° 26.737.835/0001-12,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE SERVIÇO COM EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TOPOGRÁFICO PARA SISTEMAS DE COORDENADAS, LATITUDES, LONGITUDES, E ALTITUDES GEODÉSICAS E UTM PARA FINS REGULARIZATÓRIOS DAS SEGUINTES MATRICULAS 37.716; 8.953, 23.760, 34.820, 34.173 E 62,** no valor de **R$ 18.000,00 (Dezoito Mil reais).** A presente Dispensa de Licitação esta enquadrada no inciso II do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei nº 8.666/93.

Diamantino-MT, 30 de Julho de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 081/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2018/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESIDUOS SOLIDOS DOS SERVIÇOS DE SAUDE, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILANCIA SANITARIA DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **PAZ AMBIENTAL LTDA.**

CNPJ nº: 10.331.865.0001-94

Valor total da ata: **R$ 240.000,00** (duzentos e quarenta mil reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 01 de Agosto de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2018

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público que ás 09:00 horas do dia 17 de Agosto de 2018, serão recebidos os documentos de Habilitação e Proposta de preços para a **TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS NAS RUAS PADRE JOSÉ MATHIAS ORTH E RUA PADRE ALOYSIO PETRY NO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.** O Edital poderá ser obtido junto à Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 31 de Julho de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Presidente da CPL.

GABINETE
PORTARIA Nº 111/2018

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Senhora **ROSINETE SOARES DA SILVA** brasileira, casada,portadora do RG N. º 0484459-9 SSP/MT e CPF N.º 346.732. 881-49 como Fiscal do Contrato nº **069/2018**, cujo OBJETO é: Credenciamento de Pessoas Jurídicas Especializadas na Prestação de Serviços Médicos nas Especialidades de Ginecologia/Obstetrícia, Pediatria, de forma Complementar aos Serviços oferecidos no Município de Diamantino/MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 31 de julho de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE 008/2018 - CREDENCIAMENTO Nº 006/2018

OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA EM EXAMES MÉDICOS DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA DE FORMA COMPLEMENTAR AOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.**

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Presidente da CPL, HOMOLOGO o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

O certame tem como vencedor/Credenciado a empresa:

D. L. RODRIGUES NETO, inscrita no CNPJ nº: 03.053.591/0001-53, que sagrou-se credenciada para o item de nº 46347 com o valor total anual de R$ 384.000,00 (trezentos e oitenta e quatro mil reais).

Diamantino – MT, 31 de Julho de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO 13/2018

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO 013/2018, TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS, PARA TRATAMENTO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM DOM AQUINO – MT, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES, CONSTANTE NO EDITAL.

O MUNICÍPIO DE DOM AQUINO-MT, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que o Processo Licitatório na modalidade de PREGÃO transcorreu em todas as fases sem nenhum questionamento por parte dos licitantes e que foram obedecidos os ditames da Legislação em vigor, conforme as Leis Federais 10.520/2002 e 8.666/93 e as suas alterações.

R E S O L V E :

HOMOLOGAR a Empresa: INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA, portadora do CNPJ: 10.717.170/0001-45, no valor global de R$ 64.890,00 (sessenta e quatro mil, oitocentos e noventa reais) destinado a atender a demanda do Departamento de Água e Esgoto – DAE, conforme condições e especificações constantes no edital do Pregão 013/2018 e seus anexos.

Determina ainda ao departamento de Contabilidade a emissão do respectivo empenho em favor da Empresa vencedora.

Dom Aquino-MT, 31 de julho de 2017.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO Nº 014/2018

Órgãos: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO E SECRETARIA DE SAÚDE.

Identificação: Pregão Presencial nº 014/2018

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de pães e leites, conforme condições e especificações, constante no edital e seus anexos.

Data: 15/08/2018

Horário: credenciamento às 08h30min e às 09h00min horas abertura do Pregão (horário de Mato Grosso).

Local: Sala de Reuniões, na sede desta Prefeitura Municipal de Dom Aquino – MT, situada na Avenida Cuiabá, n.º 143, centro, Município de Dom Aquino-MT.

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Dom Aquino, sito à Av. Cuiabá, 143 centro, no horário normal de expediente (07:00 às 13:00).

Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (0xx66) 3451-1127/ 1202, ou pelo e-mail: licitacaopmda@gmail.com.

Dom Aquino-MT, 31 de Julho de 2018.

WANUSA SOARES ALVES

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2018 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 019/2018

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal, através de seu pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou no dia 30 de Julho de 2018, o PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2018 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 019/2018, tendo como objeto **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERTOS EM APARELHOS DE AR CONDICIONADO EM TODOS OS PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.**

Tendo em vista o cumprimento dos termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e Lei 123/2006 e a Lei 10.520/2002 e alterações posteriores, para que produza os desejados efeitos legais, onde a Empresa DHENNI MOREIRA FERREIRA LOPES 02058822188, sagrou-se vencedora dos itens :Lote 0001, no valor de R$ 56.050,00 (cinquenta e seis mil e cinquenta reais) Lote 0002, no valor de R$ 66.500,00 (setenta e seis mil e quinhentos reais); Lote 0003 no valor de R$ 60.800,00 (sessenta mil e oitocentos reais); Lote 0004, valor de R$ 75.588,00 (setenta e cinco mil quinhentos e oitenta e oito reais); Lote 0005, no valor de R$ 80.750.00 (oitenta mil, setecentos e cinquenta Reais)

FELIZ NATAL-MT, EM 31 DE JULHO DE 2018

NEUZA MARIA DA ROSA

PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024/2018
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 020/2018

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar às 08:00 horas do dia 13 de e Agosto de 2018, em sua Sede, na Av. Maravilha, Praça da Bíblia, PREGÃO PRESENCIAL N.º 024/2018 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 020/2018 objetivando **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS (MERENDA ESCOLAR PARA ESCOLA MUNICIPAIS, CRECHES E APAE, CESTAS BÁSICAS PARA ATENDIMENTO DOS PROGRAMAS SOCIAIS, AJUDA DE CUSTO PARA POLICIA CIVIL E MILITAR, LANCHES E COFFEE BREAK DOS SERVIDORES MUNICIPAIS),**

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, situado à Av. Maravilha, Praça da Bíblia, na cidade de Feliz Natal - MT, E-mail neuza@feliznatal.mt.gov.br ou pelo telefone (66) 3585-2700/2717.

Feliz Natal – MT, 31 de Julho de 2018.

NEUZA MARIA DA ROSA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 57/2018

Aos 31 dias do mês de Julho de 2018, de um lado o(a) **MUNICIPIO DE GAUCHA DO NORTE**, com sede na rua para, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.614.539/0001-01, neste ato, representado pelo(a) **Prefeito(a) , Sr(a). VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, portador do R.G. n.º 2477543SSP/GO e inscrito no CPF nº 402.603.301-59, residente e domiciliado na RUA BRASILIA, bairro CENTRO nesta cidade, neste ato denominado simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2018**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TI E MOTORISTA PARA TRANSPORTE DE PACIENTE, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor NILTON AUGUSTO MAUERVERCK NETO		CNPJ 20.397.593/0001-89
Endereço R: CURITIBA		Nº 349
Bairro ALVORADA	Cidade GAUCHA DO NORTE	CEP 78875000
Representante Legal		CPF 045.615.041-25
Email MAUERVERCK16@GMAIL.COM		Telefone 6635821352

1 28909

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE (TI) MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, SERVIDORES, SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE SOFTWARE, SUPORTE A REDE, DESENVOLVIMENTO E SUPORTE TÉCNICO.

UN - UNIDADE TI

12,00 4.200,0000

50.400,0000

TOTAL 50.400,0000

2 – DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO: O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pela Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE mediante assinatura de Contrato e/ou retirada da Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Pregão Presencial nº 45/2018. **2.1** – O compromisso de entrega e execução só estará caracterizado mediante Contrato e/ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital do Pregão Presencial nº 45/2018. **2.2** – O fornecedor registrado, dentro dos quantitativos estimados, fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços. **2.3** – A entrega do(s) item(s) deverá ser efetuada conforme Captulo **XVI** do Edital do Pregão Presencial nº 45/2018. **2.4** – Todas as penalidades e as sanções contidas no Edital do Pregão 45/2018 aplicam-se sob a Ata de Registro de Preço.

3 – DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS: A Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata. **3.1** – Nos termos do art. 15, § 4º da Lei 8.666/93 a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE não está obrigada a adquirir exclusivamente por intermédio desta Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto, uma licitação especifica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições. **3.2** – A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada pelo Órgão Gerenciador ou qualquer outro órgão e entidade da Administração que não tenha participado do certame mediante prévia consulta ao órgão gerenciador da Ata, desde que devidamente comprovada a vantagem. **4 – DOS PREÇOS:** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/93. **4.1** – O preço registrado para cada item poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados. **4.1.1** – Quando o preço inicialmente registrado para cada item, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE convocará o licitante registrado visando à negociação para redução de preços e sua adequação àquele praticado pelo mercado. **4.1.2** – Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

4.1.2.1 – Na hipótese do subitem anterior, a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE convocará os demais fornecedores, na ordem de classificação do processo licitatório para o item em questão, visando igual oportunidade de negociação.

4.2 – Quando o preço de mercado para determinado item tornar-se superior aos preços registrados e, o fornecedor registrado, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura Municipal poderá: **4.2.1** – Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que o requerimento ocorra antes do pedido de fornecimento. **4.2.2** – Convocar os demais fornecedores classificados para o item, visando igual oportunidade de negociação. **4.3** – Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE procederá à revogação do item em questão, da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa. **4.4** – Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis a espécie. **4.5** – O diferencial de preço entre a proposta inicial do fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pela Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE à época da licitação, bem como eventuais descontos por ela concedidos, serão sempre mantidos. 5 **– DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E PAGAMENTO:** A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses contada a partir da data de sua assinatura. O pagamento será efetua-

do conforme edital na seguinte dotação orçamentária: 6 **– DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Diário Oficial de Contas TCE/MT que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura. 7 **– DO FORO:** O Foro para dirimir questões relativas ao presente compromisso de fornecimento será o Foro da Comarca de GAUCHA DO NORTE, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

VONEY RODRIGUES GOULART

Prefeito(a)

NILTON AUGUSTO MAUERVERCK NETO

Testemunhas

Nome:

CPF:../-

Nome:

CPF:../-

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

LEI N° 931/2018

LEI N.º 931/2018 De, 30 de julho de 2018.

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual de 2019 e dá outras providências.

MARCELO DE AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere o art. 75, inciso IX da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele, em seu nome, promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Nos termos da Constituição Federal, art. 16, §2°, esta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município para o Exercício 2019 e orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária Anual, dispõe sobre as alterações na Legislação Tributária e atende as determinações impostas pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Artigo 2º - As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2019 estão especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, Anexo I desta Lei, definidas em perfeita compatibilidade com o Plano Plurianual relativo ao período de 2019 a 2021.

§ 1º - Atendendo o disposto no artigo 4º da Lei Complementar no 101/2000, integram esta Lei o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais, conforme Anexos II e III.

§ 2º - Por ocasião da elaboração do projeto de Lei Orçamentária o Poder Executivo fará a revisão do valor das metas físicas constantes do Anexo I, desta Lei, para adequar à estimativa da receita elaborada de conformidade com o art. 12, da Lei Complementar n° 101/2000.

Artigo 3º - Atendidas as metas priorizadas para o exercício de 2019, a Lei Orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, acrescidas ao orçamento por créditos especiais, desde que façam parte do Plano Plurianual correspondente ao período de 2019/2021.

Artigo 4º - A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os requisitos para andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§ 1º - A regra constante do caput deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º - Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico financeiro pactuado e em vigência.

Artigo 5º - As receitas serão estimadas tomando-se por base o comportamento da arrecadação conforme determina o art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000 e as despesas serão fixadas de acordo com as metas e prioridades da administração, compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º - Na estimativa da receita serão consideradas as modificações da legislação tributária e ainda, o seguinte:

I – atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II – atualização da planta genérica de valores;

III – a expansão do número de contribuintes;

IV – as projeções do crescimento econômico.

§ 2º. As taxas pelo exercício do poder de polícia e de prestação de serviços deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º. Caso os parâmetros utilizados na estimativa das receitas sofram alterações significativas que impliquem na margem de expansão da despesa, o Anexo de Metas Fiscais será atualizado por ocasião da elaboração da proposta orçamentária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal fixadas no Anexo II, desta lei.

§ 4º. A proposta orçamentária deverá ser elaborada com observância dos arts. 22 a 26 da Lei Federal n° 4.320/64.

Artigo 6º - O Orçamento do Município consignará, obrigatoriamente, recursos para atender as despesas com:

a) o pagamento do serviço da dívida;

b) o pagamento de pessoal e seus encargos;

c) os duodécimos destinados ao Poder Legislativo;

d) o cumprimento de precatórios judiciais;

e) a manutenção das atividades do município e seus fundos;

f) a aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;

g) a aplicação nas Ações e Serviços de Saúde;

h) o recolhimento dos recursos reservados para PASEP, nos termos do art. 8°, III, da Lei 9.715, de 25 de novembro de 1998.

Artigo 7º - O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do município, poderá fazer a seleção de prioridade dentre as relacionadas no Anexo I, integrante desta lei.

Parágrafo Único - Não poderão ser fixados novos projetos sem que sejam definidas as fontes de recursos, exceto aqueles financiados com recursos de outras esferas de governo.

Artigo 8º - A Lei Orçamentária deverá apresentar equilíbrio entre Receitas e Despesas, e em observância as demais normas de direito financeiro, especialmente os parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º do artigo 165 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Conforme previsto no art. 166, § 8º da Constituição Federal, será admitido o desequilíbrio entre receitas e despesas desde que as previsões de receitas excedam as fixações de despesas e atendam exclusivamente às atribuições legais dos fundos previdenciários cujo objetivo principal é a captação e aplicação dos recursos financeiros para garantir o pagamento dos benefícios previdenciários, considerando ainda:

I – que as despesas de custeio dos fundos previdenciários não excedam a dois pontos percentuais do valor total da remuneração dos servidores dos entes contribuidores conforme determinação da Portaria MPAS nº. 4992, art. 17, VIII, § 3º;

II – que os recursos dos fundos devam ser aplicados exclusivamente nos pagamentos de benefícios previdenciários conforme determinado pelo inciso III do art. 2º da Portaria MPAS nº. 4992;

III – que os ingressos mensais de receitas são consideravelmente maiores que a execução das despesas legais e obrigacionais do fundo de previdência.

Artigo 9º - Até trinta dias após a publicação da Lei orçamentária do exercício de 2019, o Executivo estabelecerá, por Decreto, o Cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.

§ 1º - O cronograma que trata este artigo dará prioridade ao pagamento de despesas obrigatórias do Município em relação às despesas de caráter discricionário e respeitará todas as vinculações constitucionais e legais existentes.

§ 2º - No caso de órgãos da administração indireta, os cronogramas serão definidos individualmente, respeitando-se sempre a programação das transferências intra-governamentais eventualmente previstas na lei orçamentária.

Artigo 10 - Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de um bimestre, frustração na arrecadação de receitas, mediante atos próprios, os Poderes Executivo e Legislativo, determinarão limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário à preservação do resultado estabelecido.

§ 1º - Ao determinarem a limitação de empenhos e movimentação financeira, os chefes dos poderes Executivo e Legislativo adotarão critérios que produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente a educação, saúde e assistência social.

§ 2º - Não se admitirá a limitação de empenhos e movimentação financeira nas despesas vinculadas, caso a frustração na arrecadação esteja ocorrendo nas respectivas receitas.

§ 3º - Não serão objetos de limitação de empenhos e movimentação financeira as despesas que constituem obrigações legais do município.

§ 4º - A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotado na hipótese de ser necessário à redução de eventual excesso da dívida em relação aos limites legais obedecendo ao que dispõem o artigo 31 da Lei Complementar 101.

Artigo 11 - A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o artigo anterior poderá ser suspensa, no todo ou em parte caso a situação de frustração de receita se reverta no bimestre seguinte.

Artigo 12 - Todo o projeto de Lei enviado pelo Executivo, versando sobre a concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, além de atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, deve ser instruído com demonstrativo de que não prejudicará o cumprimento de obrigações constitucionais, legais e judiciais a cargo do município e que não afetará as ações de caráter social, particularmente, a educação, saúde e assistência social.

Artigo 13 - Para fins do disposto no §3° do artigo 16 da Lei Complementar n° 101 de 2000 considera-se irrelevante as despesas realizadas até o valor estabelecido em Lei Municipal especifica para Dispensa de Licitação.

Artigo 14 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de modo a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º - Os custos serão apurados através dos relatórios da execução orçamentária, tomando-se por base as metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício, de modo a atender o disposto no art. 4º, I, "e" da Lei Complementar nº 101/2000, e demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

§ 2º - Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2019 serão objeto de avaliação permanente, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas estabelecidas, em cumprimento ao citado art. 4º, I, "e" da Lei Complementar nº 101/2000.

Artigo 15 - Na realização de programas de competência do Município, fica o Poder Executivo autorizado a transferir recursos a título de subvenções, auxílios ou contribuições a instituições públicas e privadas sem fins lucrativos, desde que haja autorização específica em Lei Municipal e seja firmado convênio, ajuste ou outro congênere, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres de cada parte, forma e prazos para prestação de contas.

§ 1º - No caso de transferência a pessoas, exigir-se-á, igualmente, autorização em lei especifica que tenha por finalidade a regulamentação de programa pelo qual essa transferência será efetuada, ainda que por meio de concessão de crédito.

§ 2º - A regra de que trata o caput deste artigo aplica-se às transferências a instituições públicas vinculadas à União, ao Estado ou outro município.

§ 3º - As transferências intra-governamentais entre órgãos dotados de personalidade jurídica própria, assim como os fundos especiais, que compõe a lei orçamentária, ficam condicionadas às normas constantes das respectivas leis instituidoras ou leis específicas.

Artigo 16 - Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas de responsabilidade de outras esferas do Poder Público, desde que firmados os respectivos convênios, termos de acordo, ajuste ou congênere e venham oferecer benefícios à população do município desde que existam recursos orçamentários disponíveis.

Artigo 17 - No exercício financeiro de 2019, os Poderes Executivo e Legislativo estarão autorizados a conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequar a remuneração dos servidores, criar ou extinguir cargos, empregos e funções, alterar a estrutura de carreiras e admitir pessoal, na forma da lei, conforme disposto no Art. 169, § 1º, da Constituição Federal, desde que obedecidos os limites previstos nos arts. 20 e 22, parágrafo único da Lei Complementar nº. 101/2000, e cumpridas às exigências previstas nos art. 16 e 17 do referido diploma legal.

§ 1º - No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, limites fixadas nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 2º - Os Poderes Executivo e Legislativo poderão realizar concurso público de provas ou de provas e títulos visando ao preenchimento dos cargos e funções, bem como processo seletivo simplificado, nos termos da lei.

§ 3º - Os aumentos de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Artigo 18 - Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22 da Lei Complementar nº 101, a manutenção de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergências de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida por decreto do Chefe do Executivo.

Artigo 19 - Fica constituído uma Reserva de Contingência a ser incluída na Lei Orçamentária, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais, equivalente a, no máximo, 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida.

§ 1º - Ocorrendo à necessidade de serem atendidos passivos contingentes ou outros riscos eventos fiscais imprevistos, o executivo providenciará a abertura de crédito adicionais suplementares à conta de reserva do caput, na forma do artigo 42 da Lei 4.320/64.

§ 2º - Na hipótese de não vir a ser utilizada, no todo ou em parte, a reserva de que trata o caput deste artigo, poderão os recursos remanescentes serem utilizados para abertura de créditos adicionais autorizados na forma do artigo 42 da Lei no 4.320/64.

Artigo 20 - A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária para o exercício de 2019 e a remeterá ao Executivo até 60 (sessenta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de lei orçamentária àquele Poder.

Parágrafo Único - O Executivo encaminhará ao Legislativo, até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de Lei Orçamentária, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2019, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo conforme previsto no § 3º do art. 12 da Lei Complementar n° 101/2000.

Artigo 21 - Ocorrendo alterações na legislação tributária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes orçamentários.

§ 1º - Os recursos eventualmente decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados aos orçamentos do Município, mediante abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, observada a legislação vigente;

§ 2º - Os casos de renúncia de receita, a qualquer título, dependerão de lei específica, devendo ser cumprido o disposto no art. 14, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Artigo 22 - Fica o Poder Executivo autorizado a consignar na proposta orçamentária a receita e a despesa decorrente de convênios a serem celebrados pelo município no âmbito do Governo Federal ou Estadual, desde que protocolados os referidos convênios até 15 de agosto de 2018.

Artigo 23. Em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

I – Anexo de Metas e Prioridades;

II – Anexo de Metas Fiscais;

IIII – Anexo de Riscos Fiscais;

IV – Demonstrativo das Obras em Andamento.

Artigo 24 - Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autógrafo da Lei Orçamentária até 31 de dezembro de 2018, ficam os poderes autorizados a realizarem a proposta orçamentária por eles elaboradas, até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, nos seguintes limites:

I – no montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida;

II – 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

Artigo 25 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de General Carneiro/MT, 30 de julho de 2018.

MARCELO DE AQUINO

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº: 06/2018 - AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 06/2018

MENOR PREÇO POR ITEM

Aos Trinta e Um Dias do mês de Julho de 2018, às 08:00 hs, o Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso o Sr. SIDINEI DA SILVA e Equipe de Apoio, nomeados pelo Decreto Municipal nº 746 de 02 de Janeiro de 2018, deu início ao Pregão Presencial nº 06/2018, julgamento tipo menor preço por ítem, referente ao processo Administrativo Nº 030/2018, que tem como objeto Pregão Presencial para *REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO ESTIMADA DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVO*, para abastecimento de máquinas pesadas, ônibus de transporte escolar e veículos a serviços e de propriedade do Município, conforme Termo de Referência em anexo.

CREDENCIAMENTO

Declarada aberta a sessão pelo Sr. Pregoeiro, constatando a presença de interessados, a sessão inicia-se com o Credenciamento do participante, constituindo no exame dos documentos oferecidos pelo interessado presente, visando a comprovação da existência de poderes para formulação de proposta e a prática dos demais atos de atribuição dos licitantes.

Depois de analisados os documentos pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio foram credenciadas as empresas abaixo;

EMPRESA	ME/EPP	CNPJ	REPRESENTANTE	IDENTIFICAÇÃO
AUTO POSTO CRUZEIRO D´OESTE LTDA - ME	ME	00.948.703/0001-46	Onivaldo Alves Taveira	Procurador
PABEL COM. COMB. IMP. E EXP. LTDA	LTDA	02.781.081/0004-82	Luis Paulo Rodrigues Lopes	Proprietário

O pregoeiro após 10 (dez) minutos de tolerância, comunicou o encerramento do credenciamento.

Ao término do credenciamento, o Sr. Pregoeiro solicitou as empresas presentes credenciadas que entregasse à Equipe de Apoio, os envelopes nº 01 contendo a Proposta e o nº 02 contendo a habilitação.

REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL ESCRITA

Ato contínuo, o pregoeiro pediu a licitante presente e a equipe de apoio para que rubricassem o envelope contendo a proposta e assim foram abertos, e o pregoeiro, passando-se a analisar as propostas das empresas credenciadas, para verificar se as mesmas atendiam aos requisitos do Edital e examinando a compatibilidade do objeto, prazos e condições de fornecimento. O Pregoeiro franqueou o acesso a todos ao conteúdo da proposta, solicitando que fossem rubricadas pela equipe de apoio e os participantes credenciados.

Após esse procedimento, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio verificaram que as empresas credenciadas atenderam as exigências do Edital. Estando portando classificadas e conforme propostas iniciais relacionadas no quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	AUTO POSTO CUZEIRO D´OESTE LTDA - ME			PABEL COM. COMB. IMP. E EXP. LTDA		
				MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	OLEO DIESEL COMUM	Litros	300.000	IMPERIAL	4,19	1.257.000,00	NÃO COTOU		
02	GASOLINA COMUM	Litros	95.000	ROYAL FIC	4,99	474.050,00	B. BRANCA	4,79	455.050,00
03	ALCOOL COMUM	Litros	20.000	PODIUM	3,12	62.400,00	B. BRANCA	2,89	57.800,00
04	OLEO DIESEL B S10	Litros	80.000		N/C	N/C	B. BRANCA	3,89	311.200,00
TOTAL				**1.793.450,00**			**824.050,00**		

RODADA DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

Em seguida o pregoeiro convidou asempresas participante credenciadas a formular desconto sobre a proposta inicial, e assim a sequência de ofertas de lances ocorreu da forma seguinte:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	AUTO POSTO CUZEIRO D´OESTE LTDA - ME			PABEL COM. COMB. IMP. E EXP. LTDA		
				MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	OLEO DIESEL COMUM	Litros	300.000	IMPERIAL	4,19	1.257.000,00	NÃO COTOU		
02	GASOLINA COMUM	Litros	95.000	ROYAL FIC	4,78	454.100,00	B. BRANCA	4,79 PAROU	455.050,00
03	ALCOOL COMUM	Litros	20.000	PODIUM	2,88	57.600,00	B. BRANCA	2,89 PAROU	57.800,00
04	OLEO DIESEL B S10	Litros	80.000		N/C	N/C	B. BRANCA	3,79	303.200,00
TOTAL				**R$ 1.768.700,00**			**R$ 303.200,00**		

Após a negociação com as empresas, o Pregoeiro passou a assinatura nos Envelopes 2 – Documentação, e assim vistouos lacres e passou-se à abertura, tendo o Pregoeiro e a Equipe de Apoio facultado aos interessados a verificação da documentação e posterior visto em todas as páginas.

Analisada a documentação o Pregoeiro considerou as licitantes habilitadas. O Pregoeiro declara vencedor CLASSIFICANDO - O DEFINITIVAMENTE conforme o quadro demonstrativo abaixo:

PROPONENTE/FORNECEDOR	TIPO DE EMPRESA	REPRESENTANTE	SITUAÇÃO
AUTO POSTO CRUZEIRO D´OESTE LTDA - ME	LTDA	Onivaldo Alves Taveira	Classificada
PABEL COM. COMB. IMP. E EXP. LTDA	LTDA	Luis Paulo Rodrigues Lopes	Classificada

Da fase de Apresentação de Recursos

Após a classificação definitiva do Proponente/Fornecedor, o Pregoeiro avisou que se houvesse algum interesse em interpor recurso contra o procedimento deveria manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, que seria registrada no final da ata. Como ninguém manifestou intenção, o Pregoeiro deu continuidade aos trabalhos.

Da Adjudicação

Á vista da Habilitação, foi declarada vencedor e não havendo qualquer manifesto de intenção de recursos pelorepresentante, o Sr. Pregoeiro adjudicou o objeto do certame ao vencedor da licitação.

PROPONENTE/FORNECEDOR	TIPO DE EMPRESA	VALOR TOTAL
AUTO POSTO CRUZEIRO D´OESTE LTDA - ME	LTDA	**R$ 1.768.700,00**
PABEL COM. COMB. IMP. E EXP. LTDA	LTDA	**R$ 303.200,00**

Das Ocorrências na Sessão Pública

Nada de relevante a mencionar.

Encerramento da Sessão

Nada mais havendo a tratar o Pregoeiro encerrou a sessão, da qual, para constar, lavrou-se a presente Ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelo licitante presente.

Publicação

Todos os atos relativos ao processo Pregão Presencial nº 06/2018, serão publicados no MURAL do Paço Municipal e no Site da Prefeitura, o possível Contrato, ata de registro de preços e Homologação no Diário Oficial da AMM.

Glória D´Oeste – MT, 31 de Julho de 2018.

Sidinei da silva Raquel Toloi

Pregoeiro Oficial Equipe de Apoio

Jaqueliny de Almeida da Silva Marcia Helena Martins dos Santos

Equipe de Apoio Equipe de Apoio

Kellyton Ribeiro Dos Santos

Equipe de Apoio

PABEL COM. DE COMB. IMPORT. E ESXP. LTDA

CNPJ: 02.781.081/0004-82

Luiz Paulo Rodrigues Lopes

AUTO POSTO CRUZEIRO D´OESTE LTDA – ME

CNPJ: 00.948.703/0001-46

Onivaldo Alves Taveira

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

RESULTADO DE LICITAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2018

O município de Guarantã do Norte/MT representado pela Prefeitura Municipal torna público para conhecimento dos interessados que a Chamada Pública nº 004/2018, obteve o seguinte resultado: O interessado **KOKO-KAURUTI MEKRAGNOTIRE CPF: 042.681.691-99** sagrou-se vencedor para o **lote 01** com o valor global de **R$ 1.157,50 (um mil cento e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos);** O interessado **NGREITO MEKRAGNOTIRE, CPF: 054.956.161-70** sagrou-se vencedor para o **lote 02** com o valor global de **R$ 958,00 (novecentos e cinquenta e oito reais);** O interessado **PATY PANARA, CPF: 055.580.831-90;** sagrou-se vencedora para o **lote 03** com o valor global **R$ 1.218,00 (Um mil duzentos e dezoito reais);** O interessado **KOKORATI KAIAPO, CPF: 880.956. 651-34** sagrou-se vencedor para o **lote 04** com o valor global **R$ 1.315,00 (um mil trezentos e quinze reais);** O interessado **BARIKAI MEKRAGNOTIRE, CPF: 039.040.381-41** sagrou-se vencedor para o **lote 05** com o valor global de **R$ 720,00 (setecentos e vinte reais);** O processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. Guarantã do Norte/MT, 31 de julho de 2018. Gutenberg Xavier A. dos Santos/Presidente/CPL.

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2018

O município de Guarantã do Norte/MT representado pela Prefeitura Municipal torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Eletrônico nº 007/2018, obteve o seguinte resultado: A empresa CIRÚRGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA – EPP sagrou-se vencedora com o valor global de R$ 4.713,00 (quatro mil e setecentos e treze reais). A empresa H M LINCK – ME sagrou-se vencedora com o valor global de R$ 10.300,00 (dez mil e trezentos reais). A empresa ALFRS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA sagrou-se vencedora com o valor global de R$ 15.570,00 (quinze mil quinhentos e setenta reais);A empresa PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO sagrou-se vencedora com o valor global de R$ 11.793,99 (onze mil setecentos e noventa e três reais e noventa e nove centavos).A empresa NV FRANCO COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA E CLIMATIZAÇÃO - EIRELI – ME sagrou-se vencedora com o valor global de R$ 9.200,00 (nove mil e duzentos reais);A empresa OLMI INFORMATICA LTDA EPP sagrou-se vencedora com o valor global de R$ 5.465,00 (cinco mil quatrocentos e sessenta e cinco reais).A empresa EQUIPOS COMERCIAL LTDA sagrou-se vencedora com o valor global de R$ 37.456,00 (trinta e sete mil quatrocentos e cinquenta e seis reais). O processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. Guarantã do Norte/MT, 31 de julho de 2018. Silvana de Lourdes Pereto /Pregoeira.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 079/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE e a empresa**DIMASTER – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** Objeto **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de empresas especializadas no **FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, INSUMOS HOSPITALARES e FARMACOLÓGICOS,** para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (**Anexo I**). **Fundamento Legal:** Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº **025/2018**, Processo de Compra n° **632/2018**, Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002. A empresa **DIMASTER – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** sagrou-se vencedora com o valor global de **R$ 14.138,00 (quatorze mil cento e trinta e oito reais)**. **Data de Assinatura**: **31/07/2018**. **Vigência: 02/05/2018** publicação no Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas do Mato Grosso e AMM. A PLANILHA DE PREÇOS E ATA EM SUA INTEGRA ENCONTRAM-SE ANEXADA NOS AUTOS DO PROCESSO DE COMPRA Nº **632/2018** PREGÃO PRESENCIAL **Nº 025/2018-SRP**. Assina pelo **Município de Guarantã do Norte**: **ÉRICO STEVAN GONÇALVES** – Prefeito Municipal; **ContratadaDIMASTER – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** representada pelo senhor ALDECIR MACIAK-Guarantã do Norte - MT, **31 de julho de 2018**.

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2018-SRP

O Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal torna público para conhecimento dos interessados, que o **Pregão Presencial nº 053/2018** cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LOCAÇÃO DE MESAS, CADEIRAS, CONSERVANTES E AQUISIÇÃO DE GELO,** para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (**Anexo I**), não houve nenhum interessado em participar do certame, ocasionando em uma licitação **DESERTA.** Diante do exposto**,** comunica aos interessados que a nova sessão de abertura realizar-se-á em ***17/08/2018 às 08h00min (horário de mato grosso).*** O processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, n° 135, Bairro Jardim Vitória, neste município de Guarantã do Norte/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público ou quanto a esclarecimentos (dúvidas), ligar no telefone (66) 3552-5135. Guarantã do Norte/MT, 31 de julho de 2018. ***Sebastião Adilson C. da silva/Pregoeiro.***

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS EXERCÍCIO – 2019

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe faculta a Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o inc. I, do parágrafo único, do art. 48, da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), faz saber os munícipes, que a Prefeitura Municipal de Itanhangá realizará Audiência Pública para discussão sobre as metas e prioridades da Administração Pública, com a finalidade de elaborar o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, para viger durante o exercício financeiro de 2019, no seguinte local, data e horário:

Local: Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Itanhangá -MT, situada na Rua murici, Bairro: Centro, Itanhangá, MT.

Data: 21 de Agosto de 2018.

Horário: 16h00min.

Assim, todos ficam devidamente convocados para, querendo, participar desta Audiência Pública.

Itanhangá – MT, 30 de julho de 2018.

EDU LAUDI PASCOSKI

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ–MT, torna público para conhecimento dos interessados, que aderiu a Ata de Registro de Preços n° 261/2017, oriunda do Pregão Presencial n° 125/2017, promovido pela Prefeitura Municipal de Sorriso – MT, através do **PREGÃO PRESENCIAL N° 049/2018 - PROCESSO DE ADESÃO N° 015/2018,** para **"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, PERIFÉRICOS, COMPUTADORES, NOTEBOOKS E MATERIAIS DE INFORMATICA PARA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL"**, de acordo com a legislação específica vigente.

EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: OLMI INFORMATICA LTDA - EPP,** inscrita no CNPJ sob o nº 00.789.321/0001-17, estabelecida a Av. Mato Grosso, n° 92-N, Lote RT1C, Bairro Módulo 02, na cidade de Juína – MT – CEP: 78.320-000. O valor global da referida adesão atinge o montante de **R$ 23.600,00** (vinte e três mil e seiscentos reais),sendo que foi aderido os seguintes produtos:

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
06	IMPRESSORA TANQUE DE TINTA ADF WIRELESS: -Tecnologia de Impressão: Injeção de tinta Micro Piezo de 4 cores (CMYK) Cabeça de impressão Precision Core 1S -Linguagem de Impressora: ESC/P-R -Resolução Máxima de Impressão: 4800x1200dpi otimizados -Velocidade Máxima de Impressão: Preto 33ppm Colorido 20ppm -Velocidade de Impressão: ISO Preto 13,7ppm Colorido 7,3ppm -Velocidade de Impressão ISO Duplex: Preto 6,5ppm Colorido 4,5ppm -Velocidade de Cópia: ISO Preto 11cpm Colorido 5,5cpm -Tipos de Cópias: Colorido, Monocromático, Padrão e Alta Qualidade -Quantidade de Cópias: 1-99 sem PC -Tamanho Máximo de Cópias: 21,5 - 35,5 cm -Função de Cópia: Ajuste de página, redução e ampliação automática (25% a 400%), cópia de identificação, densidade de cópia ajustável -Tipo do Scanner: Base Plana com sensor de linhas CIS à cores Alimentador Automático de Documentos -Resolução de Hardware: 1200x2400dpi -Resolução Máxima: 9600dpi interpolados -Área Máxima de Digitalização: 21,5cm x 29,7cm -Profundidade de bits do digitalizador: Entrada: 48 bits colorido Saída: 24 bits colorido -Função do Digitalizador: Digitaliza para PC, Nuvem, (incluindo e-mail) e PDF Conectividade: Padrão USB de alta velocidade; Wireless 802.11 b/g/n3; Rede Ethernet (10/100/1000 Mbps); Wireless Direct -Garantia: 1 ano de garantia ou 25.000 páginas (o que ocorrer primeiro) -Sistema Operacional: Compatível Windows 10, Windows 8.x, Windows 7, Windows Vista, Windows XP SP3, Windows XP Professional x64, Windows Server 2012 R2, Windows Server 2012, Windows Server 2008 R2, Windows Server 2008, Windows Server 2003 R2, Windows Server 2003 Mac OS X 10.6.x, 10.10.x²	EPSON/ L656	08	R$ 2. 950,00	R$ 23. 600,00
Valor total dos itens aderidos: R$ 23.600,00 (vinte e três mil e seiscentos reais).					

Itanhangá-MT, 31 de julho de 2018.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2018 EDITAL COMPLEMENTAR 004 30 DE JULHO DE 2018

A Prefeitura Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, em conformidade com a Lei Municipal nº 267/2011, por meio da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2018, **RESOLVE** divulgar que não houve recurso contra o Resultado Preliminar do Processo Seletivo Simplificado 003/2018.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

CLEUSETE APARECIDA ULSENHEIMER RAFAEL VARGAS NAUER

Assessora Pedagógica- Presidente Representante do SINTEP - Secretário

JOCILENE OLIVEIRA DA SILVA

Gestor Escolar – Membro

LEIDIMAR ALVES DOS SANTOS BARBOSA ADRIANO DOS SANTOS BARBOSA

Rep. Conselho Municipal de Rep. Secretaria Municipal Educação

Educação e Cultura – Membro e Cultura - Membro

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.° 16/2018 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2018

A Prefeitura Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, através do seu representando legal Prefeito Edu Laudi Pascoski e tendo em vista a homologação final do resultado do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2018 realizado em 18 de fevereiro de 2018. CONVOCA a candidata em Cadastro Reserva para contratação por tempo determinado, conforme a relação nominal constante no Item I.

A candidata deverá se apresentar junto ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, Rua Florianópolis, Centro, 200, Itanhangá – MT no horário das 7:00 horas as 11:00 horas, no prazo de 48 hrs (quarenta e oito) 2 dias, após a data de publicação deste Edital no site https://diariomunicipal.org/mt/amm/, munidos dos documentos que refere o Item II, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Provimento no cargo público. A contratação será conforme regulamenta a Lei Municipal 267/2011.

O Município de Itanhangá reserva-se o direito de solicitar outros documentos complementares que julgar necessário para o ato de nomeação dos candidatos para os respectivos cargos.

Item I

CARGO		CARGA HORÁRIA
TDI - Técnico de Desenvolvimento Infantil		*40 Horas*
Candidato	*RG*	*Classificação*
Selma Maria Scheffler	2570556-3	7º

Item II

CÓPIA E ORIGINAL

1. RG;

2. CPF (não sendo aceito a numeração disponibilizada em outros documentos de identificação). Em caso de 2ª via, o mesmo pode ser expedido através da internet;

3. Certidão de Nascimento ou Casamento;

4. Certidão de Nasc. dos filhos menores de 18 anos (dependentes comprovantes);

5. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

6. Comprovante de escolaridade (Histórico Escolar);

7. Título de eleitor;

8. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui numero de contribuição;

9. CTPS (Carteira de Trabalho);

10. RG e CPF do cônjuge (mesmo sendo União Estável);

11. CPF dos dependentes;

12. Comprovante de residência atual em nome do admitido;

13. Carteira Nacional de Habilitação conforme exigência do Cargo.

14. Se estrangeiro, comprovante de permanência e legalidade no país.

ORIGINAL

15. FOTO 3X4 (atual, colorida);

16. Certidão de Distribuição Primeiro Grau Ações e Execuções Cíveis e Criminais da Esfera Estadual conforme Estado cadastrado em seu endereço da ficha de inscrição do presente concurso;

17. Certidão Negativa do Poder Judiciário Justiça Militar da União de Ações Criminais (masculino);

18. Certidão de Quitação Eleitoral;

19. Certidão Negativa de Débitos Municipais – CNDM;

20. Declaração Quanto ao Exercício ou Não de Outro Cargo, Emprego ou Função Pública;

21. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio ou Declaração de Imposto de Renda atualizado;

22. Declaração para IRFF e salário família

23. Declaração de Não Ter Sofrido Penalidade Incompatível com Nova Investidura em Cargo Público;

24. Apresentar Registro e Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe conforme o caso.

25. Exame Médico Admissional.

ITANHANGÁ - MT, 31 DE JULHO DE 2018.

Edu Laudi Pascoski

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2018 EDITAL COMPLEMENTAR 005 30 DE JULHO DE 2018

A Prefeitura Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, em conformidade com a Lei Municipal nº 267/2011, por meio da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2018, **RESOLVE** divulgar Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado 003/2018.

I. Divulgar Resultado Final;

PROFESSOR LICENCIATURA PLENA MATEMÁTICA 24 horas				
NOME	RG	DATA NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Naiara Sachi dos Passos	**1837168-0 SSP/MT**	**23/10/1986**	**8,42**	**1º**
Maiquel Diones do Couto Lemos	**000983430 SESDEC/RO**	**09/03/1984**	**5,75**	**2º**
PROFESSOR LICENCIATURA PLENA HISTÓRIA 24 horas				
NOME	RG	DATA NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
-	-	-		
PROFESSOR LICENCIATURA PLENA LETRAS 24 horas				
NOME	RG	DATA NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Josiane Bonaldo	**17246504 SSP/MT**	**18/11/1989**	**9,25**	**1º**
PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EDUCAÇÃO FÍSICA 24 horas				
NOME	RG	DATA NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
-	-	-		

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

CLEUSETE APARECIDA ULSENHEIMER RAFAEL VARGAS NAUER

Assessora Pedagógica- Presidente Representante do SINTEP - Secretário

JOCILENE OLIVEIRA DA SILVA

Gestor Escolar – Membro

LEIDIMAR ALVES DOS SANTOS BARBOSA ADRIANO DOS SANTOS BARBOSA

Rep. Conselho Municipal de Rep. Secretaria Municipal Educação

Educação e Cultura – Membro e Cultura - Membro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
RETIFICAÇÃO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N° 042/2018.

A Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, torna público a RETIFICAÇÃO DO RESULTADO da Licitação tipo Pregão Presencial n° 042/2018, instaurada para **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas para distribuição de benefícios eventuais para atender a demanda da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho do Município de Itanhangá-MT."**

ONDE SE LÊ: FLOR DE MAIO COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI – CNPJ: 26.511.522/0001-41 sagrou-se vencedora para os Lotes: 01 – Cesta Básica Tipo "A" com o valor global de R$ 49.250,00 (quarenta e nove mil duzentos e cinquenta reais) e o Lote 02 – Cesta Básica tipo "B" com o valor global de R$ 43.050,00 (quarenta e três mil e cinquenta reais).

LEIA-SE: FLOR DE MAIO COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI – CNPJ: 26.511.522/0001-41 sagrou-se vencedora para os Lotes: 01 – Cesta Básica Tipo "A" com o valor global de R$ 49. 240,00 (quarenta e nove mil duzentos e quarenta reais) e o Lote 02 – Cesta Básica tipo "B" com o valor global de R$ 43.023,00 (quarenta e três mil e vinte e três reais).

Itanhangá-MT, 31 de julho de 2018.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 213/2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): RAINE MENDONÇA DA SILVA

Objeto: Rescisão de Contrato Administrativo nº 213/2018, a pedido do Contratado a partir de 01/08/2018, o qual visava a prestação de serviços

por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de MOTORISTA.

PROCURADORIA JURIDICA
DECLARAÇÃO DE QUE NÃO HOUVE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONTRA A RELAÇÃO DE INSCRITOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2018

Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado nº. 02/2018, instituída através da Portaria nº 145/2018, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONTRA A RELAÇÃO DE INSCRITOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2018 .

É a expressão da verdade e dá fé.

Itiquira, 21 de julho de 2018.

.....

Ana Maria Moraes e Souza

Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado

N.º 002/2018

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO CONTRATO Nº 004/2018

EXTRATO CONTRATO Nº 004/2018

Entidade	**Câmara Municipal de Itiquira-MT**
CNPJ	00.176.362/0001-38
Endereço:	Rua João Batista Vidotti, nº 407, Bairro Santo Antônio, Cep 78.790-000, Itiquira-MT.
Nº Contrato:	004/2018 – Proveniente Processo Licitatório – Modalidade Dispensa nº 003/2018.
Empresa Contratada	**Rogis Donizeti Bongiornio - ME** CNPJ 14.550.227/0001-15
Objeto	**O objeto do presente contrato consiste na Aquisição de material de Consumo informática e expediente.**
Valor Global	R$ 17.016,34 (dezessete mil, dezesseis reais e trinta e quatro centavos)
Valor Mensal	Conforme entrega
Vigência	30/07/2018 a 31/12/2018
Data Emissão	30/07/2018

_____

RONIVON SILVA MINGOTI

Presidente da Câmara Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002/2018 HOMOLOGA INSCRIÇÕES

A Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, nos termos dos itens 9.7,9.8 e 9.9 do Edital de Abertura nº 002/2018, visando atender os princípios norteadores da Administração Pública, da publicidade, da legalidade e da impessoalidade,

RESOLVE:

I – Homologar as inscrições dos candidatos devidamente inscritos até a data estabelecida, conforme Cronograma de Execução do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2018.

Itiquira-MT, 21 de julho de 2018.

.....

Ana Maria Moraes e Souza

Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado

N.º 002/2018

ANEXO 01

RELAÇÃO DE INSCRITOS POR CARGO

	CARGO 01	**VAGAS**	**3**
Nº	**NOME**	PEDREIRO	**LOCAL**
1	ADEMILSON OLIVEIRA	PEDREIRO	ITIQUIRA
2	CICERO SEVERINO DOS SANTOS	PEDREIRO	ITIQUIRA
2	HIRENO SOARES	PEDREIRO	ITIQUIRA
3	JOÃO BATISTA ROSA DOS SANTOS	PEDREIRO	ITIQUIRA
4	JOSE TUNES LEITE	PEDREIRO	ITIQUIRA
5	PAULO DA CONCEIÇÃO SILVA	PEDREIRO	ITIQUIRA
6	RICARDO FERREIRA BENITEZ	PEDREIRO	ITIQUIRA
7	SEBASTIÃO TEODORO DE CARVALHO	PEDREIRO	ITIQUIRA
	CARGO 01	**VAGAS**	**2**
Nº	**NOME**	**PEDREIRO**	**LOCAL**
1	IZAIAS CARLOS PEIXOTO	PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL
2	ALEXANDRO DA SILVA GOMES	PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL
3	AGRIPINO CORRÊA DA SILVA	PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL
4	EDILSON VERA	PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL
5	WESLEY FERNANDO LIMA ARAUJO	PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL
	CARGO 02	**VAGAS**	**6**
N°	**NOME**	**SERVENTE DE PEDREIRO**	**LOCAL**
1	ALBERTO DE SOUZA CAMPOS	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
2	CARINA AUGUSTO DOS SANTOS	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
3	CARLOS DANIEL SILVA VIEIRA	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
4	CRISTIANO GALDINO RODRIGUES	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
5	DIEIVID ALVES BORGES	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
6	EDSON BOESE GOMES	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
7	EDUARDO HENRIQUE GALDINO	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
8	GILBERTO APARECIDO TENORIO	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
9	GIVALDO BARBOSA FERRAIS	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
10	JESUINO BATISTA DE MORAIS	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
11	JOSÉ ANTONIO DA SILVA	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
12	JOSE ANTONIO FAGUNDES	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
13	JOSE CARLOS DOS SANTOS	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
14	JOSÉ FELISBERTO IRMÃO	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
15	JOSÉ PENAFOR	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
16	LILLIANI MARQUES TUNES DA SILVA	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
17	MARCOS DIEGO TEIXEIRA CAMPOS	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
18	MARIA DO NASCIMENTO SILVA	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
19	NEUZA PEREIRA RODRIGUES	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
20	RANDERSON CLUSUEL DE QUEIROZ	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
21	RAQUEL ALVES BRAGA	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
22	ROSILENE BATISTA MONGE	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
23	VANDER FERREIRA BORGES	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
24	UELLITA RODRIGUES PEREIRA	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
25	SOLEIDE INOCENCIA DE ALMEIDA	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA

26	LAUDINEIA INOCENCIA DOS SANTOS	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
27	**JOSE PEREIRA DOS SANTOS - PcD**	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
28	LINDENBERG OLIVEIRA LUZ	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
29	MARIA SOCORRO RODRIGUES ARAGÃO	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
30	DIONE PAULO RODRIGUES ANICESIO	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
31	JOSEILTON SALUSTIANO BENTO	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
32	GILBERTO SALES DE ALMEIDA	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
33	BEATRIZ BATISTA DE MORAIS	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
34	LIDIANE APARECIDA MARTINS GUIMARÃES	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
35	ANTONIO DA SILVA SANTOS	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
36	JUCELIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
	CARGO 02	**VAGAS**	**4**
Nº	**NOME**	**SERVENTE DE PEDREIRO**	**LOCAL**
1	ALEX VITOR FERNANDES DE SOUZA	SERVENTE DE PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL
2	MARCOS MANUEL GONÇALVES PEREIRA	SERVENTE DE PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL
3	ALEX DOS SANTOS	SERVENTE DE PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL
4	ANTONIO APARECIDO ROBERTO	SERVENTE DE PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL
5	WENDEO JÚNIOR SOUZA ALVES	SERVENTE DE PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL
6	ÉDER GABRIEL AFONSO DA SILVA	SERVENTE DE PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL
7	ELÇON NOVAIS DOS SANTOS	SERVENTE DE PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL
8	EVERTON SÉRGIO	SERVENTE DE PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL
9	ERIVALDO JOSÉ DA SILVA	SERVENTE DE PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL
10	SAMUEL DE SOUZA SANTOS	SERVENTE DE PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL
11	ADMILSON PRIMO DE SOUZA	SERVENTE DE PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL
12	THIAGO RIBEIRO	SERVENTE DE PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003/2018 DIVULGA O LOCAL DAS PROVAS

A Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, nos termos dos itens 9.7, 9.8 e 9.9 do Edital de Abertura nº 002/2018, visando atender os princípios norteadores da Administração Pública, da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, e;

CONSIDERANDO a aplicação das provas objetivas e práticas, que serão realizadas no dia 05 de agosto de 2018;

RESOLVE:

I – Divulgar o local das provas aos candidatos regularmente inscritos no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2018.

II – Informar aos candidatos:

a) Lotados das SALAS 01 e 02, conforme anexo I deste Edital, que as provas objetivas serão realizadas no período matutino das 08h00min às 11h00min (horário local de Itiquira-MT), na Escola Municipal Anfilófio de Souza Campos, sito a Avenida Lúcio de Mendonça Primo nº 1233 - Bairro: João de Barro- Itiquira-MT.

III- Os candidatos deverão comparecer com antecedência mínima de 60 (minutos) no recinto de realização das provas, portando documento original de identificação, caneta esferográfica azul ou preta transparente e, alertando, que se chegarem após o horário especificado, não adentrará para se submeter ao processo seletivo simplificado;

IV –Comunicar aos candidatos inscritos para os cargos de Pedreiro e Servente de Pedreiro que a prova prática será realizada no período vespertino às 13h00min na Garagem Municipal, antiga CASEMAT, sito a Avenida 21- Itiquira-MT, os mesmos deverão comparecer no local acima citado com no mínimo 01 (uma) hora de antecedência.

Itiquira-MT, 30 de julho de 2018.

.....

Ana Maria Moraes e Souza

Presidente da Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo Simplificado

N.º 002/2018

ANEXO 01

	SALA 01		
	CARGO 01	**VAGAS**	**3**
Nº	**NOME**	PEDREIRO	**LOCAL**
1	ADEMILSON OLIVEIRA	PEDREIRO	ITIQUIRA
2	CICERO SEVERINO DOS SANTOS	PEDREIRO	ITIQUIRA
2	HIRENO SOARES	PEDREIRO	ITIQUIRA
3	JOÃO BATISTA ROSA DOS SANTOS	PEDREIRO	ITIQUIRA
4	JOSE TUNES LEITE	PEDREIRO	ITIQUIRA
5	PAULO DA CONCEIÇÃO SILVA	PEDREIRO	ITIQUIRA
6	RICARDO FERREIRA BENITEZ	PEDREIRO	ITIQUIRA
7	SEBASTIÃO TEODORO DE CARVALHO	PEDREIRO	ITIQUIRA
	CARGO 01	**VAGAS**	**2**
Nº	**NOME**	**PEDREIRO**	**LOCAL**
1	IZAIAS CARLOS PEIXOTO	PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL
2	ALEXANDRO DA SILVA GOMES	PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL
3	AGRIPINO CORRÊA DA SILVA	PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL
4	EDILSON VERA	PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL
5	WESLEY FERNANDO LIMA ARAUJO	PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL
	CARGO 02	**VAGAS**	**6**
Nº	**NOME**	**SERVENTE DE PEDREIRO**	**LOCAL**
1	ALBERTO DE SOUZA CAMPOS	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
2	CARINA AUGUSTO DOS SANTOS	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
3	CARLOS DANIEL SILVA VIEIRA	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
4	CRISTIANO GALDINO RODRIGUES	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
5	DIEIVID ALVES BORGES	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
6	EDSON BOESE GOMES	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
7	EDUARDO HENRIQUE GALDINO	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
8	GILBERTO APARECIDO TENORIO	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
9	GIVALDO BARBOSA FERRAIS	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
10	JESUINO BATISTA DE MORAIS	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
11	JOSÉ ANTONIO DA SILVA	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
12	JOSE ANTONIO FAGUNDES	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
13	JOSE CARLOS DOS SANTOS	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
14	JOSÉ FELISBERTO IRMÃO	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
15	JOSÉ PENAFOR	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
16	LILLIANI MARQUES TUNES DA SILVA	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
17	MARCOS DIEGO TEIXEIRA CAMPOS	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
	TOTAL SALA 01	**29**	

	SALA 02		
18	MARIA DO NASCIMENTO SILVA	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
19	NEUZA PEREIRA RODRIGUES	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
20	RANDERSON CLUSUEL DE QUEIROZ	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
21	RAQUEL ALVES BRAGA	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
22	ROSILENE BATISTA MONGE	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
23	VANDER FERREIRA BORGES	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
24	UELLITA RODRIGUES PEREIRA	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
25	SOLEIDE INOCENCIA DE ALMEIDA	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
26	LAUDINEIA INOCENCIA DOS SANTOS	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
27	**JOSE PEREIRA DOS SANTOS - PcD**	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
28	LINDENBERG OLIVEIRA LUZ	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
29	MARIA SOCORRO RODRIGUES ARAGÃO	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
30	DIONE PAULO RODRIGUES ANICESIO	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
31	JOSEILTON SALUSTIANO BENTO	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
32	GILBERTO SALES DE ALMEIDA	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
33	BEATRIZ BATISTA DE MORAIS	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
34	LIDIANE APARECIDA MARTINS GUIMARÃES	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
35	ANTONIO DA SILVA SANTOS	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
36	JUCELIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	SERVENTE DE PEDREIRO	ITIQUIRA
	CARGO 02	**VAGAS**	**4**
Nº	**NOME**	**SERVENTE DE PEDREIRO**	**LOCAL**
1	ALEX VITOR FERNANDES DE SOUZA	SERVENTE DE PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL
2	MARCOS MANUEL GONÇALVES PEREIRA	SERVENTE DE PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL
3	ALEX DOS SANTOS	SERVENTE DE PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL
4	ANTONIO APARECIDO ROBERTO	SERVENTE DE PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL
5	WENDEO JÚNIOR SOUZA ALVES	SERVENTE DE PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL
6	ÉDER GABRIEL AFONSO DA SILVA	SERVENTE DE PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL
7	ELÇON NOVAIS DOS SANTOS	SERVENTE DE PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL
8	EVERTON SÉRGIO	SERVENTE DE PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL
9	ERIVALDO JOSÉ DA SILVA	SERVENTE DE PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL
10	SAMUEL DE SOUZA SANTOS	SERVENTE DE PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL
11	ADMILSON PRIMO DE SOUZA	SERVENTE DE PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL
12	THIAGO RIBEIRO	SERVENTE DE PEDREIRO	OURO BRANCO DO SUL
	TOTAL SALA 02	**31**	

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

CÂMARA MUNICIPAL DE JACIARA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JUNHO DE 2018

1º SEMESTRE DE 2018

RGF – anexo I (LRF. art.55, inciso I, alínea “a”)

DESPESA COM PESSOAL DESPESA EXECUTADA

ÚLTIMO 12 MESES

LIQUIDADA E INSCRITA EM

RESTOS A PAGAR

NÃO PROCESSADOS

(a) (b)

DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I) 1.801.532,23 0,00

Pessoal Ativo 1.801.532,23 0,00

Pessoal Inativo e Pensionistas 0,00 0,00

Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de

Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) 0,00 0,00

DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) 0,00 0,00

Indenizações Por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária 0,00 0,00

Decorrentes de Decisão Judicial 0,00 0,00

Despesas de Exercícios Anteriores 0,00 0,00

Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados 0,00 0,00

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II) 1.801.532,23 0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL Valor % Sobre a RCL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV) 68.507.518,65

(–) Transferência Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§ 13º do art. 166 da CF) 0,00

= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI) 68.507.518,65

DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (VII) = (IIIa + IIIb) 1.801.532,23 2,63

LIMITE MÁXIMO (VIII) = (0.06 x VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 4.110.451,12 6,00

LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0.95 x VIII) - (Parágrafo Único art. 22 da LRF) 3.904.928,56 5,70

LIMITE DE ALERTA (X)= (0.90 x VIII) - (inciso II do § 1º do art. 59 da da LRF) 3.699.406,01 5,40

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 018/2018

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através de Pregoeiro nomeado, torna público que devido á readequações necessárias ao Edital e Termo de Referência, fica **SUSPENSA** a licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2018**, ao **MENOR VALOR POR ITEM**, tendo por objeto o **“Registro de Preços para aquisição de equipamentos de áudio e vídeo automação e a sua subseqüente instalação e implantação, bem como fornecimento, instalação e programação dos softwares e formação, capacitação e treinamento de servidores, com vistas à modernização do sistema de áudio e vídeo das instalações físicas do Centro de Eventos Jovelina Maria de Almeida no Município de Jaciara-MT”**,para devidas alterações ao Edital licitatório. Jaciara, 31 de julho de 2018.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

FÉRIAS

Concede férias a servidora ANNA CAROLINA CARVALHO DE SOUSA FABIAN, em 01/08/2018 a 30/08/2018, período aquisitivo 2017/2018, matrícula 8700, lotação Gabinete do Prefeito, cargo Assessor III - Relações Públicas.

PREV-JACI
PORTARIA N.º 067/2018.

"*Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora Sra.**Guilhermina Pereira da Rocha.**"*

O Diretor Executivo do PREV-JACI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Jaciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos estatuídos no Art. 3º, incisos I, II, III e Parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c Art. 90, inciso I, II, III e Parágrafo único da Lei Municipal n.º 1.417/2012, que dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Jaciara/ MT; Lei Municipal nº 1.211/2012 que dispõe sobre a reformulação da carreira dos profissionais da Educação Básica do Sistema Público Educacional do Município de Jaciara/MT e da Lei nº 1. 806/2018, 21 de Fevereiro de 2018, que dispõe sobre a reposição salarial, dos vencimentos dos Servidores Públicos efetivos ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo Municipal de Jaciara/MT;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **aposentadoria por tempo de contribuição**, a servidora Sra. **Guilhermina Pereira da Rocha**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade n.º 0745961-0 SSP/MT e CPF n.º 495. 490.731-49, efetiva no cargo de Apoio Administrativo Educacional, Classe "A" Nível "11", com jornada de trabalho de 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; sob matrícula n.º 216-1, contando com 30 anos, 05 meses e 23 dias de tempo de contribuição, com proventos integrais, conforme processo administrativo do **PREV-JACI**, n.º **2018.04.01845P,** a partir de **01/08/2018** até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, na data de **01/08/2018**, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Jaciara-MT- MT, 31 de julho de 2018.

JOSÉ ROBERTO CARNEIRO

Diretor Executivo do PREV-JACI

Homologo:

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 044/2016

O **MUNICÍPIO DE JACIARA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.347.135/0001-16, com sede na Avenida Antônio Ferreira Sobrinho, n.º 1.075, Centro na cidade de Jaciara -MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, brasileiro, casado, portador do RG nº 0582839-2 SSP/MT e CPF nº 420.058.681-91, residente e domiciliado na Rua Guaiçara, nº 850, Centro, no município de Jaciara -MT, doravante denominado**KAMILA REGINA SILVÉRIO FEITOSA - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº **24.357. 938/0001-21**, estabelecida à Rua B, Quadra 06, Nº 02, Bairro: Cohab, na cidade de Pedra Preta/MT, CEP: 78.795-000, Fone: (66) 99971-1897 / (66) 99651-0933, neste ato representada pelo Sr. **Rodrigo Carneiro Rocha**, portador da Cédula de Identidade nº **14575035 SSP/MT** e do CPF nº. **010.656. 951-10**,doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Termo de Rescisão Amigável do Contrato de Prestação de Serviços n.º 044/2016, referente**PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2016** , conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I

DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto a Rescisão Amigável do Contrato de Prestação de Serviços n.º **044/2016,** É objeto do presente contrato **"Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Pavimentação dos Canteiros Centrais das Avenidas Botocudos e Xavantes do Município de Jaciara/MT",** neste município, a contar da presente data, firmado entre o Município de Jaciara -MT e a empresa**KAMILA REGINA SILVÉRIO FEITOSA - ME,** com base no art. 79, inciso **II**, § 1.º, da Lei Federal n.º 8.666/93, eis que conveniente e oportuno para a Administração Pública Municipal.

CLÁUSULA II

DA RESCISÃO CONTRATUAL

A atual Administração, os setores de Engenharia e Planejamento, reuniram-se para tratar a respeito do processo administrativo referente à execução de obra do contrato 044/2016. Diante do exposto e considerando:

ü Não existir mais o interesse da Prefeitura Municipal nacontinuidade da execução do Contrato;

ü O encerramento no seu prazo de vigência no dia 22/12/2017 então termos recebido nenhuma manifestação da empresa solicitando Aditivo de Prazo de Vigência de Contrato;

ü Que não foi expedida a ordem de Serviço;

ü Que não houve medição de execução de serviços referente a este contrato.

Concluímos que a partir da presente data, fica rescindido amigavelmente o Contrato **044/2016**, o Município de Jaciara - MT e a empresa**KAMILA REGINA SILVÉRIO FEITOSA - ME,**ficam isentos a **partir destadata**de qualquer vínculo com relação a direitos e obrigações, haja vista que não há mais para ambas as partes interesse nos serviços que eram prestados pela **CONTRATADA**, objeto do Contrato citado na Cláusula I do presente Termo**.**

CLÁUSULA III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem assim havendo justo e concertado, foi mandado elaborar e digitar o presente Termo de Rescisão Contratual, em **04 (quatro)** vias de igual forma e teor, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, juntamente com **02 (duas)** testemunhas instrumentárias, para que surtas seus jurídicos e legais efeitos, revestindo o presente Termo com eficácia de título executivo extrajudicial nos termos do art. 585, II, do Código de Processo Civil, bem como da legislação civil vigente.

Jaciara, 15 de maio de 2018.

MUNICÍPIO DE JACIARA-MT CNPJ Nº **03.347.135/0001-16** **CONTRATANTE** AbduljabarGalvin Mohammad Prefeito Municipal	**KAMILA REGINA SILVÉRIO FEITOSA - ME** CNPJ/MF24.357.938/0001-21 **CONTRATADO** Rodrigo Carneiro Rocha Representante Legal

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Célio Caetano dos Santos JozimarElielton da Silva

CPF: 385.454.031-00 CPF: 014.388.791-21

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no art.48 parágrafo único da Lei Complementar Federal 101/2000 (LRF), a Prefeitura Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, convida toda população deste Município para participar da Audiência Pública que discutirá a Leis de Diretrizes Orçamentarias – LDO/2019

A audiência será realizada no dia 06/08/2018 a partir das 15 h, no Plenário da Câmara Municipal, sito a Avenida João Ponce de Arruda, S/N, centro, Jangada/MT

Jangada 31 de JULHO de 2018

Ederzio de Jesus Mendes

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

PORTARIA Nº 200/2018

PORTARIA N.º 200, DE 30 DE JULHO DE 2018

"Dispõe sobre a retificação da Portaria nº 084/2018 de concessão do benefício de Pensão por morte em favor do ***Sr Juraci Brasil,*** *em decorrência do falecimento da* ***Sra. Maria da Penha Seabra Brasil****."*

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAURU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR a Portaria nº 084/2018, publicada em 13/04/2018 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Edição 2.957, onde foi concedido o benefício Pensão Por Morte, em decorrência do falecimento da **Srª. MARIA DA PENHA SEABRA BRASIL**, portadora da cédula de Identidade nº. 1794677-8 SSP-MT e do CPF nº. 647.946.797-34; servidora aposentada no cargo de Serviços Gerais, Grau III, Referencia "09", conforme Acordão nº 665/2007 do TCE/MT, em favor do **Sr. JURACI BRASIL**, portador da cédula de identidade nº. 0673651-3 SSP-MT e CPF sob o nº. 442.266.831-53; cônjuge da *"de cujus",* conforme processo administrativo do **PREVI-JAURU** nº **2018.07.00002P**.

ONDE SE LÊ: (...) combinado com Art. 7º, inciso I; Art. 28, inciso II**;**

LEIA-SE: (...) combinado com Art. 7º, inciso I; Art. 28, inciso I**;**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos **a partir de 02/03/2018**, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Paço Municipal "José Perez", em Jauru/MT, 30 de julho de 2018

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 194/2018

PORTARIA Nº 194, DE 23 DE JULHO DE 2018

"Dispõe sobre a nomeação do Fiscal de contratos firmados junto ao PREVI-JAURU - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Jauru/MT "

O PrefeitO do Município de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando a necessidade da instituição de designar um fiscal para acompanhamento dos contratos firmados junto ao PREVI-JAURU – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE JAURU/MT;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora CATARINA BATISTA, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG n°. 0363734-4 SSP-MT e inscrita no CPF sob n° 329.624.011-04, para acompanhamento e fiscalização do Contrato nº. 001/2018, firmado entre o PREVI-JAURU e o Sr. JUN OKADA.

Art. 2º O Contrato tem como objeto a prestação deserviços médicos periciais aos segurados do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Jauru - PREVI-JAURU para fins de percepção de benefícios previdenciários relacionados a incapacidade laboral.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2018.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal José Perez, em Jauru/MT, 23 de julho de 2018.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIAS CONSELHO

PORTARIA GP/Nº 371/2018.

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Educação para o período de 2018/ 2019.

CARLOS AMADEU SIRENA, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 11.924 de 06 de julho de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Membros que compõe o Conselho Municipal de Educação para o período de 26/04/2018 a 31/12/2019.

Diretoria:

Presidente: Ana Paula Pereira da Silva – CPF: 909.420.941-15

Secretaria Executiva: Elaine Cristina M. Novacowski- CPF:951.977.291-04

Vice-Secretário: Vanderlei Carvalho dos Santos – CPF: 571 490 891-00

Representantes do Poder Executivo Municipal:

Titular: Elaine Cristina Mateus Novacowski– CPF: 951.977.291-04

Suplente: Isabel Aparecida Gomes Franco - CPF: 580.994.681-04

Representantes do Magistério Público no âmbito do Município

Titular: Reginaldo Jose dos Santos - CPF: 531.696.204-44

Representantes de pais de alunos da Rede Pública Municipal de Ensino

Titular: Cristiane Rodrigues dos Santos – CPF: 023.470.621-07

Suplente: Tânia Fernandes– CPF: 724.019.231-87

Representantes dos profissionais Técnicos Administrativos Educacionais (Técnicos, TDIs e Apoio) da Educação.

Titular: Cristiane de Paula Santos- CPF: 949.505.801-59

Suplente: Luciene Aparecida Souza – CPF: 948.768.191-49

Representantes de Instituições Religiosas

Titular: Ailton Alves da Paixão – CPF: 672.969.121-20

Suplente: Nereu Pereira da Costa CPF:627.462.781-20

Representantes do Ensino superior

Titular: Oséias Carmo Neves – CPF: 102.172.518-89

Suplente: Geralda Aparecida da Silva Pereira – CPF: 489.065.061-04

Representantes da Assessoria Pedagógica

Titular: Vanderlei Carvalho dos Santos – CPF: 571 490 891-00

Suplente: Gilson da Silva Metka – CPF: 988.145.759.91

Representantes do CEFAPRO

Titular: Ana Paula Pereira da Silva – CPF: 909.420.941-15

Suplente: Cervan Gomes Ferreira- CPF: 460.604.131-53

Representantes dos Povos Indígenas

Titular: Cesarina Krey Leite Tukumã- CPF: 948.565.591-68

Suplente: Josimo Morimã - CPF: 063.898.061-59

Representantes dos Profissionais da Educação Privada

Titular: William Teixeira de Oliveira, CPF 006 183 842 00,

Suplente: Gislaine do Nascimento, CPF 895.642.191-91.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrário e a Portaria GP/Nº074/2018 do dia 16 de fevereiro de 2018, publicada no Jornal oficial eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso do dia 14 de março de 2018, Edição 2.936.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 06 de julho de 2018.

MARCIA REGINA FERNANDES ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretaria Mun. Administração Prefeito do Município Interino

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

PORTARIA GP Nº 397/2018.

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal CACS - FUNDEB para

Período de 03/08/2018 a 02/08/2020.

CARLOS AMADEU SIRENA, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 12.867 de 20 de julho de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Membros que compõe o

Conselho Municipal CACS FUNDEB tendo em vista a eleição para o período de 2 anos, 03/08/2018 a 02/08/2020.

Presidente: Fernanda Alves dos Santos Ribas **-** CPF 916.443.211-49

Vice-presidente: Tania Fernandes - CPF 724.019.231-87

Secretária Executiva: Isabel Aparecida Gomes Franco - CPF 580.994.681-04

Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública

Titular - Tania Fernandes - CPF 724.019.231-87

Suplente - Odir Antonio Rupolo **-** CPF 893.343.291-49

Titular - Aline Aparecida Porto - CPF 031.377.781-07

Suplente - Maria Elizete Spinelli da Silva **-** CPF 968.249.801-53

Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública Indicada pela Entidade Secundarista

Titular – Carlos Eduardo Amancio dos Santos - CPF: 060.931.441-60

Suplente - Ana Luiza Krug -CPF 060.887.631-32

Titular - Ana Carla Rodrigues Rupolo **-** CPF: 060.563.511-06

Suplente - Gustavo Paim Garcia -CPF 061.409.861-09

Representante do Poder Executivo Municipal

Titular - Luiz Ricardo Monteiro São Miguel -CPF: 045.379.441-61

Suplente - Ceila Michelle Pilocelli-CPF: 013.836.331-50

Representante dos Professores da Educação Básica Pública

Titular - Fernanda Alves dos Santos RibasCPF 916.443.211-49

Suplente - Cleiciane Vedovetto Leandro **-** CPF 044.207.441-70

Representantes dos Diretores das Escolas Básicas Públicas

Titular - Neuza Brizolla de Lima -CPF 544.432.880-15

Suplente - Joana Cardozo Migliavacca -CPF 630.119.481-00

Representante dos servidores Técnico Administrativos das Escolas Básicas Públicas

Titular - Vanize Inez Dalla Costa Pedro -CPF 703.625.059-34

Suplente - Lucilene Ribeiro Costa -CPF 514.753.751-15

Representante do Poder Executivo Municipal/Secretaria Municipal de Educação ou Órgão Educacional Equivalente

Titular - Maria de Fátima Ribeiro - CPF 511.533.949-87

Suplente - Evaristo Jose dos Santos CPF 366.499.291-15

Representante do Conselho Municipal de Educação

Titular - Isabel Aparecida Gomes Franco - CPF 580.994.681-04

Suplente - Cervan Gomes Ferreira -CPF 460.604.131 -53

Representante do Conselho Tutelar

Titular - Andreia Araújo Soares -CPF 013.211.791-62

Suplente - Edna Aparecida Amorim -CPF 489.065.221-34

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrário e a Portaria GP/Nº468/2016 do dia 22 de agosto de 2016, nº 2.546.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 20 de julho de 2018.

MARCIA REGINA FERNANDES ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretaria Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

PORTARIA GP/Nº 407/2018.

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Educação para o período de 12/07/2018 a 31/12/2019.

CARLOS AMADEU SIRENA, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 12.896 de 21 de julho de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Membros que compõe o Conselho

Municipal de Educação para o período de 12/07/2018 a 31/12/2019.

Diretoria:

Presidente: Ana Paula Pereira da Silva – CPF: 909.420.941-15

Vice-Presidente: Luiz Eduardo de Brito Correia– CPF: 511.799.544-91

Secretaria Executiva: Elaine Cristina M. Novacowski-CPF:951.977.291-04

Vice-Secretário: Vanderlei Carvalho dos Santos – CPF: 571 490 891-00

Representantes do Poder Executivo Municipal:

Titular: Elaine Cristina Mateus Novacowski– CPF: 951.977.291-04

Suplente: Isabel Aparecida Gomes Franco - CPF: 580.994.681-04

Representantes do Magistério Público no âmbito do Município

Titular: Luiz Eduardo de Brito Correia– CPF: 511.799.544-91

Suplente: Wagner Fanini Belarmino Jesus dos Santos - CPF: 010.499.321-96

Representantes de pais de alunos da Rede Pública Municipal de Ensino

Titular: Cristiane Rodrigues dos Santos – CPF: 023.470.621-07

Suplente: Tânia Fernandes– CPF: 724.019.231-87

Representantes dos profissionais Técnicos Administrativos Educacionais (Técnicos, TDIs e Apoio) da Educação.

Titular: Cristiane de Paula Santos- CPF: 949.505.801-59

Suplente: Luciene Aparecida Souza – CPF: 948.768.191-49

Representantes de Instituições Religiosas

Titular: Ailton Alves da Paixão – CPF: 672.969.121-20

Suplente: Nereu Pereira da Costa 627.462.781-20

Representantes do Ensino superior

Titular: Oséias Carmo Neves – CPF: 102.172.518-89

Suplente: Geralda Aparecida da Silva Pereira – CPF: 489.065.061-04

Representantes da Assessoria Pedagógica

Titular: Vanderlei Carvalho dos Santos – CPF: 571 490 891-00

Suplente: Gilson da Silva Metka – CPF: 988.145.759.91

Representantes do CEFAPRO

Titular: Ana Paula Pereira da Silva – CPF: 909.420.941-15

Suplente: Cervan Gomes Ferreira-CPF: 460.604.131-53

Representantes dos Povos Indígenas

Titular: Cesarina Krey Leite Tukumã- CPF: 948.565.591-68

Suplente: Josimo Morimã - CPF: 063.898.061-59

Representantes dos Profissionais da Educação Privada

Titular: William Teixeira de Oliveira, CPF 006 183 842 00,

Suplente: Gislaine do Nascimento, CPF 895.642.191-91.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrário e a Portaria GP/Nº 371/2018 do dia 06 de julho de 2018, publicada no Jornal oficial eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso do dia 19 de julho de 2018, Edição 3.024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 23 de julho de 2018.

MARCIA REGINA FERNANDES ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretaria Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: PREGÃO Nº. 024/2018 TIPO: PRESENCIAL JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 200/2018, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 024/2018, cuja abertura ocorreu as 13h30 - Local, do dia 26.04.2018, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. **Objeto:** Registro de Preços para Futura e Eventual Fornecimento de Leite e Derivados para Merenda Escolar, sagrou-se DESERTO.

Juara –MT, 26 de julho de 2018.

José Roberto Pereira Alves Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 26/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA - MT

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 26/2018

O Município de Juara, Estado de Mato Grosso/MT, comunica que, em justificativa apresentada pelo Prefeito Interino do Município, Sr. **Carlos Amadeu Sirena** reconheceu ser Dispensa de Licitação cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVICOS NA AREA DE ENGENHARIA CIVIL** em atendimento a Secretaria Municipal de Cidade, no período de 06 (meses) com Valor Mensal de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), e Valor Global de R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), da pessoa física de **GUSTAVO CEZAR FERREIRA,** inscrito no CPF nº 037.701.351-05, RG 2218867-3, domiciliado na Rua Maria Leopoldina, nº 256, CEP 78.575-000 – Bairro Jardim São João, Município de Juara/MT.

Juara - MT 31 de julho de 2018.

José Roberto Pereira Alves Carlos Amadeu Sirena

Coordenador de Licitações Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

RREO - 3° BIMESTRE 2018

O Prefeito Municipal de Juscimeira – MT, Sr. MOISES DOS SANTOS, em cumprimento aos arts. 37 § 1º, 165 § 3º da CF, combinado com os arts. 48, 52 e 53, da Lei nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, torna público que os Relatórios RREO **– Relatório Resumido de Execução Orçamentária** do **Terceiro Bimestre de 2018**, encontram-se a disposição no mural da Prefeitura, Câmara Municipal e no site oficial do Município: www.juscimeira@mt.gov.br na página Portal da Transparência.

Juscimeira – MT, 31 de Julho de 2018.

MOISES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 026/2018 PREGÃO PRESENCIAL N° 016/2018 AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

A Prefeitura Municipal de Juscimeira, torna publica, para conhecimento dos interessados que a licitação na modalidade *Pregão Presencial n° 016/2018*. Tipo Menor Preço por Item, cujo objeto é "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO)" que na sessão do ultimo dia 25 de Julho 2.018, foi declarada **FRACASSADA,** em virtude não comparecimento de empresas interessadas no referido certame. Maiores informações no setor de licitações, situada na Avenida Joaquim Miguel Dos Santos, 210 – Bairro Cajus – Juscimeira – MT.,

Juscimeira – MT., 31 de Julho 2018

Diva Maria Santos Gardin

Pregoeiro

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

RREO - 2° BIMESTRE 2018

O Prefeito Municipal de Juscimeira – MT, Sr. MOISES DOS SANTOS, em cumprimento aos arts. 37 § 1º, 165 § 3º da CF, combinado com os arts. 48, 52 e 53, da Lei nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, torna público que os Relatórios RREO **– Relatório Resumido de Execução Orçamentária** do **Segundo Bimestre de 2018**, encontram-se a disposição no mural da Prefeitura, Câmara Municipal e no site oficial do Município: www.juscimeira@mt.gov.br na página Portal da Transparência.

Juscimeira – MT, 29 de Maio de 2018.

MOISES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 424/2018 DE 31 DE JULHO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO PARA OS SERVIDORES LOTADOS NO PAÇO MUNICIPAL, SECRETARIA DE DESENVOLVIMETO SOCIAL, NO CRAS E SECRETARIA DE TURISMO INDUSTRIA E COMERCIO, NO DIA 03 DE AGOSTO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA, Estado de Mato Grosso**, o Sr. MOISES DOS SANTOS**, no desempenho de suas atribuições legais, contidas na Lei Orgânica do Município".

Considerando: a realização nos dias 03 e 04 de Agosto de 2018 da tradicional Festa da Pamonha e Amostra de Artesanato do Município;

Considerando: a necessidade de interdição do entorno do Paço Municipal e Prédio do CRAS;

Considerando: o envolvimento dos servidores vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Social na organização da Feira de Artesanato.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica decretado **Ponto Facultativo** no dia 03 de agosto de 2018, para os servidores lotados no Paço Municipal, Secretaria de Desenvolvimento Social, CRAS e Secretaria de Turismo Industria e Comercio.

Artigo 2º - Os órgãos/ unidades administrativas do Poder Executivo/ Prefeitura que prestam serviços de relevantes interesses público, considerados essenciais tais como: Saúde, saneamento básico, sepultamento, vigilância, CREAS, etc., **terão funcionamento e atendimento normal.**

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juscimeira/MT , em 31 de Julho de 2018.

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

RESULTADO PROCESSO LICITATORIO MODALIDADE CONVITE N 005/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA, situada a Avenida Joaquim Miguel Dos Santos, nº 210 – Bairro Cajus – JUSCIMEIRA – MT, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, conforme Lei n° 8.666/93 o RESULTADO do Processo Licitatório Modalidade CONVITE Nº 005/2018, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo objeto é ***"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO PALCO, SALAS CAMARIM, FECHAMENTO, GRADES DE CONTENÇÃO, SISTEMA DE SONORIZAÇÃO, SISTEMA DE ILUMINAÇÃO, GRUPO GERADOR, CAMAROTE VIP E TABLADO, EM ATENDIMENTO A FESTA DA PAMONHA E AMOSTRA DOS PRODUTOS DE ARTESANATO E DA AGRICULTURA FAMILIAR, NO MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA/MT"***

VENCEDOR:

OPÇÃO LOCAÇÃO E COMERCIO DE SOM E LUZ LTDA – EPP

CNPJ: 07.655.369/0001-81

VALOR TOTAL: R$ 79.800,00 (Setenta Nove Mil, Oitocentos Reais).

JUSCIMEIRA – MT, 27 DE JULHO 2018.

NELSON TAVEIRA FILHO
Presidente CPL

LEI Nº 1.129, DE 30 DE JULHO DE 2018

.

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial, e suplementar no Orçamento do Exercício de 2018 e das outras providências. "

MOISÉS DOS SANTOS, Prefeito do Município de Juscimeira /MT, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento de 2018, **Crédito Adicional Especial** na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer no valor total de R$ 200.576,58 (Duzentos mil quinhentos e setenta e seis reais e cinquenta e oito centavos), conforme Dotação Orçamentária abaixo:

Órgão: 07- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E CULTURA

Unidade: 01 Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura

12.361.0005.2.182 – Manutenção com Apoio Financeiro do FNDE

3.3.90.30 - Material de Consumo.....R$ 29.576,58

3.3.90.39- Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica.....R$ 8.000,00

4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.....R$ 18.000,00

Subtotal R$ 55.576,58

Fonte: 0.1.15.000000 200.000 – Transferência de FNDE (apoio Financeiro)

Órgão: 07- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E CULTURA

Unidade: 03 – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação - FUNDEB

12.361.0013.2.116 – Manutenção e Encargos com Fundeb Fundamental 40%

3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado..... ..... R$ 3.000,00

3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil .... R$ 3.000,00

3.1.90.13 - Obrigações Patronais .... R$ 2.000,00

3.3.90.04 – Contratação por Tempo Determinado..... ..... R$ 4.000,00

3.3.90.30 - Material de Consumo..... .....R$ 5.000,00

3.3.90.36- Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física..... .....R$ 5.000,00

3.3.90.39- Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica..... .....R$ 4.000,00

4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente..... .....R$ 95.000,00

Subtotal R$ 121.000,00

Fonte: 0.1.19.000000 - 252.000 – Transferência de Fundeb 40%

12.365.0013.2.117 – Manutenção e Encargos com Fundeb Infantil 40%

3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado..... ..... R$ 3.000,00

3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil .... R$ 3.000,00

3.1.90.13 - Obrigações Patronais .... R$ 2.000,00

3.3.90.04 – Contratação por Tempo Determinado..... ..... R$ 1.000,00

3.3.90.30 - Material de Consumo..... ..... .R$ 5.000,00

3.3.90.36- Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física..... ..... .R$ 5.000,00

3.3.90.39- Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica..... ....R$ 2.000,00

4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente..... ....R$ 3.000,00

Subtotal R$ 24.000,00

Fonte: 0.1.19.000000 - 252.000 – Transferência de Fundeb 40%

Art. 2º - Fica autorizado a abrir **credito adicional suplementar** na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer no valor de R$ 55.000,00, (cinquenta e cinco mil reais) na ficha orçamentária abaixo relacionada por excesso de arrecadação na fonte:

Órgão: 07- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E CULTURA

Unidade: 03 – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação - FUNDEB

12.365.0013.1.097 –Construção, Ampliação e Reforma de Escolas Mun. Fundeb 40%

4.4.90.51 – Obras e Instalações .... R$ 55.000,00

Fonte: 0.1.19.000000 - 252.000 – Transferência de Fundeb 40%

Art. 3º - Para dar cobertura no crédito aberto no artigo 1º e 2º será utilizado os recursos definidos pelo Artigo 43, § inciso II, da Lei Federal 4.320/64. Provável **Excesso de arrecadação na fonte da receita.**

Art. 4º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação na Lei 1.099/2017 – Plano Plurianual e na lei nº 1.100/2017 – Lei de Diretrizes Orçamentário (**PPA/LDO**), bem como apresentá-los em audiência pública junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 5º - Fica autorizado o Poder Executivo a suplementar a ou remanejamento de dotação de que trata o art. 1º e 2º até o limite de 30% do seu valor total.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juscimeira - MT, 30 de Julho de 2018.

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.130 DE 30 DE JULHO DE 2018.

"Dispõe sobre autorização para transpor e remanejar recursos e dá outras providências".

MOISÉS DOS SANTOS, Prefeito do Município de Juscimeira/MT, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele, sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Ficam os Poderes Legislativo e Executivo Municipal autorizados a abrirem Créditos Adicionais Suplementares, através de Decreto, até o Limite de 5% (Cinco por Cento) da Despesa Orçada para o corrente Exercício.

Artigo 2º - Servirá como recurso para dar cobertura ao Crédito Aberto pelo Artigo Anterior, os recursos definidos pelo Artigo 43, inciso I, II ou III, da Lei Federal 4.320/64, podendo efetuar transposição, remanejamento e transferência de recursos, de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, até o limite definido no artigo 1º da presente lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juscimeira - MT, 30 de Julho de 2018.

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO AO CONTRATO Nº 023/2018

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e Opção Locação e Comercio De Som Luz Ltda - EPP

OBJETO: "Contratação De Empresa Especializada Em Locação Palco, Salas Camarim, Fechamento, Grades De Contenção, Sistema De Sonorização, Sistema De Iluminação, Grupo Gerador, Camarote Vip e Tablado, Em Atendimento a Festa Da Pamonha e Amostra Dos Produtos De Artesanato e Da Agricultura Familiar, No Municipio De Juscimeira/MT"

PRAZO: 60 dias

VALOR: R$ 79.800,00 (Setenta Nove Mil, Oitocentos Reais)

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e Opção Locação e Comercio de Som Luz Ltda - EEP – CNPJ: 07.655.369/0001-81

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

DISPENSA DE LICITAÇAO 025/2018 TERMO DE RATIFICAÇAO

DISPENSA DE LICITAÇAO 025/2018

TERMO DE RATIFICAÇAO

O prefeito municipal de Lambari D´Oeste –MT, Estado De Mato Grosso, srº EDVALDO ALVES DOS SANTOS, torna público que em virtude da

haver concordado com a justificativa apresentada no processo de contratação direta com a pessoa empresa, WP CONSTRUTORA LTDA -ME, CNPJ: 12.648.863/0001-59, Localizada Rua Carlos Laet , S/N – Centro, Salto Do Ceu –MT cujo objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA PONTE DE MADEIRA NO CORREGO CARNE COM BANANA LOCALIZADA NO MUNICIPIO DE LAMBARI D´OESTE –MT" em um valor total de R$ 68.583,79 (sessenta e oito mil quinhentos e oitenta e três reais e setenta e nove centavos) onde formulou se expediente de dispensa de licitação 025/2018, fulcrada nas disposições do art.24, da lei federal 8.666/93, RATIFICA a justificativa, ordena sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal , e autoriza a contratação da WP CONSTRUTORA LTDA -ME para realização do objeto.

Lambari D´Oeste, MT 01 de agosto de 2018

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE RESULTADO DO PREGAO PRESENCIAL Nº 021/2018

AVISO DE RESULTADO DO PREGAO PRESENCIAL Nº 021/2018

A Prefeitura Municipal De Lambari D´Oeste – MT, em 31 de julho de 2018, através de sua pregoeira oficial em uso de suas atribuições legais torna público, para conhecimento dos interessados, que a licitação "PREGAO PRESENCIAL" Nº 021/2018 tendo como objeto – **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FORNECIMENTO ATRAVÉS DE MANDADO JUDICIAL,** a ser realizado em 31 de julho de 2018 as 09horas, foi considerada DESERTA, por não comparecerem interessados ao certame.

Lambari D´Oeste –MT 31 de julho de 2018.

RIVONETE COELHO DA SILVA

Pregoeira

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 116/2018 DE 31 DE JULHO DE 2018

"Nomeia **Fagner Michaell de Almeida Silva Rok,** Engenheiro Civil, como responsável pela fiscalização de Serviços de Recuperação de Estradas Vicinais, exclusivamente ao trecho: Sarizal ao Novo São José e Pingador do município de Lambari D'Oeste, através do Contrato nº 090/2018".

O PREFEITO MUNCIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX.

R E S OLVE:

Art. 1º - Art. 1º Nomear o senhor Fagner Michaell de Almeida Silva Rok, Inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF n° 028.814.161-01, Registro CREA-MT029607, Portador da cédula de Identidade RG n° 1218745-3 SJ/MT, como responsável pela fiscalização de Serviços de Recuperação de Estradas Vicinais, exclusivamente ao trecho: Sarizal ao Novo São José e Pingador do município de Lambari D'Oeste, através do Contrato nº 090/2018".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Lambari D'Oeste - MT, aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO N.º 068/2015

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO N.º 068/2015

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS 003/2015

CONTRATADA: E. S. S. BULOW ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES - ME

CNPJ: 11.156.146/0001-47

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CRECHE TIPO 02 "FNDE", COM ÁREA DE 890,33 METROS QUADRADOS, CONFORME ANEXO DO EDITAL, NO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE-MT.

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 27 DE AGOSTO DE 2018 ATÉ 27 DE AGOSTO DE 2019.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NA CLÁUSULA OITAVA, SUBITEM 8.1.1 DO REFERIDO CONTRATO, BEM COMO NO ARTIGO 57, INCISO II DA LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 30 DE JULHO DE 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

PREVILÂNDIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO- 1° SEMESTRE 2018

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MARCELANDIA

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

1° Semestre - 2018

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:						
TOTAL						

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:					
TOTAL					

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

Marli Teresinha Teixeira	Andrea de Oliveira Souza	Celio Felix de Souza
Diretor (a)	Tesoureira	Contador

PREVILÂNDIA
BALANÇO FINANCEIRO - 1° SEMESTRE 2018

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MARCELANDIA
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO FINANCEIRO
1° Semestre - 2018

Data de emissão: 26/07/2018

Exercício: 2018 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Receita Orçamentária	**1.920.230,77**	**5.323.994,40**	**Despesa Orçamentária**	**1.386.440,29**	**1.980.307,94**
Vinculadas			Vinculadas		
Recurso Próprio de Previdência Social	1.920.230,77	5.323.994,40	Recurso Próprio de Previdência Social	1.386.440,29	1.980.307,94
Transferências Financeiras Recebidas			**Transferencias Financeiras Concedidas**		
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extra-Orçamentários	**369.822,44**	**120.190,39**	**Despesas Extra-Orçamentárias**	**464.210,15**	**286.086,47**
Restos a Pagar			Restos a Pagar		
Não processados inscritos no período	269.768,59		Não processados pagos no período		
Processados inscritos no período	3.803,97		Processados pagos no período		
Depósitos			Depósitos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	96.249,88	120.190,39	Outras movimentações extra-orçamentárias	96.249,88	120.190,39
Outros Movimentos			Outros Movimentos		
Outras movimentações extra-orçamentárias			Outras movimentações extra-orçamentárias	367.960,27	165.896,08
Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
Ajuste de Investimentos - Ganho	**960.978,75**				
Ajuste de Investimentos - Ganho	960.978,75				
Transferências de Aplicações Financeiras p/ Curto					
Saldo em espécie do exercício anterior	**23.432.989,55**	**20.255.199,17**	**Saldo em espécie do exercício seguinte**	**24.833.371,07**	**23.432.989,55**
Disponível			Disponível		
Caixa			Caixa		
Bancos conta movimento	9.056,20	7.394,25	Bancos conta movimento	2.813,89	9.056,20
Aplicações financeiras	23.423.933,35	20.247.804,92	Aplicações financeiras	24.830.557,18	23.423.933,35
(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		

Emissão: 26/07/2018 17:35:47 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MARCELANDIA
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO

1° Semestre - 2018

Data de emissão: 26/07/2018

Exercício: 2018 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TOTAL	**26.684.021,51**	**25.699.383,96**	**TOTAL**	**26.684.021,51**	**25.699.383,96**

Marli Teresinha Teixeira
Diretor (a)

Andrea de Oliveira Souza
Tesoureira

Celio Felix de Souza
Contador

Emissão: 26/07/2018 17:35:47 Página 2

Homologado

PREVILÂNDIA
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 1° SEMESTRE

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MARCELANDIA

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

1° Semestre - 2018

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**2.582.542,62**	**19.200.963,48**
CONTRIBUIÇÕES	**1.495.942,13**	**3.459.252,10**
CONTRIBUICOES SOCIAIS	1.495.942,13	3.459.252,10
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	**118.783,68**	**2.722.003,11**
JUROS E ENCARGOS DE MORA	107.962,72	156.895,88
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS	10.820,96	2.565.107,23
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	**5.617,46**	
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	5.617,46	
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	**960.978,75**	
OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS	960.978,75	
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**1.220,60**	**13.019.708,27**
REVERSAO DE PROVISOES E AJUSTES DE PERDAS		13.019.708,27
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.220,60	

Emissão: 26/07/2018 17:42:37 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MARCELANDIA

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

1° Semestre - 2018

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**1.483.179,59**	**19.438.226,31**
PESSOAL E ENCARGOS	**31.231,31**	**64.199,74**
REMUNERACAO A PESSOAL	28.845,00	59.190,50
ENCARGOS PATRONAIS	2.386,31	5.009,24
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	**1.024.918,84**	**1.776.347,24**
APOSENTADORIAS E REFORMAS	645.279,47	1.154.445,77
PENSOES	177.003,46	354.061,05
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	202.635,91	267.840,42
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**38.221,64**	**83.571,02**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	458,00	1.353,70
SERVICOS	37.763,64	82.217,32
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	**367.960,27**	**165.896,08**
REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	367.960,27	165.896,08
TRIBUTÁRIAS	**20.847,53**	**53.239,94**
CONTRIBUICOES	20.847,53	53.239,94
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		**17.294.972,29**
VPD DE CONSTITUICAO DE PROVISOES		17.294.972,29
Resultado Patrimonial do Período	**1.099.363,03**	**-237.262,83**

Emissão: 26/07/2018 17:42:37 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MARCELANDIA

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

1° Semestre - 2018

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	1.452,38	2.950,00

Marli Teresinha Teixeira
Diretor (a)

Andrea de Oliveira Souza
Tesoureira

Celio Felix de Souza
Contador

Emissão: 26/07/2018 17:42:37 Página 3

Homologado

PREVILÂNDIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS - 1° SEMESTRE 2018

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MARCELANDIA

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

1° Semestre - 2018

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964)

R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas Até o Mês (g)	Despesas Liquidadas Até o Mês (h)	Despesas Pagas Até o Mês (i)	% (g / f)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.799.000,00	3.047.932,05	1.384.053,98	1.114.285,39	1.110.481,42	45,40	1.663.878,07
DESPESAS CORRENTES	2.774.000,00	2.774.000,00	1.128.669,55	1.112.833,01	1.109.029,04	40,68	1.645.330,45
Pessoal e Encargos Sociais	2.430.000,00	2.430.000,00	1.056.110,38	1.053.763,84	1.053.763,84	43,46	1.373.889,62
Outras Despesas Correntes	344.000,00	344.000,00	72.559,17	59.069,17	55.265,20	21,09	271.440,83
DESPESAS DE CAPITAL	25.000,00	273.932,05	255.384,43	1.452,38	1.452,38	93,22	18.547,62
Investimentos	25.000,00	273.932,05	255.384,43	1.452,38	1.452,38	93,22	18.547,62
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (X)	10.000,00	10.000,00	2.386,31	2.386,31	2.386,31	23,86	7.613,69
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (IX + X)	2.809.000,00	3.057.932,05	1.386.440,29	1.116.671,70	1.112.867,73	45,33	1.671.491,76
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XII)							
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	2.809.000,00	3.057.932,05	1.386.440,29	1.116.671,70	1.112.867,73	45,33	1.671.491,76
SUPERÁVIT (XIV)	3.391.000,00	3.142.067,95	533.790,48			16,98	2.608.277,47
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	6.200.000,00	6.200.000,00	1.920.230,77	1.116.671,70	1.112.867,73	30,97	4.279.769,23

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas Até o Mês (g)	Despesas Liquidadas Até o Mês (h)	Despesas Pagas Até o Mês (i)	% (g / f)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (I)	10.000,00	10.000,00	2.386,31	2.386,31	2.386,31	23,86	7.613,69
Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00	10.000,00	2.386,31	2.386,31	2.386,31	23,86	7.613,69
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	10.000,00	10.000,00	2.386,31	2.386,31	2.386,31	23,86	7.613,69
SUPERÁVIT (IV)	2.330.000,00	2.330.000,00	1.432.548,45	1.432.548,45		61,48	897.451,55
TOTAL (V) = (III + IV)	2.340.000,00	2.340.000,00	1.434.934,76	1.434.934,76	2.386,31	61,32	905.065,24

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

Marli Teresinha Teixeira
Diretor (a)

Andrea de Oliveira Souza
Tesoureira

Celio Felix de Souza
Contador

Emissão: 26/07/2018 17:37:58

Página 1
Homologado

PREVILÂNDIA
BALANÇO PATRIMONIAL 1° SEMESTRE

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MARCELANDIA
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO PATRIMONIAL
1° Semestre - 2018

Data de emissão: 26/07/2018

Exercício: 2018 **P. Contas: PCASP-MT**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
ATIVO CIRCULANTE	**26.649.766,79**	**23.432.989,55**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**3.803,97**	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.813,89	9.056,20	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	3.803,97	
CREDITOS A CURTO PRAZO	1.816.395,72				
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	1.816.395,72				
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO	24.830.557,18	23.423.933,35			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**151.804,33**	**2.265.414,57**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**21.533.450,85**	**21.533.450,85**
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	131.600,70	2.252.280,78	PROVISOES A LONGO PRAZO	21.533.450,85	21.533.450,85
CREDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDACAO	131.600,70	2.252.280,78	**TOTAL DO PASSIVO**	**21.537.254,82**	**21.533.450,85**
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	131.600,70	2.120.680,08	**PATRIMÔNIO LIQUIDO**		
CLIENTES		131.600,70	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
IMOBILIZADO	20.203,63	13.133,79	RESULTADOS ACUMULADOS	5.264.316,30	4.164.953,27
BENS MOVEIS	22.883,74	21.431,36	RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.099.363,03	-237.262,83
BENS IMOVEIS	5.617,46		RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.164.953,27	4.402.216,10
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS	-8.297,57	-8.297,57			
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LIQUIDO	**5.264.316,30**	**4.164.953,27**
TOTAL	**26.801.571,12**	**25.698.404,12**	**TOTAL**	**26.801.571,12**	**25.698.404,12**

ATIVO FINANCEIRO	**24.833.371,07**	**23.432.989,55**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**273.572,56**	
ATIVO PERMANENTE	**1.968.200,05**	**2.265.414,57**	**PASSIVO PERMANENTE**	**21.533.450,85**	**21.533.450,85**
SALDO PATRIMONIAL				**4.994.547,71**	**4.164.953,27**

Compensação

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			**Saldo dos Atos Potenciais Passivos**		
			EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTRATUAIS	270.422,05	31.400,00
TOTAL			**TOTAL**	**270.422,05**	**31.400,00**

Emissão: 26/07/2018 17:41:34 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MARCELANDIA
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO PATRIMONIAL
1° Semestre - 2018

Data de emissão: 26/07/2018

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO EM 2018	SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO EM 2017
VINCULADA		
150000000 - Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)	24.331.770,41	23.179.123,61
153000000 - Recursos da Taxa de Administração	193.771,99	113.514,06
154000000 - Recursos do Superávit da Taxa de Administração	34.256,11	140.351,88
TOTAL	**24.559.798,51**	**23.432.989,55**

Marli Teresinha Teixeira
Diretor (a)

Andrea de Oliveira Souza
Tesoureira

Celio Felix de Souza
Contador

Emissão: 26/07/2018 17:41:34 Página 2

Homologado

PREVILÂNDIA
BALANCETE DE VERIFICAÇÃO PLANO PCASP-MT SISTEMA: PATRIMONIAL, ORÇAMENTÁRIO E CONTROLE

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA
CNPJ: 03.197.975/0001.40
Rua Dos Tres Poderes - 0000777 - Centro
Telefone (066)3536-1828
previlandia2@marcelandia.mt.gov.br

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle
1° Semestre - 2018

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
1	ATIVO	26.601.790,31		1.063.681,40	29.816.415,07	863.900,59	28.713.248,07	26.801.571,12	
1.1	ATIVO CIRCULANTE	26.455.603,44		1.058.063,94	29.677.744,53	863.900,59	26.460.967,29	26.649.766,79	
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13.985,17		576.896,61	15.384.263,58	588.067,89	15.390.505,89	2.813,89	
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	13.985,17		576.896,61	15.384.263,58	588.067,89	15.390.505,89	2.813,89	
1.1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDACAO	13.985,17		576.896,61	15.384.263,58	588.067,89	15.390.505,89	2.813,89	
1.1.1.1.1.06	CONTA UNICA RPPS	13.985,17		576.896,61	15.384.263,58	588.067,89	15.390.505,89	2.813,89	
1.1.1.1.1.06.01	BANCOS CONTA MOVIMENTO - RPPS (F)	13.985,17		576.896,61	15.384.263,58	588.067,89	15.390.505,89	2.813,89	
1.1.2	CREDITOS A CURTO PRAZO	1.867.109,78			2.120.680,08	50.714,06	304.284,36	1.816.395,72	
1.1.2.1	CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	1.867.109,78			2.120.680,08	50.714,06	304.284,36	1.816.395,72	
1.1.2.1.1	CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER - CONSOLIDACAO	1.867.109,78			2.120.680,08	50.714,06	304.284,36	1.816.395,72	
1.1.2.1.1.71	CREDITOS PREVIDENCIARIOS PARCELADOS (P)	1.867.109,78			2.120.680,08	50.714,06	304.284,36	1.816.395,72	
1.1.4	INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO	24.574.508,49		481.107,33	12.172.342,87	225.058,64	10.765.719,04	24.830.557,18	
1.1.4.1	TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	24.574.508,49		481.107,33	12.172.342,87	225.058,64	10.765.719,04	24.830.557,18	
1.1.4.1.1	TITULOS E VALORES MOBILIARIOS - CONSOLIDACAO	24.574.508,49		481.107,33	12.172.342,87	225.058,64	10.765.719,04	24.830.557,18	
1.1.4.1.1.09	APLICACOES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS	24.574.508,49		481.107,33	12.172.342,87	225.058,64	10.765.719,04	24.830.557,18	
1.1.4.1.1.09.04	FUNDOS DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA OU REFERENCIADOS (F)	3.785.216,90		328.806,87	2.695.282,27		2.438.271,11	4.114.023,77	
1.1.4.1.1.09.06	FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA OU REFERENCIADOS - IMA/IDkA	9.253.135,70		23.146,50	1.156.053,52	11.246,43	790.454,30	9.265.035,77	
1.1.4.1.1.09.08	FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM TITULOS DO TESOURO (F)	11.536.155,89		129.153,96	8.321.007,08	213.812,21	7.536.993,63	11.451.497,64	
1.1.5	ESTOQUES			60,00	458,00	60,00	458,00		
1.1.5.6	ALMOXARIFADO			60,00	458,00	60,00	458,00		
1.1.5.6.1	ALMOXARIFADO - CONSOLIDACAO			60,00	458,00	60,00	458,00		
1.1.5.6.1.01	MATERIAL DE CONSUMO (P)			60,00	458,00	60,00	458,00		
1.2	ATIVO NAO CIRCULANTE	146.186,87		5.617,46	138.670,54		2.252.280,78	151.804,33	
1.2.1	ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	131.600,70			131.600,70		2.252.280,78	131.600,70	
1.2.1.1	CREDITOS A LONGO PRAZO	131.600,70			131.600,70		2.252.280,78	131.600,70	
1.2.1.1.1	CREDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDACAO	131.600,70			131.600,70		2.252.280,78	131.600,70	
1.2.1.1.1.01	CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	131.600,70			131.600,70		2.120.680,08	131.600,70	
1.2.1.1.1.01.71	CREDITOS PREVIDENCIARIOS PARCELADOS (P)	131.600,70			131.600,70		2.120.680,08	131.600,70	
1.2.1.1.1.02	CLIENTES						131.600,70		
1.2.1.1.1.02.99	OUTROS VALORES A RECEBER (P)						131.600,70		
1.2.3	IMOBILIZADO	14.586,17		5.617,46	7.069,84			20.203,63	
1.2.3.1	BENS MOVEIS	22.883,74			1.452,38			22.883,74	
1.2.3.1.1	BENS MOVEIS - CONSOLIDACAO	22.883,74			1.452,38			22.883,74	
1.2.3.1.1.02	BENS DE INFORMATICA (P)	6.153,47			1.452,38			6.153,47	
1.2.3.1.1.03	MOVEIS E UTENSILIOS (P)	16.730,27						16.730,27	
1.2.3.2	BENS IMOVEIS			5.617,46	5.617,46			5.617,46	

Emissão: 26/07/2018 17:45:02 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA
CNPJ: 03.197.975/0001.40
Rua Dos Tres Poderes - 0000777 - Centro
Telefone (066)3536-1828
previlandia2@marcelandia.mt.gov.br

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
1.2.3.2.1	BENS IMOVEIS - CONSOLIDACAO			5.617,46	5.617,46			5.617,46	
1.2.3.2.1.99	DEMAIS BENS IMOVEIS			5.617,46	5.617,46			5.617,46	
1.2.3.2.1.99.99	OUTROS BENS IMOVEIS (P)			5.617,46	5.617,46			5.617,46	
1.2.3.8	(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS		8.297,57						8.297,57
1.2.3.8.1	(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS - CONSOLIDAC		8.297,57						8.297,57
1.2.3.8.1.01	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS (P)		8.297,57						8.297,57
	Total de Grupo:	26.610.087,88	8.297,57	1.063.681,40	29.816.415,07	863.900,59	28.713.248,07	26.809.868,69	8.297,57

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		25.704.441,79	219.047,65	3.700.287,56	216.813,95	3.704.091,53		25.702.208,09
2.1	PASSIVO CIRCULANTE		6.037,67	219.047,65	1.209.117,61	216.813,95	1.212.921,58		3.803,97
2.1.1	OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR		2.378,25	189.707,62	1.056.150,15	187.329,37	1.056.150,15		
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR			157.367,67	864.627,08	157.367,67	864.627,08		
2.1.1.1.1	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDACAO			157.367,67	864.627,08	157.367,67	864.627,08		
2.1.1.1.1.01	PESSOAL A PAGAR			157.367,67	864.627,08	157.367,67	864.627,08		
2.1.1.1.1.01.01	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS			157.367,67	864.627,08	157.367,67	864.627,08		
2.1.1.1.1.01.01.01	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS (F)			157.367,67	864.627,08	157.367,67	864.627,08		
2.1.1.2	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR		2.378,25	31.942,24	189.136,76	29.563,99	189.136,76		
2.1.1.2.1	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR - CONSOLIDACAO		2.378,25	31.942,24	189.136,76	29.563,99	189.136,76		
2.1.1.2.1.01	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR		2.378,25	31.942,24	189.136,76	29.563,99	189.136,76		
2.1.1.2.1.01.01	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR (F)		2.378,25	31.942,24	189.136,76	29.563,99	189.136,76		
2.1.1.4	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR			397,71	2.386,31	397,71	2.386,31		
2.1.1.4.2	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTRA OFSS			397,71	2.386,31	397,71	2.386,31		
2.1.1.4.2.01	CONTRIBUICAO A REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA (RPPS)			397,71	2.386,31	397,71	2.386,31		
2.1.1.4.2.01.01	CONTRIBUICAO A REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA (RPPS) (F)			397,71	2.386,31	397,71	2.386,31		
2.1.3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO			7.325,80	38.642,02	7.325,80	38.642,02		
2.1.3.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO			7.325,80	38.642,02	7.325,80	38.642,02		
2.1.3.1.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOL			7.325,80	38.642,02	7.325,80	38.642,02		
2.1.3.1.1.01	FORNECEDORES NACIONAIS			7.325,80	38.642,02	7.325,80	38.642,02		
2.1.3.1.1.01.01	FORNECEDORES NAO PARCELADOS A PAGAR			7.325,80	38.642,02	7.325,80	38.642,02		
2.1.3.1.1.01.01.01	FORNECEDORES NAO PARCELADOS A PAGAR (F)			7.325,80	38.642,02	7.325,80	38.642,02		
2.1.4	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO		3.659,42	3.659,42	17.043,56	3.803,97	20.847,53		3.803,97
2.1.4.1	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIAO		3.659,42	3.659,42	17.043,56	3.803,97	20.847,53		3.803,97
2.1.4.1.1	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIAO - CONSOLIDACAO		3.659,42	3.659,42	17.043,56	3.803,97	20.847,53		3.803,97
2.1.4.1.1.11	PIS/PASEP A RECOLHER		3.659,42	3.659,42	17.043,56	3.803,97	20.847,53		3.803,97
2.1.4.1.1.11.01	PIS/PASEP A RECOLHER (F)		3.659,42	3.659,42	17.043,56	3.803,97	20.847,53		3.803,97
2.1.8	DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO			18.354,81	97.281,88	18.354,81	97.281,88		

Emissão: 26/07/2018 17:45:02 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA
CNPJ: 03.197.975/0001.40
Rua Dos Tres Poderes - 0000777 - Centro
Telefone (066)3536-1828
previlandia2@marcelandia.mt.gov.br

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.1.8.8	**VALORES RESTITUIVEIS**			**18.354,81**	**96.249,88**	**18.354,81**	**96.249,88**		
2.1.8.8.1	**VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDACAO**			**18.354,81**	**96.249,88**	**18.354,81**	**96.249,88**		
2.1.8.8.1.01	**CONSIGNACOES**			**18.354,81**	**96.249,88**	**18.354,81**	**96.249,88**		
2.1.8.8.1.01.01	RPPS - RETENCOES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS (F)			5.373,93	27.316,98	5.373,93	27.316,98		
2.1.8.8.1.01.04	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)			9.026,46	46.294,28	9.026,46	46.294,28		
2.1.8.8.1.01.08	ISS (F)			257,50	1.545,00	257,50	1.545,00		
2.1.8.8.1.01.15	RETENCOES - EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS (F)			3.694,22	21.077,42	3.694,22	21.077,42		
2.1.8.8.1.01.99	OUTROS CONSIGNATARIOS (F)			2,70	16,20	2,70	16,20		
2.1.8.9	**OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO**				**1.032,00**		**1.032,00**		
2.1.8.9.1	**OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO - CONSOLIDACAO**				**1.032,00**		**1.032,00**		
2.1.8.9.1.02	**DIARIAS A PAGAR**				**1.032,00**		**1.032,00**		
2.1.8.9.1.02.01	DIARIAS A PAGAR (F)				1.032,00		1.032,00		
2.2	**PASSIVO NAO-CIRCULANTE**		**21.533.450,85**						**21.533.450,85**
2.2.7	**PROVISOES A LONGO PRAZO**		**21.533.450,85**						**21.533.450,85**
2.2.7.2	**PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS A LONGO PRAZO**		**21.533.450,85**						**21.533.450,85**
2.2.7.2.1	**PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDA**		**21.533.450,85**						**21.533.450,85**
2.2.7.2.1.03	**PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS**		**14.463.297,32**						**14.463.297,32**
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS CONCEDIDOS DO PLANO		14.599.207,06						14.599.207,06
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUICOES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIARIO DO RP	135.909,74						135.909,74	
2.2.7.2.1.04	**PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER**		**43.676.260,14**						**43.676.260,14**
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS A CONCEDER DO PLANO P		74.679.139,43						74.679.139,43
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUICOES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS (P)	15.231.199,98						15.231.199,98	
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUICOES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS (P)	8.578.760,87						8.578.760,87	
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSACAO PREVIDENCIARIA DO PLANO PREVIDENCIARIO DO RPPS (P	7.192.918,44						7.192.918,44	
2.2.7.2.1.05	**PLANO PREVIDENCIARIO - PLANO DE AMORTIZACAO**	**36.606.106,61**						**36.606.106,61**	
2.2.7.2.1.05.98	(-) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZACAO (P)	36.606.106,61						36.606.106,61	
2.3	**PATRIMONIO LIQUIDO**		**4.164.953,27**		**2.491.169,95**		**2.491.169,95**		**4.164.953,27**
2.3.7	**RESULTADOS ACUMULADOS**		**4.164.953,27**		**2.491.169,95**		**2.491.169,95**		**4.164.953,27**
2.3.7.1	**SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS**		**4.164.953,27**		**2.491.169,95**		**2.491.169,95**		**4.164.953,27**
2.3.7.1.1	**SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDACAO**		**564.647,95**		**1.364.216,39**		**1.364.216,39**		**564.647,95**
2.3.7.1.1.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO						1.364.216,39		
2.3.7.1.1.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES		564.647,95		1.364.216,39				564.647,95
2.3.7.1.2	**SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS**		**3.651.371,29**		**1.126.953,56**		**1.126.953,56**		**3.651.371,29**
2.3.7.1.2.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO				1.126.953,56				
2.3.7.1.2.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES		3.651.371,29				1.126.953,56		3.651.371,29
2.3.7.1.3	**SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIAO**	**51.065,97**						**51.065,97**	
2.3.7.1.3.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	51.065,97						51.065,97	
	Total de Grupo:	**67.795.961,61**	**93.500.403,40**	**219.047,65**	**3.700.287,56**	**216.813,95**	**3.704.091,53**	**67.795.961,61**	**93.498.169,70**

Emissão: 26/07/2018 17:45:02 Página 3

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA
CNPJ: 03.197.975/0001.40
Rua Dos Tres Poderes - 0000777 - Centro
Telefone (066)3536-1828
previlandia2@marcelandia.mt.gov.br

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.256.161,81		227.017,78	1.483.179,59			1.483.179,59	
3.1	PESSOAL E ENCARGOS	26.026,10		5.205,21	31.231,31			31.231,31	
3.1.1	REMUNERACAO A PESSOAL	24.037,50		4.807,50	28.845,00			28.845,00	
3.1.1.1	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	20.557,50		4.111,50	24.669,00			24.669,00	
3.1.1.1.1	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CONSO	20.557,50		4.111,50	24.669,00			24.669,00	
3.1.1.1.1.01	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	20.557,50		4.111,50	24.669,00			24.669,00	
3.1.1.1.1.01.01	VENCIMENTOS E SALARIOS	20.557,50		4.111,50	24.669,00			24.669,00	
3.1.1.2	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS	3.480,00		696,00	4.176,00			4.176,00	
3.1.1.2.1	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS - CONSO	3.480,00		696,00	4.176,00			4.176,00	
3.1.1.2.1.01	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RGPS	3.480,00		696,00	4.176,00			4.176,00	
3.1.1.2.1.01.14	GRATIFICACAO POR EXERCICIO DE CARGOS	3.480,00		696,00	4.176,00			4.176,00	
3.1.2	ENCARGOS PATRONAIS	1.988,60		397,71	2.386,31			2.386,31	
3.1.2.1	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	1.988,60		397,71	2.386,31			2.386,31	
3.1.2.1.2	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS - INTRA OFSS	1.988,60		397,71	2.386,31			2.386,31	
3.1.2.1.2.01	CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O RPPS	1.988,60		397,71	2.386,31			2.386,31	
3.2	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	842.794,68		182.124,16	1.024.918,84			1.024.918,84	
3.2.1	APOSENTADORIAS E REFORMAS	531.374,14		113.905,33	645.279,47			645.279,47	
3.2.1.1	APOSENTADORIAS - RPPS	531.374,14		113.905,33	645.279,47			645.279,47	
3.2.1.1.1	APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDACAO	531.374,14		113.905,33	645.279,47			645.279,47	
3.2.1.1.1.01	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	531.374,14		113.905,33	645.279,47			645.279,47	
3.2.1.1.1.01.01	APOSENTADORIAS POR TEMPO DE CONTRIBUICAO	214.268,26		49.042,20	263.310,46			263.310,46	
3.2.1.1.1.01.02	APOSENTADORIAS COMPULSORIAS	28.620,00		5.724,00	34.344,00			34.344,00	
3.2.1.1.1.01.03	APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ	179.812,15		35.962,43	215.774,58			215.774,58	
3.2.1.1.1.01.99	OUTRAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	108.673,73		23.176,70	131.850,43			131.850,43	
3.2.2	PENSOES	147.502,89		29.500,57	177.003,46			177.003,46	
3.2.2.1	PENSOES - RPPS	147.502,89		29.500,57	177.003,46			177.003,46	
3.2.2.1.1	PENSOES - RPPS - CONSOLIDACAO	147.502,89		29.500,57	177.003,46			177.003,46	
3.2.2.1.1.01	PROVENTOS DE PENSOES	147.502,89		29.500,57	177.003,46			177.003,46	
3.2.9	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	163.917,65		38.718,26	202.635,91			202.635,91	
3.2.9.1	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS - RPPS	163.917,65		38.718,26	202.635,91			202.635,91	
3.2.9.1.1	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS - RPPS - CONSOLIDACAO	163.917,65		38.718,26	202.635,91			202.635,91	
3.2.9.1.1.10	AUXILIO-DOENCA	141.913,06		35.892,56	177.805,62			177.805,62	
3.2.9.1.1.11	SALARIO MATERNIDADE	9.934,71		2.762,28	12.696,99			12.696,99	
3.2.9.1.1.12	SALARIO-FAMILIA	12.069,88		63,42	12.133,30			12.133,30	
3.2.9.1.1.12.01	SALARIO FAMILIA - ATIVO PESSOAL CIVIL	12.069,88		63,42	12.133,30			12.133,30	
3.3	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	30.895,84		7.325,80	38.221,64			38.221,64	
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	398,00		60,00	458,00			458,00	
3.3.1.1	CONSUMO DE MATERIAL	398,00		60,00	458,00			458,00	

Emissão: 26/07/2018 17:45:02 Página 4

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA
CNPJ: 03.197.975/0001.40
Rua Dos Tres Poderes - 0000777 - Centro
Telefone (066)3536-1828
previlandia2@marcelandia.mt.gov.br

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.3.1.1.1	CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDACAO	398,00		60,00	458,00			458,00	
3.3.1.1.1.16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	398,00		60,00	458,00			458,00	
3.3.2	SERVICOS	30.497,84		7.265,80	37.763,64			37.763,64	
3.3.2.1	DIARIAS	1.032,00			1.032,00			1.032,00	
3.3.2.1.1	DIARIAS - CONSOLIDACAO	1.032,00			1.032,00			1.032,00	
3.3.2.1.1.01	DIARIAS PESSOAL CIVIL	1.032,00			1.032,00			1.032,00	
3.3.2.1.1.01.01	DIARIAS PESSOAL CIVIL - NO PAIS	1.032,00			1.032,00			1.032,00	
3.3.2.3	SERVICOS TERCEIROS - PJ	29.465,84		7.265,80	36.731,64			36.731,64	
3.3.2.3.1	SERVICOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDACAO	29.465,84		7.265,80	36.731,64			36.731,64	
3.3.2.3.1.01	CONSULTORIA E ASSESSORIA	6.325,00		665,00	6.990,00			6.990,00	
3.3.2.3.1.10	LOCACOES	9.500,00		1.900,00	11.400,00			11.400,00	
3.3.2.3.1.11	SERVICOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMACAO	220,00			220,00			220,00	
3.3.2.3.1.12	SERVICOS DE TRANSPORTE	20,00			20,00			20,00	
3.3.2.3.1.32	SERVICOS BANCARIOS	67,90		38,80	106,70			106,70	
3.3.2.3.1.47	SERVICOS JUDICIARIOS			412,00	412,00			412,00	
3.3.2.3.1.52	TAXA DE ADMINISTRACAO	82,94			82,94			82,94	
3.3.2.3.1.99	OUTROS SERVICOS TERCEIROS - PJ	13.250,00		4.250,00	17.500,00			17.500,00	
3.6	DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	339.401,63		28.558,64	367.960,27			367.960,27	
3.6.1	REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	339.401,63		28.558,64	367.960,27			367.960,27	
3.6.1.4	REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL DE INVESTIMENTOS	339.401,63		28.558,64	367.960,27			367.960,27	
3.6.1.4.1	REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL DE INVESTIMENTOS - CONSOLIDACAO	339.401,63		28.558,64	367.960,27			367.960,27	
3.6.1.4.1.03	REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL DE INVESTIMENTOS DO RPPS	339.401,63		28.558,64	367.960,27			367.960,27	
3.7	TRIBUTARIAS	17.043,56		3.803,97	20.847,53			20.847,53	
3.7.2	CONTRIBUICOES	17.043,56		3.803,97	20.847,53			20.847,53	
3.7.2.1	CONTRIBUICOES SOCIAIS	17.043,56		3.803,97	20.847,53			20.847,53	
3.7.2.1.1	CONTRIBUICOES SOCIAIS - CONSOLIDACAO	17.043,56		3.803,97	20.847,53			20.847,53	
3.7.2.1.1.02	PIS/PASEP	17.043,56		3.803,97	20.847,53			20.847,53	
	Total de Grupo:	1.256.161,81		227.017,78	1.483.179,59			1.483.179,59	

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
4	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA		2.153.510,33			429.032,29	2.582.542,62		2.582.542,62
4.2	CONTRIBUICOES		1.186.962,26			308.979,87	1.495.942,13		1.495.942,13
4.2.1	CONTRIBUICOES SOCIAIS		1.186.962,26			308.979,87	1.495.942,13		1.495.942,13
4.2.1.1	CONTRIBUICOES SOCIAIS - RPPS		1.186.962,26			308.979,87	1.495.942,13		1.495.942,13
4.2.1.1.1	CONTRIBUICOES SOCIAIS - RPPS - CONSOLIDACAO		1.186.962,26			308.979,87	1.495.942,13		1.495.942,13
4.2.1.1.1.01	CONTRIBUICOES PATRONAIS AO RPPS		809.298,34			211.003,03	1.020.301,37		1.020.301,37
4.2.1.1.1.01.01	CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO - RPPS		809.298,34			211.003,03	1.020.301,37		1.020.301,37

Emissão: 26/07/2018 17:45:02 Página 5

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA
CNPJ: 03.197.975/0001.40
Rua Dos Tres Poderes - 0000777 - Centro
Telefone (066)3536-1828
previlandia2@marcelandia.mt.gov.br

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
4.2.1.1.1.02	CONTRIBUICAO DO SEGURADO AO RPPS		377.663,92			97.976,84	475.640,76		475.640,76
4.2.1.1.1.02.01	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR - RPPS		373.300,72			97.036,51	470.337,23		470.337,23
4.2.1.1.1.02.02	CONTRIBUICAO DO APOSENTADO - RPPS		470,25			161,74	631,99		631,99
4.2.1.1.1.02.03	CONTRIBUICAO DE PENSIONISTA - RPPS		3.892,95			778,59	4.671,54		4.671,54
4.4	VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		98.081,00			20.702,68	118.783,68		118.783,68
4.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA		87.260,04			20.702,68	107.962,72		107.962,72
4.4.2.4	JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CREDITOS TRIBUTARIOS		87.260,04			20.702,68	107.962,72		107.962,72
4.4.2.4.1	JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CREDITOS TRIBUTARIOS - CONSOLIDA		87.260,04			20.702,68	107.962,72		107.962,72
4.4.2.4.1.13	MULTAS E JUROS DEMAIS CONTRIBUICOES		87.260,04			20.702,68	107.962,72		107.962,72
4.4.5	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS		10.820,96				10.820,96		10.820,96
4.4.5.2	REMUNERACAO DE APLICACOES FINANCEIRAS		10.820,96				10.820,96		10.820,96
4.4.5.2.1	REMUNERACAO DE APLICACOES FINANCEIRAS - CONSOLIDACAO		10.820,96				10.820,96		10.820,96
4.5	TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS					5.617,46	5.617,46		5.617,46
4.5.2	TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS					5.617,46	5.617,46		5.617,46
4.5.2.4	OUTRAS TRANSFERENCIAS					5.617,46	5.617,46		5.617,46
4.5.2.4.5	OUTRAS TRANSFERENCIAS - INTER OFSS - MUNICIPIO					5.617,46	5.617,46		5.617,46
4.5.2.4.5.02	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE BENS - INTER OFSS - MUNICIPIO					5.617,46	5.617,46		5.617,46
4.6	VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS		867.246,47			93.732,28	960.978,75		960.978,75
4.6.3	GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS		867.246,47			93.732,28	960.978,75		960.978,75
4.6.3.9	OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS		867.246,47			93.732,28	960.978,75		960.978,75
4.6.3.9.1	OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS - CONSOLIDACAO		867.246,47			93.732,28	960.978,75		960.978,75
4.6.3.9.1.02	OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS		867.246,47			93.732,28	960.978,75		960.978,75
4.9	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		1.220,60				1.220,60		1.220,60
4.9.9	DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		1.220,60				1.220,60		1.220,60
4.9.9.6	INDENIZACOES E RESTITUICOES		1.220,60				1.220,60		1.220,60
4.9.9.6.1	INDENIZACOES E RESTITUICOES - CONSOLIDACAO		1.220,60				1.220,60		1.220,60
4.9.9.6.1.99	OUTRAS INDENIZACOES		1.220,60				1.220,60		1.220,60
	Total de Grupo:		2.153.510,33			429.032,29	2.582.542,62		2.582.542,62

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
5	CONTROLES DA APROVACAO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	37.200.000,00			13.633.728,20		1.233.728,20	37.200.000,00	
5.1	PLANEJAMENTO APROVADO	24.800.000,00			248.932,05		248.932,05	24.800.000,00	
5.1.1	PPA - APROVADO	24.800.000,00			248.932,05		248.932,05	24.800.000,00	
5.1.1.1	APROVACAO INICIAL DO PPA	24.800.000,00						24.800.000,00	
5.1.1.2	REVISAO DO PPA				248.932,05		248.932,05		
5.2	ORCAMENTO APROVADO	12.400.000,00			13.384.796,15		984.796,15	12.400.000,00	
5.2.1	PREVISAO DA RECEITA	6.200.000,00			6.438.000,00		238.000,00	6.200.000,00	

Emissão: 26/07/2018 17:45:02 Página 6

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA
CNPJ: 03.197.975/0001.40
Rua Dos Tres Poderes - 0000777 - Centro
Telefone (066)3536-1828
previlandia2@marcelandia.mt.gov.br

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
5.2.1.1	**PREVISAO INICIAL DA RECEITA**	**6.200.000,00**			**6.438.000,00**		**238.000,00**	**6.200.000,00**	
5.2.1.1.1	PREVISAO INICIAL DA RECEITA BRUTA	6.438.000,00			6.438.000,00			6.438.000,00	
5.2.1.1.2	**(-) PREVISAO DE DEDUCOES DA RECEITA**		**238.000,00**				**238.000,00**		**238.000,00**
5.2.1.1.2.99	(-) OUTRAS DEDUCOES		238.000,00				238.000,00		238.000,00
5.2.2	**FIXACAO DA DESPESA**	**6.200.000,00**			**6.946.796,15**		**746.796,15**	**6.200.000,00**	
5.2.2.1	**DOTACAO ORCAMENTARIA**	**6.200.000,00**			**6.946.796,15**		**746.796,15**	**6.200.000,00**	
5.2.2.1.1	**DOTACAO INICIAL**	**6.200.000,00**			**6.200.000,00**			**6.200.000,00**	
5.2.2.1.1.01	CREDITO INICIAL	6.200.000,00			6.200.000,00			6.200.000,00	
5.2.2.1.2	**DOTACAO ADICIONAL POR TIPO DE CREDITO**	**248.932,05**			**248.932,05**			**248.932,05**	
5.2.2.1.2.01	CREDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR	248.932,05			248.932,05			248.932,05	
5.2.2.1.3	**DOTACAO ADICIONAL POR FONTE**				**497.864,10**		**497.864,10**		
5.2.2.1.3.03	ANULACAO DE DOTACAO	248.932,05			248.932,05			248.932,05	
5.2.2.1.3.09	(-) CANCELAMENTO DE DOTACOES		248.932,05				248.932,05		248.932,05
5.2.2.1.3.99	VALOR GLOBAL DA DOTACAO ADICIONAL POR FONTE				248.932,05		248.932,05		
5.2.2.1.9	**CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO DE DOTACAO**		**248.932,05**				**248.932,05**		**248.932,05**
5.2.2.1.9.04	(-) CANCELAMENTO DE DOTACOES		248.932,05				248.932,05		248.932,05
	Total de Grupo:	**37.935.864,10**	**735.864,10**		**13.633.728,20**		**1.233.728,20**	**37.935.864,10**	**735.864,10**

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
6	**CONTROLES DA EXECUCAO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO**		**37.200.000,00**	**1.176.855,75**	**14.395.021,00**	**1.176.855,75**	**26.795.021,00**		**37.200.000,00**
6.1	**EXECUCAO DO PLANEJAMENTO**		**24.800.000,00**	**194.990,68**	**8.333.236,44**	**194.990,68**	**8.333.236,44**		**24.800.000,00**
6.1.1	**EXECUCAO DO PPA**		**24.800.000,00**	**194.990,68**	**8.333.236,44**	**194.990,68**	**8.333.236,44**		**24.800.000,00**
6.1.1.1	PPA A ALOCAR EM LEIS ORCAMENTARIAS ANUAIS		18.600.000,00		6.697.864,10		497.864,10		18.600.000,00
6.1.1.2	PPA ALOCADO EM LEIS ORCAMENTARIAS ANUAIS		5.008.550,39	194.990,68	1.635.372,34		6.448.932,05		4.813.559,71
6.1.1.3	PPA EXECUTADO		1.191.449,61			194.990,68	1.386.440,29		1.386.440,29
6.2	**EXECUCAO DO ORCAMENTO**		**12.400.000,00**	**981.865,07**	**6.061.784,56**	**981.865,07**	**18.461.784,56**		**12.400.000,00**
6.2.1	**EXECUCAO DA RECEITA**		**6.200.000,00**	**380.396,61**	**2.158.230,77**	**380.396,61**	**8.358.230,77**		**6.200.000,00**
6.2.1.1	RECEITA A REALIZAR		4.660.165,84	380.396,61	2.158.230,77		6.438.000,00		4.279.769,23
6.2.1.2	RECEITA REALIZADA		1.539.834,16			380.396,61	1.920.230,77		1.920.230,77
6.2.2	**EXECUCAO DA DESPESA**		**6.200.000,00**	**601.468,46**	**3.903.553,79**	**601.468,46**	**10.103.553,79**		**6.200.000,00**
6.2.2.1	**DISPONIBILIDADES DE CREDITO**		**6.200.000,00**	**601.468,46**	**3.903.553,79**	**601.468,46**	**10.103.553,79**		**6.200.000,00**
6.2.2.1.1	CREDITO DISPONIVEL		5.008.550,39	194.990,68	1.635.372,34		6.448.932,05		4.813.559,71
6.2.2.1.3	**CREDITO UTILIZADO**		**1.191.449,61**	**406.477,78**	**2.268.181,45**	**601.468,46**	**3.654.621,74**		**1.386.440,29**
6.2.2.1.3.01	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR		273.237,05	198.459,14	1.116.671,70	194.990,68	1.386.440,29		269.768,59
6.2.2.1.3.02	CREDITO EMPENHADO EM LIQUIDACAO			7.325,80	38.642,02	7.325,80	38.642,02		
6.2.2.1.3.03	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR		6.037,67	200.692,84	1.112.867,73	198.459,14	1.116.671,70		3.803,97
6.2.2.1.3.04	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO		912.174,89			200.692,84	1.112.867,73		1.112.867,73

Emissão: 26/07/2018 17:45:02 Página 7

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA
CNPJ: 03.197.975/0001.40
Rua Dos Tres Poderes - 0000777 - Centro
Telefone (066)3536-1828
previlandia2@marcelandia.mt.gov.br

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
	Total de Grupo:		**37.200.000,00**	**1.176.855,75**	**14.395.021,00**	**1.176.855,75**	**26.795.021,00**		**37.200.000,00**
Código	**Contas**	**Saldos Anteriores**		**Movimento à Débito**		**Movimento à Crédito**		**Saldos Atuais**	
		Débito	**Crédito**	**No Mês**	**Até o Mês**	**No Mês**	**Até o Mês**	**Débitos**	**Créditos**
7	**CONTROLES DEVEDORES**	**25.805.980,60**		**1.058.003,94**	**27.830.518,50**	**612.433,69**	**25.043.357,20**	**26.251.550,85**	
7.1	**ATOS POTENCIAIS**	**305.312,05**			**273.912,05**			**305.312,05**	
7.1.2	**ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**305.312,05**			**273.912,05**			**305.312,05**	
7.1.2.3	**OBRIGACOES CONTRATUAIS**	**305.312,05**			**273.912,05**			**305.312,05**	
7.1.2.3.1	**OBRIGACOES CONTRATUAIS - CONSOLIDACAO**	**305.312,05**			**273.912,05**			**305.312,05**	
7.1.2.3.1.02	CONTRATOS DE SERVICOS	305.312,05			273.912,05			305.312,05	
7.2	**ADMINISTRACAO FINANCEIRA**	**25.500.668,55**		**1.058.003,94**	**27.556.606,45**	**612.433,69**	**25.043.357,20**	**25.946.238,80**	
7.2.1	**DISPONIBILIDADES POR DESTINACAO**	**25.500.668,55**		**1.058.003,94**	**27.556.606,45**	**612.433,69**	**25.043.357,20**	**25.946.238,80**	
7.2.1.1	**CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS**	**25.500.668,55**		**1.058.003,94**	**27.556.606,45**	**612.433,69**	**25.043.357,20**	**25.946.238,80**	
7.2.1.1.2	RECURSOS VINCULADOS	25.500.668,55		1.058.003,94	27.556.606,45	612.433,69	25.043.357,20	25.946.238,80	
	Total de Grupo:	**25.805.980,60**		**1.058.003,94**	**27.830.518,50**	**612.433,69**	**25.043.357,20**	**26.251.550,85**	
Código	**Contas**	**Saldos Anteriores**		**Movimento à Débito**		**Movimento à Crédito**		**Saldos Atuais**	
		Débito	**Crédito**	**No Mês**	**Até o Mês**	**No Mês**	**Até o Mês**	**Débitos**	**Créditos**
8	**CONTROLES CREDORES**		**25.805.980,60**	**1.238.071,96**	**28.829.118,82**	**1.683.642,21**	**31.616.280,12**		**26.251.550,85**
8.1	**EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS**		**305.312,05**	**5.815,00**	**34.890,00**	**5.815,00**	**308.802,05**		**305.312,05**
8.1.2	**EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**		**305.312,05**	**5.815,00**	**34.890,00**	**5.815,00**	**308.802,05**		**305.312,05**
8.1.2.3	**EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTRATUAIS**		**305.312,05**	**5.815,00**	**34.890,00**	**5.815,00**	**308.802,05**		**305.312,05**
8.1.2.3.1	**EXECUCAO DE OBRIGACOES -CONSOLIDACAO**		**305.312,05**	**5.815,00**	**34.890,00**	**5.815,00**	**308.802,05**		**305.312,05**
8.1.2.3.1.02	**CONTRATOS DE SERVICOS**		**305.312,05**	**5.815,00**	**34.890,00**	**5.815,00**	**308.802,05**		**305.312,05**
8.1.2.3.1.02.01	A EXECUTAR		276.237,05	5.815,00	34.890,00		273.912,05		270.422,05
8.1.2.3.1.02.02	EXECUTADOS		29.075,00			5.815,00	34.890,00		34.890,00
8.2	**EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA**		**25.500.668,55**	**1.232.256,96**	**28.794.228,82**	**1.677.827,21**	**31.307.478,07**		**25.946.238,80**
8.2.1	**EXECUCAO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINACAO**		**25.500.668,55**	**1.232.256,96**	**28.794.228,82**	**1.677.827,21**	**31.307.478,07**		**25.946.238,80**
8.2.1.1	**EXECUCAO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS**		**25.500.668,55**	**1.232.256,96**	**28.794.228,82**	**1.677.827,21**	**31.307.478,07**		**25.946.238,80**
8.2.1.1.1	**DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS**		**24.309.218,94**	**807.424,37**	**26.429.797,49**	**1.058.003,94**	**27.556.606,45**		**24.559.798,51**
8.2.1.1.1.01	RECURSOS DISPONIVEIS PARA O EXERCICIO		24.309.218,94	807.424,37	26.429.797,49	1.058.003,94	27.556.606,45		24.559.798,51
8.2.1.1.2	**DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EM**		**273.237,05**	**205.784,94**	**1.155.313,72**	**202.316,48**	**1.425.082,31**		**269.768,59**
8.2.1.1.2.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EM		273.237,05	198.459,14	1.116.671,70	194.990,68	1.386.440,29		269.768,59
8.2.1.1.2.02	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EM			7.325,80	38.642,02	7.325,80	38.642,02		
8.2.1.1.3	**DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIC**		**6.037,67**	**219.047,65**	**1.209.117,61**	**216.813,95**	**1.212.921,58**		**3.803,97**
8.2.1.1.3.01	COMPROMETIDA POR LIQUIDACAO		6.037,67	200.692,84	1.112.867,73	198.459,14	1.116.671,70		3.803,97
8.2.1.1.3.02	COMPROMETIDA POR CONSIGNACOES/RETENCOES			18.354,81	96.249,88	18.354,81	96.249,88		
8.2.1.1.4	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS UTILIZADA		912.174,89			200.692,84	1.112.867,73		1.112.867,73

Emissão: 26/07/2018 17:45:02 Página 8

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA
CNPJ: 03.197.975/0001.40
Rua Dos Tres Poderes - 0000777 - Centro
Telefone (066)3536-1828
previlandia2@marcelandia.mt.gov.br

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
	Total de Grupo:		25.805.980,60	1.238.071,96	28.829.118,82	1.683.642,21	31.616.280,12		26.251.550,85
	Total Geral:	159.404.056,00	159.404.056,00	4.982.678,48	119.688.268,74	4.982.678,48	119.688.268,74	160.276.424,84	160.276.424,84

Marli Teresinha Teixeira
Diretor (a)

Andrea de Oliveira Souza
Tesoureira

Celio Felix de Souza
Contador

Emissão: 26/07/2018 17:45:02 Página 9

Homologado

PREVILÂNDIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS - 1° SEMESTRE

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MARCELANDIA

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

1° Semestre - 2018

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

RECEITAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas		Saldo a Realizar (d) = (c-b)
			Até o Mês (c)	% (c / b)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	3.870.000,00	3.870.000,00	487.682,32	12,60	-3.382.317,68
RECEITAS CORRENTES	3.870.000,00	3.870.000,00	487.682,32	12,60	-3.382.317,68
Receitas de Contribuições	1.093.000,00	1.093.000,00	475.640,76	43,51	-617.359,24
Contribuições Sociais	1.093.000,00	1.093.000,00	475.640,76	43,51	-617.359,24
Receita Patrimonial	2.767.000,00	2.767.000,00	10.820,96	0,39	-2.756.179,04
Valores Mobiliários	2.767.000,00	2.767.000,00	10.820,96	0,39	-2.756.179,04
Outras Receitas Correntes	10.000,00	10.000,00	1.220,60	12,20	-8.779,40
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos			1.220,60		1.220,60
Demais Receitas Correntes	10.000,00	10.000,00			-10.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.330.000,00	2.330.000,00	1.432.548,45	61,48	-897.451,55
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)					
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	6.200.000,00	6.200.000,00	1.920.230,77	30,97	-4.279.769,23
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (V)					
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	6.200.000,00	6.200.000,00	1.920.230,77	30,97	-4.279.769,23
DÉFICIT (VII)					
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	6.200.000,00	6.200.000,00	1.920.230,77	30,97	-4.279.769,23

Emissão: 26/07/2018 17:37:59

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE MARCELANDIA

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE MARCELANDIA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

1° Semestre - 2018

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas		Saldo a Realizar (d) = (c-b)
			Até o Mês (c)	% (c / b)	
RECEITAS CORRENTES (I)	2.330.000,00	2.330.000,00	1.432.548,45	61,48	-897.451,55
Receitas de Contribuições	2.330.000,00	2.330.000,00	1.432.548,45	61,48	-897.451,55
Contribuições Sociais	2.330.000,00	2.330.000,00	1.432.548,45	61,48	-897.451,55
RECEITAS DE CAPITAL (II)					
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	2.330.000,00	2.330.000,00	1.432.548,45	61,48	-897.451,55
TOTAL (V) = (III + IV)	2.330.000,00	2.330.000,00	1.432.548,45	61,48	-897.451,55

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

Marli Teresinha Teixeira
Diretor (a)

Andrea de Oliveira Souza
Tesoureira

Celio Felix de Souza
Contador

Emissão: 26/07/2018 17:37:59 Página 2

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 116/2018

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato "**DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACORDO COM A REVISÃO DOS 40.000 KMS RODADOS COM A FINALIDADE DE MANTER A GARANTIA DE FABRICA DO VEÍCULO RENAULT/LOGAN EXPRESSION 1.6 – PLACA QCB 8429 ADQUIRIDO NO**

PREGÃO ELETRÔNICO 011/2016 EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAÚDE",de acordo com o termo de referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes da respectiva **Dispensa de Licitação 011/2018.**

CONTRATADA: MOREL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA

Valor/Global: O preço global dos serviços e as aquisições ora contratados, será de **R$ 2.759,71 (Dois mil, setecentos e cinquenta e nove reais e setenta e um centavos**)

Assinatura: 26/07/2018 Vigência: 31/082018

Da Dotação Orçamentária:

Código Geral: 08.080.0.2.10.305.0041.2.0103 – Man. Vigilância Epidemiológica e Ambiental – 3390.30.000 – Material de Consumo - Fonte 031401600 – R$ 1.536,91

Código Geral: 08.080.0.2.10.305.0041.2.0103 – Man. Vigilância Epidemiológica e Ambiental – 3390.39.000 – Pessoa Jurídica - Fonte 031401600 – R$ 1.222,80

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº. 7258 DE 31 DE JULHO DE 2018 "DISPÕE SOBRE, AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO DA SERVIDORA GELCI SOARES RICARDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

Considerando o artigo nº 154 da Lei Complementar Municipal n°. 081/2013, de 15 de outubro de 2013, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município,

RESOLVE:

ART. 1°. Averbar o tempo de serviço para fins de aposentadoria a servidora GELCI SOARES RICARDO, portadora do RG n.º 0935660-6 SESP/MT e CPF n.º 632.784.211-91, efetiva no cargo de **Manutenção e Limpeza Classe C, Nível 07.**

ART. 2°. O tempo de serviço/contribuição averbado neste ato é de 908 dias, que correspondem a 02 anos 05 meses e 25 dias, conforme certidões apresentadas no processo administrativo de averbação nº 02/2018.

ART.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ART.4º. Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Matupá - MT, em 31 de Julho de 2018.

VALTER MIOTTO FERREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE

Ivaine Molina

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 075/2018

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **EDISON MOYSES DOS SANTOS - ME**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº.19.201.021/0001-01 e Inscrição Estadual n° 13.522739-9, com sede na Av Dante Martins de Oliveira, nº 640, Bairro Cidade Nova, na Cidade de Guarantã do Norte/MT, neste ato representada pela credenciada ELISABETE APARECIDA MOYSES DOS SANTOS, portadora do RG nº 82287 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 312.463.032-72, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Por Item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **"PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com o Termo de Referência do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 041/2018.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal Obras, Urbanismo e Transportes.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	TCE	Descrição	UND	QTD	Valor	Total	Marca
368881	13912-2	CARNE BOVINA - TIPO BISTECA, BIFE, RESFRIADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO	KG	1.073	18,30	19.635,90	Frialto
368883	172508-4	CARNE BOVINA - TIPO COSTELA, TIRAS, RESFRIADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA LIMPA, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, EMBALADA EM EMBALAGEM APROPRIADA, INSPECIONADA PELO SIF	KG	660	11,55	7.623,00	Frialto
363930	92187-4	CARNE BOVINA - TIPO COXAO DURO, BIFE, RESFRIADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO. EM EMBALAGEM PLASTICA HIGIENICA E ADEQUADA	KG	1.744	19,25	33.572,00	Frialto
364297	3817-2	CARNE BOVINA - TIPO COXAO DURO, PECA INTEIRA, RESFRIADO, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO, QUILO	KG	632	19,25	12.166,00	Frialto
368877	571	CARNE BOVINA - TIPO FRALDINHA - PRODUTO CRU COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS	KG	938	17,70	16.602,60	Frialto
368882	16631-6	CARNE BOVINA - TIPO LAGARTO, PECA INTEIRA, RESFRIADO, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO	KG	100	19,90	1.990,00	Frialto
363929	153762-8	CARNE BOVINA - TIPO MOIDA DIANTEIRA SEM OSSO TIPO PALETA OU ACEM EM PECA DIVIDIDA DE ACORDO COM O PESO. SEM PELANCA, SEM GORDURA, CONGELADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA LIMPA COM ASPECTO COR CHEIRO E SABOR PROPRIOS E NOMAXIMO 10% DE SEBO OU GORDURA, EMBALADA EM EMBALAGEM PROPRIA, PESANDO SEM SUGIDADES E ACAO DE MICROBIOS, INSPECIONADA PELO SIF	KG	8.415	12,89	108.469,35	Frialto
363928	3832-6	CARNE BOVINA - TIPO PALETA, CUBOS, RESFRIADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO	KG	7.045	14,95	105.322,75	Frialto
368880	3820-2	CARNE BOVINA - TIPO PATINHO, BIFE, RESFRIADO, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO, EMBALADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO	KG	958	21,33	20.405,40	Frialto
368885	13907-6	CARNE SUINA - TIPO BISTECA, EM BIFE, CONGELADA, COM OSSO, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO	KG	819	11,90	9.746,10	Frigowebe
368886	114550-9	CARNE SUINA - TIPO COSTELA, EM PECA, CONGELADA, COM OSSO, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO	KG	1.063	11,90	12.649,70	Frigowebe
368884	3879-2	CARNE SUINA - TIPO PERNIL, EM PECA INTEIRA, CONGELADA, COM OSSO, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO	KG	300	9,90	2.970,00	Frigoweber
363997	16806-8	FIGADO - BOVINO EM BIFE, RESFRIADO, COM ASPECTO PROPRIO, FIRME, NAO PEGAJOSO, ISENTO DE MANCHAS ESVERDEADAS, COM CHEIRO E SABOR PROPRIO, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO, PESANDO APROXIMADAMENTE 150G POR UNIDADE	KG	192	9,65	1.852,80	Frialto
369119	4996-4	FÍGADO BOVINO "IN NATURA" EM PEÇA: COR VERMELHA BRILHANTE OU PÚRPURA RESFRIADA (0º A 4º) SEM PELES E GORDURAS, PROVENIENTES DE ANIMAIS SADIOS, ABATIDOS SOB INSPEÇÃO SANITÁRIA, MANIPULADA EM CONDIÇÕES HIGIÊNICAS SATISFATÓRIAS.	KG	100	9,10	910,00	Frialto
Total Fornecedor:						**R$ 353.915,60**	

5 – DOS PRODUTOS

5.1 - O prazo máximo para entrega objeto do pedido, é de (05) cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da O.F (Ordem de Fornecimento) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.1.2 - O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.1.2.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.1.2.2 Não apresente avaria ou adulteração.

5.2 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 03 (Três) Dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.3 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.4 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, ser de 01º linha do fabricante, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial ABNT, Vigilância Sanitária, etc. – atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

5.5 - Recebimento dos Produtos:

5.5.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.5.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.5.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Ocorrendo eventualmente falta dos produtos por parte do licitante, o mesmo deverá providenciar outro o produto, para que não ocorra a falta dos mesmos as Secretarias de Matupá.

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS.

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas na Clausula 12 da Presente Ata.

6.14 - Caberá à Licitante Vencedora:

6.14.1 - Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste instrumento, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

6.14.2 - Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

6.14.3 – Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

6.15 – Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

6.16 - A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar.

6.17 - Fica sobre total responsabilidade da contratada todos os gastos referentes com o descarregamento dos produtos.

6.18- A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

6.19 Os produtos devem obedecer criteriosamente às datas de validade não inferiores a sessenta (60) dias;

6.20 As entregas deverão ser realizadas através de transporte regulamentado: refrigerado para garantir as características dos hortifrutigranjeiros, e exclusivo para transporte e entrega de alimentos conforme orientações da VISA –Vigilância Sanitária Municipal;

6.21 Nas caixas de entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco Brasil Ag. Nº 1589-x Conta corrente nº 27.676-6, em nome de Edison Moyses dos Santos - ME

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso na prestação de serviços, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DO SERVIÇO/PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno e serão oriundas de Recursos Próprios, Federal e Estadual:

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.1.12.122.0029.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.5.27.812.0047.2.0128 – MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.2.12.306.0031.2.0091 – AQUISICAO DE MERENDA ESCOLAR A 100% DOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNIC DE ENS FUNDAMENTAL– 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.2.12.306.0031.2.0090 – AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR NA REDE MUNIC DE ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLA– 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.070.0.2.12.306.0031.2.0087 – AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR NA REDE MUNIC DE ENSINO INFANTIL – CRECHE– 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.122.0038.2.0098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.305.0041.2.0103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.122.0039.2.0115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR MUNICIPAL - CRM – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.302.0014.2.0046 – MANUTENÇÃO DO CRDO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.301.0012.2.0050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.302.0013.2.0047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.304.0041.2.0105 – MANUTENÇÃO DA VISA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.080.0.2.10.302.0013.2.0048 – MANUTENÇÃO LABORATÓRIO – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.08.244.0006.2.0057 – MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BASICA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.08.243.0010.2.0071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.1.08.122.0008.2.0065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.08.244.0028.2.0083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.08.244.0028.2.0082 – MANUTENÇÃO DO SCFV - SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.08.244.0005.2.0054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.08.244.0005.2.0055 – MANUTENÇÃO DA CASA LAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.08.244.0008.2.0068 – MANUTENÇÃO DOS BENEFICIOS EVENTUAIS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.08.244.0006.2.0059 – MANUTENÇÃO DOS BENEFICIOS EVENTUAIS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.08.244.0007.2.0062 – MANUTENÇÃO DO IGD SUAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.090.0.2.08.244.0007.2.0063 – MANUTENÇÃO DO IGD SUAS – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 10.100.0.1.04.122.0004.2.0015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.1 – Foi designado através de portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria Municipal de Agricultura	Marcia da Silva Andrelevicius Kuranishi	7202/2018
Secretaria de Esporte e Lazer	Adenil Peres Bandeira	4991/2015
Secretaria Municipal de Assistência Social	Maurina Marques da Silva	7201/2018
Secretaria Municipal de Saúde - PSF	Clarisse Maria Sala	2336/2013
Secretaria Municipal de Saúde	Cleneci de Fátima da Silva Ferreira	6400/2017
Secretaria Municipal de Saúde	Francisco Carlos Vieira	6579/2017
Secretaria Municipal de Saúde	Janara de Souza Soares Tussi	7200/2018
Secretaria Municipal de Educação	Dayana Lais Ferreira	6404/2017
Secretaria Municipal de Educação	Célia Pereira Bueno da Silva	2342/2013
Secretaria Municipal de Saúde – Hospital	Janice Kerber	2340/2013
Secretaria Municipal de Saúde - CRDO	Rita de Cássia Andrade	2718/2013
Secretaria Municipal de Assistência Social - SCVF	Ana Lúcia de Souza	2735/2013
Secretaria Municipal de Assistência Social/CRAS	Heraldo Rodrigo Ricieri	4054/2014
Secretaria Municipal de Obras	Mariza Jeniffer Wachholz	7021/2018

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 041/2018** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 31 de julho de 2018.

_____

Município de Matupá

VALTER MIOTTO FERREIRA

Contratante

_____

EDISON MOYSES DOS SANTOS - ME

CNPJ nº.19.201.021/0001-01

ELISABETE APARECIDA MOYSES DOS SANTOS

CPF nº 312.463.032-72

Contratado

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIÇO DE OBRAS Nº 117/2018

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE GEOMEMBRANA NA 05ª CÉLULA DO ATERRO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT. Contidas nos anexos do Edital 059/2018, TOMADA DE PREÇO 014/2018, com fornecimento pela empresa contratada de todos** os equipamentos, peças e serviços**.**

CONTRATADA: JL SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA

Valor/Global: O valor para as obras, objeto deste contrato é de **R$ 216. 648,00 (Duzentos e dezesseis mil, seiscentos e quarenta e oito reais).**

Assinatura: 30/07/2018 Vigência: 31/12/2018

Da Dotação Orçamentária:

Cód. Geral: 12.120.0.1.17.512.0020.1.0013 – AMPLIAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO, INCLUINDO CONS. DE NOVA CÉLULA E DE BARRACÃO PARA SEPARAÇÃO DE MAT. RECICLAVEIS – 4490.51.00.00

Fontes e destinação de Recursos: 0100000000 - **R$ 216.648,00**

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 051/2018

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 15 de agosto de 2018 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, a "PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE COMPUTADORES, ROTEADORES E PERIFÉRICOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ E INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA ESUS DA SECRETARIA DE SAÚDE". Maiores informações através do Edital nº. 078/2018, que está disponível no site http://www.matupa.mt.gov.br/Administracao/Portais/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 31 de julho de 2018. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 2738 DE 30 DE JULHO DE 2018 "CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS NO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO 001/2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Concurso Público, pelo Decreto nº 2472 de 28/07/2017, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso no dia 31/08/201;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos Efetivos;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados e classificados no Concurso Público, para os Cargos constantes nas relações do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem no Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal, situado a Avenida Hermínio Ometto, nº 101, Bairro ZE-022, Matupá – MT, fone: (66) 3595-3100, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com os documentos reproduzidos por cópias autenticadas em Cartório, os quais constam no Anexo I deste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para fazer entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Concurso Público.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

- Prefeito Municipal de Matupá –

ANEXO I

1. Cédula de Identidade;

2. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88);

3. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

4. Certidão de Casamento ou Nascimento;

5. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos;

6. Certidão de Nascimento dos filhos;

7. Carteira de Trabalho (constando número e data de emissão);

8. Cartão do PIS/PASEP;

9. Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

10. Certidão Negativa de 1º e 2º grau fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

11. Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

12. 01 (uma) foto 3x4, atualizada;

13. Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade Administrativa e Financeira;

14. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

15. Comprovante de Escolaridade, por meio de histórico, diploma e certificado, conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

16. Declaração constando endereço residencial;

17. Declaração de Bens do candidato no ato da posse;

18. Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19. Cópia do CPF e RG do cônjuge;

20. Declaração de não infringência do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal e da disponibilidade do tempo para cumprimento da carga horária.

21. Comprovante de sanidade física e mental, expedido pelo médico do município.

22. Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal, pela Medicina do Trabalho.

23. Todos os exames correrão às expensas do candidato;

24. Os exames complementares a serem realizados e apresentados (original e cópia) no momento do exame médico admissional são os abaixo discriminados:

25. Exames Laboratoriais:

26. Urina tipo I;

27. Hemograma completo;

28. VDRL;

29. Protoparasitológicos;

ANEXO II

CARGO - MANUTENÇÃO E LIMPEZA - ZONA URBANA				
Col.	Código	Candidato	N Geral.	Resultado Preliminar
3º	5664	ANNA PAULA CAROLINE RIBEIRO DOS SANTOS	88	Classificado (a)

Gabinete do Prefeito, aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

- Prefeito Municipal de Matupá –

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 154/2018

PORTARIA Nº. 154/2018

"Dispõe sobre a exoneração da Sra. ***Leidinete Santana Pereira****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Exonerar a Sra. ***Leidinete Santana Pereira***, portadora do RG nº. 2392814-0 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 593.212.021-53, do cargo em Comissão de Assistente de Secretaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 01 de agosto de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº19/2018 TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2018

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº19/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2018

EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA

Pelo presente termo de contrato, de um lado a Prefeitura Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 03.425.170/0004-06, com sede na Avenida Prefeito João Macaúba, nº 82, nesta cidade de NORTELÂNDIA-MT, neste ato devidamente representada pelo Prefeito, Jossimar José Fernandes, brasileiro, casado, inscrito no RG nº 351.773 SSP/MT e CPF nº 503.511.841.04, residente à Rua Antônio Olímpio de Oliveira, nesta cidade, doravante denominada de CONTRATANTE e a empresa **PERSAN Perfuração Sondagens e Saneamentos EIRELI EPP** inscrita no CNPJ sob o nº 17.004.147/0001-52 com sede a rua **AV. Generoso Malheiros** nº **278** Bairro **Cidade Verde**, na cidade de **Cuiabá** CEP **78.028-685** denominada CONTRATADA, representada neste ato por seu representante legal, **LUIZ CARLOS AMARO** inscrito no RG – Registro Geral sob o **505.069** e no CPF sob o n.º **452.936.781-91** residente à **rua AV. Generoso Malheiros** nº **278**, bairro **Cidade Verde** na cidade de **Cuiabá** CEP **78.028-685** cele-

bram o presente contrato nos termos do Edital de Tomada de Preços n.º 004/2018, mediante as condições estabelecidas nas Cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Este contrato tem por objeto a "O objeto da presente licitação é a seleção de empresa do ramo de Engenharia Civil, para "Pavimentação Asfaltica em TSD com Capa Selante e Drenagem em águas na Rua Nossa Senhora Santana, Rua Geraldo Marques e Rua José L. de Oliveira no Município de Nortelândia".

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 – O regime de execução da obra é o de empreitada por preço global, nos termos do artigo 6º, VIII, "a" da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 – Para a execução total da obra fica contratado o preço global de **R$ 83.945,65 (Oitenta e três mil, novecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos**), proposto pela CONTRATADA.

3.2 – O contrato durante toda sua vigência e execução deverá observar o equilíbrio financeiro nos

parâmetros da proposta, conjugado na composição de preços dos valores básicos de cada item.

3.3 – O pagamento será efetuado pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT,

através de medição mensal com base no cumprimento das etapas previstas no cronograma físico-financeiro apresentado pela contratada, acompanhada da Nota Fiscal emitida em nome da Prefeitura Municipal de Nortelândia, devidamente atestada pela Fiscalização.

3.3.1 – As medições dos serviços executados serão efetivadas por Engenheiro (s) Fiscal (is),

designado (s) pelo Prefeito Municipal de Nortelândia.

3.3.2 - Entre duas medições não poderá decorrer menos de 30 (trinta) dias, exceto para a primeira

medição e a última medição (Medição Final).

3.4 – A medição final, bem como os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo da Obra

serão elaborados por Comissão de Vistoria por Pelo Engenheiro Civil designado pela Prefeitura Municipal para tal finalidade quando concluída toda a obra.

3.5 – Se por motivo não imputável à CONTRATADA, o pagamento da medição de cada parcela

não ocorrer dentro dos trinta dias de sua realização, incidirá sobre o valor da mesma, atualização monetária diária de 0,1%, a partir do trigésimo dia do adimplemento até o dia do efetivo pagamento, limitada a 20%.

3.6 – O Cronograma de Desembolso será executado de acordo com a disponibilidade dos

recursos financeiros, máximo por período.

3.7 – Só haverá compensações financeiras e penalizações por eventuais atrasos e descontos por

eventuais antecipações de pagamentos se houver acordo entre as partes.

3.8 – Respeitada a periodicidade mínima legal de acordo com a Lei n.º 9. 069/95, os preços do

contrato poderão sofrer reajuste conforme acordo entre as partes.

3.9 – A CONTRATANTE, independente das quantias previstas neste instrumento poderá sustar o

pagamento de qualquer fatura no todo ou em parte, nos seguintes casos:

a) execução defeituosa da obra;

b) existência de qualquer débito exigível pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1 – A CONTRATADA observará o prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data do

recebimento da "ORDEM DE SERVIÇOS" para conclusão da obra, promovendo, então, sua entrega em perfeitas condições de imediato uso.

4.1.1 – As etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto estão demonstradas no Cronograma Físico da obra.

4.1.2 – O prazo contratual (de vigência) será de 12 (doze) meses a partir da assinatura deste

contrato poderá ser prorrogado dentro da vigência do prazo estabelecido, na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 21/06/93.

4.2 – Só se admitirá a prorrogação de prazos quando houver impedimentos que paralisem ou

restrinjam o normal andamento da obra decorrente de fatos alheios à responsabilidade da CONTRATADA, atestados e reconhecidos pela CONTRATANTE.

4.2.1 – Na ocorrência de tais fatos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito um dia após o evento enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados por escrito dez dias antes de findar o prazo original, em ambos os casos com justificação circunstanciada.

4.3 – Após a assinatura deste termo a CONTRATADA no prazo máximo de 10(dez) dias úteis

fica obrigada a entregar na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pela Obra de Engenharia (Lei 5.194/66).

CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÃO AS DESPESAS

5.1 – As despesas decorrentes da obra deste contrato advirão de recursos de Convênios e recursos próprios do município, os quais estão consignados na seguinte rubrica orçamentária: Secretaria Municipal de Administração:

0159-03.002.15.451.0026.10043-4490.51.00.00.00

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 – São direitos e responsabilidades da CONTRATADA:

a) cumprir fielmente o presente Contrato, de modo que, no prazo estabelecido a obra seja entregue inteiramente concluída e acabada, em perfeitas condições de uso;

b) observar, na execução da obra mencionada, as leis, os regulamentos, as posturas, inclusive de segurança pública e as melhores normas técnicas específicas;

c) providenciar, às suas expensas, junto às repartições competentes, o necessário licenciamento da Obra, as aprovações respectivas, inclusive de projetos complementares, bem como de placas exigidas pelos órgãos competentes e pela CONTRATANTE;

d) fornecer equipamentos, ferramentas, materiais e mão-de-obra necessários à execução dos

serviços.

e) colocação da placa da obra, a qual deverá obedecera aos padrões de medida e conteúdo

instituídos pela Prefeitura Municipal de Nortelândia–MT, e fixada em local de fácil visualização, livre de obstáculos naturais ou edificados em volta.

f) fornecer e utilizar na execução da obra, equipamentos e materiais de primeira qualidade.

g) realizar as despesas com mão-de-obra, inclusive as decorrentes de obrigações previstas na

legislação fiscal, social e trabalhista, apresentando à CONTRATANTE, quando exigida, cópias dos documentos de quitação.

h) assumir quaisquer acidentes na execução da obra, inclusive quanto às redes de serviços

públicos, aos fatos de que resultem na destruição ou danificação da obra, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do "TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA".

i) arcar com o pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer despesas referentes à obra, inclusive licença em repartições.

j) fornecer, na entrega da obra, as indicações práticas sobre o uso e limitações da mesma;

l) providenciar o registro da obra junto ao CREA/MT e entregar a CONTRATANTE a respectiva ART.

m) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na

obra, objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente Contrato, observado o art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

n) apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as Notas Fiscais de Prestação de Serviços,

acompanhadas das respectivas medições devidamente aprovadas pelo Engenheiro responsável da CONTRATANTE, especificando claramente o custo específico com a mão-de-obra.

o) Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-

operacional de que trata o item 7.5.1. d, do Edital de Licitação, deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

r) receber dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes às medições da obra já

executada.

6.2 – São direitos e responsabilidades da CONTRATANTE:

a) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações

da CONTRATADA.

b) intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei.

c) homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostos na forma da lei e do presente

contrato.

d) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais

deste instrumento.

e) fiscalizar a execução da obra por intermédio do seu Engenheiro responsável.

f) cumprir e fazer cumprir os termos da Lei n.º 8.666, de 21/06/93 e do presente instrumento,

inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do contrato.

g) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA no prazo estipulado no contrato depois do

recebimento das Notas Fiscais e respectivas medições de cada etapa, já devidamente atestadas por Engenheiro responsável pela fiscalização.

h) aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial da obra ou pela inobservância de

quaisquer das cláusulas deste contrato.

i) efetuar a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais de cada parcela.

j) modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse

público, respeitado os direitos da CONTRATADA.

l) rescindir unilateralmente o Contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida

lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS

7.1 – As penalidades contratuais aplicáveis são:

a) advertência verbal ou escrita.

b) multas.

c) declaração de inidoneidade e,

d) suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/93, de 21/06/93 e alterações posteriores.

7.2 – A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis,

quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.

7.3 – As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:

a) 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega da obra.

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas

do contrato.

c) 2% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos

em lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa.

d) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Nortelândia – MT, por prazo não superior a dois anos.

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.4 – De qualquer sanção imposta, a CONTRATADA poderá, no prazo máximo de cinco dias,

contados da intimação do ato, oferecer recurso à CONTRATANTE, devidamente fundamentado.

7.5 – As multas previstas no item anterior são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

7.6 – A multa definida na alínea “a” do item 8.3, será descontada de imediato dos pagamentos das

parcelas devidas e a multa prevista na alínea “b” do mesmo item será descontada por ocasião do último pagamento.

7.7 – A CONTRATADA não incorrerá na multa prevista na alínea “b” acima referida, na

ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade da CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1 – A CONTRATANTE poderá considerar rescindido este contrato, de pleno direito,

independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

a) a CONTRATADA não iniciar os trabalhos dentro de vinte dias contados da data do

recebimento da "ORDEM DE SERVIÇO" ou interrompê-los por mais de vinte dias consecutivos, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE.

b) a CONTRATADA, sem prévia autorização da CONTRATANTE, ceder o presente contrato, no

todo ou em parte.

c) a CONTRATADA atrasar por mais de trinta dias o cumprimento dos prazos parciais previstos

no Cronograma Físico-Financeiro, aprovados pela CONTRATANTE.

d) a CONTRATADA não atender as exigências da CONTRATANTE relativamente a defeitos ou

imperfeições das obras, dos serviços ou das instalações, ou com respeito a quaisquer dos materiais, dos equipamentos e da mão-de-obra utilizados.

e) as multas aplicadas à CONTRATADA atingirem, isolada ou cumulativamente, montante

correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

f) a CONTRATADA deixar de cumprir qualquer cláusula, condições ou obrigações prevista neste

Contrato ou dele decorrente;

g) ocorrer qualquer um dos motivos referidos nos Capítulo III, seção V da Lei n.º 8.666, de 21/06/93.

8.2 – A CONTRATADA reconhece os direitos da contratante, em caso de rescisão administrativa

prevista no art. 77 da Lei n.º 8.666/93.

8.3 – A rescisão deste Contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de

débitos anteriores da CONTRATADA, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, as seguintes consequências:

a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio

da Administração.

b) ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na

execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do artigo 58 da Lei n.º 8.666/93.

c) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à contratante.

8.4 – A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79

da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DA LICITAÇÃO

9.1 – O presente contrato está vinculado em todos os seus termos ao Edital de Tomada de Preços

n.º 004/2018 e respectivos anexos, bem como à proposta de preços vencedora, que será juntada e este termo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

10.1 – Aplica-se a Lei n.º 8.666/93 e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e em especial

aos seus casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

11.1 – A CONTRATADA deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade

com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentado sempre que exigido pela administração sob pena de bloqueio de pagamento e até rescisão contratual conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DA OBRA

12.1 – A fiscalização dos serviços será exercida por Engenheiro Civil credenciado,

independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento da obra que venha a ser determinado pela CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo.

12.2 – A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz, a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus empregados, prepostos ou contratados.

12.3 – Todas as ORDENS DE SERVIÇOS, instruções, reclamações e, em geral, qualquer

entendimento entre a Fiscalização e a CONTRATADA serão feitas por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

12.4 – A CONTRATADA obriga-se a retirar da obra e não readmitir os empregados, contratados

ou prepostos que venham a criar embaraços à Fiscalização, bem como a remover quaisquer materiais ou equipamentos que não estejam de acordo com as especificações aprovadas para a execução da obra.

12.5 – Da(s) decisão (ões) da Fiscalização poderá a CONTRATADA recorrer à

CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DA OBRA

13.1 – Executado o Contrato, a obra será recebida através de Termo Provisório e após, Definitivo;

13.1.1 – Provisoriamente pelo Responsável por seu acompanhamento e Fiscalização, mediante

termo circunstanciado em até 15 dias do comunicado escrito da Contratada;

13.1.2 – Definitivamente por Comissão designada pelo Prefeito Municipal de Nortelândia-MT,

mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após terem os serviços sidos examinados e julgados em perfeitas condições técnicas, não excedendo o prazo de até 90 (noventa) dias contados do Recebimento Provisório;

13.1.3 – O Recebimento Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez

e segurança do serviço, podendo ocorrer solicitações para correções de defeitos de execução que surgirem dentro dos limites de prazo de garantia estabelecido pela Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 – A CONTRATANTE só admitirá quaisquer alterações de projetos ou especificações se

houve motivo justificado e fundamentado com a necessária antecedência.

14.2 – A CONTRATADA somente poderá sub-empreitar parte do objeto contratado com prévia

concordância da CONTRATANTE, ficando, neste caso, solidariamente responsável perante a CONTRATANTE pelas obras, serviços ou instalações executados pela subempreiteira e, ainda, pelas consequências dos fatos e atos a ela imputáveis.

14.3 – As prorrogações de prazo de execução de etapas da obra serão processadas nos termos do

artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

14.4 – As alterações contratuais obedecerão aos dispositivos constantes do artigo 65 da Lei acima

referida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 – Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Nortelândia – MT, com recusa expressa de

qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15.2 – E por estarem justos e contratados, CONTRATANTE e CONTRATADA, mutuamente

assinam o presente instrumento contratual, em três vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nortelândia – MT, 11 de julho de 2018.

Prefeitura Municipal de Nortelândia – MT.

Jossimar José Fernandes

Prefeito Municipal

Representante Legal Contratada

PERSAN Perfuração Sondagens e Saneamentos EIRELI EPP

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: _____ Nome: _____

RG n.º _____ - _____/____ RG n.º _____ - _____/____

CPF n.º _____ CPF n.º _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PORTARIA Nº 001/2018/ CME

Conselho Municipal de Educação

Portaria Nº 001/2018/CME

O Conselho Municipal de Educação – CME de Nª Srª do Livramento, no uso de suas atribuições legais:

Considerando a Deliberação em Reunião Ordinária, realizada no dia 29 de Junho de 2018, as 8:00 horas, sob o Registro da Ata Nº 003/2018/CME:

Resolve:

Art. Iº - Designar os Conselheiros Titulares abaixo mencionados, a compor a Comissão Especial para o Processo de Renovação de Credenciamento das Unidades Escolares e Autorização para Cursos, na Rede Municipal de Ensino no ano de 2018:

- Comissão Especial do Conselho Municipal de Educação:

Maria Elena de Campos – Conselheira Titular

Benedito Brito de Assunção – Conselheiro Titular

Karolina Aparecida de Figueiredo – Conselheira Titular

Art. IIº - Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data.

Registra-se e Publique-se!

Nª Srª do Livramento, 30 de Julho de 2018.

Maria Elena de Campos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2018 PROCESSO: 002316/2018-1

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2018

Processo: 002316/2018-1

Assunto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços em instalação, fornecimento e manutenção de internet p/ atender a secretaria de Ação social- Cras do Município de Nossa Senhora do Livramento/MT.

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a **INEXIGIBILIDADE** DE LICITAÇÃO para a **Contratação de empresa especializada em prestação de serviços em instalação, fornecimento e manutenção de internet p/ atender a secretaria de Ação social- Cras do Município de Nossa Senhora do Livramento/MT.**

Conforme exigências e especificações constantes neste termo de referência nº.46/2017, Empresa- **MTCASEMOD COMERCIO DE PRODUTOS CNPJ: 09.188.449/0001-08,** no valor total contratado de **R$ 2.740,00(DOIS MIL, SETECENTOS E QUARENTA REAIS).**

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias

SECRETARIA Programa	RECURSO	PROJETO ATIVIDADE	REDUZIDO/ DOTAÇÃO	NATUREZA DE DESPESA	FONTE	VALOR
Social	**Federal**	**2082- Manut.do programa IGDBF- Municipal**	060035	33.90.39.00	129	2.740,00
	VALOR TOTAL ESTIMADO					**R$** 2.740,00

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$**2.740,00(DOIS MIL, SETECENTOS E QUARENTA REAIS),** em favor da Empresa- **MTCASEMOD COMERCIO DE PRODUTOS CNPJ: 09.188.449/0001-08,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 46/2017.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 31 de JULHO de 2018.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT AVISO DE CONVOCAÇÃO DE SEGUNDO COLOCADO. PROCESSO N° 001/2018 – PREGÃO PRESENCIAL N. º 001/2018.

OBJETO: Locação de Sistemas Integrados de Gestão Pública Municipal, conforme quantitativos e características descritas no Anexo I, inclusive com a prestação de serviços de suporte técnicos correlatos.

A Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT, através da Pregoeira, torna público que em face da desclassificação da primeira colocada no Pregão Presencial nº 001/2018, CONVOCOU nos termos das Leis nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, a Empresa classificada em segundo lugar para nova sessão pública visando à negociação e abertura da documentação de habilitação, a qual ocorrerá no dia **02 de agosto, às 10:00 horas**, na sede da Câmara Municipal.

Ficam desde já, todas as demais empresas participantes do certame e outros interessados, convocados a acompanhar a negociação de preço e análise da documentação de habilitação.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 31 de julho de 2018

Mayara Tereza Freitas e Silva

Pregoeira

RESOLUÇÃO Nº 002/2018/CME

Conselho Municipal de Educação

Resolução Nº 002/2018/CME

O Conselho Municipal de Educação – CME de Nª Srª do Livramento, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o disposto do seu Regimento Interno;

Considerando as atribuições contidas na Lei Nº 486/2013, em seu Titulo II, Capítulo I e Art, VIº, & I;

Considerando a Deliberação em Reunião Ordinária, realizada no dia 27 de Julho de 2018, as 8:00 horas, sob o Registro da Ata Nº 005/2018/CME:

Resolve:

Art. Iº - APROVAR a Proposta Municipal do EJA – Educação de Jovens e Adultos, com sugestões encaminhadas a Secretaria Municipal de Educação através do Ofício Nº 002/2018/CME.

Art. IIº - Esta Resolução entrará em vigor a partir desta data.

Registra-se e Publique-se!

Nª Srª do Livramento, 30 de Julho de 2018.

Maria Elena de Campos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 44/2018 PROCESSO:002110/2018-1.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 44/2018

Processo:002110/2018-1.

Assunto: Este processo de aquisição para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação de 01(um) caminhão ¾ furgão com capacidade 4.000kg,que será por quilometro rodado, com motorista devidamente habilitado, para atendimento das demandes operacionais da Sec. Municipal de Educação, Transporte da Merenda Escolar, tanto na Zona urbana quanto na Zona Rural do Município.

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO para a**-** Este processo de aquisição para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação de 01(um) caminhão ¾ furgão com capacidade 4.000kg,que será por quilometro rodado, com motorista devidamente habilitado, para atendimento das demandes operacionais da Sec. Municipal de Educação, Transporte da Merenda Escolar, tanto na Zona urbana quanto na Zona Rural do Município.

Conforme exigências e especificações constantes neste termo de referência nº.079/2018 **PESSOA JURIDICA – D. M. SILVA CNPJ: 21.659.772/0001-00,** no valor total contratado de **R$ 26.250,00(VINTE E SEIS MIL, DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).**

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA						
A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretária/Programa	**Recurso**	Projeto/Ativ.	**Reduzido Dotação**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor (R$)**
05/2045	PRÓPRIO	2045-Manutenção encargo e salários	050019	33.90.39.00	100	R$ 26.250,00
			TOTAL			**R$** 26.250,00

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$**26.250,00(VINTE E SEIS MIL, DUZENTOS E CINQUENTA REAIS),** em favor da **PESSOA JURIDICA – D. M. SILVA CNPJ: 21.659.772/0001-00,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 079/2018.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento,31 de julho de 2018.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 43/2018 PROCESSO:002108/2018-1.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 43/2018

Processo:002108/2018-1.

Assunto: Este processo de aquisição para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação de 01(um) caminhão ¾ com capacidade 4.000kg, com motorista devidamente habilitado, para transporte de óleo diesel para atendimento das demandes operacionais da Sec. Municipal de Educação, e abastecimento dos ônibus que realizam o Transporte Escolar da Zona Rural e Sede do Município.

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO para a**-** Este processo de aquisição para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação de 01(um) caminhão ¾ com capacidade 4.000kg, com motorista devidamente habilitado, para transporte de óleo diesel para atendimento das demandes operacionais da Sec. Municipal de Educação, e abastecimento dos ônibus que realizam o Transporte Escolar da Zona Rural e Sede do Município**, Conforme** exigências e especificações constantes neste termo de referência nº.080/2018 **PESSOA JURIDICA – D. M. SILVA CNPJ: 21.659.772/0001-00,** no valor total contratado de **R$ 26.250,00(VINTE E SEIS MIL, DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).**

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA						
A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretária/Programa	**Recurso**	Projeto/Ativ.	**Reduzido Dotação**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor (R$)**
05/2216	PRÓPRIO	2016-Manutenção do Programa Transporte escolar	050029	3.3.90.39	100	R$ 26.250,00
			TOTAL			**R$** 26.250,00

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$**26.250,00(VINTE E SEIS MIL, DUZENTOS E CINQUENTA REAIS),** em favor da **PESSOA JURIDICA – D. M. SILVA CNPJ: 21.659.772/0001-00,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 080/2018.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento,31 de julho de 2018.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 279/2018

PORTARIA Nº. 279/2018

Rose Mary Miranda de Carvalho, Coordenadora de Recursos Humanos-da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º - Conceder 90 (Noventa) dias de licença prêmio do servidor Público Municipal **João Bosco de Campos**, lotada na Secretaria de Administração, no cargo de Agente Municipal, referente ao período aquisitivo de 2005/2010, conforme processo 1589/201, compreendido de 27/08/2018 a 24/10/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 31 de Julho de 2018.

Rose Mary Miranda de Carvalho

Coordenadora de Recursos Humanos

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

RELAÇÃO DE CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2018

ANEXO - I

RELAÇÃO DE CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2018

A **COMISSÃO ORGANIZADORA** de Designação Temporária para o Processo Seletivo Simplificado de Provas, para cadastro de reserva que visa a contratação para os cargos/funções, e dos que vagarem e forem necessários ao Quadro Pessoal, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria nº 101/2018 de 07 de março de 2018, torna público Relação de Candidatos ao Edital nº 002/2018, para nele fazer constar o que segue:

AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA		
Nº INSCRIÇÃO	**NOME**	**C.P.F**
001	DAYANE BENTA DOS SANTOS	703.634.161-02
002	ALEXANDRA ROSA DE SOUZA MACEDO	013.034.151-78
003	MARCIA PINHEIRO DE MATOS FERREIRA	027.056.191-94
004	WELICA PEREIRA CONCEIÇÃO SANTOS	027.063.451-79
005	ANDRELINA ROSA DOS SANTOS	020.143.421-05
006	CLEIDIANA DA SILVA SANTANA	013.968.961-39
007	RHAQUEL BATISTA BRAGA	062.532.841-85
010	HELAD DANAÊ DOS SANTOS	055.940.081-01
012	DANILA SOUZA SANTOS TAVARES	022.498.281-80
013	GEDIANE MACEDO	025.810.341-81
016	VANIR PEREIRA DOS SANTOS	035.015.891-66
017	ROSINEI LIMA DE MIRANDA	022.362.021-13
019	KARINA LIMA PEREIRA	703.299.251-05
020	ELIZAINE PAULA MARQUES GOUVEIA	008.106.151-00
021	RAHUANY NEVES DOS SANTOS	045.219.451-20
022	EDILEUSA NEVES DOS SANTOS	629.448.601-78
023	BRUNA NAELY ARRUDA	703.634.031-24
024	SANDRA MARIA CARDOSO	020.734.191-51
025	JOELMA RIBEIRO DE SOUZA	019.054.761-83
026	ELIANA APARECIDA DE SOUZA SILVA	056.310.971-84
028	EVA MARIA DA SILVA	039.605.931-71

029	CLEONICE MARIA DE SOUZA	025.899.371-56
030	CRISLAINE CARVALHO DOS SANTOS	035.394.491-24
032	ALINE CRISTINA DE SANTANA LIMA	020.430.031-27
038	VITORIA COSTA DUTRA	703.640.271-77
039	ELIENE COSTA DOS SANTOS	051.334.881-65
040	GABRIELLY DE ARAUJO SOARES	061.750.261-79
044	ALESSANDRA APARECIDA ARAÚJO	012.742.241-28
045	ROSIMAR LOPES NASCIMENTO	651.736.431-53
047	MIRIÃ PEREIRA DE OLIVEIRA	062.878.601-89
050	DIVINA DE OLIVEIRA	033.101.211-19
052	VALDIRENE ALVES BASÍLIO	021.242.191-38
053	LAIS PAZ DE OLIVEIRA	032.890.591-70
054	RONARIQUELE SILVA CAMPOS	005.517.171-06
056	MARCIA APARECIDA DE OLIVEIRA AIRES	030.653.921-78
057	MARIA SANTÍSSIMA MARTINS DE SOUZA	032.182.201-30
058	MEIRIANE ANASTACIA DE SOUZA	015.780.131-43
065	VALDETE FERREIRA DE ALMEIDA	977.961.661-68
066	PAULO CEZAR COSTA	582.027.901-82
067	SARA DOS SANTOS OLIVEIRA	061.789.081-13
069	ANDREA PESSOA DOS SANTOS	017.309.651-48
074	IVONETE FERREIRA PASSOS	872.214.461-72
075	CRISTIANE ARAÚJO VENTURA GASPARINI	013.591.031-55
077	MARIA ROSÂNGELA SOUZA FERNANDES	789.908.821-68
078	MILÂNGELA RODRIGUES KHALAF	024.020.291-02
080	VANDERLICE DOS REIS	046.030.001-62
083	ELIANE ROSA DOS SANTOS	057.963.621-60
085	ANDRESSA DAMARES PEREIRA CARDOSO	703.633.961-60
086	VANDERLÉIA APARECIDA PEREIRA	001.941.471-42
088	LUCIANA LOPES PASSOS	063.086.093-90
091	SUELI ELIDIA OLIVEIRA BORGES	012.743.221-38
093	MARIA SEBASTIANA DE ALMEIDA	011.514.201-07
095	FRANCIELLE LIMA DOS SANTOS	020.142.321-99
097	KATITYUCE DEBORA DE ARAUJO SILVA	067.796.631-82
099	MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA	700.030.271-20
100	BERENICE COIMBRA DOS SANTOS	019.054.801-05
104	ROSENILDA ALMEIDA RIBEIRO	018.574.851-14
105	IONARIA FERNANDES OLIVEIRA	048.067.311-02
106	MARIA DO CARMO CAVALCANTE PEREIRA	026.055.441-33
107	KELY GOMES DA SILVA FERREIRA	051.589.171-16
112	DANIELLY ANGELICA CLEMENTE	056.782.751-86
113	LUCIANA MARQUES PEREIRA CARVALHO	036.094.581-35
114	SIMONE MARQUES PEREIRA	027.697.521-97
116	VALDIRENE BRAGA DE LIMA	020.142.281-30
120	MARIZETE BENEDITA FERREIRA	027.246.291-83
123	MARIA CRISTINA MOREIRA DE SOUSA	039.884.563-81
124	KELVYA CRISTINA SILVA COSTA	049.617.431-27
126	ALINE CRISTINA DA SILVA	037.036.911-40
127	RAFAELA DA SILVA COSTA	049.617.441-07
129	MAISA APARECIDA DE SOUZA SILVA	068.850.601-19
130	LUCIANA PEREIRA	002.191.801-56
131	ANDREIA BENTO SANTANA	020.143.281-10
139	NARA PEREIRA RODRIGUES	989.583.641-49
140	MARIA DE FATIMA ALEXANDRE DOS SANTOS	010.292.511-93
142	FRANCIELLY DE ALMEIDA SOUZA	035.302.501-12
144	MILENA CAROLINA DOS SANTOS SAMPAIO	062.590.821-00
147	DILEUZA APARECIDA DA COSTA	569.761.601-59
160	KELLE FRANCISCA DOS REIS	060.413.991-83
149	VANUZA MARTINS DE SOUZA	703.669.211-18
150	GISLAINE DE SOUZA CARDOSO	936.691.781-04
151	BIANCA RODRIGUES SAMPAIO	056.820.951-62
152	IRAIDES RUFINO DA SILVA	632.711.501-25
153	FLAVIANE PAES DE MATOS	035.464.791-14
155	JAQUELINE PEDROSO MATOS	703.635.751-70
157	JOSIELE DE OLIVEIRA NEVES	056.820.921-47

AGENTE DE VIGILÂNCIA

Nº INSCRIÇÃO	NOME	C.P.F
041	FLAVIO ROBERTO DA MATA PEREIRA	753.913.331-72
042	ISMAILDO GOMES PEREIRA	979.046.271-91
049	DOMINGOS CELESTINO COSTA	020.142.691-90
059	EDNA LOPES DE JESUS	013.969.051-46
062	UGRISON DE SOUZA SOARES	021.378.431-96
063	KATIA DA SILVA CARNEIRO	000.041.352-61
068	ELAINE QUEIROZ GONÇALVES	069.092.361-90
071	RONILSON MARQUES CANGUÇU	058.512.661-55
072	EZEQUIAS PALHANO CARDOSO SILVA KHALAF	049.328.361-71
073	ENEIDEMAR MARIA SILVA ALCANTARA	012.923.816-39
076	DAVID COSTA MARQUES	048.153.891-79
089	LONISE RAPHAELLA NUNES DE SIQUEIRA LYRA	014.315.661-60
090	ELIANE CASSIMIRA GASPARINI	036.973.531-52
098	ELOANA MARQUES CANGUCU ALVES	024.020.211-28
102	MARIA JOSE DA SILVA UHDE	989.335.661-04
103	NAYRA APARECIDA COSTA KHALAF SILVA	031.459.321-79
108	LEANDRO ALVES DOS SANTOS	077.199.849-00
117	MARIA SANDRA BRITO UHDE	004.219.461-05
121	JESSICA SILVA ALCANTARA	119.547.296-00
122	ANDREIA MENDES DE CARVALHO	016.274.231-25
135	JOAO BATISTA GOMES DE MESQUITA	046.267.851-23
136	ODETE FRANCISCA DE OLIVEIRA	781.810.621-91

138	JAQUELINE GASPARINI DE OLIVEIRA	060.136.671-95
141	JUSCELINA TEIXEIRA MORAIS	031.049.221-10
143	FABIO OLIVEIRA DE JESUS	054.521.001-13
146	CELIO NEVES DA PURIFICAÇÃO	595.592.411-68
158	MARIA LOPES DOS SANTOS	353.803.061-87
159	JOAO LUCAS MAIA DOS SANJOS	053.698.171-03

AGENTE OPERACIONAL DE ETA		
Nº INSCRIÇÃO	**NOME**	**C.P.F**
014	THALYS FERNANDO COIMBRA SILVA	056.777.331-05
033	GUERINO PEREIRA GERALDINO	052.849.541-06
036	SILVONEY DE SOUZA PEREIRA	832.676.381-00
055	DENILSON GENOÁRIO DA SILVA	056.765.341-25
061	CLAUDINEI ALVES DE SOUZA	702.640.811-96
079	JEFERSON FLORENTINO ARAUJO	020.143.181-58
096	RAMIR PEREIRA KHALAF	045.644.501-31
111	TANIA INGRYDIS NUNES	033.939.101-40
134	YUSUF SULEIMAN CARNEIRO KHALAF	944.768.371-15
137	CLINTON MATEUS FRANCISCO DOS SANTOS	063.073.461-59
148	MILLENA SOUZA MATOS	070.434.331-26
154	PAULO CEZAR LEMES GOMES	851.545.631-15

AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTÁRIO		
Nº INSCRIÇÃO	**NOME**	**C.P.F**
064	WELIDA MAGALHÃES DE SOUZA	704.141.551-14
109	JOSELENE DOS SANTOS	028.305.271-60
145	FRANCIELY ALVES SANTOS	037.060.531-44

OPERADOR DE MÁQUINAS AGRICOLAS		
Nº INSCRIÇÃO	**NOME**	**C.P.F**
009	WEVERTON MOREIRA FREITAS	051.953.281-37
015	PEDRO MARTINS DE MEDEIROS JUNIOR	046.751.731-28
018	WILLIAN RODRIGO RUFINO DA SILVA	019.984.351-13
027	ELIAS ALVES COELHO	013.435.601-28
115	BENEDITO DE OLIVEIRA	031.738.891-69
125	ROMÁRIO DOS REIS	034.545.881-89

OPERADOR DE MOTONIVELADORA		
Nº INSCRIÇÃO	**NOME**	**C.P.F**
070	ALEXSANDRO DE ARAUJO VENTURA	053.842.801-58
087	VALDECI DE OLIVEIRA	948.459.561-87

OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA		
Nº INSCRIÇÃO	**NOME**	**C.P.F**
011	JOSE MIGUEL DOS SANTOS	036.973.491-20
051	DENNYS KENEDY ARAUJO NAKANO	037.247.661-90
082	AVERALDO SILVA DO NASCIMENTO	040.118.731-44
119	JUNIOR APARECIDO ALVES DE CARVALHO	022.419.131-46

MOTORISTA ESCOLAR – CAT D		
Nº INSCRIÇÃO	**NOME**	**C.P.F**
008	DELCINO ARRUDA DOS SANTOS	315.828.771-49
037	ROBERTO BOLANDINI	915.964.671-34
043	CLEBSON SOUZA LUCAS	945.564.581-53
048	SILVIO JOSE MIGUEL DA SILVA	959.672.221-20
118	JHONYS AUGUSTO SILVA	042.872.521-01
133	CREDINEI ALVES DE MATOS	703.331.731-04
156	CARLOS HENRIQUE FERREIRA	002.430.251-14

ENFERMEIRO		
Nº INSCRIÇÃO	**NOME**	**C.P.F**
034	THAIZA FERNANDA FELIPE DOS SANTOS	051.334.961-84
035	ELISANETE AVELINO DO NASCIMENTO	361.730.451.68
081	JOELMA DA SILVA	051.334.691-01
084	LUMA MIKAELLA PEREIRA COSTA	054.733.091-00
092	DANILLA LUANA COSTA FRERES	009.458.871-67
094	ELIEZER DE SOUZA RODRIGUES	053.657.991-19
101	FERNANDO ALVES DOS SANTOS	061.290.401-64
110	SIMONIA ALVES DOS SANTOS	907.878.111-49
128	ADRIELLY GLEICY DE PAULA MENDES	046.751.741-08

TÉCNICO EM ENFERMAGEM		
Nº INSCRIÇÃO	**NOME**	**C.P.F**
031	THAISA MORGANA VIEIRA LOPES	049.184.971-01
046	SUELY ARAUJO DA SILVA	569.606.621-68
060	LUZANIRA SILVEIRA DA SILVA	785.849.811-87
132	EDNALVA GONÇALVES MATOS	014.935.241-78

Nova Brasilândia/MT, 21 de maio de 2018.

Comissão Processo Seletivo:

Julio Cesar Bonfim Lopes – Presidente	**Vandeilson Batista da Silva - Secretário**
Cleuma Francisca de Jesus – Membro	**Venicios de Araujo Ventura – Suplente**

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2018**

TIPO: **MENOR PREÇO POR ITEM**

A Comissão Permanente de Pregão da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, torna – se público aos interessados que o Pregão Presencial/Registro de Preço N° 017/2018, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS objetivando a futura e eventual **AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O FORNECIMENTO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE NOVA BRASILÂNDIA/MT E PARA A MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA/MT**, conforme as especificações e quantidades contidas no ANEXO I TERMO DE REFERENCIA deste Edital. Sagrou – se vencedora a empresa **ROBSON GOMES DE MATOS - ME**, inscrita no CNPJ:Nº.26.721.888/0001-45 venceu nos itens: **02 e 03**, no valor total de **R$ 65.005,50** (sessenta e cinco mil e cinco reais e cinquenta centavos)empresa **LEANDRO B BRAGA COMERCIO DE SECOS E MOLHADOS EIREL** - **ME** inscrita no CNPJ:Nº.30.199.162/0001-61, venceu nos itens: **05, 14, 21, 22, 24, 27, 30, 31, 35, 38, 39, 42, 44, 46, 52, 58, 59, 61, 65, 66, 75 e 83,** no valor total de **R$ 59.383,34** (cinquenta e nove mil, trezentos e oitenta e três reais e trinta e quatro centavos)empresa **J.E. DE SIQUEIRA JUNIOR & CIA LTDA** - **ME**, inscrita no CNPJ:Nº. **10.416.308/0001-76,** venceu nos itens: **01, 04, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 25, 26, 28, 29, 32, 33, 34, 36, 37, 40, 41, 43, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 62, 63, 64, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 84 e 85,** no valor total de **R$ 233.430,90** (duzentos e trinta e três reais, quatrocentos e trinta reais e noventa centavos**)** e a empresa **NUBIA CAMPOS MASCARENHAS – ME,** inscrita no CNPJ: Nº.11.819.880/0001-49, venceu nos itens: **69, 81, 86, 87, 88, 89,**

90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97 e 98, no valor total de **R$ 176.192,00** (cento e setenta e seis mil, cento e noventa e dois reais).

Totalizando o Valor Global: **R$ 534.011,74** (Quinhentos e Trinta e Quatro Mil Onze Reais e Setenta e Quatro Centavos).

Nova Brasilândia – MT, 30 de agosto de 2018.

_____

Cíntia Karine Carvalho dos Santos Souza

Pregoeira

Portaria: 015/2018

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°. 49/ 2018

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°. 49/ 2018

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **FAM COMERCIO DE ASFALTOS EIRELI - ME**

CNPJ: 27.745.345.0001-20

OBJETO: **Prorrogação do prazo** de duração do Contrato Original por mais 90 (noventa) dias**,** vigorando a partir de 23 de Julho de 2018 a 20 de Outubro de 2018.

ASSINATURA**:** 23 de Julho de 2018

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL

CONTRATO: 027/18/SMAF/PMNG

RECURSO: FEDERAL

PRAZO: 01/08/2018 À 20/12/2018

CONTRATADA: **EDILAINE DA SILVA PEREIRA**

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA FUNÇÃO DE PSICÓLOGA, DEVENDO SEGUIR AS DIRETRIZES E ATRIBUIÇÕES DESIGNADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PELO PREFEITO MUNICIPAL.

VALOR: R$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais)

DATAÇÃO: ELEMENTO: 3190.04.00.00.00: FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 08.244.001.2021

ADMINISTRATIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA ESTADO DE MATO GROSSO EXTRATOS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 34/18/SMA/PMNG.

PRAZO: 30/07/2018 Á 29/07/2019

CONTRATADA: **FARMACIA SUPER POPULAR LTDA - EPP**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS PARA OS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA- MT.

VALOR: **R$ 134.410,00**

DOTAÇÃO: 0188- 06 002 10 301 0011 2027 339030000000

0206- 06 005 10 303 0011 2009 339030000000

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 35/18/SMA/PMNG.

PRAZO: 30/07/2018 Á 29/07/2019

CONTRATADA: **HIPERDENTAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E MEDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS PARA OS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA- MT.

VALOR: **R$ 124.267,90**

DOTAÇÃO: 0188- 06 002 10 301 0011 2027 339030000000

0206- 06 005 10 303 0011 2009 339030000000

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 36/18/SMA/PMNG.

PRAZO: 30/07/2018 Á 29/07/2019

CONTRATADA: **J. D DE ANDRADE DROGARIA - ME**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS PARA OS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA- MT.

VALOR: **R$ 98.947,00**

DOTAÇÃO: 0188- 06 002 10 301 0011 2027 339030000000

0206- 06 005 10 303 0011 2009 339030000000

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 37/18/SMA/PMNG.

PRAZO: 30/07/2018 Á 29/07/2019

CONTRATADA: **LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS PARA OS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA- MT.

VALOR: **R$ 134.574,00**

DOTAÇÃO: 0188- 06 002 10 301 0011 2027 339030000000

0206- 06 005 10 303 0011 2009 339030000000

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 38/18/SMA/PMNG.

PRAZO: 30/07/2018 Á 29/07/2019

CONTRATADA: **VEDOVOTO E RIBEIRO LTDA - ME**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS PARA OS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA- MT.

VALOR: **R$ 134.426,40**

DOTAÇÃO: 0188- 06 002 10 301 0011 2027 339030000000

0206- 06 005 10 303 0011 2009 339030000000

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EDITAL RESUMIDO TOMADA DE PREÇOS 001/2018

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO 001/2018

TIPO: MENOR PREÇO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: PREÇO TOTAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE REFORMA PARCIAL DA ESCOLA MUNICIPAL CRIANÇA ESPERANÇA DO MUNICIPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT, ATRAVES DO CONVÊNIO DE N° 1177/2017 DA SECRETARIA DE ESTADO E EDUCAÇÃO – SEDUC.

O MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA, através de sua CPL, torna público a todos os interessados que realizará às **09:00HS**, do dia **20/08/2018**. Em sua sede na Av. Tiradentes, nº211N – Bairro Centro – Nova Marilândia- MT, LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO, regida pela Lei 8.666/93, pa-

ra contratação do objeto supracitado. Demais informações e edital junto a comissão de licitações em horário de expediente, pelo site **www.novamarilandia.mt.gov.br ou e-mail: pmnovamarilandia@hotmail.com.**

Nova Marilândia - MT, em 31 de julho de 2018.

Edna Souto de Oliveira

PRESIDENTE DA CPL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 152/2018 DATA: 31 DE JULHO DE 2018 EMENTA: EXONERA A SR.ª. FRANCIELI LEMES FERNANDES OCUPANTE DO CARGO EM COMISSÃO DE "CHEFE DE SETOR DE ALMOXARIFADO" DO MUNICÍPIO DE NOVA MARIL

PORTARIA MUNICIPAL Nº 152/2018

DATA: 31 de julho de 2018

EMENTA: EXONERA A Sr.ª. **FRANCIELI LEMES FERNANDES**OCUPANTE DO CARGO EM COMISSÃO DE **"CHEFE DE SETOR DE ALMOXARIFADO"** DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA - MT.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E N D O

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 31 de julho de 2018, a Sr.ª**FRANCIELI LEMES FERNANDES** portadora da Carteira de Identidade N.º 1887426-6 SSP/MT e do CPF N º 024.782.311-23, Funcionária Pública Municipal ocupante do cargo em comissão de **"CHEFE DE SETOR DE ALMOXARIFADO"**, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° Os direitos decorrentes da exoneração, serão pagos a cargo dos cofres públicos deste Município.

Art. 3º - A exonerada deixará o cargo mediante a assinatura da presente Portaria, fazendo entrega de todos os documentos que estão sobre sua responsabilidade.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO 31/07/2018.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal de Nova Marilândia - MT

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO Nº. 013/2018 SRP 010/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E PAPELARIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT.

Data da realização: 31/07/2018

LICITANTES VENCEDORES: G. C. FIGUEIREDO – ME, inscrita no **CNPJ 86.739.737/0001-46,** sagrou – se vencedora nos itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, no valor total da soma dos itens de **R$47.224,25.**

NOVA MARILANDIA - MT, 31 DE JULHO DE 2018.

SAMARA LOIDE SILVA CAMPOS

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA
PORTARIA Nº. 240/2018

"Dispõe sobre retorno de Férias da Servidora Maria Eulina Pinto de Matos"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - RETORNA DE FÉRIAS, a servidora:

MAT	NOME	CPF
2480	MARIA EULINA PINTO DE MATOS	016.180.991.08

Conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, a partir de 31 de Julho de 2018, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 31 de Julho de 2018

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA
PORTARIA Nº. 236/2018

"Dispõe sobre a retorno de Férias da Servidora Ione Borges Martins Gomes"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - RETORNA DE FÉRIAS, a servidora:

MAT	NOME	CPF
648	IONE BORGES MARTINS GOMES	495.461.391.49

Conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, a partir de 30

de Julho de 2018, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retrocedendo aos seus efeitos ao dia 30 de Julho de 2018 revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 31 de Julho de 2018

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA
PORTARIA Nº. 235/2018

"Dispõe sobre a concessão de Licença de Férias da Servidora Ione Borges Martins Gomes"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, a servidora:

MAT	NOME	CPF
648	IONE BORGES MARTINS GOMES	495.461.391.49

Conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, a partir de 13

de Julho de 2018, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retrocedendo aos seus efeitos ao dia 13 de Julho de 2018 revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 31 de Julho de 2018

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA
SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2018 EDITAL DE CONVOCAÇÃO 045/2018

O Sr. **JOÃO BRAGA NETO**, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Seletivo Simplificado 001/2018, **CONVOCA** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) à comparecer(em) na Sede da Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, situada na Avenida Amos Bernardino Zanchet, 50-E, no prazo de 30 (TRINTA) dias, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado desistente, perdendo a respectiva vaga.

CARGO:172 – **PROFESSOR 25 HORAS –SEDE DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGA/MT**

Classif.	NOME
01º	ROSICLEIA RALLA SAVIO
02º	LIGIA CRISTINA KLEMP

Nova Maringá - MT, 31 de Julho de 2018.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA
PORTARIA Nº. 238/2018

"Dispõe sobre concessão de licença saúde dos Servidores"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - LICENÇA SAÚDE, os servidores:

MAT	NOME	CPF
1627	ADAO MACEDO	312.468.501-68
1787	NEUZA DE SOUZA CAMPOS	703.754.229-53
2002	MARCIA DAISA POBRAN	041.003.339-19

Conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, a partir de 02 Julho de 2018, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo aos seus efeitos ao dia 02 de Julho de 2018 revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 31 de Julho de 2018

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA
SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2018 EDITAL DE CONVOCAÇÃO 046/2018

O Sr. **JOÃO BRAGA NETO**, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Seletivo Simplificado 001/2018, **CONVOCA** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) à comparecer(em) na Sede da Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, situada na Avenida Amos Bernardino Zanchet, 50-E, no prazo de 30 (TRINTA) dias, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado desistente, perdendo a respectiva vaga.

CARGO:175 – **TECNICO ADM EDUCACIONAL-MONITOR –SEDE DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGA/MT**

Classif.	NOME
01º	JOYCE MARCOLINA DA CRUZ

Nova Maringá - MT, 31 de Julho de 2018.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA
PORTARIA Nº. 239/2018

"Dispõe sobre retorno de Férias da Servidora Elaine de Fatima Felicio Braghin"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - RETORNA DE FÉRIAS, a servidora:

MAT	NOME	CPF
2443	ELAINE DE FATIMA FELICIO BRAGHIN	278.380.678-98

Conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, a partir de 24 de Julho de 2018, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,retrocedendo aos seus efeitos ao dia 24 de Julho de 2018 revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 31 de Julho de 2018

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA
PORTARIA Nº. 237/2018

"Dispõe sobre retorno de licença saúde dos Servidores"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá.

RESOLVE:

Art. 1º - RETORNA DA LICENÇA SAÚDE, os servidores:

MAT	NOME	CPF
1627	ADAO MACEDO	312.468.501-68
1787	NEUZA DE SOUZA CAMPOS	703.754.229-53
2002	MARCIA DAISA POBRAN	041.003.339-19

Conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção III, Art. 79 ao Art. 81, a partir de 02 Julho de 2018, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo aos seus efeitos ao dia 02 de Julho de 2018 revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 31 de Julho de 2018

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 24/2018 - HORA MÁQUINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 24/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 30/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 3722/2018

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT,** Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Mato Grosso, nº 51, Centro, nesta cidade, doravante denominada PREFEITURA, neste ato devidamente representada pela Prefeita Municipal, Sra. **BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES**, brasileira, casada, portadora da C.I. RG n.º 3.365.940 SSP/PR e CPF/MF nº. 788.664.809-91, residente e domiciliada á Rua José Joaquim Vieira Nº. 88 nesta cidade de Nova Monte Verde-MT, RESOLVE registrar os preços da empresa **C B TERRAPLANAGEM LTDA – ME, CNPJ: 17.560.885/0001-86**, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº. 30/2018 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº. 14/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA, Á FIM DE AUXILIAR OS TRABALHOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE-MT, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES***, conforme especificações e condições constantes no edital de Pregão Presencial nº. 30/2018.

1.1.1. Este instrumento **NÃO OBRIGA** a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para tal objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência da execução, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos, participante desse processo licitatório, através do Departamento de Compras/Licitações, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: C B TERRAPLANAGEM LTDA – ME

CNPJ: 17.560.885/0001-86

ENDEREÇO: Avenida José Joaquim Vieira, Nº 139, Centro, Nova Monte Verde - MT

Seq.	Cod.	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	45432	SERVIÇO DE HORA/MAQUINA COM RETRO ESCAVADEIRA DE NO MINIMO 127 CV	HORA	400	R$ 190,00	R$ 76.000,00
2	31015	SERVICO DE DIARIA COM CAMINHAO BASCULANTE CACAMBA DE NO MINIMO 12 METROS CUBICOS DE CAPACIDADE	DIARIA	400	R$ 1.127,00	R$ 450.800,00
3	36015	SERVICO DE HORA/MAQUINA COM MOTONIVELADORA DE NO MINIMO 180 CV.	HORA	500	R$ 332,00	R$ 166.000,00
4	31013	SERVICO DE HORA/MAQUINA COM PA CARREGADEIRA DE NO MINIMO 127 CV	HORAS	1000	R$ 256,00	R$ 256.000,00

5	36018	SERVICO DE HORA/MAQUINA COM TRATOR DE ESTEIRA DE NO MINIMO 128 CV.	HORA	500	R$ 285,00	R$ 142.500,00
6	36017	SERVICO DE HORA/MAQUINA COM TRATOR DE ESTEIRA DE NO MINIMO 150 CV.	HORA	300	R$ 339,00	R$ 101.700,00
7	36016	SERVICO DE MOLHAR RUAS E AVENIDAS NAO PAVIMENTADAS COM CAMINHAO PIPA NO MUNICIPIO.	KM RODADO	18000	R$ 9,97	R$ 179.460,00
8	45470	SERVICO DE TRANSPORTE DE MÁQUINAS DA SECRETARIA MUNICIPAL COM CAMINHÃO PRANCHA (PC, PATROL, PA CARREGADEIRA E OUTROS).	KM	30000	R$ 13,00	R$ 390.000,00
					TOTAL	**R$ 1.762.460,00**

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Fornecer os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os serviços licitados deverão ser entregues na sede do Município, ou onde for necessário dentro do território de abrangência do Município de Nova Monte Verde – MT, da forma como forem solicitados pelo setor competente **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da Ordem de Serviço.**

5.3. Os Serviços deverão atender normas de garantia e referência de qualidade mínima ao serviço a ser prestado.

5.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.6. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.7. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.8. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.9. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.10. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.11. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.12. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.13. Fornecer os produtos ou serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.14. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais e/ou trabalhistas previstas na legislação vigente, comprometendo-se a saldá-las em tempo oportuno, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT;

5.15. Assumir todos os encargos de possíveis demandas trabalhistas, cíveis ou penais, relacionadas à prestação dos serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

5.16. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Pregão.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a prestação dos serviços;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento devido será efetuado conforme emissão da nota fiscal devidamente atestada pela secretaria responsável atestando o recebimento dos produtos ou serviços.

7.2 A Nota Fiscal será paga somente após o atesto do setor competente, assegurando que os produtos ou serviços entregues estão de acordo com as exigências contidas neste edital.

7.3 A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da Nota Fiscal estiverem em desacordo com os dados da empresa vencedora do certame licitatório.

7.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº. 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir à presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

OBRAS

08 – Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviço Urbano

002 – Departamento de Obras e Transporte

26 – Transportes

782 – Transporte Rodoviário

0061 – Manutenção dos Recursos do FETHAB

1 031 – Abertura e Reabertura e Conservação de Estradas

372 - 33.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

OBRAS

08 – Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviço Urbano

002 – Departamento de Obras e Transporte

26 – Transportes

782 – Transporte Rodoviário

0016 – Manutenção dos Serviços de Obras, Transportes e Serviços Urbanos

2 040 – Manutenção do Departamento de Obras Transportes e Serviços Urbanos

389 - 33.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 30/2018,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Monte Verde-MT, 31 de Julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

PREFEITA MUNICIPAL

C B TERRAPLANAGEM LTDA – ME

CNPJ: 17.560.885/0001-86

CONTRATADA

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2018

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2018

PROCESSO Nº. 3722/2018

OBJETO: *REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HO-*

RA MÁQUINA, Á FIM DE AUXILIAR OS TRABALHOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE-MT, PARA UM PERÍODO DE 12 MESES.

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, nomeado através do Decreto nº. 042/2017 de 17 de Janeiro de 2017, torna público aos interessados que conforme Edital de Licitação de Pregão Presencial nº. 30/2018 sagrou-se vencedora do Certame Licitatório realizado no dia 30 de Julho de 2018, ás 08:00 horas á seguinte:

EMPRESA
C B TERRAPLENAGEM LTDA – ME, CNPJ: 17.560.885/0001-86, para um Valor Total de R$ 1.762.460,00 (um milhão, setecentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e sessenta reais); para um período de 12 meses, visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Nova Monte Verde-MT, 31 de Julho de 2018.

JOHNNY BERNATZKY

Pregoeiro

Decreto 042/2017

Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

CAMARA DE NOVA NAZARÉ
PORTARIA Nº 64/2018

PORTARIA Nº 64/2018

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR QUE OCUPA CARGO EM COMISSÃO DE TESOUREIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

***REGINALDO MARTINS DEL COLLE*, Presidente da Câmara Municipal de Nova Nazaré/MT Estado de mato Grosso no uso de suas atribuições legais conferidas pela LEI orgânica Municipal e Regimento Interno da Câmara.**

Considerando; Julgamento Singular nº 489/MM/2018, publicado no Diário Oficial de Contas – TCE/MT do dia 10/07/2018, processo nº 87971/2018, o Tribunal julgou procedente a Representação de Natureza Interna da Câmara Municipal de Nova Nazaré**.**

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada a Senhora **Paula Cristina Lopes da silva Carvalho,** brasileira, solteira, portadora do RG nº. 2099151-7 SSP- MT, e CPF nº. 040.595.511-12, **do Cargo de Tesoureira** da Câmara Municipal de Nova Nazaré/MT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data do dia 01 de agosto de 2018, revogando as disposições em contrário.

Art.3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Sala da Presidência aos 31 dias do mês de julho de 2018.

Reginaldo Martins Del Colle

PRESIDENTE

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2018

REGISTRO DE PREÇOS

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, torna público que a empresa vencedora na sessão realizada em **13/07/2018** na modalidade de **Pregão Presencial nº 031/2018**, menor preço por item foi **SOARES AGUIAR E CIA LTDA** com os itens**: 01, 04, 05, 06, 08, 09, 10, 11,13 a 20, 22, 25 e 26**e a Empresa **CONSTRULARES MATERIAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA – ME** os itens: **02, 03, 07, 12, 21, 23 e 24**, **conforme ata.**

Nova Nazaré-MT, 13 de Julho de 2018.

ENOQUE DE SOUSA LIMA

Pregoeiro

CAMARA DE NOVA NAZARÉ
PORTARIA Nº 66/2018

PORTARIA Nº 66/2018

"Dispõe sobre nomeação de servidora para ocupar cargo de Tesoureira da Câmara Municipal de Nova Nazaré/MT e da outras providencias".

***REGINALDO MARTINS DEL COLLE*, Presidente da Câmara Municipal de Nova Nazaré/MT Estado de mato Grosso no uso de suas atribuições legais conferidas pela LEI orgânica Municipal e Regimento Interno da Câmara.**

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Senhora GLEIDIMAR PEREIRA LUZ, brasileira, solteira, portadora do RG **nº. 4184207 SSP-GO** e CPF **nº. 904-683-841-20, ao Cargo de Tesoureira** da Câmara Municipal de Nova Nazaré/MT.

Art. 2º - Fica assim a mesma responsável por assinar as contas bancarias junto ao Banco Bradesco e Caixa Econômica Federal.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data do dia 01 de agosto de 2018, revogando as disposições em contrário..

Art.4º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Sala da Presidência, aos 31 dia do mês de julho de 2018.

Reginaldo Martins Del Colle

Presidente

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2018

REGISTRO DE PREÇOS

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, torna público que a empresa vencedora na sessão realizada em **12/07/2018** na modalidade de **Pregão Presencial nº 029/2018**, menor preço por item foi **MEI JOANA DARC BATISTA DOS SANTOS 55021506153, conforme ata.**

Nova Nazaré-MT, 31 de Julho de 2018.

ENOQUE DE SOUSA LIMA

Pregoeiro

CAMARA DE NOVA NAZARÉ
PORTARIA Nº 65/2018

PORTARIA Nº 65/2018

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR QUE OCUPA CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA PARLAMENTAR DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

***REGINALDO MARTINS DEL COLLE*, Presidente da Câmara Municipal de Nova Nazaré/MT Estado de mato Grosso no uso de suas atribuições legais conferidas pela LEI orgânica Municipal e Regimento Interno da Câmara.**

RESOLVE:

Art. 1º Exonera a Senhora **GLEIDIMAR PEREIRA LUZ**, brasileira, solteira, portadora do RG **nº. 4184207 SSP-GO** e CPF **nº. 904-683-841-20, do Cargo de Assessora Parlamentar** da Câmara Municipal de Nova Nazaré/MT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Sala da Presidência aos 31 dias do mês de julho de 2018.

Reginaldo Martins Del Colle

PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE RESULTADO E JULGAMENTO, REFERENTE O PREGÃO PRESENCIAL N.º 031/2018/PMNO.

Aos 31 dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às 08h00min, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, a Pregoeira, juntamente com a equipe de apoio, devidamente constituídos pela Portaria nº 105/2018, reuniram-se com a finalidade específica de abertura e julgamento de propostas e adotar providências relacionadas à AQUISIÇAO DE UM VEICULO - CAMINHAO - ESPECIE TRA/CAMINHAO, MODELO 2009/2009, COMBUSTIVEL DIESEL, MOTOR 320 CV, 45.15T, CABINE LEITO DIREÇAO HIDRAULICA, COM 5ª RODA PARA O MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA - MT**.** Examinada a proposta declarou-se vencedor o senhor CLAUDEMIR LUCINDO DA SILVA com o valor unitário de 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais) o mesmo cumpriu com requisitos exigidos no certame.

Nova Olímpia/MT 31 de julho de 2018.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 019/2018

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2017

O Município de Nova Olímpia - MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **José Elpídio de Moraes Cavalcante**, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Documento para convocar os candidatos classificados no Processo Seletivo n° 004/2017, destinado ao preenchimento de vagas, para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo e Lazer.

Para que compareçam na Secretaria Municipal de Educação, situada a Rua Sebastião André de Souza s/nº, Bairro Jardim Boa Esperança, **no dia 02 de agosto de 2018 (02/08/2018), às 07h30min** para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho.

PROFESSOR – PEDAGOGIA

Clas.	Nº Insc.	Nome	RG nº	Prova Objetiva	Títulos	P. Final	Resultado
70º	131	Fátima Aparecida Barbosa Oliveira***	2806812-2 SSP/MT	28,00	8,25	36,25	Classificada
71º	061	Elenice Maria Locatelli***	511881 SSP/MT	28,00	8,25	36,25	Classificada

I -O não comparecimento no horário e data especificado na convocação implicará na desclassificação automática dos (as) candidatos (as) ora convocados.

II – Apresentar os documentos conforme lista em anexo.

III – As declarações devem ser preenchidas conforme modelo em anexo.

Nova Olímpia - MT, 30 de julho de 2018.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2017

DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS PARA A CONTRATAÇÃO

a) cópia da cédula de identidade;

b) cópia do cadastro de pessoa física - CPF/;

c) cópia do título de eleitor e certidão de quitação eleitoral;

d) cópia do reservista ou documento equivalente;

e) cópia da certidão de casamento ou nascimento;

f) cópia da certidão de nascimento dos filhos;

g) cópia da carteira de vacinação dos filhos de 0 a 7 anos

h) cópia do certificado de escolaridade exigida pelo cargo;

i) cópia da carteira profissional no caso de profissão regulamentada;

j) cópia do comprovante de inscrição no PIS/PASEP, exceto se nunca fora inscrito;

k) atestado médico admissional expedido por médico do trabalho;

l) cópia do comprovante de residência atualizado.

M) Copia ou Número do CPF dos Pais.

N) Declaração de Não acumulo de Cargo

o) Declaração de Bens e Valores

p) Carteira de Trabalho

q) 1 Foto 3x4

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Eu, **_____,** brasileira(o), residente e domiciliado Rua _____Nº _____ Bairro _____, Cidade _____,casada, Portador (a) da Cédula de Identidade _____ SSP/MT e CPF nº _____, venho pelo presente declarar que:

( ) Não possuo nenhum bem em meu nome.

( ) possuo

Por ser expressão da verdade, firmo e assino a presente declaração, para que a mesma possa produzir seus efeitos legais.

Nova Olímpia-MT, ____ de _____ de 2018.

Assinatura_____

CPF:_____

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULO DE CARGO

Eu, **_____,** brasileira(o), residente e domiciliado Rua _____Nº _____Bairro _____ Cidade _____, casada, Portador (a) da Cédula de Identidade _____SSP/MT e CPF nº _____, venho pelo presente declarar que:

- Não exerço nenhuma outra função.

Por ser expressão da verdade, firmo e assino a presente declaração, para que a mesma possa produzir seus efeitos legais.

Nova Olímpia-MT, _____ de _____de 2018.

Assinatura_____

CPF: _____

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE RESULTADO E JULGAMENTO, REFERENTE O PREGÃO PRESENCIAL N.º 037/2018/PMNO.

Aos 30 dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às 08h00min, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, a Pregoeira, juntamente com a equipe de apoio, devidamente constituídos pela Portaria nº 105/2018, reuniram-se com a finalidade específica de abertura e julgamento de propostas e adotar providências relacionadas à REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE ETANOL DESTINADOS A FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA-MT**.** Examinada a proposta única no certame, declarou-se vencedora a empresa com seu respectivo valor unitário- COMERCIAL DE COMBUSTIVEL NOVA OLIMPIA LLTDA - 2,18 (dois reais e dezoito centavos) a empresa cumpriu com requisitos exigidos no certame.

Nova Olímpia/MT 31 de julho de 2018.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120035/PMNO/ 2018 PREGÃO PRESENCIAL SRP N. º 035/2018 PROCESSO N. º 081/ 2018

CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº.03.238.920/0001-30, localizado av. mato grosso nº175-centro, representada pelo Srº Prefeito JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE, brasileiro, casado, portador do Documento de Identidade RG sob N.º 250859 SSP/AL e do CPF 099.414. 364-87, residente e domiciliado a Rua Vinte e Oito, Nº 295, Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 78.370-000, nesta Cidade de Nova Olímpia-MT e as Empresas **R.C FLORES DOS SANTOS-** inscrita no CNPJ: 30.197. 823/0001-10, localizada na Rua Jose Alves Leão, Nº 223-S, Bairro: Jardim Santa Rosa, CEP 78.370-000, na Cidade de Nova Olímpia-MT, representada pelo Srº. Antonio Valtair Flores dosSantos, portador do RG: 46873190 SSP/PR e o CPF: 661.108.159-34 **LM CUSTODIO COMERCIO DE ALIMENTOS-ME** inscrita no CNPJ: 16.679.206/0001-20, localizada na Rua Espirito Santo 57, Barracão, Centro, CEP 78.370-000, na Cidade de Nova Olímpia-MT representada pelo Srº. Renato Rodrigues de Moraes, portador do RG: 4527833 SSP/GO e o CPF: 011.881.071-51**; CR DOS SANTOS ALIMENTOS COMERCIO DE ALIMENTOS-ME** inscrita no CNPJ: 20.307.83/0001-59, localizada na Rua Jose Alves de Souza, Nº 100-N sala 01, Centro CEP 78.300-000, na Cidade de Tangara da Serra-MT, representada pelo **Sr. Celio Roberto dos Santos** portador do RG: 12639907 SSP/MT e o CPF: 901.907.851-87**; COMERCIAL LUAR EIRELI-EPP-** inscrita no CNPJ: 02.545.557/0001-33, localizada na Av. Radialista Edson Luiz da Silva, Nº 1.037, Bairro: Tijucal CEP:78.088-000, representada pelo Srª. Joana Sousa do Nascimento Vieira, portador do RG: 070.544 SSP/MT e o CPF: 176.511.661-91**; M7 COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI-** inscrita no CNPJ: 13.533.837/0001-00, localizada na Rua Dezoito, Nº 421-W, Bairro: Jardim Nossa Senhora Aparecida, na Cidade de Tangara da Serra- MT CEP 78.300-000, representada pelo Sr. Weliton Marcelino de Jesus, portador do RG: 19350031 SSP/MT e o CPF: 006. 849.401-75.

VALOR GLOBAL: R$ 847.687,61 (Oitocentos e quarenta e sete mil, seiscentos e oitenta e sete reais e sessenta e um centavos).

OBJETO: Registro De Preços Para Futura E Eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios não Perecíveis Destinados A Confecção Da Merenda Escolar E Para Os Departamentos Da Prefeitura Municipal De Nova Olímpia/MT.

VIGÊNCIA: 01/08/2018 ATE 01/08/2019.

NOVA OLÍMPIA/MT, 31 de julho de 2018.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE RESULTADO E JULGAMENTO, REFERENTE O PREGÃO PRESENCIAL N.º 039/2018/PMNO.

Aos 27 dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às 08h00min, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, a Pregoeira, juntamente com a equipe de apoio, devidamente constituídos pela Portaria nº 105/2018, reuniram-se com a finalidade específica de abertura e julgamento de propostas e adotar providências relacionadas à REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS (CARNES E AFINS) DESTINADOS A CON-

FECÇAO DA MERENDA ESCOLAR E PARA OS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA/MT**.** Examinada a proposta única no certame, declarou-se vencedoras as empresas com seus respectivos valores globais M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS-EIRELI, R$ 466.771,12 A V FLORES DOS SANTOS R$ 214.612,64 C.R. DOS SANTOS COMERCIO DE ALIMENTOS ME R$ 121.716,90 as empresas cumpriram com requisitos exigidos no certame.

Nova Olímpia/MT 31 de julho de 2018.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

LICITAÇÃO
EXTRATO DE RESULTADO REFERENTE O PREGÃO PRESENCIAL N.º 032/2018/PMNO.

Aos 27 dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às 08h00min, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, a Pregoeira, juntamente com a equipe de apoio, devidamente constituídos pela Portaria nº 105/2018, reuniram-se com a finalidade específica de abertura e julgamento de propostas e adotar providências relacionadas à **REGISTRO DE PRECOS PARA AQUISIÇAO DE UM REBOQUE - DO TIPO PRANCHA CARREGA TUDO, ZERO KM COM PNEU 295/80 ARO 22.5, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERENCIA DESTE EDITAL PARA O MUNICÍPIO DE NOVA OLIMPIA/MT.** Não houve licitantes interessadas no certame portanto o certame em questão foi considerado DESERTO.

Nova Olímpia/MT 31 de julho de 2018.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port.105/2018

DECRETO 26-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 26/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 803/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Artigo 1 - Abre Credito Adicional Suplementarl ao Orcamento Programa do Exercicio de 2017 no Valor de R$ 52.000,00 (Cinquenta e Dois Mil Reais) em confromidade com o inciso I do artigo 41§ da Lei 4.320/64 nas Seguintes Dotacoes Orcamentarias:

06.001-GABINETE DA SECRETARIA

06.001.04.122.0010.2011.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 52.000,00

Sub-Total:R$ 52.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 52.000,00

Artigo 2 - Para dar Cobertura ao Credito aberto no Artigo Anterior, serao utilizados os recursos provenientes de anulacoes parciais ou totais em confromidade com o õ 1§, incisso III do artigo 43§ da Lei 4.320/64 das seguintes dotacoes orcamentarias:

06.001-GABINETE DA SECRETARIA

06.001.04.122.0010.2011.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 52.000,00

Sub-Total:R$ 52.000,00

Total Parcial Reduzido: R$ 52.000,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, 01 de Junho de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA
Prefeita Municipal

DECRETO 42-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 42/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 779/2016, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Artigo 1 - Abre Credito Adicional Suplementar ao Orcamento Programa do Exercicio de 2017 no Valor de R$ 907.800,00 (Novecentos e sete Mil e Oitocentos Reais) nas Seguintes Dotacoes Orcamentarias:

03.001-GABINETE DO PREFEITO

03.001.04.122.0010.2003.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 40.000,00

Sub-Total:R$ 40.000,00

05.001-GABINETE DA SECRETARIA

05.001.04.123.0010.2009.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 50.000,00

Sub-Total:R$ 50.000,00

06.001-GABINETE DA SECRETARIA

06.001.04.122.0010.2011.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 25.000,00

Sub-Total:R$ 25.000,00

07.001-GABINETE DA SECRETARIA

07.001.12.361.0025.2050.3.3.9.0.30.00.00.00|122000000 Material de Consumo	R$ 30.000,00

Sub-Total:R$ 30.000,00

07.002-FUNDEB 60

07.002.12.361.0024.2018.3.1.9.0.13.00.00.00|118000000 Obrigacoes Patronais - INSS	R$ 6.000,00
07.002.12.361.0024.2018.3.1.9.0.04.00.00.00|118000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 30.000,00

Sub-Total:R$ 36.000,00

07.003-FUNDEB 40

07.003.12.361.0024.2021.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 50.000,00

Sub-Total:R$ 50.000,00

07.004-CULTURA, DESPORTO E LAZER

07.004.27.812.0027.2025.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 7.000,00

Sub-Total:R$ 7.000,00

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 42/2017

08.001.10.301.0026.2027.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 30.000,00
08.001.10.302.0026.2028.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 25.000,00
08.001.10.301.0006.2026.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 35.000,00
08.001.10.303.0026.2030.3.3.9.0.32.00.00.00|114000000 Material de Distribuicao Gratuita	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 95.000,00

10.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

10.001.08.244.0014.2036.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 Obrigacoes Patronais - INSS	R$ 3.000,00
10.001.08.244.0014.2046.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 7.000,00

Sub-Total:R$ 10.000,00

11.001-GABINETE DA SECRETARIA

11.001.26.782.0016.1062.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 Obras e Instalcoes	R$ 515.000,00
11.001.26.782.0016.2037.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 10.000,00
11.001.26.782.0016.2037.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 20.000,00
11.001.26.782.0016.2037.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 Diarias - Civil	R$ 3.000,00

Sub-Total:R$ 548.000,00

11.002-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

11.002.17.512.0029.2034.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 15.000,00
11.002.17.512.0029.2034.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 1.800,00

Sub-Total:R$ 16.800,00

Total Parcial Suplementado: R$ 907.800,00

Art. 2§ Para cobertura do Credito Adicional Suplementar em face ao Artigo 1§ serao utilizados recursos provenientes de anulacao parcial ou total de dotacoes em conformidade com o õ1§ inciso **III**, do artigo 43, da Lei 4.320/64, das seguintes dotacoes:

03.002-SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

03.002.04.124.0013.2007.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 5.000,00

06.001-GABINETE DA SECRETARIA

06.001.04.126.0005.1006.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 5.000,00
06.001.04.122.0010.2040.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 5.000,00
06.001.04.122.0010.2040.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 15.000,00

07.001-GABINETE DA SECRETARIA

07.001.12.361.0023.1044.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 Obras e Instalcoes	R$ 5.000,00
07.001.12.365.0023.1046.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 Obras e Instalcoes	R$ 10.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 42/2017

07.001.12.361.0023.1043.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 Obras e Instalcoes	R$ 5.000,00
07.001.12.365.0023.1048.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 Obras e Instalcoes	R$ 10.000,00
07.001.12.361.0021.1007.4.4.9.0.52.00.00.00|101000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 55.000,00
07.001.12.361.0021.2012.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 30.000,00
07.001.12.361.0021.2014.4.4.9.0.52.00.00.00|115000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 10.000,00
07.001.12.361.0021.2057.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 6.000,00
07.001.12.361.0021.2014.3.3.9.0.30.00.00.00|115000000 Material de Consumo	R$ 5.000,00
	Sub-Total:R$ 136.000,00

07.003-FUNDEB 40

07.003.12.366.0024.2023.3.1.9.1.13.00.00.00|119000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 5.000,00
07.003.12.361.0024.1012.4.4.9.0.52.00.00.00|119000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 5.000,00
	Sub-Total:R$ 10.000,00

07.004-CULTURA, DESPORTO E LAZER

07.004.13.392.0015.1061.3.3.9.0.39.00.00.00|124000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 47.000,00
07.004.13.392.0015.1061.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 13.000,00
07.004.13.392.0015.1015.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 8.000,00
07.004.13.392.0015.1015.3.3.9.0.31.00.00.00|100000000 Premia‡äes Culturais, Artisticas, Cientificas, Des	R$ 5.000,00
	Sub-Total:R$ 73.000,00

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.305.0006.1060.4.4.9.0.52.00.00.00|114000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 5.000,00
08.001.10.305.0006.1060.4.4.9.0.52.00.00.00|101000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 5.000,00
08.001.10.305.0026.2029.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 9.999,00
08.001.10.305.0006.1060.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 Material de Consumo	R$ 9.999,60
08.001.10.305.0006.1060.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 Material de Consumo	R$ 5.000,40
08.001.10.305.0026.2029.4.4.9.0.52.00.00.00|114000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 2.500,00
08.001.10.305.0026.2029.3.1.9.0.04.00.00.00|114000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 15.001,00
08.001.10.305.0026.2029.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 2.500,00
08.001.10.301.0006.1034.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 40.000,00
08.001.10.301.0006.2044.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 5.000,00
08.001.10.301.0006.2044.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 5.000,00
08.001.10.301.0006.2026.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 70.000,00
08.001.10.301.0026.2033.4.4.9.0.52.00.00.00|114000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 6.820,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 42/2017

08.001.10.301.0026.2033.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 2.180,00
08.001.10.301.0026.2033.4.4.9.0.51.00.00.00|102000000 Obras e Instalcoes	R$ 5.000,00
08.001.10.301.0026.2033.4.4.9.0.51.00.00.00|114000000 Obras e Instalcoes	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 194.000,00

08.002-DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO

08.002.17.512.0006.1035.4.4.9.0.51.00.00.00|102000000 Obras e Instalcoes	R$ 6.000,00

Sub-Total:R$ 6.000,00

09.001-GABINETE DA SECRETARIA

09.001.20.608.0030.2035.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 5.000,00
09.001.20.608.0030.1027.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 4.000,00
09.001.20.608.0030.2035.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 10.000,00
09.001.20.608.0030.1027.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 4.000,00
09.001.20.608.0030.1026.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 6.000,00
09.001.20.608.0031.2054.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 5.000,00
09.001.20.608.0031.2054.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 5.000,00
09.001.20.608.0030.2035.3.3.9.0.93.00.00.00|100000000 Indenizacoes e Restituicoes	R$ 5.000,00
09.001.20.608.0030.2035.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 20.000,00
09.001.18.542.0032.1055.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 10.000,00
09.001.20.608.0028.1050.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 20.000,00
09.001.20.606.0030.1028.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 5.000,00
09.001.20.608.0028.1051.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 5.000,00
09.001.20.605.0030.1053.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 10.000,00
09.001.20.608.0030.1026.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 8.000,00
09.001.20.608.0028.2051.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 5.000,00
09.001.20.608.0028.2051.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 5.000,00
09.001.20.608.0028.2051.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 137.000,00

10.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

10.001.16.481.0012.1032.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 5.000,00
10.001.16.481.0012.1032.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 10.000,00
10.001.15.451.0011.1038.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 5.000,00
10.001.08.244.0014.2046.3.1.9.0.13.00.00.00|129000000 Obrigacoes Patronais - INSS	R$ 4.000,00
10.001.16.482.0012.1020.4.4.9.0.61.00.00.00|100000000 Aquisicao de Imoveis	R$ 5.000,00
10.001.16.482.0012.1020.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 15.000,00
10.001.08.241.0014.1041.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 5.000,00
10.001.08.244.0011.1037.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 20.000,00
10.001.08.244.0014.2036.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 5.000,00
10.001.08.241.0014.1041.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 5.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 42/2017

10.001.08.244.0014.2046.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 Obrigacoes Patronais - INSS	R$ 1.000,00
10.001.08.244.0014.2036.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 20.000,00
10.001.08.244.0014.2036.3.3.9.0.48.00.00.00|100000000 OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	R$ 8.500,00

Sub-Total:R$ 108.500,00

11.001-GABINETE DA SECRETARIA

11.001.26.782.0005.1033.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 4.000,00
11.001.15.452.0019.2048.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 5.000,00
11.001.26.782.0016.1022.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 4.000,00
11.001.15.452.0019.2048.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 5.000,00
11.001.15.452.0018.2032.3.3.9.0.39.00.00.00|117000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 40.000,00
11.001.26.782.0016.2061.4.4.9.0.51.00.00.00|130000000 Obras e Instalcoes	R$ 36.300,00
11.001.26.782.0016.1022.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 4.000,00
11.001.26.782.0016.1022.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 4.000,00
11.001.04.125.0010.2039.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 26.000,00
11.001.06.182.0017.1023.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 5.000,00
11.001.04.125.0010.2039.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 5.000,00
11.001.15.451.0011.1040.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 5.000,00
11.001.04.125.0010.2039.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 5.000,00
11.001.15.451.0016.2038.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 5.000,00
11.001.15.451.0016.1021.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 Obras e Instalcoes	R$ 60.000,00
11.001.15.451.0016.1018.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 5.000,00
11.001.15.451.0016.1021.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 223.300,00

Total Parcial Reduzido: R$ 907.800,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, 02 de Outubro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA
Prefeita Municipal

RGF 2º SEMESTRE 2017

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal	
	Despesas Executadas - Últimos 12 Meses	
	DESPESAS LIQUIDADAS (a)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.984.674,01	0,00
Pessoal Ativo	7.984.674,01	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.984.674,01	0,00

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	16.451.400,70	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	16.451.400,70	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	7.984.674,01	48,53
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	8.883.756,38	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	8.439.568,56	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	7.995.380,74	48,60

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP								
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Dívida Consolidada	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.023.996,98	1.705.954,77	2.137.132,64
Disponibilidade de Caixa	2.023.996,98	1.705.954,77	2.137.132,64
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.049.020,82	1.705.954,77	2.137.132,64
(-) Restos a Pagar Processados	25.023,84	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	15.415.407,67	15.699.884,18	16.451.400,70
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	18.498.489,20	18.839.861,02	19.741.680,84
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	16.648.640,28	16.955.874,92	17.767.512,76
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00
Depósitos	0,00	18.536,41	3.173,58
RP Não-Processados	175.846,79	130.258,17	66.659,08
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DCL											
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte			Exercício do Terceiro Período Seguinte		
	Quadrimestre/Semestre em que Excedeu o Limite			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte			Terceiro Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor Mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (j)
Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.5 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Municípios Semestral



Documento gerado em 30/01/2018 17:22:08

Página 6 de 10

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.5 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas		
	Saldo Exercício Anterior	Saldos do Exercício de 2017	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Garantias Concedidas	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-
EXTERNAS (**I**)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (**II**)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (**III**) = (**I** + **II**)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (**IV**)	15.415.407,67	15.699.884,18	16.451.400,70
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (**III**/**IV**)	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	3.083.081,53	3.139.976,84	3.290.280,14
LIMITE DE ALERTA (inciso **III** do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	2.774.773,38	2.825.979,16	2.961.252,13
Contragarantias Recebidas	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-
EXTERNAS (V)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (**VI**)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (**VII**) = (V + **VI**)	0,00	0,00	0,00

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito Previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito Previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001	0,00	0,00
TOTAL (**I**)	0,00	0,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	16.451.400,70	
OPERAÇÕES VEDADAS (**II**)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (**III**) = (Ia + **II**)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	2.632.224,11	16,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 2º semestre

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	2.369.001,70	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.151.598,05	7,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	-	-
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	0,00	0,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Disponibilidade de Caixa	Disponibilidade de Caixa								
		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS							
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g)=(a-(b+c+d+e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Semestre
	Valor Até o Semestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	16.451.400,70
Receita Corrente Líquida Ajustada	0,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	7.984.674,01	48,53
Limite Máximo (incisos I II e III art. 20 da LRF) - <%>	8.883.756,38	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	8.439.568,56	51,30

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Dívida Consolidada	Comparativo do Saldo da Dívida	
	Saldo no Semestre	
	Saldo Exercício até o Primeiro Semestre	Saldo Exercício até o Segundo Semestre
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	18.839.861,02	19.741.680,84

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Garantias de Valores	Comparativo do Saldo de Garantia	
	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017	
	Saldo Exercício até o Primeiro Semestre	Saldo Exercício até o Segundo Semestre
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.290.280,14	3.290.280,14

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.632.224,11	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.151.598,05	7,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total	0,00	0,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

RREO 6º BIMESTRE 2017

MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	19.447.000,00	19.447.000,00	3.945.908,42	20,29	19.248.058,03	98,97	198.941,97
RECEITAS CORRENTES	18.661.000,00	18.661.000,00	3.740.008,42	20,04	17.030.982,26	91,26	1.630.017,74
RECEITA TRIBUTARIA	1.110.000,00	1.110.000,00	152.522,67	13,74	961.735,61	86,64	148.264,39
Impostos	1.050.000,00	1.050.000,00	148.344,77	14,12	895.451,09	85,28	154.548,91
Taxas	60.000,00	60.000,00	4.177,90	6,96	66.284,52	110,47	-6.284,52
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	650.000,00	650.000,00	143.053,34	22,00	634.547,62	97,62	15.452,38
Contribuições Sociais	550.000,00	550.000,00	119.441,91	21,71	541.701,03	98,49	8.298,97
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública	100.000,00	100.000,00	23.611,43	23,61	92.846,59	92,84	7.153,41
RECEITA PATRIMONIAL	1.373.000,00	1.373.000,00	85.505,22	6,22	922.165,24	67,16	450.834,76
Receitas Imobiliárias	1.000,00	1.000,00					1.000,00
Receitas de Valores Mobiliários	1.372.000,00	1.372.000,00	85.505,22	6,23	922.165,24	67,21	449.834,76
Receitas de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Pú							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	227.000,00	227.000,00	55.082,27	24,26	301.191,15	132,68	-74.191,15
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.202.000,00	15.202.000,00	3.264.768,35	21,47	14.113.724,55	92,84	1.088.275,45
Transferências Intergovernamentais	14.872.000,00	14.872.000,00	3.237.821,29	21,77	13.992.013,28	94,08	879.986,72
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	320.000,00	320.000,00	26.947,06	8,42	121.711,27	38,03	198.288,73
Transferências para o Combate à Fome	10.000,00	10.000,00					10.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	99.000,00	99.000,00	39.076,57	39,47	97.618,09	98,60	1.381,91
Multa de Juros de Mora	33.000,00	33.000,00	19.330,72	58,57	37.136,86	112,53	-4.136,86
Indenizações e Restituições	18.000,00	18.000,00	906,42	5,03	10.373,60	57,63	7.626,40
Receita da Dívida Ativa	38.000,00	38.000,00	18.814,89	49,51	49.113,74	129,24	-11.113,74
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amorti							
Receitas Correntes Diversas	10.000,00	10.000,00	24,54	0,24	993,89	9,93	9.006,11
RECEITAS DE CAPITAL	786.000,00	786.000,00	205.900,00	26,19	2.217.075,77	282,07	-1.431.075,77
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	30.000,00	30.000,00	80.900,00	269,66	117.750,00	392,50	-87.750,00
Alienação de Bens Móveis	20.000,00	20.000,00	80.900,00	404,50	117.750,00	588,75	-97.750,00
Alienação de Bens Imóveis	10.000,00	10.000,00					10.000,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	751.000,00	751.000,00	125.000,00	16,64	2.099.325,77	279,53	-1.348.325,77
Transferências Intergovernamentais	110.000,00	110.000,00					110.000,00
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	641.000,00	641.000,00	125.000,00	19,50	2.099.325,77	327,50	-1.458.325,77
Transferências para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	5.000,00	5.000,00					5.000,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro N							
Receitas da Alienação de Certificados de Potencial Adici							
Outras Receitas de Capital	5.000,00	5.000,00					5.000,00
RECEITAS (Intra-Orçamentárias) (II)	600.000,00	600.000,00	117.227,84	19,53	533.618,70	88,93	66.381,30
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	20.047.000,00	20.047.000,00	4.063.136,26	20,26	19.781.676,73	98,67	265.323,27
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Refinanciamento (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	20.047.000,00	20.047.000,00	4.063.136,26	20,26	19.781.676,73	98,67	265.323,27
DÉFICIT (VI)							

Emissão: 31/07/2018 08:15:52 Page 1 de 4

Homologado

MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

TOTAL(VII) = (V + VI)	20.047.000,00	20.047.000,00	4.063.136,26	20,26	19.781.676,73	98,67	265.323,27

MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — R$ 1,00

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		944.327,20			1.628.201,09		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro		944.327,20			1.628.201,09		
Reabertura de Créditos Adicionais							

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	600.000,00	600.000,00	117.227,84	19,53	533.618,70	88,93	66.381,30
RECEITAS CORRENTES	600.000,00	600.000,00	117.227,84	19,53	533.618,70	88,93	66.381,30
RECEITA TRIBUTARIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	600.000,00	600.000,00	117.227,84	19,53	533.617,67	88,93	66.382,33
Contribuições Sociais	600.000,00	600.000,00	117.227,84	19,53	533.617,67	88,93	66.382,33
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receitas de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Pú							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES					1,03	103,00	-1,03
Multa de Juros de Mora					1,03	103,00	-1,03
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amorti							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Dív. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro N							
Receitas da Alienação de Certificados de Potencial Adici							
Outras Receitas de Capital							
TOTAL DAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**600.000,00**	600.000,00	117.227,84	**19,53**	**533.618,70**	**88,93**	**66.381,30**

MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (VIII)	18.083.500,00	19.609.113,73	3.068.005,61	18.044.057,59	1.565.056,14	3.460.462,29	17.838.323,72	1.770.790,01	17.807.890,01	205.733,87
DESPESAS CORRENTES	16.227.500,00	17.160.027,57	2.494.187,78	15.794.481,49	1.365.546,08	3.031.965,88	15.744.299,81	1.415.727,76	15.713.866,10	50.181,68
Pessoal e Encargos Sociais	8.458.000,00	9.059.002,37	1.809.059,89	8.597.183,35	461.819,02	1.809.059,89	8.597.183,35	461.819,02	8.596.800,44	
Juros e Encargos da Dívida										
Outras Despesas Correntes	7.769.500,00	8.101.025,20	685.127,89	7.197.298,14	903.727,06	1.222.905,99	7.147.116,46	953.908,74	7.117.065,66	50.181,68
DESPESAS DE CAPITAL	1.836.000,00	2.449.086,16	573.817,83	2.249.576,10	199.510,06	428.496,41	2.094.023,91	355.062,25	2.094.023,91	155.552,19
Investimentos	1.836.000,00	2.449.086,16	573.817,83	2.249.576,10	199.510,06	428.496,41	2.094.023,91	355.062,25	2.094.023,91	155.552,19
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00									
DESPESAS(Intra-Orçamentárias)(IX)	600.000,00	566.246,72	117.227,84	530.592,57	35.654,15	117.227,84	530.592,57	35.654,15	530.592,57	
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	18.683.500,00	20.175.360,45	3.185.233,45	18.574.650,16	1.600.710,29	3.577.690,13	18.368.916,29	1.806.444,16	18.338.482,58	205.733,87
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - Refinanciamento (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	18.683.500,00	20.175.360,45	3.185.233,45	18.574.650,16	1.600.710,29	3.577.690,13	18.368.916,29	1.806.444,16	18.338.482,58	205.733,87
SUPERÁVIT (XIII)				1.207.026,57			1.412.760,44		1.443.194,15	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	18.683.500,00	20.175.360,45	3.185.233,45	19.781.676,73	393.683,72	3.577.690,13	19.781.676,73	393.683,72	19.781.676,73	205.733,87
RESERVA DO RPPS	1.316.500,00	1.316.500,00			1.316.500,00			1.316.500,00		

Emissão: 31/07/2018 08:15:52

Homologado

MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesa Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	600.000,00	566.246,72	117.227,84	530.592,57	35.654,15	117.227,84	530.592,57	35.654,15	530.592,57	
DESPESAS CORRENTES	600.000,00	566.246,72	117.227,84	530.592,57	35.654,15	117.227,84	530.592,57	35.654,15	530.592,57	
Pessoal e Encargos Sociais	600.000,00	566.246,72	117.227,84	530.592,57	35.654,15	117.227,84	530.592,57	35.654,15	530.592,57	
Juros e Encargos da Dívida										
Outras Despesas Correntes										
DESPESAS DE CAPITAL										
Investimentos										
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida										
TOTAL DA DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**600.000,00**	**566.246,72**	**117.227,84**	**530.592,57**	**35.654,15**	**117.227,84**	**530.592,57**	**35.654,15**	**530.592,57**	

Emissão: 31/07/2018 08:15:52

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE - NOVEMBRO a DEZEMBRO de 2017
CONSOLIDADO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Inicial	Atualizada (a)	Despesa Empenhada		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar (a - e)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% (e/total e)	% (c/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.400.000,00	20.925.613,73	3.068.005,61	18.044.057,59	3.460.462,29	17.838.323,72	97,11	85,24	3.087.290,01
LEGISLATIVA									
ACAO LEGISLATIVA	794.000,00	840.000,02	135.921,20	829.202,46	154.204,01	829.202,46	4,51	98,71	10.797,56
JUDICIÁRIA									
ESSENCIAL A JUSTIÇA									
ADMINISTRAÇÃO									
Administracao Financeira	734.000,00	858.422,58	218.331,08	842.608,86	255.543,60	842.608,86	4,58	98,15	15.813,72
Administracao Geral	1.511.000,00	1.829.978,13	271.007,38	1.803.734,48	326.274,20	1.755.733,16	9,55	95,94	74.244,97
Comunicacao Social	30.000,00	50.000,00		26.926,35	4.736,10	26.926,35	0,14	53,85	23.073,65
Controle Interno	130.000,00	110.000,00	25.912,84	107.450,15	25.912,84	107.450,15	0,58	97,68	2.549,85
Defesa do Interesse Publico no Processo	120.000,00	94.800,00		94.800,00	24.000,00	94.800,00	0,51	100,00	
NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	94.000,00	4.000,00		2.974,26		2.974,26	0,01	74,35	1.025,74
Planejamento e Orcamento	65.000,00	127.600,00	13.226,97	124.507,45	13.226,97	124.507,45	0,67	97,57	3.092,55
TECNOLOGIA DA INFORMACAO	90.000,00	12.300,00		11.788,00		11.788,00	0,06	95,83	512,00
DEFESA NACIONAL									
SEGURANÇA PÚBLICA									
DEFESA CIVIL	10.000,00								
POLICIAMENTO	15.000,00								
RELAÇÕES EXTERIORES									
ASSISTÊNCIA SOCIAL									
Assistencia Comunitaria	940.000,00	1.046.311,73	165.126,11	889.834,78	179.617,74	889.834,78	4,84	85,04	156.476,95
Assistencia a Crianca e ao Adolescente	57.000,00	30.240,00	2.321,99	16.525,21	3.044,70	16.525,21	0,08	54,64	13.714,79
Assistencia ao Idoso	30.000,00								
PREVIDÊNCIA SOCIAL									
PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	2.349.000,00	2.349.000,00	130.421,63	692.277,04	139.091,10	692.277,04	3,76	29,47	1.656.722,96
SAÚDE									
Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	295.000,00	363.584,11	6.666,82	304.408,73	6.666,82	304.408,73	1,65	83,72	59.175,38
Atencao Basica	3.100.000,00	3.078.798,90	524.679,32	2.766.891,17	630.394,15	2.721.510,81	14,81	88,39	357.288,09
SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	110.000,00	136.000,00	7.949,62	127.489,61	7.949,62	127.489,61	0,69	93,74	8.510,39
Vigilancia Epidemiologica	285.000,00	226.401,90	32.550,69	147.047,39	32.550,69	147.047,39	0,80	64,94	79.354,51
TRABALHO									
PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	169.000,00	153.000,00	19.747,00	149.747,00	40.789,39	149.747,00	0,81	97,87	3.253,00
EDUCAÇÃO									
ALIMENTACAO E NUTRICAO	130.000,00	91.600,00	20.023,73	91.443,32	20.023,73	91.443,32	0,49	99,82	156,68
Educacao Especial	180.000,00	290.000,00	-25.000,00	263.200,00	42.400,00	263.200,00	1,43	90,75	26.800,00
Educacao Infantil	645.000,00	740.262,34	187.716,67	738.326,89	187.716,67	738.326,89	4,01	99,73	1.935,45
Educacao de Jovens e Adultos	15.000,00								
Ensino Fundamental	2.681.000,00	2.556.663,80	447.466,44	2.536.655,21	475.327,16	2.536.655,21	13,80	99,21	20.008,59
CULTURA									
DIFUSAO CULTURAL	251.000,00	49.184,00	5.369,04	48.169,04	5.369,04	48.169,04	0,26	97,93	1.014,96
DIREITOS DA CIDADANIA									
URBANISMO									

Emissão: 31/07/2018 08:24:29 Page 1 de 3

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE - NOVEMBRO a DEZEMBRO de 2017
CONSOLIDADO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

Infra-Estrutura Urbana	200.000,00								
Servico Urbanos	147.000,00	84.000,00	21.204,40	67.716,58	21.204,40	67.716,58	0,36	80,61	16.283,42
HABITAÇÃO									
HABITACAO RURAL	15.000,00								
Habitacao Urbana	42.000,00								
SANEAMENTO									
Saneamento Basico Urbano	511.000,00	458.869,62	60.989,55	426.846,56	65.890,71	426.846,56	2,32	93,02	32.023,06
GESTÃO AMBIENTAL									
CONTROLE AMBIENTAL	47.000,00	13.844,34		8.000,29		8.000,29	0,04	57,78	5.844,05
RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS	5.000,00								
CIÊNCIA E TECNOLOGIA									
AGRICULTURA									
ABASTECIMENTO	20.000,00								
Extensao Rural	10.000,00	3.000,00		387,00		387,00		12,90	2.613,00
PROMOCAO DA PRODUCAO AGROPECUARIA	530.000,00	311.655,66	54.235,34	288.047,42	57.671,51	288.047,42	1,56	92,42	23.608,24
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA									
INDÚSTRIA									
Promocao Industrial	95.000,00	118.163,00	21.284,06	115.821,72	21.284,06	115.821,72	0,63	98,01	2.341,28
COMÉRCIO E SERVIÇOS									
Turismo	10.000,00	3.000,00							3.000,00
COMUNICAÇÕES									
ENERGIA									
Energia Eletrica	10.000,00								
TRANSPORTE									
Transporte Rodoviario	2.720.000,00	4.678.182,22	723.477,32	4.322.269,40	706.987,94	4.209.917,21	22,91	89,99	468.265,01
DESPORTO E LAZER									
Desporto Comunitario	188.000,00	216.751,38	-2.623,59	198.961,22	12.585,14	198.961,22	1,08	91,79	17.790,16
ENCARGOS ESPECIAIS									
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00								
RESERVA DO R.P.P.S.									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	600.000,00	566.246,72	117.227,84	530.592,57	117.227,84	530.592,57	2,88	93,70	35.654,15
TOTAL (III) = (I + II)	R$ 20.000.000,00	R$ 21.491.860,45	R$ 3.185.233,45	R$ 18.574.650,16	R$ 3.577.690,13	R$ 18.368.916,29	100,00	85,46	R$ 3.122.944,16

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
BIMESTRE - NOVEMBRO a DEZEMBRO de 2017
CONSOLIDADO

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

Homologado

GOVERNO FEDERAL; ESTADO DE MATO GROSSO; MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	JAN/17	FEV/17	MAR/17	ABR/17	MAI/17	JUN/17	JUL/17	AGO/17	SET/17	OUT/17	NOV/17	DEZ/17		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.256.064,40	1.687.263,98	1.250.433,13	1.493.186,05	1.716.982,72	1.357.676,58	1.505.976,11	1.698.892,78	1.248.886,51	1.815.913,52	1.450.962,44	2.692.214,30	19.174.452,52	20.878.000,00
Receita Tributária	21.969,64	68.562,46	54.570,84	58.854,40	131.533,93	107.620,23	121.983,91	123.544,16	54.200,16	49.802,95	86.986,77	65.352,88	944.982,33	1.144.000,00
IPTU	566,17	-2,97	67,30	-2,34	34.255,28	44.159,97	2.526,56	3.654,78	1.091,45	1.447,27	1.501,34	5.164,48	94.429,29	126.000,00
ISS	5.335,79	4.860,91	11.582,56	12.618,59	12.587,90	8.582,45	80.749,28	72.064,77	8.983,75	17.977,66	31.740,61	17.536,65	284.620,92	153.000,00
ITBI	7.562,79	10.047,47	15.664,84	14.908,95	51.302,54	20.214,82	11.449,24	503,87	24.202,18	9.359,03	28.961,89	786,98	194.964,60	502.000,00
IRRF	137,50	40.131,00	22.501,14	25.309,45	22.244,98	21.875,68	26.078,22	44.851,07	19.543,93	19.641,89	22.624,83	39.844,97	304.784,66	300.000,00
Outras Rec. Tributarias	8.367,39	13.526,05	4.755,00	6.019,75	11.143,23	12.787,31	1.180,61	2.469,67	378,85	1.377,10	2.158,10	2.019,80	66.182,86	63.000,00
Receita Contribuições	6.999,76	93.586,46	5.269,53	92.911,69	91.151,87	6.974,18	7.273,35	90.371,77	6.994,36	89.961,31		143.053,34	634.547,62	650.000,00
Receita Patrimonial	16.427,90	243.869,19	15.881,19	115.358,19	90.679,25	8.927,43	8.335,33	223.705,52	4.349,00	109.127,02	6.318,25	79.186,97	922.165,24	1.374.000,00
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita Serviços	20.507,17	15.162,98	26.480,22	26.657,34	33.041,48	25.292,23	23.436,87	25.345,44	24.015,07	26.170,08	28.682,25	26.400,02	301.191,15	227.000,00
Transferências Correntes	1.186.642,47	1.263.706,11	1.144.210,32	1.193.216,97	1.365.018,17	1.199.278,79	1.340.447,69	1.229.466,11	1.154.633,35	1.533.339,86	1.323.819,13	2.361.796,75	16.295.575,72	17.372.000,00
Cota Parte do FPM	530.773,08	680.134,06	425.731,48	512.934,05	581.835,15	536.286,61	414.187,39	469.737,94	394.421,66	446.992,31	459.762,90	614.926,64	6.067.723,27	6.100.000,00
Cota Parte do ICMS	344.378,78	201.024,93	350.521,47	268.430,99	346.502,47	301.776,23	281.997,73	388.634,34	417.613,38	302.386,33	444.441,83	428.525,04	4.076.233,52	4.000.000,00
Cota Parte do IPVA	18.399,53	20.990,40	15.703,96	35.022,33	28.390,41	13.147,57	37.394,73	27.439,84	19.393,28	19.598,29	17.996,52	5.908,69	259.385,55	300.000,00
Cota Parte do ITR	28.983,80	15.509,45	9.613,57	312,74	88,34	4.938,39	764,60	295,24	11.037,12	287.541,61	46.871,24	82.974,37	488.930,47	400.000,00
Transf. LC 87/1966	1.415,65	1.415,65	1.415,65	1.415,65	1.415,65	1.415,65	1.415,65	1.415,65	1.415,65	1.415,65	1.415,65	1.415,65	16.987,80	20.000,00
Transf. LC 61/1989														
Transferências FUNDEB	152.035,99	159.455,54	102.101,68	163.427,28	172.847,56	145.079,20	138.329,91	176.550,82	115.408,67	149.175,84	137.521,18	447.108,77	2.059.042,44	2.000.000,00
Outras Transf. Correntes	110.655,64	185.176,08	239.122,51	211.673,93	233.938,59	196.635,14	466.357,68	165.392,28	195.343,59	326.229,83	215.809,81	780.937,59	3.327.272,67	4.552.000,00
Outras Receitas Correntes	3.517,46	2.376,78	4.021,03	6.187,46	5.558,02	9.583,72	4.498,96	6.459,78	4.694,57	7.512,30	5.156,04	16.424,34	75.990,46	111.000,00
DEDUÇÕES (I)	184.790,07	268.785,93	160.597,16	249.455,52	276.877,53	171.512,82	147.151,95	260.623,33	168.776,14	295.258,57	194.097,52	346.191,92	-2.724.118,46	2.720.000,00
Cont. Pla. Seg. Soc. Serv.		84.971,10		85.832,43	85.231,21			83.118,80		83.105,58		119.441,91	-541.701,03	550.000,00
Comp. Financ. Reg. Prev.														
Ded. Rec. p/ Form. FUNDEB	184.790,07	183.814,83	160.597,16	163.623,09	191.646,32	171.512,82	147.151,95	177.504,53	168.776,14	212.152,99	194.097,52	226.750,01	-2.182.417,43	2.170.000,00
RECEITA CORRENTE LIQUIDA(III) = (I - II)	1.071.274,33	1.418.478,05	1.089.835,97	1.243.730,53	1.440.105,19	1.186.163,76	1.358.824,16	1.438.269,45	1.080.110,37	1.520.654,95	1.256.864,92	2.346.022,38	16.450.334,06	18.158.000,00

Emissão: 31/07/2018 08:26:57

Homologado

MUNICIPIO DE NOVA SANTA HELENA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO – Anexo 05 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

Dívida Fiscal Líquida	Saldo		
	em 31/DEZ/2016 (a)	em 31/OUT/2017 (b)	em 31/DEZ/2017 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)			
DEDUÇÕES (II)	8.234.919,16	8.981.662,15	9.366.282,05
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.262.252,09	10.136.317,52	9.396.715,76
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	27.332,93	1.154.655,37	30.433,71
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-8.234.919,16	-8.981.662,15	-9.366.282,05
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = ((III + IV) - V)	-8.234.919,16	-8.981.662,15	-9.366.282,05

Resultado Nominal	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-384.619,90	-1.131.362,89

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Corrente
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA [3]	0,00

Previdenciário			
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	Saldo		
	em 31/DEZ/2016 (a)	em 31/OUT/2017 (b)	em 31/DEZ/2017 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	7.616.190,28	7.616.190,28	8.061.049,08
Passivo Atuarial	7.616.190,28	7.616.190,28	8.061.049,08
Demais Dívidas			
DEDUÇÕES (VIII)			
Disponibilidade de Caixa Bruta			
Investimentos			
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	7.616.190,28	7.616.190,28	8.061.049,08
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	7.616.190,28	7.616.190,28	8.061.049,08

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

GOVERNO FEDERAL; ESTADO DE MATO GROSSO; MUNICIPIO DE NOVA SANTA HELENA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMARIO - CONSOLIDADO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO Á DEZEMBRO 2017 / BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		NO BIMESTRE NOV/DEZ	ATÉ O BIMESTRE 2017	ATE O BIMESTRE 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	17.242.000,00	3.636.823,99	16.070.436,11	15.252.560,59
Receitas Tributárias	1.110.000,00	152.522,67	961.735,61	950.040,17
IPTU	100.000,00	6.833,82	110.673,28	100.441,91
ISS	150.000,00	49.292,28	284.679,15	132.819,51
ITBI	500.000,00	29.748,87	195.314,00	364.770,01
IRRF	300.000,00	62.469,80	304.784,66	305.030,18
Outras Receitas Tributárias	60.000,00	4.177,90	66.284,52	46.978,56
Receitas de Contribuições	650.000,00	143.053,34	634.547,62	86.539,27
Receitas Previdenciárias	550.000,00	119.441,91	541.701,03	
Outras Receitas de Contribuições	100.000,00	23.611,43	92.846,59	86.539,27
Receita Patrimonial Líquida	1.000,00			
Receita Patrimonial	1.373.000,00	85.505,22	922.165,24	149.747,63
(-) Aplicações Financeiras	1.372.000,00	85.505,22	922.165,24	149.747,63
Transferências Correntes	15.155.000,00	3.247.089,14	14.075.343,64	13.932.519,47
FPM	6.100.000,00	1.074.689,54	6.067.723,27	6.398.100,39
ICMS	4.000.000,00	872.966,87	4.076.233,52	3.743.961,70
Convênios	330.000,00	26.947,06	121.711,27	260.486,69
Outras Transferências Correntes	4.725.000,00	1.272.485,67	3.809.675,58	3.529.970,69
Demais Receitas Correntes	326.000,00	94.158,84	398.809,24	283.461,68
Dívida Ativa	38.000,00	18.814,89	49.113,74	28.351,97
Diversas Receitas Correntes	288.000,00	75.343,95	349.695,50	255.109,71
RECEITAS DE CAPITAL (II)	786.000,00	205.900,00	2.217.075,77	1.256.004,00
Operações de Crédito (III)				
Amortização de Empréstimos (IV)				
Alienação de Bens (V)	30.000,00	80.900,00	117.750,00	
Transferências de Capital	751.000,00	125.000,00	2.099.325,77	1.256.004,00
Convênios	641.000,00	125.000,00	2.099.325,77	1.155.731,51
Outras Transferências de Capital	110.000,00			100.272,49
Outras Receitas de Capital	5.000,00			
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL = (II - III - IV - V)	756.000,00	125.000,00	2.099.325,77	1.256.004,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**17.998.000,00**	**3.761.823,99**	**18.169.761,88**	**16.508.564,59**

DESPESAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		NO BIMESTRE NOV/DEZ	ATÉ O BIMESTRE 2017	ATE O BIMESTRE 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	17.726.274,29	3.150.231,55	16.274.892,38	14.357.051,77
Pessoal e Encargos Sociais	9.625.249,09	1.926.287,73	9.127.775,92	7.787.708,39
Juros e Encargos da Dívida (IX)				
Outras Despesas Correntes	8.101.025,20	1.223.943,82	7.147.116,46	6.569.343,38
DESEPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	17.726.274,29	3.150.231,55	16.274.892,38	14.357.051,77
DESEPESAS DE CAPITAL (XI)	2.449.086,16	428.496,41	2.094.023,91	1.062.868,08
Investimentos	2.449.086,16	428.496,41	2.094.023,91	1.062.868,08
Inversões Financeiras				
Concessão de Empréstimos (XII)				
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)				
Demais Inversões Financeiras				
Amortização da Dívida (XIV)				
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.449.086,16	428.496,41	2.094.023,91	1.062.868,08
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	1.316.500,00			
RESERVA DO RPPS (XVII)				
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (VXIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**21.491.860,45**	**3.578.727,96**	**18.368.916,29**	**15.419.919,85**

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**-3.493.860,45**	**183.096,03**	**-199.154,41**	**1.088.644,74**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				**393,66**

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	Valor Corrente
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE RE	**763.000,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

Emissão: 31/07/2018 às 09:11 **Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena** Page 1 de 1

Homologado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO - CONSOLIDADO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO Á DEZEMBRO 2017 / BIMESTRE JANEIRO-DEZEMBRO

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2016				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2016				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)											
Executivo		R$ 27.332,93	R$ 27.332,93				R$ 175.846,79	R$ 103.643,26	R$ 103.643,26	R$ 5.544,45	R$ 66.659,08
Legislativo							R$ 77.811,79	R$ 77.811,79	R$ 77.811,79		
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II)		R$ 27.332,93	R$ 27.332,93				R$ 253.658,58	R$ 181.455,05	R$ 181.455,05	R$ 5.544,45	R$ 66.659,08

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA Emissão: 31/07/2018 às 08:54 Page 1 de 1

MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017 - BIMESTRE NOVEMBRO/DEZEMBRO

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	20.047.000,00
Previsão Atualizada	20.047.000,00
Receitas Realizadas	19.781.676,73
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	1.628.201,09
DESPESAS	
Dotação Inicial	18.683.500,00
Créditos Adicionais	1.491.860,45
Dotação Atualizada	20.175.360,45
Despesas Empenhadas	18.574.650,16
Despesas Liquidadas	18.368.916,29
Despesas Pagas	18.338.482,58
Superávit Orçamentário	1.412.760,44

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	18.574.650,16
Despesas Liquidadas	18.368.916,29

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	16.450.334,06

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social	
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas(II)	
Resultado Previdênciário (III) = (I - II)	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)	
Resultado Previdênciário (VI) = (IV - V)	

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal		-1.131.362,89	-289%
Resultado Primário		205.491,21	0%

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo à Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	27.332,93		27.332,93	
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo	175.846,79	5.544,45	103.643,26	66.659,08
Poder Legislativo	77.811,79		77.811,79	
Poder Judiciário				
Ministério Público				
TOTAL	**280.991,51**	**5.544,45**	**208.787,98**	**66.659,08**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo à Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento	1.462.057,43	25,00 %	12,62 %
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fu	1.583.092,94	60,00 %	76,88 %
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação		0,00 %	0,00 %
Complementação da União ao FUNDEB		0,00 %	0,00 %

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	2.249.576,10	199.510,06

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício¹	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias(I)				
Despesas Previdenciárias(II)				
Resultado Previdênciário (III) = (I - II)				
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias(IV)	1.499.785,67	2.237.923,90	2.135.005,00	490.071,00
Despesas Previdenciárias(V)	511.729,08	1.034.665,84	2.878.962,50	3.545.341,46
Resultado Previdênciário (VI) = (IV - V)	988.056,59	1.203.258,06	-743.957,50	-3.055.270,46

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo à Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Desp. com Ações e Serviços Públicos de Saúde Exec. com Rec. de Impostos	2.264.809,92	15,00 %	29,14 %

DESPESAS DE CARATER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE
Total das Despesas / RCL (%)	

Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena

¹ Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Emissão: 31/07/2018 08:50:01 — Page 1 de 1

DECRETO 23-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 23/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 788/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1§ - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder á abertura de Crédito Adicional Suplementar por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior no valor de R$ 96.844,34 (Noventa e Seis mil, Oitocentos e Quarenta e Quatro Reais e trinta e quatro Centavos) nos termos do artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações vigentes no orçamento vigente:

07.004-CULTURA, DESPORTO E LAZER

07.004.27.812.0027.1014.4.4.9.0.51.00.00.00|300000000 Obras e Instalações	R$ 22.631,00
	Sub-Total:R$ 22.631,00

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.305.0026.2029.3.3.9.0.30.00.00.00|314000000 Material de Consumo	R$ 4.297,90
	Sub-Total:R$ 4.297,90

10.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

10.001.08.244.0014.2046.3.3.9.0.30.00.00.00|329000000 Material de Consumo	R$ 25.751,44
	Sub-Total:R$ 25.751,44

11.001-GABINETE DA SECRETARIA

11.001.26.782.0016.2037.3.3.9.0.39.00.00.00|300000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 44.164,00
	Sub-Total:R$ 44.164,00
	Total Parcial Suplementado: R$ 96.844,34

Art. 2º Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior em conformidade §1º, inciso I do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, 02 de Maio de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA
Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO PP 031/2018

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2018.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o dia 13 de Agosto de 2018, ás 08:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT, tendo como objeto o Contratação de Empresa para Prestação de Serviço em Análises Físico-Químicas e Bacteriológicas em Amostra de Água (bacteriologicas, coliformes totais, coliformes termotolerantes - fecais e físico-químicos), em atendimento às necessidades do Departamento de Água e Esgoto do Município de Nova Santa Helena-MT,conforme especificações e condições constantes no Edital e seus anexos. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – Comissão Permanente de Licitação, sito na Praça João Alberto Zaneti - Centro – Nova Santa Helena/MT e no site www.novasantahelena.mt.gov.br

Nova Santa Helena/MT, em 31 de Julho de 2018.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

DECRETO 59-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, CEP 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 59/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 779/2016, e em consonância com a lei Federal 4320/64.

Art. 1º - Abre Credito Adicional Suplementar ao Orçamento Programa do Exercício de 2017 no Valor de R$ 3.999,98 (Três Mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos) nas Seguintes Dotações Orçamentárias:

05.001-SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

05.001.04.123.0010.2009.3390.39.00000 – Outros Serviços Pessoa Jurídica.....R$ 3.999,98

TOTAL SUPLEMENTADO.....R$ 3.999,98

Art. 2º. Para cobertura do Credito Adicional Suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos proveniente de anulação parcial ou total de dotações em conformidade com o õ1§ inciso III do artigo 43, da Lei 4.320/64, conforme segue:

01.001. CÂMARA MUNICIPAL

01.001.01.031.0001.2001.4490.52.0000 – Equipamentos e Material Permanente..... R$ 3.999,98

TOTAL REDUZIDO.....R$ 3.999,98

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, aos 22 dias do mês de dezembro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA
Prefeita Municipal

DECRETO 52-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 52/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 788/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1º - Abre Credito Adicional Suplementar ao Orçamento Programa do Exercício de 2017 no Valor de R$ 34.831,80 (Trinta e quatro mil, oitocentos e trinta e um reais e oitenta centavos) em conformidade com o inciso I do artigo 41, da Lei 4.320/64, nas seguintes dotações Orçamentarias:

05.001-GABINETE DA SECRETARIA

05.001.04.123.0010.2009.3.3.9.0.93.00.00.00|321000000 Indenizações e Restituições	R$ 18.761,80

Sub-Total:R$ 18.761,80

10.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

10.001.08.244.0014.2046.3.3.9.0.30.00.00.00|329000000 Material de Consumo	R$ 280,00

Sub-Total:R$ 280,00

Total Parcial Suplementado: R$ 19.041,80

Art. 2º - Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos proveniente de superávit financeiro apurado em balanço do exercício anterior em conformidade §1º, inciso I do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, 01 de Dezembro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA
Prefeita Municipal

DECRETO 51-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 51/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 779/2016, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Artigo 1 - Abre Credito Adicional Suplementar ao Orcamento Programa do Exercicio de 2017 no Valor de R$ 824.659,79 (Oitocentos e vinte quatro mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e setenta nove centavos) nas Seguintes Dotacoes Orcamentarias:

03.001-GABINETE DO PREFEITO

03.001.04.122.0010.2003.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 2.000,00
03.001.04.122.0010.2003.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 19.500,00

Sub-Total:R$ 21.500,00

05.001-GABINETE DA SECRETARIA

05.001.04.123.0010.2009.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 12.000,00
05.001.04.123.0010.2009.3.3.9.0.93.00.00.00|121000000 Indenizacoes e Restituicoes	R$ 75.323,20
05.001.04.123.0010.2009.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 305,60

Sub-Total:R$ 87.628,80

06.001-GABINETE DA SECRETARIA

06.001.04.122.0010.2011.3.1.9.1.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 26.700,00
06.001.04.122.0010.2011.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 Obrigacoes Patronais - INSS	R$ 16.998,13
06.001.04.122.0010.2011.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 17.000,00
06.001.04.122.0010.2011.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 45.000,00

Sub-Total:R$ 105.698,13

07.001-GABINETE DA SECRETARIA

07.001.12.361.0021.2013.3.3.9.0.30.00.00.00|115000000 Material de Consumo	R$ 8.200,00
07.001.12.306.0022.2015.3.3.9.0.30.00.00.00|115000000 Material de Consumo	R$ 4.000,00

Sub-Total:R$ 12.200,00

07.002-FUNDEB 60

07.002.12.361.0024.2018.3.1.9.0.04.00.00.00|118000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 30.946,00
07.002.12.365.0024.2019.3.1.9.0.04.00.00.00|118000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 20.331,91
07.002.12.361.0024.2018.3.1.9.0.11.00.00.00|118000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 37.972,00
07.002.12.365.0024.2019.3.1.9.1.13.00.00.00|118000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 2.599,00
07.002.12.361.0024.2018.3.1.9.0.13.00.00.00|118000000 Obrigacoes Patronais - INSS	R$ 5.926,82

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 51/2017

	Sub-Total:R$ 97.775,73

07.003-FUNDEB 40

07.003.12.365.0024.2022.3.1.9.0.13.00.00.00|119000000 Obrigacoes Patronais - INSS	R$ 2.161,28
07.003.12.361.0024.2021.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 41.682,27
07.003.12.365.0024.2022.3.1.9.0.04.00.00.00|119000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 3.169,15
07.003.12.361.0024.2021.3.1.9.1.13.00.00.00|119000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 3.747,72
	Sub-Total:R$ 50.760,42

07.004-CULTURA, DESPORTO E LAZER

07.004.13.392.0015.1015.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 4.580,00
	Sub-Total:R$ 4.580,00

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.301.0006.1017.4.4.9.0.51.00.00.00|114000000 Obras e Instalcoes	R$ 371,00
08.001.10.305.0026.2029.3.3.9.0.14.00.00.00|114000000 Diarias - Civil	R$ 104,00
08.001.10.301.0006.1034.4.4.9.0.52.00.00.00|114000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 40.000,00
08.001.10.301.0006.2026.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 22.300,00
08.001.10.301.0006.2043.3.3.7.1.70.00.00.00|102000000 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIOS PUBLICOS	R$ 20.230,00
~~08.001.10.301.0026.2027.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil~~	R$ 24.950,00
08.001.10.301.0026.2027.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 47.500,00
	Sub-Total:R$ 155.455,00

09.001-GABINETE DA SECRETARIA

09.001.20.608.0030.2035.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 23.000,00
	Sub-Total:R$ 23.000,00

10.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

10.001.08.244.0014.2036.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 Obrigacoes Patronais - INSS	R$ 2.500,00
10.001.08.243.0014.2045.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 Diarias - Civil	R$ 140,00
10.001.08.244.0014.2036.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 50.000,00
10.001.08.244.0014.2036.3.3.9.0.32.00.00.00|100000000 Material de Distribuicao Gratuita	R$ 3.000,00
10.001.08.244.0014.2046.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 Material de Consumo	R$ 9.000,00
	Sub-Total:R$ 64.640,00

11.001-GABINETE DA SECRETARIA

11.001.26.782.0016.1062.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 Obras e Instalcoes	R$ 123.000,00
11.001.26.782.0016.2037.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 78.677,00
11.001.26.782.0016.2037.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 Obrigacoes Patronais - INSS	R$ 325,00
11.001.15.452.0018.2032.3.3.9.0.30.00.00.00|117000000 Material de Consumo	R$ 7.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 51/2017

	Sub-Total:R$ 209.002,00

11.002-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

11.002.17.512.0029.2034.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 10.969,62
	Sub-Total:R$ 10.969,62

12.001-DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTAO

12.001.04.121.0010.2041.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 4.600,00
	Sub-Total:R$ 4.600,00

13.001-DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMERCIO

13.001.22.661.0033.2056.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 663,00
	Sub-Total:R$ 663,00
	Total Parcial Suplementado: R$ 848.472,70

Art. 2§ - Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1§, serao utilizados recursos proveniente de anulacao parcial ou total de dotacoes em conformidade õ1§, inciso **III** do artigo 43, da Lei 4.320/64.

03.001-GABINETE DO PREFEITO

03.001.04.131.0009.2006.3.3.9.0.39.00.00.00|300000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 30.000,00
03.001.04.122.0010.2003.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 11.000,00
03.001.04.062.0007.2004.3.3.9.0.35.00.00.00|100000000 Servicos de Consultoria	R$ 5.200,00
03.001.04.122.0010.2003.3.3.9.0.33.00.00.00|100000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 2.500,00
	Sub-Total:R$ 48.700,00

04.001-GABINETE DA SECRETARIA

04.001.04.122.0010.2008.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 Obrigacoes Patronais - INSS	R$ 5.000,00
04.001.04.122.0010.2008.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 33.500,00
	Sub-Total:R$ 38.500,00

05.001-GABINETE DA SECRETARIA

05.001.04.123.0010.2009.3.3.9.0.33.00.00.00|100000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 4.800,00
05.001.11.331.0003.2010.3.3.9.0.47.00.00.00|100000000 Obrigacoes Tributarias e Contributivas	R$ 16.000,00
05.001.04.123.0010.2009.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 13.800,00
	Sub-Total:R$ 34.600,00

06.001-GABINETE DA SECRETARIA

06.001.04.122.0010.2011.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 7.000,00
06.001.04.122.0010.2011.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 11.200,00
06.001.04.126.0005.1006.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 3.200,00
06.001.04.122.0010.2011.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 15.800,00
06.001.04.122.0010.2011.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 4.400,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 51/2017

Sub-Total:R$ 41.600,00

07.001-GABINETE DA SECRETARIA

07.001.12.361.0021.2012.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 Material de Consumo	R$ 5.700,00
07.001.12.361.0021.2012.3.3.9.0.14.00.00.00|101000000 Diarias - Civil	R$ 5.800,00
07.001.12.361.0021.2012.3.3.9.0.93.00.00.00|101000000 Indenizacoes e Restituicoes	R$ 5.000,00
07.001.12.361.0021.2013.3.3.9.0.39.00.00.00|115000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 3.900,00
07.001.12.361.0021.2013.3.3.9.0.30.00.00.00|115000000 Material de Consumo	R$ 3.500,00
07.001.12.361.0021.2014.3.3.9.0.39.00.00.00|115000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 2.900,00
07.001.12.306.0022.2015.3.3.9.0.30.00.00.00|115000000 Material de Consumo	R$ 3.100,00
07.001.12.306.0022.2059.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 Material de Consumo	R$ 4.300,00
07.001.12.361.0021.2012.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 24.000,00
07.001.12.361.0021.2012.3.1.9.1.13.00.00.00|101000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 38.000,00
07.001.12.361.0021.2012.3.1.9.0.11.00.00.00|101000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 30.000,00
07.001.12.361.0023.1057.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 5.200,00
07.001.12.361.0025.1049.4.4.9.0.52.00.00.00|101000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 2.000,00
07.001.12.361.0025.2017.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 Material de Consumo	R$ 7.300,00
07.001.12.365.0023.1047.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 Obras e Instalcoes	R$ 10.000,00
07.001.12.361.0025.2016.3.3.9.0.39.00.00.00|115000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 13.700,00
07.001.12.361.0023.1031.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 Obras e Instalcoes	R$ 5.000,00
07.001.12.361.0025.2050.3.3.9.0.30.00.00.00|122000000 Material de Consumo	R$ 11.200,00
07.001.12.361.0023.1045.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 Obras e Instalcoes	R$ 4.000,00
07.001.12.361.0021.2057.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 Material de Consumo	R$ 2.000,00
07.001.12.361.0023.1010.4.4.9.0.51.00.00.00|122000000 Obras e Instalcoes	R$ 29.995,00
07.001.12.361.0023.1057.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 Obras e Instalcoes	R$ 46.800,00
07.001.12.361.0023.1010.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 Obras e Instalcoes	R$ 42.405,00
07.001.12.361.0021.2060.3.3.5.0.41.00.00.00|101000000 CONTRIBUICOES	R$ 7.000,00
07.001.12.361.0021.2057.3.3.9.0.36.00.00.00|101000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 2.000,00
07.001.12.361.0023.1057.4.4.9.0.51.00.00.00|115000000 Obras e Instalcoes	R$ 21.900,00

Sub-Total:R$ 336.700,00

07.002-FUNDEB 60

07.002.12.361.0024.2018.3.1.9.1.13.00.00.00|118000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 9.800,00
07.002.12.365.0024.2019.3.1.9.0.13.00.00.00|118000000 Obrigacoes Patronais - INSS	R$ 3.500,00

Sub-Total:R$ 13.300,00

07.003-FUNDEB 40

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 51/2017

07.003.12.361.0024.2021.3.1.9.0.13.00.00.00|119000000 Obrigacoes Patronais - INSS	R$ 2.900,00
07.003.12.365.0024.2022.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 5.900,00

Sub-Total:R$ 8.800,00

07.004-CULTURA, DESPORTO E LAZER

07.004.13.392.0020.2024.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 3.000,00
07.004.27.812.0027.2025.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 11.900,00
07.004.27.812.0027.2025.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 Obrigacoes Patronais - INSS	R$ 3.800,00
07.004.27.812.0027.2025.3.3.9.0.33.00.00.00|100000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 4.500,00
07.004.13.392.0020.1011.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 5.000,00
07.004.13.392.0015.1015.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 2.000,00
07.004.27.812.0027.2025.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 8.000,00
07.004.13.392.0015.1015.3.3.5.0.41.00.00.00|100000000 CONTRIBUICOES	R$ 5.000,00
07.004.13.392.0020.1011.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 5.000,00
07.004.13.392.0015.1061.3.3.9.0.39.00.00.00|124000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 3.000,00
07.004.27.812.0027.2025.3.3.9.0.31.00.00.00|100000000 Premia‡äes Culturais, Artisticas, Cientificas, Des	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 56.200,00

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.305.0026.2029.3.1.9.0.13.00.00.00|114000000 Obrigacoes Patronais - INSS	R$ 7.000,00
08.001.10.305.0026.2029.3.1.9.0.13.00.00.00|102000000 Obrigacoes Patronais - INSS	R$ 3.000,00
08.001.10.305.0026.2029.3.3.9.0.14.00.00.00|102000000 Diarias - Civil	R$ 1.500,00
08.001.10.305.0006.1060.3.3.9.0.31.00.00.00|114000000 Premia‡äes Culturais, Artisticas, Cientificas, Des	R$ 1.000,00
08.001.10.305.0026.2029.3.1.9.0.04.00.00.00|114000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 5.000,00
08.001.10.305.0006.1060.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 Material de Consumo	R$ 3.000,00
08.001.10.305.0006.1060.3.3.9.0.31.00.00.00|101000000 Premia‡äes Culturais, Artisticas, Cientificas, Des	R$ 1.000,00
08.001.10.305.0026.2029.3.3.9.0.14.00.00.00|114000000 Diarias - Civil	R$ 3.500,00
08.001.10.302.0026.2031.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 Material de Consumo	R$ 600,00
08.001.10.302.0026.2031.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 Material de Consumo	R$ 1.400,00
08.001.10.302.0026.2028.3.3.9.0.48.00.00.00|114000000 OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	R$ 10.000,50
08.001.10.303.0026.2030.3.3.9.0.32.00.00.00|114000000 Material de Distribuicao Gratuita	R$ 5.000,00
08.001.10.303.0026.2030.3.3.9.0.32.00.00.00|102000000 Material de Distribuicao Gratuita	R$ 5.000,00
08.001.10.302.0026.2031.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 900,00
08.001.10.302.0026.2031.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 2.100,00
08.001.10.302.0026.2028.3.3.9.0.48.00.00.00|102000000 OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	R$ 1.799,50
08.001.10.301.0006.2026.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 28.059,79

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 51/2017

08.001.10.301.0006.2043.3.3.7.1.70.00.00.00|102000000 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIOS PUBLICOS	R$ 15.384,69
~~08.001.10.301.0006.1017.4.4.9.0.51.00.00.00|102000000 Obras e Instalcoes~~	R$ 17.900,00
08.001.10.301.0006.2044.3.3.9.0.14.00.00.00|102000000 Diarias - Civil	R$ 3.000,00
08.001.10.301.0006.2026.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 15.790,00
08.001.10.301.0006.2043.3.3.7.1.70.00.00.00|114000000 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIOS PUBLICOS	R$ 7.638,22
08.001.10.305.0026.2029.3.3.9.0.33.00.00.00|102000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 1.020,00
08.001.10.301.0026.2027.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 4.000,00
08.001.10.301.0026.2027.4.4.9.0.52.00.00.00|114000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 6.000,00
08.001.10.305.0026.2029.3.3.9.0.33.00.00.00|114000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 2.980,00

Sub-Total:R$ 153.572,70

08.002-DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO

08.002.17.512.0006.1035.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 2.000,00
08.002.17.512.0006.1035.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 Material de Consumo	R$ 2.000,00

Sub-Total:R$ 4.000,00

09.001-GABINETE DA SECRETARIA

09.001.18.542.0032.1055.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 3.000,00
09.001.18.542.0032.1055.4.4.9.0.51.00.00.00|123000000 Obras e Instalcoes	R$ 6.000,00
09.001.20.606.0030.1028.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 2.000,00
09.001.20.608.0030.1026.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 1.000,00
09.001.20.608.0030.1027.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 2.000,00
09.001.20.608.0028.2052.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 2.500,00
09.001.20.608.0030.2035.3.3.9.0.33.00.00.00|100000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 4.000,00
09.001.20.608.0030.2035.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 20.000,00
09.001.20.608.0028.1050.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 3.000,00
09.001.20.608.0028.2052.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 4.000,00
09.001.20.608.0028.2052.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 3.000,00
09.001.18.542.0032.1055.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 2.000,00
09.001.18.542.0032.2055.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 3.000,00
09.001.18.542.0032.2055.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 2.000,00
09.001.18.543.0032.1054.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 5.000,00
09.001.18.542.0032.1055.4.4.9.0.61.00.00.00|100000000 Aquisicao de Imoveis	R$ 3.000,00
09.001.20.608.0030.2035.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 28.000,00
09.001.20.608.0031.2054.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 5.000,00
09.001.20.608.0030.2035.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 5.000,00
09.001.20.608.0031.2054.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 108.500,00

11.002-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 51/2017

11.002.17.512.0029.2034.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 4.000,00

Sub-Total:R$ 4.000,00

Total Parcial Reduzido: R$ 848.472,70

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, 01 de Dezembro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA
Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 007/2018/SMECDL/NSH/MT

DISPÕE SOBRE A DESTRITUIÇÃO DA SECRETARIA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS CONFORME PORTARIA 004/2018. E NOMEAÇÃO DA SECRETARIA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

A Secretária de Educação, Cultura, Desporto e Lazer do Município de Nova Santa Helena/MT, no uso de suas atribuições legais, e com base nos princípios da Gestão Democrática emanados da Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988. da Lei Federal nº 9.394/1996 – LDB, da Lei complementar nº 49/1998, da Lei complementar nº 50/1998 e da Lei Estadual nº 7.040/1998, com suas alterações,

Resolve:

Art 1º - Destituir a servidora FATIMA SABINO DOS SANTOS, como secretária das escolas municipais

Art. 2º Nomear a Servidora JESSICA CARVALHO BARBOSA, para exercer a função de Secretária das Escolas Municipais de Nova Santa Helena - MT

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Secretária de Educação do Município de Nova Santa Helena , 13 de junho de 2018

Leila Pimenta Zaneti

Secretária Municipal de Educação,

Cultura, Desporto e Lazer

DECRETO 005/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 5/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 779/2016, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Artigo 1 - Abre Credito Adicional Suplementarl ao Orcamento Programa do Exercicio de 2017 no Valor de R$ 34.540,00(Trinta e Quatro Mil e Quinhentos e Quarenta Reais) nas Seguintes Dotacoes Orcamentarias:

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.301.0006.2043.3.3.7.1.70.00.00.00|102000000 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIOS PUBLICOS	R$ 27.540,00

Sub-Total:R$ 27.540,00

10.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

10.001.08.244.0011.1058.4.4.9.0.51.00.00.00|121000000 Obras e Instalcoes	R$ 7.000,00

Sub-Total:R$ 7.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 34.540,00

Art. 2 - Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1, serao utilizados recursos proveniente de anulacao parcial ou total de dotacoes em conformidade com o õ 1, inciso III do artigo 43, da Lei 4.320/64

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.301.0006.2026.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 Material de Consumo	R$ 27.540,00

Sub-Total:R$ 27.540,00

10.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

10.001.08.244.0011.1037.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 7.000,00

Sub-Total:R$ 7.000,00

Total Parcial Reduzido: R$ 34.540,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 5/2017

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, 17 de Janeiro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA
Prefeita Municipal

DECRETO 07-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 7/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 779/2016, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Artigo 1 - Abre Credito Adicional Suplementaar ao Orcamento Programa do Exercicio de 2017 no Valor de R$ 121.000,00 (Cento e vinte um mil l Reais) nas Seguintes Dotacoes Orcamentarias:

07.001-GABINETE DA SECRETARIA

07.001.12.367.0021.2049.3.3.5.0.41.00.00.00|101000000 CONTRIBUICOES	R$ 110.000,00

Sub-Total:R$ 110.000,00

11.001-GABINETE DA SECRETARIA

11.001.04.125.0010.2039.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 Diarias - Civil	R$ 1.000,00
11.001.15.452.0019.2048.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 11.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 121.000,00

Art. 2 - Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1, serao utilizados recursos proveniente de anulacao parcial ou total de dotacoes em conformidade com o õ 1, inciso III do artigo 43, da Lei 4.320/64

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.301.0026.2027.3.1.9.0.04.00.00.00|114000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 41.000,00
08.001.10.301.0026.2027.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 80.000,00

Sub-Total:R$ 121.000,00

Total Parcial Reduzido: R$ 121.000,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, 06 de Fevereiro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA
Prefeita Municipal

DECRETO 08-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 42.147.040/0011-8
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 08/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora Terezinha Guedes Carrara, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena - MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 779/2016, e em consonância com a lei Federal 4320/64.

Art.1ª - Abre Credito Adicional Suplementar ao Orçamento Programa do Exercício de 2017 em conformidade com o inciso III do artigo 41, da Lei 4.320/64 no Valor de R$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais) na Seguinte Dotação Orçamentaria:

10.001-CAMARA MUNICIPAL

01.001.01.031.0001.2001.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Serv. De Terceiro pessoa Jurídica	R$ 12.000,00
01.001.01.031.0001.2001.3.3.9.0.35.00.00.00 Serviços de Consultoria	R$ 7.000,00
01.001.01.031.0001.2001.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas	R$ 29.000,00
01.001.01.031.0001.2001.3.1.9.0.13.00.00.00 Obrigações Patronais – INSS	R$ 2.000,00

Sub-Total:R$ 50.000,00

Total Credito Suplementar: R$ 50.000,00

Art. 2º - Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos proveniente de anulação parcial ou total de dotações em conformidade §1º, inciso III do artigo 43, da Lei 4.320/64:

11.001-GABINENE DA SECRETARIA

11.001.15.451.0016.1021.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalações	R$ 50.000,00

Sub-Total:R$ 50.000,00

Total Credito Reduzido: R$ 50.000,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, 06 de fevereiro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA
Prefeita Municipal

DECRETO 09-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 9/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 788/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Artigo 1 - Abre Credito Adicional Suplementar ao Orçamento Programa do Exercício de 2017 no Valor de R$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais) nas Seguintes Dotações Orçamentarias:

03.001-GABINETE DO PREFEITO

03.001.04.131.0009.2006.3.3.9.0.39.00.00.00|300000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R$ 80.000,00

Sub-Total:R$ 80.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 80.000,00

Art. 2º - Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos proveniente superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior em conformidade §1º, inciso I do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, 06 de Fevereiro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA
Prefeita Municipal

DECRETO 12-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 12/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 779/2016, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1§ - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de Credito Adicional Suplementar no valor de R$ 37.206,00 (Trinta e Sete mil Duzentos e seis Reais) nos termos do artigo 43, õ1§ inciso III da Lei Federal 4.320/64, para reforco de dotacoes vigentes no or‡amento vigente:

07.001-GABINETE DA SECRETARIA

07.001.12.361.0021.2012.3.1.9.0.13.00.00.00|101000000 Obrigacoes Patronais - INSS	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 5.000,00

07.004-CULTURA, DESPORTO E LAZER

07.004.27.812.0027.1014.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 15.206,00

Sub-Total:R$ 15.206,00

11.001-GABINETE DA SECRETARIA

11.001.15.452.0019.2047.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 10.000,00

13.001-DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMERCIO

13.001.22.661.0033.2056.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 Diarias - Civil	R$ 7.000,00

Sub-Total:R$ 7.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 37.206,00

Art. 2§ Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1§, serao utilizados recursos anulado da seguinte dotacao or‡amentaria relativo ao orcamento financeiro de 2017, em conformidade õ1§, inciso III do artigo 43, da Lei 4.320/64.

07.004-CULTURA, DESPORTO E LAZER

07.004.13.392.0020.2024.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 37.206,00

Sub-Total:R$ 37.206,00

Total Parcial Reduzido: R$ 37.206,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 12/2017

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, 02 de Marco de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA
Prefeita Municipal

DECRETO 15-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 15/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 788/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1§ - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de Credito Adicional Suplementar nos termos do artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, no valor de R$ 149.048,00 (cento e quarenta e nove mil, quarenta e oito reais) para reforço de dotações vigentes no orçamento vigente:

07.001-GABINETE DA SECRETARIA

07.001.12.361.0021.1007.4.4.9.0.52.00.00.00|301000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 3.600,00
Sub-Total:	**R$ 3.600,00**

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.302.0026.2028.3.3.9.0.39.00.00.00|314000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 13.000,00
Sub-Total:	**R$ 13.000,00**

11.001-GABINETE DA SECRETARIA

11.001.26.782.0016.2037.3.3.9.0.39.00.00.00|300000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 62.448,00
11.001.26.782.0016.1062.4.4.9.0.51.00.00.00|324000000 Obras e Instalcoes	R$ 70.000,00
Sub-Total:	**R$ 132.448,00**
Total Parcial Suplementado:	**R$ 149.048,00**

Art. 2º Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior em conformidade §1º, inciso I do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, 13 de Marco de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA
Prefeita Municipal

DECRETO 48-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 48/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 788/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Artigo 1ª - Abre Credito Adicional Suplementar ao Orçamento Programa do Exercício de 2017 no Valor de R$ 9.717,00 (Nove Mil e Setecentos e Dezessete Reais) em conformidade com o inciso I do artigo 41, da Lei 4.320/64, nas Seguintes Dotações Orçamentarias:

10.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

10.001.08.244.0014.2046.3.3.9.0.30.00.00.00|329000000 Material de Consumo	R$ 6.617,00
10.001.08.244.0014.2046.3.3.9.0.39.00.00.00|329000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 3.100,00

Sub-Total:R$ 9.717,00

Total Parcial Suplementado: R$ 9.717,00

Art. 2º - Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos proveniente de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior em conformidade §1º, inciso I do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, 01 de Novembro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA
Prefeita Municipal

DECRETO 47-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 47/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 779/2016, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Artigo 1 - Abre Credito Adicional Suplementar ao Orcamento Programa do Exercicio de 2017 no Valor de R$ 1.053.400,00 (Hum milhao, Cinquenta e trez mil e quatrocentos Reais) nas Seguintes Dotacoes Orcamentarias:

03.001-GABINETE DO PREFEITO

03.001.04.122.0010.2003.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 Diarias - Civil	R$ 12.000,00
03.001.04.122.0010.2003.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 50.000,00

Sub-Total:R$ 62.000,00

05.001-GABINETE DA SECRETARIA

05.001.04.123.0010.2009.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 70.000,00

Sub-Total:R$ 70.000,00

06.001-GABINETE DA SECRETARIA

06.001.04.122.0010.2011.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 Obrigacoes Patronais - INSS	R$ 30.000,00
06.001.04.122.0010.2011.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 39.000,00

Sub-Total:R$ 69.000,00

07.001-GABINETE DA SECRETARIA

07.001.12.306.0022.2015.3.3.9.0.30.00.00.00|115000000 Material de Consumo	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 5.000,00

07.002-FUNDEB 60

07.002.12.365.0024.2019.3.1.9.0.11.00.00.00|118000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 64.000,00

Sub-Total:R$ 64.000,00

07.003-FUNDEB 40

07.003.12.365.0024.2022.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 30.000,00
07.003.12.365.0024.2022.3.1.9.0.04.00.00.00|119000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 15.000,00
07.003.12.361.0024.2021.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 70.000,00

Sub-Total:R$ 115.000,00

07.004-CULTURA, DESPORTO E LAZER

07.004.13.392.0015.1015.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 800,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 47/2017

	Sub-Total:R$ 800,00

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.303.0026.2030.3.3.9.0.32.00.00.00|102000000 Material de Distribuicao Gratuita	R$ 10.000,00
08.001.10.301.0006.2026.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 Material de Consumo	R$ 25.000,00
08.001.10.305.0026.2029.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 Material de Consumo	R$ 10.000,00
08.001.10.301.0026.2027.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 40.000,00
08.001.10.301.0006.1017.4.4.9.0.51.00.00.00|114000000 Obras e Instalcoes	R$ 30.000,00
08.001.10.301.0006.2026.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 24.000,00
	Sub-Total:R$ 139.000,00

10.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

10.001.08.244.0014.2036.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 60.000,00
	Sub-Total:R$ 60.000,00

11.001-GABINETE DA SECRETARIA

11.001.15.452.0018.2032.3.3.9.0.30.00.00.00|117000000 Material de Consumo	R$ 10.000,00
11.001.26.782.0016.1062.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 Obras e Instalcoes	R$ 400.000,00
11.001.26.782.0016.2037.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 15.000,00
11.001.26.782.0016.2037.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 15.000,00
	Sub-Total:R$ 440.000,00

11.002-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

11.002.17.512.0029.2034.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 3.600,00
11.002.17.512.0029.2034.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 10.000,00
	Sub-Total:R$ 13.600,00

13.001-DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMERCIO

13.001.22.661.0033.2056.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 15.000,00
	Sub-Total:R$ 15.000,00
	Total Parcial Suplementado: R$ 1.053.400,00

Art. 2§ - Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1§, serao utilizados recursos de anulacao parcial ou total de dotacoes em conformidade õ1§, inciso **III** do artigo 43, da Lei 4.320/64.

03.001-GABINETE DO PREFEITO

03.001.15.451.0011.1002.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 3.000,00
03.001.06.181.0008.2062.3.3.9.0.41.00.00.00|100000000 Contribuicoes	R$ 5.000,00
	Sub-Total:R$ 8.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 47/2017

05.001-GABINETE DA SECRETARIA

05.001.04.123.0010.2009.3.3.9.0.35.00.00.00|100000000 Servicos de Consultoria	R$ 3.400,00
05.001.04.126.0005.1004.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 2.000,00

Sub-Total:R$ 5.400,00

06.001-GABINETE DA SECRETARIA

06.001.04.122.0010.2011.3.3.9.0.35.00.00.00|100000000 Servicos de Consultoria	R$ 1.000,00
06.001.04.122.0010.2011.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 20.000,00

Sub-Total:R$ 21.000,00

07.001-GABINETE DA SECRETARIA

07.001.12.361.0025.2050.3.3.9.0.30.00.00.00|122000000 Material de Consumo	R$ 10.000,00
07.001.12.361.0025.2017.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 9.000,00

Sub-Total:R$ 19.000,00

07.003-FUNDEB 40

07.003.12.366.0024.2023.3.1.9.0.13.00.00.00|119000000 Obrigacoes Patronais - INSS	R$ 1.000,00
07.003.12.361.0024.2021.3.1.9.0.13.00.00.00|119000000 Obrigacoes Patronais - INSS	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 6.000,00

07.004-CULTURA, DESPORTO E LAZER

07.004.13.392.0020.2024.3.1.9.1.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 1.000,00
07.004.13.392.0020.2024.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 Obrigacoes Patronais - INSS	R$ 1.000,00
07.004.13.392.0020.2024.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 Diarias - Civil	R$ 1.000,00
07.004.13.392.0020.1042.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 1.000,00
07.004.13.392.0020.2024.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 1.990,00
07.004.27.812.0027.2025.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 1.000,00
07.004.27.812.0027.2025.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 Diarias - Civil	R$ 4.000,00
07.004.27.812.0027.2025.3.1.9.1.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 5.000,00
07.004.13.392.0020.2024.3.3.9.0.33.00.00.00|100000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 1.000,00
07.004.27.812.0027.1013.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 1.000,00

Sub-Total:R$ 17.990,00

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.301.0026.2027.3.1.9.0.04.00.00.00|114000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 13.660,00
08.001.10.301.0026.2027.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 35.000,00
08.001.10.301.0006.2043.3.3.7.1.70.00.00.00|114000000 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIOS PUBLICOS	R$ 5.000,00
08.001.10.301.0006.2043.3.3.7.1.70.00.00.00|102000000 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIOS PUBLICOS	R$ 5.000,00
~~08.001.10.301.0006.2044.3.3.9.0.33.00.00.00|102000000 Passagens e Despesas com Locomocao~~	R$ 1.500,00
08.001.10.301.0006.2026.3.3.7.1.70.00.00.00|102000000 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIOS PUBLICOS	R$ 5.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 47/2017

08.001.10.301.0006.2026.3.3.9.0.33.00.00.00|102000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 15.000,00
08.001.10.301.0006.2026.3.3.9.0.46.00.00.00|102000000 Auxilio-Alimentacao	R$ 10.000,00
08.001.10.301.0006.2026.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 5.000,00
	Sub-Total:R$ 95.160,00

09.001-GABINETE DA SECRETARIA

09.001.23.695.0030.2053.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 3.000,00
09.001.23.695.0030.2053.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 4.000,00
	Sub-Total:R$ 7.000,00

10.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

10.001.08.244.0014.2046.3.3.9.0.33.00.00.00|100000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 2.000,00
10.001.08.244.0014.2046.3.3.9.0.14.00.00.00|129000000 Diarias - Civil	R$ 3.000,00
10.001.08.244.0014.2046.3.3.9.0.33.00.00.00|129000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 8.000,00
10.001.08.244.0014.2046.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 2.000,00
10.001.08.244.0014.2036.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 5.000,00
10.001.08.244.0014.2046.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 Diarias - Civil	R$ 2.000,00
10.001.08.244.0014.2036.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 6.000,00
10.001.08.244.0014.2046.4.4.9.0.52.00.00.00|129000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 35.000,00
10.001.08.244.0014.2046.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 5.000,00
10.001.08.244.0014.2046.3.3.9.0.36.00.00.00|129000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 18.000,00
10.001.08.244.0014.2046.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 5.386,50
10.001.08.244.0014.2046.3.3.9.0.39.00.00.00|129000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 39.613,50
10.001.16.482.0012.1020.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 2.000,00
10.001.08.243.0014.2045.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 4.000,00
10.001.08.243.0014.2045.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 14.000,00
10.001.08.244.0005.1016.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 9.800,00
10.001.08.241.0014.2058.3.3.5.0.41.00.00.00|100000000 CONTRIBUICOES	R$ 5.000,00
10.001.08.243.0014.2045.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 Diarias - Civil	R$ 8.900,00
10.001.08.244.0011.1037.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 3.000,00
10.001.08.244.0011.1030.4.4.9.0.52.00.00.00|129000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 4.999,50
10.001.08.244.0011.1030.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 10.000,50
10.001.08.244.0011.1030.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 14.650,00
10.001.08.244.0011.1030.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 10.000,00
10.001.08.244.0011.1030.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 5.000,00
	Sub-Total:R$ 222.350,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 47/2017

11.001-GABINETE DA SECRETARIA

11.001.04.125.0010.2039.3.3.9.0.33.00.00.00|100000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 2.000,00
11.001.06.182.0017.1023.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 2.000,00
11.001.04.125.0010.2039.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 9.000,00
11.001.06.182.0017.1023.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 1.000,00
11.001.26.782.0016.1022.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 1.000,00
11.001.26.782.0016.1022.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 1.000,00
11.001.26.782.0016.1022.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 1.000,00
11.001.25.752.0018.1029.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 5.000,00
11.001.26.782.0016.2061.3.3.9.0.36.00.00.00|130000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 50.000,00
11.001.26.782.0016.2037.3.1.9.0.04.00.00.00|100000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 13.800,00
11.001.26.782.0016.2061.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 Material de Consumo	R$ 200.000,00
11.001.26.782.0016.2061.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 100.000,00
11.001.15.451.0016.1021.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 5.000,00
11.001.15.452.0019.2047.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 9.000,00
11.001.15.451.0011.1039.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 5.000,00
11.001.15.452.0019.2048.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 10.000,00
11.001.15.452.0019.2047.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 4.000,00
11.001.15.452.0019.2047.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 3.000,00
11.001.06.182.0017.1023.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 2.000,00
11.001.26.782.0016.2061.4.4.9.0.52.00.00.00|130000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 150.000,00

Sub-Total:R$ 573.800,00

11.002-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

11.002.17.512.0029.2034.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 5.000,00
11.002.15.451.0016.1019.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 5.000,00
11.002.17.512.0029.1052.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 20.000,00

12.001-DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTAO

12.001.04.126.0005.1056.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 4.200,00

Sub-Total:R$ 4.200,00

13.001-DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMERCIO

13.001.22.661.0033.2056.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 5.000,00
13.001.22.661.0033.2056.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 5.000,00
13.001.22.661.0033.2056.4.4.9.0.61.00.00.00|100000000 Aquisicao de Imoveis	R$ 5.000,00
13.001.15.451.0011.1036.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 5.000,00
13.001.15.451.0011.1036.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 5.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 47/2017

13.001.22.661.0033.2056.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 5.000,00
13.001.22.661.0033.2056.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 3.500,00

Sub-Total:R$ 33.500,00

99.999-RESERVA DE CONTINGENCIA

99.999.99.999.9999.9999.9.9.9.9.99.00.00.00|100000000 Reserva da contingencia	R$ 20.000,00

Sub-Total:R$ 20.000,00

Total Parcial Reduzido: R$ 1.053.400,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, 01 de Novembro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA
Prefeita Municipal

DECRETO 43-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 43/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 788/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Artigo 1º - Abre Credito Adicional Suplementar ao Orçamento Programa do Exercício de 2017 no Valor de R$ 50.987,00 em conformidade com o inciso I do artigo 41, da Lei 4.320/64, no valor de (Cinquenta Mil e Novecentos e Oitenta e Sete Reais) nas Seguintes Dotações Orçamentarias:

05.001-GABINETE DA SECRETARIA

05.001.04.123.0010.2009.3.3.9.0.39.00.00.00|300000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 6.032,00
Sub-Total:	**R$ 6.032,00**

06.001-GABINETE DA SECRETARIA

06.001.04.122.0010.2011.3.3.9.0.39.00.00.00|300000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 6.080,00
Sub-Total:	**R$ 6.080,00**

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.301.0026.2027.4.4.9.0.52.00.00.00|314000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 23.875,00
08.001.10.303.0026.2030.3.3.9.0.32.00.00.00|114000000 Material de Distribuicao Gratuita	R$ 15.000,00
Sub-Total:	**R$ 38.875,00**
Total Parcial Suplementado:	**R$ 50.987,00**

Art. 2º - Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos proveniente de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior em conformidade §1º, inciso I do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, 02 de Outubro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA
Prefeita Municipal

DECRETO 41-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 41/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 788/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Artigo 1º - Abre Credito Adicional Suplementar ao Orçamento Programa do Exercício de 2017 no Valor de R$ 59.500,00 em conformidade com inciso I do artigo 41, da Lei 4.320/64 no valor de (Cinquenta e Nove Mil e Quinhentos Reais) nas Seguintes Dotações Orçamentarias:

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.301.0006.2026.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R$ 6.500,00
08.001.10.301.0026.2027.4.4.9.0.52.00.00.00|314000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 23.000,00

Sub-Total:R$ 29.500,00

11.002-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

11.002.17.512.0029.2034.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R$ 30.000,00

Sub-Total:R$ 30.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 59.500,00

Art. 2º Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos proveniente de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior em conformidade com §1º, inciso I do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, 01 de Setembro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA
Prefeita Municipal

DECRETO 40-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 40/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 779/2016, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Artigo 1 - Abre Credito Adicional Suplementar ao Orcamento Programa do Exercicio de 2017 no Valor de R$ 286.300,00 (Duzentos Oitenta seis mil e trezentos Reais) nas Seguintes Dotacoes Orcamentarias:

06.001-GABINETE DA SECRETARIA

06.001.04.122.0010.2011.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 40.000,00
06.001.04.122.0010.2011.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 800,00

Sub-Total:R$ 40.800,00

07.001-GABINETE DA SECRETARIA

07.001.12.361.0025.2016.3.3.9.0.39.00.00.00|115000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 15.000,00

Sub-Total:R$ 15.000,00

07.003-FUNDEB 40

07.003.12.365.0024.2022.3.1.9.0.04.00.00.00|119000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 10.000,00

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.301.0006.2026.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 25.000,00
08.001.10.301.0006.2026.3.3.9.0.48.00.00.00|102000000 OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	R$ 10.000,00
08.001.10.301.0026.2027.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 60.000,00
08.001.10.303.0026.2030.3.3.9.0.32.00.00.00|102000000 Material de Distribuicao Gratuita	R$ 6.000,00

Sub-Total:R$ 101.000,00

09.001-GABINETE DA SECRETARIA

09.001.20.608.0030.2035.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 25.000,00

Sub-Total:R$ 25.000,00

10.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

10.001.08.244.0011.1058.4.4.9.0.51.00.00.00|121000000 Obras e Instalcoes	R$ 41.000,00
10.001.08.244.0014.2036.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 50.000,00

Sub-Total:R$ 91.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 40/2017

11.002-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

11.002.17.512.0029.2034.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 500,00

Sub-Total:R$ 500,00

12.001-DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTAO

12.001.04.121.0010.2041.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 Diarias - Civil	R$ 3.000,00

Sub-Total:R$ 3.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 286.300,00

Art. 2§ Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1§, serao utilizados recursos proveniente de Anulacao Parcial ou total de dotacoes em conformidade com õ1§, inciso III do artigo 43, da Lei 4.320/64.

03.001-GABINETE DO PREFEITO

03.001.04.131.0009.2006.3.3.9.0.39.00.00.00|300000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 26.926,35
03.001.04.131.0009.2006.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 3.073,65
03.001.04.062.0007.2004.3.3.9.0.35.00.00.00|100000000 Servicos de Consultoria	R$ 20.000,00
03.001.06.181.0008.2062.3.3.9.0.41.00.00.00|100000000 Contribuicoes	R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 60.000,00

04.001-GABINETE DA SECRETARIA

04.001.04.122.0010.2008.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 10.000,00

05.001-GABINETE DA SECRETARIA

05.001.04.123.0010.2009.3.3.9.0.35.00.00.00|100000000 Servicos de Consultoria	R$ 15.000,00

Sub-Total:R$ 15.000,00

07.001-GABINETE DA SECRETARIA

07.001.12.361.0025.1049.4.4.9.0.52.00.00.00|101000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 8.000,00
07.001.12.361.0021.2012.3.1.9.0.11.00.00.00|101000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 50.000,00
07.001.12.361.0021.2014.3.3.9.0.30.00.00.00|115000000 Material de Consumo	R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 68.000,00

07.004-CULTURA, DESPORTO E LAZER

07.004.27.812.0027.1013.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 9.000,00
07.004.27.812.0027.2025.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 10.000,00
07.004.13.392.0020.2024.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 Diarias - Civil	R$ 5.000,00
07.004.27.812.0027.2025.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 7.000,00
07.004.13.392.0015.1015.3.3.5.0.41.00.00.00|100000000 CONTRIBUICOES	R$ 5.000,00
07.004.13.392.0015.1061.3.3.9.0.31.00.00.00|100000000 Premia‡äes Culturais, Artisticas, Cientificas, Des	R$ 10.000,00
07.004.13.392.0020.1042.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 9.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 40/2017

07.004.13.392.0020.2024.3.1.9.1.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 4.000,00
07.004.13.392.0020.2024.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 15.000,00

Sub-Total:R$ 74.000,00

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.301.0006.2044.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 Material de Consumo	R$ 9.300,00
08.001.10.301.0006.2026.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 50.000,00

Sub-Total:R$ 59.300,00

Total Parcial Reduzido: R$ 286.300,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, 01 de Setembro de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA
Prefeita Municipal

DECRETO 39-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 39/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 788/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Artigo 1º - Abre Credito Adicional Suplementar ao Orçamento Programa do Exercício de 2017 no Valor de R$ 392.244,01 (Trezentos e Noventa e Dois Mil e Duzentos e Quarenta e Quatro Reais e Um Centavos) Conforme inciso I do artigo 41, da Lei 4.320/64 nas Seguintes Dotações Orçamentarias:

06.001-GABINETE DA SECRETARIA

06.001.04.122.0010.2011.3.3.9.0.39.00.00.00|300000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 7.500,00

Sub-Total:R$ 7.500,00

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.301.0026.2027.4.4.9.0.52.00.00.00|314000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 25.456,99

Sub-Total:R$ 25.456,99

11.001-GABINETE DA SECRETARIA

11.001.26.782.0016.2037.3.3.9.0.39.00.00.00|300000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 30.000,00
11.001.26.782.0016.1062.4.4.9.0.51.00.00.00|324000000 Obras e Instalações	R$ 319.287,02
11.001.26.782.0016.2037.3.3.9.0.30.00.00.00|300000000 Material de Consumo	R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 359.287,02

Total Parcial Suplementado: R$ 392.244,01

Art. 2º Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos proveniente de Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior em conformidade §1º, inciso I do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, 01 de Agosto de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA
Prefeita Municipal

DECRETO 38-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 38/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 779/2016, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Artigo 1 - Abre Credito Adicional Suplementar ao Orcamento Programa do Exercicio de 2017 no Valor de R$ 288.800,00 (Duzentos e Oitenta e Oito Mil e Oitocentos Reais) nas Seguintes Dotacoes Orcamentarias:

06.001-GABINETE DA SECRETARIA

06.001.04.122.0010.2011.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 Obrigacoes Patronais - INSS	R$ 40.000,00
06.001.04.122.0010.2011.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 35.000,00

Sub-Total:R$ 75.000,00

07.001-GABINETE DA SECRETARIA

07.001.12.361.0021.2012.3.3.9.0.14.00.00.00|101000000 Diarias - Civil	R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 10.000,00

07.003-FUNDEB 40

07.003.12.361.0024.2021.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 90.000,00

Sub-Total:R$ 90.000,00

07.004-CULTURA, DESPORTO E LAZER

07.004.27.812.0027.2025.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 18.000,00

Sub-Total:R$ 18.000,00

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.305.0026.2029.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 Material de Consumo	R$ 6.000,00
08.001.10.301.0026.2027.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 20.000,00

Sub-Total:R$ 26.000,00

11.001-GABINETE DA SECRETARIA

11.001.26.782.0016.2037.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 15.000,00
11.001.26.782.0016.2037.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 800,00
11.001.26.782.0016.2037.3.3.7.1.70.00.00.00|100000000 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIOS PUBLICOS	R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 25.800,00

12.001-DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTAO

12.001.04.121.0010.2041.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 20.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 38/2017

	Sub-Total:R$ 20.000,00

13.001-DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMERCIO

13.001.22.661.0033.2056.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 Diarias - Civil	R$ 4.000,00
13.001.22.661.0033.2056.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 20.000,00

	Sub-Total:R$ 24.000,00
	Total Parcial Suplementado: R$ 288.800,00

Art. 2õ Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1õ, serao utilizados recursos proveniente de Anulacao Parcial ou total de dotacoes em conformidade com ä1õ, inciso **III** do artigo 43, da Lei 4.320/64.

03.001-GABINETE DO PREFEITO

03.001.15.451.0011.1002.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 7.000,00
03.001.04.122.0010.2003.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 3.500,00
03.001.04.126.0005.1003.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 4.500,00

	Sub-Total:R$ 15.000,00

03.002-SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

03.002.04.124.0013.2007.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 5.000,00
03.002.04.124.0013.2007.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 5.000,00
03.002.04.124.0013.2007.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 5.000,00

	Sub-Total:R$ 15.000,00

05.001-GABINETE DA SECRETARIA

05.001.04.126.0005.1004.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 8.000,00

	Sub-Total:R$ 8.000,00

07.001-GABINETE DA SECRETARIA

07.001.12.361.0025.2017.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 10.000,00
07.001.12.365.0023.1046.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 Obras e Instalcoes	R$ 10.000,00
07.001.12.361.0023.1010.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 Obras e Instalcoes	R$ 30.000,00
07.001.12.361.0023.1045.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 Obras e Instalcoes	R$ 16.000,00
07.001.12.361.0023.1031.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 Obras e Instalcoes	R$ 5.000,00
07.001.12.361.0023.1044.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 Obras e Instalcoes	R$ 5.000,00
07.001.12.306.0022.2059.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 Material de Consumo	R$ 40.000,00
07.001.12.361.0021.2013.3.3.9.0.39.00.00.00|115000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 10.000,00

	Sub-Total:R$ 126.000,00

09.001-GABINETE DA SECRETARIA

09.001.20.608.0030.2035.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 20.000,00

	Sub-Total:R$ 20.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 38/2017

10.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

10.001.16.482.0012.1020.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 20.000,00
10.001.08.241.0014.2058.3.3.5.0.41.00.00.00|100000000 CONTRIBUICOES	R$ 5.000,00
10.001.08.244.0011.1037.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 20.000,00

Sub-Total:R$ 45.000,00

11.001-GABINETE DA SECRETARIA

11.001.04.125.0010.2039.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 20.000,00
11.001.15.452.0019.2048.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 9.000,00
11.001.26.782.0005.1033.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 5.000,00
11.001.25.752.0018.1029.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 5.000,00
11.001.04.125.0010.2039.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 5.000,00
11.001.15.451.0016.1018.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 49.000,00

11.002-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

11.002.15.451.0016.1019.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 5.000,00

12.001-DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTAO

12.001.04.126.0005.1056.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 5.800,00

Sub-Total:R$ 5.800,00

Total Parcial Reduzido: R$ 288.800,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, 01 de Agosto de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA
Prefeita Municipal

DECRETO 18-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 18/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 779/2016, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1§ - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de Credito Adicional Suplementar no valor de R$ 107.500,00 (Cento e Sete Mil e Quinhentos Reais) nos termos do artigo 43, õ1§ inciso **III** da Lei Federal 4.320/64, para refor‡o de dotacoes vigentes no orcamento vigente:

05.001-GABINETE DA SECRETARIA

05.001.04.123.0010.2009.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 Diarias - Civil	R$ 5.000,00
Sub-Total:	**R$ 5.000,00**

07.001-GABINETE DA SECRETARIA

07.001.12.361.0021.2012.3.1.9.0.13.00.00.00|101000000 Obrigacoes Patronais - INSS	R$ 6.000,00
Sub-Total:	**R$ 6.000,00**

07.004-CULTURA, DESPORTO E LAZER

07.004.13.392.0015.1015.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 13.000,00
Sub-Total:	**R$ 13.000,00**

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.302.0026.2028.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 Material de Consumo	R$ 5.000,00
08.001.10.305.0026.2029.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 Material de Consumo	R$ 5.000,00
Sub-Total:	**R$ 10.000,00**

10.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

10.001.08.244.0014.2046.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 21.000,00
10.001.08.244.0011.1058.4.4.9.0.51.00.00.00|121000000 Obras e Instalcoes	R$ 52.500,00
Sub-Total:	**R$ 73.500,00**
Total Parcial Suplementado:	**R$ 107.500,00**

Art. 2§ Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1§, serao utilizados recursos anulado da seguinte dotacao or‡amentaria relativo ao orcamento financeiro de 2017, em conformidade õ1§, inciso **III** do artigo 43, da Lei 4.320/64.

03.001-GABINETE DO PREFEITO

03.001.04.126.0005.1003.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 5.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 18/2017

	Sub-Total:R$ 5.000,00

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.301.0026.2027.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 10.000,00
08.001.10.301.0006.2026.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 52.500,00
08.001.10.301.0026.2027.3.1.9.0.04.00.00.00|114000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 11.000,00
	Sub-Total:R$ 73.500,00

09.001-GABINETE DA SECRETARIA

09.001.20.608.0028.1051.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 5.000,00
	Sub-Total:R$ 5.000,00

11.001-GABINETE DA SECRETARIA

11.001.04.125.0010.2039.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 19.000,00
11.001.15.451.0011.1040.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 5.000,00
	Sub-Total:R$ 24.000,00
	Total Parcial Reduzido: R$ 107.500,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, 03 de Abril de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA
Prefeita Municipal

DECRETO 32-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 32/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 788/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de Credito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior no valor de R$ 181.767,84 (Cento e oitenta e um mil e setecentos e sessenta e sete reais e oitenta e quatro centavos) nos termos do artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações vigentes no orçamento vigente:

07.004-CULTURA, DESPORTO E LAZER

07.004.27.812.0027.1014.4.4.9.0.51.00.00.00|300000000 Obras e Instalações	R$ 24.114,38

Sub-Total:R$ 24.114,38

11.001-GABINETE DA SECRETARIA

11.001.26.782.0016.1062.4.4.9.0.51.00.00.00|324000000 Obras e Instalações	R$ 157.653,46

Sub-Total:R$ 157.653,46

Total Parcial Suplementado: R$ 181.767,84

Art. 2º Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos proveniente de Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior em conformidade §1º, inciso I do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, 03 de Julho de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA
Prefeita Municipal

DECRETO 31-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 31/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 779/2016, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Artigo 1 - Abre Credito Adicional Suplementar ao Orcamento Programa do Exercicio de 2017 no Valor de R$ 142.100,00 (Cento e Quarenta e Dois Mil e Cem Reais) nas Seguintes Dotacoes Orcamentarias:

06.001-GABINETE DA SECRETARIA

06.001.04.122.0010.2011.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 Obrigacoes Patronais - INSS	R$ 35.000,00

Sub-Total:R$ 35.000,00

07.002-FUNDEB 60

07.002.12.361.0024.2018.3.1.9.0.13.00.00.00|118000000 Obrigacoes Patronais - INSS	R$ 9.000,00

Sub-Total:R$ 9.000,00

07.003-FUNDEB 40

07.003.12.361.0024.2021.3.1.9.0.13.00.00.00|119000000 Obrigacoes Patronais - INSS	R$ 9.000,00

Sub-Total:R$ 9.000,00

07.004-CULTURA, DESPORTO E LAZER

07.004.27.812.0027.2025.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 7.000,00

Sub-Total:R$ 7.000,00

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.301.0006.2026.3.3.9.0.48.00.00.00|102000000 OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	R$ 2.100,00

Sub-Total:R$ 2.100,00

11.001-GABINETE DA SECRETARIA

11.001.26.782.0016.2037.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 80.000,00

Sub-Total:R$ 80.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 142.100,00

Art. 2§ Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1§, serao utilizados recursos proveniente de Anulacao Parcial ou total de dotacoes em conformidade com õ1§, inciso III do artigo 43, da Lei 4.320/64.

03.001-GABINETE DO PREFEITO

03.001.15.451.0011.1002.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalcoes	R$ 10.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 31/2017

03.001.04.122.0010.2003.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 20.000,00

Sub-Total:R$ 30.000,00

04.001-GABINETE DA SECRETARIA

04.001.04.122.0010.2008.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 Obrigacoes Patronais - INSS	R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 10.000,00

06.001-GABINETE DA SECRETARIA

06.001.04.126.0005.1006.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 40.000,00
06.001.04.122.0010.2011.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 15.000,00

Sub-Total:R$ 55.000,00

07.002-FUNDEB 60

07.002.12.366.0024.2020.3.1.9.1.13.00.00.00|118000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 4.000,00
07.002.12.366.0024.2020.3.1.9.0.11.00.00.00|118000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 9.000,00

07.003-FUNDEB 40

07.003.12.366.0024.2023.3.1.9.0.13.00.00.00|119000000 Obrigacoes Patronais - INSS	R$ 4.000,00
07.003.12.366.0024.2023.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 9.000,00

07.004-CULTURA, DESPORTO E LAZER

07.004.13.392.0015.1061.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 7.000,00

Sub-Total:R$ 7.000,00

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.301.0006.1017.4.4.9.0.51.00.00.00|102000000 Obras e Instalcoes	R$ 2.100,00

Sub-Total:R$ 2.100,00

10.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

10.001.08.241.0014.2058.3.3.5.0.41.00.00.00|100000000 CONTRIBUICOES	R$ 10.000,00
10.001.08.244.0011.1030.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 20.000,00

Total Parcial Reduzido: R$ 142.100,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 31/2017

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, 03 de Julho de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA
Prefeita Municipal

DECRETO 28-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 28/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 788/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de Credito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior no valor de R$ 189.678,00 (Cento e Oitenta e Nove Mil, Seiscentos e Setenta e Oito Reais) nos termos do artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações vigentes no orçamento vigente:

11.001-GABINETE DA SECRETARIA

11.001.26.782.0016.1062.4.4.9.0.51.00.00.00|324000000 Obras e Instalações	R$ 164.678,00
11.001.26.782.0016.2037.3.3.9.0.30.00.00.00|300000000 Material de Consumo	R$ 25.000,00

Sub-Total:R$ 189.678,00

Total Parcial Suplementado: R$ 189.678,00

Art. 2º Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos proveniente de Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior em conformidade §1º, inciso I do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, 01 de Junho de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA
Prefeita Municipal

DECRETO 19-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 19/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 788/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1§ - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de Credito Adicional Suplementar por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior no valor de R$ 193.032,46 (Cento e Noventa e Três Mil, Trinta e Dois Reais e Quarenta e Seis Centavos) nos termos do artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações vigentes no orçamento vigente:

07.001-GABINETE DA SECRETARIA

07.001.12.361.0021.2013.3.3.9.0.30.00.00.00|315000000 Material de Consumo	R$ 16.536,71
Sub-Total:	**R$ 16.536,71**

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.301.0026.2027.3.3.9.0.30.00.00.00|314000000 Material de Consumo	R$ 38.148,61
08.001.10.302.0026.2028.3.3.9.0.39.00.00.00|314000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 45.584,11
Sub-Total:	**R$ 83.732,72**

10.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

10.001.08.244.0011.1058.4.4.9.0.51.00.00.00|321000000 Obras e Instalcoes	R$ 42.513,29
Sub-Total:	**R$ 42.513,29**

11.001-GABINETE DA SECRETARIA

11.001.26.782.0016.2037.3.3.9.0.39.00.00.00|300000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 45.628,00
11.001.26.782.0016.2061.3.3.9.0.30.00.00.00|330000000 Material de Consumo	R$ 4.621,74
Sub-Total:	**R$ 50.249,74**
Total Parcial Suplementado:	**R$ 193.032,46**

Art. 2º Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior em conformidade §1º, inciso I do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, 03 de Abril de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA
Prefeita Municipal

DECRETO 27-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 27/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 779/2016, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Artigo 1 - Abre Credito Adicional Suplementarl ao Orcamento Programa do Exercicio de 2017 no Valor de R$ 322.200,00 (Trezentos e Vinte e Dois Mil e Duzentos Reais) nas Seguintes Dotacoes Orcamentarias:

03.001-GABINETE DO PREFEITO

03.001.04.122.0010.2003.3.3.9.0.33.00.00.00|100000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 4.000,00
03.001.04.122.0010.2003.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 25.000,00

Sub-Total:R$ 29.000,00

06.001-GABINETE DA SECRETARIA

06.001.04.122.0010.2011.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 5.000,00

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.301.0006.2026.3.3.9.0.48.00.00.00|102000000 OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	R$ 3.200,00
08.001.10.301.0006.2026.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 50.000,00

Sub-Total:R$ 53.200,00

11.001-GABINETE DA SECRETARIA

11.001.26.782.0016.2037.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 145.000,00
11.001.26.782.0016.2037.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 15.000,00
11.001.26.782.0016.2037.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 75.000,00

Sub-Total:R$ 235.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 322.200,00

Art. 2õ Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1õ, serao utilizados recursos proveniente de anulacao parcial ou total de dotacoes em conformidade ä1õ, inciso **III** do artigo 43, da Lei 4.320/64.

05.001-GABINETE DA SECRETARIA

05.001.04.123.0010.2009.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 80.000,00

Sub-Total:R$ 80.000,00

07.001-GABINETE DA SECRETARIA

07.001.12.361.0021.2012.3.3.9.0.93.00.00.00|101000000 Indenizacoes e Restituicoes	R$ 5.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 27/2017

	Sub-Total:R$ 5.000,00

07.004-CULTURA, DESPORTO E LAZER

07.004.13.392.0015.1061.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 30.000,00
	Sub-Total:R$ 30.000,00

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.301.0006.1034.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 20.000,00
08.001.10.302.0026.2028.3.3.9.0.48.00.00.00|102000000 OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	R$ 3.200,00
08.001.10.301.0006.1017.4.4.9.0.51.00.00.00|102000000 Obras e Instalcoes	R$ 30.000,00
	Sub-Total:R$ 53.200,00

09.001-GABINETE DA SECRETARIA

09.001.20.608.0030.2035.3.3.9.0.93.00.00.00|100000000 Indenizacoes e Restituicoes	R$ 5.000,00
09.001.20.608.0030.2035.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 25.000,00
	Sub-Total:R$ 30.000,00

11.001-GABINETE DA SECRETARIA

11.001.26.782.0016.1022.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 5.000,00
11.001.15.452.0019.2048.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 15.000,00
11.001.26.782.0016.2037.3.3.9.0.33.00.00.00|100000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 4.000,00
11.001.15.451.0016.2038.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 5.000,00
	Sub-Total:R$ 29.000,00

11.002-DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

11.002.17.512.0029.2034.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 15.000,00
11.002.17.512.0029.2034.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 80.000,00
	Sub-Total:R$ 95.000,00
	Total Parcial Reduzido: R$ 322.200,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, 01 de Junho de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA
Prefeita Municipal

DECRETO 22-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 22/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora TEREZINHA GUEDES CARRARA, Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 779/2016, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1§ - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de Credito Adicional Suplementar por anulação parcial ou total de dotações no valor de R$ 176.000,00 (Cento e Setenta e seis Mil Reais) nos termos do artigo 43, õ1§ inciso **III** da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações vigente no orçamento:

06.001-GABINETE DA SECRETARIA

06.001.04.122.0010.2011.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 Diarias - Civil	R$ 4.000,00

Sub-Total:R$ 4.000,00

07.001-GABINETE DA SECRETARIA

07.001.12.361.0021.2012.3.3.9.0.14.00.00.00|101000000 Diarias - Civil	R$ 8.000,00

Sub-Total:R$ 8.000,00

07.003-FUNDEB 40

07.003.12.361.0024.2021.3.1.9.0.04.00.00.00|119000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 30.000,00
07.003.12.361.0024.2021.3.1.9.0.13.00.00.00|119000000 Obrigacoes Patronais - INSS	R$ 6.000,00

Sub-Total:R$ 36.000,00

10.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

10.001.08.244.0014.2036.3.3.9.0.32.00.00.00|100000000 Material de Distribuicao Gratuita	R$ 6.000,00

Sub-Total:R$ 6.000,00

11.001-GABINETE DA SECRETARIA

11.001.26.782.0016.2037.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 80.000,00
11.001.26.782.0016.2037.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 7.000,00

Sub-Total:R$ 87.000,00

12.001-DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTAO

12.001.04.121.0010.2041.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$ 35.000,00

Sub-Total:R$ 35.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 176.000,00

Art. 2§ Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1§, serao utilizados recursos proveniente de anulação parcial ou total de dotações em conformidade õ1§, inciso **III** do artigo 43, da Lei 4.320/64.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA
PRACA JOAO ALBERTO ZANETI, 1, CENTRO, 78.548-000
Telefone: (066) 3523.1035, Fax: (066) 3523.1036
CNPJ: 04.214.704/0001-18
e-mail: prefeitura@novasantahelena.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR N° 22/2017

07.001-GABINETE DA SECRETARIA

07.001.12.361.0021.2014.4.4.9.0.52.00.00.00|115000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 20.000,00
07.001.12.361.0023.1043.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 Obras e Instalacoes	R$ 5.000,00
07.001.12.361.0023.1010.4.4.9.0.51.00.00.00|101000000 Obras e Instalacoes	R$ 20.000,00
07.001.12.361.0023.1010.4.4.9.0.51.00.00.00|122000000 Obras e Instalacoes	R$ 20.000,00

Sub-Total:R$ 65.000,00

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.301.0006.2026.3.3.9.0.36.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 10.000,00

09.001-GABINETE DA SECRETARIA

09.001.18.542.0032.1055.4.4.9.0.51.00.00.00|123000000 Obras e Instalacoes	R$ 2.155,26
09.001.18.542.0032.1055.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalacoes	R$ 2.000,40
09.001.20.608.0028.1050.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 6.844,34
09.001.20.608.0030.1026.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 10.000,00
09.001.20.605.0030.1053.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalacoes	R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 31.000,00

Total Parcial Reduzido: R$ 176.000,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, 02 de Maio de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

NOTIFICAÇÃO PRÉVIA 002 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 006/2018

NOTIFICAÇÃO PRÉVIA

Processo Administrativo n° 006/2018

A SERVIDORA

KARIN SILVA ALMEIDA

Na qualidade de Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria Sec. Adm. n° 004, de 10 de julho de 2018, da Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã, para apurar os fatos relacionados no Processo nº 006/2018, oriundo da Secretaria Municipal de Administração, venho comunicar a V. Sa. que esta Comissão Processante iniciou os trabalhos ás 09h00min horas do dia 12 de julho de 2018, na sala da Assessoria Jurídica nas dependências da Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã, localizada na Rua Pará, nº1850, Bairro Jardim Santa Helena.

Na oportunidade venho **NOTIFICÁ-LA** dos fatos constantes naquele processo, no qual V.Sa. figura como servidora a ser processada, sendo-lhe

facultado acompanhar, por si ou procurador legalmente constituído, todos os atos e diligências a serem praticados, nos termos do inciso LV do art. 5º da Constituição Federal.

Poderá Vossa Senhoria juntar provas e indicar elementos de prova de que dispuser. Aproveito ainda para intimá-lo a apresentar defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias, conforme art. 161 §4° da Lei Complementar 061. 2013, o rol de testemunhas que deseja arrolar, com qualificação e endereço, que deporão para esclarecimentos dos fatos objeto de apuração.

Na oportunidade, segue em anexo cópia do processo e informamos que os autos estão a sua disposição, ou de seu procurador na sala da Assessoria Jurídica, dependências da Prefeitura Municipal, localizada na Rua Pará, nº1850, Bairro Jardim Santa Helena, no horário de 07h00min as 13h00-min.

Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, 31 de julho de 2018.

AGOSTINHO ROBERTO DA CRUZ

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
RESULTADO TP 013/2018

RESULTADO TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2.018.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT torna público o resultado do julgamento referente à TOMADA DE PREÇOS nº 013/2. 018, Objeto: CONTRATAÇÃO PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE MEIO FIO E SARJETAS, JUNTO AO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA-MT, CONFORME PROJETO BÁSICO, PLANILHAS E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL. Empresa vencedora habilitada: HERCON SERVIÇOS EIRELI – EPP, inscrita no CNPJ nº 14.020.137/0001-12, valor global de R$ 783.900,39 (setecentos e oitenta e três mil, novecentos reais e trinta e nove centavos).

Nova Xavantina – MT, 30 de julho de 2.018.

JUSCELINO DA ROCHA REIS

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
AVISO TP 015/2018

AVISO TOMADA DE PREÇOS Nº 015/2.018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar TOMADA DE PREÇOS - objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA ELÉTRICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA AV. MESTRE VENANCIO DE OLIVEIRA.** Data de abertura dos envelopes 15/08/2.018, às 9h00 (horário de Brasília), no Palácio dos Pioneiros – sala de licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – Centro – St. Xavantina. Os interessados em obter informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do telefone 66-3438-3362, no endereço supracitado e e-mail: compraspmnx@gmail.com. Quaisquer informações através dos telefones (66) 3438-3362.

Nova Xavantina – MT, 30 **de** julho de 2.018**.**

Juscelino da Rocha Reis

Presidente da CPL

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
CONTRATO N.º 031/2018

CONTRATO N.º 031/2018

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA- MT e a empresa SOCIEDADE SAGA COMERCIO E SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA, Inscrito no CNPJ/MF n.º 05.870.713/0001-20. O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE OFEREÇA A MUNICIPALIDADE GESTÃO E GERENCAMENTO DE FROTAS POR SISTEMA DE GESTÃO AUTOMOTIVA, O QUAL REUNA DIVERSOS MÓDULOS OPERACIONAIS CAPAZES DE PRESTAR SERVIÇOS DE CONTROLE E INTERMEDIAÇÃO DE CONSUMO DE COMBUSTIVEL, MONITORAMENTO E LOCALIZAÇÃO VIA SATÉLITE, FISCALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE FROTAS COM GERENCIAMENTO DE FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS POR INTERMEDIAÇÃO EM REDE CREDENCIADA, ACOMPANHAMENTO E REGULAÇÃO DE CONTRATOS COM EMISSÃO DE RELATÓRIOS BEM COMO GERAÇÃO DE TABELAS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE, com as especificações descritas no correspondente processo de contratação, parte integrante do presente instrumento contratual. O valor global deste contrato é de R$ 571.062,50 (quinhentos e setenta e um mil, sessenta e dois reais e cinquenta centavos). O prazo de vigência do presente instrumento será até a data de 25 de julho de 2019, podendo ser prorrogado nos termos do Artigo 57 da Lei 8.666/93, desde que haja acordo entre as partes.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA-CEBOLA

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
CONTRATO N.º 030/2018

CONTRATO N.º 030/2018

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA- MT e a empresa DANTECH ENGENHARIA EIRELI - ME, Inscrito no CNPJ/MF n.º 21.793.093/0001-29. O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ELABORAÇÃO DE: PPRA, PCMSO, LTCAT E ANALISE ERGONOMICA (ADMINISTRATIVO), com as especificações descritas no correspondente processo de contratação, parte integrante do presente instrumento contratual. O valor global deste contrato é de R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais). O prazo de vigência do presente instrumento será até a data de 20 de janeiro de 2019, podendo ser prorrogado nos termos do Artigo 57 da Lei 8.666/93, desde que haja acordo entre as partes.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA-CEBOLA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REUNIÃO 02/2018

CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB

1.DATA, HORA E LOCAL: No dia 27 de julho de 2018, às 13h30min na sede da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, Rua Augusto de Souza, 171, Centro da Cidade de Novo Horizonte do Norte – MT, devido o não comparecimento de todos os membros do conselho no horário inicial foi aguardado até as 14h00min para inicio com os membros presentes conforme previsto no Estatuto deste Conselho.

2.PRESENÇA: Membros presentes: Sr. Acácio Gorges – Presidente do Conselho Municipal do FETHAB a Srta. Rosemeire Dias Amorim – Secretaria Municipal de Finanças, Amilton da Silva Amaral – Secretario de Educação, José Nilton de Brito Vice-Prefeito, Claudio Ferreira Amorim, representantes do executivo, Bernadete Lazarine de Oliveira, Representante ASBENHO, Ismair Domingues de Oliveira, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Anadir Roseno Lopes, Representante da ASPROCAR.

O Sr. Acácio Gorges deu início a reunião agradecendo a presença de todos e expôs a importância da participação dos conselheiros nas reuniões

da comissão do Fethab, pois é através dos representantes das comunidades que os problemas chegam até ele e também é a maneira de tirar as dúvidas dos representantes ao qual levam as informações até os munícipes.

Iniciou fazendo um retrospectiva das reunião e lembrou a construção de 14 Pontes Novas em diversos lugares do Município, citando aos presentes os locais onde foram executadas, estrada tabajara III, foram construída 08 Pontes com diversos tamanhos, levando o acesso da cidade a Fazenda Araputanga e Fazenda Baturi, Estrada água da prata 01, Estrada água boa 01, Estrada faz Chilena 01, Estrada com acesso ao Verdão da Serra 01, água branca 01, Estrada Falcão 02, e recuperadas 01 Estrada com acesso a Comunidade Sta Lucia, 02 na Estrada Tabajara III, 02 na Estrada Sentido Falcão, 01 Estrada Água Branca, 01 estrada Tabajara I, 02 Estrada Carvalho, em seguida o Secretário Sr. Acácio, lembrou que as duas Pá carregadeira está na mecânica para manutenção, tão logo chega as máquinas será iniciada os serviços de recuperação das estradas com tapa buracos nos pontos que causa transtorno no período chuvoso, lembrou ainda que os serviços de patrolamento segue adiantado e em pouco dias será concluso o patrolamento, e informa que tem mais duas pontes a ser recuperadas na estrada da Tabajara III, e Comunidade Sta Izabel, em seguida o Prefeito Municipal, passando a fazer parte da Reunião lembrou que este ano tivemos mais Pontes com problemas que nos anos anteriores, o Secretário e demais membros relembrou o calendário da reunião que acontecerá a cada 90 dias, em seguida a Secretária de finanças Rose, apresentou a prestação de contas, apresentando as planilhas com receita e despesas do FETHAB referente os meses de Abril, Maio e Junho de 2018, e informou que em sessenta dias a receita diminui o equivalente R$ 40.000,00, sendo necessário manter o controle nos gastos com despesas de maquinários.

PRESTAÇÃO DE CONTAS FETHAB	
DEMONSTRATIVO DA DESPESA ABRIL/2018	
MATERIAL DE CONSUMO	**VALOR**
COMBUSTIVEL - DIESEL COMUM	R$ 12.712,97
COMBUSTIVEL - DIESEL S10	R$ 1.494,00
COMBUSTÍVEL - GASOLINA	R$ -
PNEUS / RECAPEAMENTO/ BORRACHARIA	R$ -
LUBRIFICANTES / GRAXA	R$ -
PEÇAS E ACESSORIOS	R$ 17.848,53
TUBOS DE CONCRETO	-
MADEIRAS	R$ 11.487,00
MASSA ASFALTICA (TAPA BURACO)	R$ 10.800,00
MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE BUEIROS	R$
SUB-TOTAL	**R$ 54.342,50**
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	**VALOR**
SERV. TORNO, SOLDA, MECÂNICOS E MANUT. TROCA DE PEÇAS	R$ 1.821,00
SERVIÇO DE RECAPAGEM PNEUS	R$ 3.645,00
SERVIÇOS DE BORRACHARIA	R$ 520,00
SERVIÇO ELETRICOS / HIDRAÚLICO	R$ -
SUB-TOTAL	**R$ 5.986,00**
TARIFAS BANCARIAS	**VALOR**
TED (TRASNFERENCIA ELETRONICA DISPONIVEL)	R$ 29,10
SUB-TOTAL	**R$ 29,10**
TOTAL GERAL	**R$ 60.357,60**

PRESTAÇÃO DE CONTAS FETHAB	
DEMONSTRATIVO DA DESPESA MAIO/2018	
MATERIAL DE CONSUMO	**VALOR**
COMBUSTIVEL - DIESEL COMUM	R$ 12. 394,11
COMBUSTIVEL - DIESEL S10	R$ 1. 684,90
COMBUSTÍVEL - GASOLINA	R$ -
PNEUS / RECAPEAMENTO/ BORRACHARIA	R$ 3. 400,00
LUBRIFICANTES / GRAXA	R$
PEÇAS E ACESSORIOS	R$ 19. 873,65
TUBOS DE CONCRETO	
MADEIRAS	R$ 12. 950,70
MOTO BROZ	R$ 11. 700,00
MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE PONTES/BUEIROS	R$ 4. 439,85
SUB-TOTAL	**R$ 66. 443,21**
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	**VALOR**
SERV. TORNO, SOLDA, MECÂNICOS E MANUT. TROCA DE PEÇAS	R$ 4. 827,00
SERVIÇO DE RECAPAGEM PNEUS	R$ 140,00
SERVIÇO DE SINALIZAÇÃO	R$ 1. 640,48
SERVIÇOS DE BORRACHARIA	R$ 480,00
SERVIÇO ELETRICOS / HIDRAÚLICO	R$ -
SUB-TOTAL	**R$ 7.087,48**
TARIFAS BANCARIAS	**VALOR**
TED (TRASNFERENCIA ELETRONICA DISPONIVEL)	R$ 48,50
SUB-TOTAL	**R$ 48,50**
TOTAL GERAL	**R$ 73. 579,19**

PRESTAÇÃO DE CONTAS FETHAB	
DEMONSTRATIVO DA DESPESA JUNHO/2018	
MATERIAL DE CONSUMO	**VALOR**
COMBUSTIVEL - DIESEL COMUM	R$ 17. 271,88
COMBUSTIVEL - DIESEL S10	R$ 1. 518,40
COMBUSTÍVEL - GASOLINA	R$ 43,65
PNEUS / RECAPEAMENTO/ BORRACHARIA	R$
LUBRIFICANTES / GRAXA	R$ 1. 845,00
PEÇAS E ACESSORIOS	R$ 11. 754,75
TUBOS DE CONCRETO	
MADEIRAS	
REFORMA PONTE RIO FALCÃO	
MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE BUEIROS E PONTES	R$ 2. 200,50
SUB-TOTAL	**R$ 34. 634,18**
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	**VALOR**
SERV. TORNO, SOLDA, MECÂNICOS E MANUT. TROCA DE PEÇAS	R$ 8. 720,16
SERVIÇO DE RECAPAGEM PNEUS	R$ -
SERVIÇOS DE BORRACHARIA	R$ -
SERVIÇO ELETRICOS / HIDRAÚLICO	R$ 350,00
SUB-TOTAL	**R$ 9.070,16**
TARIFAS BANCARIAS	**VALOR**
TED (TRASNFERENCIA ELETRONICA DISPONIVEL)	R$ 19,40
SUB-TOTAL	**R$ 19,40**
TOTAL GERAL	**R$ 43. 723,74**

Após a leitura e apreciação das demonstrações financeiras do FETHAB, o Sr. Presidente abriu para eventuais questionamentos, cujo não houve manifestação dos presentes colocou em seguida em votação.

***Os Conselheiros por unanimidade de votos e sem ressalvas manifestaram-se favoráveis à aprovação da Prestação de Contas referente ao* mês de Abril, Maio e Junho de 2018.**

Seguindo foi colocada em votação as datas previstas para realização das reuniões, se continuaria mensalmente ou trimestralmente. Após votação de todos os membros presentes na reunião ficou definido que as reuniões da comissão do Fethab serão trimestralmente ao qual ficou pré-agendada a data de**11/10/2018 ás 13h30min**, para nova reunião do Conselho, para prestação de contas, entre outras deliberações.

3.ENCERRAMENTO, LAVRATURA E APROVAÇÃO DA ATA: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, lavrou-se a presente Ata a que se refere esta Reunião do Conselho Muni-

cipal do FETHAB, que, após lida e aprovada, vai assinada por mim secretária executiva e pelos demais membros do Conselho.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 169/2018

Concede Afastamento sem Remuneração à servidora ocupante do cargo efetivo.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. **Silvano Pereira Neves,** no uso de suas atribuições que Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder **Licença Particular** sem remuneração, pelo período de 02 (dois) anos à servidora **Lucinéia de Oliveira Moraes,** brasileira, portadora do RG nº 1456964-7 SSP/MT e do CPF nº 964.692.181-72, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer no cargo Monitor de Creche, nos termos do Inciso V e §2º do Art. 51 da Lei Municipal nº 532/2001 e Inciso I e III do Artigo 38 da Constituição Federal, pelo período de 02 (anos) a partir de 01 de agosto de 2018 a 01 de agosto de 2.020.

Artigo 2º - Esta Portaria passa a vigorar reproduzindo seus efeitos a partir de 01 de agosto de 2018 revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 31 de julho de 2018.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 108/2018

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**ELITON SOBOLESKI**, portador da cédula de identidade Nº 18897940 SSP/MT e CPF N°. 021.547.521-60, brasileiro, residente e domiciliado no município de Novo Mundo – MT
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (vigia),** Ensino Médio, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Alcides Ferreira Primo". Em substituição ao Servidor Renilton Domingos Ferreira Sanches que se encontra de atestado médico.**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **954,00**(Novecentos e Cinquenta e Quatro Reais), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**01/07/2018 a 30/07/2018.**

Novo Mundo/MT, 01 de Julho de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATO 52/2018

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**VALDENEIS DOS SANTOS PEDROSO**, portador da cédula de identidade Nº 2112576-7 SSP/MT e CPF N°.044.410.321-02, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	Rescisão do contrato temporário, com o objeto de contratação de **Apoio Administrativo Educacional** (Vigia), lotado e a disposição da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**
Vigência do Contrato	**07/02/2018 a 01/07/2018.**

Novo Mundo/MT, 01 de Julho de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 109/2018

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**ADRIANA TELES DA SILVA**, portadora da cédula de Nº. 1773121-6 SSP /MT e CP. N°. 002.001.671-97, brasileira, residente e domiciliada no município de Novo Mundo – MT
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **Professora,** Nível Superior, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Alcides Ferreira Primo".** Em substituição à professora **ALINE APARECIDA DE SOUZA**, que se encontra de Licença Maternidade.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.841,50** (hum mil oitocentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos), mensais que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**09/07/2018 a 21/12/2018.**

Novo Mundo/MT, 09 de Julho de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 107/2018

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**ANTONIA MOURA SANCHES**, portadora da cédula de identidade Nº 3015782-0 SSP/RO e CPF N°.422.255.072-87, brasileira, residente e domiciliada no município de Novo Mundo – MT
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA,** Nível Superior, lotada e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **São João** de Novo Mundo. Em Substituição ao Servidor **Gustavo Gabriel da Silva de Castro** que Assumiu o Concurso do Estado.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.841,54** (Um Mil e Oitocentos e Quarenta e Um Real e Cinquenta e Quatro Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**26/06/2018 a 21/12/2018.**

Novo Mundo/MT, 26 de Junho de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATO 093/2018

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	***ADIR CELIO ARAUJO DOS SANTOS,*** portador da cédula de identidade Nº 1019594-7 SJ/MT e CPF N° 046.628.671.69, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	Rescisão do contrato temporário **093/2018**, com o objeto de contratação de OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS**, lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Transporte e Obra.**
Vigência do Contrato	**19/04/2018 a 05/07/2018.**

Novo Mundo/MT, 05 de Julho de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 108/2018

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**ELITON SOBOLESKI,** portador da cédula de identidade Nº 18897940 SSP/MT e CPF N°. 021.547.521-60, brasileiro, residente e domiciliado no município de Novo Mundo – MT
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (vigia),** Ensino Médio, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Alcides Ferreira Primo". Em substituição ao Servidor Renilton Domingos Ferreira Sanches que se encontra de atestado médico.**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **954,00**(Novecentos e Cinquenta e Quatro Reais), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**01/07/2018 a 30/07/2018.**

Novo Mundo/MT, 01 de Julho de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 105/2018

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	***CLEVERSON GILMAR SPIELMANN FERRETTO***, portador da cédula de identidade Nº 19053185 SSP/MT e CPF N° 020.488.851-44, brasileiro, residente e domiciliado neste município.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS, **lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Transporte e Obra.**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ 1.753,14 (Um Mil Setecentos e Cinquenta e Três Reais e Quatorze Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**09/07/2018 a 31/12/2018.**

Novo Mundo/MT, 09 de Julho de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

LICITIÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2018

A Prefeitura Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, através da Equipe Pregoeira, torna público que realizou Licitação na Modalidade **"Pregão Presencial"** nos termos da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02 e suas alterações, em sua Sede na Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, às 08h00min do dia 31 de Julho de 2018, objetivando o registro de preços para a **Aquisição de Material de Informática – Para as Secretarias de Administração, Finanças, Educação, Saúde, Ação Social, Agricultura e Obras**, conforme discriminado no Edital, onde obteve o seguinte resultado:

Sagraram – se vencedores do citado certame as seguintes licitantes: **JUDITE TEREZINHA UMANN RIBEIRO EPP,** com o valor de R$ 63.259,60 (Sessenta e Três Mil e Duzentos e Cinquenta e Nove Reais e Sessenta Centavos), **ALISON D.S TRICHES - ME**com o valor de R$ 92.308,58 (Noventa e Dois Mil e Trezentos e Oito Reais e Cinquenta e Oito Centavos), **OVANDIR BATISTA JUNIOR, com o valor de R$** 53.171,55 (Cinquenta e Três Mil e Cento e Setenta e Um Reais e Cinquenta e Cinco centavos), **ATI COMERCIO DE MOVEIS E INFORMÁTICA LTDA** com valor de R$ 65. 450,00 (Sessenta e Cinco Mil e Quatrocentos e Cinquenta Reais), **AMAURI ROBERTO DE ARAUJO– ME** com valor de R$ 45.785,00 (Quarenta e Cinco Mil e Setecentos e Oitenta e Cinco Reais, **ALEXANDRE VENSO BONFIM - MEcom o valor de R$** 92.232,00 (Noventa e Dois Mil e Duzentos e Trinta e Dois Reais), **IDEALGROUP COMERCIO DE PRODUTOS EIRELI** com valor de R$ 76.012,00 (Setenta e Seis Mil e Doze Reais), **GUERREIRO FILHO & CHAVES LTDA** com valor de R$ 361.251,00 (Trezentos e Sessenta e Um Mil e Duzentos e Cinquenta e Um Reais), **CASA DO COMPUTADOR LTDA** com valor de R$ 69.955,00 (Sessenta e Nove Mil e Novecentos e Cinquenta e Cinco Reais), **OLMI INFORMATICA LTDA** com valor de R$ 39.179,00 (Trinta e Nove Mil e Cento e Setenta e Nove Reais). Assim por ter apresentado propostas com preço compatível ao praticado no mercado e dentro das condições exigidas no Edital, foram declaradas vencedoras.

O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT, sito na Rua Nunes Freire, n° 12, Alto da Bela Vista, de segunda a sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Novo Mundo MT, 31 de Julho de 2018.

Luciana Da Silva Betarelo

Pregoeira Oficial

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO Nº 17/2017

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**ADRIANA OLEGARIO DA SILVA,** portadora da cédula de identidade Nº 1730646-9 SSP/MT e CPF N°.025.051.571-70, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	Rescisão do contrato temporário, com o objeto de contratação de **PROFESSORA,** lotado e a disposição da **EMEB. DANTE MARTINS DE OLIVEIRA.**
Vigência do Contrato	**09/02/2017 a 04/07/2018**

Novo Mundo/MT, 04 de Julho de 2018**.**

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATO 100/2018

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**DILVO ZIOLKOWSKI,** portador da cédula de identidade Nº 15850072 SSP/MT, e CPF N°.980.270.001-06, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	Rescisão do contrato temporário, com o objeto de contratação de **MOTORISTA,** lotado e a disposição da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**
Vigência do Contrato	**13/06/2018 a 02/07/2018**

Novo Mundo/MT, 02 de julho de 2018**.**

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 110/2018

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	***LEIDIANE CAROLINE SANTANA PAULO*****,** portadora da cédula de identidade Nº 2371248-1 SSP/MT e CPF N° 050.716.

	861-55, brasileira, residente e domiciliada no município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, **a serem desempenhadas as funções junto ao PSF Catarina Zini Mafini, lotada e a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, em razão a substituição da funcionária Genivan de Souza Pereira que está de férias.**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ 974,77 (Novecentos e Setenta e Quatro Reais e Setenta e Sete Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**16/07/2018 a 16/08/2018.**

Novo Mundo/MT, 16 de Julho de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 106/2018

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo.
Contratado	**RONALDO APARECIDO FERREIRA SANCHES,** portador da cédula de identidade Nº 41663 CTPS/ES e CPF N°.009.567. 541-80, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo– MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **VIGIA, Ensino Médio, lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Transporte e Obra Pública em razão da substituição do servidor efetivo Afonso Oscar Klein, que se encontra de atestado médico.**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **954,00**(Novecentos e cinquenta e quatro reais) mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**19/07/2018 a 19/08/2018.**

Novo Mundo/MT, 19 de Julho de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO Nº 99/2018

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**MARIA ELIANE DA SILVA,** portadora da cédula de identidade Nº 1534151-8 SSP/MT e CPF N°.003.280.241-20, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	Rescisão do contrato temporário, com o objeto de contratação de **PROFESSORA,** lotado e a disposição da **EMEB. NHANDU.**
Vigência do Contrato	**14/06/2018 a 13/07/2018**

Novo Mundo/MT, 13 de Julho de 2018**.**

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 13 AO CONTRATO Nº 50/2017

Aditivo nº 13 ao Contrato 50/2017 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **FABINHO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA – ME - CNPJ 74.006.909/0001-93.** Objeto: Contratação de show artístico da Dupla "Felipe e Ferrari", que acontecerá no dia 01/07/2017 em Comemoração ao 53º Aniversário do Município de Paranatinga-MT, conforme termo de convênio nº 0818/2017, atendendo ao departamento de Cultura. Justifica-se o presente Termo Aditivo tendo em vista que a verba (convênio) destinada para pagamento do contrato original ainda não foi repassada. **Prazo: 27/07/2018 A 27/08/2018**. Departamento de Licitações e Contratos, em 27 de julho de 2018.

OUVIDORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº 1522 DE 31 DE JULHO DE 2018.

DECRETO Nº 1522 DE 31 DE JULHO DE 2018.

NOMEIA COMO RESPONSÁVEL PELA OUVIDORIA DE GESTÃO DO SUS NO ÂMBITO MUNICIPAL, A SEGUINTE SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA, PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE CONFERE A CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA, ART. 29 A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ART. 173 § 1º E 2º E A LEI ORGANIZA DO MUNICÍPIO ART. 46, INCISO VII,

DECRETA;

Art. 10 - Nomeia como responsável pela Ouvidoria de Gestão do SUS, no âmbito municipal, a servidora **ROZELI ALMEIDA DA SILVA,** servidora pública municipal**,** inscrita no RG. N. 00133892 SSP/MS e CPF n. 007.713. 181-97, ocupante do Cargo "**ASSISTENTE SOCIAL",** junto a Secretaria Municipal de Saúde**.**

Art. 20 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Paranatinga-MT; 31 de julho de 2018.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 13 AO CONTRATO Nº 51/2017

Aditivo nº 13 ao Contrato 51/2017 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **M.S CLAUDIO – ME - CNPJ 11.455.181/0001-67.** Objeto: Contratação do show artístico da Dupla "Marcelo e Cristiano", que acontecerá no dia 02/07/2017; show artístico de "Hudson Angelim", que acontecerá do dia 29/06/2017 ao dia 01/07/2017; e show artístico com "Os Catireiros do Araguaia", que acontecerá do dia 29/06/2017, em Comemoração ao 53º Aniversário do Município de Paranatinga-MT, conforme termo de convênio nº 0818/2017, atendendo ao departamento de Cultura. Justifica-se o presente Termo Aditivo tendo em vista que a verba (convênio) destinada para pagamento do contrato original ainda não foi repassada **Prazo: 27/07/2018 A 27/08/2018**. Departamento de Licitações e Contratos, em 27 de julho de 2018.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 13 AO CONTRATO Nº 49/2017

Aditivo nº 13 ao Contrato 49/2017 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **WORLD MUSIC PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA – ME - CNPJ 12.357.103/0001-92.** Objeto: Contratação de show artístico da Dupla "Mayck e Lyan", que acontecerá no dia 30/06/2017 em Comemoração ao 53º Aniversário do Município de Paranatinga-MT, conforme termo de convênio nº 0818/2017, atendendo ao departamento de Cultura. Justifica-se o presente Termo Aditivo tendo em vista que a verba (convênio) destinada para pagamento do contrato original ainda não foi repassada. **Prazo: 27/07/2018 A 27/08/2018**. Departamento de Licitações e Contratos, em 27 de julho de 2018.

OUVIDORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº 1521 DE 31 DE JULHO DE 2018.

DECRETO Nº 1521 DE 31 DE JULHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE AS COMPETÊNCIAS DA OUVIDORIA DE GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NO ÂMBITO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR JOSIMAR MARQUES BARBOSA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANATINGA-MT, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE OS PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, NA FORMA DA CONSTITUÍÇÃO FEDERAL NOS ARTIGOS 196, 197 E 198, COM BASE NA LEI ORGÂNICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS N°. 8.080/90; LEI N°. 8.142/90, PORTARIA SGEP N°. 08/2007, LEI COMPLEMENTAR Nº 162/2004, DECRETO FEDERAL Nº 2.455/2009, E

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar condutas para o aprimoramento do processo de resolução das demandas apresentadas pelos cidadãos usuários do SUS;

CONSIDERANDO o Pacto pela saúde, que valoriza a relação solidária entre os gestores das três esferas de governo;

CONSIDERANDO o Pacto pela saúde, que valoriza a relação solidária entre os gestores das três esferas de governo;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 162 de 29 de março de 2004, que preconiza a criação de Ouvidorias Setoriais.

DECRETA:

Art. 1º - Fica definida as competências da Ouvidoria de Gestão do SUS no âmbito da Secretaria de Saúde e Saneamento do Município de **PARANATINGA/MT,** como canal de gestão do SUS, como canal de gestão estratégica e participativa.

Art. 2° - Compete à Ouvidoria de Gestão do SUS da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do município de **PARANATINGA/MT**:

I - receber, analisar, monitorar, avaliar e controlar, denúncias, reclamações, sugestões e elogios dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento através do Sistema Único de Saúde em suas respectivas unidades desconcentrado, hospitais, ou coordenadorias;

II - propor e acompanhar a adoção de medidas para prevenção e correção de falhas e omissões de agente público responsável pela prestação do serviço nas Unidades de Saúde;

III - contribuir para o aperfeiçoamento dos serviços públicos prestados direta ou indiretamente pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento;

IV - encaminhar as demandas recebidas, conforme o inciso I aos setores competentes para atendimento, quando houver necessidade, dentro dos princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, transparência e eficiência, no cumprimento da ética na administração pública.

Art. 3 – Incumbe a equipe de servidores da Ouvidoria de Gestão do SUS da Secretaria Municipal de Saúde de **PARANATINGA/MT:**

I receber as reclamações, elogios, sugestões, solicitações, informações e responder com respeito, agilidade e eficiência;

II - exercer as funções pautadas nos interesses de Ouvidoria, com independência, autonomia sem qualquer ingerência político-partidária a fim de garantir os direitos dos cidadãos-usuários e do serviço público;

III - solicitar informações, documentos e materiais impressos, didáticos e técnicos, aos órgãos, entidades públicas e privadas, relativos à ouvidoria;

IV - analisar as causas das falhas no serviço público e propor as mudanças viáveis e coerentes para melhoria da qualidade dos serviços;

V - resguardar sigilo das ações demandadas pelo cidadão-usuário e pelos superiores;

VI - manter informações atualizadas e sistematizar todos os dados que originaram as informações, indicadores;

VII - elaborar relatórios periódicos aos órgãos superiores;

VIII - atuar em parceria com outros ouvidores e órgãos públicos;

IX - fomentar a participação do usuário na fiscalização e planejamento dos serviços públicos;

X - divulgar as ações e finalidade da Ouvidoria Municipal da Saúde;

XI - criar permanentemente estratégias que facilitem o acesso do cidadão aos serviços de saúde e à Ouvidoria Municipal da Saúde;

XII - agir com integralidade, ética, eficiência, imparcialidade, transparência e justiça;

XIII - As ações da Ouvidoria de Gestão serão baseadas conforme seu Regimento Interno.

Art. 4º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 5°. - Revogam-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Paranatinga-MT; 31 de julho de 2018.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 253 DE 30 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA N° 253 DE 30 DE JULHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 164A/2006.

RESOLVE;

Art. 1º- Conceder a **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal **Sra. MARILENE NUNES SALES**, portadora do RG sob o nº 632201 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 487.632.841-20, ocupante do Cargo Efetivo de "**AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE"**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 164A de 20 de Abril de 2006, e em atendimento ao requerimento da Servidora.

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DA LICENÇA
2012/2017	30/07/2018 À 27/10/2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 30 de julho de 2018.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 254 DE 31 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA N° 254 DE 31 DE JULHO DE 2018.

"COMISSÃO DO PLANO DE AÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DE PARANATINGA-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **Sr**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

I- **NOMEAR** os membros da Comissão do Plano de Ação da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Paranatinga - MT, composta pelos seguintes membros:

- LUCIANA FRANCISCA DA SILVA COSTA – Inscrita no CPF n. 550. 442.801-78;

- PRISCILA VANESSA WINGENBACH DA SILVA – Inscrita no CPF n. 015.706.691-63;

- KATIANE MARQUES DE OLIVEIRA FONSECA – Inscrita no CPF n. 014.281.921-23;

- ROSEMAR ANTÔNIO ROCHA – Inscrito no CPF n. 882.963.341-00;

- DEVENILSON DA SILVA – Inscrito no CPF n. 927.850.421-15.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III- Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 31 de julho de 2018.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Considerando, o desinteresse da Administração Pública na continuidade do certame denominado Pregão Presencial n°. 48/2018;

Considerando, que mencionado processo não foi adjudicado, tampouco homologado;

Considerando, as lições do Supremo Tribunal Federal Leciona, *in verbis:*

"Súmula 473 - A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

Considerando, o entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso a respeito do tema:

"Licitação. Revogação anterior à adjudicação e homologação do certame. Autotutela e interesse público. Princípio do contraditório. É possível a revogação de licitação antes da adjudicação do objeto e da homologação do certame, com base no princípio da autotutela administrativa – Súmula 473 do STF – e em razão de interesse público, independentemente de contraditório, isso porque o vencedor do certame, antes de cumpridas essas fases, não tem qualquer direito adquirido a ser protegido em face de possível desfazimento do processo de contratação". (Representação de Natureza Externa. Relatora: Conselheira Substituta Jaqueline Jacobsen. Acórdão nº 33/2017-PC. Julgado em 12/12/2017. Publicado no DOC/ TCE-MT em 23/01/2018. Processo nº 15.308-7/2017)

Decido, pela revogação do certame licitatório denominado Pregão Presencial n°. 48/2018.

Determino, por conseguinte, a adoção das providências necessárias para finalização do ato.

Registre-se.

Publique.

Cumpra-se.

Paranatinga/MT, 31 de julho de 2018.

Josimar Marques Barbosa

PREFEITO

LICITAÇÃO
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 48/2018

O **Prefeito Municipal** de Paranatinga – MT, Senhor **Josimar Marques Barbosa**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos termos do artigo 48, II, da Lei 8.666/93 e justificativas que consta nos autos, torna público para conhecimento dos interessados a **REVOGAÇÃO** do Processo Licitatório de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2018**, regido pela lei 10. 520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1005/2014, subsidiada pela Lei 8. 666/93. Objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em **Prestação de Serviços de Casa de Apoio em Cuiabá-MT, com Hospedagem, Transporte e fornecimento de refeições de boa qualidade para pacientes em tratamento de Saúde na capital,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Em 31 de julho de 2018.

LICITAÇÃO
RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA 15/2018

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria 125 de 20 de março de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação, pela modalidade **Dispensa Nº. 15/2018**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: a Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de **Assessoria Jurídica**, atendendo as Necessidades do Gabinete do Prefeito, Com fulcro no artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/93. **EMPRESA**: **APARECIDA CHIODI PESAMOSCA SOCIEDADE INDIV. DE ADV. CNPJ: 28.491.895/0001-23. VALOR TOTAL R$: 7.000,00.** Presidente da CPL Devenilson da Silva, em 31 de julho de 2018.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 64/2018

PREGÃO PRESENCIAL 52/2018

ARP Nº 64/2018 - Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **VALDEMAR GRACIANO EIRELI - ME, CNPJ 25.028.460/0001-59**, tendo por objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual **Prestação de Serviços de Horas Máquina de Esteira com Operador,** Peso Operacional mínimo de 12.886 kg e Com Capacidade de Lâmina de 2,7 M³ (Metros Cúbicos) e no Total 1.800 Horas,para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Transportes de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. **Vigência: 30/07/2018 A 30/07/2019. Valor Global: R$ 495.000,00.** Preços Registrados: Departamento de Licitações e Contratos, em 31 de julho de 2018.

Seq.	Cod.	Descrição	Un.	Qtde.	Valor Unit. (R$)	Total (R$)
1	490931	PRESTACAO DE SERVICO DE MAQUINA ESTEIRA - Com peso operacional de 12.8886 kg e com capacidade de lamina de 2,7 m3 (metros cubicos). COM OPERADOR E COMBUSTIVEL	HORA	1.800,00	275,00	495.000,00

OUVIDORIA MUNICIPAL
PARECER

COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Ao:

Exmo. Sr. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**

Prefeito Municipal de Paranatinga – MT.

PARECER

A PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, instituída pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, instituída pela Portaria n. 006/2018, de 08 de janeiro de 2018, publicada no Jornal Oficial dos Municípios AMM, constituída pelos servidores **LETÍCIA SOARES VAZ DE SOUZA, DEVENILSON DA SILVA e KENNEDY DE OLIVEIRA MACAÚBAS**, Presidente e Membros, com incumbência de verificação de responsabilidade em razão de fatos relatados na Ata n° 018/2018 da Secretária Municipal de Educação ao servidor **LITON LANES PETRY,** brasileiro, Apoio Administrativo Educacional II, inscrito no RG n. 789682 SSP/MT e CPF n. 513.993.261-04, matricula n. 3844, residente na Rua 13 de maio , 516, Centro, Paranatinga/MT, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, nesta cidade, referente ao procedimento instaurado, conforme ofício n. 0410/2018/SMEC.

Faz prova documental ofício nº 410/2018/SMEC da Secretária Municipal de Educação, encaminhando Ata de oitiva 18/2018 e ata de oitivas dos servidores citados na ata.

As servidoras públicas Arlinda Barbosa de Arruda Vian e Janaina Souza Menezes em suas oitivas os relatos coincidem com o fato narrado na Ata 018/2018. Além disso, mencionou que o fato declarado iniciou com a compra de um simulacro de arma de fogo, o qual foi levada pela escola juntamente com uma faca (arma branca). Ainda, a Secretária após o episódio relatou que teve conhecimento este aluno sofria bullying referente ao comércio do seu pai denominada “bicicletaria Só Motos”.

O servidor Liton Lanes Petry em sua oitiva relata que ficou sabendo do episódio acontecido através dos alunos, e pelo fato do aluno faltar dois dias de aula após o ocorrido, esse pensou que o aluno tinha sido expulso do colégio, no entanto, no terceiro dia o aluno apareceu no transporte escolar, onde o mesmo fez a pergunta ao aluno em tom de brincadeira sobre o ocorrido perguntando se o mesmo teria dormido na cadeia, mas o servidor afirma que em seguida houve a correção de sua fala, dizendo que o aluno era menor de idade e não poderia ser preso. O servidor Liton Lanes Petry que devido à idade dos alunos todos têm apelidos, não vendo o apelido “bicicletaria Só Motos” como bullying.

Portanto, essa Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, tendo legal como base o art. 203, inciso XVI, da lei 024/1997, que estabelece o seguinte dever: manter conduta compatível com a moralidade administrativa, mas também o art. 204, inciso XVI, que estabelece a seguinte proibição: proceder de forma desidiosa. Logo, pelo fato do servidor público Liton Lanes Petry não apresentar em sua ficha funcional nenhuma falta que desabone sua conduta. Essa Comissão de Processo Administrativo Disciplinar decide-se pela aplicação de Advertência ao Servidor Público.

Paranatinga-MT, 27 de julho de 2018.

LETÍCIA SOARES VAZ DE SOUZA

Presidente

DEVENILSON DA SILVA

Membro

KENNEDY DE OLIVEIRA MACAÚBAS

Membro/Secretário

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 13 AO CONTRATO Nº 52/2017

Aditivo nº 13 ao Contrato 52/2017 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **MENINOS DE GOIAS – LTDA – ME - CNPJ 26. 374.964/0001-93.** Objeto: Contratação do show artístico da Banda “Os Meninos de Goiás”, que acontecerá do dia 02/07/2017, em Comemoração ao 53º Aniversário do Município de Paranatinga-MT, conforme termo de convênio nº 0818/2017 e contrapartida do Município, atendendo ao departamento de Cultura. Justifica-se o presente Termo Aditivo tendo em vista que a verba (convênio) destinada para pagamento do contrato original ainda não foi repassada. **Prazo: 27/07/2018 A 27/08/2018**. Departamento de Licitações e Contratos, em 27 de julho de 2018.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 59/2018

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria nº 126 de 20 de março de 2018, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 59/2018**, regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Decreto Municipal nº 1005/2014, Decreto nº 1452/2018 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. Objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Medicamentos, Material de Consumo e Material Permanente para Odontologia,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Data de abertura **13/08/2018**, segunda-feira **às 09:00h (horário Brasília**). O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** - **www.bll.org.br** ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, nº 1900 – Centro, mais Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou Telefone 66 3573-1329/1756. Horário de atendimento é de segunda a sexta-feira das **07 às 11h (Horário Local)**. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen, em 31 de julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

ATA DA SESSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2018 - DESERTA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL BETUMINOSO E AGREGADOS PARA PRODUÇÃO DE LAMA ASFÁLTICA PARA REALIZAÇÃO DE REJUVENESCIMENTO DA PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA – MT. CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS. CONVENIO 011/2015 – SECID – SECRETARIA DE ESTADOS DAS CIDADES.

PREÂMBULO:

No dia 24 de julho de 2018, às 09h00min, reuniram-se na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/MT , situado na AV. FERNANDO CORREA DA COSTA - 940, CENTRO, o Pregoeiro, Senhor ALEXSANDRO DOS SANTOS SOUZA, e a Equipe de Apoio, constituída pelos

MEMBROS: LUZANE FRANCISCO GOMES e LUCAS CALDEIRA DE ABREU, para a Sessão Pública do Pregão Presencial em epígrafe, regido pela Lei Federal 10.520/02, pelo Decreto nº 7.892/13 e subsidiariamente no que for cabível pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

No horário preestabelecido considerando que não compareceram empresas interessadas em participar do certame, o Pregoeiro e sua Equipe de apoio decidiram aguardar por 15(quinze) minutos o comparecimento de alguma empresa, sem sucesso o Pregoeiro e Equipe de Apoio declararam o Pregão Presencial nº 020/2018 **DESERTO**. Devido à importância dos serviços pela Administração Pública, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no uso de suas atribuições, determinou a prorrogação do certame, estipulando nova data para a abertura do referido Pregão Presencial para as empresas interessadas em participar do certame para o dia **08/08/2018 às 09h00min**, na sala de licitações no Paço Municipal na Av. Fernando Corrêa da Costa nº 940 – Centro.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, cuja ata vai assinada pelo Pregoeiro, pelos membros da Equipe de Apoio. Esta ata terá publicidade conforme legislação, aos 24 dias do mês de julho de 2018.

Pedra Preta/MT, 24 de julho de 2018.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

ALEXSANDRO DOS SANTOS SOUZA PREGOEIRO

LUZANE FRANCISCO GOMES

MEMBRO

---------- LUCAS CALDEIRA DE ABREU

MEMBRO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO 020/2018

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 020/2018

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Pedra Preta/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº 020/2018.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL BETUMINOSO E AGREGADOS PARA PRODUÇÃO DE LAMA ASFÁLTICA PARA REALIZAÇÃO DE REJUVENESCIMENTO DA PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA – MT. CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS. CONVENIO 011/2015 – SECID – SECRETARIA DE ESTADOS DAS CIDADES

DATA DA ABERTURA: Dia 08/08/2018 às 09h00min

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta/MT, localizada na Av. Fernando Correa da Costa, 940, Centro, no horário de expediente (12h00min às 18h00min). Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (066) 3486-4400/4416.

Pedra Preta - MT, 24 de julho de 2018.

ALEXSANDRO DOS SANTOS SOUZA

PREGOEIRO

PORTARIA Nº 383/2018 DE 31 DE JULHO DE 2018

PORTARIA Nº 383/2018 DE 31 DE JULHO DE 2018.

Dispõe sobre **Alteração de Portaria do Servidor Público Municipal** e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que o Art. 1º da Lei Municipal nº 832/2015 veda a ocupação cumulativa de cargos de secretário municipal, mesmo que forma interina, por período superior ao prazo de 90 (noventa) dias.

RESOLVE:

ART. 1º - Tornar definitiva a nomeação do Servidor Público Municipal, **WALDEMAR CHAGAS DE FREITAS**, para ocupar o cargo em comissão de Secretário Municipal de Finanças, lotado junto à respectiva Secretaria, revogando a Portaria n° 117/2018 de 05 de Março de 2018 que o nomeava interinamente.

ART. 2º - Revoga-se também, integralmente, a portaria de nº 024/2017 de 02 de Janeiro de 2.017.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 2018.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação n° 003/2018

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, por meio de sua Secretaria Municipal de Administração, torna público a ratificação do procedimento de inexigibilidade de licitação em epígrafe, visando a contratação da empresa **ALMEIDA & SANCHES LTDA - EPP (CNPJ/MF nº 25.270.655/001-00**), no valor global de **R$ 19.575,00**(Dezenove mil quinhentos e setenta e cinco reais), tendo como fundamento o artigo 25, *caput* da Lei Federal n° 8.666/93, tendo como objeto os itens 07, 08, 12 e 13 da Relação de Consultas Médicas Especializadas, do Anexo I do Edital de Chamada Pública n° 003/2018, que dispõe sobre credenciamento dos serviços por preço fixo.

Peixoto de Azevedo/MT, 31 de julho de 2018.

VILAMIR JOSÉ LONGO

Secretário Municipal de Administração

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação n° 003/2018

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, por meio de sua Secretaria Municipal de Administração, torna público a ratificação do procedimento de inexigibilidade de licitação em epígrafe, visando a contratação da empresa **RODNEY PEREIRA NASCIMENTO - EPP (CNPJ/MF nº 13.166.450/0001-09)**, no valor global de **R$ 27.360,00** (Vinte e sete mil e trezentos e sessenta reais), tendo como fundamento o artigo 25, *caput* da Lei

Federal n° 8.666/93, tendo como objeto o item 05 da Relação de Consultas Médicas Especializadas e do item 07 da Tabela de Exames de Diagnóstico do Anexo I do Edital de Chamada Pública n° 003/2018, que dispõe sobre credenciamento dos serviços por preço fixo.

Peixoto de Azevedo/MT, 31 de julho de 2018.

VILAMIR JOSÉ LONGO

Secretário Municipal de Administração

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação n° 003/2018

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, por meio de sua Secretaria Municipal de Administração, torna público a ratificação do procedimento de inexigibilidade de licitação em epígrafe, visando a contratação da empresa **ROBERTO KAZAN - EPP (CNPJ/MF nº 20.867.621/0001-84)**, no valor global de **R$ 26.400,00** (vinte e seis mil e quatrocentos reais), tendo como fundamento o artigo 25, *caput* da Lei Federal n° 8.666/93, tendo como objeto o item 06 da Relação de Consultas Médicas Especializadas do Anexo I do Edital de Chamada Pública n° 003/2018, que dispõe sobre credenciamento dos serviços por preço fixo.

Peixoto de Azevedo/MT, 31 de julho de 2018.

VILAMIR JOSÉ LONGO

Secretário Municipal de Administração

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação n° 003/2018

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, por meio de sua Secretaria Municipal de Administração, torna público a ratificação do procedimento de inexigibilidade de licitação em epígrafe, visando a contratação da empresa **RAPHAEL DUTRA LOPES (CNPJ/MF nº 13.969.397/0001-76)**, no valor global de **R$ 132.200,00** (Cento e trinta e dois mil e duzentos reais), tendo como fundamento o artigo 25, *caput* da Lei Federal n° 8.666/93, tendo como objeto os itens 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14 da Relação de Consultas Médicas Especializadas do Anexo I do Edital de Chamada Pública n° 003/2018, que dispõe sobre credenciamento dos serviços por preço fixo.

Peixoto de Azevedo/MT, 26 de abril de 2018.

VILAMIR JOSÉ LONGO

Secretário Municipal de Administração

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação n° 003/2018

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, por meio de sua Secretaria Municipal de Administração, torna público a ratificação do procedimento de inexigibilidade de licitação em epígrafe, visando a contratação da empresa **POLICLÍNICA DR. LUIZ MANSUR S/S LTDA (CNPJ/MF nº 40.187.825/0001-81)**, no valor global de **R$ 18.480,00** (Dezoito mil quatrocentos e oitenta reais), tendo como fundamento o artigo 25, *caput* da Lei Federal n° 8.666/93, tendo como objeto o item 02 da Relação de Consultas Médicas Especializadas e do item 07 da Tabela de Exames de Diagnóstico do Anexo I do Edital de Chamada Pública n° 003/2018, que dispõe sobre credenciamento dos serviços por preço fixo.

Peixoto de Azevedo/MT, 31 de julho de 2018.

VILAMIR JOSÉ LONGO

Secretário Municipal de Administração

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação n° 003/2018

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, por meio de sua Secretaria Municipal de Administração, torna público a ratificação do procedimento de inexigibilidade de licitação em epígrafe, visando a contratação da empresa **PERCINOTO CLÍNICA MÉDICA LTDA - EPP (CNPJ/MF nº 20.055.512/0001-98**), no valor global de **R$ 4.400,00**(Quatro mil e quatrocentos reais), tendo como fundamento o artigo 25, *caput* da Lei Federal n° 8.666/93, tendo como objeto o item 03 da Relação de Consultas Médicas Especializadas, do Anexo I do Edital de Chamada Pública n° 003/2018, que dispõe sobre credenciamento dos serviços por preço fixo.

Peixoto de Azevedo/MT, 31 de julho de 2018.

VILAMIR JOSÉ LONGO

Secretário Municipal de Administração

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação n° 003/2018

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, por meio de sua Secretaria Municipal de Administração, torna público a ratificação do procedimento de inexigibilidade de licitação em epígrafe, visando a contratação da empresa **MEIRIELEN DE FATIMA ZUCHI DE OLIVEIRA – ME (CNPJ/MF nº 28.146.564/0001-56)**, no valor global de **R$ 23.075,00** (vinte e três mil e setenta e cinco reais), tendo como fundamento o artigo 25, *caput* da Lei Federal n° 8.666/93, tendo como objeto os itens 07, 08, 11 e 12 da Relação de Consultas Médicas Especializadas do Anexo I do Edital de Chamada Pública n° 003/2018, que dispõe sobre credenciamento dos serviços por preço fixo.

Peixoto de Azevedo/MT, 31 de julho de 2018.

VILAMIR JOSÉ LONGO

Secretário Municipal de Administração

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação n° 003/2018

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, por meio de sua Secretaria Municipal de Administração, torna público a ratificação do procedimento de inexigibilidade de licitação em epígrafe, visando a contratação da empresa **MARIA APARECIDA DONADEL GUIMARÃES - EPP (CNPJ/MF nº 20.842.229/0001-80)**, no valor global de **R$ 2.999,10** (dois mil novecentos e noventa e nove reais e dez centavos), tendo como fundamento o artigo 25, *caput* da Lei Federal n° 8.666/93, tendo como objeto o item 03 da Relação de Exames de Diagnóstico (Tabela AMB) do Anexo I do Edital de Chamada Pública n° 003/2018, que dispõe sobre credenciamento dos serviços por preço fixo.

Peixoto de Azevedo/MT, 31 de julho de 2018.

VILAMIR JOSÉ LONGO

Secretário Municipal de Administração

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação n° 003/2018

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, por meio de sua Secretaria Municipal de Administração, torna público a ratificação do procedimento de inexigibilidade de licitação em epígrafe, visando a contratação da empresa **M.L.P LEITE & SCHOLER SERVIÇOS MÉDICOS LTDA (CNPJ/MF nº 08.561.355/0001-61)**, no valor global de **R$ 4.400,00** (Quatro mil e quatrocentos reais), tendo como fundamento o artigo 25, *caput* da Lei Federal n° 8.666/93, tendo como objeto o item 03 da Relação de Consultas

Médicas Especializadas do Anexo I do Edital de Chamada Pública n° 003/2018, que dispõe sobre credenciamento dos serviços por preço fixo.

Peixoto de Azevedo/MT, 31 de julho de 2018.

VILAMIR JOSÉ LONGO

Secretário Municipal de Administração

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação n° 003/2018

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, por meio de sua Secretaria Municipal de Administração, torna público a ratificação do procedimento de inexigibilidade de licitação em epígrafe, visando a contratação da empresa **M. A. DA CRUZ CLINICA - ME (CNPJ/MF nº 16.422.969/0001-90)**, no valor global de **R$ 86.400,00** (Oitenta e seis mil e quatrocentos reais), tendo como fundamento o artigo 25, *caput* da Lei Federal n° 8.666/93, tendo como objeto os itens 07, 08, 12 e 14 da Relação de Consultas Médicas Especializadas, do Anexo I do Edital de Chamada Pública n° 003/2018, que dispõe sobre credenciamento dos serviços por preço fixo.

Peixoto de Azevedo/MT, 31 de julho de 2018.

VILAMIR JOSÉ LONGO

Secretário Municipal de Administração

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação n° 003/2018

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, por meio de sua Secretaria Municipal de Administração, torna público a ratificação do procedimento de inexigibilidade de licitação em epígrafe, visando a contratação da empresa **LEANDRO AUGUSTO MINGHELLI (CNPJ/MF nº 15.057.229/0001 - 30**), no valor global de **R$ 4.400,00** (Quatro mil e quatrocentos reais), tendo como fundamento o artigo 25, *caput* da Lei Federal n° 8.666/93, tendo como objeto o item 03 da Relação de Consultas Médicas Especializadas, do Anexo I do Edital de Chamada Pública n° 003/2018, que dispõe sobre credenciamento dos serviços por preço fixo.

Peixoto de Azevedo/MT, 31 de julho de 2018.

VILAMIR JOSÉ LONGO

Secretário Municipal de Administração

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação n° 003/2018

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, por meio de sua Secretaria Municipal de Administração, torna público a ratificação do procedimento de inexigibilidade de licitação em epígrafe, visando a contratação da empresa **JOÃO CANDIDO DA SILVA – ME (CNPJ/MF nº 19.347.324/0001-29)**, no valor global de **R$ 4.400,00** (Quatro mil e quatrocentos reais), tendo como fundamento o artigo 25, *caput* da Lei Federal n° 8.666/93, tendo como objeto o item 03 da Relação de Consultas Médicas Especializadas do Anexo I do Edital de Chamada Pública n° 003/2018, que dispõe sobre credenciamento dos serviços por preço fixo.

Peixoto de Azevedo/MT, 31 de julho de 2018.

VILAMIR JOSÉ LONGO

Secretário Municipal de Administração

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação n° 003/2018

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, por meio de sua Secretaria Municipal de Administração, torna público a ratificação do procedimento de inexigibilidade de licitação em epígrafe, visando a contratação da empresa **DONADEL GUIMARÃES & CIA LTDA – EPP, (CNPJ/MF nº 05.402.239/0001-01**), no valor global de **R$ 30.772,65**(Trinta mil setecentos e setenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), tendo como fundamento o artigo 25, *caput* da Lei Federal n° 8.666/93, tendo como objeto o item 01, 02 e 03 da Relação de Exames de diagnóstico (Tabela AMB) do Anexo I do Edital de Chamada Pública n° 003/2018, que dispõe sobre credenciamento dos serviços por preço fixo.

Peixoto de Azevedo/MT, 31 de julho de 2018.

VILAMIR JOSÉ LONGO

Secretário Municipal de Administração

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação n° 003/2018

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, por meio de sua Secretaria Municipal de Administração, torna público a ratificação do procedimento de inexigibilidade de licitação em epígrafe, visando a contratação da empresa **ALMEIDA & SANCHES LTDA - EPP (CNPJ/MF nº 25.270.655/001-00**), no valor global de **R$ 19.575,00**(Dezenove mil quinhentos e setenta e cinco reais), tendo como fundamento o artigo 25, *caput* da Lei Federal n° 8.666/93, tendo como objeto os itens 07, 08, 12 e 13 da Relação de Consultas Médicas Especializadas, do Anexo I do Edital de Chamada Pública n° 003/2018, que dispõe sobre credenciamento dos serviços por preço fixo.

Peixoto de Azevedo/MT, 31 de julho de 2018.

VILAMIR JOSÉ LONGO

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 024/2018.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT.

CONTRATADA: MARLENE DE FATIMA DA SILVA, brasileira, portadora da cédula de identidade nº 129753-8, inscrita no CNPJ sob o nº 30.927.673/0001-52.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA NA FUNÇÃO DE ASSISTENTE SOCIAL PARA ATENDER OS MORADORES DO MUNICIPIO DE PLANALTO DA SERRA.

VALOR DO CONTRATO MENSAL:

SALÁRIO PARCIAL MÊS DE JULHO	R$ 1.866,66
SALÁRIO MENSAL DE AGOSTO/SETEMBRO/OUTUBRO/NOVEMBRO	**R$ 3.500,00 MENSAL**
VALOR TOTAL DO CONTRATO	**R$ 15.866,66**

PERÍODO VIGÊNCIA – 16/07/2018 a 30/11/2018.

GABINETE DO PREFEITO INTERINO MUNICIPAL, EM 16 DE JULHO DE 2018.

ROSIMAR ALVES PEREIRA.

PREFEITO INTERINO MUNICIPAL.

PORTARIA ESPECIAL Nº. 151/2018

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE CARLA REGINA DE FARIAS DO CARGO DE CHEFE DE GABINETE DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE PLANALTO DA SERRA, ROSIMAR ALVES PEREIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Leis,

R E S O L V E:

Art. 1º -EXONERAR a Senhora **CARLA REGINA DE FARIAS,** brasileira, portadora do RG 104475353 SSP/MT e CPF 080.573.229-26 docargo de Chefe de Gabinete do Município de Planalto da Serra-MT, a partir do dia 30 de julho de 2018.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrários.

Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal, em 30 de julho de 2018.

ROSIMAR ALVES PEREIRA

Prefeito Interino

PORTARIA N°147/2018

"DISPÕE SOBRE LICENÇA PREMIO DO SERVIDOR IOLANDO ALVES DE FREITAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROSIMAR ALVES PEREIRA, Prefeito interino do Município de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei e considerando o Artigo 116, da lei 398/2012.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de licença premio ao servidor **IOLANDO ALVES DE FREITAS**, brasileiro, efetivo no cargo de Operador de maquinas pesadas, lotado na Secretaria Municipal de Obras, portador do RG Nº 1290448 SSP/GO e CPF: 627.963.721-20, referente ao qüinqüênio 2014/2018,a partir do dia 23/07/018 à 20/10/2018 devendo apresentar-se para o trabalho no dia 21 de outubro de 2018.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra – MT, em 23 de julho de 2018.

ROSIMAR ALVES PEREIRA

Prefeito Interino Municipal

PORTARIA N°146/2018

"DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS DA SERVIDORA CRISLAINY KETY DE ARRUDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROSIMAR ALVES PEREIRA, Prefeito interino do Município de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei e considerando o Artigo 116, da lei 398/2012.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 20 (vinte) dias de Férias a servidora **CRISLAINY KETY DE ARRUDA**, brasileira, no cargo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social Gestão e Trabalho, portadora do RG Nº 12032549 SSP/MT e CPF: 998617041-91, no período de 19/07/2018 a 07/08/2018, referente ao exercício 2017, devendo apresentar-se para o trabalho no dia 08 de agosto de 2018.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra – MT, em 19 de julho de 2018.

ROSIMAR ALVES PEREIRA

Prefeito Interino Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 232 /2018

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º- Determinar a realização de Atualização Cadastral dos Funcionários Inativos Públicos Municipais, no período de 01 a 30 de agosto de 2018, que se realizará na sede no Recurso Humanos da Prefeitura Municipal de Poconé – MT, no horário de 07h00min horas às 13h00min horas.

ARTIGO 2º- A Atualização Cadastral é geral e obrigatório, ficando esclarecido que o funcionário que deixar de comparecer a presente convocação terá o salário suspenso, bem como ficará sujeito às demais sanções previstas em lei.

ARTIGO 3º- Estabelecer os **Documentos necessários, para o recadastramento "Dos Servidores Públicos Municipais Inativos".**

Ficha cadastral, com dados de todos os documentos.

Cópia Comprovante de Endereço atualizado.

No momento da apresentação informar o numero dos telefones atuais.

ARTIGO 4º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 31 de julho de 2018.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 028/2018

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 42/2018, de 06/02/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no **dia 13/08/2018**, **às 08h00min**, na Sede da Prefeitura Municipal de Poconé, endereço: Praça da Matriz, s/n – Centro - Poconé/MT, para a reunião de recebimento e abertura das documentações e proposta, conforme especificado no Edital de Licitação n° **028/2018**, na Modalidade Pregão Presencial com Registro de Preços para Compras e Serviços. Informamos aos interessados que o Edital encontra-se disponível no site www.pmpocone.com.br.

Objeto da Licitação:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE POCONÉ/MT.

DIA DA ABERTURA: 13/08/2018 às 08h00min.

Poconé-MT, 31 de Julho de 2018.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 020/2018. LEI 831/2018 LDO

EDITAL Nº 020/2018.

PORTO ALEGRE DO NORTE, 23 DE JULHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕEM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ESTADUAL EM SEU ARTIGO 61 E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

T O R N A – S E P Ú B L I C O:

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte torna-se público **a LEI nº 831/2018- LDO "*DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*".**

A LEI 831/2018 – LDO, ficará a disposição da população para questionar sua legitimidade, pelo prazo preconizado pela Legislação vigente.

Para os devidos fins de direito e conhecimento dos interessados expediu-se o presente Edital.

C U M P R A – S E

R E G I S T R E – S E

P U B L I Q U E – S E

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 831/2018 LDO

LEI Nº 831/2018

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DANIEL ROSA DO LAGO, Prefeito do Município de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1°. São estabelecidas em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, e no que couber, as disposições contidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, as diretrizes para a elaboração e execução dos Orçamentos do Município para o exercício de 2019, compreendendo:

I - as metas fiscais;

II - as metas e prioridades da administração municipal;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do município;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária;

VIII - as disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS METAS FISCAIS

Art. 2°. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2019, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº101/2000, a denominada lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, do Anexo II - Metas Fiscais e do Anexo III - Riscos Fiscais, partes integrantes desta Lei.

Parágrafo Único - A Meta Fiscal estabelecida nesta Lei e identificadas em seus respectivos Anexos, quando da Elaboração da Lei Orçamentária Anual, poderão serem revistas, afim de preservar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 3°. É facultado ao Poder Executivo, conforme previsto na art. 63 da LRF, o desdobramento das metas fiscais em metas quadrimestrais, sua demonstração e avaliação do seu cumprimento em audiência pública na forma estabelecido no art. 9º, § 4º da mesma Lei.

CAPÍTULO II

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 4°. - As propriedades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2019 são aquelas definidas e demonstradas no anexo I - Metas e Prioridades desta Lei (art., 165, §2º da Constituição Federal).

§ 1º - A execução das ações vinculadas às metas e às prioridades estará condicionada ao equilíbrio entre receitas e despesas, especificadas através do Anexo II - Metas Fiscais e do Anexo III - Riscos Fiscais, partes integrantes desta Lei.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas-financeiras, estabelecidas nesta Lei e identificadas nos anexos a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 5° – São prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2019 o cumprimento de ações estratégicas nas áreas de:

a) Educação;

b) Saúde e Saneamento;

c) Infra–Estrutura Urbana Básica;

d) Modernização Administrativa Funcional;

e) Política Salarial de acordo as normas vigentes;

f) Promoção e Assistência Social;

g) Meio Ambiente e Turismo.

h) Desporto;

i) Agricultura familiar.

Art. 6° – O Orçamento do Município consignará, obrigatoriamente, recursos para atender as despesas de:

a) Pagamento do serviço da dívida;

b) Pagamento de pessoal e seus encargos;

c) Duodécimos destinados ao Poder Legislativo;

d) Cobertura de precatórios judiciais;

e) Manutenção das atividades do município e seus fundos;

f)Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;

g) Aplicação nas Ações e Serviços de Saúde;

h) Contribuição ao PASEP;

i) **Reserva de Contingência.**

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7°. A Lei Orçamentária compor-se-á de:

I - Orçamento Fiscal;

II - Orçamento da Seguridade Social.

Art. 8°. Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando os grupos de despesa, com suas respectivas dotações, conforme a seguir discriminados, indicando, para cada categoria, a modalidade de aplicação:

1. Pessoal e Encargos Sociais;

2. Juros e Encargos da Dívida;

3. Outras Despesas Correntes;

4. Investimentos;

5. Inversões Financeiras;

6. Amortização da Dívida;

7. Outras Despesas de Capital.

Art. 9°. A Lei Orçamentária Anual apresentará, conjuntamente, a programação dos orçamentos fiscais e da seguridade social, na qual a discriminação da despesa far-se-á de acordo com a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Orçamento e Gestão, bem como da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e alterações posteriores.

Art. 10°. O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecerá ao disposto na Constituição Estadual e contará, dentre outros, com recursos provenientes de receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente este orçamento.

Art. 11°. O projeto de lei orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído de:

I - Mensagem;

II - Texto da lei;

III - Tabelas explicativas da receita e da despesa referente aos três últimos exercícios;

§ 1º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I - Situação econômica do Município

II - Exposição da receita e despesa.

§ 2º. Acompanharão o projeto de lei orçamentária, além dos definidos no parágrafo 1º deste artigo, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:

I - Programação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a evidenciar o cumprimento do disposto no Artigo 212 da Constituição Federal e da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007;

II - Programação dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde, de modo a evidenciar o cumprimento do disposto no Artigo 198, § 2º da Constituição Federal.

§ 3º. Integrarão a lei orçamentária anual, os seguintes demonstrativos:

I - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo 1, da Lei N. 4.320/64;

II - Quadro demonstrativo da Receita e Despesas, segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo 2, da Lei N. 4.320/64;

III - Quadro demonstrativo por Programa de Trabalho, das dotações por órgãos do governo e da administração, Anexo 6, da Lei nº 4.320/64;

IV - Quadro demonstrativo de Função, Subfunção e Programa, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, Anexo 7, da Lei nº 4.320/64;

V - Quadro demonstrativo de Função, Subfunção e Programa, conforme vínculo com os recursos, Anexo 8, da Lei nº 4.320/64;

VI - Quadro demonstrativo por Órgão e Função, Anexo IX, da Lei nº 4.320/64;

VII - Quadro demonstrativo de Realização de Obras e Prestação de Serviços;

VIII - Tabela Explicativa da Evolução da Receita e Despesa, Art. 22, III, da Lei Nº 4.320/64;

IX - Quadro demonstrativo da receita por fontes e respectiva legislação;

X - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;

XI - Quadro de Detalhamento de Despesas.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS

ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art.12°. No projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2019 as receitas e as despesas serão orçadas a preços correntes.

Art. 13°. A lei orçamentária priorizará, na estimativa da receita e na fixação da despesa, os seguintes princípios:

I - prioridade de investimentos para as áreas sociais;

II - modernização da ação governamental;

III - equilíbrio entre receitas e despesas;

IV - austeridade na gestão dos recursos públicos.

Art. 14°. As receitas serão estimadas tomando-se por base o comportamento da arrecadação conforme determina o Art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000 e as despesas serão fixadas de acordo com as metas e prioridades da administração, compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º. Na estimativa da receita serão considerados as modificações da legislação tributária e ainda, o seguinte:

I - atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - atualização da planta genérica de valores;

III - a expansão do número de contribuintes;

IV - as projeções do crescimento econômico.

§ 2º. As taxas pelo exercício do poder de polícia e de prestação de serviços deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º. Caso os parâmetros utilizados na estimativa das receitas sofram alterações significativas que impliquem na margem de expansão da despesa, o Anexo de Metas Fiscais será atualizado por ocasião da elaboração da proposta orçamentária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal fixadas no Anexo II, desta lei;

§ 4º. Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos na programação de desembolso;

§ 5º. A Lei Orçamentária poderá conter dispositivo que autorize a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte inteiros) por cento do total da despesa, podendo, também, conter dispositivo que restrinja tais atos quanto a programas prioritários, em obediência aos incisos V do artigo 167, da Constituição Federal;

§ 6º. Na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais somente se incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento, bem como contempladas as despesas de conservação do patrimônio público;

§ 7º. Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico financeiro pactuado e em vigência;

§ 8º. A inclusão de dotações para o pagamento de precatórios na Lei Orçamentária de 2019 obedecerá ao disposto no art. 100 da Constituição Federal e no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Art. 15°. A proposta orçamentária do Poder Legislativo será encaminhada ao Poder Executivo até o dia 15 de setembro de 2018, na forma da Emen-

da Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 16°. A proposta orçamentária do município, para o ano de 2019, observará o que dispõe esta lei e será encaminhada pelo Poder Executivo a Câmara Municipal até a data de 30 de setembro de 2018, conforme determina o artigo 102, inc. III da Lei Orgânica Municipal.

CAPITULO V

DA DISPOSIÇÃO SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 17°. As operações de crédito deverão ter autorização legislativa, obedecer aos limites e procedimentos estabelecidos em resoluções do Senado Federal, não podendo ser superior ao montante das despesas de capital.

Art. 18°. Ficam vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e financeira.

Art. 19°. É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de auxílios para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos.

Parágrafo Único. No caso das entidades sem fins lucrativos, deverá ser cumprido o disposto no art. 26, da Lei Complementar n° 101/2000 e as exigências contidas na Instrução Normativa n° 001/97-STN e alterações posteriores.

Art. 20°. Fica o Poder Executivo autorizado a arcar com o custeio de despesas de competência de outras esferas do Poder Publico, desde que firmados os respectivos convênios, termos de acordo, ajuste ou congêneres e venham oferecer benefícios à população do município desde que existam recursos orçamentários disponíveis, nos termos do Art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, bem como a realizar transferências voluntárias àquele ente, nos casos de relevante interesse municipal, devendo o favorecido atender ao disposto no Art. 25, da Lei Complementar nº 101/2000, tais como:

I – EMPAER;

II – POLICIAS CIVIL E MILITAR;

III – INDEA;

IV – SEMA;

V – TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL;

VI – EXATORIA ESTADUAL;

VII – IBAMA;

VIII – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO;

IX – DETRAN;

X – SINDICATOS;

XI – ASSOCIAÇÕES E ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS.

Art. 21°. O Município aplicará no mínimo, os percentuais constitucionais, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, bem como nas ações e serviços de saúde, nos termos dos arts. 198, § 2º e 212, da Constituição Federal.

Art. 22°. A lei orçamentária assegurará a aplicação dos recursos reservados para PASEP, nos termos do art. 8°, III, da Lei 9.715, de 25 de novembro de 1998.

Art. 23°. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de modo a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º. Os custos serão apurados através dos relatórios da execução orçamentária, tomando-se por base as metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício, de modo a atender o disposto no art. 4º, I, "e" da Lei Complementar nº 101/2000, de modo a demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

§ 2º. Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2019 serão objeto de avaliação permanente, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas estabelecidas, em cumprimento ao citado art. 4º, I, "e" da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 24° – Para fins do disposto da alínea "e", inciso I do artigo 4º da Lei Complementar n.º 101/00, o Executivo instituirá um Conselho para efetuar o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados pelo orçamento municipal.

§ 1º -**O Conselho levantará os custos e avaliará os resultados valendo-se dos seguintes critérios:**

I –O levantamento de custos será feito por consulta de preços praticados no mercado mesmo quando referirem-se à execução de obras, serviços ou aquisições que excedam aos valores de dispensa de licitação conforme previsto no artigo 43, IV da Lei Federal 8.666/93.

II –Quando os valores das obras, serviços ou aquisições ultrapassarem os valores de dispensa de licitação, estas se realizarão mediante formalização de processos licitatórios regidos pela Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

III –Os resultados serão avaliados levando-se em conta o cumprimento das metas pretendidas, da satisfação social e da comunidade beneficiada, a execução dentro do prazo previsto e a estrita observância dos princípios da economicidade, eficácia e transparência.

IV –Que a execução das obras, serviços ou aquisições venham atender solicitações comunitárias ou necessidades sociais.

§ 2º**- O Conselho que trata este artigo será nomeado por Decreto a ser baixado pelo Prefeito Municipal devendo seus membros representarem:**

I –01 – Engenheiro ou Técnico representando a Secretaria de Infraestrutura, quando tratar-se de obras ou serviços de engenharia;

II – 01 – Representante do Setor de Compras e Licitações do Município;

III – 01 – Representante da Comunidade a ser beneficiada;

IV – 01 – Representante do Conselho Municipal de Saúde, quando tratar-se de recursos da saúde;

IV – 01 – Representante da Associação de Pais, Alunos e Professores do Município, quando tratar-se de recursos da educação.

§ 3º -**Os relatórios e demonstrativos produzidos pelo Conselho serão objetos de ampla divulgação, para conhecimento dos cidadãos e instituições organizadas da sociedade.**

Art. 25. A lei orçamentária conterá, no âmbito do orçamento fiscal, dotação consignada à Reserva de Contingência, constituída por valor de até 1,0 (um por cento) da receita e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e de ouros riscos e eventos fiscais não previstos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto no Art. 8°, da Portaria Interministerial 163/2001 e alterações posteriores.

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no *caput*, fica estabelecido o valor de até R$ 321.160,00 (Trezentos e Vinte e Um Mil, Cento e Sessenta Reais) a título de reserva de contingência, devendo-se adequar o Anexo III - RISCOS FISCAIS no tocante ao percentual e valor estabelecidos.

Art. 26°. As despesas serão classificadas em relevantes e irrelevantes.

Parágrafo único - Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras, e relevantes àquelas que

ultrapassam o valor máximo da dispensa de licitação, na forma estabelecida pela Lei Federal n° 8.666/93.

CAPITULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 27°. Os Poderes Legislativo e Executivo observação, na fixação das despesas de pessoal, as limitações estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, e ainda ao seguinte:

I - as despesas serão calculadas com base no quadro de servidores relativo ao mês de agosto de 2018;

II - serão incluídas dotações para treinamento, desenvolvimento, capacitação, aperfeiçoamento, reciclagem, provas e concurso, tendo em vista as disposições legais relativas à promoção e acesso;

§ 1º. Fica o Poder Executivo autorizado, mediante autorização legislativa, a promover alterações na estrutura organizacional e de cargos e carreiras da Prefeitura Municipal, podendo para isso, extinguir ou transformar cargos, criar novos cargos e também realizar concurso público de provas e títulos, ou processo seletivo, visando ao preenchimento dos cargos e funções.

§ 2º. No decorrer da execução orçamentária do exercício de 2019, fica autorizado o reajuste anual de vencimento dos servidores públicos tendo por base a mesma metodologia e data aplicados no ano de 2018, ficando expressamente **vedado** a vinculação do reajuste à Receita Corrente Líquida, conforme dispõe o art. 37, inc. X da Constituição Federal.

Art. 28° - As despesas com pessoal ficam limitadas a 6,00 % (seis por cento) para o Legislativo e 54,00 (cinqüenta e quatro por cento) para o Executivo, respectivamente da Receita Corrente Liquida, conforme determina a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Art. 29° - Ressalvada a hipótese do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2019, Executivo e Legislativo, não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida do exercício o total de 54% para o executivo e 6% para o legislativo, obedecido os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 30°- Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Público poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, **salvo** quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no art. 20, III, da LFR, conforme determina o artigo 22, § único, inc. V, da LRF.

Art. 31° - Na execução orçamentária de 2019, caso a despesa de pessoal extrapolar noventa e cinco por cento do limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas:

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas-extras, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição, salvo as exceções da presente lei.

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

CAPÍTULO VII

ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 32°. O poder executivo fica autorizado a proceder através de Lei específica, alterações na legislação tributária do município como: Revisão da Planta Genérica de Valores, Atualização de alíquotas do ISSQN, Taxas Municipais e Contribuição de melhoria, e outras Receitas de competência Municipal. Ocorrendo alterações na legislação tributária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes orçamentários.

§ 1º. Os recursos eventualmente decorrentes das alterações previstas neste artigo serão incorporados aos orçamentos do Município, mediante abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, observada a legislação vigente;

§ 2º. Os casos de renúncia de receita a qualquer título dependerão de lei específica, devendo ser cumprido o disposto no Art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPITULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33°. Até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2019, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

§ 1º. O Poder Executivo publicará, até 30 dias após o encerramento do bimestre, os Anexos I e II, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, e os demais anexos nos prazos estabelecidos pelo Tribunal de Contas.

§ 2º. O Relatório da Gestão Fiscal será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Presidente da Câmara Municipal, e será publicado até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 3º. Até o final dos meses de maio e setembro de 2019, e de fevereiro de 2020, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na Câmara Municipal.

Art. 34°. O Poder Executivo adotará, durante o exercício de 2019, as medidas que se fizerem necessárias, observados os dispositivos legais, para dinamizar, operacionalizar e equilibrar a execução da lei orçamentária.

§ 1º. Caso seja necessária à limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas no anexo II, do art. 2º, desta Lei, esta será feita de forma proporcional ao montante necessário à preservação do resultado estabelecido.

§ 2º. Na hipótese da ocorrência do disposto no parágrafo anterior, o Poder Executivo comunicará o fato ao Poder Legislativo do montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º. O chefe de cada Poder, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que cada unidade do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 35°. Na hipótese de, até 31 de dezembro de 2018, o autógrafo da Lei orçamentária para o exercício de 2019 não ser devolvido ao Poder Executivo, fica este autorizado a executar a programação constante do Projeto de Lei por ele elaborado, em cada mês e até o mês seguinte a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, nos seguintes limites:

I - no montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida;

II - 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

Art. 36°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 37°. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte–MT, 23 de julho de 2018.

DANIEL ROSA DO LAGO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER
PORTARIA 06/2018-SEEL

PORTARIA Nº 06/2018

Dispõe sobre a exoneração de servidor e dá outras providências.

A Secretária de Educação, Esporte e lazer de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Municipal n.º 905, mormente os artigos 130, incisos I, III e VII; 131, inciso XIII e 145, inciso X;

R E S O L V E:

Art. 1º. – Exonerar do cargo de motorista o Sr. **Hélio Correia de Oliveira Sobrinho,** a partir de 31 de julho de 2018.

Art. 2º. – Notifique-se a Secretaria de Administração para que promova o pagamento de todos os direitos adquiridos pelo servidor, com a maior brevidade possível.

Art. 3º. – Anexe-se à pasta do funcionário o presente termo, bem como o Ofício 327/2018 – SEEL.

Art. 5º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Poxoréu-MT, 31 de julho de 2018.

Celestina Alves de Souza Neta

Secretária de Educação, Esporte e Lazer

ASSESSORIA JURÍDICA
PARECER JURÍDICO ADMINISTRATIVO N.º 031/2018

À SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

PARECER JURÍDICO ADMINISTRATIVO N.º 031/2018

EMENTA: REQUERIMENTO DE EXCLUSÃO DE ESTRADA MUNICIPAL DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL. PARECER TÉCNICO QUE ATESTA A FALTA DE REQUISITOS EXIGIDOS POR LEI. DECRETO MUNICIPAL N.º 025/2016. LEI MUNICIPAL N.º 1.689/2014. **PELO DEFERIMENTO DO PEDIDO**.

Fora endereçado a este Setor Jurídico, na data de 30/07/2018, o Memorando n.º 002/2018, da lavra da sra. Gerente Municipal de Planejamento, no qual pleiteia *"...o cancelamento/retirada do banco de dados do Sistema Viário Municipal da Estrada ER-45..."*.

Em anexo ao Memorando supracitado vieram os seguintes documentos originais: **a)** requerimento de Engenheiro Agrimensor interessado na demanda, protocolado sob o n.º 36.135, de 29/06/2018, que requer *"...o **Cancelamento/Retirada** do banco de dados da Prefeitura Municipal de Poxoréo-MT da **Estrada Rural E-45**, devido a descontinuidade da mesma com relação ao imóvel Georreferenciado **Fazenda São José e Chapadão**..."*, expedindo-se, caso acatado o pedido, *"...uma Declaração da inexistência da **Estrada Rural E-45** emitida pela prefeitura"* – com documentos técnicos; **b) Parecer Técnico n.º 003/2018**, firmado por servidores públicos municipais que conclui *"...que a ER-45 não apresenta a extensão contida no Decreto n.º 025/2016 e não atende a sua função conforme Art. 10 da Lei n.º 1.689 do Sistema Viário Municipal"*.

É o relatório.

O **Decreto n.º 025, de 05 de julho de 2016**, que *regulamenta o art. 15**[1]**, da Lei Municipal n.º 1.689, de 2 de junho de 2014*, descreve da seguinte maneira a ER-45, em seu Anexo:

MUNICÍPIO DE POXORÉU/MT					
[…]					
ESTRADAS RURAIS NÃO PAVIMENTADAS					
NOME	**COORDENADAS**				**EXTENSÃO**
	INÍCIO		**FINAL**		
	OESTE (E)	**NORTE (N)**	**OESTE (E)**	**NORTE (N)**	**(Km)**
[...]	**[...]**	**[...]**	**[...]**	**[...]**	**[...]**
ER-45	**835.662,10**	**8.245.520,00**	**845.262,55**	**8.240.053,90**	**12,74**
[...]	**[...]**	**[...]**	**[...]**	**[...]**	**[...]**

Em que pese a informação contida no Decreto expedido ainda em 2016, após a visitação *in loco*, a equipe técnica do Município de Poxoréu identificou que a mesma, contrariamente ao entabulado no regulamento, possui apenas 6,38[2] quilômetros de extensão, não[3] ligando duas ou mais propriedades.

A Lei do Sistema Viário Municipal conceitua, em seu artigo 10, estrada rural, nos seguintes termos:

***Art. 10.** Estradas Rurais: são aquelas que dão acesso a mais de uma propriedade rural e as servidões existentes.*

De acordo com o Parecer Técnico n.º 003/2018 a ER-45 não liga duas propriedades e, neste contexto, em análise simples à redação trazida pelo artigo 10 da Lei Municipal n.º 1.689/2014, não possui o requisito mínimo para ser assim classificada.

Parece mais plausível sua classificação como Via Local, nos termos do artigo 13, da norma supramencionada:

***Art. 13.** Vias Locais: têm como função básica permitir o acesso às propriedades privadas ou áreas e atividades específicas, implicando em pequeno volume de tráfego.*

De tal forma, não constando no Decreto Municipal n.º 025/2016, a identificação das Vias Locais municipais, é de ser deferido o pedido para exclusão da ER-45 do dito Decreto, ante o fato de sua errônea classificação.

Ocorre, no entanto, que o *rebaixamento* da via de Estrada Rural para Via Local não retira de si a característica de bem público trazida pelo Decreto Municipal em análise.

Tendo em vista que a Lei Municipal n.º 1.689/2014 conferiu poder ao Decreto, a ser expedido pelo Poder Executivo, para elencar e classificar as vias públicas do sistema viário municipal, com a edição do Decreto n.º 025/2016, considera-se afetada a localidade descrita como ER-45.

Afetar significa destinar, consagrar, aparelhar ou batizar algo que está fora do mundo jurídico para que fique preparado, apto a produzir os efeitos esperados (Cretella, 1998: 24).

A afetação é o ato ou fato pelo qual se consagra um bem à produção efetiva de utilidade (destinação) pública. A afetação pode ser expressa ou tácita. A afetação expressa é a que resulta de ato administrativo ou lei contendo a manifestação de vontade da Administração. A afetação tácita advém da atuação direta da Administração ou de fato da natureza.

No que tange à afetação expressa, podemos identificar três correntes doutrinárias que buscam explaná-la, sendo que, de acordo com uma, apenas pode se dar por meio de lei; de acordo com outra, pode ocorrer tanto por lei ou ato administrativo autorizado por lei; e uma última aduz que a afetação expressa pode ocorrer tanto por lei, quanto por ato administrativo autorizado por lei ou fato.

Certo é que o mencionado Decreto afetou a passagem ao uso público, se não no comprimento total indicado no referido ato e impugnado pelo Parecer Técnico n.º 003/2018, mas, em sua substância, continua sendo reconhecido pela Administração como passagem pública.

Assim, com fulcro na teoria do *paralelismo das formas*, tendo um Decreto tornado a referida via como de interesse público de passagem, vislumbrando, a autoridade competente, que este requisito deixou de existir, seria também o Decreto o ato administrativo competente a desfazê-lo.

Nesta dinâmica, crendo ter contextualizado suficientemente o caso em concreto com os mandamentos jurídicos legais, concluo:

DA CONCLUSÃO

I – Com base no Parecer Técnico n.º 003/2018, **opino** favoravelmente ao deferimento do pedido formulado pelo sr. Jeferson Marques da Rosa [Protocolo n.º 36.135, de 29/06/2018], tendo em vista que a ER-45 não cumpre com os requisitos exigidos na Lei Municipal n.º 1.689/2014 para esta classificação;

II – Como a modificação/exclusão deve se dar por meio de Decreto, **sugiro** que o procedimento seja encaminhado ao Prefeito Municipal, autoridade competente para fazê-lo, para que tome a decisão que julgar mais acertada, não cabendo ao Setor Jurídico da Prefeitura realizar tal ato de ofício;

III – Encerro aduzindo ser juridicamente possível a exclusão da ER-45 do rol de Estradas Rurais trazidos pelo Decreto Municipal n.º 025/2016, mediante a edição de um Decreto alterador, tendo por base o princípio do paralelismo das formas.

É a manifestação. À consideração superior.

Devolvo, como me fora entregue, o procedimento original intentado, bem como o Parecer Técnico n.º 003/2018.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 31 de julho de 2018.

_____

WILLIAN XAVIER SOARES

Advogado Público Municipal – OAB/MT n.º 18.249/O

Matrícula n.º 2452

Protocolo n.º 36.391 / / / Data de protocolo: 31/07/2018

[1] **Lei Municipal n.º 1.689, de 02/06/2014.** ***Art. 15.*** *O Sistema Viário do Município de Poxoréu é formado por rodovia federal, rodovias estaduais, rodovias municipais, estradas rurais, vias artesanais-estruturais, vias coletoras, vias locais e ciclovias; sua identificação e classificação serão instituíds por Decreto Municipal devendo ser atualizado a cada 5 (cinco) anos.*

[2] **Parecer Técnico n.º 003/2018.** *"1. O trecho da estrada dá acesso à sede da Fazenda São José e as divisórias de talhões onde são cultivados soja, milho e pastagens. Tem uma extensão de 2,8 Km até a sede e de 6,38 Km até o seu ponto final (trecho completo). Atualmente vem tendo manutenções periódicas promovidas pelo próprio proprietário da fazenda".*

[3] **Parecer Técnico n.º 003/2018.** *"2. De acordo com a base cadastral do Sistema Viário Municipal, a ER-45 continuaria para a propriedade vizinha, porém não foi verificado vestígios desta continuidade, ..."*

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 16/2018/PMRC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 16/2018/PMRC

PREGÃO: Nº 10/2018/PMRC – **REGISTRO DE PREÇOS**

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

Pelo presente instrumento, o Município de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, através da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, situada na Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal, sito na Avenida Mato Grosso, nº. 221, Centro, CNPJ: 01.367.788/0001-31 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Excelentíssimo senhor TARCISIO FERRARI, portador da cédula de identidade RG n.º 348.149 SSP/MT e inscrito sob o CPF n.º 567.672.001-82, RESOLVE registrar o preço da empresa: **ADEVANIR GRACIANO MARTINS - EPP** com sede na Rua Sebastião Fernandes de Oliveira, nº 397 A, Bairro Centro, Araputanga – MT, neste ato representado pela sua proprietária Srª Adevanir Graciano Martins, portador do RG nº 135.4219-2 SSP/MT e do CPF nº 469.105.061-20, nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a contratação de empresa com **Registro de Preços para futura e eventual prestação de serviços de Agência de Publicidade de acordo com a Lei Federal nº. 12.232, de 29 de abril de 2010, conforme especificações constantes no Anexo I, em anexo**, visando a divulgação de:

1.1.1. Avisos em geral, atividades, programas e campanhas de interesse público segundo a necessidade do Município, a ser definida pelas Secretarias e Departamentos.

1.2. Entrevistas com prefeito, vice-prefeito, secretários e demais servidores, especialistas e autoridades, desde que solicitado pelo Município (via Secretaria de Administração) e o assunto seja de comprovado interesse público.

1.1.2. Os textos dos anúncios de campanhas institucionais, programas, atividades e avisos, bem como as gravações, conforme o caso serão obrigatoriamente pré-aprovados pela Secretaria Municipal de Administração.

1.1.4. Todas as exibições serão de interesse público, não cabendo a Contratada censurar trechos de anúncios ou matérias, salvo se elas forem contra a moral e os bons costumes.

1.1.5. Os serviços serão prestados exclusivamente no Município de Reserva do Cabaçal - MT.

1.2 - O fornecimento do objeto deste Contrato obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Registro de Preços terá validade **DE (12) MESES,** contados a partir de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal, através do Setor de Compras da Prefeitura Municipal no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações nas questões legais.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos Serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Registro de Preços para futura e eventual prestação de serviços de Agência de Publicidade de acordo com a Lei Federal nº. 12.232, de 29 de abril de 2010, conforme especificações constantes no Anexo I, em anexo.			
	BALIZAMENTO	**PROPOSTA**	
ITEM	**VALOR TOTAL BALIZAMENTO DO ITEM**	**ADEVANIR GRACIANO MARTINS EPP**	**LANCES**
01	**R$ 2.219,40**	**R$ 2.550,00**	**R$ 2.160,00**
02	**R$ 30.240,00**	**R$ 30.224,25**	**R$ 29.619,76**
03	**R$ 12.512,00**	**R$ 12.907,84**	**R$ 12.649,68**
04	**R$ 12.346,80**	**R$ 12.190,00**	**R$ 12.060,00**
05	**R$ 12.160,50**	**R$ 12.606,00**	**R$ 12.227,82**
06	**R$ 19.600,00**	**R$ 19.107,00**	**R$ 19.020,00**
07	**R$13.733,40**	**R$ 11.676,50**	**R$ 11.650,00**
08	**R$ 18.015,00**	**R$ 17.388,80**	**R$ 17.041,02**
09	**R$ 14.384,04**	**R$ 11.966,90**	**R$ 11.050,00**
		TOTAL	**R$ 127.478,28**

4.2. O Valor total dos itens é de R$ 127.478,28 (Cento e Vinte e Sete Mil, Quatrocentos e Setenta e Oito Reais e Vinte e Oito Centavos).

5. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. O vencedor ficará obrigado a prestar os serviços, nas quantidades e condições contratada ao registro de preços, contados a partir da data de recebimento da Ata de Registro de Preços que advém desta licitação.

5.2. Os serviços serão entregues nos locais indicados pelas Secretarias solicitantes.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Como condição para assinatura da Ata de Registro de Preços, a Empresa, deverá manter as mesmas condições da Habilitação.

6.2. Os serviços deverão ser entregues nos locais indicados pelas Secretarias que solicitar de acordo com sua demanda.

6.2.1. Fornecer serviços de boa qualidade que atenda as exigências e especificações da Secretaria que solicitou, tendo como prazo para de entrega dos serviços solicitados de no máximo 02 (dois) dias úteis a contar da data da solicitação pela Secretaria.

6.3. Praticar todos os preços dispostos na proposta de preços final e o desconto estabelecido neste Registro.

6.4. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços e a entrega dos serviços solicitados devera ser supervisionado por intermédio de equipe autorizada para inspeção veicular.

6.5. A referida equipe de supervisão e inspeção será composta por servidores do Órgão designados como responsáveis para tal.

6.6. Exigir da contratada a comprovação de regularidade fiscal no que tange o recolhimento de INSS, FGTS e CNDT.

6.7. O Órgão contratante fica responsável pela comunicação prévia, bem como, pela aplicação das penalidades convencionadas à contratada bem como por informar à Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal acerca das providências cabíveis tomadas em cada caso.

6.8. Fica a cargo do Órgão/entidade contratante manter a Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal informada sobre a situação da prestação do serviço pela contratada, apresentando via oficio o relato dos fatos e das providências tomadas.

6.9. De posse deste relatório, a Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal também poderá intervir, conforme atribuições institucionais, no sentido de também aplicar multa pecuniária e ainda, em casos extremos, punir a Empresa com suspensão, impedindo a licitante de participar dos certames por um período de 2 (dois) anos.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes das contratações, objetos desta Ata de Registro de Preços, correrão à conta das Secretarias, conforme abaixo especificado.

02 - Gabinete do Prefeito 001 - Gabinete do Prefeito	Red. 24 - 04.122.0002.2004 3.3.90.39 (030)

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, pelos serviços efetivamente prestados, será efetuado através do deposito em qualquer agencia da rede bancária, desde que vinculada ao sistema de compensação de cheques e outros papéis do Banco do Brasil S/A, para crédito da CONTRATADA em conta corrente mantida em agência bancária indicada pela mesma, até o 10° (décimo) dia útil subsequente ao da entrega das Notas Fiscais e das solicitações autorizadas pelo Órgão competente.

8.2. O pagamento somente será efetuado mediante apresentação da regularidade documental consoante ao Decreto Estadual n° 8.199/2006.

8.3. Será feita a retenção do ISS para os serviços, conforme legislação pertinente.

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual, ou atraso no pagamento dos salários e recolhimento dos encargos dos empregados à disposição do **CONTRATANTE.**

8.5. A critério do **CONTRATANTE** poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da **CONTRATADA.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital.

9.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

9.6. Caso a PMRC não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta Ata, sujeita à contratada a multas, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei no8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

10.1.1. Quanto ao atraso para assinatura da Ata:

a) Atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);

b) A partir do 6o (sexto) até o limite do 10o (décimo) dia, multa de 4 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11o (décimo primeiro) dia de atraso.

10.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao **ÓRGÃO** poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

10.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

10.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

10.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a **Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal** por prazo de até 02 (dois) anos, e,

10.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.4. A Empresa, adjudicatária ou contratada quedeixar de entregarou apresentar documentação falsa exigida para o certame,ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa,ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até dois anos e, se for o caso, será descredenciada no Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

10.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, **será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês**. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Órgão, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda o ÓRGÃO proceder à cobrança judicial da multa.

10.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao ÓRGÃO.

11. DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

11.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto do presente CONTRATO, o CONTRATANTE poderá garantida defesa prévia, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

11.1.1. Advertência:

a) Após duas advertências serão aplicadas as disposições do subitem abaixo;

11.1.2. Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato, no caso de demora, quanto às suas obrigações contratuais, recolhida pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial ou retiradas no Órgão/Entidade pagador, sendo que a multa será aplicada cumulativamente por cada fato que importe em descumprimento contratual;

11.1.3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

11.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 10/2018/PMRC** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III é vedado caucionar ou utilizar a Ata de Registro de Preços decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal.

13. DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Araputanga, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Reserva do Cabaçal/MT, 12 de Julho de 2018.

MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL – MT

CONTRATANTE

ADEVANIR GRACIANO MARTINS - EPP

CONTRATADA

Dr. Delair Teixeira de Alcântara.

Assessor Jurídico

OAB/MT Nº 15351

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF n.º:

Nome:

CPF n.º:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

RECURSOS HUMANOS
RH-EXTRATO RESCISÃO CONTRATO JULHO

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE

SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO Nº 020/2018

DISTRANTE: **Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira-MT**

DISTRATADO: **KISS MEKELLIY PEREIRA MARQUES**

CAUSA DA RESCISÃO: A PEDIDO DA CONTRATADA.

DATA DA RESCISÃO: 09/07/2018

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE

SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO Nº 020/2018

DISTRANTE: **Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira-MT**

DISTRATADO: **ANA VITORIA PIMENTEL ALVES**

CAUSA DA RESCISÃO: A PEDIDO DA CONTRATADA.

DATA DA RESCISÃO: 24/07/2018

RECURSOS HUMANOS
RH-EXTRATO RESCISÃO CONTRATO JUNHO

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE

SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO Nº 152/2018

DISTRANTE: **Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira-MT**

DISTRATADO: **CARLOS EDUARDO MARTINS DOS SANTOS**

CAUSA DA RESCISÃO: TERMINO DE CONTRATO.

DATA DA RESCISÃO: 30/06/2018

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE

SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO Nº 155/2018

DISTRANTE: **Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira-MT**

DISTRATADO: **GESLAINE DA SILVA SOUZA**

CAUSA DA RESCISÃO: TERMINO DE CONTRATO.

DATA DA RESCISÃO: 20/06/2018

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE

SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO Nº 167/2018

DISTRANTE: **Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira-MT**

DISTRATADO: **ROGERIO ABI RACHED**

CAUSA DA RESCISÃO: A PEDIDO DO CONTRATADO.

DATA DA RESCISÃO: 25/06/2018.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE

SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO Nº 170/2018

DISTRANTE: **Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira-MT**

DISTRATADO: **ROSALIA COELHO DOS SANTOS**

CAUSA DA RESCISÃO: TERMINO DE CONTRATO.

DATA DA RESCISÃO: 30/06/2018

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE

SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO Nº 171/2018

DISTRANTE: **Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira-MT**

DISTRATADO: **LUCENI GOMES MENDES**

CAUSA DA RESCISÃO: TERMINO DE CONTRATO.

DATA DA RESCISÃO: 30/06/2018

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE

SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO Nº 172/2018

DISTRANTE: **Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira-MT**

DISTRATADO: **FAUSTO FORTUNATO DE SOUSA**

CAUSA DA RESCISÃO: TERMINO DE CONTRATO.

DATA DA RESCISÃO: 29/06/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 226, DE 11 DE JULHO DE 2018. "EXONERAR A SERVIDORA JANETE SANTOS MENDES LAMARÃO, EM EXERCÍCIO NO CARGO AGENTE ADMINISTRATIVO".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar nº 668/2015.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar a servidora, **JANETE SANTOS MENDES LAMARÃO,** no Cargo Efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, Nível 04 Classe D, portadora do RG 1210559-7 SJ/MT e do CPF 349.667.815-15, considerando a concessão do Beneficio de Aposentadoria por Invalidez, conforme o processo Administrativo do **PREVIRB** nº **2018.03.00015P**, lotada no Gabinete do Prefeito, a partir de **11/07/2018**.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 11 de Julho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 225, DE 11 DE JULHO DE 2018. "EXONERAR O SERVIDOR AILTON GRACILIANO DOS SANTOS, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE MECÂNICO".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar nº 668/2015.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar o servidor, **AILTON GRACILIANO DOS SANTOS,** no Cargo Efetivo de **MECÂNICO**, Nível 03 Classe A, portador do RG 125.920 SSP/MT e do CPF 207.484.931-15, considerando a concessão do Bene-

ficio de Aposentadoria por Invalidez, conforme o processo Administrativo do **PREVIRB** nº **2018.03.00014P**, lotado na Secretraria Municipal Infraestrutura e Desenvolvimento, a partir de **11/07/2018**.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 11 de Julho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 224, DE 11 DE JULHO DE 2018. "EXONERAR A SERVIDORA MARIA TEREZA DE MATTOS ROSAS, EM EXERCÍCIO NO CARGO PROFESSORA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar nº 666/2015.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar a servidora, **MARIA TEREZA DE MATTOS ROSAS,** no Cargo Efetivo de **PROFESSORA**, Nível 09 Classe C, portadora do RG 13.423.412 SSP/SP e do CPF 084.798.638-11, considerando a concessão do Beneficio de Aposentadoria Tempo de Contribuição, conforme o processo Administrativo do **PREVIRB** nº **2018.04.00013P**, lotada na Secretraria Municipal de Educação, Desporto e Lazer, a partir de **09/07/2018**.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09/07/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 11 de Julho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº228, DE 23 DE JULHO DE 2018. "CONCEDER LIENÇA LICENÇA MATERNIDADE PARA A SERVIDORA LUSVANI VIEIRA DAMASCENA."

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em conformidade com o artigo 112, da Lei Complementar nº 06 de 09 de Abril de 2012.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Licença Maternidade, a partir do dia **12/07/2018 a 09/11/2018**, para servidora **LUSVANI VIEIRA DAMASCENA,** no cargo de PSICOLOGA DO CREAS, Nível 01 Classe A, portadora do RG: 18669220 SSP/MT e do CPF: 024.980.711-48 , lotada na Secretaria de Açao Social, Trabalho e Cidadania.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12/07/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 23 de Julho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 227, DE 23 DE JULHO DE 2018. "CONCEDER LICENÇA PREMIO A SERVIDORA EDRIANE ALVES DA SILVA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com a Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 30 dias de Licença Premio a Servidora ***EDRIANE ALVES DA SILVA*** portadora do RG n° 1658072-9 SSP/MT e do CPF n° 010.464.141-00, a partir de 21/07/2018 a 19/08/2018, considerando o vencimento do seu período aquisitivo de 12/17 lotada na Secretaria de Educação, Desporto e Lazer, cadastrada com a matrícula de n° 392.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21/07/18.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 23 de Julho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 221, DE 10 DE JULHO DE 2018. "CONCEDER LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR JOSE ROMUALDO GOMES".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com a Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 90 dias de Licença Premio ao Servidor ***JOSE ROMUALDO GOMES*** portador do RG n° 069689 SSP/MT e do CPF n° 042.925.498-93, a partir de 10/07/2018 a 07/10/2018, considerando o vencimento do seu período aquisitivo de 09/14 lotado na Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento, cadastrado com a matrícula de n° 51.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 10 de Julho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 223, DE 10 DE JULHO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR BENEDITO RIBEIRO LUZ NETO".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias ao Servidor ***BENEDITO RIBEIRO LUZ NETO,*** portador do RG n° 208158 SSP/MT e do CPF n° 207.959.041-34 , a partir de 01/07/18 a 30/07/18, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 16/17, lotado na Secretaria de Infra Estrutura e Desenvolvimento, cadastrado com a matrícula de n° 67.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/07/18.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 10 de Julho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 217, DE 02 DE JULHO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA DANIELA BOASCIVIS PIMENTA BERTO".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias a Servidora ***DANIELA BOASCIVIS PIMENTA BERTO*** portadora do RG n° 10487018 SSP/MT e do CPF n° 939.097. 561-15, a partir de 01/07/18 a 30/07/18, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 16/17 lotado na Secretaria de Saúde, cadastrada com a matrícula de n° 1126.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/07/18.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 02 de Julho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 218, DE 02 DE JULHO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA MARLI LOURENÇO DA SILVA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias a Servidora ***MARLI LOURENÇO DA SILVA,*** portadora do RG n° 911.601 SSP/MT e do CPF n° 252.939.808-90, a partir de 01/07/18 a 30/07/18, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 17/18 lotada na Secretaria de Educaçao, Desporto e Lazer, cadastrada com a matrícula de n° 1172.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/07/18.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 02 de Julho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 231, DE 23 DE JULHO DE 2018. "NOMEIA JUCELIA FERREIRA DA SILVA PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com o art. 81, da Lei Municipal n° 668/2015, e, em consonância com o art. 62, inciso VI e IX, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear a Servidora **JUCELIA FERREIRA DA SILVA**, portadora do RG n.º 303.123 SSP/MT, e do CPF nº 785.721.501.53, para exercer Função Gratificada devido acúmulo de funções, pois a mesma está responsavél pela lavagem do material do laboratório Municipal de Rio Branco-MT , lotada na Secretaria Municipal de Saúde .

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 23 de Julho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 219, DE 02 DE JULHO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA SIMONE DA SILVA ANDRADE".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias a Servidora ***SIMONE DA SILVA ANDRADE,*** portadora do RG n° 1684407-6 SSP/MT e do CPF n° 015.667.571-42, a partir de 01/07/18 a 30/07/18, considerando o vencimento do seu período

aquisitivo 17/18 lotada na Secretaria de Educaçao, Desporto e Lazer, cadastrada com a matrícula de n° 1173.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/07/18.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 02 de Julho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 229, DE 23 DE JULHO DE 2018. "NOMEIA A SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei 668/2015.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Fica acendido para fins de Gratificação a servidora abaixo mencionada:

NOME	CARGO	RG	CPF
JANDIRA NUNES DE MOURA	Apoio Adm - não Profissionalizado	905660 SSP/MT	604.000. 481.91

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a junho de 2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 23 de Julho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 222, DE 10 DE JULHO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA ELIFELETE CARVALHO DE PAULA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias a Servidora ***ELIFELETE CARVALHO DE PAULA*** portadora do RG n° 18636349 SSP/MT e do CPF n° 019.725. 511-67, a partir de 02/07/18 a 31/07/18, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 17/18 lotada na Secretaria de Ação Social, cadastrada com a matrícula de n° 1316.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/07/18.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 10 de Julho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 230 DE 23 DE JULHO DE 2018. "DESVIO DE FUNÇÃO PARA O SERVIDOR JOSE RODRIGUES DA SILVA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em conformidade com o artigo 109, da Lei Complementar nº 06, de 09/04/2012.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Desvio de Função do Servidor **JOSE RODRIGUES DA SILVA**, no Cargo Efetivo de Auxiliar Operacional de Serviços, Classe B Nivel 02, para a funçao de Vigilante no periodo diurno, no periodo de 28/06/2018 a 28/12/2018, portador do RG: 069692– SSP/MT e do CPF: 626.783.881-15, lotado na Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28/06/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco - MT, em 23 de Julho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

Prefeito Municipal

PREVIRB
PORTARIA N.º 12/ 2018 "DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 04/2018 DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE EM FAVOR DA SRA. VICENTINA MARIA DA SILVA, EM DECORRÊNCIA DO FALECIMENTO DO SERV

PORTARIA N.º 12/ 2018

"Dispõe sobre a retificação da Portaria nº 04/2018 de concessão do Benefício de ***Pensão por Morte*** *em favor da****Sra. Vicentina Maria da Silva,****em decorrência do falecimento do servidor* ***Sr.José Raimundo da Silva Filho. "***

A Secretária Municipal de Planejamento do município de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Resolve:

Art. 1º RETIFICAR a Portaria nº 04/2018, publicada em 06/04/2018 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, edição nº 2.952, onde foi concedido o benefício de **Pensão por Morte**, em decorrência do falecimento do Sr. **José Raimundo da Silva Filho**, em favor da **Sra**. **Vicentina Maria da Silva**.

ONDE SE LÊ: "(..)do Sr. **José Raimundo da Silva Filho**, brasileiro, casado, portador do RG n.º 542.869 SSP/MT, e do CPF sob n.º 308.826. 961-15, residente e domiciliado no Município de Rio Branco, servidor inativo aposentado por idade através da Portaria nº 01/98 registrada pelo Acórdão TCE nº 1.188/98,(...).**"**

LEIA-SE: "(...)do Sr. **José Raimundo da Silva Filho**, brasileiro, casado, portador do RG n.º 542.869 SSP/MT, e do CPF sob n.º 303.826.961-15, residente e domiciliado no Município de Rio Branco, servidor inativo aposentado por idade através da Portaria nº 01/98 registrada pelo Acórdão TCE nº 1.188/98,(...)."

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **20 de fevereiro de 2014**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Rio Branco/MT, 31 de julho de 2018.

ROSA MARIA DE JESUS

Secretária Municipal de Planejamento

Homologo:

ANTONIO XAVIER DE ARAÚJO Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 210, DE 02 DE JULHO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR JOSE ROSA ALVES".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias ao Servidor ***JOSE ROSA ALVES,*** portador do RG n° 303.091 SSP/MT e do CPF n° 365.361.566-68 , a partir de 01/07/18 a 30/07/18, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 16/17, lotado na Secretaria de Administração, cadastrado com a matrícula de n° 23.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/07/18.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 02 de Julho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 211, DE 02 DE JULHO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA RITA ROSA DE JESUS TOMAZELI".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias a Servidora ***RITA ROSA DE JESUS TOMAZELI,*** portadora do RG n° 162.479 SSP/MT e do CPF n° 483.375.361-87, a partir de 01/07/18 a 30/07/18, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 15/16 lotada na Secretaria de Educação, Desporto e Lazer, cadastrada com a matrícula de n° 06.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/07/18.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 02 de Julho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 212, DE 02 DE JULHO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA SILVANA SIQUEIRA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias a Servidora ***SILVANA SIQUEIRA*** portadora do RG n° 1210348-9 SSP/MT e do CPF n° 920.106.441-15, a partir de 01/07/18 a 30/07/18, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 16/17 lotada na Secretaria de Saúde, cadastrada com a matrícula de n° 765.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/07/18.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 02 de Julho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 213, DE 02 DE JULHO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA FÁBIA LUCIA SALOMÃO DE OLIVEIRA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com a Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias a Servidora ***FÁBIA LUCIA SALOMÃO DE OLIVEIRA*** portadora do RG n° 1534789-3 SSP/MT e do CPF n° 003.591.101-85, a partir de 01/07/17 a 30/07/17, considerando o vencimento do seu período aquisitivo de 17/18 lotada na Secretaria de Administração cadastrada com a matrícula de n° 1097, com abono pecuniário de 10 dias.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/07/18.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 02 de Julho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 214, DE 02 DE JULHO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR ANDRÉ DA CONCEIÇÃO PAIVA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com a Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias ao Servidor ***ANDRÉ DA CONCEIÇÃO PAIVA*** portador do RG n° 1701037-3 SJSP/MT e do CPF n° 012.454.791-56, a partir de 01/07/17 a 30/07/17, considerando o vencimento do seu período aquisitivo de 17/18 lotado no Gabinete do Prefeito, cadastrado com a matrícula de n° 1261, com abono pecuniário de 10 dias.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/07/18.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 02 de Julho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 215, DE 02 DE JULHO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR EDMAR VICENTE DE OLIVEIRA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com a Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias ao Servidor ***EDMAR VICENTE DE OLIVEIRA*** portador do RG n° 712875 SSP/MT e do CPF n° 496.173.971-53, a partir de 01/07/17 a 30/07/17, considerando o vencimento do seu período aquisitivo de 15/16 lotado na Secretaria de Educação, Desporto e Lazer, cadastrado com a matrícula de n° 1151, com abono pecuniário de 10 dias.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/07/18.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 02 de Julho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 216, DE 02 DE JULHO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA NEUZA ALMEIDA CARLOS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias a Servidora ***NEUZA ALMEIDA CARLOS,*** portadora do RG n° 1858076-9 SSP/MT e do CPF n° 415.499.881-15, a partir de 01/07/18 a 30/07/18, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 17/18, lotado na Secretaria de Administração, cadastrada com a matrícula de n° 441.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/07/18.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 02 de Julho de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 051 /2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 41/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 26 - Lote 05,** Coordenada Geográfica *10º50'27.37"S 61º27'26.68"W localizado* a a Rua Nossa Senhora Auxiliadora Nº 483 Quadra 26 Lote 05 Conjunto Habitacional "Aldina Maria Neiva" no município de Rondolândia/MT.

REQUERENTES: MARIA DE FATIMA LOPES ALVES;

: ALEXANDRO MOREIRA VIEIRA.

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publicidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 41./2018, constatase do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveuse no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 05, Quadra nº 26, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 072 /2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 32/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 29 - Lote 16,** *Coordenada Geográfica -10º50'28.16"S 61º27'24.70"W localizado* Rua Nossa Senhora Auxiliadora Nº 552 Quadra 29 Lote 16 Conjunto Habitacional "Aldina Maria Neiva" no município de Rondolândia/MT.

LILIANE GUESDES SANTOS;

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publicidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 32./2018, constata-se do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveu-se no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 16, Quadra nº 29, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 071 /2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 31/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 29 - Lote 15,** *Coordenada Geográfica -10º50'28.02"S 61º27'24.25"W localizado* Rua Nossa Senhora Auxiliadora Nº 564 Quadra 29 Lote 15 Conjunto Habitacional "Aldina Maria Neiva" no município de Rondolândia/MT.

NATALIA ANDRADE MORAIS.

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publicidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 31./2018, constata-se do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveu-se no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 15, Quadra nº 29, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 070 /2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 29/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 29 - Lote 13,** *Coordenada Geográfica -10º50'27.98"S 61º27'23.24"W localizado* Rua Nossa Senhora Auxiliadora Nº 582 Quadra 29 Lote 13 Conjunto Habitacional "Aldina Maria Neiva" no município de Rondolândia/MT.

IRENE REZENDE SMARSARO;

IDILIO JOSÉ SMARSARO.

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publicidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 29./2018, constata-se do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveu-se no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 13, Quadra nº 29, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 069 /2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 28/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 29 - Lote 12,** *Coordenada Geográfica -10º50'27.93"S 61º27'23.38"W localizado* Rua Nossa Senhora Auxiliadora Nº 592 Quadra 29 Lote 12 Conjunto Habitacional "Aldina Maria Neiva" no município de Rondolândia/MT.

JANÚLIA DE LANA FREITAS;

UANDERSON ALVES DE MELO.

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publicidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 28./2018, constata-se do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveu-se no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 12, Quadra nº 29, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 068 /2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 27/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 29 - Lote 11,** *Coordenada Geográfica -10º50'27.50"S 61º27'23.12"W localizado* Rua Nossa Senhora Auxiliadora Nº 604 Quadra 29 Lote 11 Conjunto Habitacional "Aldina Maria Neiva" no município de Rondolândia/MT.

ANA PAULA DA SILVA NASCIMENTO;

FERNANDO LEONARDELI.

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publicidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 27./2018, constata-se do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveu-se no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 11, Quadra nº 29, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 067 /2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 26/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 29 - Lote 10,** *Coordenada Geográfica -10º50'28.74"S 61º27'23.08"W localizado* Rua Railton Nunes Maciel Nº 32 Quadra 29 Lote 10 Conjunto Habitacional "Aldina Maria Neiva" no município de Rondolândia/MT.

VANESSA DOS REIS SOUZA TRINDADE;

MARTINHO TRINDADE DE ALMEIDA.

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publicidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 26./2018, constata-se do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveu-se no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 10, Quadra nº 29, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do

requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 066 /2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 25/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 29 - Lote 09,** *Coordenada Geográfica -10º50'29.08"S 61º27'22.98"W localizado* Rua Railton Nunes Maciel Nº 44 Quadra 29 Lote 09 Conjunto Habitacional "Aldina Maria Neiva" no município de Rondolândia/MT.

.

ORLANDO FERREIRA DA SILVA.

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publicidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 25./2018, constata-se do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveu-se no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 09, Quadra nº 29, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 065 /2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 21/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 29 - Lote 05,** *Coordenada Geográfica -10º50'29.98"S 61º27'23.52"W localizado* Avenida André Maggi Nº 943 Quadra 29 Lote 05 Conjunto Habitacional "Aldina Maria Neiva" no município de Rondolândia/MT.

VALCI MARTINS DE SOUZA ALMEIDA;

FRANCINALDO LIMA ALMEIDA.

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publicidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 21./2018, constata-se do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveu-se no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 05, Quadra nº 29, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 064 /2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 019/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 29 - Lote 03,** *Coordenada Geográfica -10º50'30.17"S 61º27'24.19"W localizado* Avenida Maggi Nº 927 Quadra 29 Lote 03, Conjunto Habitacional "Aldina Maria Neiva" no município de Rondolândia/MT.

REQUERENTES: SIMONE CRISTINA ROSENDO.

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publicidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 019./2018, constata-se do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveu-se no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 03, Quadra nº 29, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 063 /2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 18/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 29 - Lote 02,** *Coordenada Geográfica -10º50'30.31"S 61º27'24.53"W localizado* Avenida André Maggi Nº 911 Quadra 29 Lote 02 Conjunto Habitacional "Aldina Maria Neiva" no município de Rondolândia/MT.

.

REQUERENTES: FERNANDO RODRIGUES DE LIMA.

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publicidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 18./2018, constata-se do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveu-se no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 02, Quadra nº 29, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 062 /2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 14/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 28 - Lote 14**, Coordenada Geográfica *10º50'28.81"S 61º27'28.46"W - localizado* a Rua Nossa Senhora Auxiliadora Nº 450 Quadra 28 Lote 14 Conjunto Habitacional "Aldina Maria Neiva", no município de Rondolândia/MT.

REQUERENTES: RITA BATISTA DA CUNHA

: ENILSON MARINHO DA SILVA

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publicidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 14./2018, constata-se do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveu-se no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 14, Quadra nº 28, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 061 /2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 12/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 28 - Lote 12**, Coordenada Geográfica *10º50'28.65"S 61º27'27.47"W - localizado* Rua Nossa Senhora Auxiliadora Nº 470 Quadra 28 Lote 12 Conjunto Habitacional "Aldina Maria Neiva", no município de Rondolândia/MT.

REQUERENTES: GENI DA SILVA FREITAS

: JOSÉ LUIZ DE FREITAS FERREIRA.

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publicidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 12./2018, constata-se do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveu-se no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 12, Quadra nº 28, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 060 /2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 11/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 28 - Lote 11**, Coordenada Geográfica *10º50'28.58"S 61º27'27.03"W - localizado* a Rua Nossa Senhora Auxiliadora Nº 482 Quadra 28 Lote 11 Conjunto habitacional "Aldina Maria Neiva", no município de Rondolândia/MT.

REQUERENTES: EDIMAR DE OLIVEIRA GUEDES

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publicidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 11./2018, constata-se do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveu-se no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 11, Quadra nº 28, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 059/2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 10/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 28 - Lote 10**, Coordenada Geográfica *10º50'28.55"S 61º27'26.57"W - localizado* a Rua Nossa Senhora Auxiliadora Nº 496 Quadra 28 Lote 10 Conjunto habitacional "Aldina Maria Neiva", no município de Rondolândia/MT.

REQUERENTES: CLEONICE FRANCISCO DOS SANTOS PIMENTA;

: ENEAS DE SOUZA PIMENTA.

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publicidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 10./2018, constata-se do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveu-se no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 10, Quadra nº 28, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 058 /2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 06/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 28 - Lote 06**, Coordenada Geográfica *10º50'30.50"S 61º27'25.86"W localizado a* Avenida André Maggi Nº 873 Quadra 28 Lote 06 conjunto habitacional Aldina Maria Neiva no município de Rondolândia/MT.

REQUERENTES: REGILAINE DIAS ARAÚJO;

: CLEITON DE SOUZA FREIRE.

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publicidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 06./2018, constatase do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveuse no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 06, Quadra nº 28, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 057 /2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 01/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 28 - Lote 01**, Coordenada Geográfica *10º50'30.84"S 61º27'28.02"W localizado a* Rua da André Maggi nº 809 Quadra 28 lote 01 Conjunto habitacional "Aldina Maria Neiva" no Município de Rondolândia /MT.

LEGITIMADOS FUNDIARIOS: CLEIDILAINE TIBURÇO DIAS,

: OZEI ALVES LUZ.

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publicidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 01./2018, constatase do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveuse no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 01, Quadra nº 28, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 056 /2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 70/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 27 - Lote 05**, Coordenada Geográfica *10º50'28.84"S 61º27'29.22"W - localizado* a Rua Nossa Senhora Auxiliadora nº 414 Quadra 27 lote 05 Conjunto habitacional "Audina Maria Neiva", no município de Rondolândia/MT.

REQUERENTES: NATALINA TEIXEIRA DA SILVA.

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publicidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 70./2018, constatase do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveuse no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 05, Quadra nº 27, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa

para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO'

(Inc. VI, do Art. 43, da Lei nº 8.666/93 c/c inc. XXX, do art. 70 da LOM)

Proc. nº 089/2018.

Pregão Presencial nº 051/2018

Objeto: Contratação de empresa para locação de um ônibus universitário para os transportes dos acadêmicos do Município de Rondolândia/MT para a cidade de Cacoal-RO.

Considerando opinião favorável da Procuradoria Geral do Município, em seu PARECER/GAB/PGM/2017, o mesmo opina sobre a legalidade do procedimento licitatório.

Em conformidade com o inciso VI, do Artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Lei nº 10.520/02, confirmo a adjudicação da licitação tendo como vencedora a seguinte Pessoa:

Sagrou-se vencedora do item licitado a empresa: **P S E LOGÍSTICA E TRANSPORTES LTDA, CNPJ: 30.011.884/0001-40**, com o valor unitário do item/KM rodado de R$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos), perfazendo um valor total e global da licitação de R**$: 77.000,00** (Setenta e sete mil reais).

Com o fim de **HOMOLOGAR** a licitação PP nº 051/2018, e tudo mais quanto consta nos autos do processo aludido.

Dê-se ciência a Secretaria de origem para dar início aos serviços, devendo designar Comissão de fiscalização da execução.

Remeta os autos para CPL.

Rondolândia – MT, 31 de Julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO Nº 055/2018/GAB/PREFEITO

Processo Administrativo nº 143/2015

Concorrência nº 002/2015

Ref.: CONSTRUÇÃO DO REMANESCENTE DE OBRA REFERENTE A 08 (OITO) PONNTES DE CONCRETO ARMADO CONFORME PROJETO, PLANILHAS, LAUDOS E ART'S.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no art. 70 da LOM, e,

Considerando o dever da Administração Pública em pautar seus atos e procedimentos sob o prisma dos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência;

Considerando tudo quanto consta dos autos do Processo Administrativo nº 143/2015 - Concorrência nº 002/2015 e, em especial, o Parecer Técnico de fls. 558/563 e Parecer jurídico de fls.564/573, que aponta possível vício durante o procedimento licitatório;

Considerando que a execução ou tentativa de execução do objeto vem se arrastando desde o ano de 2013, inicialmente com a Dispensa de Licitação e contratação da empresa CONSTRUTORA ARIPUANÃ LDTA, nos autos do Processo Administrativo nº 113/2013, posteriormente a contratação da CONSTRUTORA MOSAICO LTDA nos autos do Processo Administrativo nº 105/2014 – Concorrência Pública nº 001/2014, e, por fim, com a contratação da empresa CLEA SUSANE MOTTERLE – ME nestes autos (Processo Administrativo nº 143/2015 – Concorrência nº 002/2015);

Considerando a dificuldade que a administração tem enfrentado para a contratação e execução da obra, sendo a empresa CLEA SUSANE MOTTERLE – ME já a terceira empresa contratada para executar o objeto;

Considerando as recisões dos contratos anteriores firmado com as empresas CONSTRUTORA ARIPUANÃ LDTA, nos autos do Processo Administrativo nº 113/2013 e CONSTRUTORA MOSAICO LTDA nos autos do Processo Administrativo nº 105/2014;

Considerando a inexistência de propostas de outras empresas interessadas em executar o objeto e que o contrato firmado com a empresa CLEA SUSANE MOTTERLE – ME ocorreu somente após o 3º ato de publicação do Edital, sendo que nas duas vezes anteriores a licitação foi deserta por não acudirem licitantes;

Considerando o histórico de obras inacabadas ou com atraso na execução em nosso município e a inexistência de concorrente durante o procedimento licitatório do processo em análise;

Considerando que a obra está em execução, em estágio já bem avançado, com 03 (três) das 08 (oito) pontes concluídas, paralisada por determinação da administração (doc. fls. 508), dentre os motivos por falta de repasse dos recursos pelo Governo Federal, **estando à administração em débito com a contratada** no valor de **R$ 75.184,53** desde dezembro de 2016;

Considerando que a administração deve pautar seus atos **sempre visando o interesse publico** e buscar a **solução menos gravosa** para conclusão do objeto licitado;

Conheço do parecer Jurídico de fls. 564/573, porém, não o acolho pelos seguintes fundamentos:

Quanto ao percentual do BDI adotado em desacordo com os parâmetros do Acórdão 2.622/2013-TCU e Resolução Normativa nº 18/2017-TCE/MT. Embora a Concorrência nº 002/2015 tenha sido realizada em data anterior à Resolução Normativa nº 18/2017-TCE/MT, esta apenas recepciona o Acórdão 2.622/2013-TCU, portanto, deveria a administração, na data de realização do certame, a observância aos parâmetros máximos definidos quanto a taxa de DBI.

Entretanto, os valores definidos no Acórdão 2.622/2013-TCU não são absolutos, no próprio voto do qual originou o Acórdão 2.622/2013-TCU, entende-se que *"(...)* ***cada caso concreto deve ser analisado com suas peculiaridades,*** *de tal forma que o estudo desenvolvido nestes autos não se presta a exaurir todos os possíveis questionamentos acerca dos componentes de uma taxa de BDI e dos valores admissíveis para essa taxa"*.

No caso em apreço, deve-se observar que não se trata de uma obra inicial, em ritmo "normal", mas sim de um remanescente obra, já abandonada/ contrato rescindido por outras duas empresas.

Não obstante, a administração, na planilha orçamentária, às fls.53/60, a qual é parte integrante do edital, observadas as peculiaridades do caso, estabeleceu como parâmetro BDI no percentual de 25%. A contratada ofereceu sua proposta utilizando de forma "genérica" o percentual de 25%, sem apresentar a decomposição analítica contendo a decomposição unitária do custo dos serviços para efeitos do BDI, utilizando o modelo de proposta oferecido pelo anexo do Edital.

O TCU já se manifestou pela possibilidade de sanar o vício em vez de anular a licitação quando oferecida proposta com BDI em percentual superior ao definido como teto no Edital, é o que se extrai do voto do relator, Ministro Vital do Rego, no Processo 011.586/2015-0 do qual originou o Acórdão 2.738/2015-TCU – Plenário:

(...) **a aceitação de BDI em valor superior ao definido como teto pelo edital não se configura vício insanável ensejador de anulação do Pregão** 357/2015. Ademais, essa questão foi expressamente examinada

quando da prolação do acórdão de mérito, haja vista a própria decisão trazer a medida capaz de convalidar a impropriedade, qual seja a determinação para que a contratação só seja efetivada com a exclusão da diferença entre o BDI ofertado (27,5%) e o apresentado no edital (25%).

Conforme, a citação acima, o BDI em valor superior ao definido como teto não configura vício insanável, desde que a contratação seja efetivada com a **exclusão da diferença entre o BDI ofertado e o apresentado no edital**. Ocorre que no caso ema apreço o Edital estabeleceu como parâmetro o percentual de 25%, assim, embora o BDI apresentado pela contratada esteja fora dos parâmetros estabelecidos no Acórdão 2.622/2013-TCU, a proposta da contratada foi apresentada dentro dos parâmetros definidos no Edital.

Quanto a proposta apresentada pela contratada desacompanhada do demonstrativo da decomposição analítica de decomposição unitária dos custos dos serviços para efeitos do BDI aplicado, o Edital em nenhum momento exige a decomposição analítica contendo a decomposição unitária do custo dos serviços para efeitos do BDI, estabelece meramente no subitem 6.4.1, alínea "d" *"O preço em moeda corrente, incluindo todos os custos e despesas, inclusive as legais e/ou adicionais, incidente sobre as obras e serviços, objeto desta licitação".*

Por sua vez, a contratada apresentou a proposta de preços (fls. 396/406), conforme o Anexo I (fls. 152/162) do Edital, ou seja, no modelo oferecido pela própria administração.

Nota-se que no Edital sequer existia um modelo determinado para a planilha de BDI, o que somente se pode interpretar como indício inequívoco da ausência de pertinência ou relevância dessa questão. A composição do BDI não traduzia alguma manifestação relevante para o interesse público, mas sim o **preço final incluindo todos os custos e despesas**, inclusive o BDI.

Se o edital reputasse que a planilha de BDI seria essencial ou se a ela fosse reservada alguma função relevante, então a Administração teria consagrado uma fórmula padronizada. Existiria um formulário indicando todos os custos indiretos e a margem de lucro, o qual seria objeto de escrutínio e verificação por parte da Administração. Ao não se adotar essa alternativa, consagrou-se a opção de que os custos indiretos e a margem de lucro eram matéria de natureza privada. Incumbia ao licitante produzir estimativa acerca dessas verbas, mas por sua conta e risco exclusivos.

Feito estas considerações e considerando as peculiaridades do caso, a possível inflação do período entre a apresentação da proposta até a presente data e o débito da administração com a contratada, a fim de não causar desequilíbrios financeiros à contratada e possibilitar a conclusão do objeto, e, considerando que, a princípio, a proposta da contratada foi oferecida dentro dos parâmetros estabelecidos no Edital, deixo, neste momento, de rever o percentual de BDI, postergando a revisão do percentual de BDI aos parâmetros definidos no Acórdão 2.622/2013 em caso de eventual realinhamento de preços.

Ainda, segundo o Parecer Jurídico de fls. 564/573 a contratada não cumpriu com várias outras condições trazidas pelo edital:

a) Item 6.2.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: Vê-se da Certidão Simplificada da Junta Comercial (fl. 373-vol. II) que o capital social integralizado da empresa é de R$ 50.000,00. Já o balanço patrimonial do exercício de 2015 informa um patrimônio liquido de R$ 42.779,88. O valor global estimado do empreendimento previsto para o certame foi de R$ 1.794.917,54. **não cumpriu.**

Ora, neste quesito o Edital foi omisso quanto ao percentual de capital social mínimo exigido, conforme pode-se verificar no subitem 6.2.3.2:

6.2.3.2 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, (...)

O Edital limitou-se a exigir, além do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, *"boa situação financeira da empresa"*, o que é muito subjetivo. Portanto, neste quesito, **ante a omissão do Edital**, a equipe de licitação não podia desclassificar, assim como não desclassificou, a contratada por não apresentar capital social mínimo de 10% do valor da orçado para a obra.

Por sua vez, também não houve afronta à Lei de Licitações, Lei nº 8.666/93, isto porque na lei em questão, não há nenhuma exigência da necessidade de capital social ou patrimônio líquido mínimo no percentual mínimo de 10% do valor orçado da obra para participação no certame e/ou contratação. Vejamos o que dispõe o art. 31 da Lei 8.666:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

(...)

§ 2o **A Administração**, nas compras para entrega futura e **na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo**, ou ainda as garantias previstas no § 1o do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado

§ 3o **O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação**, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

Segundo o artigo acima, o capital social ou patrimônio líquido no **percentual de 10%, não é o mínimo, é o máximo que a administração pode exigir do licitante no edital**. A expressão ***"não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação",*** significa que **pode ser exigido** qualquer percentual mínimo de capital social ou patrimônio líquido da licitante, desde que esta exigência não exceda o percentual de 10% do valor estimado da obra.

Por outro lado, o §2º do art. 31 da Lei 8.666/93 estabelece que a administração **poderá** estabelecer a exigência de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo, ocorre **que o Edital não estabeleceu nenhum percentual**, motivo pelo qual a administração não poderia/poderá exigir qualquer percentual mínimo de capital social ou patrimônio líquido mínimo da licitante/contratada.

Portanto, em relação ao capital social, ainda que com percentual inferior a 10% do valor estimado da obra, a licitante, ora contratada, **cumpriu** as exigências do Edital assim como do §3º do art. 31 da Lei 8.666/93, não havendo qualquer afronta ao edital ou a lei.

O parecer jurídico de fls. 564/573 aponta ainda outro possível vício/ilegalidade:

a) Item 6.2.3.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: comprovação da boa situação econômico-financeira demonstrada através dos parâmetros informados nos subitens seguintes capazes de evidenciar o Índice de Liquidez Geral igual ou superior a 1,00. **não cumpriu.**

Neste quesito, há um aparente equívoco na análise realizada pelo setor jurídico. O Edital, no subitem 6.2.3.4, estabeleceu o seguinte:

a) Índice de Liquidez Geral (LG), com valor igual ou superior a 1,00, onde: (...) b) Índice de Solvência Geral (SG), com valor igual ou superior a 1,00, onde: (...) c) Índice de Liquidez Corrente (LC), com valor igual ou superior a 1,00, onde: (...) Conforme pode-se verificar o Edital exigia índice***"igual ou superior a 1,00",*** acontratada apresentou, às fl. 387, o índice igual a 2,62. Logo, 2,62 é superior a 1,00. Portanto, neste quesito, a contratada **cumpriu** a exigência do Edital. Quanto a possível inobservância do subitem 6.2.3.9 conforme apontado no parecer jurídico: b) Item 6.2.3.9 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: A Garantia da proposta apre-

sentada pela licitante de fls. 355-357-vol.II não atende a forma exigida pelo item 6.2.3.9 do edital. Ou seja, deposito em dinheiro não totalmente referenciado, alem do que não identificado em nome da licitante além do que em as cópias de fls. 356-vol. II são meras entregas de envelopes. Não é possível saber se efetivamente ingressaram nos cofres públicos os aludidos valores, **não cumpriu.**

Quanto a garantia da proposta, a Lei de Licitações permite que a Administração, exija dos licitantes garantia de até 1% (um por cento) do valor estimado da contratação. Entretanto, discordo do parecer quanto a não possibilidade de saber se os valores efetivamente ingressaram nos cofres públicos. A movimentação das contas públicas é online, via internet, o que seria perfeitamente possível a consulta durante a realização do certame, como pode ser consultada ainda hoje. Por sua vez, a possível entrega de envelopes "vazios" evidenciaria má-fé da contratada, para tanto, em consulta, nesta data, ao extrato bancário da Conta 55.894-X no mês de março de 2016, foi constatado que os valores que constam nos comprovantes de fls. 355/357 ingressaram nos cofres públicos.

Portanto, neste quesito, não faz sentido cogitar a anulação do certame, com contrato em plena execução, se os depósitos "duvidosos" comprovadamente ingressaram nas contas públicas e podem ser checados a qualquer tempo.

Por fim, os documentos exigidos na QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, destina-se a, antes da contratação, aferir a capacidade da licitante em executar o objeto que se pretende contratar e para efeitos de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado. Além de cumprir os requesitos do edital quanto a este item, a contratada comprovou de "fato" durante a execução a capacidade para executar o objeto, mesmo a administração em débito com a contratada, referente à execução de uma das pontes, desde dezembro de 2016 no valor de R$ 75.184,53, o que evidencia a boa saúde financeira da contratada.

Quanto a qualificação técnica, é fato que a contratada não cumpriu todas as exigências do edital, pelo que se observa esta foi a primeira grande obra da contratada. Entretanto, as exigências de qualificação técnica objetivam aferir, antes da contratação, a capacidade da empresa de executar do objeto. Entretanto, a contratada já concluiu a execução de 03 (três) pontes de concreto de um total de 08 (oito), **e tem demonstrado durante a execução a Capacidade Técnica** para a execução do objeto, motivo pelo qual entendo, neste quesito, não ser passível de anulação o certame, porque a contratada tem demonstrado de "fato", durante a execução, a Capacidade Técnica.

Assim, embora viciada a habilitação e contratação da contratada, esta não tem interferido no bom cumprimento das obrigações propostas. Portanto, a anulação do certame e dos atos subsequentes, ensejaria ainda mais prejuízos à administração, maior demora e incertezas na conclusão do objeto.

Vislumbra-se, assim, que a habilitação falha **foi convalidada pela prestação de fato dos serviços**, pois, em que pese a contratada não tenha demonstrado cabal e previamente, nos moldes da lei, que possuía capacidade técnica para executar o contrato, o vem executando satisfatoriamente, convalidando o vício, o que torna possível a manutenção do contrato, sem declará-lo nulo.

É o que podemos extrair do Acórdão 6.485/2010 – TCU, onde o relator do processo entendeu que não seria o caso de se adotar a medida drástica de anular o certame e o correspondente contrato, isso porque, de acordo com os autos, "**o mencionado contrato está em plena e adequada execução, não havendo evidência de qualquer fato que pudesse significar problema na implementação das condições pactuadas**", restando, portanto, "afastado o risco aventado pela Unidade Técnica de inexecução do objeto contratado". O relator considerou suficiente a expedição de determinação ao órgão, com vistas a prevenir futuras ocorrências dessa natureza, no que foi acompanhado pelos demais ministros. (Acórdão n.º 6485/2010-2ª Câmara, TC-003.615/2010-3, rel. Min. Aroldo Cedraz, DOU de 17.11.2010.)

Portanto, nem sempre o reconhecimento da ocorrência de um ato viciado durante um procedimento deve ensejar a sua anulação. Por vezes, a manutenção do ato é menos gravosa para a administração. Como decidido pelo Tribunal de Contas da União – TCU, no Acórdão n.º 6485/2010, já acima mencionado, quando, embora tenha reconhecido que a habilitação da empresa vencedora da licitação – e conseqüente celebração do contrato – tenha sido viciada, optou por manter o contrato e apenas recomendar ao órgão administrativo envolvido no caso, que atente, no futuro, para a não realização de atos como tais.

Por fim, deve-se observar que a decisão adotada pelo TCU, quanto à situação em comento, deve ser tida como excepcional, de modo que a Administração jamais deverá deixar de zelar pela análise da qualificação técnica e financeira necessária dos licitantes. A fase de habilitação da licitação é de suma importância para o bom andamento do contrato e a ela deve ser conferida a devida atenção. O caso concreto, a Corte de Contas adotou a decisão aqui trazida a lume como uma opção para evitar o mal maior, porém, a regra é que os atos inválidos sejam anulados (ressalvados os casos em que é cabível a convalidação) e que os efeitos dessa anulação alcancem todos os decorrentes.

Por oportuno, deve-se, avaliar a possibilidade de convalidação dos atos em vez da anulação do procedimento licitatório, considerando a impossibilidade de alteração da proposta na atual fase do contrato, proposta que foi aceita pela administração e o contrato em execução.

Anular o certame, nesta fase de execução da obra, com 03 (três) das 08 (oito) pontes já concluídas, conforme recomendação emitida pelo setor jurídico, poderia ensejar ainda em mais atraso na execução e em nova dificuldade de contratação, o que contraria o interesse público.

E ainda, seria inconcebível, anular/rescindir o contrato com a contratada e permitir que a mesma participasse de novo procedimento licitatório destinado a contratação do mesmo objeto. Por outro lado, a princípio, não poderia a administração impedir a participação da contratada, já que os vícios no processo são oriundos de atos da própria administração. Assim, considerando que os vícios elencados no parecer de fls. 564/573 são sanáveis, entendo que a manutenção da contratada na execução do objeto é o que melhor atende ao interesse público.

Portanto, tendo em vista o quadro já configurado e o interesse público envolvido, com fundamento nos princípios da segurança jurídica, da proporcionalidade, da economicidade, da razoabilidade, e, ainda, a inexistência de comprovado dano ao erário, entendo ser caso de aplicação ao caso do Princípio da Convalidação do Fato e, excepcionalmente, permitir a continuidade da execução do contrato já firmado.

Feito estas considerações e utilizando o poder discricionário a mim conferido, **DECIDO:**

a) Aplicar ao caso o Princípio da Convalidação do Fato e, exceto quanto ao percentual de BDI, convalidar os atos ocorridos durante a fase de habilitação e julgamento da Concorrência nº 002/2015 e dos atos subsequentes, por ter demonstrado a contratada Capacidade Técnica pela prestação de "fato" dos serviços durante a execução de 03 (três) das 08 (oito) pontes de concreto, e, consequentemente, pela manutenção do Contrato Administrativo PGM/Nº 10/2016 celebrado com a empresa CLEA SUSANE MOTTERLE – ME, CNPJ nº 08.983.460/0001-99, por considerar esta a decisão menos danosa à Administração e a que melhor atende ao interesse público para a conclusão do objeto; b) Fica determinado e a revisão do percentual de BDI aos parâmetros definidos no Acórdão 2.622/2013 em caso de eventual realinhamento de preços; c) Desde já, caso necessário, fica autorizado a instauração de Tomadas de Contas Especial com comissão a ser nomeada através de Decreto; d) À procuradoria para conhecimento e providências, inclusive quanto a eventual devolução do prazo de execução durante a paralisação. Publique-se.

Rondolândia-MT, 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO Nº 054/2018/GAB/PREFEITO

REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Inexigibilidade de licitação nº 009/2018

Processo Administrativo nº 093/2018

Objeto:*Contratação de serviços técnicos especializados de representação judicial do município de Rondolândia/MT na prestação de serviços jurídicos técnicos especializados em assessoria e consultoria jurídica na Comarca e na Capital de Mato Grosso compreendendo emissão de pareceres de alta complexidade*.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto no art. 70 da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando o dever da Administração Pública em pautar seus atos e procedimentos sob o prisma dos Princípios Constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência;

Considerando o Parecer Jurídico de fls. 61/84 de 23 de julho de 2018, opinando pela revogação do procedimento licitatório;

Considerando a Notificação Recomendatória, referente ao Simp nº 001419-017/2018 do Ministério Público Estadual;

Considerando a existência de três procuradores no quadro efetivo do Município que podem desempenhar as mesmas atividades;

DECIDO:

1. **Revogar** por razões de interesse público, com fundamento no art. 49 da Lei nº 8.666/93, o Procedimento Licitatório de Inexigibilidade de Licitação nº 009/2018, Processo Administrativo nº 093/2018, cujo objeto é a contratação de serviços técnicos especializados de representação judicial do município de Rondolândia/MT na prestação de serviços jurídicos técnicos especializados em assessoria e consultoria jurídica na Comarca e na Capital de Mato Grosso compreendendo emissão de pareceres de alta complexidade;

2. Ao departamento de compras para as providências;

Rondolândia, 30 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 053 /2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 45/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 26 - Lote 14,** *localizado* a Rua José Raimundo Da Silva Nº 131 Quadra 26 Lote 14 Conjunto habitacional “Aldina Maria Neiva”, no município de Rondolândia/MT.

REQUERENTES: FRANCIELLE LOPES DOS SANTOS

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publicidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 45./2018, constata-se do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveu-se no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 14, Quadra nº 26, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 052 /2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 43/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 26 - Lote 07,** *localizado* a Rua Nossa Senhora Auxiliadora Nº 505 Quadra 26 Lote 07 Conjunto habitacional “Aldina Maria Neiva”, no município de Rondolândia/MT.

REQUERENTES: REJANE ROSELI JENSEN

: EDMILSON DIAS

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publicidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 43./2018, constata-se do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveu-se no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 07, Quadra nº 26, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 044 /2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 61/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 25 - Lote 07,** *Coordenada Geográfica -10º50'27.12"S 61º27'29.69"Wlocalizado* a Rua José Raimundo Da Silva Nº 132 Quadra 25 Lote 07 Conjunto Habitacional "Aldina Maria Neiva", no município de Rondolândia/MT.

REQUERENTES: CLARICÉIA MONTEIRO LIMA KRUPINSKI CAVALCANTE;

: JADER DOUGLAS COELHO CAVALCANTE.

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publicidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 61./2018, constata-se do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveu-se no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 07, Quadra nº 25, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 043 /2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 62/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 25 - Lote 06,** *Coordenada Geográfica -10º50'27.42"S 61º27'29.61"Wlocalizado* a Rua Jose Raimundo Da Silva Nº 138 Quadra 25 Lote 06 Conjunto Habitacional "Aldina Maria Neiva no município de Rondolândia/MT.

REQUERENTES: SUZANA DE LIMA ARAUJO;

: UELITON LEITÃO RODRIGUES.

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publicidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 62./2018, constata-se do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveu-se no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 06, Quadra nº 25, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 042 /2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 63/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 25 - Lote 05,** *Coordenada Geográfica -10º50'27.96"S 61º27'29.48"Wlocalizado* a Rua Nossa Senhora Auxiliadora Nº 427 Quadra 25 Lote 05 Conjunto Habitacional "Aldina Maria Neiva" no município de Rondolândia/MT.

REQUERENTES: NILZA LEITÃO RODRIGUES

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publicidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 63./2018, constata-se do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveu-se no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 05, Quadra nº 25, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do

requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 041 /2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 64/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 25 - Lote 04,** *Coordenada Geográfica -10º50'28.00"S 61º27'29.82"Wlocalizado* a *Rua Nossa Senhora Auxiliadora Nº 417 Quadra 25 Lote 04 Conjunto Habitacional "Aldina Maria Neiva" no município de Rondolândia/MT.*

REQUERENTES: RAQUEL FERREIRA TIBURÇO NASCIMENTO

: GILMAR GONÇALVES NASCIMENTO.

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publicidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 64./2018, constata-se do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveu-se no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 04, Quadra nº 25, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 040 /2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 65/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 25 - Lote 03,** *Coordenada Geográfica -10º50'28.09"S 61º27'30.12"Wlocalizado* a *Rua Nossa Senhora Auxiliadora nº 411 Quadra 25 lote 03 Conjunto habitacional Aldina Maria Neiva no Município de Rondolândia /MT.*

REQUERENTES: *SANDRA DE OLIVEIRA LEONEL*

: MAURO FRANCO LEONARDO.

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publicidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 65./2018, constata-se do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveu-se no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 03, Quadra nº 25, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 039 /2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 54/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 21 - Lote 02**, Coordenada Geográfica *10º50'24.76"S 61º27'28.88"W - localizado* a *Rua Carmo De Castilho Nº 315 Quadra 21 Lote 02 Conjunto habitacional "Aldina Maria Neiva", no município de Rondolândia/MT.*

REQUERENTES: EDNA MARIA BAUTZ ULLIG,

: SERGIO HENRIQUE BREDA.

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publi-

cidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 54./2018, constata-se do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveu-se no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 02, Quadra nº 21, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 038 /2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 55/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 21 - Lote 01**, Coordenada Geográfica *10º50'24.81"S 61º27'29.24"W - localizado* a Rua Carmo De Castilho Nº 307 Quadra 21 Lote 01 Conjunto Habitacional "Aldina Maria Neiva", no município de Rondolândia/MT.

REQUERENTES: FERNANDA DA SILVA CARLINI;

: FERNANDO ANDRÉ DE ALMEIDA.

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publicidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 55./2018, constata-se do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveu-se no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 01, Quadra nº 21, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 074 /2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 34/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 29 - Lote 18,** *localizado* Rua Nossa Senhora Auxiliadora Nº 528 Quadra 29 Lote 18 Conjunto Habitacional "Aldina Maria Neiva" no município de Rondolândia/MT.

LUCILENE DE JESUS ROCHA

ELISEU MARTINS DE ALMEIDA

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publicidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 34./2018, constata-se do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveu-se no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 18, Quadra nº 29, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 073 /2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 33/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 29 - Lote 17,** *Coordenada Geográfica -10º50'28.26"S 61º27'25.31"W localizado* Rua

Nossa Senhora Auxiliadora Nº 540 Quadra 29 Lote 17 Conjunto Habitacional "Aldina Maria Neiva" no município de Rondolândia/MT.

MANOEL CLOVIS FIALHO FERREIRA

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publicidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 33./2018, constatase do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveuse no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 17, Quadra nº 29, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO ADITIVO PRAZO CONTRATO Nº 003/2018

(1º) PRIMEIRO TERMO ADITIVO (PRAZO) AO CONTRATO N.º 003/PGM/PMR/2018 CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA E PELA EMPRESA **CLEA SUSANE MOTTERLE**, QUE TEM POR OBJETO SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ESCOLARES.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA

CONTRATADA: **CLEA SUSANE MOTTERLE-ME**

Objeto: termo aditivo de prazo ao contrato n.º 03/PGM/PMR/18 - proc. adm. nº 016/2018-SEMEC.

Período: (05) cinco meses – 01/08/2018 até e 31/12/2018.

Fundamento: Ato Administrativo nº 037/GAB/PMR /2018, e encontra amparo legal na Cláusula Terceira do Contrato nº 003/2018-PGM/PMR c/c artigo 57, da Lei n.º 8.666/93. Ass.: 30/07/2018

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 050 /2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 40/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 26 - Lote 04**, Coordenada Geográfica *10º50'27.62"S 61º27'27.61"W localizado* a Rua Nossa Senhora Auxiliadora Nº 471 Quadra 26 Lote 04 Conjunto Habitacional "Aldina Maria Neiva" no município de Rondolândia/MT.

REQUERENTES: TEREZINHA SILVEIRA ALVES

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publicidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 40./2018, constatase do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveuse no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 04, Quadra nº 26, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 49 /2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 37/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 26 - Lote 01**, *localizado* a Rua Nossa Senhora Auxiliadora Nº 447 Quadra 26 Lote 01 Conjunto habitacional "Aldina Maria Neiva", no município de Rondolândia/MT.

REQUERENTES: SULINA DA SILVA

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publicidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 37./2018, constatase do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveuse no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 01, Quadra nº 26, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 048 /2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 67/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 25 - Lote 15,** *Coordenada Geográfica -10º50'28.06"S 61º27'31.87"W localizado* Rua Manoel De Oliveira Guedes Nº 59 Quadra 25 Lote 15 Conjunto habitacional "Aldina Maria Neiva", no município de Rondolândia/MT.

.

REQUERENTES: POLIANA NASCIMENTO SILVA,

:ANTONIO ARAUJO FREIS.

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publicidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 67./2018, constata-se do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveu-se no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 15, Quadra nº 25, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 047 /2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 68/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 25 - Lote 14,** *Coordenada Geográfica -10º50'27.70"S 61º27'31.79"W localizado* Rua Manoel De Oliveira Guedes Nº 53 Quadra 25 Lote 14, Conjunto Habitacional "Aldina Maria Neiva" no município de Rondolândia/MT.

REQUERENTES: HILDA TEIXEIRA DA SILVA FRAGOSO;

: CLOVES TAMANDARÉ FRAGOSO.

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publicidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 68./2018, constata-se do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveu-se no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 14, Quadra nº 25, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 046 /2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 56/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 25 - Lote 12,** *localizado* Rua Carmo De Castilho Nº 266 Quadra 25 Lote 12 Conjunto habitacional "Aldina Maria Neiva", no município de Rondolândia/MT.

REQUERENTES: JOSE TEODORO DA SILVA

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publicidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 56./2018, constata-se do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveu-se no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 12, Quadra nº 25, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

CHEFE DE GABINETE
ATO ADMINISTRATIVO 045/2018/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 59/UMC/2018.

Ref.: Legitimação fundiária do imóvel denominado **Quadra 25 - Lote 09,** *Coordenada Geográfica -10º50'26.45"S 61º27'29.77"Wlocalizado* a Rua Jose Raimundo da Silva Nº 120 Quadra 25 Lote 09, Conjunto Habitacional "Aldina Maria Neiva" no município de Rondolândia/MT.

.

REQUERENTES: LEIA LEITÃO RODRIGUES;

: COSME SANTOS TRINDADE.

No uso das atribuições outorgadas pelo Art. 70 c/c disposto no inciso I, do Art. 156, ambos da Lei Orgânica do Município, e, fulcro no disposto no inciso V, do artigo 28 da Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017 que exige decisão formal da autoridade municipal competente, ao qual se dará publicidade, sobre o procedimento administrativo de legitimação fundiária, manifestamos nos seguintes termos para ao final se pronunciar.

Vistos e etc., DECIDO:

Compulsando os autos de processo administrativo nº 59./2018, constata-se do acervo de documentos anexados que o procedimento desenvolveu-se no âmbito do Departamento de Regularização Fundiária, integrado a Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento tendo como objeto a Legitimação Fundiária relativo ao imóvel Lote nº 09, Quadra nº 25, em favor dos beneficiários acima qualificados, tendo obedecido as seguintes fases: I - requerimento dos legitimados; II - processamento administrativo do requerimento; III – Enquadramento do modal; IV - saneamento do processo administrativo; V - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Resai dos autos, conforme fundamento nas provas anexadas, que os beneficiários possuem as condições para serem justos **legitimados fundiários** do imóvel referido.

Igualmente, o processo administrativo de legitimação em favor dos beneficiários identificados detém as condições formais necessárias para seja proferida decisão pela sua regularidade, razão que o homologo para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Em razão disto, determino que se expeça a Certidão de Registro Fundiário - CRF pelo Município, e, ato continuo, promova-se a respectiva remessa para o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária para que seja aprovado pelo oficial do cartório de registro de imóveis da Comarca de Comodoro/MT.

Rondolândia-MT 31 de julho de 2018.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA GERAL
DECRETO NO 1.451/GAB/PMR, DE 31 DE JULHO DE 2018.

PODER EXECUTIVO

Atualiza as Tabelas dos Vencimentos de que trata o Anexo III da Lei Municipal nº 229, de 22 de julho de 2010 e suas alterações em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei Municipal nº 410, de 11 de Abril de 2018 que definiu os percentuais dos índices da Revisão Geral Anual e do Piso Nacional do Magistério abrangendo os Profissionais de Educação Básica Pública Municipal, dando outras providências.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidos pela Lei Orgânica do Município, e,

Considerando as tabelas dos vencimentos dos profissionais da educação básica pública municipal prevista no anexo III da Lei Municipal nº 229 de 22 de julho de 2010, alterada pelaLei nº 237, de 29 de novembro de 2010, alterado pela Lei nº 258 de 10 de Abril de 2012, alterado pela Lei Municipal nº 313 de 29 de maio de 2014, alterado pela Lei Municipal nº 326 de 27 de outubro de 2014, alterada pela Lei Municipal nº 343 de 22 de Junho de 2015, alterada pela Lei Municipal nº 392, de 21 de Julho de 2017;

Considerando que o Art. 3º da Lei Municipal nº 410, de 11 de Abril de 2018 que dispôs sobre a atualização do Piso Salarial dos Profissionais do Magistério Público de Rondolândia para o exercício de 2018 autorizou a publicação das tabelas dos vencimentos depois de integralizados os percentuais de 2,5% da Revisão Geral Anual e de 4,3% do Piso do Magistério;

D E C R E T A:

Art. 1°. As Tabelas I, II e III doAnexo III da Lei Municipal nº 229, de 22 de julho de 2010 com suas alterações que dispõem sobre os valores dos Vencimentos dos cargos dos profissionais da educação básica pública municipal passam a vigorar com os valores dos Vencimentos acrescidos dos índices definidos na Lei Municipal nº 410, de 11 de Abril de 2018, conforme disposto no Anexo I deste Decreto.

Art. 3°. ODepartamento de Recursos Humanos deverá realizar a apuração das diferenças devidas aos servidores contemplados devidas a partir do mês de março, bem como, efetuar o pagamento diretamente na folha de pagamento em (02) duas parcelas.

Art. 4°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5°. Revogam-se as disposições em contrário.

Rondolândia-MT, 31 de Julho de 2018.

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

ANEXO – I

(Decreto nº. 1.451/GAB/PMR, de 31 de Julho de 2018, em cumprimento da Lei nº 410, de 11 de Abril de 2018)

"Lei nº 229, de 22 de Julho de 2010.

(...)

Anexo III

Tabela de Vencimentos dos Grupos de Atividades e Respectivos Cargos

Tabela I

TABELA DOS PROFESSORES - 30 HORAS SEMANAIS Grupo: Atividades de Desenvolvimento do Ensino Público (Cargo: Professores 30 horas semanais e Inspetor de Alunos 40 horas semanais)						
Classe Nível	Coeficiente	A	B	C	D	E
		1,00	1,30	1,40	1,60	1,80
		Vencimento	Vencimento	Vencimento	Vencimento	Vencimento
1	1,00	R$ 1.843,31	R$ 2.396,30	R$ 2.580,63	R$ 2.949,30	R$ 3.317,96
2	1,03	R$ 1.898,60	R$ 2.468,25	R$ 2.658,05	R$ 3.037,77	R$ 3.417,50
3	1,06	R$ 1.955,55	R$ 2.542,29	R$ 2.737,79	R$ 3.222,76	R$ 3.520,02
4	1,09	R$ 2.014,21	R$ 2.618,55	R$ 2.819,92	R$ 3.319,44	R$ 3.625,62
5	1,12	R$ 2.074,63	R$ 2.697,10	R$ 2.904,51	R$ 3.419,02	R$ 3.734,38
6	1,15	R$2.136,86	R$ 2.778,01	R$ 2.991,64	R$ 3.521,59	R$ 3.846,41
7	1,18	R$ 2.200,96	R$ 2.861,35	R$ 3.081,38	R$ 3.627,23	R$ 3.961,80
8	1,21	R$ 2.266,98	R$ 2.947,19	R$ 3.173,82	R$ 3.736,04	R$ 4.080,65
9	1,24	R$ 2.334,98	R$ 3.035,60	R$ 3.269,03	R$ 3.848,12	R$ 4.203,06
10	1,27	R$ 2.405,02	R$ 3.043,30	R$ 3.367,10	R$ 3.963,56	R$ 4.329,15
11	1,30	R$ 2.477,17	R$ 3.126,66	R$ 3.468,11	R$ 4.082,46	R$ 4.459,02
12	1,33	R$ 2.551,48	R$ 3.220,45	R$ 3.572,15	R$ 4.204,93	R$ 4.592,79

Tabela II

Grupo: Apoio Administrativo Educacional - (Cargos: 20 horas semanais - Professor Leigo Cargos: 40 horas semanais - Auxiliar de Biblioteca, Auxiliar Administrativo, Agente Administrativo e Motorista)

Classe Nível	Coeficiente	A	B	C
		1	1,05	1,10
		Vencimento	Vencimento	Vencimento
1	1,00	R$ 1.023,60	R$ 1.074,78	R$ 1.125,96
2	1,02	R$ 1.044,72	R$ 1.096,27	R$ 1.148,47
3	1,04	R$ 1.065,61	R$ 1.118,20	R$ 1.171,43
4	1,06	R$ 1.086,92	R$ 1.140,56	R$ 1.194,85
5	1,08	R$ 1.108,65	R$ 1.163,37	R$ 1.21874
6	1,10	R$ 1.130,83	R$ 1.186,64	R$ 1.243,11
7	1,12	R$ 1.153,44	R$ 1.210,37	R$ 1.267,97
8	1,14	R$ 1.176,50	R$ 1.234,58	R$ 1.293,32
9	1,16	R$ 1.200,03	R$ 1.259.27	R$ 1.319,18
10	1,18	R$ 1.224,03	R$ 1.284,46	R$ 1.345,56
11	1,20	R$ 1.248,51	R$ 1.310,15	R$ 1.372,47
12	1,22	R$ 1.273,48	R$ 1.336,35	R$ 1.399,91

Tabela III

Grupo: Apoio Administrativo Educacional - 40 horas semanais (Cargos: Merendeira, Vigia, Agente de Serviços Diversos e Zelador)

Classe Nível	Coeficiente	A	B	C
		1	1,05	1,10
		Vencimento	Vencimento	Vencimento
1	1,00	R$ 1.023,60	R$ 1.074,78	R$ 1.125,96
2	1,02	R$ 1.044,72	R$ 1.096,27	R$ 1.148,47
3	1,04	R$ 1.065,61	R$ 1.118,20	R$ 1.171,43
4	1,06	R$ 1.086,92	R$ 1.140,56	R$ 1.194,85
5	1,08	R$ 1.108,65	R$ 1.163,37	R$ 1.21874
6	1,10	R$ 1.130,83	R$ 1.186,64	R$ 1.243,11
7	1,12	R$ 1.153,44	R$ 1.210,37	R$ 1.267,97
8	1,14	R$ 1.176,50	R$ 1.234,58	R$ 1.293,32
9	1,16	R$ 1.200,03	R$ 1.259.27	R$ 1.319,18
10	1,18	R$ 1.224,03	R$ 1.284,46	R$ 1.345,56

11	**1,20**	R$ 1.248,51	R$ 1.310,15	R$ 1.372,47
12	**1,22**	R$ 1.273,48	R$ 1.336,35	R$ 1.399,91

Rondolândia-MT, 31 de Julho de 2018.

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2018

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 03.180.924/0001-05, localizada na Avenida Otavio Costa s/n.º, Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste – MT - CEP. 78.470-000, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar o resultado do Processo Licitatório na modalidade PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2018, objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS **AQUISIÇÕES DE VEICULO PICK-UP CABINE DUPLA 4 X 4 (DIESEL) PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE/MT.**Foi declarada vencedoras do certame as empresas Abaixo:

RODA BRASIL REPRESENTAÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP**,**inscrita no CNPJ Nº 15.332.890/0001-06 com o valor de**R$ 125. 000,00 (Cento e Vinte e cinco Mil Reais),**

Rosário Oeste/MT, 31 de Julho de 2018.

RENAN ATILA FERREIRA GIRALDO

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2018

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 03.180.924/0001-05, localizada na Avenida Otávio Costa s/n.º, Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste – MT - CEP. 78.470-000, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar o resultado do Processo Licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2018, objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISICÃO DE 01 AMBULÂNCIA 0 KM PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT,. Foi declarada vencedora do certame as empresa Abaixo:

INOV9 COMERCIAL E SERVIÇOS EIRELI - ME**,**inscrita no CNPJ Nº 03. 478.563/0001-88 com o valor de**R$ 88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS),**

Rosário Oeste/MT, 31 de Julho de 2018.

RENAN ATILA FERREIRA GIRALDO

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2018

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRONICO Nº 005/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 03.180.924/0001-05, localizada na Avenida Otavio Costa s/n.º, Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste – MT - CEP. 78.470-000, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar o resultado do Processo Licitatório na modalidade PREGÃO ELETRONICO Nº 004/2018, objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS **AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE/MT..** Foi declarada vencedoras do certame as empresas Abaixo:

ORTONUTRE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,inscrita no CNPJ Nº 11.541.499/0001-60com o valor de**R$ 499,00 (QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS),**

EQUIPOS COMERCIAL LTDA,inscrita no CNPJ Nº 11.674.540/0001-77 com o valor de **R$ 14.728,00 (QUATORZE MIL SETECENTOS E VINTE E OITO REAIS),**

M.S DIAGNOSTICA LTDA, inscrita no CNPJ Nº 00.970.175/0003-93, com o valor **R$ 26.000,00 (VINTE E SEIS MIL REAIS)**

FANEM LTDA, inscrita no CNPJ Nº 61.100.244/0001-30 com o valor de **R$ 930,00 (NOVECENTOS E TRINTA REAIS),**

ROCHA MOREIRA EQUIPAMENTOS MEDICOS EIRELI,inscrita no CNPJ Nº 26.342.270/0001-74 com o valor **R$ 15.400,00 (QUINZE MIL E QUATROCENTOS REAIS)**

MB VARIEDADES LTDA,inscrita no CNPJ Nº 12.902.382/0001-28 com o valor de **R$ 26.281,00 (VINTE E SEIS MIL DUZENTOS E OITENTA E UM REAIS)**

RC EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA ME,inscrita no CNPJ Nº 10.830.704/0001-45 com o valor de **R$ 1.470,00 (HUM MIL QUATROCENTOS E SETENTA REAIS)**

CASA DO COMPUTADOR LTDA - EPP,inscrita no CNPJ Nº 10.199.390/ 0001-24 com o valor de **R$ 1.960,00 (HUM MIL NOVECENTOS E SECENTA REAIS),**

OLMI INFORMATICA LTDA EPP,inscrita no CNPJ Nº 00.789.321/ 0001-17 como valor de **R$ 6.465,00 (SEIS MIL QUATROCENTOS E SECENTA E CINCO REAIS),**

Rosário Oeste/MT, 31 de Julho de 2018.

RENAN ATILA FERREIRA GIRALDO

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2018

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRONICO Nº 013/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 03.180.924/0001-05, localizada na Avenida Otavio Costa s/n.º, Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste – MT - CEP. 78.470-000, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar o resultado do Processo Licitatório na modalidade PREGÃO ELETRONICO Nº 013/2018, objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS **AQUISIÇÃO DE CÂMARA PARA CONSERVAÇÃO DE IMUNOBIOLÓGICOS E TERMOLÁBEIS E DETECTOR FETAL PORTATIL DIGITAL.** Foi declarada vencedoras do certame as empresas Abaixo:

H M LINCK - ME**,**inscrita no CNPJ Nº 00.660.664/0001-87 com o valor de**R$ 46.450,00 (QUARENTA E SEIS MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS),**

VS COSTA E CIA LTDA**,**inscrita no CNPJ Nº 05.286.960/0001-83 com o valor de**R$ 800,00 (OITOCENTOS REAIS),**

Rosário Oeste/MT, 31 de Julho de 2018.

RENAN ATILA FERREIRA GIRALDO

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2018

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRONICO Nº 007/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 03.180.924/0001-05, localizada na Avenida Otavio Costa s/n.º, Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste – MT - CEP. 78.470-000, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar o resultado do Processo Licitatório na modalidade PREGÃO ELETRONICO Nº 007/2018, objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS **AQUISIÇÕES DE MATERIAL PERMANENTE E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE/MT.** Foi declarada vencedoras do certame as empresas Abaixo:

LP COMERCIO E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA-ME,inscrita no CNPJ Nº 10.832.896/0001-29com o valor de**R$ 3.046,60 (TREIS MIL E QUARENTA E SEIS REAIS E SECENTA CENTAVOS),**

RC EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA ME,inscrita no CNPJ Nº 10.830.704/0001-45 com o valor de **R$ 100,00 (CEM REAIS)**

Rosário Oeste/MT, 31 de Julho de 2018.

RENAN ATILA FERREIRA GIRALDO

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO JURÍDICO
DECRETO Nº 031, DE 31 DE JULHO DE 2018

Altera o Decreto nº 005, de 25 de Janeiro de 2017, e o Decreto nº 030, de 30 de Julho de 2018, *e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, Excelentíssimo Senhor **Wemerson Adão Prata**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, a necessidade de reajustar os valores dos preços constantes na tabela do Anexo Único do Decreto nº 05, de 25 de Janeiro de 2017, nos termos do art. 4º do referido diploma legal;

DECRETA:

Art. 1º. O valor do preço a ser cobrado pela medição de lotes passa a ser de **0,005 UPFM** por metros lineares, substituindo-se o valor previsto no item 4.8, do Anexo Único do Decreto nº 05, de 25 de Janeiro de 2017.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se o Decreto nº 030, de 30 de Julho de 2018, e todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo em Salto do Céu/MT, 31 de Julho de 2018.

WEMERSON ADÃO PRATA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0055/2018 REGISTRO DE PREÇOS. TIPO: MAIOR DESCONTO

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0055/2018

REGISTRO DE PREÇOS. Tipo: Maior desconto

Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, MATERIAIS E SERVIÇOS MECÂNICOS E PEÇAS, MATERIAIS E SERVIÇOS DE PARTE ELÉTRICA, PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E UTILITÁRIOS**, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT torna público que no dia **14 de agosto de 2018,** estará recebendo propostas, para abertura às **09h00min,** do Pregão Presencial, para a contratação supracitada. O Edital estará disponível no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, ou através do telefone (65) 3529-6161. Santa Rita do Trivelato/MT, 31 de julho de 2018.

MARIA CILENE PEREIRA

Pregoeira Oficial

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0245/2018 DE 31 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 0245/2018

DE 31 DE JULHO DE 2018.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA LICENÇA SAÚDE A SERVIDORA MARIZA EVANGELISTA BEZERRA DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Art. 1º - Fica concedido a licença saúde da servidora **MARIZA EVANGELISTA BEZERRA DOS SANTOS,** portadora do RG nº: 2842201-5 SSP/MT e inscrita no CPF nº: 388.898.709-15, servidora ocupa o cargo de MERENDEIRA , lotada na Secretaria Municipal de Educação, sendo assim fica afastada no período de: 24/07/2018 a 21/11/2018.

Art. 2º Os efeitos da presente portaria retroagem à data 24 de Julho de 2018.

Art. 3º- Revogam-se e demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 31 DE JULHO DE 2018.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

Afixe-se na data supra.

PREVIDENCIA
PORTARIA N.º 007/2018

"Dispõe sobre a concessão benefício de PENSÃO POR MORTE ao Sr. ***Izaqueu Pinto de Souza****"*

O Diretor Executivo do SANTA RITA-PREVI- Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de SANTA RITA DO TRIVELATO, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições com fundamento no art. 40, parágrafo. 7º, inciso I da Constituição Federal, e § 8º da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional nº41/2003, combinado com os Arts. 7º, Inciso I, 31, Inciso I e 32, Inciso I, da Lei Municipal Complementar nº. 048/2013 de 16 de maio de 2013, que rege a Previdência Municipal

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o beneficio PENSÃO POR MORTE, em decorrência do falecimento da Ex-Servidora aposentada Sra. **TEREZA JOSEFA DE SOUZA**, brasileira, casada, portadora do RG nº 955.562 SSP/MT e CPF 652.219.821.53, aposentada por invalidez no cargo de **ZELADORA, Classe B,**

Nível 05, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com provento Integral, em favor do Sr. **IZAQUEU PINTO DE SOUZA**, brasileiro, casado, portador do RG nº 337618 SSP/MT e CPF nº 483.574.801.87, Cônjuge do " de cujus", o equivalente a 100% (cem por cento); conforme processo Administrativo do SANTA RITA-PREVI, nº 2018.09.0001, a partir da data do seu falecimento, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Santa Rita do Trivelato - MT, 30 de julho de 2018.

FABIO LOHMANN

Diretor Executivo- Santa Rita-Previ

HOMOLOGO:

_____

Egon Hoepers

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0243/2018 DE 31 DE JULHO DE 2018.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES PARA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2018/ PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo descritos como Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 056/2018/Pregão Presencial nº 038/2018, cujo objeto: registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviço de instalação e fornecimento de divisórias para atender as necessidades das secretarias municipais do municipio de Santa Rita do Trivelato/MT, empresa fornecedora: Cappellaro & Cappellaro Ltda – ME, inscrita no CNPJ nº 18.168.659/0001-17.

Thales Vinicius Barbosa Braga, inscrito no CPF nº 022.145.421-75 representando a Secretaria Municipal de Administração;

Leonardo Carvalho Francisco, inscrito no CPF nº 341.252.838-26, representando a Secretaria Municipal de Saúde;

Celma Regina Mendes dos Santos, inscrita no CPF nº 028.434.539-33, representando a Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

Artemio Syperreck, inscrito no CPF nº 000.871.289-18, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se demais disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 31 DE JULHO DE 2018.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se, afixe-se

Na data supra

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS -

AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, torna público para conhecimento dos interessados, que aderiu a **Ata de Registro de Preços nº 01/18 - Pregão Eletrônico n° 10/2017 – Processo Administrativo: 23034.002238/2016-53**, promovida pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -FNDE, cujo objeto é: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS ESCOLARES CONSTITUÍDOS DE CONJUNTO ALUNO, MESA ACESSÍVEL E CONJUNTO PROFESSOR, especificamente quantos aos itens 2, 4, 6 e 7, no valor total de R$ 29.500,45 (vinte nove mil quinhentos reais e quarenta e cinco centavos).

EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**:**

MILANFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA- CNPJ: 86.729.324/0002-61

Av. V, nº 901A, bairro Industrial, Cuiabá/MT.

Santa Rita do Trivelato – MT, 12 de Julho de 2018.

DIENIFFER MOURA DA SILVA

Presidente da C.P.L.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

COMPRAS E LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO AO AVISO DE ADJUDICAÇÃO PREGAO PRESENCIAL NO 029/2018 - SRP

RETIFICAÇÃO AO AVISO DE ADJUDICAÇÃO

PREGAO PRESENCIAL No 029/2018 - SRP

O Município de Santa Rita do Trivelato - MT, através de seu Pregoeiro(a) nomeada pela Portaria 035/2018 de 08/02/2018, torna público, nos autos do Processo de Licitação, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2018, Retificação do Aviso de Adjudicação, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM nº. 3.032 Pag. 439, datado em 31/07/2018.

1. Onde Le - sê: TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2018;

1.1. LEIA-SE: TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2018;

2. A presente retificação do aviso de licitação será publicado nos órgãos oficiais, na forma de aviso, bem como disponibilizado junto ao site: http://www.santaritadotrivelato.mt.gov.br

3. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07h00min as 11h00min das 13h00min às 17h00min. e ou através do telefone (65) 3529-6161.

Santa Rita do Trivelato – MT, 31 de julho de 2018.

MARIA CILENE PEREIRA

PREGOEIRA OFICIAL

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO N° 035/2018 - ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/18 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 10/2017 – PROCESSO ADMINISTRATIVO: 23034.002238/2016-53, PROMOVIDA PELO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIME

EXTRATO CONTRATO N° 035/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **CONTRATADA**: **MILANFLEX INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA -** CNPJ sob nº **86.729.324/0002-61**; **VIGÊNCIA:** 27/07/2018 até 31/12/2018. Objeto: ADESÃO A **Ata de Registro de Preços nº 01/18 - Pregão Eletrônico n° 10/2017 – Processo Administrativo: 23034.002238/2016-53**, promovida pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -FNDE, cujo objeto é: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS ESCOLARES CONSTITUÍDOS DE CONJUNTO ALUNO, MESA

ACESSÍVEL E CONJUNTO PROFESSOR, especificamente quantos aos itens 2, 4, 6 e 7, no valor total de R$ 29.500,45 (vinte nove mil quinhentos reais e quarenta e cinco centavos). **DATA:** 27/07/2018.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0244/2018 DE 31 DE JULHO DE 2018.

PORTARIA Nº 0244/2018

DE 31 DE JULHO DE 2018.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR LOURIVAL MIGUEL FEITOSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Art. 1º - Fica concedido a licença saúde do servidor **LOURIVAL MIGUEL FEITOSA,** portador do RG nº: 001.122.963 SSP/MS e inscrito no CPF nº: 019.521.051-45, servidor ocupa o cargo de OPERADOR DE MOTONIVELADORA , lotado na Secretaria Municipal de Obras, sendo assim fica afastado no período de: 20/07/2018 a 18/09/2018.

Art. 2º Os efeitos da presente portaria retroagem à data 20 de Julho de 2018.

Art. 3º- Revogam-se e demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 31 DE JULHO DE 2018.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

Afixe-se na data supra.

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO N° 040/2018- PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2018

EXTRATO CONTRATO N° 040/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **CONTRATADA**: **ELETROMAR MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA**, Filial 16 - CNPJ sob nº 32.951.535/0001-00; **VIGÊNCIA:** 27/07/2018 até 27/09/2018. **Valor**: R$ 4.367,00; **Objeto: AQUISIÇÃO DE FOGÕES INDUSTRIAIS PARA ESCOLAS MUNICIPAIS**, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, conforme Processo de Dispensa de Licitação nº 022/2018. **DATA:** 27/07/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2018

Processo nº31/2018

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA Estado de Mato Grosso, por intermédio de seu Pregoeiro Sr GUSTAVO KOVALSKI designado pela Portaria nº 075/GP/2017 de 06/07/2017, torna público o resultado final do processo supra citado, cujo objeto é:aquisição de fornecimento de alimentação(marmitex e refeição), a demanda se faz necessária para atender as solicitações de todas as secretarias da administração em geral. acondicionada em embalagem tipo "marmitex". O Pregoeiro decide declarar vencedores do certame a proponente Marcilene Silva Martins, inscrita no CNPJ Nº 26.585.821/0001-20, Não havendo interposição de recurso, o objeto da licitação será adjudicado ao classificado conforme acima mencionado. Santa Terezinha – MT, 31 de julho de 2018.Gustavo Kovalski-*Pregoeiro.*

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

EXTRATO DE CONTRATO 017/2018

EXTRATO DE CONTRATO 017/2018 PROCESSO ADMINISTRATIVO 059/201ADESÃO 022/2017 : objeto: aquisição material permanente/saldo remanescente.CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER T.CONTRATADA: MV ATACADISTA DEMOVEIS LTDA-ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ:19.071.896/0001-28 , dotação orçamentário : Secretaria Municipal do Gabinete do PrefeitoDotação: 04.122.0002.2108Natureza de Despesa: 44.90.52.00.Fonte: 0100Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.Dotação: 12.122.0009.2116Natureza de Despesa: 44.90.52.00.Fonte: 0101Dotação: 12.365.0040.2025.Natureza de Despesa: 44.90.52.00.Fonte: 0101Dotação: 12.365.0040.2027.Natureza de Despesa: 44.90.52.00.Fonte: 0101Secretaria Municipal de Saúde.Dotação: 10.305.0022.2055.Natureza de Despesa: 44.90.52.00.Fonte: 0114Dotação: 10.302.0021.2051.Natureza de Despesa: 44.90.52.00.Fonte: 0102Secretaria Municipal de Obras e Serviços PúblicosDotação: 04.122.0011.2120.Natureza de Despesa: 44.90.52.00.Fonte: 0100Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.Dotação: 13.122.0010.2068.Natureza de Despesa: 44.90.52.00.Fonte: 0100Secretaria Municipal de Assistência e Promoção SocialDotação: 08.122.0008.2068.Natureza de Despesa: 44.90.52.00.Fonte: 0100Dotação: 08.244.0025.2190.Natureza de Despesa: 44.90.52.00.Fonte: 0129Dotação: 08.244.0008.2076.Natureza de Despesa: 44.90.52.00.Fonte: 0129Secretaria Municipal de Saneamento e Abastecimento de AguaDotação: 17.122.0014.2091.Natureza de Despesa: 44.90.52.00.Fonte: 0100Secretaria Municipal de Recursos Humanos.Dotação: 04.122.0031.2152.Natureza de despesa: 4.90.52.00.Fonte: 0100Secretaria Municipal de GestãoDotação: 04.122.0031.2143Natureza de Despesa: 44.90.52.00.Fonte: 0100Secretaria Municipal de FazendaDotação: 04.123.0006.2137.Natureza de Despesa: 44.90.52.00.Fonte: 0100Secretaria Municipal de Planejamento e Des EconômicoDotação: 04.122.0030.2134.Natureza de Despesa: 44.90.52.00.Fonte: 0100Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Regularização Fundiária.Dotação: 20.122.0043.2160.Natureza de Despesa: 44.90.52.00.Fonte: 0100valor total : R$ 437.805,00 (quatrocentos e trinta e sete mil e oitocentos e cinco reais)DATA DE ASSINATURA: 21/05/2018 DATA DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contar a partir da assinatura do instrumento contratual.Santo Antônio de Leverger, 21/05/2018. VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHOPREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

ATO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGAO PRESENCIAL 011/2018

Ato de homologação

pregão PRESENCIAL Nº **011/2018**

OBJETO: Pregão Presencial para contratação de empresa especializada no fornecimento de refeições do tipo "self service" e refeições do tipo marmitex (contendo saladas), para atender as necessidades das Secretarias Municipais desta Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste. Não tendo havido qualquer recurso. Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob o império da lei 8.666/93, com as alterações subseqüentes e estando o preço ofertado de acordo com o mercado, homologo o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Empresa: ELINE RAQUEL ALVES DE FARIAS – CNPJ: 30.884.437/0001-04, com o valor total dos itens de R$ 174.500,00 (cento e setenta e quatro mil e quinhentos reais)**.**

Santo Antônio do Leste - MT, 31 de julho de 2018.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

- Prefeito Municipal-

ATO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGAO PRESENCIAL 014/2018

Ato de homologação

pregão PRESENCIAL Nº **014/2018**

OBJETO: Pregão presencial registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de futuros e eventuais consertos/remendos em pneus e camarás (desmontagem, montagem e troca de pneus) de veículos e maquinas da frota desta Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste-MT. Não tendo havido qualquer recurso. Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob o império da lei 8.666/93, com as alterações subseqüentes e estando o preço ofertado de acordo com o mercado, homologo o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Empresa: LAURINDA RODRIGUES GUIMARAES - ME - CNPJ: 29.472.645/0001-09, com o valor total dos itens de R$ 183.650,00 (cento e oitenta e três mil seiscentos e cinquenta reais).

Santo Antônio do Leste - MT, 31 de julho de 2018.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

- Prefeito Municipal-

AVISO DE LICITAÇAO - PREGAO PRESENCIAL 019/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 019/2018

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 087/2018/CPL/PP

A Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso torna público que nos termos da Lei nº 8.666 de 21/06/93, com as alterações subsequentes a abertura de processo licitatório, **Pregão presencial Registro de preços para a futura e eventual aquisição de bateria automotiva e de maquinários para serem utilizadas na frota desta prefeitura, conforme termo de referência anexo I do edital.** Poderá participar do certame pessoa jurídica que tenham adquirido edital e que são cadastrados no setor competente desta Prefeitura.

A abertura dos processos dar-se-á às **08*:00 horas do dia 28 de agosto de 2018***, em sala designada pelo pregoeiro na Sede da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT.

O edital completo poderá ser adquirido das 12:00 horas ás 18:00 horas, no Prédio da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste situado a rua A, 367 Jardim Santa Inês, telefone (66) 3488-1080 – 3488-1459 – 3488-1292 ou pelo E-mail: **(licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br),** ou (www.santoantoniodoleste.mt.gov.br)**.**

Santo Antonio do Leste – MT, 31 de julho de 2018.

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

PREGOEIRO

Portaria Nº. 142/2018

De 05 de fevereiro de 2018

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGAO PRESENCIAL 011/2018

LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº **011/2018**

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

A equipe de apoio bem como o pregoeiro, nomeada pelaPortaria nº. 142/2018, de 05 de fevereiro de 2018, na conformidade do Art. 43, inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883/94, adjudica os objetos licitados a;

Empresa: ELINE RAQUEL ALVES DE FARIAS – CNPJ: 30.884.437/0001-04, com o valor total dos itens de R$ 174.500,00 (cento e setenta e quatro mil e quinhentos reais)**,** encaminhamos ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal para as providências cabíveis nos termos da Lei.

Santo Antonio do Leste - MT, 31 de julho de 2018.

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

- Pregoeiro –

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGAO PRESENCIAL 014/2018

LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº **014/2018**

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

A equipe de apoio bem como o pregoeiro, nomeada pelaPortaria nº. 142/2018, de 05 de fevereiro de 2018, na conformidade do Art. 43, inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883/94, adjudica os objetos licitados a;

Empresa: LAURINDA RODRIGUES GUIMARAES - ME - CNPJ: 29.472.645/0001-09, com o valor total dos itens de R$ 183.650,00 (cento e oitenta e três mil seiscentos e cinquenta reais), encaminhamos ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal para as providências cabíveis nos termos da Lei.

Santo Antonio do Leste - MT, 31 de julho de 2018.

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

- Pregoeiro –

ATO DE HOMOLOGAÇAO - PREGAO PRESENCIAL 013/2018

Ato de homologação

pregão PRESENCIAL Nº **013/2018**

OBJETO: Pregão presencial registro de preços para futura e aquisição de ferramentas para serem destinadas as aldeias indígenas deste município, conforme Lei Municipal nº. 680/2018 de 26/03/2018. Não tendo havido qualquer recurso. Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob o império da lei 8.666/93, com as alterações subseqüentes e estando o preço ofertado de acordo com o mercado, homologo o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Empresa: BAGETTI E ZANETTE LTDA– CNPJ: 14.769.741/0001-46, com o valor total dos itens de R$ 12.395,00 (doze mil trezentos e noventa e cinco reais).

Empresa: MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA– CNPJ: 14.888.303/0001-05, com o valor total dos itens de R$ 11.144,00 (onze mil, cento e quarenta e quatro reais).

Santo Antônio do Leste - MT, 31 de julho de 2018.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

- Prefeito Municipal-

TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE 008/2018

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO E RESPECTIVO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2018

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, **RATIFICA** a presente Inexigibilidade de Licitação enquadrada no Inciso III, do Art. 25, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e, ainda com base no Parecer Jurídico exarado pela Douta Assessoria Jurídica do Município, para que se proceda a contratação com objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APRESENTAÇÃO DE SHOW ARTISTICO CULTURAL A SER REALIZADO NO DIA 05**

DE AGOSTO DE 2018 NA "6º EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA E 3º ENCONTRO DE CAMPEOES DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT a favor da empresa **EMILY PRODUÇÕES DE EVENTOS – CNPJ: 27.820.425/0001-01** representada neste ato pela sua proprietária Sra. Emily Kalinne de Souza Vieira, portadora do RG nº 2835291-2/SESP-MT e do CPF nº 066.376.021-67 no valor global de **R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)**, correndo tal despesa á conta específica constante da Lei Orçamentária do Município de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2018.

Santo Antônio do Leste - MT 31 de julho de 2018.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

Prefeito Municipal

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGAO PRESENCIAL 013/2018

LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº **013/2018**

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

A equipe de apoio bem como o pregoeiro, nomeada pelaPortaria nº. 142/2018, de 05 de fevereiro de 2018, na conformidade do Art. 43, inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883/94, adjudica os objetos licitados a;

Empresa: BAGETTI E ZANETTE LTDA– CNPJ: 14.769.741/0001-46, com o valor total dos itens de R$ 12.395,00 (doze mil trezentos e noventa e cinco reais) e a empresa: MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA– CNPJ: 14.888.303/0001-05, com o valor total dos itens de R$ 11.144,00 (onze mil, cento e quarenta e quatro reais), encaminhamos ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal para as providências cabíveis nos termos da Lei.

Santo Antonio do Leste - MT, 31 de julho de 2018.

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

- Pregoeiro –

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGAO PRESENCIAL 012/2018

LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº **012/2018**

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

A equipe de apoio bem como o pregoeiro, nomeada pelaPortaria nº. 142/2018, de 05 de fevereiro de 2018, na conformidade do Art. 43, inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883/94, adjudica os objetos licitados a;

Empresa: ALEXANDRE MENDES DE SOUZA MEI– CNPJ: 21.913.362/0001-43, com o valor total dos itens de R$ 305.604,90 (trezentos e cinco mil seiscentos e quatro reais e noventa centavos)**,** encaminhamos ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal para as providências cabíveis nos termos da Lei.

Santo Antonio do Leste - MT, 31 de julho de 2018.

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

- Pregoeiro –

AVISO DE LICITAÇAO - PREGAO PRESENCIAL 020/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 020/2018

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 088/2018/CPL/PP

A Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso torna público que nos termos da Lei nº 8.666 de 21/06/93, com as alterações subsequentes a abertura de processo licitatório, **Pregão presencial Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços por hora trabalhada em manutenção geral em ar condicionado e radiadores de veículos e maquinários da frota desta Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste-MT, conforme termo de referência anexo I do edital.** Poderá participar do certame pessoa jurídica que tenham adquirido edital e que são cadastrados no setor competente desta Prefeitura.

A abertura dos processos dar-se-á às **08*:00 horas do dia 29 de agosto de 2018***, em sala designada pelo pregoeiro na Sede da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT.

O edital completo poderá ser adquirido das 12:00 horas ás 18:00 horas, no Prédio da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste situado a rua A, 367 Jardim Santa Inês, telefone (66) 3488-1080 – 3488-1459 – 3488-1292 ou pelo E-mail: **(licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br),** ou (www.santoantoniodoleste.mt.gov.br)**.**

Santo Antonio do Leste – MT, 31 de julho de 2018.

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

PREGOEIRO

Portaria Nº. 142/2018

De 05 de fevereiro de 2018

ATO DE HOMOLOGAÇAO - PREGAO PRESENCIAL 012/2018

Ato de homologação

pregão PRESENCIAL Nº **012/2018**

OBJETO: Pregão presencial registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em manutenção preventiva, corretiva e instalação de aparelhos de ar condicionado. Não tendo havido qualquer recurso. Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob o império da lei 8.666/93, com as alterações subseqüentes e estando o preço ofertado de acordo com o mercado, homologo o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Empresa: ALEXANDRE MENDES DE SOUZA MEI– CNPJ: 21.913.362/0001-43, com o valor total dos itens de R$ 305.604,90 (trezentos e cinco mil seiscentos e quatro reais e noventa centavos)**.**

Santo Antônio do Leste - MT, 31 de julho de 2018.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

- Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
CONTRATAÇÃO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 089/2018, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADO: CRISTIANO SILVA FERREIRA CAJANGO, Brasileiro, Casado, Médico, residente e domiciliado na Av Aldenor Milhomem da Cunha, s/nº - Casa BB - CEP 78.670-000 - Núcleo Embrião, em São Félix do Araguaia (MT), com CPF nº 859.678.741-00 e Identidade nº 29.186.588-4 (2ª via) - SSP-SP, inscrito no PIS/PASEP sob nº 1.705.935.305-2, nascido no dia 09/01/1977

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 089/2018

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 9 de julho de 2018

VIGÊNCIA: 09 de julho de 2018 a 09 de julho de 2019

PRAZO DE VIGÊNCIA: 1 ano

CARGA HORÁRIA: 40 (quarenta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 12.519,66 (doze mil quinhentos e dezenove reais e sessenta e seis centavos)

FUNÇÃO: MÉDICO PSF, em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS) - PSF-Rural - Vila Santo Antônio, com viagens para os Distritos, no interior do Município.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Nº 051. PREGÃO 13/2017

CONTRATO (A): KA – ASSESSORIA, CONSULTORIA E CONTABILIDADE A ENTIDADES PUBLIS S/S LTDA ME

CLÁUSULA PRIMEIRA – VIGÊNCIA -Fica aditado o Contrato de Prestação de Serviço nº 051. PREGÃO 13/2017, no que concerne a Cláusula oitava alterando a vigência que passa a ser pelo período de mais 05 (cinco) meses que será até o dia 31 de Dezembro de 2018, que poderá ser prorrogado por igual período de comum acordo entre as partes, através de termo aditivo em conformidade com a legislação específica (art.57, II c/c §4 da Lei 8666/93).

CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas e condições explicitadas no Contrato primitivo permanecem inalteradas.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
TERMO DE POSSE

Em cumprimento aos preceitos constitucionais e em face da aprovação em concurso público, nº 001/2015 realizado no dia 11 (onze) de outubro de 2015 (dois mil e quinze), de conformidade com o resultado constante no Edital nº 020/2015, e demais atos baixados e arquivados na Secretaria de Administração, na presença do Prefeito Municipal, senhor **ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA** e a Secretária de Administração e Gestão, senhora Mirian Vieira Freire, no dia **31 de Julho de 2018**, tomou posse do cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS,** classificação **15º lugar SILVANIA DOS SANTOS SILVA Portadora do RG nº 1192810-7 e do CPF nº 002.796.701-84** que se apresentou atendendo as normas de convocação, no ato da assinatura do termo de posse, presente todos os documentos pessoais e qualificação específica para a função de tomada de posse.

A empossada que comprova não se enquadrar nas proibições contidas na Constituição Federal e Estadual e Leis Complementares obedecendo as normas estatutárias, assumiu o compromisso solene de cumprir bem e fielmente os deveres e as atribuições que lhe são inerentes em virtude da função publica que passara a exercer. Apresentou-se, com a Declaração de bens que constituem o seu patrimônio, Declaração de Empregos e todos os demais documentos em lei exigidos. E, estando conforme, foi lavrado o presente Termo que vai assinado por quem de direito.

São José do Povo – MT, 31 de Julho de 2018.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO MUNICIPAL

MIRIAN VIEIRA FREIRE

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

_____

SILVANIA DOS SANTOS SILVA

EMPOSSADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 018/2018 – RESULTADO DO JULGAMENTO

O Município de São José do Rio Claro – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar, que o julgamento do certame supracitado resultou vencedora as Empresas: **PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA, CNPJ: N° 03.532.991/0001-41,** com o valor total de **R$ 751.018,00 (Setecentos e cinquenta e um mil, dezoito reais), PNEUS VIA NOBRE LTDA, CNPJ: Nº 01.976.860/0048-91, com o valor R$ 835.242,00 (Oitocentos e trinta e cinco mil e duzentos e quarenta e dois reais) .** São José do Rio Claro – MT., 31 de julho de 2018. **Angela Rodrigues de Matos** – Pregoeira Oficial

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 019/2018 – RESULTADO DO JULGAMENTO

O Município de São José do Rio Claro – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar, que o julgamento do certame supracitado resultou vencedora as Empresas: **MULTUS COMERCIAL LTDA, CNPJ: N° 24.753.864/0001-42,** com o valor total de **R$ 96.714,10 (Noventa e seis mil, setecentos e quatorze reais e dez centavos), MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA-EPP, CNPJ: Nº 14.888.303/0001-05, com o valor R$ 37.973,00 (Trinta e sete mil, novecentos e setenta e três reais) e a empresa JC FERRAGENS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ: Nº 02.487.122/0001-80, com o valor de R$ 119.382,24 (Cento e dezenove mil, trezentos e oitenta e dois reais e vinte e quatro centavos).** São José do Rio Claro – MT., 31 de julho de 2018. **Angela Rodrigues de Matos** – Pregoeira Oficial

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EDITAL DE PUBLICAÇÃO - LRF - 3º BIMESTRE / 2018

O Município de São José do Rio Claro - MT em cumprimento ao disposto no § 3º, artigo 165 da Constituição Federal e Capítulo IX, da Lei Complementar 101/2000, com referência a ampla publicidade, vem a público informar que encontra-se afixado no mural da Prefeitura e da Câmara Municipal, no SITE do Município www.saojosedorioclaro.mt.gov.br e no Jornal Oficial dos Municípios – AMM o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), referente ao 3º bimestre, e o Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), referente ao 1º semestre, ambos do exercício de 2018.

São José do Rio Claro-MT, 30 de julho de 2018.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO - RGF 1º BIMESTRE DE 2018

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO ESTADO DE MATO GROSSO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRF.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – ARTs. 54 e 55

Para dar cumprimento ao disposto no Artigo 165 da Constituição Federal e Capítulo IX, da Lei Complementar 101/2000, a Câmara Municipal de São José do Rio Claro-MT, Informa que o RGF – Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 1º Semestre do exercício de 2018, encontra-se a disposição do Contribuinte, afixado na integra no Mural do Legislativo e Executivo Municipal, Site do Legislativo e Diário Oficial da AMM.

SÃO JOSÉ DO RIO CLARO - MT

VALDEMAR MESSIAS DOS SANTOS

Ordenador de Despesa 2018.

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Câmara de Vereadores de São José do Rio Claro - MT (Poder Legislativo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	51.439.615,39	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	51.439.615,39	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	1.424.460,51	2,77
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.086.376,92	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.932.058,07	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.777.739,23	5,40

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores 30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SIMPLIFICADO - 3º BIMESTRE / 2018

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	52.138.830,00	52.138.830,00	8.179.297,96	15,69	22.938.034,11	43,99	29.200.795,89
RECEITAS CORRENTES	49.034.430,00	49.034.430,00	7.982.042,68	16,28	22.705.841,27	46,31	26.328.588,73
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.815.300,00	5.815.300,00	1.074.115,41	18,47	2.601.235,51	44,73	3.214.064,49
Impostos	5.446.300,00	5.446.300,00	1.016.539,37	18,66	2.387.133,80	43,83	3.059.166,20
Taxas	369.000,00	369.000,00	57.576,04	15,60	214.101,71	58,02	154.898,29
Contribuição de Melhoria							0,00
CONTRIBUIÇÕES	3.225.000,00	3.225.000,00	368.093,55	11,41	978.028,63	30,33	2.246.971,37
Contribuições Sociais	1.811.270,00	1.811.270,00	281.348,96	15,53	685.969,96	37,87	1.125.300,04
Contribuições Econômicas							0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.413.730,00	1.413.730,00	86.744,59	6,14	292.058,67	20,66	1.121.671,33
RECEITA PATRIMONIAL	960.000,00	960.000,00	19.899,31	2,07	281.087,95	29,28	678.912,05
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							0,00
Valores Mobiliários	960.000,00	960.000,00	19.899,31	2,07	281.087,95	29,28	678.912,05
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							0,00
Exploração de Recursos Naturais							0,00
Exploração do Patrimônio Intangível							0,00
Cessão de Direitos							0,00
Demais Receitas Patrimoniais							0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA							0,00
RECEITA INDUSTRIAL							0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00		72,36		-72,36
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais					72,36		-72,36
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							0,00
Serviços e Atividades Financeiras							0,00
Outros Serviços							0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	38.496.670,00	38.496.670,00	6.520.979,94	16,94	18.800.963,95	48,84	19.695.706,05
Transferências da União e de suas Entidades	17.970.170,00	17.970.170,00	2.910.894,41	16,20	8.352.783,43	46,48	9.617.386,57
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	14.024.500,00	14.024.500,00	2.299.871,92	16,40	6.680.121,05	47,63	7.344.378,95
Transferências dos Municípios e de suas Entidades				0,00			0,00
Transferências de Instituições Privadas	6.502.000,00	6.502.000,00	1.310.213,61	20,15	3.768.059,47	57,95	2.733.940,53
Transferências de Outras Instituições Públicas							0,00
Transferências do Exterior							0,00
Transferências de Pessoas Físicas							0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	537.460,00	537.460,00	-1.045,53	-0,19	44.452,87	8,27	493.007,13
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	2.000,00	2.000,00	2.924,81	146,24	8.906,79	445,34	-6.906,79
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							0,00
Demais Receitas Correntes	535.460,00	535.460,00	-3.970,34	-0,74	35.546,08	6,64	499.913,92

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	3.104.400,00	3.104.400,00	197.255,28	6,35	232.192,84	7,48	2.872.207,16
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.600.000,00	1.600.000,00	0,00		0,00		1.600.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	1.600.000,00	1.600.000,00					1.600.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo							0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	150.000,00	150.000,00	0,00		0,00		150.000,00
Alienação de Bens Móveis	150.000,00	150.000,00					150.000,00
Alienação de Bens Imóveis							0,00
Alienação de Bens Intangíveis							0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.354.400,00	1.354.400,00	197.255,28	14,56	232.192,84	17,14	1.122.207,16
Transferências da União e de suas Entidades	1.354.400,00	1.354.400,00	197.255,28	14,56	232.192,84	17,14	1.122.207,16
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							0,00
Transferências de Instituições Privadas							0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas							0,00
Transferências do Exterior							0,00
Transferências de Pessoas Físicas							0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							0,00
Resgate de Títulos do Tesouro							0,00
Demais Receitas de Capital							0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.886.270,00	2.886.270,00	533.565,02	18,49	1.292.863,59	44,79	1.593.406,41
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	55.025.100,00	55.025.100,00	8.712.862,98	15,83	24.230.897,70	44,04	30.794.202,30
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							0,00
Contratual							0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							0,00
Contratual							0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	55.025.100,00	55.025.100,00	8.712.862,98	15,83	24.230.897,70	44,04	30.794.202,30
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	55.025.100,00	55.025.100,00	8.712.862,98	15,83	24.230.897,70	44,04	30.794.202,30
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais							
Reabertura de Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	52.138.830,00	54.420.438,77	8.360.740,78	30.287.251,83	24.133.186,94	8.403.858,22	23.349.377,12	31.071.061,65	21.898.909,16	
DESPESAS CORRENTES	43.848.030,00	45.702.972,63	7.133.776,76	28.178.441,32	17.524.531,31	8.235.972,29	23.016.959,52	22.686.013,11	21.583.730,16	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.508.430,00	25.336.276,14	4.238.173,49	13.977.991,65	11.358.284,49	4.479.603,49	13.258.292,21	12.077.983,93	12.936.423,86	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	12.000,00	11.003,56			11.003,56			11.003,56		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.327.600,00	20.355.692,93	2.895.603,27	14.200.449,67	6.155.243,26	3.756.368,80	9.758.667,31	10.597.025,62	8.647.306,30	
DESPESAS DE CAPITAL	4.857.800,00	5.284.466,14	1.226.964,02	2.108.810,51	3.175.655,63	167.885,93	332.417,60	4.952.048,54	315.179,00	
INVESTIMENTOS	4.485.500,00	5.284.466,14	1.226.964,02	2.108.810,51	3.175.655,63	167.885,93	332.417,60	4.952.048,54	315.179,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS					0,00			0,00		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	372.300,00				0,00			0,00		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.433.000,00	3.433.000,00			3.433.000,00			3.433.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.886.270,00	3.154.947,18	556.976,95	1.695.649,79	1.459.297,39	570.405,67	1.652.479,49	1.502.467,69	1.297.363,24	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	55.025.100,00	57.575.385,95	8.917.717,73	31.982.901,62	25.592.484,33	8.974.263,89	25.001.856,61	32.573.529,34	23.196.272,40	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária					0,00			0,00		
Outras Dívidas					0,00			0,00		
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária					0,00			0,00		
Outras Dívidas					0,00			0,00		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	55.025.100,00	57.575.385,95	8.917.717,73	31.982.901,62	25.592.484,33	8.974.263,89	25.001.856,61	32.573.529,34	23.196.272,40	
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	55.025.100,00	57.575.385,95	8.917.717,73	31.982.901,62		8.974.263,89	25.001.856,61		23.196.272,40	
RESERVA DO RPPS										

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.886.270,00	2.886.270,00	533.565,02	18,49	1.292.863,59	44,79	1.593.406,41
RECEITAS CORRENTES	2.886.270,00	2.886.270,00	533.565,02	18,49	1.292.863,59	44,79	1.593.406,41
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							0,00
Taxas							0,00
Contribuição de Melhoria							0,00
CONTRIBUIÇÕES	2.886.270,00	2.886.270,00	427.838,35	14,82	1.033.335,72	35,80	1.852.934,28
Contribuições Sociais	2.886.270,00	2.886.270,00	427.838,35	14,82	1.033.335,72	35,80	1.852.934,28
Contribuições Econômicas						0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							0,00
Valores Mobiliários							0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
ou Licença							0,00
Exploração de Recursos Naturais							0,00
Exploração do Patrimônio Intangível							0,00
Cessão de Direitos							0,00
Demais Receitas Patrimoniais							0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA							0,00
RECEITA INDUSTRIAL							0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							0,00
Serviços e Atividades Financeiras							0,00
Outros Serviços							0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							0,00
Transferências de Instituições Privadas							0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas							0,00
Transferências do Exterior							0,00
Transferências de Pessoas Físicas							0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	105.726,67	0,00	259.527,87	0,00	-259.527,87
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais				0,00		0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							0,00
Demais Receitas Correntes			105.726,67	0,00	259.527,87	0,00	-259.527,87
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno							0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo							0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							0,00
Alienação de Bens Imóveis							0,00
Alienação de Bens Intangíveis							0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							0,00
Transferências de Instituições Privadas							0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas							0,00
Transferências do Exterior							0,00
Transferências de Pessoas Físicas							0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Integralização do Capital Social							0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							0,00
Resgate de Títulos do Tesouro							0,00
Demais Receitas de Capital							0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.886.270,00	3.154.947,18	556.976,95	1.695.649,79	1.459.297,39	570.405,67	1.652.479,49	1.502.467,69	1.297.363,24	
DESPESAS CORRENTES	2.886.270,00	3.154.947,18	556.976,95	1.695.649,79	1.459.297,39	570.405,67	1.652.479,49	1.502.467,69	1.297.363,24	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.672.570,00	2.695.663,71	450.850,73	1.383.705,91	1.311.957,80	464.279,45	1.340.535,61	1.355.128,10	1.037.432,37	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA					0,00			0,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	213.700,00	459.283,47	106.126,22	311.943,88	147.339,59	106.126,22	311.943,88	147.339,59	259.930,87	
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 15024037000127
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	52.138.830,00	54.420.438,77	8.360.740,78	30.287.251,83	94,70	24.133.186,94	8.403.858,22	23.349.377,12	93,39	31.071.061,65	
Legislativa	2.166.700,00	2.166.700,00	38.033,26	1.837.239,18	5,74	329.460,82	322.898,73	926.668,92	3,71	1.240.031,08	
Ação Legislativa	2.166.700,00	2.166.700,00	38.033,26	1.837.239,18	5,74	329.460,82	322.898,73	926.668,92	3,71	1.240.031,08	
Controle Externo						0,00				0,00	
FU01 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU01 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Ação Judiciária						0,00				0,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário						0,00				0,00	
FU02 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU02 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Defesa da Ordem Jurídica						0,00				0,00	
Representação Judicial e Extrajudicial						0,00				0,00	
FU03 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU03 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Administração	6.438.600,00	6.032.162,48	684.571,70	3.599.284,53	11,25	2.432.877,95	1.004.174,50	2.787.318,26	11,15	3.244.844,22	
Planejamento e Orçamento	168.500,00	170.934,77	17.707,48	106.010,98	0,33	64.923,79	21.271,80	81.855,28	0,33	89.079,49	
FU04 - Administração Geral	3.674.600,00	3.785.623,61	422.405,56	2.171.357,31	6,79	1.614.266,30	631.920,04	1.764.027,73	7,06	2.021.595,88	
Administração Financeira	2.563.500,00	2.050.604,10	244.458,66	1.321.916,24	4,13	728.687,86	350.982,66	941.435,25	3,77	1.109.168,85	
Controle Interno						0,00				0,00	
Normatização e Fiscalização						0,00				0,00	
Tecnologia da Informação						0,00				0,00	
Ordenamento Territorial						0,00				0,00	
Formação de Recursos Humanos	12.000,00	5.000,00				5.000,00				5.000,00	
Administração de Receitas						0,00				0,00	
Administração de Concessões						0,00				0,00	
Comunicação Social						0,00				0,00	
FU04 - Demais Subfunções	20.000,00	20.000,00				20.000,00				20.000,00	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Defesa Aérea						0,00				0,00	
Defesa Naval						0,00				0,00	
Defesa Terrestre						0,00				0,00	
FU05 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU05 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Policiamento						0,00				0,00	
Defesa Civil						0,00				0,00	
Informação e Inteligência						0,00				0,00	
FU06 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU06 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Relações Diplomáticas						0,00				0,00	
Cooperação Internacional						0,00				0,00	
FU07 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU07 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Assistência Social	2.818.900,00	3.718.778,70	427.967,82	1.934.453,92	6,05	1.784.324,78	451.532,55	1.183.624,84	4,73	2.535.153,86	
Assistência ao Idoso	426.500,00	989.230,57	52.110,91	542.125,30	1,70	447.105,27	48.077,91	118.564,65	0,47	870.665,92	
Assistência ao Portador de Deficiência						0,00				0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	269.000,00	310.469,66	56.304,59	154.160,00	0,48	156.309,66	59.741,89	147.760,00	0,59	162.709,66	
Assistência Comunitária	989.000,00	1.201.570,70	171.419,86	597.345,14	1,87	604.225,56	163.229,78	365.283,42	1,46	836.287,28	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral	1.134.400,00	1.217.507,77	148.132,46	640.823,48	2,00	576.684,29	180.482,97	552.016,77	2,21	665.491,00	
FU08 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Previdência Social	2.361.000,00	2.348.800,00	415.381,47	1.277.086,22	3,99	1.071.713,78	443.180,82	1.181.441,21	4,73	1.167.358,79	
Previdência Básica						0,00				0,00	
Previdência do Regime Estatutário	1.882.000,00	1.882.000,00	380.047,58	1.047.560,37	3,28	834.439,63	383.168,45	1.033.168,15	4,13	848.831,85	
Previdência Complementar						0,00				0,00	
Previdência Especial						0,00				0,00	
FU09 - Administração Geral	479.000,00	466.800,00	35.333,89	229.525,85	0,72	237.274,15	60.012,37	148.273,06	0,59	318.526,94	
FU09 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Saúde	12.554.400,00	12.829.578,04	2.417.232,74	8.412.457,87	26,30	4.417.120,17	2.380.231,08	6.905.860,81	27,62	5.923.717,23	
Atenção Básica	5.148.900,00	4.768.847,01	1.012.086,92	2.988.278,16	9,34	1.780.568,85	964.974,89	2.754.701,57	11,02	2.014.145,44	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.350.850,00	6.010.793,12	1.300.435,26	4.487.071,43	14,03	1.523.721,69	1.265.457,96	3.380.104,75	13,52	2.630.688,37	
Suporte Profilático e Terapêutico						0,00			0,00	0,00	
Vigilância Sanitária	120.650,00	174.599,15	38.294,95	141.460,17	0,44	33.138,98	39.718,71	140.818,93	0,56	33.780,22	
Vigilância Epidemiológica	202.000,00	108.332,20	1.378,00	2.853,50	0,01	105.478,70	1.235,00	2.710,50	0,01	105.621,70	
Alimentação e Nutrição						0,00				0,00	
FU10 - Administração Geral	1.732.000,00	1.767.006,56	65.037,61	792.794,61	2,48	974.211,95	108.844,52	627.525,06	2,51	1.139.481,50	
FU10 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador						0,00				0,00	
Relações de Trabalho						0,00				0,00	
Empregabilidade						0,00				0,00	
Fomento ao Trabalho						0,00				0,00	
FU11 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU11 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Educação	12.532.700,00	13.996.077,10	2.668.868,07	8.497.278,04	26,57	5.498.799,06	2.423.850,62	6.987.027,77	27,95	7.009.049,33	
Ensino Fundamental	7.241.700,00	8.573.406,27	1.934.390,97	5.142.459,12	16,08	3.430.947,15	1.502.576,51	4.401.133,75	17,60	4.172.272,52	
Ensino Médio						0,00				0,00	
Ensino Profissional						0,00				0,00	
Ensino Superior	85.000,00	211.000,00	126.000,00	186.000,00	0,58	25.000,00	23.000,00	43.000,00	0,17	168.000,00	
Educação Infantil	2.993.800,00	3.197.189,30	444.474,87	1.672.061,07	5,23	1.525.128,23	519.283,40	1.594.872,23	6,38	1.602.317,07	
Educação de Jovens e Adultos	151.600,00	76.300,00	0,00	11.608,24	0,04	64.691,76	0,00	11.608,24	0,05	64.691,76	
Educação Especial	293.500,00	161.189,54		78.000,00	0,24	83.189,54	13.000,00	39.000,00	0,16	122.189,54	
Educação Básica						0,00				0,00	
FU12 - Administração Geral	1.767.100,00	1.776.991,99	164.002,23	1.407.149,61	4,40	369.842,38	365.990,71	897.413,55	3,59	879.578,44	
FU12 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Cultura	256.500,00	244.777,55	6.593,75	114.871,48	0,36	129.906,07	7.590,00	93.867,73	0,38	150.909,82	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico						0,00				0,00	
Difusão Cultural	192.000,00	178.551,80	0,00	106.945,73	0,33	71.606,07	4.000,00	88.945,73	0,36	89.606,07	
FU13 - Administração Geral	64.500,00	66.225,75	6.593,75	7.925,75	0,02	58.300,00	3.590,00	4.922,00	0,02	61.303,75	
FU13 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Custódia e Reintegração Social						0,00				0,00	
Direitos Individuais Coletivos e Difusos						0,00				0,00	
Assistência aos Povos Indígenas						0,00				0,00	
FU14 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU14 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Urbanismo	3.699.030,00	4.580.113,18	1.101.721,27	3.239.766,29	10,13	1.340.346,89	732.968,11	2.002.041,42	8,01	2.578.071,76	
Infra-Estrutura Urbana	2.075.230,00	3.732.919,70	879.524,17	2.764.772,01	8,64	968.147,69	489.812,91	1.532.207,14	6,13	2.200.712,56	
Serviços Urbanos	1.623.800,00	847.193,48	222.197,10	474.994,28	1,49	372.199,20	243.155,20	469.834,28	1,88	377.359,20	
Transportes Coletivos Urbanos						0,00				0,00	
FU15 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU15 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Habitação	70.000,00	47.000,00	0,00	0,00		47.000,00	0,00	0,00		47.000,00	
Habitação Rural						0,00				0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana	70.000,00	47.000,00				47.000,00				47.000,00	
FU16 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU16 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Saneamento Básico Rural						0,00				0,00	
Saneamento Básico Urbano						0,00				0,00	
FU17 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU17 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Gestão Ambiental	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00		45.000,00	0,00	0,00		45.000,00	
Preservação e Conservação Ambiental						0,00				0,00	
Controle Ambiental	25.000,00	25.000,00				25.000,00				25.000,00	
Recuperação de Áreas Degradadas	20.000,00	20.000,00				20.000,00				20.000,00	
Recursos Hídricos						0,00				0,00	
Meteorologia						0,00				0,00	
FU18 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU18 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Desenvolvimento Científico						0,00				0,00	
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia						0,00				0,00	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico						0,00				0,00	
FU19 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU19 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Agricultura	1.976.000,00	1.666.547,04	163.569,31	534.016,70	1,67	1.132.530,34	161.515,45	505.385,48	2,02	1.161.161,56	
Abastecimento	470.000,00	226.375,51				226.375,51				226.375,51	
Extensão Rural						0,00				0,00	
Irrigação						0,00				0,00	
Promoção da Produção Agropecuária						0,00				0,00	
Defesa Agropecuária						0,00				0,00	
FU20 - Administração Geral	1.506.000,00	1.440.171,53	163.569,31	534.016,70	1,67	906.154,83	161.515,45	505.385,48	2,02	934.786,05	
FU20 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Reforma Agrária						0,00				0,00	
Colonização						0,00				0,00	
FU21 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU21 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Promoção Industrial						0,00				0,00	
Produção Industrial						0,00				0,00	
Mineração						0,00				0,00	
Propriedade Industrial						0,00				0,00	
Normalização e Qualidade						0,00				0,00	
FU22 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU22 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Comércio e Serviços	622.000,00	418.702,06	37.069,04	134.385,88	0,42	284.316,18	41.724,02	122.628,15	0,49	296.073,91	
Promoção Comercial	20.000,00	1.600,00				1.600,00				1.600,00	
Comercialização						0,00				0,00	
Comércio Exterior						0,00				0,00	
Serviços Financeiros						0,00				0,00	
Turismo	430.000,00	196.500,00		3.000,00	0,01	193.500,00		3.000,00	0,01	193.500,00	
FU23 - Administração Geral	172.000,00	220.602,06	37.069,04	131.385,88	0,41	89.216,18	41.724,02	119.628,15	0,48	100.973,91	
FU23 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Comunicações Postais						0,00				0,00	
Telecomunicações						0,00				0,00	
FU24 - Administração Geral						0,00				0,00	

Documento gerado em 31/07/2018 14:43:19

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Energia	810.000,00	810.000,00	5.705,61	19.758,76	0,06	790.241,24	5.649,61	18.565,19	0,07	791.434,81	
Conservação de Energia						0,00				0,00	
Energia Elétrica	810.000,00	810.000,00	5.705,61	19.758,76	0,06	790.241,24	5.649,61	18.565,19	0,07	791.434,81	
Combustíveis Minerais						0,00				0,00	
Biocombustíveis						0,00				0,00	
FU25 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU25 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Transporte	1.883.000,00	1.775.430,78	356.853,79	564.877,79	1,77	1.210.552,99	392.749,08	529.171,44	2,12	1.246.259,34	
Transporte Aéreo						0,00				0,00	
Transporte Rodoviário	1.883.000,00	1.775.430,78	356.853,79	564.877,79	1,77	1.210.552,99	392.749,08	529.171,44	2,12	1.246.259,34	
Transporte Ferroviário						0,00				0,00	
Transporte Hidroviário						0,00				0,00	
Transportes Especiais						0,00				0,00	
FU26 - Administração Geral						0,00				0,00	
FU26 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Desporto e Lazer	472.000,00	307.771,84	37.172,95	121.775,17	0,38	185.996,67	35.793,65	105.775,90	0,42	201.995,94	
Desporto de Rendimento						0,00				0,00	
Desporto Comunitário	200.000,00	50.400,00				50.400,00				50.400,00	
Lazer						0,00				0,00	
FU27 - Administração Geral	272.000,00	257.371,84	37.172,95	121.775,17	0,38	135.596,67	35.793,65	105.775,90	0,42	151.595,94	
FU27 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Refinanciamento da Dívida Interna						0,00				0,00	
Refinanciamento da Dívida Externa						0,00				0,00	
Serviço da Dívida Interna						0,00				0,00	
Serviço da Dívida Externa						0,00				0,00	
Transferências						0,00				0,00	
Outros Encargos Especiais						0,00				0,00	
Transferências para a Educação Básica						0,00				0,00	
FU28 - Demais Subfunções						0,00				0,00	
Reserva de Contingência	3.433.000,00	3.433.000,00				3.433.000,00				3.433.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.886.270,00	3.154.947,18	556.976,95	1.695.649,79	5,30	1.459.297,39	570.405,67	1.652.479,49	6,61	1.502.467,69	
TOTAL (III) = (I + II)	55.025.100,00	57.575.385,95	8.917.717,73	31.982.901,62	100,00	25.592.484,33	8.974.263,89	25.001.856,61	100,00	32.573.529,34	

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.886.270,00	3.154.947,18	556.976,95	1.695.649,79	5,30	1.459.297,39	570.405,67	1.652.479,49	6,61	1.502.467,69	
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Defesa da Ordem Jurídica											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral											
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	2.886.270,00	3.154.947,18	556.976,95	1.695.649,79	5,30	1.459.297,39	570.405,67	1.652.479,49	6,61	1.502.467,69	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	2.886.270,00	3.154.947,18	556.976,95	1.695.649,79	5,30	1.459.297,39	570.405,67	1.652.479,49	6,61	1.502.467,69	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Atenção Básica											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Ensino Fundamental											
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil											
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 15024037000127
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Especificação	Evolução da Receita Corrente Liquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2018
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	3,982,665.86	4,595,923.22	8,033,290.26	4,567,209.11	4,413,884.57	6,936,482.83	3,950,783.88	4,272,961.12	3,724,573.27	3,966,857.88	4,771,998.60	3,903,746.43	57,122,377.03	51,370,700.00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	301,293.82	347,810.28	4,594,889.39	280,329.75	677,887.57	333,834.70	335,600.42	394,902.61	394,251.64	402,365.43	588,491.07	485,624.34	9,137,281.02	5,815,300.00
IPTU	9,503.29	10,781.87	11,491.46	11,561.81	5,330.19	10,194.52	16,462.17	15,385.87	18,418.59	12,677.10	12,889.18	106,950.45	241,666.50	982,600.00
ISS	97,985.06	117,627.24	167,255.97	87,097.13	153,487.48	127,914.85	124,503.15	186,296.46	144,586.29	177,477.97	234,487.59	181,633.97	1,800,353.16	1,906,000.00
ITBI	35,491.28	52,943.42	4,136,067.63	31,820.41	335,978.08	33,190.19	27,318.50	28,194.20	37,828.32	57,400.34	154,691.15	32,494.10	4,963,417.62	1,649,700.00
IRRF	142,217.09	149,768.22	269,181.74	133,419.84	160,326.72	148,765.63	118,801.08	128,451.10	151,798.82	124,974.47	162,064.73	131,328.20	1,821,097.64	908,000.00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16,097.10	16,589.53	10,892.59	16,430.56	22,765.10	13,769.51	48,495.52	36,574.98	41,619.62	29,835.55	24,358.42	33,217.62	310,746.10	369,000.00
Contribuições	164,502.60	170,414.65	164,370.45	278,934.57	132,627.02	224,776.59	78,932.04	47,961.70	36,467.56	41,932.78	42,414.06	44,330.53	1,427,684.55	1,413,730.00
Receita Patrimonial	21,084.34	210,309.27	16,332.97	23,202.25	19,188.35	16,918.26	20,820.99	16,474.66	17,509.91	13,280.87	9,214.28	10,685.03	395,021.18	395,000.00
Rendimentos de Aplicação Financeira	21,084.34	210,309.27	16,332.97	23,202.25	19,188.35	16,918.26	20,820.99	16,474.66	17,509.91	13,280.87	9,214.28	10,685.03	395,021.18	395,000.00
Outras Receitas Patrimoniais														
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita de Serviços								26.76	45.60				72.36	
Transferências Correntes	3,473,831.84	3,842,140.23	3,234,047.01	3,952,464.43	3,568,485.60	6,302,535.28	3,510,405.03	3,811,684.07	3,275,424.75	3,494,019.15	4,144,109.59	3,361,974.23	45,971,121.21	43,696,670.00
Cota-Parte do FPM	828,374.79	939,475.89	788,843.32	893,984.66	919,525.80	1,229,853.26	1,124,152.79	1,469,619.27	988,228.55	1,036,125.46	1,271,577.64	1,190,772.00	12,680,533.43	13,403,000.00
Cota-Parte do ICMS	863,088.13	1,189,462.38	1,278,156.25	925,489.95	1,360,267.98	1,311,552.69	1,138,781.65	944,322.16	921,099.08	813,863.44	1,187,592.78	815,074.58	12,748,751.07	12,000,000.00
Cota-Parte do IPVA	145,147.17	87,468.37	77,927.85	70,579.52	61,439.17	33,501.34	64,831.97	116,753.98	154,491.37	158,079.26	185,433.21	134,575.24	1,290,228.45	1,190,000.00
Cota-Parte do ITR	9,224.24	10,314.45	79,466.50	979,253.03	134,412.40	172,758.34	83,128.33	20,186.16	1,732.70	6,787.78	7,009.63	127,456.69	1,631,672.25	390,000.00
Transferências da LC nº 87/1996	4,332.77	4,332.77	4,332.77	4,332.77	4,332.77	4,332.77	3,910.74	3,910.74	3,910.74	3,910.74	3,910.74	3,910.74	49,461.06	55,000.00
Transferências da LC nº 61/1989	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	7,730.10	7,377.53	7,751.54	6,976.25	8,115.93	4,680.44	42,631.79	50,000.00
Transferências do FUNDEB	474,446.51	605,537.24	395,830.71	511,646.01	471,672.68	1,533,501.83	670,898.24	654,534.36	585,270.79	547,142.47	748,237.51	561,976.10	7,760,694.45	6,502,000.00
Outras Transferências Correntes	1,149,218.23	1,005,549.13	609,469.61	567,178.49	616,834.80	2,017,035.05	416,971.21	594,979.87	612,939.98	921,213.75	732,232.15	523,526.44	9,767,148.71	10,106,670.00
Outras Receitas Correntes	21,953.26	25,248.79	23,650.44	32,278.11	15,696.03	58,418.00	5,025.40	1,891.32	873.81	17,259.65	-12,230.40	1,132.30	191,196.71	50,000.00
DEDUÇÕES (II)	373,025.78	446,210.69	445,749.25	574,727.89	495,995.54	550,399.62	482,961.00	510,958.35	413,892.39	403,737.25	531,104.73	453,999.15	5,682,761.64	5,200,000.00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência														
Compensações Financ. entre Regimes Previdência														
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	373,025.78	446,210.69	445,749.25	574,727.89	495,995.54	550,399.62	482,961.00	510,958.35	413,892.39	403,737.25	531,104.73	453,999.15	5,682,761.64	5,200,000.00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	3,609,640.08	4,149,712.53	7,587,541.01	3,992,481.22	3,917,889.03	6,386,083.21	3,467,822.88	3,762,002.77	3,310,680.88	3,565,120.63	4,240,893.87	3,449,747.28	51,439,615.39	46,170,700.00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 15024037000127
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	5.750.000,00	5.750.000,00	2.202.436,55	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	1.811.270,00	1.811.270,00	685.969,96	0,00
Civil	1.811.270,00	1.811.270,00	685.969,96	0,00
Ativo	1.809.470,00	1.809.470,00	685.969,96	
Inativo	900,00	900,00		
Pensionista	900,00	900,00		
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais	2.672.570,00	2.672.570,00	1.033.335,72	0,00
Civil	2.672.570,00	2.672.570,00	1.033.335,72	0,00
Ativo	2.672.570,00	2.672.570,00	1.033.335,72	
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Em Regime de Parcelamento de Débitos Previdenciário				
Receita Patrimonial	565.000,00	565.000,00	193.102,21	0,00
Receitas Imobiliárias	565.000,00	565.000,00	193.102,21	
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	701.160,00	701.160,00	290.028,66	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	64.160,00	64.160,00	22.142,24	
Demais Receitas Correntes	2.000,00	2.000,00	8.358,55	
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	635.000,00	635.000,00	259.527,87	
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (IV) = (I + III - II)	5.115.000,00	5.115.000,00	1.942.908,68	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2018	Em 2017
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (V)	485.000,00	485.000,00	237.246,45	0,00	155.993,66	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	475.000,00	477.200,00	236.946,45		155.693,66			
Despesas de Capital	10.000,00	7.800,00	300,00		300,00			
PREVIDÊNCIA (VI)	1.882.000,00	1.882.000,00	1.047.560,37	0,00	1.033.168,15	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	1.882.000,00	1.882.000,00	1.047.560,37	0,00	1.033.168,15	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	1.050.000,00	1.000.000,00	568.130,42		568.130,42			
Pensões	350.000,00	350.000,00	126.559,92		126.559,92			
Outros Benefícios Previdenciários	482.000,00	532.000,00	352.870,03		338.477,81			
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	2.367.000,00	2.367.000,00	1.284.806,82	0,00	1.189.161,81	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)	2.748.000,00	2.748.000,00	658.101,86	0,00	753.746,87			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
	Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 15024037000127
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Reserva Orçamentária do RPPS - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Bens e Direitos do RPPS - Plano Previdenciário	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2018	2017
Bens e Direitos do RPPS	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Investimentos e Aplicações		
Outros Bens e Direitos		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Em Regime de Parcelamento de Débitos				
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XI) = (IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2018	Em 2017
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
PREVIDÊNCIA (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV) = (XII + XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI - XIV)								

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2018
		RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	46.170.700,00	21.796.268,31
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.815.300,00	2.601.235,51
IPTU	982.600,00	182.803,36
ISS	1.906.000,00	1.048.985,43
ITBI	1.649.700,00	337.926,61
IRRF	908.000,00	817.418,40
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	369.000,00	214.101,71
Contribuições	1.413.730,00	292.058,67
Receita Patrimonial	395.000,00	87.985,74
Aplicações Financeiras (II)	395.000,00	87.985,74
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	38.496.670,00	18.800.963,95
Cota-Parte do FPM	13.403.000,00	7.080.475,51
Cota-Parte do ICMS	9.600.000,00	4.656.951,90
Cota-Parte do IPVA	952.000,00	651.332,15
Cota-Parte do ITR	312.000,00	196.978,70
Transferências da LC 87/1996	44.000,00	18.771,60
Transferências da LC nº 61/1989	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	6.502.000,00	3.768.059,47
Outras Transferências Correntes	7.683.670,00	2.428.394,62
Demais Receitas Correntes	50.000,00	14.024,44
Outras Receitas Financeiras (III)	50.000,00	14.024,44
Receitas Correntes Restantes	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	45.725.700,00	21.694.258,13
RECEITAS DE CAPITAL (V)	3.104.400,00	232.192,84
Operações de Crédito (VI)	1.600.000,00	
Amortização de Empréstimos (VII)		
Alienação de Bens	150.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)		
Outras Alienações de Bens	150.000,00	
Transferências de Capital	1.354.400,00	232.192,84
Convênios		
Outras Transferências de Capital	1.354.400,00	232.192,84
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)		
Outras Receitas de Capital Primárias		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	1.504.400,00	232.192,84
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	47.230.100,00	21.926.450,97

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2018					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)	41.336.772,63	25.072.122,92	20.916.856,39	19.784.657,41			
Pessoal e Encargos Sociais	21.934.076,14	11.484.981,03	11.480.752,50	11.435.271,33			
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	11.003,56						
Outras Despesas Correntes	19.391.692,93	13.587.141,89	9.436.103,89	8.349.386,08			
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	41.325.769,07	25.072.122,92	20.916.856,39	19.784.657,41			
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	5.135.166,14	2.100.803,51	324.410,60	307.172,00			
Investimentos	5.135.166,14	2.100.803,51	324.410,60	307.172,00			
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00			
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)							
Aquisição de Título de Crédito (XIX)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XX)							
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	5.135.166,14	2.100.803,51	324.410,60	307.172,00			
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	50.000,00						
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	46.510.935,21	27.172.926,43	21.241.266,99	20.091.829,41			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2018
	VALOR INCORRIDO
Resultado Primário - Acima da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = (XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc))	1.834.621,56

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Valor Realizado no Período
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Primário	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Juros Nominais	Até o bimestre 2018
	VALOR INCORRIDO
Juros Nominais	-
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)	
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2018
	VALOR INCORRIDO
Resultado Nominal - Acima da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	Valor Realizado no Período
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida	Saldo	
	Em 31/12/2017 (a)	Até o Bimestre (b)
Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		
DEDUÇÕES (XXIX)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa		
Disponibilidade de Caixa Bruta		
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		
Demais Haveres Financeiros		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2018
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Ajuste Metodológico	Até o bimestre 2018
	VALOR INCORRIDO
Ajuste Metodológico	-
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	
OUTROS AJUSTES (XXXV)	
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVI) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV)	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2018
Resultado Primário - Abaixo da Linha	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 15024037000127
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2018
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXVII) = XXXVI - (XXV - XXVI)	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Informações Adicionais	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Informações Adicionais	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	
Reserva Orçamentária do RPPS	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Receitas Primárias	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF		
	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
Receita Primárias	-	-	-
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Despesas Primárias	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Despesas Empenhadas Até o Bimestre / 2018	Despesas Empenhadas Até o Bimestre / 2017	Despesas Liquidadas Até o Bimestre / 2018	Despesas Liquidadas Até o Bimestre / 2017	Em 2018	Em 2017
Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)							
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Discriminação da Meta Fiscal de Resultado Primário	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF
	VALOR CORRENTE
Discriminação da Meta Fiscal de Resultado Primário	-
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Resultado Nominal	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc -VIb)	Até o Bimestre (VIc - VIa)
Resultado Nominal	-	-
RESULTADO NOMINAL		

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Discriminação da Meta Fiscal de Resultado Nominal	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF
	VALOR CORRENTE
Discriminação da Meta Fiscal de Resultado Nominal	-
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	Poder/Órgão											
	Poder/Órgão											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+ b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2017 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2017 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	487.007,88	1.471.872,53	1.469.127,33	0,00	489.753,08	209.085,58	1.215.181,67	772.613,06	718.273,03	0,00	705.994,22	1.195.747,30
PODER EXECUTIVO	487.007,88	1.471.872,53	1.469.127,33		489.753,08	209.085,58	1.215.181,67	772.613,06	718.273,03	0,00	705.994,22	1.195.747,30
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
TOTAL (III) = (I + II)	487.007,88	1.471.872,53	1.469.127,33	0,00	489.753,08	209.085,58	1.215.181,67	772.613,06	718.273,03	0,00	705.994,22	1.195.747,30

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra											
	Poder/Órgão Intra											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2017 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2017 (g)					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER EXECUTIVO												
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP		
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	REGISTROS EFETUADOS EM 2018	
		No Bimestre	Até o Bimestre
Impactos das Contratações de PPP	-	-	-
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais			
Riscos não Provisionados			
Garantias Concedidas			
Outros Passivos Contingentes			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)

Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS											
PPP A CONTRATAR (II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)											
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V) = (IV) / (III)											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Balanço Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	55.025.100,00
Previsão Atualizada	55.025.100,00
Receitas Realizadas	24.230.897,70
Déficit Orçamentário	7.752.003,92
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	
DESPESAS	
Dotação Inicial	55.025.100,00
Créditos Adicionais	2.550.285,95
Dotação Atualizada	57.575.385,95
Despesas Empenhadas	31.982.901,62
Despesas Liquidadas	25.001.856,61
Despesas Pagas	23.196.272,40
Superávit Orçamentário	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas por Função/Subfunção	Valores
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	31.982.901,62
Despesas Liquidadas	25.001.856,61

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	51.439.615,39

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Valores
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Resultado Previdenciário	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Resultados Nominal e Primário	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Nominal e Primário	-	-	-
Resultado Nominal - Acima da Linha			
Resultado Primário - Acima da Linha			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.958.880,41	0,00	1.469.127,33	489.753,08
Poder Executivo	1.958.880,41	0,00	1.469.127,33	489.753,08
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.424.267,25	0,00	718.273,03	705.994,22
Poder Executivo	1.424.267,25	0,00	718.273,03	705.994,22
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	3.383.147,66	0,00	2.187.400,36	1.195.747,30

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental			
Complementação da União ao FUNDEB			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito		
Despesa de Capital Líquida		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-
Total das Despesas/RCL (%)	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 15024037000127
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Digitally signed by VALDOMIRO LACHOVICZ:50879138904 Date: 2018.07.31 14:43:54 AMT Perfil: Titular do Poder Executivo Instituição: Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL SIMPLIFICADO - 1º SEMESTRE / 2018

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.103.323,87	2.122.386,22	3.964.663,64	2.012.645,67	2.169.376,35	2.073.953,50	2.135.361,12	2.286.986,14	2.414.440,12	2.360.424,10	2.347.108,55	2.396.877,36	28.387.546,64	0,00
Pessoal Ativo	2.005.137,35	2.021.573,70	3.836.768,33	1.910.016,85	1.966.193,87	1.966.970,61	2.023.468,72	2.172.724,12	2.300.540,20	2.242.212,10	2.228.896,55	2.278.665,36	26.953.167,76	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.700.241,07	1.712.150,92	3.363.908,04	1.654.752,52	1.681.057,88	1.696.234,59	1.756.897,39	1.887.201,35	1.997.791,73	1.886.153,87	1.879.456,30	1.935.055,96	23.150.901,62	
Obrigações Patronais	279.083,33	275.195,84	437.757,07	223.509,26	229.009,48	236.235,04	236.151,51	243.468,97	247.127,34	292.419,62	268.039,52	278.265,68	3.246.262,66	
Benefícios Previdenciários	25.812,95	34.226,94	35.103,22	31.755,07	56.126,51	34.500,98	30.419,82	42.053,80	55.621,13	63.638,61	81.400,73	65.343,72	556.003,48	
Pessoal Inativo e Pensionistas	98.186,52	100.812,52	127.895,31	102.628,82	203.182,48	106.982,89	111.892,40	114.262,02	113.899,92	118.212,00	118.212,00	118.212,00	1.434.378,88	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	77.492,80	80.118,80	80.770,99	81.935,10	162.341,62	86.289,17	90.798,08	93.168,70	92.806,60	97.118,68	97.118,68	97.118,68	1.137.078,90	
Pensões	20.693,72	20.693,72	47.124,32	20.693,72	40.840,86	20.693,72	21.093,32	21.093,32	21.093,32	21.093,32	21.093,32	21.093,32	297.299,98	
Outros Benefícios Previdenciários													0,00	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)													0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	101.936,52	104.562,52	131.645,31	106.378,82	206.932,48	110.732,89	111.892,40	114.262,02	119.396,18	118.212,00	118.212,00	118.212,00	1.462.375,14	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária									5.496,26				5.496,26	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00							22.500,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração													0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	98.186,52	100.812,52	127.895,31	102.628,82	203.182,48	106.982,89	111.892,40	114.262,02	113.899,92	118.212,00	118.212,00	118.212,00	1.434.378,88	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.001.387,35	2.017.823,70	3.833.018,33	1.906.266,85	1.962.443,87	1.963.220,61	2.023.468,72	2.172.724,12	2.295.043,94	2.242.212,10	2.228.896,55	2.278.665,36	26.925.171,50	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	51.439.615,39	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	51.439.615,39	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	26.925.171,50	52,34
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	27.777.392,31	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	26.388.522,69	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	24.999.653,08	48,60

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal								
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Dívida Consolidada	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	0,00	0,00	0,00
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00
Depósitos e Consignações Sem Contrapartida	0,00	0,00	0,00
RP Não-Processados	0,00	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual de PPP	0,00	0,00	0,00
Apropriação de Depósitos Judiciais - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 15024037000127
	Exercício: 2018
	Período de referência: 1º semestre

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Trajetória de Retorno ao Limite											
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte			Exercício do Terceiro Período Seguinte		
	Quadrimestre/Semestre em que Excedeu o Limite			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte			Terceiro Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor Mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (j)
Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 15024037000127
	Exercício: 2018
	Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — Tesouro Nacional	
	Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
	Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 15024037000127
	Exercício: 2018
	Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.5 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Municípios Semestral



siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.5 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Garantias Concedidas	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)			
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (V/VI)			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>			
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>			
Contragarantias Recebidas	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas			
Em Garantia às Operações de Crédito Internas			
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas			
Em Garantia às Operações de Crédito Internas			
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas			
Em Garantia às Operações de Crédito Internas			
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito Previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de Crédito Previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
CNPJ: 15024037000127
Exercício: 2018
Período de referência: 1º semestre

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	51.439.615,39	
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (IIIa + V - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	8.230.338,46	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	7.407.304,62	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.600.773,08	7,00

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	-	-
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas		

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Semestre
	Valor Até o Semestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	51.439.615,39
Receita Corrente Líquida Ajustada	51.439.615,39

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	26.925.171,50	52,34
Limite Máximo (incisos I II e III art. 20 da LRF) - <%>	27.777.392,31	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	26.388.522,69	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	24.999.653,08	48,60

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Dívida Consolidada	Comparativo do Saldo da Dívida	
	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018	
	Saldo Exercício até o Primeiro Semestre	Saldo Exercício até o Segundo Semestre
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Garantias de Valores	Comparativo do Saldo de Garantia	
	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018	
	Saldo Exercício até o Primeiro Semestre	Saldo Exercício até o Segundo Semestre
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT (Poder Executivo)
	CNPJ: 15024037000127
	Exercício: 2018
	Período de referência: 1º semestre

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	8.230.338,46	16,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Digitally signed by VALDOMIRO LACHOVICZ:50879138904 Date: 2018.07.31 14:39:21 AMT Perfil: Titular do Poder Executivo Instituição: Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO E N.º 036/2017. ASS: 06/07/2018. VCT: 07/10/2018. Contratado: **UM CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - ME**. Objeto: Fica ajustado entre as partes que o prazo previsto e consignado no Termo de Contrato, será prorrogado do dia 10/07/2018 a 07/10/2018, conforme autoriza a Lei 8.666/93, § art. 57, § 1º, inciso II, e § 2º. VALDOMIRO LACHOVICZ – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2018

EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT

CONTRATADO: REGINA PIRES DE ARAÚJO 47444665168

VALOR GLOBAL: R$ R$177.464,20 (CENTO E SETENTA E SETE MIL QUATROCENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS E VINTE CENTAVOS).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 14/07/2018 até 31/12/2018

OBJETO O objeto do presente Pregão Presencial é a contratação de serviços de Transporte de Alunos da Rede de Ensino Público e transporte rodoviário intermunicipal para Município de São José do Xingu/MT, **a serem executados pelo menor preço do km rodado, de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência.**

DATA: 14/07/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

EXTRATO DO CONTRATO N.º 011/2018.

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº 018/2018.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2018.

CONTRATO Nº 011/2018.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA, CONTÁBIL, DE PLANEJAMENTO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL, PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE SERRA NOVA DOURADA - MT, CONFORME DESCRITO NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

FAVORECIDO: ACPI – ASSESSORIA CONSULTORIA PLANEJAMENTO & INFORMÁTICA LTDA.

CNPJ: 36.879.070/0001-09**.**

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) Meses;

DATA DE ASSINATURA: 27/07/2018.

VALOR GLOBAL: R$ 69.600,00 (sessenta e nove mil e seiscentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 10.520/02 e Lei nº 8.666/93 e alterações.

Serra Nova Dourada - MT, em 27 de julho de 2018.

Jean Flávio dos Santos Milhomem.

Pregoeiro.

Portaria n.º 011/2017.

P.M.S.N.D.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

3. DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, **em razão da perda do objeto**, **JULGO EXTINTO O PROCESSO**, **sem análise do mérito** e, por conseguinte, **declaro vago o cargo Especialista da Saúde II – Fisioterapeuta**, tendo em vista o pedido de exoneração realizado por **LEANDRO ALUISIO MARQUES DE MELO, o que façocom fulcro nos artigos 35 e 161, ambos da Lei Municipal nº. 218/99 (Estatuto dos Servidores)**, por ser medida que melhor se coaduna com a preservação dos interesses da própria coletividade, nos termos dos argumentos acima descritos.

À Secretaria de Administração para as providências e anotações necessárias.

Publique-se, Intime-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabaporã/MT, aos 31 dias do mês de julho de 2018.

_____

SIRINEU MOLETA

Prefeito Municipal

LICITACAO
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 39/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2018

Caixa de texto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 39/2018, ORIUNDO DA LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL 14/2018, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESIDUOS NÃO-PERIGOSOS NAS COMUNIDADE DA GLEBA MERCEDES I E II E EM AMERICANA DO NORTE, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ – MT, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE TABAPORÃ/MT E A EMPRESA JOSE NOGUEIRA - MEI.

PREÂMBULO DAS PARTES E SEUS REPRESENTANTES DA FINALIDADE E FUNDAMENTO LEGAL

O município de **TABAPORÃ – MT**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 37.464.997/0001-40, situada na Avenida Comendador José Pedro Dias, n° 979, representada pelo seu Prefeito Municipal o senhor **SIRINEU MOLETA**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº MG-12. 223.800 SSP/MG e CPF nº 505.657.109-15, residente na Rua José Carlos Moreira, s/nº, Centro no município de Tabaporã – MT, de ora em diante denominada **CONTRATANTE.**

JOSE NOGUEIRA – MEI, cadastrada no CNPJ sob o número **29.435.114/0001-46**, com sede na Rua 7 de setembro, nº SB, Bairro Nova Fronteira – CEP: 78.563-000, no município de Tabaporã – MT, representada pelo seu proprietário o Senhor **José Nogueira**, brasileiro, solteiro, microempreendedor, portador do RG n° 001176688 SSP/MS e do CPF n° 608.336.611-91, residente e domiciliado na Rua 7 de setembro, nº SB, Bairro Nova Fronteira – CEP: 78.563-000, no município de Tabaporã – MT, de ora em diante denominada **CONTRATADA**.

DA FINALIDADE

O presente termo aditivo tem como finalidade o reajuste de preço e do valor do ITEM 1 do Contrato nº 039/2018, aumentando o valor do ITEM em 25%, passando o Valor mensal de **R$ 6.750,00 (Seis mil setecentos e cinquenta reais)** á **R$ 8.437,50 (Oito mil quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).**

DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Termo Aditivo tem por fundamento legal o disposto no artigo 65, § 2º, inciso II, da lei nº 8.666/93 bem como o que dispõe a Clausula Décima Quarta do Contrato 039/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui o objeto deste termo aditivo, a alteração da CLAUSULA QUARTA – DO OBJETO E FINALIDADE, Artigo 4.1, com a adição de **R$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)** ao valor Unitário mensal.

CLAÚSULA SEGUNDA

DO OBJETO E FINALIDADE, passa a ter a seguinte redação:

2.3. *À CONTRATADA adjudicam-se os itens aos quais advém do resultado final do PREGÃO PRESENCIAL 014/2018, com o menor valor entre as propostas do certame, conforme segue:*

LOTE 01 **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESIDUOS NÃO PERIGOSOS**						
ITEM	**CODIGO AGILI**	**CODIGO TCE – MT**	**SERVIÇOS**	**QTDE.**	**R$ UNIT.**	**VALOR TOTAL**

01	**33727**	**216125-7**	**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESIDUOS NÃO PERIGOSOS NAS COMUNIDADES GLEBA MERCEDES I E II E EM AMERICANA DO NORTE”**, conforme segue: A coleta regular de resíduos sólidos domiciliares deverá ser executada diariamente no perímetro urbano com as exceções das principais vias das comunidades Gleba Mercedes I e II e em Americana do Norte ambos distritos do Município de Tabaporã – MT, dentro do perímetro urbano. *(E Em dias e horários estabelecidos pela Sec. Mun. de Obras)*	12 Meses	R$: 8.437,50	R$: 101.250,00

CLAUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Todas as demais Clausulas e Artigos do Contrato em Referência, não alteradas por esse instrumento, permanecem inalteradas e são, pelo presente Termo Aditivo, Ratificadas.

CLAUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Tabaporã/MT, para dirimir questões oriundas deste Termo Aditivo não resolvidos na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA QUINTAA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. É parte integrante deste Termo Aditivo independente de transcrição: o Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2018, e a proposta da CONTRATADA.

6.2. A CONTRATADA fica obrigada a manter as condições de habilitação, especialmente, no que diz respeito à seguridade social, durante toda a vigência do Contrato.

6.3. E assim, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, impressas em um só lado, juntamente com 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas para que produza todos os seus efeitos legais.

Tabaporã - MT, 31 de Julho de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ – MT

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

JOSE NOGUEIRA – MEI

CNPJ Sob nº **29.435.114/0001-46**

Jose Nogueira

CONTRATADA

Edileusa Maria Lolato **CPF Sob n° 034.079.511-59** **Testemunha**	**Marilucia Aparecida Dos Santos Fernandes** **CPF Sob n° 535.802.491-34** **Testemunha**

TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO/DESISTÊNCIA Nº. 004/2018 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017

Certificamos para os devidos fins, que referente à Portaria de Convocação nº. 541/2018 válido no período compreendido entre 23/07/2018 a 21/08/2018;

a) Termo de Desistência para assumir sua vaga a seguinte candidatos:

Inscrição	Nome	Cargo
302	Cristiano Barbosa da Silva	Apoio Administrativo Educacional - Infraestrutura
212	Francinete Miriam de Lima Freitas	Apoio Administrativo Educacional - Infraestrutura

Por ter pedido a Desistência, conforme estabelecido no Edital foi automaticamente, ficando a Administração livre para chamar os próximos candidatos, caso exista, seguindo a ordem de classificação,

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente Termo para todos os efeitos legais de direito.

Tabaporã/MT, 31 de Julho de 2018.

SIRINEU MOLETA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
TERMO ADITIVO 114/2018

TERMO ADITIVO 114/2018

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **311/2018**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ELIEL JOSÉ THEODORO

Objeto: Prorrogar o vencimento do contrato acima referido de **01/06/2018 à 15/12/2018.** O presente aditamento e a alteração justificam-se, para que os mesmos apresentassem a certificação exigida na lei Municipal Nº 3682/2011.

Cargo: MOTORISTA – ZONA RURAL LEI 126/07

Carga Horária: 40 Horas Semanais

Dotação: 02.023.0.0.12361.0032.2215 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR – ENSINO FUNDAMENTAL – 3.1.90.04.00.00 0101000000 ENSINO FUNDAMENTAL – TRANSPORTE ESCOLAR – CONTRATOS.

Data da Assinatura: 01/06/2018

Vigência: 01/06/2018 a 15/12/2018

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: ADRIANO ALVES FERNANDES; ELIEL JOSÉ THEODORO

SERRAPREV
PORTARIA N.º 28/2018.

*“Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora **Sra Maria Isabel de Lima Santos”.***

O Diretor Executivo do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Tangará da Serra/MT – SERRAPREV, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o art. 6º incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c Art. 92, incisos I, II, III e IV da Lei Municipal n.º 153 de 14 de abril de 2011, que rege a previdência municipal, art. 179 da Lei Complementar n.º 006 de 21 de junho de 1994 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal e trata sobre o Adicional por Tempo de Serviço – ATS, Lei Complementar n.º 019 de 23 de setembro de 1996, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Magistério Público Municipal, alterada pela Lei Complementar n.º 072 de 30 de abril de 2002, Anexo I – Tabela de Progressão da Lei Complementar n.º 163 de 16 de fevereiro de 2012 que dispõe sobre a Carreira dos Profissionais da Educação de Tangará da Serra, Estado de Mato e, último reajuste concedido pela Lei Ordinária n. 4.981 de 15 de junho de 2018 que dispõe sobre revisão geral anual dos servidores municipais do Poder Executivo Municipal;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição à servidora Sra. **Maria Isabel de Lima Santos**, brasileira, portadora da cédula de identidade n.º 17381072X SSP/SP e CPF n.º 064.346.978-80, efetiva no cargo de Professora Educação Infantil, Classe "D", Nível "III", lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 horas semanais, matriculada sob nº 002118, contando com 30 (trinta) anos, 03 (três) meses e 25 (vinte e cinco) dias de tempo de contribuição, com proventos integrais, com base na última remuneração do cargo efetivo, a partir de **01 de agosto de 2018**, conforme processo administrativo do **SERRAPREV, n.º 2018.04.00065P**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Tangará da Serra/MT, 31 de julho de 2018.

HELITON LUIZ DE OLIVEIRA

Diretor Executivo do SERRAPREV

Homologo:

Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

Prefeito Municipal

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 806, DE 21 DE JUNHO DE 2018

O Senhor Prefeito Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, **Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

PORTARIA Nº 806, DE 21 DE JUNHO DE 2018 Art. 1º EXONERAR no dia 20/06/2018, o Senhor **ALENCAR NUNES BERNARDINO,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 1302082-0 SSP/MT, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda, nomeado pela Portaria nº 337/GP/2013 de 21/10/2013 para exercer a função comissionada de **Coordenador do ISSQN,** símbolo DAI-II, de acordo Lei nº 2.432/2005, de 21/11/2005, com jornada diária de 08(oito) horas, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais.

SIGNATÁRIOS: Prof. Fábio Martins Junqueira / Valnicéia Maria Picoli Barbosa / Maria das Graças Souto.

SAMAE
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N.26/2018/SAMAE

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N.26/2018/SAMAE

TIPO	PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N. 26/2018/SAMAE
CONTRATANTE	**SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado à Av. Brasil, 2.350 N – Paço Municipal, na cidade de Tangará da Serra/MT, Representado pelo Diretor Geral **WESLEY LOPES TORRES.**
CONTRATADA	**MWV TRANSPORTE E CONSTRUÇÃO LTDA ME**, inscrita no CNPJ n. 12.939.813/0001-20, localizada na Rua das Sucupiras, n. 733-S, bairro Jardim dos Ipês, Tangará da Serra – MT, CEP 78.300-000, representada pelo **Sr. VALDECI SANTOS DE OLIVEIRA**.
OBJETO FUNDAMENTO	**Ata de Registro de Preços n. 26/2018/SAMAE, Pregão n. 10/2018/SAMAE, Processo n. 12/2018/SAMAE, cujo objeto é: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIÁRIAS E HORAS MÁQUINAS PARA O SAMAE.** Fundamento de acordo comArt. 65, I, Alínea "a" e § 8º da Lei 8.666/93, quanto à necessidade de acréscimo à dotação original.
PRAZO	**Tangará da Serra-MT, 01 de junho de 2018 com vigência até 17 de abril de 2019.**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE REAB. 2ª CHAMADA -PP Nº 038/2018

AVISO DE REABERTURA- 2ª CHAMADA- PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2018- REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA,** visando atender as necessidades da secretaria deste município**,** conforme especificações constantes dos **Anexos II e III, do Edital. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, através do(a) Pregoeiro(a) nomeado(a) p**ela Portaria nº 730/GP/2016 e 421/GP/2018, torna público que o certame acima foi considerado **DESERTO** tendo em vista a ausência de licitantes interessadas. Assim, divulga para conhecimento dos interessados, a realização da **2ª CHAMADA** do certame referenciado, cuja sessão para recebimento dos documentos de habilitação e propostas dar-se-á no dia **31 DE AGOSTO DE 2018, às 08:00 horas,** na sala de licitações da Prefeitura, localizada à Avenida Brasil nº 2.351- N- 2º Piso- Jardim Europa. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do **dia 01 de Agosto de 2018**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4831/4809. Tangará da Serra- MT, 31 de Julho de 2018. Aguinaldo Vicente Segura- Chefe Departamento de Licitação.

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 452/2018

Contrato de Pessoal n°. 452/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 452/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ADRIANE DE OLIVEIRA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006**,** de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. **03672/2011**, que autoriza contratação temporária e dá outras providências.

Cargo: ORIENTADOR SOCIAL

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 08.244.0008.2814 – MANUTENÇÃO CENTRO DE REFERÊNCIA SETORES CRAS3.1.90.04.00.00 0100000000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

Data Da Assinatura: 30/05/2018

Vigência: 01/06/2018 À 31/06/2019

Secretaria: ASSISTENCIA SOCIAL

Signatários: AGUINALDO GARRIDO; ADRIANE DE OLIVEIRA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 454/2018

Contrato de Pessoal n°. 454/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 454/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: NADIR SANDES ESPÍNDOLA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006, de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. 3340/2010, que autoriza contratação temporária e dá outras providências.

Cargo: TECNICO DE ENFERMAGEM

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.301.0013.2304 Manutenção das USF - Unidades PSFs 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado

Data Da Assinatura: 07/06/2018

Vigência: 08/06/2018 À 07/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; NADIR SANDES ESPÍNDOLA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 455/2018

Contrato de Pessoal n°. 455/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 455/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: VALDEIR FRANCISCO

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006, de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. 3340/2010, que autoriza contratação temporária e dá outras providências.

Cargo: TECNICO DE ENFERMAGEM

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.301.0013.2305 Manutenção das UPA - 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado

Data Da Assinatura: 07/06/2018

Vigência: 08/06/2018 À 07/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; VALDEIR FRANCISCO

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 456/2018

Contrato de Pessoal n°. 456/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 456/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: SAMARA PEREIRA DA SILVA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006, de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. 3340/2010, que autoriza contratação temporária e dá outras providências.

Cargo: TECNICO DE ENFERMAGEM

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.301.0013.2304 Manutenção das USF - Unidades PSFs 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado

Data Da Assinatura: 11/06/2018

Vigência: 11/06/2018 À 10/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; SAMARA PEREIRA DA SILVA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 457/2018

Contrato de Pessoal n°. 457/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 457/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ANDREIA CONSTANCIA DE LUNA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006**,** de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. 3340/2010, que autoriza contratação temporária e dá outras providências.

Cargo: TECNICO DE ENFERMAGEM

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.301.0013.2304 Manutenção das USF - Unidades PSFs 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado

Data Da Assinatura: 08/06/2018

Vigência: 11/06/2018 À 10/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; ANDREIA CONSTANCIA DE LUNA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 459/2018

Contrato de Pessoal n°. 459/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 459/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: MARIANA GOMES GRANVILLE

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006, de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. 3340/2010, que autoriza contratação temporária e dá outras providências.

Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.103.02.015.2310 Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado.

Data Da Assinatura: 11/06/2018

Vigência: 12/06/2018 À 11/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; MARIANA GOMES GRANVILLE

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 461/2018

Contrato de Pessoal n°. 461/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 461/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: LIDIANE ABRÃO DA SILVA TEIXEIRA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006, de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. 3340/2010, que autoriza contratação temporária e dá outras providências.

Cargo: RECEPCIONISTA – PSF

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.301.0013.2304 Manutenção da ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado.

Data Da Assinatura: 11/06/2018

Vigência: 12/06/2018 À 11/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; LIDIANE ABRÃO DA SILVA TEIXEIRA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 462/2018

Contrato de Pessoal n°. 462/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 462/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ELIANA DE SOUZA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006, de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. 3340/2010, que autoriza contratação temporária e dá outras providências.

Cargo: TECNICA DE ENFERMAGEM

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2305 Manutenção da UPA – Unidade de Pronto Atendimento 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado

Data Da Assinatura: 11/06/2018

Vigência: 12/06/2018 À 11/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; ELIANA DE SOUZA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 463/2018

Contrato de Pessoal n°. 463/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 463/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: JULIANE IDALGO COSTA FLAUSINO

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006, de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. 3340/2010, que autoriza contratação temporária e dá outras providências.

Cargo: TECNICA DE ENFERMAGEM

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.301.0013.2304 Manutenção das USF - Unidades PSFs 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado

Data Da Assinatura: 11/06/2018

Vigência: 12/06/2018 À 11/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; JULIANE IDALGO COSTA FLAUSINO

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 464/2018

Contrato de Pessoal n°. 464/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 464/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: CAROLINA SCARPAT RODRIGUES

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006, de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. 3340/2010, que autoriza contratação temporária e dá outras providências.

Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.103.02.015.2310 Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado.

Data Da Assinatura: 11/06/2018

Vigência: 12/06/2018 À 11/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; CAROLINA SCARPAT RODRIGUES

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 465/2018

Contrato de Pessoal n°. 465/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 465/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: FRANCISCA MARYLIN LUCAS PAUFERRO

Objeto: – O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 07 071 10 04 129 0005 2705 - MANUTENÇÃO DO DPTO DE ADM. TRIBUTÁRIA - 3.1.90.04.0000 0100000000 Contratação por Tempo Determinado

Data Da Assinatura: 11/06/2018

Vigência: 12/06/2018 À 11/06/2019

Secretaria: FAZENDA

Signatários: VALNICÉIA MARIA PICOLI BARBOSA; FRANCISCA MARYLIN LUCAS PAUFERRO

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 466/2018

Contrato de Pessoal n°. 466/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 466/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: LEDINEIA BENEDITO SILVA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 002/2016, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 2653/2006.

Cargo: ENFERMEIRA

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.301.0013.2304 Manutenção da UPA - Unidade de Pronto Atendimento 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado

Data Da Assinatura: 11/06/2018

Vigência: 13/06/2018 À 12/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; LEDINEIA BENEDITO SILVA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 467/2018

Contrato de Pessoal n°. 467/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 467/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: LAIZZA CRISTINA DA SILVA SIQUEIRA VENTURA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 002/2016, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 2653/2006.

Cargo: ENFERMEIRA

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.301.0013.2304 Manutenção da UPA - Unidade de Pronto Atendimento 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado

Data Da Assinatura: 11/06/2018

Vigência: 12/06/2018 À 11/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; LAIZZA CRISTINA DA SILVA SIQUEIRA VENTURA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 468/2018

Contrato de Pessoal n°. 468/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 468/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: CAROLINA PICOLOTO

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 002/2016, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 2653/2006.

Cargo: ENFERMEIRA

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.301.0013.2304 Manutenção da UPA - Unidade de Pronto Atendimento 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado

Data Da Assinatura: 11/06/2018

Vigência: 12/06/2018 À 11/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; CAROLINA PICOLOTO

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 469/2018

Contrato de Pessoal n°. 469/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 469/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: RAFAELA DE LAURA SANTOS OLIVEIRA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 002/2016, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 2653/2006.

Cargo: ENFERMEIRA

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.301.0013.2304 Manutenção da UPA - Unidade de Pronto Atendimento 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado

Data Da Assinatura: 11/06/2018

Vigência: 12/06/2018 À 11/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; RAFAELA DE LAURA SANTOS OLIVEIRA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 470/2018

Contrato de Pessoal n°. 470/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 470/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: LEONARDO ALVES RODRIGUES DOS SANTOS

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 002/2016, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 2653/2006.

Cargo: ENFERMEIRO

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.301.0013.2304 Manutenção da Atenção Primária em Saúde 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado

Data Da Assinatura: 11/06/2018

Vigência: 12/06/2018 À 11/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; LEONARDO ALVES RODRIGUES DOS SANTOS

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 471/2018

Contrato de Pessoal n°. 471/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 471/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: MARIA GLEIS MONTANINI FERREIRA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 002/2016, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 2653/2006.

Cargo: TÉCNICA DE ENFERMAGEM

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.301.0013.2304 Manutenção da Atenção Básica 3. 1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado

Data Da Assinatura: 11/06/2018

Vigência: 12/06/2018 À 11/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; MARIA GLEIS MONTANINI FERREIRA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 472/2018

Contrato de Pessoal n°. 472/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 472/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: MURILO JULIO LIBARDI

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006**,** de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. **3340/2010**, que autoriza contratação temporária e dá outras providências.

Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03000.101.22.0014.2301 Manutenção do Gabinete do Secretário de Saúde 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado.

Data Da Assinatura: 12/06/2018

Vigência: 12/06/2018 À 11/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; MURILO JULIO LIBARDI

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 473/2018

Contrato de Pessoal n°. 473/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 473/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: JOYCE ANGELINE DA SILVA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 003/2017, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 2653/2006.

Cargo: RECEPCIONISTA – PSF

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.301.0013.2304 Manutenção das USFS – Unidades PSF 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado.

Data Da Assinatura: 12/06/2018

Vigência: 12/06/2018 À 11/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; JOYCE ANGELINE DA SILVA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 475/2018

Contrato de Pessoal n°. 475/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 475/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: MICHELI PASCHOAL RIBEIRO

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 003/2017, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 2653/2006.

Cargo: TÉCNICA DE ENFERMAGEM

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.301.0013.2304 Manutenção da Atenção Básica 3. 1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado

Data Da Assinatura: 12/06/2018

Vigência: 12/06/2018 À 11/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; MICHELI PASCHOAL RIBEIRO

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 476/2018

Contrato de Pessoal n°. 476/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 476/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: JUSCILENE GONÇALVES SILVA CAVALCANTI

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 003/2017, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 2653/2006.

Cargo: ENFERMEIRA

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.301.0013.2304 Manutenção da Atenção Primária 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado

Data Da Assinatura: 12/06/2018

Vigência: 13/06/2018 À 12/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; JUSCILENE GONÇALVES SILVA CAVALCANTI

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 478/2018

Contrato de Pessoal n°. 478/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 478/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: CINARIA BATISTA COIMBRA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 002/2016, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 2653/2006. Cargo: TÉCNICA DE ENFERMAGEM

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2305 Manutenção da UPA – Unidade de Pronto Atendimento 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado

Data Da Assinatura: 12/06/2018

Vigência: 13/06/2018 À 12/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; CINARIA BATISTA COIMBRA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 479/2018

Contrato de Pessoal n°. 479/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 479/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: REJANE DO NASCIMENTO SILVA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 002/2016, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 2653/2006. Cargo: TÉCNICA DE ENFERMAGEM

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2309 Manutenção do Hospital Municipal 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado

Data Da Assinatura: 12/06/2018

Vigência: 13/06/2018 À 12/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; REJANE DO NASCIMENTO SILVA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 480/2018

Contrato de Pessoal n°. 480/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 480/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: PRISCILA YASMIN FLORIANO

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 002/2016, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal **2653/2006.**

Cargo: ENFERMEIRA

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2304 Manutenção da UPA – Unidade de Pronto Atendimento 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado

Data Da Assinatura: 12/06/2018

Vigência: 13/06/2018 À 12/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; PRISCILA YASMIN FLORIANO

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 481/2018

Contrato de Pessoal n°. 481/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 481/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: PATRICIA REGINA OLIVEIRA BERNARDINO

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 002/2016, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal **2653/2006.**

Cargo: ENFERMEIRA

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2304 Manutenção da UPA – Unidade de Pronto Atendimento 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado

Data Da Assinatura: 12/06/2018

Vigência: 14/06/2018 À 13/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; PATRICIA REGINA OLIVEIRA BERNARDINO

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 482/2018

Contrato de Pessoal n°. 482/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 482/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: JÉSSICA ROSA MENDONÇA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 002/2016, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal **2653/2006.**

Cargo: ENFERMEIRA

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.304.0016.2316 Manutenção da Vigilância Sanitária 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado

Data Da Assinatura: 12/06/2018

Vigência: 13/06/2018 À 12/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; JÉSSICA ROSA MENDONÇA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 483/2018

Contrato de Pessoal n°. 483/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 483/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: MARIA APARECIDA RODRIGUES DE ARAÚJO

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 002/2016, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal **2653/2006.**

Cargo: ENFERMEIRA

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2304 Manutenção da Atenção Básica 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado

Data Da Assinatura: 12/06/2018

Vigência: 13/06/2018 À 12/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; MARIA APARECIDA RODRIGUES DE ARAÚJO

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 484/2018

Contrato de Pessoal n°. 484/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 484/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ANA CAROLINE FURTADO ALMEIDA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 002/2016, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal **2653/2006.**

Cargo: TÉCNICA DE ENFERMAGEM

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2304 Manutenção da Atenção Básica 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado

Data Da Assinatura: 12/06/2018

Vigência: 15/06/2018 À 14/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; ANA CAROLINE FURTADO ALMEIDA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 485/2018

Contrato de Pessoal n°. 485/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 485/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ELEAZER ARAÚJO DE ALMEIDA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 002/2016, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal **2653/2006.**

Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2309 Manutenção do Hospital Municipal 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado

Data Da Assinatura: 12/06/2018

Vigência: 14/06/2018 À 13/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; ELEAZER ARAÚJO DE ALMEIDA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 486/2018

Contrato de Pessoal n°. 486/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 486/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: JANE KELLY DO CARMO BRUNO

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 002/2016, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal **2653/2006.**

Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2309 Manutenção do Hospital Municipal 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado

Data Da Assinatura: 12/06/2018

Vigência: 14/06/2018 À 13/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; JANE KELLY DO CARMO BRUNO

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 487/2018

Contrato de Pessoal n°. 487/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 487/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ELENA OLIVEIRA DA SILVA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 002/2016, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal **2653/2006.**

Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2309 Manutenção do Hospital Municipal 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado

Data Da Assinatura: 12/06/2018

Vigência: 13/06/2018 À 12/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; ELENA OLIVEIRA DA SILVA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 488/2018

Contrato de Pessoal n°. 488/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 488/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: JUCILENI APARECIDA SOARES

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 002/2016, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal **2653/2006.**

Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2309 Manutenção do Hospital Municipal 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado.

Data Da Assinatura: 12/06/2018

Vigência: 13/06/2018 À 12/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; JUCILENI APARECIDA SOARES

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 489/2018

Contrato de Pessoal n°. 489/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 489/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ROSEANE VICENTE DA SILVA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 002/2016, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal **2653/2006.**

Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2304 Manutenção da Atenção Básica 3. 1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado

Data Da Assinatura: 12/06/2018

Vigência: 14/06/2018 À 13/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; ROSEANE VICENTE DA SILVA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 490/2018

Contrato de Pessoal n°. 490/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 490/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: BERKLOURDES MENDES FONSECA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 003/2017, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 3340/2010.

Cargo: TELEFONISTA AUX. REG. MÉDICA - TARMS

Carga Horária: 12x36 Horas

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2307 - Manutenção do SAMU 3.190.040. 000. 114020000 Contratação por Tempo Determinado 0102000000 Obrigações Patronais.

Data Da Assinatura: 15/06/2018

Vigência: 15/06/2018 À 14/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; BERKLOURDES MENDES FONSECA

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO TERMO DE PRORROGAÇÃO
Nº001100000072-2015-ADM-2018

O **MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT /** INVIOLÁVEL TANGARÁ LTDA EPP **/** Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar por mais **12 (doze) meses**, a Cláusula Sexta, item 6.1, da vigência do **Contrato nº 071/ADM/ 2015** (Objeto: **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO EM RÉGIME DE COMODATO, PARA ATENDER DEMANDA DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO),** passando a vigência de 30/06/2015 a 30/06/ 2018para **30/06/2015** à **30/06/2019 / R$229.401,84 (Duzentos e vinte e nove mil quatrocentos e um reais e oitenta e quatro centavos)**, Data da Assinatura 29.06. 2018.

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO TERMO ADITIVO DE VALOR Nº000100000019-ADM-2018

O **MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A /** . Este Termo Aditivo tem como objeto **ADITAR o veículo mencionado na tabela abaixo ao Contrato nº 019/ADM/2018** (Objeto: *seguro de veículo para a frota de veículos oficiais do município de Tangará da Serra-/MT*), no valor de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)***conforme segue:***

QUANT	DESCRIÇÃO DO VEÍCULO	SEC.	PLACA/CHASSIS	VALOR R$
01	Caminhão Ford Cargo 816 S – Furgão.ano/mod 2018/2019	SEAPA	Placa: QCT8702, Chassi: Nº 9BFVEADS9KBS45496	**3.500,00**
TOTAL				**3.500,00**

Data da Assinatura 08.06. 2018.

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº077-ADM-2018

O **MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT /** INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM **/** O presente Termo de Apostilamento tem por finalidade ALTERAR a **CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO,** item 5.1do Contrato nº177/ADM/2014, passando a vigorar da seguinte forma:
5.1. O Município de Tangará da Serra, por meio da Portaria nº06 de 20 de julho de 2018 nomeia como supervisor do contrato a **Sr. SIDINEIS APARECIDO DE SOUZA**,matrícula nº 622 inscrito no CPF sob o nº 551.770. 341-00, e como fiscal titular do contrato indica a **Sr.RODRIGO RAFAEL ALVES DA COSTA**, matrícula nº 106436, inscrito no CPF sob nº856.881. 001-25 e como fiscal suplente indica a Sra. **DANIELLE GEROLIN RIBEIRO**, matrícula nº 103738, inscrito no CPF sob nº 955.496.681-49 ambos para atuarem na fiscalização deste Contrato, representando em seus atos o contratante e terão as atribuições delegadas em ato específico.Data da Assinatura 24.07. 2018.

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 453/2018

Contrato de Pessoal n°. 453/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 453/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: MARILENE FERREIRA LACERDA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender as necessidades temporárias da CONTRATANTE de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Leia Municipal Complementar nº 182 de 09 de Agosto de 2013 e com as alterações constantes na Lei Complementar Municipal nº 221 de 12 de setembro de 2017.

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL Carga Horária: 40 horas/aula

Dotação: 02.024.0.0.12365.0030.2226 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – 3.1.90.04.00.00 0118000000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (FUNDEB – PRÉ ESCOLA - CONTRATOS)

Data Da Assinatura: 06/06/2018

Vigência: 08/06/2018 À 15/12/2018

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: ADRIANO ALVES FERNANDES; MARILENE FERREIRA LACERDA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 498/2018

Contrato de Pessoal n°. 498/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 498/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: LUCIENE GONCALVES

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender as necessidades temporárias da CONTRATANTE de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Leia Municipal Complementar nº 182 de 09 de Agosto de 2013 e com as alterações constantes na Lei Complementar Municipal nº 221 de 12 de setembro de 2017.

Cargo: PROFESSOR LINGUA PORTUG. E ESTRANGEIRA – ZONA URBANA E RURAL Carga Horária: 17 horas/aula

Dotação: 02.023.0.0.12361.0028.2223 - MUNTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - 3.1.90.04.00.00 0118000000 - Contratação por tempo determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental)

Data Da Assinatura: 22/06/2018

Vigência: 25/06/2018 À 15/12/2018

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: ADRIANO ALVES FERNANDES; LUCIENE GONCALVES

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 502/2018

Contrato de Pessoal n°. 502/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 502/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: CAIO FERNANDO FERNANDES FELISBERTO

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 2682/2007.

Cargo: PSICÓLOGO – ASSISTÊNCIA SOCIAL

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2304 Manutenção da Atenção Primária em Saúde 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado

Data Da Assinatura: 03/07/2018

Vigência: 05/07/2018 À 04/07/2019

Secretaria: ASSITENCIA SOCIAL

Signatários: AGUINALDO GARRIDO; CAIO FERNANDO FERNANDES FELISBERTO

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 474/2018

Contrato de Pessoal n°. 474/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 474/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: DANIELA PEREIRA LIMA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender as necessidades temporárias da CONTRATANTE de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Leia Municipal Complementar nº 182 de 09 de Agosto de 2013 e com as alterações constantes na Lei Complementar Municipal nº 221 de 12 de setembro de 2017.

Cargo: PROFESSOR ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO - ZONA URBANA

Carga Horária: 20 horas/aula

Dotação: 02.024.0.0012.365.0030.2212 - Manutenção da Educação Infantil Creche - 3.1.90.04.00.00 0101 000000 Educação Infantil - Creche – Contratos

Data Da Assinatura: 12/06/2018

Vigência: 13/06/2018 À 15/12/2018

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: ADRIANO ALVES FERNANDES; DANIELA PEREIRA LIMA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 460/2018

Contrato de Pessoal n°. 460/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 460/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ALESSANDRA DA SILVA CAVALCANTE

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender as necessidades temporárias da CONTRATANTE de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Leia Municipal Complementar nº 182 de 09 de Agosto de 2013 e com as alterações constantes na Lei Complementar Municipal nº 221 de 12 de setembro de 2017.

Cargo: AUX. DE DESENV. INFANTIL E ED. ESPECIAL – ZONA URBANA

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 02.024.0.0012.365.0030.2212 - Manutenção da Educação Infantil Creche - 3.1.90.04.00.00 0101 000000 Educação Infantil - Creche – Contratos

Data Da Assinatura: 11/06/2018

Vigência: 12/06/2018 À 15/12/2018

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: ADRIANO ALVES FERNANDES; LEONARDO RODRIGUES DE FREITAS

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 497/2018

Contrato de Pessoal n°. 497/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 497/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: LEONARDO RODRIGUES DE FREITAS

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006**,** de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. **3340/2010**, que autoriza contratação temporária e dá outras providências.

Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03000.101.22.0014.2301 Manutenção do Gabinete 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado.

Data Da Assinatura: 21/06/2018

Vigência: 21/06/2018 À 20/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; LEONARDO RODRIGUES DE FREITAS

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 496/2018

Contrato de Pessoal n°. 496/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 496/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: NADIELE SALERMO FARIAS

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 182 de 09 de Agosto de 2013.

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO II

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 007 07120 04 125 0005 2706 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO - 3.1.90.04.0000 0100000000 Contratação por Tempo Determinado.

Data Da Assinatura: 20/06/2018

Vigência: 20/06/2018 À 19/06/2019

Secretaria: FAZENDA

Signatários: VALNICÉIA MARIA PICOLI BARBOSA; NADIELE SALERMO FARIAS

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 495/2018

Contrato de Pessoal n°. 495/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 495/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: VALDIRENE NUNES DA SILVA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006**,** de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. **3340/2010**, que autoriza contratação temporária e dá outras providências.

Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03000.101.22.0014.2302 Manutenção da Central de Regulação 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado.

Data Da Assinatura: 12/06/2018

Vigência: 13/06/2018 À 12/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; VALDIRENE NUNES DA SILVA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 494/2018

Contrato de Pessoal n°. 494/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 494/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: MARIA VILANI DA SILVA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006**,** de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. **3672/2011,** que autoriza contratação temporária e dá outras providências.

Cargo: AGENTE SOCIAL

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 08.08110.08.243.0007.2809 - MANUTENÇÃO DO CRAS3.1.90. 04.00.00 100000000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

Data Da Assinatura: 13/06/2018

Vigência: 14/06/2018 À 13/06/2019

Secretaria: ASSISTENCIA SOCIAL

Signatários: AGNALDO GARRIDO; MARIA VILANI DA SILVA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 493/2018

Contrato de Pessoal n°. 493/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 493/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: MAYARA DA SILVA MINATI

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 002/2016, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal **2653/2006.**

Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2304 Manutenção da Atenção Básica 3. 1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado

Data Da Assinatura: 12/06/2018

Vigência: 12/06/2018 À 11/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; MAYARA DA SILVA MINATI

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 492/2018

Contrato de Pessoal n°. 492/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 492/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ROSANGELA DA COSTA BARBOSA DOS SANTOS

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006**,** de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. **4024/2013**, que autoriza contratação temporária e dá outras providências.

Cargo: ENTREVISTADOR SOCIAL

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 08.08110.08.243.0007.2809 - MANUTENÇÃO DO CRAS 3.1.90. 04.00.00 100000000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

Data Da Assinatura: 12/06/2018

Vigência: 12/06/2018 À 11/06/2019

Secretaria: ASSISTENCIA SOCIAL

Signatários: AGUINALDO GARRIDO; ROSANGELA DA COSTA BARBOSA DOS SANTOS

SERRAPREV
PORTARIA N.º 25/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora ***Sra Zilda Maria Alves".***

O Diretor Executivo do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Tangará da Serra/MT – SERRAPREV, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o art. 6º incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c Art. 92, incisos I, II, III e IV da Lei Municipal n.º 153 de 14 de abril de 2011, que rege a previdência municipal, art. 179 da Lei Complementar n.º 006 de 21 de junho de 1994 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal e trata sobre o Adicional por Tempo de Serviço – ATS, Lei Complementar n.º 019 de 23 de setembro de 1996, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Magistério Público Municipal, alterada pela Lei Complementar n.º 072 de 30 de abril de 2002, Anexo I – Tabela de Progressão da Lei Complementar n.º 163 de 16 de fevereiro de 2012 que dispõe sobre a Carreira dos Profissionais da Educação de Tangará da Serra, Estado de Mato e último reajuste concedido pela Lei Ordinária n. 4.981 de 15 de junho de 2018 que dispõe sobre revisão geral anual dos servidores municipais do Poder Executivo Municipal;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição à servidora Sra. **Zilda Maria Alves**, brasileira, portadora da cédula de identidade n.º 0606323-3 SESP/MT e CPF n.º 406.242.771.-00, efetiva no cargo de Professora dos Anos Iniciais – SIEF, Classe "F", Nível "III", lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 horas semanais, matriculada sob nº 000848, contando com 26 (vinte e seis) anos, 07 (sete) meses e 08 (oito) dias de tempo de contribuição exclusivos na função de magistério, com proventos integrais, com base na última remuneração do cargo efetivo, conforme processo administrativo do **SERRAPREV, n.º 2018.04.00117P**, a partir da data de **27/07/2018** até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, **retroagindo seus efeitos legais a data de 27/07/2018**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Tangará da Serra/MT, 27 de julho de 2018.

HELITON LUIZ DE OLIVEIRA

Diretor Executivo do SERRAPREV

Homologo:

Prof. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA

Prefeito Municipal

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 491/2018

Contrato de Pessoal n°. 491/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 491/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ROSILENE PEREIRA GAMA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 002/2016, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal **2653/2006.**

Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2304 Manutenção da Atenção Básica 3. 1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado

Data Da Assinatura: 12/06/2018

Vigência: 13/06/2018 À 12/06/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; ROSILENE PEREIRA GAMA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 503/2018

Contrato de Pessoal n°. 503/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 503/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ALINE APARECIDA REIS SANTOS

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 003/2017, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 2653/2006.

Cargo: RECEPCIONISTA - PSF

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.301.0013.2304 Manutenção da Atenção Primária em Saúde 3.1.90.04.00.00.0102000000 Contratação por Tempo Determinado.

Data Da Assinatura: 03/07/2018

Vigência: 04/07/2018 À 03/07/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; ALINE APARECIDA REIS SANTOS

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 504/2018

Contrato de Pessoal n°. 504/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 504/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: PATRICIA VENTURA MIRANDA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender as necessidades temporárias da CONTRATANTE de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal Complementar nº 182 de 09 de Agosto de 2013 e com as alterações constantes na Lei Complementar Municipal nº 221 de 12 de setembro de 2017.

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA URBANA

Carga Horária: 20 horas/aula

Dotação: 02.024.0.0.12365.0030.2226 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – 3.1.90.04.00.00 0118000000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (FUNDEB – PRÉ ESCOLA - CONTRATOS)

Data Da Assinatura: 03/07/2018

Vigência: 04/07/2018 À 15/12/2018

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: ADRIANO ALVES FERNANDES; PATRICIA VENTURA MIRANDA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 505/2018

Contrato de Pessoal n°. 505/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 505/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: EMILI AMABILI PERUCELLO DE ARAÚJO

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 001/2017, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 03340/2010.

Cargo: RECEPCIONISTA

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.301.0013.2301 Manutenção Do Gabinete da Secretaria de Saúde 3.1.90.04.00.00.0102000000 Contratação por Tempo Determinado.

Data Da Assinatura: 10/07/2018

Vigência: 10/07/2018 À 09/07/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; EMILI AMABILI PERUCELLO DE ARAÚJO

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 506/2018

Contrato de Pessoal n°. 506/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 506/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: GRACIANE CORDEIRO CORREA MEDRADO

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 003/2017, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 3340/2010.

Cargo: ENFERMEIRA-UMS

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.301.0013.2301 Manutenção Do Gabinete da Secretaria de Saúde 3.1.90.04.00.00.0102000000 Contratação por Tempo Determinado.

Data Da Assinatura: 04/07/2018

Vigência: 05/07/2018 À 03/08/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; GRACIANE CORDEIRO CORREA MEDRADO

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 507/2018

Contrato de Pessoal n°. 507/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 507/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ÉRICA LOPES DE BARROS

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 2682/2007.

Cargo: PSICÓLOGO – ASSISTÊNCIA SOCIAL

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 08.08110.08.243.0007.2809 - MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA SETORIZADOS-CRAS 3.1.90.04.00.00 0100000000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

Data Da Assinatura: 04/07/2018

Vigência: 05/07/2018 À 04/07/2019

Secretaria: ASSISTENCIA SOCIAL

Signatários: AGUINALDO GARRIDO; ÉRICA LOPES DE BARROS

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 508/2018

Contrato de Pessoal n°. 508/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 508/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ANDREIA PEREIRA DE FARIAS

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender as necessidades temporárias da CONTRATANTE de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal Complementar nº 182 de 09 de Agosto de 2013 e com as alterações constantes na Lei Complementar Municipal nº 221 de 12 de setembro de 2017.

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA URBANA

Carga Horária: 20 horas/aula

Dotação: 02.024.0.0.12365.0030.2226 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – 3.1.90.04.00.00 0118000000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (FUNDEB – PRÉ ESCOLA - CONTRATOS)

Data Da Assinatura: 04/07/2018

Vigência: 05/07/2018 À 15/12/2018

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: ADRIANO ALVES FERNANDES; ANDREIA PEREIRA DE FARIAS

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 509/2018

Contrato de Pessoal n°. 509/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 509/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: NATÁLIA FLOR DA SILVA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender as necessidades temporárias da CONTRATANTE de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal Complementar nº 182 de 09 de Agosto de 2013 e com as alterações constantes na Lei Complementar Municipal nº 221 de 12 de setembro de 2017.

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA URBANA

Carga Horária: 20 horas/aula

Dotação: 02.024.0.0.12365.0030.2226 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – 3.1.90.04.00.00 0118000000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (FUNDEB – PRÉ ESCOLA - CONTRATOS)

Data Da Assinatura: 09/07/2018

Vigência: 09/07/2018 À 15/12/2018

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: ADRIANO ALVES FERNANDES; NATÁLIA FLOR DA SILVA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 510/2018

Contrato de Pessoal n°. 510/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 510/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: JAMYLLE DA SILVA SOUZA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 003/2017, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 03340/2010.

Cargo: ENFERMEIRA

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2305, Manutenção da UPA 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado

Data Da Assinatura: 09/07/2018

Vigência: 09/07/2018 À 08/07/2019

Secretaria: SAUDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; JAMYLLE DA SILVA SOUZA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 511/2018

Contrato de Pessoal n°. 511/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 511/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: NIEDJA ALVES DE SOUZA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Munici-

pal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 001/2017, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 3340/2010.

Cargo: TÉCNICA DE ENFERMAGEM

Carga Horária: 30 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2309 Manutenção do Hospital Municipal – 3.190.040.000.102000000 Contratação por Tempo Determinado – 3.1. 90.13.00.00.0102000000 Obrigações Patronais.

Data Da Assinatura: 10/07/2018

Vigência: 11/07/2018 À 10/07/2019

Secretaria: SAUDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; NIEDJA ALVES DE SOUZA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 512/2018

Contrato de Pessoal n°. 512/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 512/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ROSANGELA APARECIDA GONÇALVES

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 001/2017, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 3340/2010.

Cargo: TÉCNICA DE ENFERMAGEM

Carga Horária: 30 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2309 Manutenção do Hospital Municipal – 3.190.040.000.102000000 Contratação por Tempo Determinado – 3.1. 90.13.00.00.0102000000 Obrigações Patronais.

Data Da Assinatura: 10/07/2018

Vigência: 11/07/2018 À 10/07/2019

Secretaria: SAUDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; ROSANGELA APARECIDA GONÇALVES

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 513/2018

Contrato de Pessoal n°. 513/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 513/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: LAYSON IURI AMADO BETTIO

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006**,** de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. 3340/2010, que autoriza contratação temporária e dá outras providências.

Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.103.02.015.2316 Manutenção da Vigilância Sanitária 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado.

Data Da Assinatura: 10/07/2018

Vigência: 10/07/2018 À 09/07/2019

Secretaria: SAUDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; LAYSON IURI AMADO BETTIO

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 514/2018

Contrato de Pessoal n°. 514/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 514/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: DANIELY DE SOUZA SANTOS

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 003/2017, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 03340/2010.

Cargo: ENFERMEIRA

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2304, Manutenção da Atenção Primária em Saúde 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado

Data Da Assinatura: 10/07/2018

Vigência: 10/07/2018 À 09/07/2019

Secretaria: SAUDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; DANIELY DE SOUZA SANTOS

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 515/2018

Contrato de Pessoal n°. 515/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 515/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: LIDIA MARIA KROHLING MOTA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 003/2017, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 03340/2010.

Cargo: TÉCNICA DE ENFERMAGEM

Carga Horária: 30 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2309 Manutenção do Hospital Municipal – 3.190.040.000.102000000 Contratação por Tempo Determinado – 3.1. 90.13.00.00.0102000000 Obrigações Patronais.

Data Da Assinatura: 10/07/2018

Vigência: 11/07/2018 À 10/07/2019

Secretaria: SAUDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; LIDIA MARIA KROHLING MOTA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 516/2018

Contrato de Pessoal n°. 516/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 516/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: PAULO SERGIO PATRIK SERVILHA MARTINS

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Complementar Municipal nº 04056/2013.

Cargo: GERENTE DO PROG. ACESSUAS - PRONATEC

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 08.08110.08.243.0007.2812 – ATENDIMENTO PROG. ACESSUAS/PRONATEC – CONTR. VINC. MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO ACESSUAS 3.1.90.04.00.00-0329002000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

Data Da Assinatura: 12/07/2018

Vigência: 13/07/2018 À 12/07/2019

Secretaria: ASSISTENCIA SOCIAL

Signatários: AGUINALDO GARRIDO; PAULO SERGIO PATRIK SERVILHA MARTINS

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 517/2018

Contrato de Pessoal n°. 517/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 517/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: GISELE NAIANE RIBEIRO CAMPOS LIMA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006, de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. 4024/2013, que autoriza contratação temporária e dá outras providências.

Cargo: ENTREVISTADOR SOCIAL

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 08.08110.08.243.0007.2809 - MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA SETORIZADOS - CRAS 3.1.90.04.00.00 100000000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

Data Da Assinatura: 12/07/2018

Vigência: 13/07/2018 À 12/07/2019

Secretaria: ASSISTENCIA SOCIAL

Signatários: AGUINALDO GARRIDO; GISELE NAIANE RIBEIRO CAMPOS LIMA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 518/2018

Contrato de Pessoal n°. 518/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 518/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ANGELA VIANA ALVES

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 001/2017, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 3340/2010.

Cargo: TÉCNICA DE ENFERMAGEM

Carga Horária: 30 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2309 Manutenção do Hospital Municipal – 3.190.040.000.102000000 Contratação por Tempo Determinado – 3.1.90.13.00.00.0102000000 Obrigações Patronais.

Data Da Assinatura: 16/07/2018

Vigência: 16/07/2018 À 15/07/2019

Secretaria: SAUDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; ANGELA VIANA ALVES

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 519/2018

Contrato de Pessoal n°. 519/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 519/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: SANDRA DO PRADO SILVA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 001/2017, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 3340/2010.

Cargo: TÉCNICA DE ENFERMAGEM

Carga Horária: 30 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2309 Manutenção do Hospital Municipal – 3.190.040.000.102000000 Contratação por Tempo Determinado – 3.1.90.13.00.00.0102000000 Obrigações Patronais.

Data Da Assinatura: 17/07/2018

Vigência: 17/07/2018 À 16/07/2019

Secretaria: SAUDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; SANDRA DO PRADO SILVA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 520/2018

Contrato de Pessoal n°. 520/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 520/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: GISLAINE APARECIDA RODRIGUES

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 002/2017, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 3340/2010.

Cargo: TELEFONISTA AUX. REG. MÉDICA - TARMS

Carga Horária: 12x36 Horas

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2307 - Manutenção do SAMU 3.190.040.000. 114020000 Contratação por Tempo Determinado 0102000000 Obrigações Patronais.

Data Da Assinatura: 17/07/2018

Vigência: 17/07/2018 À 16/07/2019

Secretaria: SAUDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; GISLAINE APARECIDA RODRIGUES

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 521/2018

Contrato de Pessoal n°. 521/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 521/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: MICHELE CRISTIANE PEREIRA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 002/2017, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 3340/2010.

Cargo: TÉCNICA DE ENFERMAGEM

Carga Horária: 30 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2309 Manutenção do Hospital Municipal – 3.190.040.000.102000000 Contratação por Tempo Determinado – 3.1. 90.13.00.00.0102000000 Obrigações Patronais.

Data Da Assinatura: 17/07/2018

Vigência: 18/07/2018 À 17/07/2019

Secretaria: SAUDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; MICHELE CRISTIANE PEREIRA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 522/2018

Contrato de Pessoal n°. 522/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 522/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: JESSICA DA SILVA PEREIRA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 003/2017, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 2653/2006.

Cargo: RECEPCIONISTA – PSF

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.301.0013.2304 Manutenção da Atenção Primária em Saúde 3.1.90.04.00.00.0102000000 Contratação por Tempo Determinado.

Data Da Assinatura: 17/07/2018

Vigência: 17/07/2018 À 16/07/2019

Secretaria: SAUDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; JESSICA DA SILVA PEREIRA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 523/2018

Contrato de Pessoal n°. 523/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 523/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: NADIR APARECIDA DOS REIS GONÇALVES

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 001/2017, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 3340/2010.

Cargo: TÉCNICA DE ENFERMAGEM

Carga Horária: 30 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2309 Manutenção do Hospital Municipal – 3.190.040.000.102000000 Contratação por Tempo Determinado – 3.1. 90.13.00.00.0102000000 Obrigações Patronais.

Data Da Assinatura: 19/07/2018

Vigência: 20/07/2018 À 19/07/2019

Secretaria: SAUDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; NADIR APARECIDA DOS REIS GONÇALVES

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 524/2018

Contrato de Pessoal n°. 524/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 524/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: VANEIDA MOREIRA DA SILVA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006**,** de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. 3640/2011.

Cargo: MÉDICO CLINICO GERAL

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2310 Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial do CAPS – 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado 3.1.90.13.00.00.0102.0000 Obrigações Patronais.

Data Da Assinatura: 20/07/2018

Vigência: 20/07/2018 À 19/07/2019

Secretaria: SAUDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; VANEIDA MOREIRA DA SILVA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 525/2018

Contrato de Pessoal n°. 525/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 525/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: BENEDITA JOSEFINA DA SILVA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 001/2017, amparado na Lei

Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 3340/2010.

Cargo: TÉCNICA DE ENFERMAGEM

Carga Horária: 30 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2309 Manutenção do Hospital Municipal – 3.190.040.000.102000000 Contratação por Tempo Determinado – 3.1. 90.13.00.00.0102000000 Obrigações Patronais.

Data Da Assinatura: 20/07/2018

Vigência: 23/07/2018 À 19/07/2019

Secretaria: SAUDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; BENEDITA JOSEFINA DA SILVA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 526/2018

Contrato de Pessoal n°. 526/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 526/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: BÁRBARA ALVES LIMA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103/2006, de 09 de março de 2006 e combinada com a Lei Municipal nº. 3340/2010, que autoriza contratação temporária e dá outras providências.

Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.103.02.015.2315 Manutenção da Vigilância Ambiental 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado.

Data Da Assinatura: 20/07/2018

Vigência: 23/07/2018 À 19/07/2019

Secretaria: SAUDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; BÁRBARA ALVES LIMA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 527/2018

Contrato de Pessoal n°. 527/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 527/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: JUCINEI DONATO DA SILVA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 001/2017, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 3340/2010. Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Carga Horária: 30 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2309 Manutenção do Hospital Municipal – 3.190.040.000.102000000 Contratação por Tempo Determinado – 3.1. 90.13.00.00.0102000000 Obrigações Patronais.

Data Da Assinatura: 20/07/2018

Vigência: 23/07/2018 À 19/07/2019

Secretaria: SAUDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; JUCINEI DONATO DA SILVA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 528/2018

Contrato de Pessoal n°. 528/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 528/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: NÚBIA GOMES BARROS

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter Emergencial, da Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 4447/2015. Cargo: MÉDICO NEFROLOGISTA

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2309 Manutenção do Hospital Municipal - 1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado – 3.1.90. 13.00.00.0102000000 Obrigações Patronais.

Data Da Assinatura: 24/07/2018

Vigência: 05/07/2018 À 04/07/2019

Secretaria: SAUDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; NÚBIA GOMES BARROS

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 499/2018

Contrato de Pessoal n°. 499/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 499/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: PAMELA NEVES DE OLIVEIRA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 002/2016, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 3340/2010.

Cargo: ENFERMEIRA-UMS

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2304 Manutenção da Atenção Primária em Saúde 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado

Data Da Assinatura: 03/07/2018

Vigência: 03/07/2018 À 02/07/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; PAMELA NEVES DE OLIVEIRA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 500/2018

Contrato de Pessoal n°. 500/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 500/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ODAISA FERNANDES DA ROCHA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 002/2017, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 2653/2006.

Cargo: AJ. SERV. GERAIS - PSF

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.301.0013.2304 Manutenção da Atenção Primária em Saúde 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado 3.1.90.13.00.0102.0000 Obrigações Patronais.

Data Da Assinatura: 03/07/2018

Vigência: 03/07/2018 À 02/07/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; ODAISA FERNANDES DA ROCHA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 501/2018

Contrato de Pessoal n°. 501/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 501/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: VALÉRIA COSAC RIBEIRO

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender necessidade temporária da contratante de caráter excepcional, Secretaria Municipal de Saúde, Regulamentada a Contratação dos profissionais através de Processo Seletivo nº. 002/2016, amparado na Lei Municipal nº 103/2006 de 09 de março de 2006, combinada com a Lei Municipal 3340/2010.

Cargo: ENFERMEIRA-UMS

Carga Horária: 40 horas semanais

Dotação: 03.03100.10.302.0015.2304 Manutenção da Atenção Primária em Saúde 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado

Data Da Assinatura: 03/07/2018

Vigência: 03/07/2018 À 02/07/2019

Secretaria: SAÚDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; VALÉRIA COSAC RIBEIRO

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
TERMO ADITIVO 113/2018

TERMO ADITIVO 113/2018

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **313/2018**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: PEDRO RENILDO ANTON

Objeto: Prorrogar o vencimento do contrato acima referido de **01/06/2018 à 15/12/2018.** O presente aditamento e a alteração justificam-se, para que os mesmos apresentassem a certificação exigida na lei Municipal Nº 3682/2011.

Cargo: MOTORISTA – ZONA RURAL LEI 126/07

Carga Horária: 40 Horas Semanais

Dotação: 02.023.0.0.12361.0032.2215 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR – ENSINO FUNDAMENTAL – 3.1.90.04.00.00 0101000000 ENSINO FUNDAMENTAL – TRANSPORTE ESCOLAR – CONTRATOS.

Data da Assinatura: 01/06/2018

Vigência: 01/06/2018 a 15/12/2018

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: ADRIANO ALVES FERNANDES; PEDRO RENILDO ANTON

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
TERMO ADITIVO 112/2018

TERMO ADITIVO 112/2018

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **337/2018**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: LUIS FERNANDO DOS SANTOS

Objeto: Prorrogar o vencimento do contrato acima referido de **01/06/2018 à 15/12/2018.** O presente aditamento e a alteração justificam-se, para que os mesmos apresentassem a certificação exigida na lei Municipal Nº 3682/2011.

Cargo: MOTORISTA – ZONA RURAL LEI 126/07

Carga Horária: 40 Horas Semanais

Dotação: 02.023.0.0.12361.0032.2215 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR – ENSINO FUNDAMENTAL – 3.1.90.04.00.00 0101000000 ENSINO FUNDAMENTAL – TRANSPORTE ESCOLAR – CONTRATOS.

Data da Assinatura: 01/06/2018

Vigência: 01/06/2018 a 15/12/2018

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: ADRIANO ALVES FERNANDES; LUIS FERNANDO DOS SANTOS

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
TERMO ADITIVO 118/2018

TERMO ADITIVO 118/2018

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **446/2016**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ACLECIA DOS SANTOS NOGUEIRA

Objeto: Prorrogar o vencimento do contrato acima referido de **14/06/2018 à 17/09/2018.** O presente aditamento e a alteração justificam-se pelo término do prazo do contrato de trabalho e o que estabelece a legislação acima citada.

Cargo: AJ. SERV. GERAIS - PSF

Carga Horária: 40 Horas Semanais

Dotação: 03.03100.10.301.0013.2305 Manutenção das UBS – Unidades Básicas de Saúde 3.1.90.04.00.000102000000 Contratação por Tempo Determinado 3.1.90.13.00.0102.0000 Obrigações Patronais.

Data da Assinatura: 14/06/2018

Vigência: 14/06/2018 a 17/09/2018

Secretaria: SAUDE

Signatários: ITAMAR MARTINS BONFIM; ACLECIA DOS SANTOS NOGUEIRA

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
TERMO ADITIVO 117/2018

TERMO ADITIVO 117/2018

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **388/2018**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: IZOLETE KLOTZ SANTIN

Objeto: Prorrogar o vencimento do contrato acima referido de **16/06/2018 à 09/04/2019.** O presente aditamento justifica-se pela continuidade na prestação de serviços da Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO II

Carga Horária: 40 Horas Semanais

Dotação: 09.091.00.04.122.0002-2902-Manutenção do Departamento de Apoio Adm. e Engenharia -3.1.90.011.00.00-010000000 – Contratação Por Tempo Determinado.

Data da Assinatura: 15/06/2018

Vigência: 16/06/2018 a 09/04/2019

Secretaria: SINFRA

Signatários: SELTON JOSÉ VIEIRA; IZOLETE KLOTZ SANTIN

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
TERMO ADITIVO 116/2018

TERMO ADITIVO 116/2018

Referente ao Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado Nº **412/2017**

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: ROVANILDO PINTO RAMOS

Objeto: Prorrogar o vencimento do contrato acima referido de **09/06/2018 à 08/06/2019.** O presente aditamento justifica-se pela continuidade na prestação de serviços da Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Cargo: MOTORISTA

Carga Horária: 40 Horas Semanais

Dotação: 09.092.10.15.451.0029-2916-Manutenção de Estradas Rurais-3.1.90.04.00.00-010000000 – Contratação Por Tempo Determinado.

Data da Assinatura: 09/06/2018

Vigência: 09/06/2018 a 08/06/2019

Secretaria: SINFRA

Signatários: SELTON JOSÉ VIEIRA; ROVANILDO PINTO RAMOS

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 458/2018

Contrato de Pessoal n°. 458/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 458/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: RITA GUIA DA CUNHA MARCHIORI

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender as necessidades temporárias da CONTRATANTE de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Leia Municipal Complementar nº 182 de 09 de Agosto de 2013 e com as alterações constantes na Lei Complementar Municipal nº 221 de 12 de setembro de 2017.

Cargo: PROFESSOR LINGUA PORTUG. E ESTRANGEIRA – ZONA URBANA E RURAL Carga Horária: 20 horas/aula

Dotação: 02.023.0.0.12361.0028.2223 - MUNTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - 3.1.90.04.00.00 0118000000 - Contratação por tempo determinado (FUNDEB - Ensino Fundamental)

Data Da Assinatura: 11/06/2018

Vigência: 12/06/2018 À 15/12/2018

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: ADRIANO ALVES FERNANDES; RITA GUIA DA CUNHA MARCHIORI

SAD/DEPARTAMENTO DE PESSOAL
CONTRATO DE PESSOAL N°. 477/2018

Contrato de Pessoal n°. 477/2018

Referente ao Instrumento Particular de Contrato de Pessoal de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº. 477/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Contratado: MERCIA GERALDO PEREIRA

Objeto: O presente contrato é firmado com o objetivo de atender as necessidades temporárias da CONTRATANTE de caráter excepcional, com amparo na Lei Complementar Municipal nº 103 de 09 de março de 2006 e combinada com a Leia Municipal Complementar nº 182 de 09 de Agosto de 2013 e com as alterações constantes na Lei Complementar Municipal nº 221 de 12 de setembro de 2017.

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL Carga Horária: 40 horas/aula

Dotação: 02.024.0.0.12365.0030.2224 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – 3.1.90.04.00.00 0119000000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO (FUNDEB – CRECHE - CONTRATOS)

Data Da Assinatura: 12/06/2018

Vigência: 13/06/2018 À 15/12/2018

Secretaria: EDUCAÇÃO

Signatários: ADRIANO ALVES FERNANDES; MERCIA GERALDO PEREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 160/2018

EXTRATO DO CONTRATO: 160/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO:J D DE ANDRADE DROGARIA

OBJETO: AQUISIÇAO DE MEDICAMENTOS PARA O HOSPITAL DO MUNICIPIO DE TERRA NOVA DO NORTE.

VALOR: R$ 149,68

VIGÊNCIA: 31/07/2018 até 31/12/2018

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 582

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN.

PREFEITO

TOMADA DE PREÇO Nº. 05/2018

AVISO DE

LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇO Nº. 05/2018

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Terra Nova do Norte, torna publico, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, sob a modalidade supramencionada, com as seguintes características:

OBJETO: Remanescente de obra (1008073) PAC 2 – Construção de Quadra de Quadra Escolar Coberta 0001/2013-Terra Nova do Norte-MT, conforme discriminação detalhada no Plano de Trabalho e memorial descritivo e projetos.

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preço global.

TIPO: Menor Preço Global.

DATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: DIA 16/08/2018 HORAS:8:00.

LOCAL: Avenida Cloves Felício Fettorato, 101, Centro, Terra Nova do Norte – MT.

EDITAL E ESCLARECIMENTOS: Endereço acima, no horário das 7:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00; FONE (66) 3434 – 2500, o edital completo estará disponível no site www.terranovadonorte.mt.gov.br

Terra Nova do Norte – MT, 31 de JULHO de 2018.

Elizangela Azevedo Spuldaro

Presidente da CPL

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 159/2018

EXTRATO DO CONTRATO: 159/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: **F. VACHILESKI &CIA LTDA**

OBJETO **:O PRESENTE CONTRATO TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS**

VALOR: 5.592,00

VIGÊNCIA: 31/07/2018 até 31/12/2018

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 120/258

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

ADITIVO AO CONTRATO 64/2018

EXTRATO AO 01 ADITIVO AO CONTRATO 64/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: DMI COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE VARIEDADES EIRELI

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO SUPRESSÃO DE VALOR.

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

AVISO DE RESULTADO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 002

AVISO DE RESULTADO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 02/2018

O Município de Tesouro, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público, que após a análise e julgamento do Processo de Inexigibilidade 02/2018**, conforme** art. 25, III, da Lei 8.866/93, Objeto: Contratação Empresa COMUNICASOM PRODUÇÃO DE EVENTOS EIRELI-EPP, CNPJ nº 08.710.383/0001-01, sediada a Av. Paraná nº 894, Bairro PVA II, Município de Primavera do Leste - MT, Empresa especializada, na produção de eventos artísticos e show, declara para os devidos fins e conhecimento, que é detentora da Exclusividade na comercialização das apresentações da BANDA APOLLO'S E BANDA APK, em todo território nacional, vem através desta DECLARAR que detém a EXCLUSIVIDADE dos dias 16,17,18 e 19 de Agosto de 2018, para apresentação e realização de um Evento denominado Festival de Praia da Cidade de Tesouro -MT ,devidamente homologado pelo Sr. Prefeito Municipal, declara que sagrou-se vencedora do respectivo processo, a empresa: COMUNICASOM PRODUÇÃO DE EVENTOS EIRELI –EPP, CNPJ nº 08.710.383/0001-01, com o valor de R$ 29.000,00 (Vinte Nove Mil Reais); para Banda APOLLO'S; e Valor de 45.000,00 (Quarenta e Cinco Mil Reais), para Banda APK,

AFIXE-SE

PUBLIQUE-SE.

Tesouro - MT, 31 de Julho de 2018.

ANTONIO LEITE BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE RESULTADO ADESÃO A ATA REGISTRO DE PREÇO N° 002

AVISO DE RESULTADO
ADESÃO DE ATA REGISTRO DE PREÇO 02/2018
Prefeitura Municipal de Tesouro, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público, que após a análise e julgamento do Processo de processo de Adesão de Ata Registro de Preço 02/2018, conforme Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 5.450/2005 e Decreto nº 7.892/2013, cujo Objeto : Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Gestão , Execução e Fornecimento de Infraestrutura na prestação de serviços, para Realização do Festival de Praia da Cidade de Tesouro - MT, entre os dias: 16 à 19 de agosto de 2018. Processo devidamente homologado pelo Senhor Prefeito Municipal, declara que sagrou-se vencedora do respectivo processo, a Empresa: COMUNICASOM PRODUÇÃO DE EVENTOS EIRELI EPP, CNPJ 08.710.383/0001-01, adesão da Ata originaria do processo nº 49/2018, do Pregão Presencial nº 41/2018, da Prefeitura Municipal de Paranatinga-Mt, sendo que será feita a Adesão parcial da Ata no item 03, 05,06,07, 08,09,10,11,12,13,14,15,16,20 e 21- Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Gestão , Execução e Fornecimento de Infraestrutura para realização dos Eventos, com quantidade , especificações e valores abaixo relacionados

SEQ	CODIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITATIO	VALOR TOTAL
3	495042	LOCACAO DE CAMARIM METALICO TAM.4,0 X 4,0 - Locação de Camarim com divisórias metálicas medindo 4 X 4 Metros, coberto com lonas brancas, piso em placa de compensado	DIARIA	8,00	2.000,00	16.000,00
5	495073	LOCACAO DE GRUPO GERADOR DE 250 KVA - Locação de grupo gerador de energia móvel silenciosos de 250 kvatrifásico, tensão 380/220 volts. 60hz, com aterramento seguindo normas técnicas do corpo de bombeiro e um operador comb.	DIARIA	3,00	4.000,00	12.000,00

6	495037	LOCACAO DE ILUMINACAO PARA 10 MIL PESSOAS - E operador de 01 mesa digital que controla pelo menos 48 movings/160 refletores e 200 cenas/01 intercom 4 vias, 48 refletores foco 1 de 1000 Watts, 24reflet. foco 5 de 1000 Watts 32 acl/o4 stroboatomicdmx	DIARIA	4,00	9.162,50	36.650,00
7	495039	LOCACAO DE ILUMINACAO PARA 3MIL PESSOAS - E operador de 01 mesa digital que controla pelo menos 32 movings/160 refletores e 200 cenas/01 intercom 4 vias, 12 refletores foco 1 de 1000 Watts, reflet. foco 5 de 1000 Watts 02 Mini Brute de 6 Lâmpadas	DIARIA	4,00	4.136,25	16.545,00
8	495065	LOCACAO DE LONAS PARA TENDA 10 X 10 - Locação de lonas brancas tipo fixas para fechamento laterais de tendas medindo 10 x 10	DIARIA	8,00	375,00	3.000,00
9	495066	LOCACAO DE LONAS PARA TENDA 5 X 5 - Locação de lonas brancas tipo fixas para fechamento laterais de tendas medindo 5 X 5	DIARIA	80,00	110,37	8.829,60
10	495045	LOCACAO DE PAINEL DE LED P32 3 X 5 - Locação de Painel de Led P6MM Indoor Distancia entre Pixel s 32MM angulo de Visao Horizontal 140 angulo de visão vertical 140 dimensões do gabinete 576 X 576 X 75 MM 01 Vídeo processadora	DIARIA	4,00	4.350,00	17.400,00
11	495044	LOCACAO DE PAINEL DE LED P6 3 X 6 - Locação de Painel de Led P6MM Indoor Distancia entre Pixel s 6MM angulo de Visão Horizontal 140 angulo de visão vertical 140 dimensões do gabinete 960 X 960 X 75 MM	DIARIA	8,00	4.375,00	35.000,00
12	495034	LOCACAO DE SOM PARA 10 mil PESSOAS COM OPERADOR- 01 Processador digital, 01 Equalizador de 31 Bandas de Equalização 01 Analisador de espectro digital 01 Cd Player 02 caixas de Comunicação entre as mesas de P.A e Monitor, 01 mesa Digital 48 Canais	DIARIA	4,00	9.162,50	36.650,00
13	495036	LOCACAO DE SOM PROFISSIONAIS - Para atender Eventos com ate 3 mil pessoas, incluindo mesa de 48 canis, sendo som periférico P.A 01 Processador digital 02 Equalizadores de 31 Bandas de equalização , 01 analisador de espectro digital 04 efeitos	DIARIA	4,00	4.136,25	16.545,00
14	495063	LOCACAO DE TENDAS MODELO PIRAMIDAL MED 10.0 X 10.0 - Montada em estrutura de aço carbono galvanizado ou pintada na cor alumínio coberta em lona branca antiextinguivel, com black-out solar,	DIARIA	8,00	1.322,50	10.580,00
15	495064	LOCACAO DE TENDAS MODELO PIRAMIDAL MED 5.0 X 5.0 - Montada em estrutura de aço carbono galvanizado ou pintada na cor alumínio coberta em lona branca antiextinguível, com black-out solar,	DIARIA	80,00	375,00	30.000,00
16	495040	PALCO TAMANHA 14 X 12 - Locacao de estrutura metalica para montagem de palco, coberto em telhas galvanizadas e ou lona anti extinguível com black- out na cor cinza e pretamed 14.00M de frente (boca de cena) por 12.00 Profu.c/pe direito de ate 8.M	DIARIA	4,00	8.870,00	35.480,00
20	495070	SERVICOS DE CARREGADORES - Mao de Obra Homem braçais para montagens, desmontagem de palco, som e iluminação carga e descarga dos equipamentos dos artistas	DIARIA	50,00	220,00	11.000,00
21	495072	SERVICOS DE LOCUCAO - Contratação dos serviços de locução para apresentação de cerimonial de eventos	DIARIA	8,00	1.868,75	14.950,00

AFIXE-SE
PUBLIQUE-SE.
Tesouro - MT, 31 de Julho de 2018.

_____
ANTONIO LEITE BARBOSA
PREFEITO MUNICIPAL.

AVISO DE RESULTADO DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO
DISPENSA DE PROCESSO DE LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Tesouro, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna pública, que após a análise e julgamento do Processo de Dispensa de Licitação 02/2018, Objeto: Contratação de Empresa especializada, na de prestação de serviços, para locação de Banheiros Químicos e Organização de Infra Estrutura para Realização do Festival de Praia da Cidade de Tesouro-MT, devidamente homologado pelo Senhor Prefeito Municipal, declara que sagrou-se vencedora do respectivo processo, a Empresa: L. CARLESSO –ME MUNDIAL TENDAS E TOALETES CNPJ 11.717.868/0001-23, conforme valores em anexo ao processo.

AFIXE-SE

PUBLIQUE-SE.

Tesouro – MT 30 de Julho2018

_____

CHARLA A. TALON DE MORAES

PRESIDENTE DA CPL

ELISSANDRA RODRIGUES DE MORAES

SECRETARIA DA CPL

_____

DOMINGOS REIS PERES DE MORAES

MEMBRO

_____

ANTONIO LEITE BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

ESTRATO DE CONTRATO Nº 36-2018

Extrato de Contrato: 36/2018
Contratantes: PMT/ MIKAELA LOPES BARBOSA – ME
Objeto: Contratação de Empresa especializada em fornecer Farmacêutico Generalista, para prestar serviços, no PSF do Município de Tesouro – MT
Vigência: 16/07/2018 a 16/07/2019
Valor Global: R$: 34,992,00
Data da Assinatura: 16/07/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
REAVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2018 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS MENOR PREÇO POR ITEM

REAVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2018

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

MENOR PREÇO POR ITEM

O Município de Torixoréu – MT, TORNA PÚBLICO que devido publicação no DOU, DOE e Jornal de Grande Circulação não ter sido publicado em tempo hábil, foi remarcada uma nova data para reabertura do certame, para o **dia 13 de Agosto de 2018 às 09:00 horas (horário de Brasília)**, no prédio da Prefeitura, situada à Rua XV de Novembro, 16 Setor Aeroporto, licitação na modalidade Pregão Presencial, cujo objeto é a contratação de empresa especializada com transporte escolar para o item que ficou deserto na primeira abertura do certame com a linha a baixo:

ITEM	LINHA	PREVISÃO KM DIA	PREVISÃO KM 20 DIAS	PREVISÃO KM ANO 200 DIAS LETIVOS	QUANT. MÉDIA ALUNOS
02	Linha que atende a região de Serrinha e Quebra Dentes	112.400	2.248	22.480	13

O edital completo e seus anexos estarão disponíveis no sitio: www.prefeituratorixoreu.com.br, esclarecimentos poderão ser solicitados pelo e-mail: licitacaotxu@gmail.com. Maiores informações pelo telefone (66) 3406-1021.

Torixoréu – MT, 30 de julho de 2018.

EUQUÊNIA GOUVEIA PEREIRA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Espécie: Termo de Rescisão do Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público sob nº 20/2018.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: MARIA RAILA DE SOUZA FERRO SANTOS – CPF nº 049.911.181-82.

Cargo/função: Agente Administrativo Educacional, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Motivo da Rescisão: Rescisão a pedido da Contratada.

Data assinatura do Termo: 31/07**/2018.**

Signatários:

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul

MARIA RAILA DE SOUZA FERRO SANTOS

Contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA Nº 818/2018

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**BELMA DOS SANTOS LEMES**
MATRICULA	84152
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	473802/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**23.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	01.08.2018 à 29.10.2018

SERVIDOR	**BENILDES SANTANA OLIVEIRA**
MATRÍCULA	6091
CARGO	Merendeira
PROCESSO N°	473817/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**30.06.2009/2014**
PERÍODO DE GOZO	01.08.2018 à 29.10.2018

SERVIDOR	**MARIA ABADIA VARJÃO AZAMBUJA**
MATRICULA	31491
CARGO	Técnico Desenvolvimento Educacional
PROCESSO N°	474885/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**09.12.2009/2014**
PERÍODO DE GOZO	16.07.2018 à 13.10.2018

SERVIDOR	**EDIZES LUIZA REVELES PEREIRA**
MATRICULA	12085 - 2ª Cadeira
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	456028/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**01.03.2011/2016**
PERÍODO DE GOZO	19.07.2018 à 16.10.2018

SERVIDOR	**ELIAS INÁCIO DOS SANTOS**
MATRICULA	13416
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	4862/2007
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**23.07.1999/2004**
PERÍODO DE GOZO	30.08.2018 à 27.11.2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 31 de Julho de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

ATO N° 298/2018

A Prefeita Municipal de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a realização do Concurso Público Municipal para o preenchimento de cargos de provimento efetivo, conforme Edital de Abertura do Concurso Público nº. 001/2017 – EDUCAÇÃO e do Edital de Homologação do resultado final do Concurso Público, ambos publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios – MT,

RESOLVE:

Art. 1° - EXONERAR a pedido o servidor abaixo relacionado, no cargo de provimento efetivo para o qual foi aprovado:

CARGO: TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

PERFIL: TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

NÍVEL: MÉDIO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
2	LAIS MARZAL CANELLES LEMOS	14040408 - SSP/MG	APROVADO

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01/08/2018.

Várzea Grande-MT, 30 de julho de 2018.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO N° 297/2018

A Prefeita Municipal de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a realização do Concurso Público Municipal para o preenchimento de cargos de provimento efetivo, conforme Edital de Abertura do Concurso Público nº. 001/2017 – EDUCAÇÃO e do Edital de Homologação do resultado final do Concurso Público, ambos publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios – MT,

RESOLVE:

Art. 1° - EXONERAR a pedido o servidor abaixo relacionado, no cargo de provimento efetivo para o qual foi aprovado:

CARGO: PROFESSOR

PERFIL: NÍVEL SUPERIOR PARA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

NÍVEL: SUPERIOR

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
183	JAIRO PEREIRA DE SOUZA	0932873-4 - SSP/MT	APROVADO

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 16/07/2018.

Várzea Grande-MT, 30 de julho de 2018.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO N° 296/2018

A Prefeita Municipal de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a realização do Concurso Público Municipal para o preenchimento de cargos de provimento efetivo, conforme Edital de Abertura do Concurso Público nº. 001/2017 – EDUCAÇÃO e do Edital de Homologação do resultado final do Concurso Público, ambos publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios – MT,

RESOLVE:

Art. 1° - EXONERAR a pedido o servidor abaixo relacionado, no cargo de provimento efetivo para o qual foi aprovado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

CARGO: TÉCNICO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

PERFIL: TÉCNICO DE MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA E HIGIENIZAÇÃO ESCOLAR

NÍVEL: MÉDIO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
142	AZAEL DA SILVA PINHO	12893552 - SSP/MT	APROVADO

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 26/07/2018.

Várzea Grande-MT, 27 de julho de 2018.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N. 43/2018

PROC. ADM. N. 511811/2018. O Município de Várzea Grande-MT/Secretaria municipal de Saúde, torna público aos interessados que o Pregão Eletrônico n.43/2018: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCOS: ARROZ AGULHINHA TIPO 1, ADOÇANTE ARTIFICIAL, DOCE DE GOIABA EM MASSA, LENTILHA, MACARRÃO TIPO LASANHA COM OVOS E MILHO VERDE EM CONSERVA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA DO HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE-MT. ADJUDICADO e HOMOLOGADO 30/07/2018**, sagrando-se vencedora a empresa abaixo:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 94/2018

Validade: 12 (doze) meses.

COMERCIAL CMX DE ALIMENTOS EIRELI CNPJ sob nº 09.542.453/0001-14							
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**CÓD TCE**	**MARCA**	**UND**	**QTD**	**V. UNIT**	**V. TOTAL**
01	**COTA PRINCIPAL – 75%** **ARROZ AGULHINHA TIPO 1** ARROZ - AGULHINHA, TIPO 1 LONGO, GRÃOS INTEIROS, COM TEOR DE UMIDADE MAXIMA DE 15%, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO, PESANDO 5 KG. **APRESENTAR 01 (UMA) AMOSTRA.**	3989-6	TIO LINO	PCT	5.850	8,91	52.123,50

02	**COTA RESERVADA ME/EPP EM 25%** **ARROZ AGULHINHA TIPO 1** ARROZ - AGULHINHA, TIPO 1 LONGO, GRÃOS INTEIROS, COM TEOR DE UMIDADE MAXIMA DE 15%, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO, PESANDO 5 KG. **APRESENTAR 01 (UMA) AMOSTRA.**	3989-6	TIO LINO	PCT	1.950	8,91	17.374,50
VALOR TOTAL R$ 69.498,00 **(SESSENTA E NOVE MIL QUATROCENTOS E NOVENTA E OITO REAIS)**							

Várzea Grande – MT. 30 de Julho de 2018.

CONTRATANTE: Diógenes Marcondes CONTRATADA: Comercial Cmx De Alimentos Eireli

Secretário Municipal de Saúde CNPJ sob nº 09.542.453/0001-14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 95/2018

Validade: 12 (doze) meses.

DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS RIO BRANCO LTDA CNPJ sob nº 03.362.501/0001-06							
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**CÓD TCE**	**MARCA**	**UND**	**QTD**	**V. UNT**	**V. TOTAL**
03	**adoçante artificial** ADOÇANTE DIETÉTICO - COMPOSTO DE ASPARTAME, EM PÓ, ACONDICIONADO EM CAIXA CONTENDO 1000 ENVELOPES DE NO MINIMO 0,5 GRAMAS CADA. **APRESENTAR 01 (UMA) AMOSTRA.**	373020-4	DEGUST	CX	60	89,75	5.385,00
04	**DOCE DE GOIABA EM MASSA** DOCE EM BARRA-DE GOIABA, EMBALAGEM INDIVIDUA, DE NO MINIMO 500G, EM FILME PLÁSTICO. **APRESENTAR 01 (UMA) AMOSTRA**	148235-1	PREDILECTA	UND	100	3,99	399,00
05	**Lentilha, de 1ª qualidade** LENTILHA - DE PRIMEIRA, NOVA, CONSTITUIDA DE GRÃOS INTEIROS E SÃOS, COM UMIDADE MAXIMA DE 15% POR PESO, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADA EM SACO DE POLIETILENO PESANDO NO MINIMO 500 GRAMAS. **Apresentar 01 (uma) amostra**	5792-4	MIKA	PCT	35	9,75	341,25
06	**Macarrão tipo lasanha com ovos** MASSA PARA LASANHA PRE-COZIDA - COMPOSTA DE FARINHA OU SEMOLA, OVOS E DEMAIS SUBSTÂNCIAS PERMITIDA DE COR AMARELADA, COM SABOR E ODOR CARACTERISTICOS, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E CORANTES ARTIFICIAIS, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTES APROPRIADA, PESANDO NO MINIMO 500 GRAMAS. **Apresentar 01 (uma) amostra.**	3975-6	DONA BENTA	PCT	200	7,29	1.458,00
07	**MILHO VERDE EM CONSERVA** MILHO VERDE EM CONSERVA - SIMPLES GRÃOS INTEIROS, IMERSO EM LÍQUIDO DE COBERTURA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER CONSIDERADO COMO PESO LIQUIDO O PRODUTO DRENADO. **EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 200G** – 1 UNIDADE.	7405-5	SO FRUTA	UND	800	1,18	944,00
VALOR TOTAL R$ 8.527,25 **(OITO MIL QUINHENTOS E VINTE E SETE REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS)**							

Várzea Grande – MT. 30 de Julho de 2018.

CONTRATANTE: Diógenes Marcondes CONTRATADA: Distribuidora De Alimentos Rio Branco Ltda

Secretário Municipal de Saúde CNPJ sob nº 03.362.501/0001-06

PORTARIA Nº 819/2018

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**ELISSON MAGALHÃES DE LIMA**
MATRICULA	13858
CARGO	Guarda Municipal
PROCESSO N°	455909/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**30.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	01.08.2018 à 29.10.2018

SERVIDOR	**GHEISIANE ETEVOLDA CAMPOS SANTOS**
MATRÍCULA	83013
CARGO	Técnico Desenvolvimento Educacional
PROCESSO N°	472783/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**23.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	29.08.2018 à 26.11.2018

SERVIDOR	**JOCILDES PEREIRA LEMES CAMPOS**
MATRICULA	22704
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	431610/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**08.08.2011/2016**
PERÍODO DE GOZO	30.07.2018 à 27.10.2018

SERVIDOR	**JOVELINA MARIA MARINHO DA COSTA**
MATRICULA	24730
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	206649/2013
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**15.07.2004/2009**
PERÍODO DE GOZO	03.09.2018 à 01.12.2018

SERVIDOR	**JOSÉ CARLOS ALVES BRAGA**
MATRICULA	23616
CARGO	Guarda Municipal
PROCESSO N°	457079/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**30.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	01.09.2018 à 29.11.2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 31 de Julho de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 817/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de Junho/Julho/2018, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
25784	JUSTINA PIRES DOS SANTOS	Efetivo	2017/2018	02.07.18 A 31.07.18 (30 dias)
92290	LUZIA TOSTI	Efetivo	2017/2018	02.07.18 A 31.07.18 (30 dias)
40470	RONALDO ESPINOZA	Efetivo	2016/2017	28.06.18 A 27.07.18 (30 dias)
40470	RONALDO ESPINOZA	Efetivo	2017/2018	28.07.18 A 26.08.18 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 31 de Julho de 2018.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 820/2018

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**KÁTIA DE AMORIM SOARES**
MATRICULA	25992
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	462983/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**06.06.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	26.07.2018 à 23.10.2018

SERVIDOR	**LELIANE DE PINHO SANTOS**
MATRÍCULA	84198
CARGO	Técnico Desenvolvimento Infantil
PROCESSO N°	453212/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**23.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	17.07.2018 à 15.08.2018

SERVIDOR	**LILIANE FERREIRA MACIEL DE OLIVEIRA**
MATRICULA	27835
CARGO	Merendeira
PROCESSO N°	468199/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**30.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	18.07.2018 à 15.10.2018

SERVIDOR	**LUIZ RODRIGUES**
MATRICULA	29677
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	487716/2017
LICENÇA PRÊMIO	30 (trinta) dias
QUINQUÊNIO	**30.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	16.07.2018 à 14.08.2018

SERVIDOR	**MANOEL NARCISO DA SILVA**
MATRICULA	87184
CARGO	Agente de Segurança e Manutenção
PROCESSO N°	485014/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**29.10.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	01.08.2018 à 29.10.2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 31 de Julho de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 816/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de **Junho/Julho/2018**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FAZENDÁRIA				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
38659	PAULO GONÇALO DA SILVA	Efetivo	2011/2012	01.08.2018 a 30.08.2018 (30 dias)
38659	PAULO GONÇALO DA SILVA	Efetivo	2017/2018	31.08.2018 a 29.09.2018 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 31 de julho de 2018.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 815/2018

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017.

RESOLVE

Tornar sem efeito a Portaria nº 680/2018 somente com relação à servidora **ELIZANGELA BATISTA DE OLIVEIRA,** matrícula n° 100772, Efetivo, exercendo o cargo em Comissão de Gerente – DNAS 06, lotada na Secretaria Municipal de Administração, que concedeu 10 (dez) dias de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo **2016/2017**, com período de gozo em **02.07.2018 a 11.07.2018.** Conforme a Portaria Nº 680/2018,publicada noJornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM**,** no dia 27/06/2018, pagina 321, edição nº3.008.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 31 de julho de 2018.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

EXTRATO CONTRATO N. 089/2018

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande e a Empresa MANGABEIRA CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E CAMINHÕES LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 28.029.393/0001-85, FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se vinculado a Adesão na Ata de Registro de Preços nº. 015/2017 vinculado ao procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº. 008/201/DAEVG e respectivo Contrato, que ser regerá pela Lei Federal nº. 8.666/93 e Decreto Federal nº. 7.892/13, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO nº. 497775/2018. OBJETO: Tem por objeto contratação de pessoa jurídica capacitada para prestação de serviços de locação de veículos tipo, caminhões, maquinários, micro – ônibus, ônibus e van teto alto para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor global estimado de R$ 853.652,00 (oitocentos e cinquenta e três mil, seiscentos e cinquenta e dois reais) UO: SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO DO: 04.01.04.122.101.000. P/A: 2.281. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0100. SECRETARIA EDUCAÇÃO DO: 35.01.12.122.0002. P/A: 2.165. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0101. SECRETARIA ASSIST. SOCIAL LAZER DO:11.02.08.244.0041. P/A: 2.094. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0129. DO:11.02.08.244.0042. P/A: 1.087. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0129. DO:11.02.08.243.0042. P/A: 1.402. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0129.DO:11.02.08.243.0042. P/A: 2.113. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0129. DO:11.02.08.243.0042. P/A: 2.229. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0129. DO:11.01.08.122.0002. P/A: 2.272. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0100/0129. DO:11.01.08.122.0002. P/A: 2.214. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0100. DO:11.02.08.244.0041. P/A: 2.112. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0129. DO:11.01.08.122.0002. P/A: 2.280. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0100. DO:11.02.08.244.0041. P/A: 1.483. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0129. DO:11.02.08.244.0041. P/A: 1.511. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0121. DO:11.01.08.122.0002. P/A: 2.234. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0129.DO:11.02.08.244.0041. P/A: 1.484. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0129. DO:11.03.08.243.0041. P/A: 1.546. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0121. SECRETARIA SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBILIDADE URBANA DO: 38.03.15.452.0023. **P/A: 1.579. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0100.** SECRETARIA VIAÇÃO E OBRAS DO: 37.02.15.451.0022. **P/A: 2.292. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0100.** VIGÊNCIA: Terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura. FISCAL DE CONTRATO: Fica designado pela Secretaria de Administração que designa para este ato, o Servidor ALEXANDER CHINAGLIA REZENDE, Matricula n. 119259, portador da Cédula de Identidade RG n. 449608 SSP/MT e inscrito o CPF sob n. 481.900.631-20, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer que designa para este ato, o Servidor JOSÉ AUGUSTO DE CAMPOS, Matricula n. 117820, portador da Cédula de Identidade RG n. 879523 SSP/MT e inscrito o CPF sob n. 615.720.391-91, Secretaria de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana que designa para este ato, o Servidor RONNY CARLOS MARTINS SOARES, Matricula n. 109003, portador da Cédula de Identidade RG n. 662809 SSP/MT e inscrito o CPF sob n. 631.095.731-72, Secretaria de Viação e Obras que designa para este ato, o Servidor JOSAN GOMES DE CAMPOS MIRANDA, Matricula n. 117085, portador da Cédula de Identidade RG n. 20122934 SSP/MT e inscrito o CPF sob n. 010.043.031-73, Secretaria de Assistência Social que designa para este ato, a Servidora LUCILIENE DA COSTA, Matricula n. 118841, portador da Cédula de Identidade RG n. 297.253 SSP/MT e inscrito o CPF sob n. 654.794.081-00, Secretaria de Saúde que designa para este ato, o Servidor JAIR RODRIGUES DE BARROS, Matricula n. 21048, portador da Cédula de Identidade RG n. 06920292 SSP/MT e inscrito o CPF sob n. 875.205.161-72.

DATA DE ASSINATURA: 26.07.2018.

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Secretário Municipal de Administração – PMVG/MT

BRENO GOMES

Secretário Municipal de Serviços Públicos – PMVG/MT

DIÓGENES MARCONDES

Secretário Municipal de Saúde – PMVG/MT

FLÁVIA LUIZA COELHO DE LANNES

Secretário Municipal de Assistência Social – PMVG/MT

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – PMVG/MT

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Viação e Obras – PMVG/MT

MANGABEIRA CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E CAMINHÕES LTDA

Contratada

PORTARIA Nº 821/2018

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**MARIA ANTÔNIA DA CUNHA COSTA**
MATRICULA	31576
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	302104/2015
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**30.08.2009/2014**
PERÍODO DE GOZO	01.08.2018 à 29.10.2018

SERVIDOR	**MARIA ELIZABETH SOARES FIGUEIREDO**
MATRÍCULA	32687
CARGO	Professor V a VIII
PROCESSO N°	18586/2009
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**28.02.2004/2009**
PERÍODO DE GOZO	30.07.2018 à 27.10.2018

SERVIDOR	**MARIANNA FERREIRA PERES**
MATRICULA	33727
CARGO	Jornalista
PROCESSO N°	513849/2018
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**02.05.2011/2016**
PERÍODO DE GOZO	30.07.2018 à 27.10.2018

SERVIDOR	**MARILENE FRANCISCA PINTO SENA**
MATRICULA	34005
CARGO	Merendeira
PROCESSO N°	452362/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**30.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	30.07.2018 à 27.10.2018

SERVIDOR	**MARILDES DE ASSIS CORREA**
MATRICULA	33889
CARGO	Agente Administrativo
PROCESSO N°	235287/2014
LICENÇA PRÊMIO	30 (trinta) dias
QUINQUÊNIO	**07.04.2009/2014**
PERÍODO DE GOZO	03.09.2018 à 02.10.2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 31 de Julho de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

EXTRATO CONTRATO N. 085/2018

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT e a Empresa TECHNUM CONSULTORIA SS, inscrita no CNPJ nº. 03.449.662/0001-61. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado aos termos e condições da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 03/2018 que passa a fazer parte integrante do presente contrato, juntamente com a proposta da CONTRATADA, vinculado à Lei nº. 8.666/93 e alterações, regulando suas cláusulas, bem como nos casos omissos, pelo preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e as estabelecidas neste instrumento, bem como aos demais documentos acostados ao Processo Gespro n. 487480/2017. OBJETO: Tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para efetuar os estudos e revisão de Plano Diretor Municipal de Várzea Grande/MT, Lei Complementar nº. 3.112/2007 e todas as leis urbanísticas posteriores até a presente data. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor estimado de R$ 699.575,85 (Seiscentos e noventa e nove mil, quinhentos e setenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos). UO: SECRETARIA de DESENVOLVIMENTO URBANO, ECONÔMICO E TURISMO DO: 36. 02.15.452.0022 P/A: 1.553. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST - PJ. FONTE: 0100. VIGÊNCIA: O período da vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura. FISCAL DE CONTRATO: Fica designado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo, o servidor ENODES SOARES FERREIRA – CAU nº. A 56.503-2.

DATA DE ASSINATURA: 19.07.2018.

JOSÉ ROBERTO AMARAL DE CASTRO PINTO

Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo – PMVG/MT

TECHNUM CONSULTORIA SS

Contratada

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N. 38/2018

PROC. ADM. N. 501903/2018. O Município de Várzea Grande-MT/Secretaria municipal de Saúde, torna público aos interessados que o Pregão Eletrônico n.43/2018: que tem o objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CADEIRA DE RODAS PARAPLÉGICA, CADEIRA DE BANHO, ANDADOR E MULETA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO - CER II DE VÁRZEA GRANDE/MT.** Foi **ADJUDICADO e HOMOLOGADO 23/07/2018**, sagrando-se vencedora a empresa abaixo:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 93/2018

Validade: 12 (doze) meses.

JS IND. E COM. DE PRODUTOS ORTOPÉDICOS LTDA – EPP
CNPJ sob nº 06.304.884/0001-54

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	CÓD TCE	UND	MARCA	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	**CADEIRA DE RODAS PARAPLÉGICA INFANTIL (LARGURA DO ASSENTO 30 CM)** CONFECCIONADA EM ALUMÍNIO COM PINTURA EPÓXI; DOBRÁVEL EM “X” TOTALMENTE DESMONTÁVEL; EIXO DE DESMONTAGEM RÁPIDA NAS 4 RODAS (QUICK RELEASE); PLACA PARA ANTERIORIZAÇÃO E POSTERIZAÇÃO DO CENTRO DE GRAVIDADE E TILT- 3º A 9º ; APOIO PARA OS BRAÇOS; ALMOFADA EM ESPUMA INJETADA COM 5 CM DE ESPÉSSURA; APOIO PARA OS PÉS REGULÁVEL EM ALTURA COM PINO DE REGULAGEM RÁPIDA E REMOVÍVEL; RODA ANTI-TOMBO BILATERAL; PROTETOR DE ROUPAS; RODAS TRASEIRAS COM PNEUS INFLÁVEIS DE 20¨, COM ARGOLÃO DE ALUMÍNIO E RODAS DIANTEIRAS DE 5¨, TOLERÂNCIA MÍNIMA DE 50 KG; **LARGURA DO ASSENTO 30 CM**; **MANUAL DE INSTRUÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO. APRESENTAR PROSPECTO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES**	225200-7	UND	ORTOMIX	20	2.000,00	40.000,00
02	**CADEIRA DE RODAS PARAPLÉGICA INFANTIL (LARGURA DO ASSENTO 32 CM)** CONFECCIONADA EM ALUMÍNIO COM PINTURA EPÓXI; DOBRÁVEL EM “X” TOTALMENTE DESMONTÁVEL; EIXO DE DESMONTAGEM RÁPIDA NAS 4 RODAS (QUICK RELEASE); PLACA PARA ANTERIORIZAÇÃO E POSTERIZAÇÃO DO CENTRO DE GRAVIDADE E TILT- 3º A 9º ; APOIO PARA OS BRAÇO; ALMOFADA EM ESPUMA INJETADA COM 5 CM DE ESPESSURA; APOIO PARA OS PÉS REGULÁVEL EM ALTURA COM PINO DE REGULAGEM RÁPIDA E REMOVÍVEL; RODA ANTI-TOMBO BILATERAL; PROTETOR DE ROUPAS; RODAS TRASEIRAS COM PNEUS INFLÁVEIS DE 20¨, COM ARGOLÃO DE ALUMÍNIO E RODAS DIANTEIRAS DE 5¨, TOLERÂNCIA MÍNIMA DE 50 KG; **LARGURA DO ASSENTO 32 CM**; **MANUAL DE INSTRUÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO. APRESENTAR PROSPECTO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES**	201141-7	UND	ORTOMIX	20	2.000,00	40.000,00
03	**CADEIRA DE RODAS PARAPLÉGICA INFANTIL (LARGURA DO ASSENTO 34 CM)** CONFECCIONADA EM ALUMÍNIO COM PINTURA EPÓXI; DOBRÁVEL EM “X” TOTALMENTE DESMONTÁVEL; EIXO DE DESMONTAGEM RÁPIDA NAS 4 RODAS (QUICK RELEASE); PLACA PARA ANTERIORIZAÇÃO E POSTERIZAÇÃO DO CENTRO DE GRAVIDADE E TILT- 3º A 9º ; APOIO PARA OS BRAÇOS; CINTO TORÁXICO ACOLCHOADO; ALMOFADA EM ESPUMA INJETADA COM 5 CM DE ESPESSURA; APOIO PARA OS PÉS REGULÁVEL EM ALTURA COM PINO DE REGULAGEM RÁPIDA E REMOVÍVEL; RODA ANTI-TOMBO BILATERAL;	139000-7	UND	ORTOMIX	20	2.000,00	40.000,00

	PROTETOR DE ROUPAS; RODAS TRASEIRAS COM PNEUS INFLÁVEIS DE 20¨, COM ARGOLÃO DE ALUMÍNIO E RODAS DIANTEIRAS DE 6¨, TOLERÂNCIA MÍNIMA DE 50 KG; **LARGURA DO ASSENTO 34 CM**; **MANUAL DE INSTRUÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO. APRESENTAR PROSPECTO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES**						
04	**CADEIRA DE RODAS PARAPLÉGICA INFANTIL (LARGURA DO ASSENTO 36 CM)** CONFECCIONADA EM ALUMÍNIO COM PINTURA EPÓXI; DOBRÁVEL EM "X" TOTALMENTE DESMONTÁVEL; EIXO DE DESMONTAGEM RÁPIDA NAS 4 RODAS (QUICK RELEASE); PLACA PARA ANTERIORIZAÇÃO E POSTERIZAÇÃO DO CENTRO DE GRAVIDADE E TILT- 3º A 9º ; APOIO PARA OS BRAÇOS; ALMOFADA EM ESPUMA INJETADA COM 5 CM DE ESPESSURA; APOIO PARA OS PÉS REGULÁVEL EM ALTURA COM PINO DE REGULAGEM RÁPIDA E REMOVÍVEL; RODA ANTI-TOMBO BILATERAL; PROTETOR DE ROUPAS; RODAS TRASEIRAS COM PNEUS INFLÁVEIS DE 20¨, COM ARGOLÃO DE ALUMÍNIO E RODAS DIANTEIRAS DE 6¨, TOLERÂNCIA MÍNIMA DE 50 KG; **LARGURA DO ASSENTO 36 CM**; **MANUAL DE INSTRUÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO. APRESENTAR PROSPECTO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES**	138363-9	UND	ORTOMIX	20	2.000,00	40.000,00
05	**CADEIRA DE RODAS PARAPLÉGICA INFANTIL ("LARGURA DO ASSENTO 25 CM - RODA TRASEIRA DE 16")** CONFECCIONADA EM ALUMÍNIO COM PINTURA EPÓXI; APOIO PARA BRAÇOS; MANOPLAS COM REGULAGEM DE ALTURA; CINTO TORÁCICO. APOIO PARA PÉS REGULÁVEL EM ALTURA; EIXO DE DESMONTAGEM RÁPIDA NAS RODAS TRASEIRAS; RODAS TRASEIRAS ARO 16 COM ARGOLÃO EM NYLON E DIANTEIRAS EM GEL; INDICADA PARA USUÁRIOS ATÉ TOLERÂNCIA MÍNIMA 50 KG; **LARGURA DO ASSENTO: 25 CM**; MESA PARA ATIVIDADES. **MANUAL DE INSTRUÇÃO. GARANTIA DE 01 (UM) ANO. APRESENTAR PROSPECTO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES.**	367019-8	UND	ORTOMIX	5	1.650,00	8.250,00
06	**CADEIRA DE RODAS PARAPLÉGICA INFANTIL ("LARGURA DO ASSENTO 30 CM - RODA TRASEIRA DE 16") -** CONFECCIONADA EM ALUMÍNIO COM PINTURA EPÓXI; APOIO PARA BRAÇOS REMOVÍVEL; MANOPLAS COM REGULAGEM DE ALTURA; CINTO TORÁCICO ACOLCHOADO. APOIO PARA PÉS REGULÁVEL EM ALTURA; EIXO DE DESMONTAGEM RÁPIDA NAS RODAS TRASEIRAS; RODAS TRASEIRAS ARO 16 COM ARGOLÃO EM NYLON E DIANTEIRAS EM GEL; INDICADA PARA USUÁRIOS ATÉ TOLERÂNCIA MÍNIMA 50 KG; **LARGURA DO ASSENTO: 30 CM**; MESA PARA ATIVIDADES. **MANUAL DE INSTRUÇÃO. GARANTIA DE 01 (UM) ANO. APRESENTAR PROSPECTO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES**	138364-7	UND	ORTOMIX	5	2.099,00	10.495,00
07	**CADEIRA DE RODAS PARAPLÉGICA ADULTO (LARGURA DO ASSENTO 36 CM) -** CONFECCIONADA EM ALUMÍNIO COM PINTURA EPÓXI; DOBRÁVEL EM DUPLO "X"; TOTALMENTE DESMONTÁVEL; EIXO DE DESMONTAGEM RÁPIDA NAS 4 RODAS (QUICK RELEASE); PLACA PARA ANTERIORIZAÇÃO E POSTERIORIZAÇÃO DO CENTRO DE GRAVIDADE E TILT – 0º A 10º ; APOIO PARA PÉS REMOVÍVEL E REGULÁVEL EM ALTURA COM PINOS DE DESMONTAGEM RÁPIDA; APOIO PARA PERNAS ELEVÁVEL; APOIO PARA BRAÇOS ESCAMOTEÁVEL; ESTICADORES NO ENCOSTO; ESTOFAMENTO 100% NYLON ACOLCHOADO E REFORÇADO; ALMOFADA DO ASSENTO COM 5 CM DE ESPESSURA EM ESPUMA INJETADA; PROTETOR LATERAL DE ROUPAS; ARO DE IMPULSÃO EM NYLON; RODAS TRASEIRAS EM NYLON COM PNEUS INFLÁVEIS DE 24¨ COM EIXOS REMOVÍVEIS; RODAS DIANTEIRAS DE 6¨ MACIÇAS; INDICADA PARA USUÁRIOS TOLERÂNCIA MÍNIMA 100KG; **LARGURA DO ASSENTO 36 CM**; **MANUAL DE INSTRUÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO. APRESENTAR PROSPECTO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES**	57972-6	UND	ORTOMIX	10	1.900,00	19.000,00
8	**CADEIRA DE RODAS PARAPLÉGICA ADULTO (LARGURA DO ASSENTO 38 CM) -** CONFECCIONADA EM ALUMÍNIO COM PINTURA EPÓXI; DOBRÁVEL EM DUPLO "X"; TOTALMENTE DESMONTÁVEL; EIXO DE DESMONTAGEM RÁPIDA NAS 4 RODAS (QUICK RELEASE); PLACA PARA ANTERIORIZAÇÃO E POSTERIORIZAÇÃO DO CENTRO DE GRAVIDADE E TILT – 0º A 10º ; APOIO PARA PÉS REMOVÍVEL E REGULÁVEL EM ALTURA COM PINOS DE DESMONTAGEM RÁPIDA; APOIO PARA PERNAS ELEVÁVEL; APOIO PARA BRAÇOS ESCAMOTEÁVEL; ESTICADORES NO ENCOSTO; ESTOFAMENTO 100% NYLON ACOLCHOADO E REFORÇADO; ALMOFADA DO ASSENTO COM 5 CM DE ESPESSURA EM ESPUMA INJETADA; PROTETOR LATERAL DE ROUPAS; ARO DE IMPULSÃO EM NYLON; RODAS TRASEIRAS EM NYLON COM PNEUS INFLÁVEIS DE 24¨ COM EIXOS REMOVÍVEIS; RODAS DIANTEIRAS DE 6¨ MACIÇAS; INDICADA PARA USUÁRIOS TOLERÂNCIA MÍNIMA 100KG; **LARGURA DO ASSENTO 38 CM**; **MANUAL DE INSTRUÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO. APRESENTAR PROSPECTO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES**	151429-6	UND	ORTOMIX	10	1.540,00	15.400,00
09	**CADEIRA DE RODAS PARAPLÉGICA ADULTO (LARGURA DO ASSENTO 40 CM) -** CONFECCIONADA EM ALUMÍNIO COM PINTURA EPÓXI; DOBRÁVEL EM DUPLO "X"; TOTALMENTE DESMONTÁVEL; EIXO DE DESMONTAGEM RÁPIDA NAS 4 RODAS (QUICK RELEASE); PLACA PARA ANTERIORIZAÇÃO E POSTERIORIZAÇÃO DO CENTRO DE GRAVIDADE E TILT – 0º A 10º ; APOIO PARA PÉS REMOVÍVEL E REGULÁVEL EM ALTURA COM PINOS DE DESMONTAGEM RÁPIDA; APOIO PARA PERNAS ELEVÁVEL; APOIO PARA BRAÇOS ESCAMOTEÁVEL; ESTICADORES NO ENCOSTO; ESTOFAMENTO 100% NYLON ACOLCHOADO E REFORÇADO; ALMOFADA DO ASSENTO COM 5 CM DE ESPESSURA EM ESPUMA INJETADA; PROTETOR LATERAL DE ROUPAS; ARO DE IMPULSÃO EM NYLON; RODAS TRASEIRAS EM NYLON COM PNEUS INFLÁVEIS DE 24¨ COM EIXOS REMOVÍVEIS; RODAS DIANTEIRAS DE 6¨ MACIÇAS; INDICADA PARA USUÁRIOS TOLERÂNCIA MÍNIMA 100KG; **LARGURA DO ASSENTO 40 CM**; **MANUAL DE INSTRUÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO. APRESENTAR PROSPECTO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES**	228387-5	UND	ORTOMIX	20	1.540,00	30.800,00
10	**CADEIRA DE RODAS PARAPLÉGICA ADULTO (LARGURA DO ASSENTO 42 CM) -** CONFECCIONADA EM ALUMÍNIO COM PINTURA EPÓXI; DOBRÁVEL EM DUPLO "X"; TOTALMENTE DESMONTÁVEL; EIXO DE DESMONTAGEM RÁPIDA NAS 4 RODAS (QUICK RELEASE); PLACA PARA ANTERIORIZAÇÃO E POSTERIORIZAÇÃO DO CENTRO DE GRAVIDADE E TILT – 0º A 10º ; APOIO PARA PÉS REMOVÍVEL E REGULÁVEL EM ALTURA COM PINOS DE DESMONTAGEM RÁPIDA; APOIO PARA PERNAS ELEVÁVEL; APOIO PARA BRAÇOS ESCAMOTEÁVEL; ESTICADORES NO ENCOSTO; ESTOFAMENTO 100% NYLON ACOLCHOADO E REFORÇADO; ALMOFADA DO ASSENTO COM 5 CM DE ESPESSURA EM ESPUMA INJETADA; PROTETOR LATERAL DE ROUPAS; ARO DE IMPULSÃO EM NYLON; RODAS TRASEIRAS EM NYLON COM PNEUS INFLÁVEIS DE 24¨ COM EIXOS REMOVÍVEIS; RODAS DIANTEIRAS DE 6¨ MACIÇAS; INDICADA PARA USUÁRIOS TOLERÂNCIA MÍNIMA 100KG; **LARGURA DO ASSENTO 42 CM**; **MANUAL DE INSTRUÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO. APRESENTAR PROSPECTO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES**	137493-1	UND	ORTOMIX	20	1.549,00	30.980,00
11	**CADEIRA DE RODAS PARAPLÉGICA ADULTO (LARGURA DO ASSENTO 44 CM) -** CONFECCIONADA EM ALUMÍNIO COM PINTURA EPÓXI; DOBRÁVEL EM DUPLO "X"; TOTALMENTE DESMONTÁVEL; EIXO DE DESMONTAGEM RÁPIDA NAS 4 RODAS (QUICK RELEASE); PLACA PARA ANTERIORIZAÇÃO E POSTERIORIZAÇÃO DO CENTRO DE GRAVIDADE E TILT – 0º A 10º ; APOIO PARA PÉS REMOVÍVEL E REGULÁVEL EM ALTURA COM PINOS DE DESMONTAGEM RÁPIDA; APOIO PARA PERNAS ELEVÁVEL; APOIO PARA BRAÇOS ESCAMOTEÁVEL; ESTICADORES NO ENCOSTO; ESTOFAMENTO 100% NYLON ACOL-	53551-6	UND	ORTOMIX	20	1.690,00	33.800,00

	CHOADO E REFORÇADO; ALMOFADA DO ASSENTO COM 5 CM DE ESPESSURA EM ESPUMA INJETADA; PROTETOR LATERAL DE ROUPAS; ARO DE IMPULSÃO EM NYLON; RODAS TRASEIRAS EM NYLON COM PNEUS INFLÁVEIS DE 24¨ COM EIXOS REMOVÍVEIS; RODAS DIANTEIRAS DE 6¨ MACIÇAS; INDICADA PARA USUÁRIOS TOLERÂNCIA MÍNIMA 100KG; **LARGURA DO ASSENTO 44 CM**; **MANUAL DE INSTRUÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO. APRESENTAR PROSPECTO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES**						
12	**CADEIRA DE RODAS PARAPLÉGICA ADULTO (LARGURA DO ASSENTO 46 CM) -** CONFECCIONADA EM ALUMÍNIO COM PINTURA EPÓXI; DOBRÁVEL EM DUPLO "X"; TOTALMENTE DESMONTÁVEL; EIXO DE DESMONTAGEM RÁPIDA NAS 4 RODAS (QUICK RELEASE); PLACA PARA ANTERIORIZAÇÃO E POSTERIORIZAÇÃO DO CENTRO DE GRAVIDADE E TILT – 0º A 10º : APOIO PARA PÉS REMOVÍVEL E REGULÁVEL EM ALTURA COM PINOS DE DESMONTAGEM RÁPIDA; APOIO PARA PERNAS ELEVÁVEL; APOIO PARA BRAÇOS ESCAMOTEÁVEL; ESTICADORES NO ENCOSTO; ESTOFAMENTO 100% NYLON ACOLCHOADO E REFORÇADO; ALMOFADA DO ASSENTO COM 5 CM DE ESPESSURA EM ESPUMA INJETADA; PROTETOR LATERAL DE ROUPAS; ARO DE IMPULSÃO EM NYLON; RODAS TRASEIRAS EM NYLON COM PNEUS INFLÁVEIS DE 24¨ COM EIXOS REMOVÍVEIS; RODAS DIANTEIRAS DE 6¨ MACIÇAS; INDICADA PARA USUÁRIOS TOLERÂNCIA MÍNIMA 100KG; **LARGURA DO ASSENTO 46 CM**; **MANUAL DE INSTRUÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO. APRESENTAR PROSPECTO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES**	292855-8	UND	ORTOMIX	20	2.050,00	41.000,00
13	**CADEIRA DE RODAS PARAPLÉGICA ADULTO (LARGURA DO ASSENTO 48 CM)** - CONFECCIONADA EM ALUMÍNIO COM PINTURA EPÓXI; DOBRÁVEL EM DUPLO "X"; TOTALMENTE DESMONTÁVEL; EIXO DE DESMONTAGEM RÁPIDA NAS 4 RODAS (QUICK RELEASE); PLACA PARA ANTERIORIZAÇÃO E POSTERIORIZAÇÃO DO CENTRO DE GRAVIDADE E TILT – 0º A 10º ; APOIO PARA PÉS REMOVÍVEL E REGULÁVEL EM ALTURA COM PINOS DE DESMONTAGEM RÁPIDA; APOIO PARA PERNAS ELEVÁVEL; APOIO PARA BRAÇOS; ESTOFAMENTO 100% NYLON ACOLCHOADO E REFORÇADO; ALMOFADA DO ASSENTO COM 5 CM DE ESPESSURA EM ESPUMA INJETADA; PROTETOR LATERAL DE ROUPAS; ARO DE IMPULSÃO EM NYLON; RODAS TRASEIRAS EM NYLON COM PNEUS INFLÁVEIS DE 24¨ COM EIXOS REMOVÍVEIS; RODAS DIANTEIRAS DE 6¨ MACIÇAS; INDICADA PARA USUÁRIOS TOLERÂNCIA MÍNIMA 100KG; **LARGURA DO ASSENTO 48 CM**; **MANUAL DE INSTRUÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO. APRESENTAR PROSPECTO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES**	151430-0	UND	ORTOMIX	10	1.540,00	15.400,00
14	**CADEIRA DE RODAS PARAPLÉGICA ADULTO OBESO (LARGURA DO ASSENTO 50 CM) -** CONFECCIONADA COM TUBO DE ALUMÍNIO AERONÁUTICO; ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA; DOBRÁVEL EM DUPLO "X" REFORÇADO; APOIO PARA BRAÇOS BILATERAIS; PEDAL TIPO "U" AJUSTÁVEL NA ALTURA; FREIOS BILATERAIS AJUSTÁVEIS, RODAS TRASEIRAS DE 24¨; PNEUS INFLÁVEIS; ARO DE PROPULSÃO EM ALUMÍNIO; CUBOS DE ALUMÍNIO MONTADOS COM ROLAMENTOS DE PRECISÃO; EIXO REMOVÍVEL, FIXADO EM EIXO TRANSVERSAL PONTA A PONTA; RODAS DIANTEIRAS DE 6¨, MONTADA COM ROLAMENTOS; GARFO DE ALUMÍNIO COM EIXO VERTICAL FIXADO EM CUBO DE ALUMÍNIO MONTADO COM ROLAMENTOS; ESTOFAMENTO CONFECCIONADO COM 100% NYLON, COSTURADO COM FAIXAS DE REFORÇO INTERNO; ALMOFADA SOBRE O ASSENTO EM ESPUMA INJETADA; TOLERÂNCIA MÍNIMA DE 200 KG COM **LARGURA DE ASSENTO DE 50 CM**; **MANUAL DE INSTRUÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO. APRESENTAR PROSPECTO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES**	174579-4	UND	ORTOMIX	5	2.080,00	10.400,00
15	**CADEIRA DE RODAS PARAPLÉGICA ADULTO OBESO (LARGURA DO ASSENTO 55 CM)** - CONFECCIONADA COM TUBO DE ALUMÍNIO AERONÁUTICO; ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA; DOBRÁVEL EM DUPLO "X" REFORÇADO; BRAÇOS BILATERAIS REMOVÍVEIS; PEDAL TIPO "U" AJUSTÁVEL NA ALTURA; FREIOS BILATERAIS AJUSTÁVEIS, RODAS TRASEIRAS DE 24¨; PNEUS INFLÁVEIS; ARO DE PROPULSÃO EM ALUMÍNIO; CUBOS DE ALUMÍNIO MONTADOS COM ROLAMENTOS DE PRECISÃO; EIXO REMOVÍVEL, FIXADO EM EIXO TRANSVERSAL PONTA A PONTA; RODAS DIANTEIRAS DE 6¨, MONTADA COM ROLAMENTOS; GARFO DE ALUMÍNIO COM EIXO VERTICAL FIXADO EM CUBO DE ALUMÍNIO MONTADO COM ROLAMENTOS; ESTOFAMENTO CONFECCIONADO COM 100% NYLON; ALMOFADA SOBRE O ASSENTO EM ESPUMA INJETADA; TOLERÂNCIA MÍNIMA DE 200 KG, COM **LARGURA DE ASSENTO DE 55 CM**; **MANUAL DE INSTRUÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO. APRESENTAR PROSPECTO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES**	250301-8	UND	ORTOMIX	15	2.100,00	31.500,00
16	**CADEIRA DE RODAS PARAPLÉGICA ADULTO OBESO (LARGURA DO ASSENTO 60 CM) -** CONFECCIONADA COM TUBO DE ALUMÍNIO AERONÁUTICO; ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA; DOBRÁVEL EM DUPLO "X" REFORÇADO; BRAÇOS BILATERAIS REMOVÍVEIS; PEDAL TIPO "U" AJUSTÁVEL NA ALTURA; FREIOS BILATERAIS AJUSTÁVEIS, RODAS TRASEIRAS DE 24¨; PNEUS INFLÁVEIS; ARO DE PROPULSÃO EM ALUMÍNIO; CUBOS DE ALUMÍNIO MONTADOS COM ROLAMENTOS DE PRECISÃO; EIXO REMOVÍVEL, FIXADO EM EIXO TRANSVERSAL PONTA A PONTA; RODAS DIANTEIRAS DE 6¨, MONTADA COM ROLAMENTOS; GARFO DE ALUMÍNIO COM EIXO VERTICAL FIXADO EM CUBO DE ALUMÍNIO MONTADO COM ROLAMENTOS; ESTOFAMENTO CONFECCIONADO COM 100% NYLON; ALMOFADA SOBRE O ASSENTO DE DENSIDADE SUPERIOR A 45; TOLERÂNCIA MÍNIMA DE 200 KG, COM **LARGURA DE ASSENTO DE 60 CM**; **MANUAL DE INSTRUÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO. APRESENTAR PROSPECTO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES**	225199-0	UND	ORTOMIX	15	2.099,00	31.485,00
17	**CADEIRA DE RODAS (LARGURA DO ASSENTO 40 CM) -** FABRICADA EM AÇO CARBONO COM ASSENTO/ENCOSTO EM NYLON ALMOFADADO, DOBRÁVEL, APOIO PARA OS BRAÇOS E PÉS REMOVÍVEIS, RODAS TRASEIRAS ARO 24" COM PNEUS MACIÇOS OU INFLÁVEIS E DIANTEIROS ARO 06" COM PNEUS MACIÇOS, FREIOS BILATERAIS E ARO IMPULSOR BILATERAL. **LARGURA DO ASSENTO: 40 CM**. ALTURA DO ENCOSTO: 40 CM ALTURA DO ASSENTO AO CHÃO: 50 CM ALTURA DO CHÃO A MANOPLA: 90 CM, TOLERÂNCIA MÍNIMA DE PESO: 100 KG COR: PRETA. **MANUAL DE INSTRUÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO. APRESENTAR PROSPECTO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES**	124068-4	UND	ORTOMIX	30	780,00	23.400,00
18	**CADEIRA DE RODA PARA OBESO** - ESTRUTURAS CONFECCIONADA EM TUBO DE AÇO CARBONO COM PINTURA EPÓXI, DE Ø 1¼ X 1,50 MM; - ENCOSTO: CONFECCIONADO EM CHAPA DE AÇO CARBONO DE 1,50 MM, REVESTIDO EM COURVIN; DOBRÁVEL EM DUPLO X; APOIO PARA BRAÇOS ESCAMOTEÁVEL, APOIO PARA PÉS REMOVÍVEL, ARO DE PROPULSÃO CROMADO; ASSENTO REFORÇADO COM TIRAS TENSORAS ESPECIAIS; ALMOFADA EM ESPUMA INJETADA REVESTIDO EM COURVIN; - PNEUS TRASEIROS INFLÁVEIS; TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO; DIMENSÕES ÚTEIS: **ASSENTO 60CM**; LARGURA ABERTA 81CM; PROFUNDIDADE ASSENTO APROX. 48CM; TOLERÂNCIA MÍNIMA DE: 250 KG; PESO CADEIRA: 27/28 KG. **MANUAL DE INSTRUÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO. APRESENTAR PROSPECTO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES**	174579-4	UND	ORTOMIX	30	3.150,00	94.500,00
19	**CADEIRA DE BANHO -** ESTRUTURA CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO IDEAL PARA USO SANITÁRIO E EM CHUVEIRO; ASSENTO SANITÁRIO REMOVÍVEL, APOIO PARA OS BRAÇOS E PARA OS PÉS FIXOS, FREIO BILATERAIS, RODAS TRASEIRA E DIANTEIRA	87872-3	UND	ORTOMIX	30	304,00	9.120,00

	EM ARO 6" COM PNEUS MACIÇOS; LARGURA APROX. DO ASSENTO 0,50CM; TOLERÂNCIA MÍNIMA DE ATÉ 100 KG. **MANUAL DE INSTRUÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO. APRESENTAR PROSPECTO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES**						
20	**CADEIRA DE BANHO PARA OBESO -** ESTRUTURA CONFECCIONADA EM TUBO DE AÇO INOXIDÁVEL DE Ø 1¼ X 1,50 MM; - ENCOSTO: CONFECCIONADO EM CHAPA DE AÇO INOXIDÁVEL DE 1,20 MM; - ASSENTO: CONFECCIONADO EM CHAPA DE AÇO INOXIDÁVEL DE 1,20 MM, ESTRUTURADO COM TUBO DE AÇO INOXIDÁVEL DE 25 X 25 X 1,20 MM, COM ESPUMA DE 10 CM D 33; - RODIZIOS: GIRATÓRIOS DE Ø 8", SENDO 2 COM FREIOS TRASEIROS; DIMENSÕES ÚTEIS: 0,71 X 0,53 X 0,43; DIMENSÕES EXTERNAS: 1,00 X ,95, 0,90 APROXIMADAMENTE, TOLERÂNCIA MÍNIMA DE 250 KG. **MANUAL DE INSTRUÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO. APRESENTAR PROSPECTO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES**	301639-0	UND	ORTOMIX	30	1.449,00	43.470,00
21	**MULETA AXILAR -** ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: CONSTRUÍDA EM ALUMÍNIO DE ALTA RESISTÊNCIA; REVESTIMENTO DE APOIO AXILAR E DE MÃO EM POLIURETANO OU BORRACHA; PONTEIRA EM BORRACHA; REGULAGEM DE ALTURA SUPERIOR E INFERIOR; TAMANHO P (USUÁRIOS COM ALTURA ENTRE 1,37M A 1,57M), M (USUÁRIOS COM ALTURA ENTRE 1,57M A 1,78M) E G (USUÁRIOS COM ALTURA ENTRE 1,78M A 1,98M); TOLERÂNCIA MÍNIMA DE ATÉ 130 KG; **MANUAL DE INSTRUÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO. APRESENTAR PROSPECTO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES**	12653-5	UND	AG PLÁSTICOS	30	169,00	5.070,00
22	**MULETA CANADENSE FIXA -** ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: CONSTRUÍDA EM ALUMÍNIO DE ALTA RESISTÊNCIA; BRAÇADEIRA ANATÔMICA; APOIO DE MÃO ANATÔMICO EM POLIPROPILENO; PONTEIRO EM BORRACHA; REGULAGEM DE ALTURA NA PARTE INFERIOR; TAMANHO ÚNICO (PAR) INDICADOS PARA USUÁRIOS COM ALTURA ENTRE 1,50M A 2,00M; TOLERÂNCIA MÍNIMA DE 130 KG. **MANUAL DE INSTRUÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO. APRESENTAR PROSPECTO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES**	12659-4	UND	SEQUENCIAL	20	108,00	2.160,00
23	**MULETA CANADENSE ARTICULADA -** ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: CONSTRUÍDA EM ALUMÍNIO DE ALTA RESISTÊNCIA; BRAÇADEIRA ANATÔMICA; APOIO DE MÃO ANATÔMICO EM POLIPROPILENO; APOIO DE BRAÇO EM POLIPROPILENO; PONTEIRO EM BORRACHA; REGULAGEM DE ALTURA NA PARTE SUPERIOR E INFERIOR; TAMANHO ÚNICO (PAR) INDICADOS PARA USUÁRIOS COM ALTURA ENTRE 1,50M A 2,00M; TOLERÂNCIA MÍNIMA DE 130 KG. **MANUAL DE INSTRUÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO. APRESENTAR PROSPECTO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES**.	12660-8	UND	SEQUENCIAL	20	126,00	2.520,00
24	**ANDADOR INFANTIL -** ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: CONSTRUÍDO EM ALUMÍNIO DA ALTA RESISTÊNCIA; REGULÁVEL NA ALTURA; PONTEIRO DE BORRACHA; ALTURA MÍNIMA DE 65 CM E MÁXIMA DE 77 CM; CAPACIDADE MÍNIMA 70 KG; DISTÂNCIA ENTRE AS BARRAS PARALELAS APROXIMADAMENTE DE 65 CM; DIMENSÕES 54,5CM X 44,5CM X 77,5CM (C X L X A). **MANUAL DE INSTRUÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO. APRESENTAR PROSPECTO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES**	178225-8	UND	AG PLÁSTICOS	15	149,00	2.235,00
25	**ANDADOR ADULTO -** ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: CONSTRUÍDO EM ALUMÍNIO DA ALTA RESISTÊNCIA; REGULÁVEL NA ALTURA COM 7 NÍVEIS; ALTURA MÍNIMA DE 81,5CM E MÁXIMA DE 96CM; CAPACIDADE MÍNIMA 130KG; DUAS BARRAS CENTRAIS EM AÇO; LARGURA 58CM; PONTEIRA DE BORRACHA. **MANUAL DE INSTRUÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO. APRESENTAR PROSPECTO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES**	178215-0	UND	AG PLÁSTICOS	30	175,00	5.250,00
VALOR TOTAL R$ 626.235,00 (SEISCENTOS E VINTE E SEIS MIL DUZENTOS E TRINTA E CINCO REAIS)							

Várzea Grande – MT. 23 de Julho de 2018.

CONTRATANTE:

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

CONTRATADA:

Js Ind. E com. de Produtos Ortopédicos LTDA - Me

CNPJ sob nº 06.304.884/0001-54

AVISO DE CANCELAMENTO DE ITEM DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2017 - MENOR PREÇO POR ITEM/LICITAÇÃO COTA RESERVADA.

PROCESSO Nº 477125/2017. Objeto: aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Rede Municipal de Saúde de Várzea Grande, conforme condições e quantitativos previstos na Ata. Fica **CANCELADO** o item **21** da **Ata de Registro de Preços 72/2017**, celebrado junto à empresa **CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES** nos termos do item 15.2 da CLAUSULA DÉCIMA QUINTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ficando assim, ratificadas e inalteradas em todos os seus termos, as demais clausulas e disposições da Ata de Registro de Preço nº 72/2017. Várzea Grande-MT, 30 de julho de 2018. **Diógenes Marcondes. Secretario Municipal de Saúde /SMSVG.**

PORTARIA Nº 053/ CORREG. GERAL/ 2018.

Gespro: 534827/18

O Corregedor Geral da Guarda Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 4.108/2015, de 12 de novembro de 2015, Lei Complementar nº. 4.180/2016, de 30 de dezembro de 2016, e tendo em vista o disposto no Art. 6º, III, b, Art.9º e Art. 23 a 29 todos do Decreto nº. 80 de 17 de dezembro de 2015 e, Portaria GAB/PREF/PMVG nº 023/2018 de 28 de junho de 2018;

Considerando o recebimento nesta Corregedoria da C.I nº 075/GMVG/2018 de 27 de março de 2018, encaminhada pelo Comandante da GMVG solicitando providencias quanto a CI s/nº protocolada no dia 27/03/2018 pelo GM SHEMBECK onde relata possível desvio de conduta do GM Mauro;

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR que a Comissão de Procedimentos Administrativos Disciplinares, composta pelos servidores Roseir **Brandão** Dionisio, matricula nº 41.212, **Maurício** Rodrigues da Silva, matricula nº 35.127, **Sidney** de Oliveira do Carmo, Matricula nº 43.248 nomeada pela Portaria 023/2018 de 28 de junho de 2018, sediada na Rua Gonçalo Gomes nº 412, Bairro da Manga, para, sob a Presidência do Sr. Roseir **Brandão** Dionisio, matricula nº 41.212 instaure **SINDICÂNCIA** que apure no prazo de 30 (trin-

ta) dias, possíveis enquadramentos às Leis e Decretos que regem a Guarda Municipal de Várzea Grande, e subsidiariamente o Estatuto do Servidor Publico de Várzea Grande, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos constantes na C.I s/nº do GM SHEMBECK protocolada em 27/03/2018 e demais documentos que acompanham a denúncia, em tese, com indícios de transgressão/infração administrativa/disciplinar atribuída a servidor, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos

Art. 2º. Esta Portaria entra em Vigor na data de sua Publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 30 de julho de 2018.

Jackson Nunes Cunha

Corregedor Geral – GMVG

AVISO DE LICITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO N. 01/2018

PROCESSO Nº 523977/2018. Objeto: Credenciamento para a habilitação de associações e/ou cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis, visando à coleta de todos os resíduos descartados pela Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. A realização esta prevista para o dia **22 de Agosto de 2018, às 08h30min (horário local)**. O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande - Superintendência de Licitação com pagamento da taxa de R$ 0,13 por cópia não restituível, e gratuitamente no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande - MT, 31 de Julho de 2018. Viviane Souza Nascimento - Subsecretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável.

ATO N° 299/2018

A Prefeita Municipal de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a realização do Concurso Público Municipal para o preenchimento de cargos de provimento efetivo, conforme Edital de Abertura do Concurso Público nº. 001/2017 – EDUCAÇÃO e do Edital de Homologação do resultado final do Concurso Público, ambos publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios – MT,

RESOLVE:

Art. 1° - EXONERAR a pedido o servidor abaixo relacionado, no cargo de provimento efetivo para o qual foi aprovado:

CARGO: PROFESSOR

PERFIL: NÍVEL SUPERIOR PARA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

NÍVEL: SUPERIOR

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
13	WILIANA VANIA TENUTES GOMES	13162799 - SSP/MT	APROVADO

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01/08/2018.

Várzea Grande-MT, 30 de julho de 2018.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO N° 275/2018

A Prefeita Municipal de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a realização do Concurso Público Municipal para o preenchimento de cargos de provimento efetivo, conforme Edital de Abertura do Concurso Público nº. 001/2017 – EDUCAÇÃO e do Edital de Homologação do resultado final do Concurso Público, ambos publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios – MT,

RESOLVE:

Art. 1° - EXONERAR a pedido o servidor abaixo relacionado, no cargo de provimento efetivo para o qual foi aprovado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

CARGO: TÉCNICO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

PERFIL: TÉCNICO EM NUTRIÇÃO ESCOLAR

NÍVEL: MÉDIO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
50	MUBILLA DE LIMA CABRAL	15492702 - SSP/MT	APROVADO

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 09/07/2018.

Várzea Grande-MT, 09 de julho de 2018.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 06/2018/PMVG/MT

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no desempenho de suas atribuições e em conformidade com o Edital de Abertura do Concurso Público nº. 002/2017 – DEMAIS CARGOS e do Edital de Homologação do Concurso Público, de 02 de abril de 2018, ambos publicados no Jornal Oficial dos Municípios-MT.

RESOLVE: Convocar os candidatos abaixo relacionados para apresentação da documentação necessária para a investidura no cargo, conforme anexo II e III deste Edital e item 17.1 do Edital nº. 002/2017 – DEMAIS CARGOS, junto à:

Local: Secretaria Municipal de Saúde - (Paço Couto Magalhães)

Endereço: Av. Castelo Branco n° 2.500, Bairro: Água Limpa – Várzea Grande-MT.

Horário: 08:00h às 12:00h. das 14:00h às 18:00h

Data da Entrega dos documentos: 01/08/2018 a 30/08/2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CARGO: AGENTE TÉCNICO DO SUS

PERFIL: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

NÍVEL: MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
33	35368	MILENA OLIVEIRA ARAUJO	20050518 - SSP/MT	APROVADO
34	54214	MADALENA ROSA ALVES AGUIAR	06082017 - SSP/MT	APROVADO
35	41425	WANIELLY KATIA FRANCA	20336985 - SSP/MT	APROVADO
36	54210	LIGIA MARIA LEITE DE CARVALHO	1583598-7 - SSP /MT	APROVADO
37	53440	JEAN CARLOS MODZINSKI NOGUEIRA	5995193 - SSPGO/GO	APROVADO
38	11883	MOHAMED BARTELOTTI MALACARNE DA COSTA	25856642 - SEJUSP/MT	APROVADO
39	29357	LETÍCIA NAYARA DA SILVA CAMPOS	21861226 - SSP/MT/MT	APROVADO
40	1804	ROSANY BONFIM DA CRUZ	16828917 - SSP/MT	APROVADO
41	56685	JOAO JOSE DA SILVA JUNIOR	21709092 - SSPMT/MT	APROVADO
42	49588	RICASSIA DE AMORIM SOUZA SILVA	2057016 - SSP/AL	APROVADO
43	38458	LEYDIMARA MOREIRA SOUZA	20959281 - SSP/MT	APROVADO
44	36094	ANDRE LUIS NASCIMENTO	16270436 - SSP/MT/MT	APROVADO
45	13730	LEIRSON WELLINGTON DE ARRUDA CAMPOS	11302763 - SSP/MT	APROVADO
46	46341	DORA BERG DE PINHO CORREA	1572536-7 - SESP/MT	APROVADO
47	9861	CRISTIANE VANESSA BRUGNOLI GONÇALVES	10375252 - SSP/MT	APROVADO
48	6945	SUZE MARA DE SIQUEIRA	05663172 - SEJUSP/MT	APROVADO
49	20832	DULCINEIA APARECIDAMARTINELLI	268984943 - SSP/SP	APROVADO
50	38158	JOCINEIA LIMA QUEIROZ	17827752 - SESP/MT	APROVADO
51	58488	VALDIRENE ANTONIA DA SILVA MACEDO	4395383 - SSP/GO	APROVADO
52	54903	LUANA FIRMINO MANIERO	2564255-3 - SSP/MT	APROVADO
53	5374	WELLITA APARECIDA DE OLIVEIRA RONDON	24727822 - SSP/MT	APROVADO
54	52688	JUSCELIA NUNES DA SILVA	14238837 - SSP/MT	APROVADO
55	35485	ARIADINY HURTADO SANTA RITA	24370215 - SSP/MT	APROVADO
56	30317	KARINA MARIA DA COSTA	23542578 - SSP/MT	APROVADO
57	38697	ALDELI DE AQUINO ROSA	19523912 - SSPMT/MT	APROVADO
58	37631	LUCAS GONÇALVES SILVA	26741032 - SSPMT/MT	APROVADO
59	2751	ANA PAULA DO ESPIRITO SANTO FERREIRA	27550737 - POLICIA /MT	APROVADO
60	46812	FELIPE GUSTAVO DE ALENCAR SANTOS	2699645-6 - SSP/MT	APROVADO
61	30895	DANIELLY JUSTINO DA SILVA MESQUITA	26229650 - SSP/MT	APROVADO
62	33688	MARIA ELZA GUERREIRO CARNEIRO	343.961 - SSP/RO	APROVADO

CARGO: AGENTE TÉCNICO DO SUS

PERFIL: TÉCNICO EM RADIOLOGIA

NÍVEL: MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
3	8982	RODRIGO ALVES DA SILVA	16215125 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR COMPLETO DO SUS

PERFIL: ENFERMEIRO

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
19	30531	PATRICIA SILVA DA CRUZ	14379570 - SSP/MT	APROVADO
20	18271	FABIANO RODRIGUES DOS SANTOS	24314588-3 - SSP/SP	APROVADO
21	17059	BRUNA DANIELLE FONTES	21473447 - SSP/MT	APROVADO
22	36788	JESSICA CRISTINA MICHELON	17543320 - SSPMT/MT	APROVADO
23	22151	TANIELMA FERREIRA PEREIRA LOPES	680683968 - SSP/MA	APROVADO
24	37834	RAPHAELLA ASSUMPÇÃO GONÇALVES	26132907 - SSP/MT	APROVADO
25	368	SILVIA YUKI NISHIYAMA SAITO	23981660 - SEJUSP/MT	APROVADO

CARGO: PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR COMPLETO DO SUS

PERFIL: ENFERMEIRO-PCD

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: RESERVADA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
3	16329	LIDIANE CUNHA SIQUEIRA	10476431 - SSP MT/MT	APROVADO
4	4914	MARLENE NUNES DE SOUSA	10972854 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: ANESTESISTA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
3	24607	ALEXANDRE RICCI DE LIMA	303787946 - SSP/SP	APROVADO
4	28098	HENRIQUE MAGALHAES PEREIRA DE RESENDE	15561054 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: DERMATOLOGISTA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
2	27856	ALINE MIE NAKAGAWA	19697104 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: CLÍNICO GERAL

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
11	9887	RAFAEL PEREIRA GUIMARAES	17525519 - SSP/MT	APROVADO
12	15956	PRISCILA STELLA SILVA COSAC	5109864 - SPTC/GO	APROVADO
13	52910	GABRIELLA BASTOS DE CASTRO	20440901 - SSP/MT	APROVADO
14	47963	LUIZ FILIPE CARMINATTI SEIXAS	17518245 - SSP/MT	APROVADO
15	47841	GABRIELA CRISTINA ALCANTARA	17388775 - SSP/MT	APROVADO
16	55523	ANDREA REGINA SPINETTI	368026504 - SSP/SP	APROVADO
17	35402	RENATA ANDRADE MELLO	8088226 - SSP/MG	APROVADO
18	58618	FERNANDA VARMELING TORRES	16503031 - SSP/MT	APROVADO
19	31072	JOSIANE VENITE DE SIQUEIRA	19561865 - SSP/MT	APROVADO
20	35317	VALDECI APARECIDO CARDOSO JUNIOR	14611600 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: GINECOLOGISTA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
2	28115	CAMILA DA SILVA VIEIRA AMORIM	13418181 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: NEONATOLOGISTA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
2	38209	CARLA POLIANE FIUZA DO CARMO MENDES	11979787 - SSP/MG	CLASSIFICADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: PSIQUIATRA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
7	27679	RODRIGO DE JESUS RODRIGUES DA SILVA	1329300-1 - SSP/MT	APROVADO
8	39226	RAFAELA UNTAR DE OLIVEIRA PARIZZI	1479761-5 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: MÉDICO

PERFIL: CARDIOLOGISTA

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
2	55747	DANIEL BOUCHABKI DE ALMEIDA DIEHL	7086809337 - SJS/RS	APROVADO

CARGO: ODONTÓLOGO

PERFIL:

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
11	54724	ALLAN INACIO FERREIRA PIAUILINO	2907286 - SSP PI/PI	APROVADO

CARGO: ODONTÓLOGO-PCD

PERFIL:

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: RESERVADA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
1	26200	PAULO CESAR DE BARROS E SILVA FILHO	11864699 - SJ/MT	APROVADO

O não comparecimento do candidato no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de publicação do presente edital e a não apresentação da documentação prevista abaixo, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se à Administração o direito de convocar o próximo candidato.

ANEXO I

17. DOS REQUISITOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

17.1. Este concurso público estará aberto a todos que satisfizerem as exigências das leis brasileiras, podendo ser investido no cargo o candidato que preencher, cumulativamente, os requisitos abaixo:

a) ter sido classificado no presente concurso público;

b) ter nacionalidade brasileira e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do parágrafo 1.º do artigo 12 da Constituição Federal e na forma do disposto no artigo 13 do Decreto n.º 70.436, de 18 de abril de 1972;

c) estar em gozo dos direitos políticos;

d) estar quite com as obrigações militares e eleitorais;

e) comprovar os requisitos básicos exigidos para o cargo ou cargo/perfil;

f) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos na data da posse;

g) não estar incompatibilizado para a contratação em cargo público;

h) não ocupar ou receber proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita, na forma do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal;

i) apresentar declaração dos bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração de não exercer qualquer atividade pública ou privada incompatível com o exercício de sua função;

j) Ser considerado apto na perícia médica realizada por órgão ou pessoa especializada designada pela Prefeitura Municipal de Várzea Grande;

k) apresentar Certidões Negativas Cível e Criminal expedidas pelo Cartório Distribuidor da Comarca onde reside;

l) apresentar Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

m) apresentar outros documentos que a legislação vier a exigir.

17.2. No ato da posse, todos os requisitos especificados no anexo II e III deste edital e subitem 17.1 e aqueles que vierem a ser estabelecidos em função da alínea “m” do mesmo subitem, deverão ser comprovados mediante a apresentação de documento original juntamente com fotocópia.

17.3. O não comparecimento do candidato para tomar posse ou a não apresentação da documentação exigida no anexo II e III deste edital e no subitem 17.1 e alíneas no prazo legal acarretará a perda do direito à vaga.

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS:

1 – RG; (Cópia Autenticada).

2 – CPF; (Cópia Autenticada).

3 – Título de eleitor; (Cópia Autenticada).

4 – Certidão de Quitação Eleitoral expedida pela Justiça Eleitoral; (www.tse.jus.br). (A Certidão deverá ser Autenticada no próprio Site).

5 - Certidão de Nascimento e/ou Casamento ou Sentença Declaratória de União Estável e CPF do cônjuge se houver (Cópia Autenticada).

6 - Certidão de Nascimento dos dependentes; (Cópia Autenticada).

7 – CPF dependentes maiores de 18 anos se houver; (Cópia Autenticada)

8 - Documento de quitação com o Serviço Militar; (Cópia Autenticada).

9 - Comprovante de Endereço Atual; (Cópia Autenticada).

10 - Declaração de Bens e Valores que constituem seu patrimônio e dos dependentes, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT, (Reconhecido Firma).

11 – Declaração de não acúmulo de cargos públicos quaisquer das esferas federal, estadual ou municipal, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT (Reconhecido Firma).

12 – Declaração, não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT (Reconhecido Firma).

13 – Declaração, de disponibilidade de cumprimento de jornada de trabalho, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT, (Reconhecido Firma).

14 – Declaração, de veracidade de informação e documentos, modelo disponível no site da Prefeitura VG/MT, (Reconhecido Firma).

15 – 02 (duas) Fotos recentes 3x4

16 – Certidão de não acúmulo de cargos, empregos ou funções públicas, salvo nos casos constitucionalmente admitidos:

- **Prefeitura de Cuiabá** (Diretoria de Gestão de Pessoas)

- **Governo do Estado** (Secretaria Estadual de Administração – SAD)

17 – Carteira Profissional de Classe, quando for o caso. (Cópia Autenticada)

18 – Certidão de Conselho e ou Órgão de Classe, quando for o caso. (Cópia Autenticada)

19 – **Diploma,** devidamente registrado de conclusão de Curso, conforme requisito do cargo pretendido, fornecido por Instituição de Ensino reconhecido pelo Ministério da Educação (Cópia Autenticada).

20 – Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça estadual (www.tjmt.jus.br). (A Certidão deverá ser autenticada no próprio site).

21 – Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça federal. (www.jfmt.jus.br). A Certidão deverá ser Autenticada no próprio site.

22 – Atestado Médico de Saúde Ocupacional – ASO, (A ser emitido pela Pericia Oficial do Município).

ANEXO III

RELAÇÃO DE EXAMES ADMISSIONAIS OBRIGATÓRIOS:

A nomeação em cargo público só se dará quando o servidor for julgado Apto Física e Mentalmente, para o seu exercício, em prévia Inspeção Médica Oficial, comprovada através do Laudo Médico Admissional, emitido pela Perícia Oficial do Município.

1 - Exames de Imagem**:** RX de tórax PA e Perfil (com laudo);

2- Exames Laboratoriais: Hemograma completo

3 - Exames Laboratoriais: Glicemia (em jejum)

4 - Exames Laboratoriais: Lipidograma

5 - Exames Laboratoriais: Parasitológico de fezes

6 – Exames Laboratoriais: VDLR

7 - Exames Laboratoriais: HbsAg

8 - Exames Laboratoriais: TGO

9 - Exames Laboratoriais: TGP

10 - Exames Laboratoriais: PSA (homens acima de 45 anos)

11 - Exames Laboratoriais: CCO (mulheres acima de 45 anos)

12 - Exames Laboratoriais: ECG (homens e mulheres acima de 45 anos)

13 - Eletrocardiograma

14 - Avaliação Psiquiátrica

15 - Avaliação Psicológica

Várzea Grande-MT, 30 de julho de 2018.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 787/2018

A Prefeita Municipal de Várzea Grande e o Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo n° 525008/2018,

RESOLVE:

Declarar vago o cargo de **Técnico Administrativo Educacional – Perfil Agente Administrativo**, ocupado pela servidora **LUIZA SANTANA DE CARVALHO SILVA,** Matrícula 29768, em razão da sua posse em outro

cargo inacumulável, conforme Art. 41 da Lei nº 1.164/91 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Várzea Grande, a partir de **11/07/2018 a 11/07/2021.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande - MT, 25 de julho de 2018.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS/ MENOR PREÇO/ EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL Nº 03/2018

PROCESSO Nº 530949/2018. Objeto: **Contratação de Empresa Especializada para a Execução das Obras de pavimentação e Drenagem da AVENIDA RIBEIRÃO (PROLONGAMENTO DA ALAMEDA - SÃO GONÇALO), perfazendo 4.125,85 m, conforme projeto e planilhas anexo a este Projeto Básico**.A realização esta prevista para o **dia 20 de Agosto de 2018, às 14h30min** (horário local). O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande - Superintendência de Licitação, com pagamento da taxa de R$ 0,13 por cópia não restituível, e gratuitamente no site: www.varzeagrande.mt.gov.br Várzea Grande - MT, 31 de Julho de 2018. Luiz Celso Morais de Oliveira - Secretário Municipal de Viação e Obras.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 039-2018 PREGÃO PRESENCIAL N. 050-2018 PROCESSO: 120/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS NA CRIAÇÃO DE IDENTIDADE VISUAL E PRODUÇÃO DE MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO VISUAL (LAYOUT, PLACAS E OUTROS), PARA ATENDER AOS ESF - ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA MUNICIPAL, DE ACORDO COM O DESCRITO NO ANEXO I DO EDITAL.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 27 de julho de 2018.

CONTRATADO:

DANIEL MARTINS ANCHIETA JUNIOR - ME

CNPJ: 21.359.388/0001-91

Valor global de R$ 29.380,50 (vinte e nove mil e trezentos e oitenta reais e cinquenta centavos).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 27 de julho de 2018.

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 050/ 2018.

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial n. 050/2018**, tendo por objeto o registro de preços para eventual e/ou futura contratação de empresa para prestar serviços na criação de identidade visual e produção de materiais de comunicação visual para revitalização das ESF – Estratégia de Saúde da Família Municipal, conforme especificações e quantidades discriminadas no anexo I do edital, resolve **HOMOLOGAR** o objeto da licitação, a empresa **DANIEL MARTINS ANCHIETA JUNIOR - ME** com proposta no valor global de **R$ 29.380,50** (vinte e nove mil e trezentos e oitenta reais e cinquenta centavos).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 27 de julho de 2018.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 050/2018

O Pregoeiro Municipal de **Vila Bela da Santíssima Trindade - MT**, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial n. 050/2018**, tendo por objeto o registro de preços para eventual e/ou futura contratação de empresa para prestar serviços na criação de identidade visual e produção de materiais de comunicação visual para revitalização das ESF – Estratégia de Saúde da Família Municipal, resolve **ADJUDICAR** o objeto da licitação, a empresa: **DANIEL MARTINS ANCHIETA JUNIOR - ME** com proposta no valor global de **R$ 29.380,50** (vinte e nove mil e trezentos e oitenta reais e cinquenta centavos).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 27 de julho de 2018.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

EXTRATO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Adesão a ARP - A Prefeitura **munic. de Vila Vela da Ss. Trindade – MT** torna público que: Conforme pactuação firmada com o **FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO** - **FNDE**/CNPJ 003.378. 257/0001-81, irá proceder a contratação da empresa **MAN LATIN AMÉRICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.020.318/0001-10 , para aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes, denominado de Ônibus Rural Escolar (ORE). ADESÃO: Processo Lic. nº 55/18 - Pregão Eletrônico. nº 19/17/SRP e ARP nº 7/18, realizado pelo **FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO** -**FNDE**, 31/07/18. Wagner V. da Silveira - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 264/2018

PORTARIA N.º 264/2018.

DE 31 DE JULHO DE 2018.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE VILA RICA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder Licença Maternidade à servidora SAMIA SANTOS ARAUJO TABOSA matricula nº 1493 no cargo de Diretora do Departamento de Licitações e Contratos no período de 24/07/2018 a 20/11/2018 com base no que dispõe o Capitulo I Seção IV Art. 73 Subseção IV da Lei Municipal nº 747//2008.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 24/07/2018.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 265/2018

PORTARIA N.º 265/2018

De 31 de Julho de 2018.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais em especial ao exposto no Capítulo I Seção IV Subseção II Art. 78 da lei n. º 747/2008

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora ANTONIA MARIA SINHORI, matrícula nº 55 lotada na Secretaria de Saúde no cargo de Agente de Limpeza Escolar, conforme resultado de perícia médica a partir de 23/07/2018 a 05/09/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 23/07/2018.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 266/2018

PORTARIA N.º 266/2018.

DE 31 DE JULHO DE 2018.

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

*Considerando*o novo RG 2208962-4 SSP/MT altera numero;

R E S O L V E:

Art. 1º - **Alterar** o RG 2258592 SSP/PR da servidora **ILMA AVELAR MINELI** matricula 118 lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Agente de Nutrição Escolar para o RG 2208962-4 SSP/MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

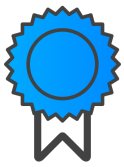
Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Tue Jul 31 23:26:36 UTC 2018
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)